**Modelos, Contramodelos e seu Contexto:
as respostas sul-coreana e argentina à Crise da Dívida como
evidências da complexa interação entre o processo político e as
forças da economia internacional**

**Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Doutor em Sociologia**

**Rodrigo Luiz Medeiros da Silva
Orientador: Prof. Dr. Brasília João Sallum Júnior**

São Paulo, Fevereiro de 2012.

Ficha Catalográfica

Silva, Rodrigo Luiz Medeiros da

Modelos, Contramodelos e seu Contexto: as respostas sul-coreana e argentina à Crise da Dívida como evidências da complexa interação entre o processo político e as forças da economia internacional / Rodrigo Luiz Medeiros da Silva . – São Paulo, SP : [s.n], 2012

Orientador: Brasília João Sallum Júnior
Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

1. Coréia (Sul) – Industrialização. 2. Argentina – Industrialização. 3. Crises da Dívida – Dependência. 4. Coréia (Sul) – Desenvolvimento. 5. Argentina – Desenvolvimento. 6. Endividamento – Industrialização. 7. Guerra Fria. 8. Teoria da Dependência. 9. Imperialismo – Estados Unidos, 10. Imperialismo - Japão.

Título em Inglês: Models, Counter-models and their Context: South-Korean and Argentine national responses to Debt-Crisis as evidences of the complex interaction between the political process and the forces of international economy

Keywords: 1. (South) Korea – Industrialization. 2. Argentina – Industrialization. 3. Debt Crisis – Dependency. 4. (South) Korea – Development. 5. Argentina – Development. 6. Indebtedness – Industrialization. 7. Cold War. 8. Dependency Theory. 9. Imperialism – United States. 10. Imperialism – Japan

Área de Concentração: Sociologia

Titulação: Doutor em Ciências

Banca Examinadora:

Data da Defesa:

Programa de Pós-graduação: Sociologia

“O subdesenvolvimento, como o deus Jano, tanto olha para a frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa.” (Celso Furtado)

“[...] o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza, que forcem os homens a confiar em si mesmos ou em sua civilização e a visarem o futuro.” (Florestan Fernandes)

AGRADECIMENTOS:

Ao Prof. Dr. Brasília João Sallum Jr., orientador da pesquisa que conduziu a esta tese, pelo esteio, pelos conselhos ditos ou só subentendidos, além das conversas que tanto fecundaram minha imaginação sociológica.

Ao Prof. Dr. Hyun-Chin Lim, co-orientador desta pesquisa, pelos horizontes abertos e pela hospitalidade.

Aos Prof. Dr. Darcy Carvalho, pelo encorajamento sempre decisivo, que me impeliu a prosseguir abrindo portas e criando laços.

Ao Prof. Dr. Plínio de Arruda Sampaio Jr., pela lição de firmeza intelectual e pela capacidade de trazer os grandes questionamentos ao nível mais cotidiano.

Ao Prof. Dr. Javier Amadeo, pelas preciosas orientações e pelo estímulo.

Ao Prof. Dr. Kim Jong-Cheol, pela amizade e pela lição de hospitalidade coreana.

Ao colega Dr. Luis Mah Silva, pela amizade e pelo inspirador apoio em Seul.

A Kang Minhyoung, pela paciência e amabilidade.

Ao grande amigo Fábio Pimentel De Maria da Silva, pelas incontáveis conspirações orquestradas nestes quase 20 anos de amizade, pela sua enorme influência em meu modo de ver as coisas, pelo apoio.

Aos meus pais, avó e sogros, e sobrinho pela compreensão nas tantas ausências, pela paciência nos dias mais ansiosos, pelo apoio que sempre se alegraram em me dar, pela torcida e pelo inesgotável carinho.

À Dora, por me ensinar o valor de ser incansável.

À Lucimara, meu alicerce nestes anos conturbados e promissores, por entender o tempo e a energia necessários à maturação das idéias e pontos de vista, pelo carinho e pela cumplicidade irrestrita.

A todo pessoal do “ASIA Center” da Universidade Nacional de Seul, pelo fértil abrigo e pelo cuidado.

À Korea Research Foundation, pelo valioso auxílio material e imaterial que possibilitou a realização de parte da pesquisa de campo.

À CAPES, pela bolsa.

RESUMO:

No fim dos anos 1970, dois choques externos — o segundo salto nos preços do petróleo e o reajuste na taxa básica de juros norte-americana — marcam o início de tendências econômicas divergentes entre o Leste da Ásia e a América Latina. Para os prósperos “tigres”, a próxima década seria uma janela para o chamado “catching up”, culminando com a promoção simbólica de seu prodígio, a Coreia do Sul, ao *status* de país desenvolvido quando da realização dos Jogos Olímpicos em Seul. Na América Latina, inversamente, os anos 1980 são geralmente apelidados de “Década Perdida”, inaugurando uma era de regressão econômica e instabilidade política. A Argentina, provavelmente a menos dinâmica dentre as economias que então se industrializavam, é geralmente evocada como um “desastre” que tipifica a sina regional. A vasta maioria das investigações acerca desta divergência se concentra nas políticas econômicas domésticas e em seus resultados objetivos. Não obstante, tais políticas foram formuladas e aplicadas sob uma combinação de circunstâncias internacionais e políticas que podem variar consideravelmente de país para país ao longo do tempo. O objetivo deste texto é examinar em que medida algumas das particularidades destes dois casos naquilo que concerne ao processo político interno e à evolução da economia internacional moldaram a reação de cada qual ao cenário adverso.

ABSTRACT:

At the end of the 1970s, a couple of external shocks — namely, the second leap in petroleum prices and the readjust of American basic interest rate — mark the beginning of divergent economic trends for East Asia and Latin America. For the prosperous “tigers”, the following decade would be a time for “catching up”, culminating with the symbolic promotion of its prodigy, South Korea, to the rank of a developed country by the time of Seoul’s Summer Olympics. In Latin America, inversely, the 1980s are generally nicknamed the “Lost Decade”, inaugurating an era of economic regression and political instability. Argentina, probably the world’s less dynamic industrializing economy at that time, is usually evoked as a “disaster” that typifies the regional fate. The vast majority of the investigations about this diversion concentrate on domestic economic policies and their objective results. Nonetheless, such policies were formulated and launched under a combination of international and political circumstances that can vary considerably from country to country and along the course of time. The aim of this text is to examine to what extent have some of these two cases’ particularities in what concerns to the domestic politic process and the evolution of international economy molded each national reaction to the adverse scenario.

ÍNDICE:

INTRODUÇÃO — “Modelos” e “Contramodelos” de Desenvolvimento sob o Signo de uma Bifurcação de Trajetórias.....	1
CAPÍTULO 1 — A Real Dimensão de um Veloz Re-nivelamento: os dados econômicos e sociais de Coréia do Sul e Argentina numa perspectiva histórico-comparada.....	24
1.1 – Introdução.....	25
1.2 – O Contraste entre o Comportamento das Economias de Coréia do Sul e Argentina durante a Década de 1980.....	28
1.3 - Coréia e Argentina: Indicadores Econômicos no Longo Prazo.....	52
1.4 – Coréia e Argentina: Indicadores Demográficos e Sociais desde 1980.....	69
CAPÍTULO 2 — A Coréia do Sul como “Modelo”: Retomando o Debate Dominante Sobre o “Caso Coreano”	82
2.1 – Introdução.....	83
2.2 - O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Economia Ortodoxa.....	87
2.2.1 - A Abstração Neoclássica e o Poder de uma “Economia Livre e Aberta”.....	89
2.2.2 - Neoclassicismo Fundamentado e o “Salto Exportador” como Alternativa às “Ajudas”	102
2.2.3 - As Agências de Washington e os “Fundamentos Corretos”	114
2.3 - O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Economia Heterodoxa.....	128
2.3.1 - Alice Amsden e a Exaltação da “Distorção dos Preços Relativos”	133
2.3.2 - A Unicamp, Otaviano Canuto e o “Capitalismo Tardio” Coreano.....	140
2.3.3 - Estruturalismo e Neo-estruturalismo: do “Nacional Desenvolvimentismo” ao elogio da “Transformação Produtiva com Equidade” na Ásia Oriental.....	147
2.4 - O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Nova Economia Institucional.....	163
2.4.1 - Richard Nelson, Sidney Winter, Limsu Kim e as “Teorias Comportamentais” sobre o Papel do Progresso Técnico no Crescimento Econômico.....	166

2.4.2	– O “Novo Institucionalismo”, o “Sistema Nacional de Inovação” e a Passagem da Imitação à Inovação na Ásia.....	176
2.4.3	– O Debate Acerca do “Salto Educacional” Sul-coreano.....	183
2.4.4	– Principais Questionamentos Suscitados.....	190
2.5	- O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Sociologia Weberiana.....	192
2.5.1	– Max Weber e a Ética Confucionista.....	195
2.5.2	– Evidências Etno-descritivas do Padrão Moral dos <i>Literati</i> durante a Dinastia Yi (1392-1910).....	205
2.5.3	– Tu Wei-Ming e a “Nova Ética Confucionista”.....	209
2.5.4	– Principais Questionamentos Suscitados.....	224
2.6	- O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Sociologia Durkheimiana.....	225
2.6.1	– T. Parsons, K. Deutsch e G. Almond: as teorias funcionalistas “da modernização” e o desenvolvimento político como correlato do desenvolvimento econômico.....	230
2.6.2	– Samuel Huntington: a aplicação conservadora ferramental funcionalista e o divórcio entre modernização e ordem burguesa.....	241
2.6.3	– Chalmers Johnson: a burocracia e o “Estado forte” japonês.....	261
2.6.4	– Eun Mee King: o <i>chaebol</i> , o “Estado forte” sul-coreano e os “grandes negócios”.....	264
2.6.5	– Principais Questionamentos Suscitados.....	266
CAPÍTULO 3 — A Argentina como “Contra-Modelo”: Retomando o Debate Dominante Sobre o “Caso Argentino”.....		267
3.1	– Introdução.....	268
3.2	- O “Desastre Argentino” na Acepção da Economia Ortodoxa.....	274
3.2.1	– A Semi-estagnação de um Prisma Analítico “Livre-cambista”: os ecos <i>ricardianos</i> e os “Custos da Repressão Econômica”.....	278
3.2.2	– O Significado Político Internacional do “Caso Argentino” nos Anos 1980: FMI, Banco Mundial e o “Consenso de Washington”.....	292
3.2.3	– A “Introspecção Latino-americana” e a Proeminência Doutrinária Livre-cambista nas Instituições de Ensino de Economia.....	296
3.2.4	– Possíveis Questionamentos.....	298
3.3	- O “Desastre Argentino” numa Acepção Heterodoxa.....	301
3.3.1	– A Semi-estagnação de um Prisma “Desenvolvimentista”: Hugo Nochteff, Martín Schorr e a “Reestruturação Regressiva”.....	304
3.3.2	– Celso Furtado, o Prisma <i>Cepalino</i> e o “Estagnacionismo”.....	311
3.3.3	– Aldo Ferrer, o Estruturalismo Histórico <i>Cepalino</i> e a Baixa “Densidade Nacional” Argentina.....	316
3.3.4	– Fernando Fajnzylber, o Neo-estruturalismo, e a “Industrialización Trunca” da Argentina.....	327

3.3.5 – Comentários e Questionamentos.....	332
3.4 - O “Desastre Argentino” na Acepção da Economia Institucionalista.....	334
3.4.1 - Jorge Katz, Roberto Bisang, Gabriel Yoguel <i>et alli</i> , Daniel Schudnovsky <i>et al</i> , e a Imaturidade do Sistema Argentino de C & T.....	336
3.4.2 – O Debate em Torno do Papel do Sistema Educativo no Estancamento Argentino.....	340
3.4.3 – Possíveis Questionamentos.....	346
3.5 - O “Desastre Argentino” na Acepção da Sociologia Weberiana.....	348
3.5.1 – Samuel Huntington e o “Choque de Civilizações”.....	352
3.5.2 – Daron Acemoglu, David Landes, e o “Reverso da Fortuna”.....	358
3.5.3 – Possíveis Questionamentos.....	364
3.6 - O “Desastre Argentino” na Acepção da Sociologia Durkheimiana.....	365
3.6.1 – Guillermo O’Donnell e as “Marés” do “Estado Burocrático-Autoritário”.....	368
3.6.2 – Jorge Schvarzer e as Classes Dominantes na Argentina	372
3.6.3 – Possíveis Questionamentos.....	377
 CAPÍTULO 4 — O Cenário Internacional e os Constrangimentos Externos à Industrialização Tardia à Luz da Teoria do Desenvolvimento.....	 378
4.1 - Introdução.....	379
4.2 – Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, e a Vitalidade das “Teorias do Sistema Mundo” na Compreensão da Divergência Coreano-argentina	382
4.3 – Os Limites de “Estrangulamento Externo” nas Industrializações Tardias como Prognóstico <i>Cepalino</i> Fecundo às “Teorias do Sistema Mundo”.....	390
4.4 – Solução Exógena para o “Estrangulamento Externo” ou “Desenvolvimento a Convite” na Coreia do Sul.....	394
4.5 - O Conceito de “Dependência”: alguma funcionalidade às “Teorias Sistema Mundo”?.....	402
 CAPÍTULO 5 — Cenário Externo e Crescimento: o Peso de Fatores Exógenos no Sucesso da Industrialização Coreana (1894-1997).....	 405
5.1 – Introdução.....	406
5.2 - A Coreia antes do Processo de Modernização: uma Cultura Milenar em Xequê e a Aparente Ausência de Novos Horizontes.....	411

5.3 – Imperialismo, Colonialismo, Ocupação Estrangeira e Mudança Social na Coreia do Sul (1894-1948).....	415
5.4 – Os Aportes Exógenos para o Sucesso da Industrialização por “Substituição de Exportações” na Coreia do Sul.....	421
 CAPÍTULO 6 — Cenário Externo e Estagnação: o Peso de Fatores Exógenos no Retardo e na Reversão Precoce da Industrialização Argentina (1929-2003).....	438
6.1- Introdução.....	439
6.2 - A Argentina na “Periferia Próspera” da Grã-Bretanha: o fausto primário-exportador como caso extremo da riqueza sob a clássica dependência.....	447
6.3 - A compressão do mercado relevante das exportações argentinas no “ciclo americano”, o paradoxo cambial da “substituição de importações” e o crônico “estrangulamento externo”.....	454
6.3.1 - O Fechamento da Fronteira Agrícola Argentina após 1930.....	456
6.3.2 - O Panorama Empírico e a “Deterioração nos Termos de Troca”.....	457
6.3.3 - A Conferência de Ottawa, as Imperial Preferences, e o Protecionismo Continuado à Agropecuária Britânica (1932-1973).....	459
6.3.4- O Tratado de Roma, a Política Agrícola Comum e o protecionismo europeu (desde 1957).....	462
6.3.5 - A Substituição de Importações no Brasil, os Preços Mínimos da Agricultura e o protecionismo Brasileiro no Mercado de Trigo (1951-1988).....	465
6.4 – Choques do Petróleo, Petrodólares e Reajuste dos Juros Americanos na materialização do “colapso cambial” que tendencialmente baliza as industrializações tardias.....	468
 CONCLUSÃO — “O Milagre Sul-Coreano” e o “Desastre Argentino” em seu Contexto Particular: Frestas Variáveis na Hierarquia do “Sistema Mundo”, Sociedades Periféricas e Processo Político na Industrialização Retardatária.....	478
 BIBLIOGRAFIA.....	517

— **INTRODUÇÃO** —

**“Modelos” e “Contramodelos” de
Desenvolvimento sob o Signo de
uma Bifurcação de Trajetórias:**

- A) Ásia e América Latina: trajetórias bifurcadas, **p.2**
- B) Dinamismo e Estagnação: do dualismo aos padrões regionais, **p.3**
- C) Dos Padrões aos Arquétipos Regionais, **p.8**
- D) O Dinamismo e seus Arquétipos: da pujança asiática ao “modelo sul-coreano”, **p.9**
- E) Dos Modelos aos Contramodelos: o “desastre argentino” como anverso do “milagre sul-coreano”, **p. 13**
- F) Da Fragilidade dos Modelos e Contramodelos aos nossos Objetivos Específicos, **p.18**

A) Ásia e América Latina: trajetórias bifurcadas

Asiáticos e latino-americanos guardam memórias extremamente distintas da década de 1980. Para a maioria daqueles que narram a história dos países orientais, esta foi uma década marcada por dinamismo econômico sem precedentes, sinalizando que “Tigres” e “Dragões” haviam efetivamente vencido sua longa letargia. Já no caso dos que se ocupam de seus pares latino-americanos, então sacudidos por severas crises interconectas, os oitenta são geralmente descritos como uma “Década Perdida”, marcada por profundo rebaixamento das expectativas regionais de longo termo.

Naqueles anos, e pela primeira vez desde o colonialismo, era possível projetar o futuro asiático com sólido otimismo. O maior parque industrial da região, o Japão, consolidava sua vice-liderança dentre as economias desenvolvidas, e parecia embaraçar até mesmo a supremacia industrial norte-americana, antes inquestionada. Além disto, a maré de prosperidade se espalhara a outros rincões do continente, a ponto de permitir que as economias de Coreia do Sul e China Insular fossem adquirindo feições estruturais progressivamente análogas às daquelas das regiões de industrialização mais antiga. Ao mesmo tempo, as cidades de Cingapura e Hong-Kong, vitrines da prosperidade regional, passavam a figurar entre os píncaros das estatísticas de renda e consumo por habitante, desafiando simbolicamente, em companhia de alguns distritos comerciais de Tóquio, a coincidência entre ocidentalidade e prosperidade, antes tida como obrigatória. No Vietnã e na China Continental, ao seu turno, despontava um promissor processo de abertura econômica, objetivando a aceleração da acumulação industrial com concomitante inserção nos mercados internacionais de manufaturas pouco complexas. Para o Poente, Indonésia, Malásia, Tailândia e Índia pareciam ter sido tocadas por aspirações similares, e se industrializavam em ritmo acelerado, ainda que com compasso e estratégias singulares, e partindo de níveis heterogêneos de complexidade do tecido econômico.

Entre os principais países latino-americanos, contudo, o quadro econômico geral foi precisamente o oposto: uma monótona sucessão de crises cambiais e surtos inflacionários, acompanhados por sobreendividamento público e intentos de acomodação, culminando com desajustes incapacitantes nos sistemas financeiro e produtivo. Ao passo que recessão e semi-estagnação se alternam persistentemente, vão adquirindo contornos de miragem os projetos de construção de parques industriais nacionais e integrados.

No caso da maior economia da região, o Brasil, os anos 1980 foram marcados pelo colapso da estratégia de industrialização com endividamento externo, em curso desde 1974. A recessão se instaura, a inflação se aprofunda, e, no bojo de três planos malfadados de estabilização econômica, prossegue o esgarçamento dos mecanismos de intervenção estatal na economia. Na Argentina, por sua vez, a nova década acena para o fracasso da estratégia de liberalização radical em curso desde 1976. Desindustrialização, recessão, crise cambial, super- e hiper-inflação, falência do Estado e até fracasso bélico são as imagens mais fortes dos anos 1980. O caso do México não é menos infeliz. A década começa com uma profunda crise fiscal, sinalizando o desmoronamento das políticas de expansão da cobertura social e do gasto público ali realizadas desde meados dos anos 1970. Os bancos são nacionalizados sem que a questão da dívida seja equacionada, a inflação marca três dígitos, e o país declara moratória em 1982. O episódio é o prelúdio de um decênio de semi-estagnação, desemprego elevado e conseqüente frustração do projeto industrial nacionalista, abalizando a integração especializada à Zona de Livre Comércio Norte-americana. Na grande maioria dos demais países do continente, da América Central ao Uruguai, o quadro de descaminho das antigas estratégias é semelhante.

Como explicar que o início dos anos 1980 tenha assinalado a divergência de trajetórias entre, de um lado, os promissores parques industriais do Continente Asiático, e, de outro, os exemplos de industrialização inconclusa e truncada que caracterizavam a América Latina? Por que conjunto de razões os indicadores que vinham da Ásia eram tão positivos quando comparados aos latino-americanos? Esta é a pergunta mais geral que norteia a realização da pesquisa de doutoramento que conduziu a este tese.

B) Dinamismo e Estagnação: do dualismo aos padrões regionais

O domínio amplo deste texto é, assim, a bifurcação das trajetórias destas duas regiões; ou seja, a manutenção de um frenético ritmo da acumulação capitalista nos principais parques industriais da Ásia, que se contrapõe ao aparente esgotamento dos outrora prósperos processos de industrialização tardia latino-americanos. De partida, contudo, cabe pontuar que esta divergência não pode ser descrita como uma dualidade regional rígida. Afinal, Ásia e América Latina não são espaços sequer minimamente homogêneos, compondo entidades comparáveis apenas sob substancial abstração. Afinal, nenhuma destas duas regiões coincide com uma unidade político-estatal singular,

sendo o Continente Asiático atualmente compreendido por nada menos que 49 países, ao passo que 21 dão forma à América Latina. Como é de se esperar, há importantes assimetrias com respeito ao desempenho das economias que integram cada um destes dois fragmentados conjuntos, do mesmo modo que em ambos podemos pinçar tipos extremos de boa e má ventura no processo de acumulação de capital.

Precisamos, assim, procurar padrões regionais em trajetórias a rigor particulares. E carecemos, por isto mesmo, de informações mais completas sobre as características de cada uma delas. Nesta empreitada, a Figura I-1 será nosso ponto de partida. Nela, cada país selecionado aparece associado a uma combinação de duas diferentes estatísticas. O eixo horizontal foi reservado ao valor anualizado do crescimento total do Produto Interno Bruto, para o período compreendido entre 1971 e 1980. Já o eixo vertical foi reservado à estatística análoga, porém correspondente aos anos entre 1981 e 1990.

Figura I-1ⁱ

Comparação entre o Dinamismo de Economias Seleccionadas ao Longo de Duas Décadas
Diagrama de Dispersão, Taxas Médias de Crescimento do PIB para 1971-80 e 1981-90, em %

Fundamentalmente, o diagrama da Figura 1.1 nos ajuda a perceber que, da ótica do ritmo de acumulação capitalista, havia quatro diferentes padrões de trajetórias entre

os países citados — excetuando os países de industrialização mais antiga, que são representados na figura apenas por propósitos comparativos —.

Primeiramente, temos aqueles que já mantinham ritmo forte durante os anos 1970, seguindo esta senda durante anos 1980. No diagrama, estes países são representados pelos pontos vizinhos ao canto direito superior. E salta aos olhos, nesta região, a incidência exclusiva dos quadradinhos cheios que representam os países orientais. Mais especificamente, nos referimos aos países asiáticos de industrialização retardatária, tal qual China, Coreia do Sul, Tailândia, Malásia, Indonésia, Cingapura, Taiwan e Hong-Kong. Juntos, os pontos que os representam compõem uma nuvem de contornos nítidos, desconectada de todos os demais pontos do diagrama.

Em segundo lugar, temos os países onde a acumulação capitalista pouco ou nada prosseguiu durante as duas décadas em questão. No diagrama, estes países ocupam a vizinhança do canto esquerdo inferior, região na qual não é difícil diagnosticar a presença exclusiva de sete pontos que representam países latino-americanos, quais sejam, Venezuela, El Salvador, Argentina, Uruguai e Peru, Bolívia e Panamá. Em todos estes casos, a acumulação capitalista avançou menos que a média regional durante os anos 1970 e 1980.¹ E, naquilo que concerne aos anos 1980, temos quatro cifras negativas para o crescimento anualizado, sugerindo uma regressão no nível de capital acumulado. Tal fato tem lugar na Argentina, no Peru, em El Salvador e no Uruguai.²

Em terceiro lugar, temos casos em que uma significativa desaceleração ocorre entre os anos 1970 e 1980. No diagrama, os países nesta situação estão dispostos bastante abaixo da linha longitudinal inclinada que corta o espaço do diagrama.³ Assim, junto à base da área de plotagem é possível identificar que tais países dão forma a outra nuvem de contornos nítidos, quase exclusivamente composta por pontos representativos de países latino-americanos — Honduras, Costa Rica, Guatemala, México, Equador, República Dominicana, Brasil e Paraguai —. Entre estes casos, o paraguaio é paradigmático: depois de ter figurado entre as mais dinâmicas economias do globo nos anos 1970, com um acréscimo anual médio 8,9%, seu resultado na década seguinte não excede 2,9% anuais. O caso brasileiro também, tombando de 8,5% para 1,6%.

¹ Ou seja, o crescimento anualizado de seu PIB foi inferior (ou na melhor hipótese equivalente) a 5,05% nos anos 1970 e 1,37% nos anos 1980, médias para os dezessete países latino-americanos representados.

² Que marcaram, respectivamente, -1,5%, -0,8%, -0,4% e -0,04% para o crescimento anualizado do PIB.

³ Pois acima desta linha estão situados os países cujo desempenho foi superior na década de oitenta em relação aos setenta. E, abaixo dela, estão aqueles cujo desempenho nos oitenta foi frustrante em relação àquele observado nos setenta.

Até aqui delineamos três padrões para países oriundos de duas regiões: os países orientais são aqueles em que a acumulação mais avança em ambas as décadas, enquanto os latino-americanos se dividem entre aqueles que enfrentavam problemas desde os anos 1970, e aqueles cujos problemas se manifestam apenas na década de 1980.

Um quarto grupo é, então, composto pelas exceções a estes padrões regionais. Índia, Turquia e Sri Lanka, por exemplo, ostentam durante os anos 1980 um desempenho análogo àquele dos países asiáticos mais dinâmicos. Mas nos anos 1970 seu desempenho se acerca mais dos menos dinâmicos dentre os países latino-americanos. As Filipinas, por sua vez, vivenciam forte desaceleração dos anos 1970 para os anos 1980, ostentando assim um desempenho semelhante a países latino-americanos como a Guatemala e a Costa Rica. Já entre os meridionais, o único país que não parece se encaixar nos dois padrões que tipificam a região é o Chile.

O Chile, aliás, é o único dentre os principais países latino-americanos a figurar acima da já referida linha longitudinal. Ele registra crescimento médio de 3,7% durante os anos oitenta, o que conferia a ele grande destaque regional, mas mesmo assim o mantinha a muitas braçadas dos mais dinâmicos asiáticos. Afinal, China, Coreia do Sul, Tailândia e Taiwan marcam, respectivamente, 9,3%, 8,7%, 7,8% e 7,6% no mesmo período. Ademais, o Chile registra tal cifra após ter sido um dos países menos dinâmicos do mundo durante a década de setenta.⁴ Com efeito, a economia chilena não foge muito à modesta sina regional se o período em questão compreender ambas as décadas de 1970 e 1980, como expõe o Gráfico I-1. A situação tampouco se altera se tomarmos em conta um período ainda mais dilatado, cobrindo as décadas de 1970, 1980 e 1990, como é feito no Gráfico I-2. Em ambos, o Chile aparece em nítida companhia dos demais países latino-americanos, além dos asiáticos de menor dinamismo acima mencionados: Índia, Sri Lanka e Filipinas.⁵

⁴ Pois seu crescimento médio foi de apenas 2,9%, enquanto Taiwan, Hong-Kong, Cingapura e Brasil registram, respectivamente, 9,7%, 9,6%, 8,8% e 8,5%.

⁵ Note que a Turquia não foi incluída nos Gráficos I.1 e I.2 por não ser propriamente um país asiático.

Gráfico I-1ⁱⁱ

Comparação entre o Ritmo de Crescimento do PIB de Países Asiáticos e Latino-americanos, 1971-1990

Crescimento Total do PIB no Período, Taxa Anualizada, em %, Países Asiáticos em Preto e Latino-americanos em Cinza

Gráfico I-2ⁱⁱⁱ

Comparação entre o Ritmo de Crescimento do PIB de Países Asiáticos e Latino-americanos, 1971-2000

Crescimento Total do PIB no Período, Taxa Anualizada, em %, Países Asiáticos em Preto e Latino-americanos em Cinza

Em conjunto, os dados acima corroboram, sem lugar a numerosas exceções, que a Ásia foi palco de uma veloz acumulação de capital durante as décadas de setenta e oitenta. Ou, como prefeririam alguns, que houve um notável e constante processo de “desenvolvimento capitalista” em praticamente toda a região. Na América Latina, opostamente, a acumulação de capital foi tipicamente acentuada na década de 1970, mas declinou severamente a partir de 1980. Pior ainda, há um subgrupo de países latino-americanos onde a estagnação se fez presente em ambas as décadas, sendo o saldo final quase nulo ou até negativo em termos de desenvolvimento capitalista.

C) Dos Padrões aos Arquétipos Regionais:

As qualificações tecidas acima nos permitem reelaborar sutilmente o questionamento geral que instiga a pesquisa que conduziu a este texto, obviando a sugestão falaciosa de um dualismo regional estanque. Ele adquiriria, então, a seguinte forma: Por que conjunto de razões o processo de acumulação prosseguiu tão velozmente em um amplo conjunto de países asiáticos, ao passo um completo estancamento, por vezes com nítidas tendências regressivas, vitimou vários países da América Latina?

Esta pergunta nos redireciona a uma discussão sobre economias específicas, particularmente dinâmicas ou especialmente inertes, ainda que em um pólo tenhamos países do Continente Asiático, e, em outro, países latino-americanos. Como o número de nações envolvidas é significativo, e são inúmeros os atributos a serem apreendidos quando queremos compreender os fundamentos da acumulação em um território qualquer, o volume de informação a ser considerado é incrivelmente grande. Como forma de lidar com este excesso de estímulos, é absolutamente natural que nossa curiosidade se dirija primordialmente aos exemplos que parecem tipificar os extremos de cada destino regional. Por isto, é recorrente a busca de “modelos” ou “casos” de desenvolvimento e estagnação em toda a literatura que versa sobre a referida divergência. Trata-se de uma estratégia, em princípio razoável, de aprofundar a discussão acerca dos tipos considerados extremos e que, potencialmente, seriam portadores de sugestões analíticas sobre um conjunto muito mais amplo de casos que se quer examinar.

Com efeito, mirando especificamente o êxito em acumular capital, os candidatos à nossa anterioridade analítica se situam junto aos ângulos superior direito e inferior esquerdo do diagrama de dispersão da Figura I-1. Deste modo, temos oito países asiáticos entre os que se mostraram mais dinâmicos: China, Taiwan, Hong-Kong, Coreia do Sul, Tailândia, Malásia, Indonésia e Cingapura. E, entre os menos dinâmicos, quatro latino-americanos: Argentina, Uruguai, Peru e El Salvador. Os primeiros são nossos candidatos a ilustrar de forma arquetípica o dinamismo do espaço econômico asiático nos anos 80, enquanto os últimos podem aspirar a tipificar a má fase atravessada pela região centro-meridional das Américas durante a “Década Perdida”.

D) O Dinamismo e seus Arquétipos: da pujança asiática ao “modelo sul-coreano”

Muito já se produziu sobre cada um dos países acima aludidos no âmbito da literatura sobre desenvolvimento. Em particular, é possível identificar volumosa contribuição intelectual a respeito daqueles cujo dinamismo é paradigmático, isto é, Coreia do Sul, Tailândia, Cingapura e China (incluindo os antigos enclaves ocidentais e Taiwan), além da Indonésia e da Malásia. Afinal, o estudo dos mecanismos em função dos quais a acumulação prosseguiu de forma tão vigorosa em cada uma destas economias parece ser fecundo, *mutatis mutandis*, em recomendações e advertências para as demais nações que busquem seguir sua trilha. No âmbito aos anos 1980, contudo, nenhum destes países atraiu mais a atenção de especialistas que a Coreia do Sul. E não é difícil compreender as razões deste magnetismo sul-coreano. Nos parágrafos abaixo, tentaremos enumerá-las, ao mesmo tempo em que descartamos um a um os “casos” que rivalizavam com o país peninsular.

Inicialmente, temos os dinâmicos entrepostos de Cingapura e Hong-Kong. E, de antemão, é preciso considerar que ambos mal passam de cidades, com um peso demográfico e territorial que as distancia muitíssimo da grande maioria dos países em desenvolvimento. É totalmente natural intuirmos, com ou sem a devida reflexão prévia, que aquilo que vale para uma cidade-estado que logra enriquecer não se aplica a um país do porte, digamos, do Brasil ou da Indonésia. Assim, seu desempenho notável sem dúvida garantiu sua fama entre os círculos especializados, mas não a ponto de permitir que seu sucesso simbolizasse a escalada asiática nos anos 1980.

A China Continental, por sua vez, acabara de passar pela experiência da abertura, iniciada apenas em 1976. Em tempos àquela altura ainda recentes, seu PIB havia oscilado freneticamente, chegando a se contrair 27,1% em 1961 e saltar 19,4% em 1970. Não podia estar suficientemente claro, para observadores de meados dos anos 1980, que a China lograria manter, pelas décadas subseqüentes, o ritmo que hoje sabemos que ela efetivamente manteve, convertendo-a na superpotência emergente de nossos dias. Além do mais, a China integrava aquilo que em tempos de Guerra Fria se chamava “Segundo Mundo”, impregnando o debate com uma carga ideológica especialmente forte, e complicando ainda mais as análises comparativas que são típicas dos estudos do desenvolvimento.

Assim, entre os oito casos de dinamismo citados, apenas a China Insular, ou Taiwan, a Tailândia, a Malásia e a Indonésia, países de porte significativo e que

integravam o então chamado III Mundo, eram capazes de competir em pé de igualdade com os sul-coreanos por atenção especializada. Vejamos, então, por que razões a Coréia foi particularmente visitada e referida como símbolo do salto industrial asiático, mesmo diante destes outros países, cujo ritmo no acúmulo de capital é também tão singular.

Como pode ser percebido a partir do diagrama de dispersão da Figura I-1, Malásia e Indonésia são, naquilo que concerne aos anos 1980, espaços sensivelmente menos pujantes que Taiwan, Coréia do Sul e Tailândia. E isto a despeito das significativas conseqüências da alta nos preços do petróleo após 1979, que influencia positivamente os termos de troca dos dois primeiros, que são exportadores de óleo, ao passo que representa ônus aos três últimos.⁶ Por óbvias razões, este contraste contra-intuitivo acaba redirecionando nosso potencial interesse pela Indonésia e pela Malásia rumo a estes três prósperos importadores de petróleo, que impressionam por terem passado relativamente incólumes aos solavancos macroeconômicos direta ou indiretamente associados aos Choques do Petróleo.

Assim, mirando especificamente a trajetória do PIB, Coréia do Sul, Taiwan e Tailândia parecem ser, por eliminação e até aqui, as melhores candidatas a ilustrar a acelerada acumulação de capital que teve lugar na Ásia. Entretanto, há uma forte razão para retirarmos também a Tailândia desta lista. Como evidencia o Gráfico I-3, ela era nos anos 1980 uma nação muito pobre relativamente à Taiwan e à Coréia do Sul. Em que pese o notável crescimento que àquela época já registrava, este não era ainda suficiente para que se pudesse sugerir a partir de sua trajetória lições para os demais países do então chamado “Terceiro Mundo” — notadamente os da então conturbada América Latina —. Pois boa parte destes países encontrava-se, então, em estágios superiores da transição industrial, ostentando como sintoma níveis superiores de renda *per capita*. Este desnível é atestado pelo Gráfico I-4, logo adiante.

⁶ Mesmo em face da extraordinária fase no mercado internacional de petróleo, durante os nos 1980 o PIB evolui malaio cresce 5,98% anualmente, e o indonésio 6,4%, o que não faz frente aos sul-coreanos, aos tailandeses e aos taiwaneses. Pois, a despeito da das conseqüências deletérias do reajuste do petróleo em sua conta comercial, Taiwan, Coréia e Tailândia marcam, respectivamente, 8,7%, 7,9% e 7,6%.

Gráfico I-3^{iv}

Gráfico I-4^v

Por tudo isto, Taiwan e Coréia serão os dois países em desenvolvimento a suscitar maior número de análises especializadas durante os anos 1980. Ambos serão brindados

com diversas contribuições, conduzidas sob amplo leque de preferências teóricas, cada qual iluminando diferentes facetas da situação de cada um dos países, e, portanto, tecendo as mais distintas conclusões. Contudo, como já antecipamos, a Coréia do Sul acaba sobressaindo ainda mais. Examinemos quais as potenciais justificativas.

De partida, o peso demográfico da República da Coréia é bastante maior que o da República da China: em 1980, 38 milhões habitavam a primeira, enquanto apenas 17 milhões a segunda. Além disto, o ritmo de crescimento da economia sul-coreana durante os anos 1980 era ainda mais forte que o taiwanês: 8,7% *versus* 7,6% anuais. E há ainda um fator que quiçá seja o mais importante: o fato de a Coréia atrair atenção internacional por motivos alheios à sua economia, facetas estas abaixo enumeradas.

Primeiramente, o mundo ocidental apenas se familiarizou com este país peninsular durante a Guerra das Coréias, travada entre suas metades setentrional e meridional, mas na qual os Estados Unidos estiveram intensamente envolvidos, guarnecendo o sul capitalista. Àquela época, nos idos dos anos 1950, o quadro material ali vigente era desesperador, o que confere peso simbólico e reveste de certo heroísmo a menção ao mesmo lugar, poucos anos depois, como modelo de prosperidade.

Além disto, tal qual Taiwan a criação da Coréia do Sul é um capítulo da “Guerra Fria”, porém com implicações geoestratégicas muito mais longevas. Como sabemos, ambos são entidades político-administrativas que ocupam um território reivindicado também por outro Estado. Contudo, no caso chinês, o embate entre sistemas esvaziou-se desde 1979, quando o território continental deliberou pela abertura à civilização capitalista, tornado-se adiante quase um anacronismo à medida que os antigos enclaves ocidentais foram incorporados à Pequim segundo a solução de dois sistemas para um só país. Na Península Coreana, ao contrário, a “Guerra Fria” persiste como em nenhum outro lugar, ameaçando se materializar em guerra total de tempos em tempos. Esta situação legitima a presença de maciços contingentes militares norte-americanos em terras da Coréia do Sul, supostamente para fornecer proteção a esta e ao Japão frente à ameaça nortista. Assim, a divulgação das proezas industriais instaladas às margens do Rio Han acaba sendo muito funcional aos interesses estratégico-militares dos Estados Unidos. Pois é o crescente contraste entre o próspero sul e o mendicante e beligerante norte que fundamenta, em última análise, sua presença militar naquelas longitudes.⁷

⁷ Cumpre ressaltar que o complexo militar estadunidense inclui centros de estudos capazes de fomentar pesquisas em áreas consideradas estratégicas. Neste ambiente, costumam ter boa circulação e angariar seguidores as análises particularmente alarmistas com relação à suposta beligerância nortista, descrito

Em face de todos estes atributos fortuitos, pelos idos da realização dos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, já se tornara praticamente um consenso acadêmico que a Coreia do Sul constituiria um caso raro, tal qual paradigmático, de nação periférica que teria conseguido, em virtude da adoção de políticas econômicas acertadas, ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento. Seja em ambientes especificamente devotados à discussão do desenvolvimento, seja em outros ambientes acadêmicos — como em aulas ou seminários do mais amplo espectro —, ou mesmo nas discussões políticas e nos meios jornalísticos, a mesma concordância ecoava muito freqüentemente: a Coreia do Sul era descrita como um “exemplo” para todas as nações em desenvolvimento, especialmente quando elas eram postas diante de crises mais ou menos sérias ou prolongadas. Afinal, o vigor do processo de acumulação capitalista que tem lugar em seu território é entendido, pela maioria esmagadora dos analistas que se debruçaram sobre este tema, como função direta das diretivas político-econômicas ali perseguidas. E, desta ótica, o sucesso sul-coreano decorreria primordialmente, senão unicamente, de suas próprias escolhas.

E) Dos Modelos aos Contramodelos: o “desastre argentino” como anverso do “milagre sul-coreano”

Como já dito, a tese mais popular a respeito do “milagre sul-coreano” sustenta que um conjunto de receitas de política econômica teria logrado transformar este país em um “caso de sucesso” industrial. Esta teoria, por razões translúcidas, ganharia mais substância argumentativa se, entre os países que então perseguiam resolutamente a industrialização mediante a adoção de outras estratégias, fosse possível identificar um “caso de fracasso”: ou seja, um país que colhesse resultados amplamente rotulados de insatisfatórios a partir da aplicação de diretrizes político-econômicas supostamente distintas das sul-coreanas.

Esta complementaridade entre os arquétipos de “sucesso” e “fracasso”, sob o ponto de vista da coerência empírica de qualquer teoria do desenvolvimento, traz à tona a importância do estudo daqueles países que, durante os anos 1980, enfrentavam crises e estancamento no processo de acumulação de capital. Afinal, faz sentido propor que o conjunto de políticas econômicas em vigor nestes países seja um terreno empírico

como um famélico “barril de pólvora”. Tais descrições costumam ser complementadas por descrições dos notáveis progressos materiais sulistas, tipicamente marcadas por indisfarçável deslumbramento e marcante conformismo político.

fecundo à compreensão dos potenciais entraves à acumulação, especialmente se for diagnosticado que seus problemas tiveram origem sob a sombra de construtos contrastantes com aqueles que predominavam entre os “casos de sucesso”. Reemergem, aqui, os quatro candidatos sugeridos pela observação do diagrama da Figura I-1 e dos gráficos que a seguem: Argentina, Uruguai, Peru e El Salvador. E, neste caso, para a maioria daqueles que buscaram algum país que tipificasse o desmoronamento dos processos latino-americanos de industrialização, não foi muito difícil optar pelo primeiro, que inspirou a criação de volumosa bibliografia. Sintetizemos, então, quais as razões que garantiram à Argentina mais visibilidade que a estes outros países, examinando as fragilidades de seus três rivais enquanto “casos de fracasso”.

Inicialmente, vejamos o caso de El Salvador. Nos anos 1980, havia menos de 5 milhões de salvadorenos, contingente que fragiliza o uso da trajetória deste país como inspiração ao debate sobre as estratégias de desenvolvimento mundo afora. Neste contexto, questionamentos análogos àqueles que costumam surgir a respeito de Hong-Kong e Cingapura acabam suscitando a posição, fundamentada ou não, de que aquilo que vale para uma unidade tão pequena não costuma fazer sentido para países da envergadura do México ou da África do Sul. El Salvador será, portanto, um caso pouco visitado pelos estudos do desenvolvimento.

Analisemos, então, os atrativos e fragilidades de um outro candidato, o Peru. Naquilo que diz respeito ao peso demográfico, ele não padece da mesma fragilidade de El Salvador, contando 17 milhões de habitantes em 1980. Além disto, o país andino é dotado de amplas disponibilidades de recursos naturais, que à luz de uma interpretação tradicional se coadunaria com prosperidade econômica, o que sabemos que não ocorre, atraindo nossa curiosidade. Contudo, o “caso peruano” padece de uma fragilidade análoga àquela que apontamos acima a respeito da Tailândia, qual seja, seu retardo industrial cuja expressão é sua nítida pobreza frente aos demais países a quem as lições deveriam se aplicar. O Gráfico I-6, abaixo, compara o PIB *per capita* peruano com o de outros países relevantes no contexto latino-americano, atestando esta dessimetria.

Gráfico I-6^{vi}

Comportamento do PIB do Peru em Comparação com Outros Países Latino-Americanos, 1975-2000

Valores em US\$ de Geary Khamis de 1990

Examinemos então o caso do Uruguai, que à primeira vista é rico em atributos que reforçam a relevância do estudo da severa crise que atravessou durante os anos 1970 e 1980. Afinal, o Uruguai é um país excepcionalmente dotado de superfícies férteis, algo que já à primeira vista contrasta com as dificuldades econômicas que vitimam o país, atijando nossa curiosidade intelectual. Além disto, alguns famosos sintomas do precoce desenvolvimento social uruguaio, como o estatuto do divórcio e do voto feminino já em 1917, ou a notável expansão do ensino público especialmente sob a social-democracia de José Batlle y Ordóñez não parecem se coadunar com as dificuldades que acabaram vitimando sua economia. E há ainda um outro atributo da conhecida “Suíça” latino-americana a reclamar atenção especializada no âmbito dos estudos do desenvolvimento: a perturbadora duração da semi-estagnação que vitimou sua economia por cinco ou seis décadas. Pois o Uruguai constitui caso paradigmático de sociedade onde, apesar de em princípios do século XX prevalecer um padrão de vida elevado relativamente à média global, vigia na virada do milênio um nível de renda nada mais que mediano.

Contudo, na contramão das supracitadas razões que realçam nosso interesse pela evolução da economia uruguaia, incide sobre este país o mesmo dilema de El Salvador a respeito do peso populacional. Afinal, nos anos 1980 eram contabilizados apenas cerca de 3 milhões de uruguaios, cerca da metade da população então reunida na cidade-estado de Hong-Kong. Este dado neutraliza, decididamente, grande parte do interesse que

outras facetas *charrúas* despertam nos pesquisadores, redirecionando seu foco à Argentina.

Afinal, em ambas as margens do Rio da Prata o período posterior à Segunda Guerra foi marcado por uma longa semi-estagnação que as fez se distanciar progressivamente dos países ricos de que antes se faziam acompanhar, ao menos naquilo que diz respeito aos indicadores de bem-estar material. Este malogro fica evidente no Gráfico I-5, logo adiante. Utilizando os valores históricos do PIB *per capita* de ambos os países, e comparando-os com uma média representativa de um vasto conjunto de países europeus ocidentais, observamos nitidamente que Uruguai e Argentina falharam reincidentemente em acompanhar a trajetória do Velho Continente já a partir de meados dos anos 1950.

Gráfico I-5^{vii}

Comparação entre o PIB per capita de Argentina, Uruguai e Países Europeus Seleccionados, 1900-2000

Em US\$ de Geary-Khamis de 1990.

O referido gráfico sugere, com nitidez, que há uma letargia de largo termo que, no caso destes dois países, transcende em muito os limites da chamada “Década Perdida”. E, se está claro que a crise argentina tem duração análoga à uruguaia e se abate sobre outra sociedade que começa o século numa posição relativamente afluyente, também é verdade que esta ocorre igualmente sob um território marcado por uma dotação de

recursos naturais por habitante praticamente sem par. Ao contrário do Uruguai, contudo, a Argentina não recai na fragilidade da exigüidade populacional, pois conta com o peso das 28 milhões de almas que a habitavam em 1980. E, por isto, acaba reclamando primazia analítica em relação a todas as demais opções citadas.

Para dar força a esta escolha, contamos com mais um dado de envergadura: dentre todos os quarenta e quatro casos analisados, o PIB que evolui de forma mais desfavorável durante os anos 1980 é o argentino. Ele se contrai 1,5% ao ano durante a “Década Perdida”, enquanto no Peru, segunda economia mais afetada pela crise, é observada uma contração ligeiramente menor, de 0,8% ao ano. Igualmente digno de nota é o fato de a Argentina ser, por volta de 1980, uma economia onde a industrialização havia avançado quase tanto quanto em um país do porte da Coreia do Sul ou do México, apesar de estar em face de óbvios obstáculos sinalizando tendências regressivas no tecido produtivo.

Um outro fator de natureza simbólica que pesa em prol da visibilidade argentina é ela ter provocado e perdido uma guerra contra a Grã-Bretanha em primórdios da década. E, naturalmente, em seu contexto econômico delicado a derrota militar acentuava o senso de decadência geral, e realçava o contraste com a opulência perdida que caracterizara seu já distante I Centenário. Assim, a soma destas razões faz do ciclo de crises atravessado pela Argentina nos anos 1980, etapa de um longuíssimo estancamento costumeiramente aludido como “desastre argentino”, o principal candidato a tipificar a má fase vivida então pela América Latina, em contraposição ao bom momento das economias asiáticas.

Em virtude da formidável aderência de suas histórias industriais na segunda metade do século XX a tipos extremos de sucesso e fracasso, Argentina e Coreia do Sul são casos obrigatoriamente estudados e re-estudados quando o tema é o desenvolvimento econômico. Com efeito, em fins dos anos 1980 a próspera República da Coreia era quase sempre, apesar de nem sempre, descrita como modelo de extroversão e audácia comercial, caso notório de sucesso de uma estratégia de industrialização com ênfase na concomitante inserção exportadora nos mercados de manufaturados. Já a entorpecida Argentina havia se popularizado como um “contramodelo”, falseando as teorias *cepalinas* e advertindo o mundo periférico sobre os vícios do “industrialismo” deliberado e do protecionismo.

Por breve período, durante o governo Menem, o “caso argentino” foi costumeiramente alvo de reelaboração, atestando a capacidade de recuperação de um

país economicamente à beira da ruína que, enveredando pela seara do livre-cambismo, começara já a colher resultados propensamente sólidos. Contudo, o *débaçle* financeiro do país na virada do milênio imprimiu nova linearidade secular à crise argentina, revalidando-a como um “contramodelo” que comprovaria a inadequação do intervencionismo.

Mas esta polarização entre um “caso de sucesso” do *laissez-faire* e, de outro lado, um “contra-exemplo” que supostamente aclararia os vícios do industrialismo não mapeia completamente o debate acalorado que traz como insígnias o “milagre coreano” e o “desastre argentino”. Afinal, nos debates sobre desenvolvimento há sempre uma heterodoxia pronta a rever as sugestões do “pensamento convencional”. E, para esta, temos conclusões essencialmente contrárias, quais sejam, que a Coréia do Sul progrediu por executar políticas econômicas ativas, ao passo que a Argentina demonstra o insucesso seja de medidas liberalizantes, ou de medidas intervencionistas mal-conduzidas.

F) Da Fragilidade dos Modelos e Contramodelos aos nossos Objetivos Específicos:

Ainda hoje, contada quase uma década desde o retorno dos ventos aos moinhos do Rio da Prata, e amortizado sensivelmente o ritmo da economia sul-coreana⁸, parcela francamente majoritária dos analistas ainda costuma aludir às histórias industriais de Coréia do Sul e Argentina como arquetípicas, respectivamente, daquilo que serve como modelo e daquilo que deve ser evitado em um país periférico e sub-industrializado. Seu re-nivelamento é quase sempre descrito com tons fatalistas, como algo desde muito perenizado. E o debate que ainda se trava parece confinado, então, à eterna cisão entre liberais e intervencionistas acerca de quais as políticas efetivamente aplicadas em cada lugar, supondo de antemão que são elas que explicam o aprofundamento de uma divergência tida como progressiva, encontre ela hodiernamente amparo empírico ou não.

Hoje, Coréia do Sul e Argentina muito se distanciaram dos antigos cenários marcados por extremos de vigor e apatia. Mas pela resiliente menção a ambos nestes termos, não soa exagero afirmar que o “milagre coreano” se cristalizou, no âmbito das disputas teórico-ideológicas, como o perfeito avesso do “desastre argentino”, e vice versa. Ambos povoam vivamente o acervo de nosso imaginário político, e são ainda freqüentemente evocados como álibis para as mais diversas contendas acadêmicas e

⁸ O desempenho do PIB argentino tem sido muito positivo desde 2003, atingindo uma média anual de 7,6% entre 2003-2010. Já o desempenho da economia sul coreana no mesmo intervalo foi de 3,8% anuais.

político-distributivas. Seu emprego resiste, ainda que cada vez menos ancorado em dados quaisquer, senão na funcionalidade retórica da menção a duas histórias contadas com tons anedóticos, cheias de simbolismo e com aceitação consagrada e quase universal. A primeira delas, aquela que versa sobre um país paupérrimo, de exíguo território e solapado pela guerra, que penetrou o círculo das “economias avançadas” após escolher as políticas certas. A segunda, aquela que narra como um “país rico”, com pradarias incrivelmente pródigas, clima mediterrâneo e população culta e politizada acabou tombando ao rol dos “países pobres” mediante a aplicação de políticas equivocadas.

Para quem levanta ou acata o contramodelo argentino, pouco desconforto é provocado pelo fato de este país ser, no ano de 2010, o mais afluente dentre os latino-americanos⁹, ou o fato de sua renda *per capita* superar em cerca de 80% aquela que prevalece na elogiada Tailândia.¹⁰ Tampouco costumam causar embaraço seus notáveis indicadores sociais que, se bem que menos favoráveis que aqueles exibidos pela Coreia do Sul, a posicionam muito à frente da maioria dos países de industrialização tardia, inclusive orientais. Já para quem revalida o modelo sul-coreano, não costuma acender inquietação que, também neste ano de 2010, sua renda *per capita* ainda não exceda 63% daquela vigente nos Estados Unidos.¹¹ Nem mesmo quando também se sabe que, desde 2003, a Coreia do Sul tem crescido sistematicamente menos que a maioria dos países sul-americanos, inclusive a estigmatizada Argentina.

Mas o objetivo desta ênfase nestes dados contra-instintivos não é desafiar a noção amplamente difundida de que houve, sim, um paradigmático processo de acumulação de capital na Coreia do Sul, fenômeno que se contraporía ao frustrante progresso material logrado concomitantemente na Argentina. Pois esta noção popular é, sem lugar à dúvida, profundamente coerente com os fatos. Mas isto não nos permite, ainda assim, deixar enfatizar que teremos que lidar objetivamente, se quisermos chegar a algum lugar, com dois casos de boa e má ventura a tal ponto sedimentados em nosso repertório teórico-ideológico, que se tornou comum que negligenciássemos alguns questionamentos que deveriam ser constantes e obrigatórios.

⁹ Segundo o FMI, a renda per capita argentina em 2010 se situa em US\$ 15.603, enquanto a chilena marca US\$ 14.982 e a uruguaia US\$ 14.382 (em valores corrigidos pela Paridade do Poder de Compra).

¹⁰ Segundo o FMI, temos US\$ 15.603 *versus* US\$ 8.643.

¹¹ Segundo dados do FMI, com valores corrigidos pelo método da Paridade do Poder de Compra, temos US\$ 47.123 *versus* US\$ 29.791.

Pois a temática do “milagre coreano” e do “desastre argentino” nos assedia com os mesmos impulsos que desafiam um historiador social que, ao perseguir objetividade na elucidação de um evento pretérito, tope com o aparente protagonismo de um herói popular, de representação sempre acompanhada por um anti-herói, com fama igualmente consolidada. Mesmo sem discordar frontalmente dos atributos comumente associados a tais personagens, virtuosos ou viciosos, não lhe resta alternativa senão questioná-los. E isto não deve confundir-se com negar seus traços folclóricos *a priori*, mas insistir em discutir o que realmente os embasa. Assim, se nosso objetivo é compreender os diferentes rumos tomados pela Ásia Oriental e pela América Ibérica nos 1980, e para tal cabe aprofundar nosso conhecimento sobre as histórias econômicas recentes de Coreia do Sul e Argentina, precisaremos demarcar objetivamente o desnível aberto entre estes dois países. Aonde logrou efetivamente chegar a Coreia do Sul? De que ponto ela realmente partiu? E a Argentina? Aonde mesmo é que ela havia chegado durante os anos 1940? Quão objetivamente profunda foi sua decadência? Faz sentido pensar que ela é, por princípio, definitiva? Qual o ponto de partida da industrialização em ambos os casos? Como podemos caracterizar o quadro material de ambos naquele ponto e hoje? Somente tal abordagem pode nos livrar da superficialidade oca dos heróis e contra-heróis.

Prosseguindo nesta busca por objetividade, precisaremos questionar uma opção metodológica eleita — ou no mínimo referendada — pela imensa maioria dos pesquisadores que tratam do referido re-nivelamento. Trata-se do juízo segundo o qual desempenho destas economias subdesenvolvidas é necessariamente explicado por variáveis endógenas. Ou seja, precisaremos questionar a suposição, com fortes desdobramentos para nossa pesquisa, de que as escolhas realizadas internamente, abstraídas as circunstâncias internacionais, necessariamente explicam o ritmo do processo de acumulação de capital.

Afinal, as economias destes países, que para alguns seriam caracterizadas pela alcunha de “periféricas”, são visivelmente afetadas por variáveis que escapam sua dinâmica interna. Com efeito, fatores governados por dinâmicas completamente exógenas desde sua ótica, como as flutuações nos preços internacionais dos produtos de exportação e importação, têm consensualmente implicações severas sobre o desempenho de curto prazo das economias não-industrializadas. De forma análoga, as políticas comerciais dos principais países, priorizando as compras em alguns mercados em detrimento de outros, assumem poder explicativo igualmente robusto naquilo que

concerne ao desempenho de médio e longo prazos destas economias. E, para além dos fluxos comerciais, devemos destacar a relevância do nível internacional de liquidez financeira, que determina no curto prazo o potencial de absorção de empréstimos externos por estes países, tipicamente dotados de sistemas financeiros imaturos. Também não devemos negligenciar a importância dos fluxos voluntários de capitais, assim como as transferências unilaterais oriundas das grandes potências, cuja centralidade para o equilíbrio de médio e longo prazos dos Balanços de Pagamentos destas economias não raras vezes eclipsa a relevância de suas contas Comercial e de Serviços.

Por que razão deveríamos assumir, mesmo em face destas advertências, tal qual faz a imensa maioria da bibliografia que adiante percorreremos, que o dinamismo sul-coreano e o estancamento argentino possuem bases necessariamente endógenas? Não parece nada sensato, por exemplo, obviarmos uma discussão aprofundada sobre os profundos efeitos dos dois Choques do Petróleo, em 1973 e 1979-81, para o equilíbrio externo de ambas as economias. Tampouco podemos descurar das drásticas consequências do sobressalto observado nas taxas norte-americanas de juro, especialmente a partir de 1979. Pois estes dois choques de natureza exógena estiveram nitidamente associados à sequência de moratórias latino-americanas, a começar pela mexicana em 1982, sem ter produzido equivalente efeito desestabilizador nas economias do Continente Asiático. Quanto a isto, por que razões a Coreia do Sul escapou incólume às Crises da Dívida? Faz sentido confinar esta explicação à dimensão endógena, explorando a composição prévia de seu endividamento externo, ou a oferta de divisas garantida pelo sucesso de suas políticas exportadoras, e excluir *a priori* a análise das políticas financeiras regionais do Japão? Será que o sucesso sul-coreano na rolagem de sua gigantesca dívida não guarda qualquer relação, por definição e de antemão, com a forma pela qual o Japão enxergava e tratava sua *hinterlândia* industrial? Estamos a tal ponto convencidos da irrelevância das finanças japonesas para a Coreia do Sul, que podemos descartar desde já a análise deste fator exógeno? Claro que não.

Ao contrário, temos todas as razões para sustentar que a recusa às explicações exógenas constituiu uma grave omissão metodológica, responsável pelo grosso da mistificação que assola este relevante debate. Com efeito, a única forma de fazer com que os “modelos” e os “contramodelos” cumpram seu mandato explicativo — qual seja, o de fornecer sugestões analíticas para a compreensão de um conjunto maior de ocorrências menos extremas que se almeja explicar — é, com alguma obstinação,

insistir em contextualizá-los. E, neste esforço, um crucial passo é traçar o quadro de interferências oriundas do plano internacional, assim como os limites e possibilidades a ele associados, em que se inscrevem as escolhas efetivamente abertas a cada país analisado.

Ao mesmo tempo, temos uma segunda opção metodológica tradicional a discutir. Trata-se da preferência por considerar a dinâmica econômica como um fenômeno que independe do processo político. Ora, as políticas econômicas não são delineadas abstratamente. Suas conseqüências prováveis despertam reações capazes de dificultar, obstaculizar e até reverter sua execução. Neste contexto, o poder que um governo efetivamente possui de executar quaisquer políticas econômicas acaba sendo visivelmente cerceado pelas atribulações originadas nas arenas políticas. E, se sabidamente é assim, como considerar as “escolhas certas” sem ter em vista as escolhas efetivamente disponíveis em função da realidade política de cada país?

Durante os anos 1980, Coréia do Sul e Argentina foram países marcados por desenvolvimentos políticos bastante heterogêneos. No caso da primeira, a década de setenta termina com o assassinato do General Park Chung Hee, em 1979, episódio ao qual se segue um novo golpe que conduz mais um militar ao poder, o General Chun Doo-Hwan. Seu governo estende-se até 1988, e ele é sucedido por um terceiro general, Roh Tae-Woo, que fica no poder até 1993. Ou seja, o período militar na Coréia do Sul preenche o longo intervalo entre 1961 e 1993, e sob apenas três lideranças relevantes. Não é de se estranhar que o projeto econômico erigido sob seu signo, comumente referido pelo cognome de “industrialização puxada por exportações”, tenha sido levado até as últimas conseqüências, pouco contando a substancial oposição política que muitas de suas conseqüências diretas despertavam.

Já no caso da Argentina, o retorno dos civis ao poder é muito mais precoce. Raúl Alfonsín toma do lugar do General Bignone já em 1983, de modo que a transição política coincide exatamente com o ápice da crise econômica internacional. A um só turno, despencavam sob a jovem democracia uma crise fiscal terminal, a emergência de um processo hiper-inflacionário, antigos anseios “justicialistas” por repartição da renda nacional, além da necessidade de voltar a patrocinar a conclusão de seu errático processo de industrialização. A todos estes fatores, devemos somar ainda o substancial desgaste internacional em função do recente fiasco nas Ilhas Malvinas. Também não surpreende que, sob o fogo cruzado de demandas tão multifacetadas, o novo governo argentino demonstrasse paralisia ante os severos reveses da economia internacional.

Feitas todas estas considerações, cumpre estabelecer que o objetivo específico deste texto é discutir as histórias industriais de Coréia do Sul e Argentina, inscrevendo no contexto destas o auge de sua longa divergência, os anos 1980. Cumpre ressaltar, para compreendermos suas trajetórias específicas nessa década, teremos que dilatar tanto quanto parecer necessário o escopo temporal analisado, de modo a apreender tendências e processos mais duradouros. Trataremos, nesse espírito, a divergência coreano-argentina como segmentos de complexas histórias sociais, inscritas em um quadro internacional riquíssimo em estímulos e desafios.

Como frisamos, enxergamos seus retrospectos como sugestivos da bifurcação que identificamos entre um grupo maior de países, qual seja, o conjunto dos países latino-americanos e aquele composto pelos países orientais de industrialização tardia. Esperamos, assim, que ao visitarmos estes dois casos tenhamos conclusões fecundas para a compreensão do desnivelamento entre estes conjuntos mais extensos. No entanto, pelas razões que já destacamos, assumimos de antemão ser imperiosa a contextualização de cada intrincada história industrial.

— **CAPÍTULO I** —

**A Real Dimensão de um Veloz
Re-nivelamento: os dados
econômicos e sociais de Coreia
do Sul e Argentina numa
perspectiva histórico-
comparada**

1.1) Introdução, **p.25**

1.2) O Contraste entre o
Comportamento das Economias
de Coreia do Sul e Argentina
durante a Década de 1980, **p.28**

1.3) Coreia e Argentina:
Indicadores Econômicos no
Longo Prazo, **p.52**

1.4) Coreia e Argentina:
Indicadores Demográficos e
Sociais desde 1980, **p.69**

1.1 - Introdução:

Em Outubro de 1988, a cidade de Seul sediou os Jogos Olímpicos de Verão, e, durante o evento, grande parte das atenções da imprensa ocidental esteve direcionada para a Coreia do Sul. Como é característico durante as várias edições dos Jogos, o noticiário estritamente esportivo costumava ser suplementado por uma cobertura mais geral sobre o país-sede, destacando suas peculiaridades culturais, históricas e econômicas. E, neste contexto, as partidas representavam um convite à popularização da emblemática transformação econômico-produtiva vivenciada desde alguns anos por este país. A Coreia do Sul era então descrita como um país que entrava definitivamente no “clube dos ricos”, deixando para trás um passado relativamente recente de pobreza e beligerância. Paralelamente, a delegação sul-coreana obtém um excelente resultado nas competições, alcançando 12 medalhas de ouro, feito impressionante para um país que conquistara sua primeira vitória olímpica somente em 1976, doze anos antes, em Montreal. Mas nem todos os países tinham tanto a comemorar.

As Olimpíadas de Seul terminaram sem que nenhum membro da delegação argentina fosse laureado com uma medalha de ouro. Na realidade, o resultado obtido na Coreia se insere em um longuíssimo período em que o hino nacional argentino esteve ausente das premiações olímpicas. Pois entre as edições de Melbourne, em 1956, e Sidney, em 2000, nenhuma medalha olímpica dourada rumou para este país. No longo vôo de regresso da Ásia a Buenos Aires, ao fim das disputas, é provável que vários dos inegavelmente talentosos atletas da delegação argentina, como a tenista laureada com a prata, Gabriela Sabatini, cultivassem ainda alguma esperança de, no correr de suas carreiras, ajudar seu país a repetir os alvissareiros resultados por ele já alcançados em um passado que ora se distanciava. No entanto, façanhas como as de 1948, em Londres, onde a Argentina contabilizou sete medalhas e três de ouro, teriam esperar até Atenas, em 2004, edição na qual a Argentina finalmente angariou duas novas medalhas douradas. Para aquela geração de atletas, assim, o anseio de feitos olímpicos extraordinários jamais seria cumprido. E a festa terminava com o inevitável retorno a seu país de origem, então convulsionado por uma severíssima etapa de sua crônica crise econômica, então alardeada pela imprensa internacional como o “desastre argentino”: a conversão de um país rico e promissor em um país empobrecido e sem perspectivas.

Neste capítulo visitaremos a informação estatística que amparava as duas noções acima aludidas, quais sejam:

- i. a de que a Coréia do Sul descolava-se da maioria dos demais países subdesenvolvidos, adquirindo, nos mais diversos campos da atividade humana, e em seus indicadores materiais gerais, feições crescentemente comparáveis àquelas exibidas pelos países de industrialização precoce, e,
- ii. a de que a Argentina atravessava um nítido processo de involução econômica, fenômeno que é acompanhado por diversos sintomas de declínio em vários ramos da atuação humana.

O caminho que percorreremos será o seguinte. Primeiramente, na Seção 1.2, tomaremos como ponto de partida o ano de 1980, início de um decênio que ficará conhecido, na América Latina, pela alcunha de “Década Perdida”, ao passo que no Oriente muitos davam conta de um “Milagre Asiático”. Contraporem, naquilo que diz respeito à referida década, a evolução dos principais indicadores econômicos sul-coreanos e argentinos. E ficará evidente que, ao passo que na Coréia do Sul o ritmo do processo de acumulação permitiu que seus indicadores econômicos gerais fossem progressivamente se acercando daqueles vigentes nos países de industrialização mais antiga, na Argentina um caminho essencialmente oposto era trilhado. Ou seja, uma longa paralisia no processo de acumulação se materializava no progressivo distanciamento entre os indicadores econômicos argentinos e aqueles que prevalecem nos países mais afluentes.

Como sugerido acima, a etapa adversa do capitalismo argentino não se inicia apenas em 1980. A bem da verdade, o processo de acumulação de capital neste país parece ter se desencaminhado muito antes, após o desfecho da II Guerra Mundial. O mesmo pode ser afirmado a propósito da economia sul-coreana: seu bom momento não se inicia em 1980. Por isto, na Seção 1.3 alargaremos nosso horizonte temporal, apresentando dados gerais acerca do comportamento secular de ambas as economias, entre 1910 e 2010.

Como veremos, na Coréia do Sul a boa fase começa tardiamente em relação à má fase da economia argentina. Enquanto a primeira inicia seu longo ciclo de crescimento apenas em princípios dos anos 1960, a última entra em sua longa paralisia já a partir do início dos anos 1950. E é somente com o fim do milênio que a roda da fortuna novamente girará. Nestes anos, uma conhecida seqüência de crises financeiras volta a perturbar os principais países periféricos: o México, em 1994, a Coréia e vários outros países da Ásia Litorânea, em 1997, a Rússia, em 1998, o Brasil, em 1999, e finalmente a Argentina em 2001-2. A partir da assim chamada “Crise Asiática” de 1997, a economia sul-coreana não mais atingiu o ritmo de crescimento econômico que a caracterizou nas três décadas antecedentes. Na Argentina, ao seu turno, a crise cambial e a moratória por ela gestada, em

2001, acabam coincidindo com um ponto de inflexão no comportamento de seu PIB. A partir de 2003, como evidenciará a análise dos indicadores adiante dispostos, o capitalismo argentino aparentemente recupera o dinamismo das primeiras décadas do século XX. E, como resultado, o PIB do país austral evolui durante a década passada a um ritmo nitidamente superior ao sul-coreano.

Ao alargarmos o período histórico coberto, para além de comparar as duas economias analisadas, tentaremos efetuar comparações entre os resultados exibidos por elas e por outras economias ao longo do século. Assim o fazendo, esperamos ser capazes de datar os movimentos de convergência e divergência entre ambas e os países que lideram o processo de acumulação. Paralelamente, desejamos caracterizar a situação de ambos os países no início e ao fim do período coberto, esclarecendo os seguintes questionamentos. O quão desfavorável era o quadro material vigente na Coreia do Sul antes da II Guerra? E o quão favorável, em um comparativo internacional, ele havia se tornado em fins do século? Além disto, o quão favorável era a realidade argentina antes da II Guerra? E, às vésperas do milênio, o quão desfavorável era sua situação quando contraposta às demais nações?

Mais adiante, na Seção 1.4, visitaremos alguns indicadores demográficos e sociais a respeito dos dois casos estudados. Esperamos, com eles, apurar o quanto da ascensão sul-coreana e da decadência argentina se traduziu em alterações nas condições objetivas de vida de ambos os povos. Ficará claro, pela análise dos gráficos selecionados, que a Coreia do Sul logrou, sim, uma impressionante elevação dos níveis de vida de seus cidadãos durante sua escalada econômica. Será evidente, outrossim, que a ruína econômica argentina preservou a notoriedade de alguns seus indicadores sociais, especialmente quando contrapomos sua realidade àquela dos demais países de industrialização tardia.

1.2 - O Contraste entre o Comportamento das Economias de Coréia do Sul e Argentina durante a Década de 1980:

Na introdução deste trabalho, insistimos que as assimetrias de ritmo no processo de acumulação capitalista mundo afora instigam um amplo debate entre os analistas do desenvolvimento, levando à seleção entre as várias nações de casos de estudo que supostamente tipifiquem “sucesso” e “fracasso”. Como também argumentamos, Coréia do Sul e Argentina são costumeiramente evocados como arquétipos adequados a simbolizar, respectivamente, ventura e desventura neste processo planetário de acumulação de capital. Nesta seção, nos debruçaremos sobre alguns indicadores estatísticos gerais que dão suporte ao uso destes dois países enquanto casos opostos. Quanto a isto, nosso objetivo específico é confrontar, em linhas gerais, o comportamento das economias argentina e sul-coreana durante os anos 1980, momento em que a menção a ambos os países em termos antitéticos se populariza nos meios acadêmicos.

Como ponto de partida, temos um trio de estatísticas fortemente indicativas do ritmo do processo de acumulação em cada país, quais sejam, a taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto, o ritmo da Formação Bruta de Capital Fixo e o nível de Desemprego Aberto. Em tese, à medida que mais e mais capital é acumulado dentro das fronteiras de um país, maior será a soma do valor dos bens e serviços que pode ser criada em seu interior. Assim, a taxa de crescimento do PIB, estatística que almeja mensurar esta última soma, é uma medida indireta convincente para captarmos o quão veloz é a acumulação em um dado lugar. De modo análogo, parece razoável que quanto mais capital é acumulado em um território, mais e mais máquinas, equipamentos, instalações de infraestrutura ou edifícios serão nele provavelmente acumulados. Por isto, a Formação Bruta de Capital Fixo pode ser apontada como um indicador fortemente correlacionado ao avanço na acumulação de capital. Paralelamente, sabemos que o capital instalado não tem qualquer serventia sem que trabalhadores o utilizem como potencializador de suas capacidades e energias. Por isto, uma elevação do nível de emprego costuma ocorrer simultaneamente a expansões suficientemente robustas no nível de capital acumulado.

No Gráfico 1.2-1, logo abaixo, temos o acréscimo anual no Produto Interno Bruto medido nestes dois países. Salta aos olhos de qualquer um que examine este gráfico que o PIB argentino regride em nada menos do que cinco dos dez anos cobertos. Paralelamente, fortes taxas de expansão, não raras vezes superiores a 10%, caracterizavam o comportamento do PIB sul-coreano. Ambas as economias são afetadas negativamente pela

recessão mundial de 1980, e a sul-coreana ostenta inclusive um desempenho pior que a argentina neste ano. Não obstante, ao longo do restante da década o desempenho sul-coreano foi constantemente forte, enquanto a economia argentina alterna expansões tímidas e contrações severas. Na realidade, sua economia patina durante toda a década, a ponto de o PIB registrado em 1989 ser 4% inferior àquele registrado em 1980. A Coréia do Sul, ao seu turno, emana sinais que sugerem o acúmulo de capital a taxas impressionantes, de modo que seu PIB de 1989 é 108,6% superior ao registrado logo no início do decênio.

Gráfico 1.2-1^{viii}

Ritmo de Crescimento das Economias de Argentina e Coréia do Sul - 1980-1989

Já no Gráfico 1.2-2, adiante, é contraposto o ritmo de acúmulo de bens de capital em ambos os países, incluindo a cobertura das eventuais depreciações. No caso da Coréia do Sul, é possível observar uma contração no valor auferido durante a recessão que atinge sua economia nos primórdios da década. Esta contração, inclusive, invade o ano de 1982, quando o PIB sul-coreano já havia voltado a crescer. No restante da década, contudo, podemos observar fortes taxas de formação bruta de capital fixo, chegando a atingir 18% em 1987. Na Argentina, ao contrário, a formação bruta de capital fixo é negativa em nada

menos que seis dos dez anos cobertos pelo gráfico, intervalo em que contrações que beiraram 20% e 22% são observadas, respectivamente, em 1982 e 89.

Gráfico 1.2-2^{ix}

Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo na Coréia do Sul e na Argentina - 1980-1989

Taxas Anuais de Crescimento, em %

Gráfico 1.2-3^x

Evolução do Desemprego na Argentina e na Coréia do Sul - 1980-1989

Taxas Médias Anuais de Desemprego Aberto, em %

No Gráfico 1.2-3, por sua vez, podemos acompanhar a evolução do desemprego aberto nos dois países de que nos ocupamos. Como expressão direta do permanente dinamismo do processo de acumulação de capital na Coréia do Sul, um contingente cada vez mais vasto de trabalhadores foi mobilizado para o processo de produção. Assim, a taxa de desemprego aberto ali medida logrou um ritmo cadente a partir de 1981. Na Argentina, ao contrário, a taxa de desemprego evolui desfavoravelmente ao longo de todo decênio. Desta maneira, durante as três contrações do PIB ao longo da década — em 1980-82, em 1985 e em 1988-89 —, a População Economicamente Ativa argentina será confrontada com fortes elevações nesta estatística, que triplica entre 1980 e 89.

É interessante ressaltar, a respeito dos dados sobre o desemprego em ambos os países, que esta década é palco de uma nítida inversão de realidades. A Argentina, relativamente menos afetada pela recessão global de 1980, acaba sofrendo menos com a mazela do desemprego, mas termina a década em situação análoga àquela que caracterizara a Coréia em 1980, quando esta sentia agudamente os efeitos da crise internacional. Para os sul-coreanos, por sua vez, a década termina com uma taxa de desemprego bem mais modesta, análoga àquela ostentada pela Argentina em 1980.

Este trio de indicadores respalda decisivamente o senso comum: Coréia do Sul e Argentina viviam momentos opostos naquilo que concerne ritmo de acúmulo de capital. Mas os dados até aqui apresentados não são de qualquer serventia se nosso foco for o nível de capital já acumulado, ao invés do ritmo de acumulação. Para tal, precisaremos comparar magnitudes do Produto Interno Bruto, ao invés de sua taxa de expansão.

O primeiro gráfico apresentado acima, relativo à expansão do PIB, foi gerado a partir dos valores do PIB divulgados por ambos os países em sua própria moeda. Como se sabe, o fato de cada país colher em preços expressos em moeda doméstica as informações que permitem o cálculo de seu produto — como, aliás, não poderia deixar de ser — em nada atrapalha as comparações internacionais que focalizem apenas a taxa de crescimento desta estatística. Contudo, se nosso intuito é tecer comparações internacionais a respeito da magnitude do PIB auferido em cada lugar, será necessário convertê-las a uma moeda comum. A maneira mais aconselhada para efetuar este tipo de conversão é aquela que leva em conta o poder de compra desta moeda selecionada em todos os países. Geralmente, toma-se como referência o dólar norte-americano, ao qual é convertido o PIB calculado em moeda nacional por cada país, sendo depois ajustado o valor obtido à luz das assimetrias de poder de compra identificadas mundo afora. Ou seja, em países onde com um dólar seja possível adquirir relativamente mais, o PIB deve ser corrigido para um valor maior que

aquele que seria encontrado pela mera conversão à taxa de câmbio corrente. Ao contrário, nos países onde com um dólar é possível comprar relativamente menos, corrigiremos o resultado do PIB para um valor menor que aquele que encontraríamos convertendo-o simplesmente à taxa cambial do dia.

Logo abaixo, no Gráfico 1.2-4, podemos acompanhar a evolução o PIB argentino e sul-coreano à luz de valores corrigidos da maneira indicada acima. Os dados trazidos por este gráfico nos ajudam a perceber que, ainda entre 1980 e 1982, o PIB argentino guardava dianteira em relação ao sul-coreano, situação que certamente remontava a épocas bastante pretéritas, anteriores à prática de calcular o PIB. No entanto, entre 1983 e 1984 o PIB sul-coreano ultrapassa o argentino, consolidando sua dianteira ao longo dos demais anos da década.

Gráfico 1.2-4^{xi}

Uma vez que a dinâmica demográfica sul-coreana não é muito distinta daquela encontrada na Argentina, com ambos os países ostentando grandezas e taxas de crescimento populacionais bastante semelhantes, o comportamento do PIB *per capita* dos dois países é essencialmente o mesmo daquele que diz respeito ao PIB total. Também neste quesito, como atesta o Gráfico 1.2-5, a Argentina se situava adiante da Coréia do Sul ao princípio da década. E esta situação acaba por se inverter ao redor de 1987. Outra nota que

merece ser ressaltada neste gráfico é o patente encolhimento do PIB *per capita* vigente na Argentina, que em nenhum momento da década insinua uma tendência altista. Já o PIB per capita da Coreia do Sul, em valores corrigidos pela Paridade do Poder de Compra, praticamente dobra ao longo da década, partindo do patamar de US\$ 6.000 e alcançado quase US\$ 12.000 (em valores de 2010).

Gráfico 1.2-5^{xii}

Feitas as considerações anteriores sobre estas cinco estatísticas indicativas do ritmo de acúmulo e do nível previamente acumulado de capital, é aconselhável que nos voltemos para outro conjunto de indicadores, capazes de nos ajudar a mapear o cenário macro- e microeconômico em que o re-nivelamento acima aludido tem lugar. Esta outra sorte de informação estatística se revelará útil quando apresentarmos, no âmbito dos Capítulos II e III, as principais conclusões dos autores que realizaram investigações acerca dos determinantes desta tendência divergente. Afinal, a mais popular linha de pesquisa acerca deste fenômeno assenta suas explicações exatamente nos contrastes macro- e microeconômicos que adiante listaremos.

Deste modo, ao longo das próximas páginas desta seção examinaremos os seguintes atributos destas duas economias: (1) o grau exposição ao comércio internacional; (2) o comportamento dos componentes do Balanço de Pagamentos e a evolução do mercado cambial; (3) a taxa de inflação; (4) os indicadores relativos à formação de poupança; e (5) os indicadores capazes de apreender a capacidade que os atores de cada país possuem de

gerar inovações ou invenções úteis ao processo produtivo. Começemos com a primeira destas cinco famílias de indicadores.

Nos debates em torno das estratégias de desenvolvimento, costumam ser frequentes as contendas a respeito do significado do comércio internacional para a prosperidade de uma nação qualquer. Para aqueles que enxergam o processo de acumulação desde uma perspectiva liberal, à moda de Adam Smith ou David Ricardo, o crescente envolvimento no comércio internacional seria uma condição elementar para garantir a progressiva elevação do nível de afluência de um povo. À luz das preocupações intelectuais suscitadas por esta tradição de reflexão econômica, Coréia do Sul e Argentina forneciam elementos potencialmente aptos a corroborar suas previsões. Afinal, uma das mais destacadas características da economia sul-coreana é sua veloz inserção nos mercados internacionais de bens, fenômeno que é evidenciado pela notável corrente de comércio que ali reincidentemente se amplia. Os Gráficos 1.2-6 e 1.2-7, mais abaixo, trazem informações sobre o total exportado e sobre a corrente de comércio sul-coreana, não descuidando de comparar estes indicadores com aqueles que dizem respeito à economia argentina.

Gráfico 1.2-6^{xiii}

Gráfico 1.2-7^{xiv}

Tomando a década em conjunto, é possível verificar nos gráficos anteriores que o total exportado pela Argentina ostentou ligeira tendência declinante. Paralelamente, o total exportado pela Coréia do Sul quase duplica entre 1980 e 1989. Com efeito, de princípios da década até por volta de 1986, as exportações sul-coreanas excediam em cerca de três vezes as argentinas, passando a superar estas em quase seis vezes em 1989. Este contraste ganha ainda mais significado quando retemos que a Argentina é um país riquíssimo em recursos naturais e tradicional exportadora agrícola, ao passo que na Coréia do Sul praticamente inexistem, para além do famoso *ginseng*, produtos agro-pecuários ou extrativos cortejados pelos mercados internacionais. Em consonância com a crescente assimetria entre os volumes exportados por ambos os países, os dados sobre a corrente de comércio também trazem resultados marcadamente divergentes. Enquanto na Coréia do Sul este indicador apresenta forte elevação, na Argentina ele se contrai nitidamente, como expressão tanto de uma retração exportadora quando importadora.

Um terceiro dado que costuma ser evocado a respeito do envolvimento de uma economia com as trocas internacionais é aquele que estabelece a razão entre: (a) o volume do comércio de mercadorias, que acima definimos como corrente de comércio, e, (b) o PIB do país em questão. O gráfico abaixo contrapõe ambos os países neste quesito.

Gráfico 1.2-8^{xv}

Como é possível perceber, o comércio de mercadorias tipicamente excedia, no caso da Coréia do Sul, a metade do volume de riquezas anualmente produzidas. Na Argentina, ao contrário, este indicador raramente passava da quinta parte. Muitos concluíram, a partir da perspectiva liberal acima aludida, ser esta a raiz da divergente situação de ambos os países na referida década.

Gráfico 1.2-9^{xvi}

No entanto, nem todo o contraste entre estes dois países naquilo que diz respeito ao comércio exterior é tão previsível. Pois quando o quesito a contrapor é o saldo do comércio de bens, ao invés de seu volume, a Argentina se sai melhor que a Coréia do Sul nesta década. Enquanto a primeira manteve superávits em todos os anos após 1981, a segunda obtém déficits em todo o hexênio entre 80 e 85. Os dados estão no Gráfico 1.2-9.

Ou seja, apesar de a Coréia do Sul registrar um volume de comércio externo significativamente superior ao registrado pela Argentina, tanto em termos absolutos quanto em proporção do PIB, a Argentina logra obter saldos comerciais superiores aos sul-coreanos na primeira metade da década, clímax das “Crises da Dívida”. Mas isto não indica que sua situação cambial fosse melhor que aquela do país oriental. Pois, como se sabe, no âmbito do assim chamado do Balanço de Transações Correntes — que soma os fluxos comerciais aos de serviços, rendas e doações —, o comércio pode, não raras vezes, ter sua importância eclipsada por outras rubricas. E, ademais, eventuais déficits em Transações Correntes podem ainda ser cancelados por superávits no Balanço Financeiro e de Capital. Para fazermos um bom diagnóstico do mercado cambial, conseqüentemente, precisamos comparar os dados do gráfico anterior com as demais estatísticas citadas.

Gráfico 1.2-10^{xvii}

Comparação entre os Balanços Comercial, de Rendas e em Conta Corrente da Coréia do Sul
1980-1989, em Milhares de US\$ de 2010

No Gráfico 1.2-10, acima, as Contas Comercial e de Rendas da Coréia do Sul são comparadas, permitindo que observemos a contribuição de cada qual ao resultado em Transações Correntes. Como podemos visualizar, os pagamentos de rendas feitos pela

Coréia do Sul eram diminutos, permitindo que os déficits comerciais não se convertessem em déficits muito maiores em Transações Correntes. De forma análoga, os superávits comerciais alcançados ao fim da década se traduziram em superávits em Transações Correntes com proporcional magnitude. Situação inteiramente diversa era a vivenciada pela Argentina, onde os pagamentos de rendas costumavam comprometer consideravelmente o resultado do Balanço em Transações Correntes.

Como demonstra o Gráfico 1.2-11, logo abaixo, a Argentina enfrentou sistemáticos e significativos déficits no Balanço de Rendas durante toda a década de 1980. Deste modo, os vários superávits comerciais que este país logra obter durante a referida década são todos insuficientes, frente tais déficits, para garantir o equilíbrio do Balanço de Transações Correntes.

Gráfico 1.2-11^{xviii}

De modo a proporcionar uma melhor visualização do contraste que estes dois países evidenciavam no Balanço de Transações Correntes, o Gráfico 1.2-12 traz simultaneamente os resultados apurados por ambos, comparando-os com o volume do Produto Interno Bruto de cada país. Entre 1980 e 1985, observamos déficits de equivalente magnitude nos dois casos. Entretanto, a partir de 1986 ocorre um descolamento. O país asiático passa a

registrar superávits, ao passo que os déficits reincidentem no país latino-americano. Estes resultados em Transações Correntes, claro, ainda precisam ser contrapostos ao Balanço Financeiro e de Capital para compreendermos aquilo que ocorria com a oferta de divisas.

Gráfico 1.2-12^{xix}

Resultado em Conta Corrente em Proporção do PIB na Coréia do Sul e na Argentina, 1980-89

Os repetidos déficits apurados pela Argentina em seu Balanço de Transações Correntes, visivelmente originados em seus maciços déficits no Balanço de Rendas, acabavam exigindo um volume significativo de entradas de capital para que o equilíbrio do mercado de divisas fosse preservado. Porém, como sabemos, aqueles eram anos de “aversão ao risco” e baixa confiança internacional nos países latino-americanos, fazendo com os capitais voluntários relutassem em optar pela região. Por isto, é de se esperar que o equilíbrio do cambial argentino tenha sido raro e instável por todo o decênio, o que deve ser evidenciado por resultados globais desfavoráveis no Balanço de Pagamentos.

Já naquilo que diz respeito à Coréia do Sul, tomando apenas o início da década, o déficit em Transações Correntes impunha a mesma temerária necessidade de superávits no Balanço Financeiro e de Capital. Após 1986, porém, é de se esperar uma seqüência inversa, com um Balanço de Rendas equilibrado e saldos no Balanço Comercial que alicerçam um resultado melhor em Transações Correntes. Nada se exigiria do Balanço Financeiro e de Capital, então, para manter equilibrado o Balanço de Pagamentos.

Vejamos se os dados confirmam tais inferências. Abaixo, nos Gráficos 1.2-13 e 1.2-14, podemos acompanhar a evolução tanto do Balanço Financeiro e de Capital quanto do

Balanço de Pagamentos para os dois países analisados. Na Coréia do Sul, o Balanço Financeiro e de Capital permanece positivo entre 1980 e 1985, período crítico em que o Balanço em Transações Correntes apresentava déficit. Assim, o Balanço de Pagamentos permaneceu equilibrado durante o auge da Crise da Dívida, restando explicar como é que um país com manifesta fragilidade em suas contas externas logrou atrair substanciais capitais em meio a um período de evidente turbulência financeira. De 1986 em diante, o Balanço Financeiro e de Capital se deteriora, mas as Transações Correntes são positivas.

Gráfico 1.2-13^{xx}

Balanço Financeiro e de Capital Contraposto ao Balanço de Pagamentos na Coréia do Sul, 1980-89
Valores Atualizados, em Milhões de US\$ de 2010

Gráfico 1.2-14^{xxi}

Balanço Financeiro e de Capital Contraposto ao Balanço de Pagamentos na Argentina, 1980-89
Valores Atualizados, em Milhões de US\$ de 2010

Na Argentina, como esperado, temos situação antagônica. Tanto o Balanço de Transações quanto o Balanço Financeiro e de Capital acumulam déficits crônicos, determinando um resultado global constantemente negativo no Balanço de Pagamentos. Esta situação imprimia uma notável pressão sobre o mercado de divisas, que tenderia a vivenciar maciças desvalorizações cambiais à medida que o volume de Reservas Internacionais declinasse. Um fator que suavizou esta tendência foi o uso, em 1983 e entre 1985 e 1988, de créditos “*stand by*” disponibilizados pelo FMI.

Como indica o Gráfico 1.2-15, este afluxo permitiu uma relativa estabilidade, entre 1981 e 89, no montante de Reservas Internacionais detido pelo país, o que mesmo assim não indica que a pressão especulativa no mercado de divisas tenha sido eliminada. Aliás, mesmo na Coréia do Sul, que como vimos registrou resultados satisfatórios no Balanço de Pagamentos, os recursos do FMI foram usados entre 1980 e 85. Isto foi preciso para debelar movimentos especulativos na taxa de câmbio, que foi pressionada à semelhança do que ocorria na América Latina, até que o país voltasse a acumular divisas em 1987.

Gráfico 1.2-15^{xxii}

Em síntese, naquilo que tange ao auge das “Crises da Dívida”, a Coréia do Sul reincidiu em elevados déficits comerciais, e a chave para que seu Balanço de Pagamentos permanecesse equilibrado foi a coincidência de significativos saldos no Balanço Financeiro e de Capital com a manutenção de um Balanço de Rendas quase equilibrado. O inesperado comportamento destas duas últimas contas, sob intensa agitação nas finanças internacionais, permanece um tema pouco debatido e este trabalho almeja tomar parte

desta discussão. Por hora, porém, resta registrar que, em princípios desta década os dois países também detinham grandes passivos externos. Ambos possuíam uma elevada razão entre a Dívida Externa e o PIB, ainda que a Coréia do Sul se saia melhor se o critério for a razão entre esta dívida e as exportações. Os gráficos abaixo trazem os dados.

Gráfico 1.2-16

Comportamento do Estoque Total de Dívida Externa na Argentina e na Coréia do Sul
1980-1990, em % do PIB

Gráfico 1.2-17

Comportamento do Estoque Total de Dívida Externa na Argentina e na Coréia do Sul
1980-1990, Valor da Dívida Total em US\$ Correntes Dividido pelas Exportações de Bens

Examinados os fluxos internacionais de pagamentos, cumpre examinar o comportamento do câmbio nos dois países. No país oriental, a taxa cambial entre o Won sul-coreano e o Dólar norte-americano registrou variações suaves ao longo de todo o decênio, figurando a desvalorização do Won em 1981 (12%) e revalorização de 1988 (11%) como as maiores variações anuais. No cômputo final, a taxa cambial média entre o Won e o Dólar havia variado apenas 21% ao longo dos dez anos entre 1981 e 1991 — de 607,4 W/US\$ para 733,3 W/US\$ —. No caso argentino, contrariamente, acréscimos desta magnitude foram observados já entre as médias mensais. Confira nos dois gráficos abaixo.

Gráfico 1.2-18^{xxiii}

Evolução do Valor do Dólar Americano em Relação ao Won Sul-coreano: 1981-1991

Taxas Cambiais Médias para cada Ano e Evolução destas Médias em Relação ao Ano Anterior

Gráfico 1.2-19^{xxiv}

Evolução do Valor do Dólar Americano em Relação à Moeda Nacional Argentina: 1981-1991

Variação da Taxa Cambial Mensal Média, em %

No caso argentino, as sistemáticas desvalorizações do câmbio imprimiam uma constante pressão sobre os preços internos praticados no varejo. Dotada de um parque industrial ainda incompleto e dependente, portanto, de inúmeros insumos importados, o encarecimento das divisas estrangeiras representava imediatos acréscimos de custos para o produtor industrial argentino. Além disto, dado o regime de oligopólio pouco competitivo que caracterizava a formação industrial por substituição de importações, é certo que estas pressões de custos refluíam quase automaticamente aos preços finais. Paralelamente, os

tradicionais produtos de exportação do país, como a carne e os cereais, que na Argentina coincidem com os itens fundamentais tanto na dieta quanto na formação do custo de vida urbano, viam seus preços internos dispararem à medida que a moeda nacional se desvalorizava.

Por tudo isto, outra estatística a respeito do comportamento destas duas economias nos anos 1980 que revela intenso contraste é a taxa de inflação ao consumidor. Os Gráficos 1.2-20 e 1.2-21, logo adiante, retomam o comportamento da inflação ao consumidor em ambos os países durante a década de 1980. Naquilo que diz respeito à Coréia do Sul, temos um quadro essencialmente favorável, compatível com a estabilidade cambial acima revelada. Após ter registrado taxas inflacionárias acentuadas durante os anos 1970, tipicamente expressas por algarismos de dois dígitos, ela passa a contabilizar cifras de apenas um dígito após 1982.

Gráfico 1.2-20^{xxv}

Gráfico 1.2-21^{xxvi}

Já na Argentina temos um cenário francamente oposto, o que igualmente era esperado em função das maciças desvalorizações cambiais acima identificadas. Ali, a inflação já se acelerara fortemente durante os anos 1970, sendo então medida em taxas típicas de dois e três dígitos, e tangencia durante a década de 1980 níveis sem precedentes na história monetária do país. Neste decênio, o único ano em que não foi registrada uma inflação anual ao consumidor de pelo menos três dígitos foi 1986, em que se registrou 90,1%. Os momentos mais adversos, contudo, se deram nos anos de 1984, 1985 e, especialmente, 1989. Neste último ano, a inflação registrada foi de impalpáveis 3.097,81%, sugerindo a instauração de um quadro nitidamente hiper-inflacionário.

Para além das cifras, este quadro é evidenciado pela impraticabilidade do desempenho, pela moeda nacional, de suas três funções clássicas. Se com a superinflação já se torna impraticável o uso da moeda como reserva de valor, com a hiperinflação os preços relativos se desnivelam e re-nivelam a tal ritmo que mesmo a função corriqueira de unidade de conta deixa de ser exercida a contento pela moeda nacional. No contexto latino-americano dos anos 1980, os preços tenderam a ser formados em dólares norte-americanos, mesmo que extra-oficialmente. No limite, os preços sobem tão velozmente que a moeda nacional deixa de um meio funcional de pagamento. Afinal, sua posse, ainda que por períodos muito breves, acaba redundando em perdas reais severas ao portador.

Há ainda outro sintoma da cronicidade do fenômeno inflacionário que então se abate sobre a Argentina: foram três os seus padrões monetários na referida década. Ela começa com os chamados Pesos “Ley”, que haviam tido dois zeros cortados pela Lei 18.188 de 1970. Em 1983, mais um corte de quatro zeros redefinia os novos Pesos “Argentinos”. Em 1985, uma nova supressão de três zeros criava os “Austrais”, que circulariam até que a eliminação de mais quatro zeros, já em 1992, criasse os Pesos “Conversíveis” — estes últimos em vigor até hoje, ainda que sem a manutenção de qualquer conversibilidade estanque —. Cumpre notar que, nesse meio tempo, o Won sul-coreano jamais sofreu qualquer descontinuidade.

A constatação de que na Coreia do Sul dos anos 1980 prevalecia uma taxa de inflação drasticamente mais baixa que aquela observada na Argentina nos convida a examinar o comportamento de outra estatística que, para algumas linhagens de autores, estaria associada ao comportamento da inflação: a taxa de poupança. De acordo o argumento destes, taxas maiores de poupança são o corolário do adiamento do exercício do poder de compra, permitindo que este poder seja por ora redirecionado aos investimentos criadores de capacidade produtiva, que por sua vez tendem a determinar uma ampliação da oferta

futura. À luz deste raciocínio, em sociedades onde prevalece um baixo nível de poupança, a oferta interna terá dificuldade em preencher simultaneamente as demandas relacionadas ao consumo e aos investimentos, ocasionando pressões altistas nos preços. Como via de escape, o país pode recorrer a recursos externos para compatibilizar seus altos níveis tanto de consumo quanto de investimentos, mas isto em certas conjunturas poderá pressionar o mercado de divisas e, por tabela, a taxa cambial e os preços.

Repassemos dentre as estatísticas disponíveis duas que costumam merecer destaque nos trabalhos ocupados desta temática. Primeiramente, porém, precisamos diferenciá-las de modo a evitar confusões. A primeira delas é a “Poupança Doméstica Bruta”, que podemos definir como o Produto Interno Bruto menos as despesas de Consumo Final. Esta estatística se aproxima daquilo que popularmente se denomina “poupança interna”, ou seja, a parcela do PIB não consumida internamente. Mas, como sabemos, os dois países que comparamos eram àquela altura economias que participavam dos fluxos financeiros internacionais e que contavam em seu interior com ativos de propriedade estrangeira. Por isto, remessas de lucros, dividendos ou o pagamento de juros vencidos podem interferir significativamente, em ambos os casos, na massa de recursos efetivamente disponível para respaldar investimentos capazes de ampliar a oferta futura. Por isto, é conveniente igualmente examinar a evolução de uma segunda estatística, qual seja, a “Poupança Bruta”, cujo resultado equivale àquele da “Poupança Bruta Doméstica” subtraídos os resultados de duas outras rubricas: (a) a Renda Líquida Enviada ao Exterior, e, (b) o Saldo das Transferências Unilaterais.¹²

Quando o que temos em vista é a “Poupança Bruta” — e não a “Poupança Doméstica Bruta” —, países que remetem significativas rendas de propriedade ao exterior, que efetuam maciça remuneração de empregados não-residentes, ou que fazem importantes doações ao resto do mundo serão enxergados como espaços onde haverá, na prática e tudo mais mantido, menos recursos disponíveis para financiar o investimento. Por isto, em países com tais atributos, a “Poupança Bruta” tende a ser menor que a “Poupança Doméstica Bruta”.

Nos Gráficos 1.2-22 e 1.2-23, adiante, a evolução tanto da “Poupança Bruta” quanto da “Poupança Doméstica Bruta” de ambos os países é contraposta, tendo como parâmetro o valor de cada PIB. Como ficará evidente, na Coreia do Sul ambas as estatísticas praticamente coincidem, demonstrando que, mesmo durante o ápice das chamadas Crises

¹² Estas definições para a “Poupança Bruta” e a “Poupança Bruta Doméstica” acompanham a metodologia do Banco Mundial.

da Dívida, este país não remetia ao exterior significativas poupanças, apesar de tampouco captar expressivos recursos.

Gráfico 1.2-22^{xxvii}

Contraposição da Poupança Doméstica Bruta e da Poupança Bruta na Coreia do Sul

1980-1989, em % do PIB

Gráfico 1.2-23^{xxviii}

Contraposição da Poupança Doméstica Bruta e da Poupança Bruta na Argentina

1980-1989, em % do PIB

Caso inteiramente distinto é o da Argentina, onde a “Poupança Bruta Doméstica” é sistemática- e significativamente superior à “Poupança Bruta”, descortinando a constante drenagem de seus já escassos recursos disponíveis por remessas de rendas de capital. Isto redundava na necessidade de permanentes saldos na Conta Financeira e de Capital do Balanço de Pagamentos. E não é difícil reter a conexão lógica entre este imperativo, dado o

gravíssimo quadro financeiro internacional daqueles anos, os dados a respeito do frágil equilíbrio cambial e a tendência à hiper-inflação que ali se conjugam perversamente ao fim deste decênio. Cumpre ainda registrar, contra-intuitivamente, que momento mais duro da reversão de liquidez, entre 1980 e 82, a Argentina quase iguala os níveis sul-coreanos de Poupança Doméstica Bruta. E, assim, não terá sido por escassez de poupança que a crise se aprofunda na Argentina, enquanto velozmente se dilui na Coréia do Sul.

Os autores que destacam a formação de poupança como variável explicativa crucial à compreensão da dinâmica inflacionária costumam devotar igual apreço pelo estudo da conexão entre as finanças públicas e o comportamento dos preços. Tipicamente, aqueles que se debruçam sobre esta vinculação pontuam que um nível menor de gastos públicos, tudo mais constante, ao redundar em menor demanda agregada, reduziria a pressão sobre a oferta agregada, contribuindo para a estabilidade dos preços.

Gráfico 1.2-24^{xxix}

Esta preocupação, aliás, transborda a discussão específica sobre a inflação e permeia questões mais gerais sobre o desenvolvimento, remontando às discussões clássicas sobre o tamanho adequado dos Estados, tal qual às contendas acerca do nível aceitável de ingerência estatal nas decisões privadas. Naquilo que tange a este debate, a estatística mais freqüentemente visitada é aquela que efetua a comparação entre o tamanho da arrecadação total de uma unidade estatal, em todos os seus níveis, e a riqueza gerada nos territórios sob sua jurisdição, sendo esta última grandeza apreendida pelo Produto Interno Bruto. Uma vez que nesta discussão predominam desde as origens os autores que se inquietam com a

extensão da arrecadação, este dado é mais comumente referido como “carga” ou “fardo” fiscal, que entre os estudiosos do desenvolvimento costuma ser contraposta ao desempenho dos vários países no processo mundial de acumulação capitalista. No Gráfico 1.2-24, acima, temos o comportamento desta estatística nos dois países em questão durante os anos 1980.

À luz dos dados acima, os Estados sul-coreano e argentino possuíam um tamanho semelhante durante o correr da referida década. Ainda que na Argentina a errática dinâmica dos preços imprima ao tamanho da arrecadação um comportamento menos monótono que aquele observado na Coréia do Sul, o conjunto dos dados sugere um nível de arrecadação até um pouco inferior no país austral, o que é completamente contra-intuitivo do prisma liberal. Por isto, os autores desta orientação terão que realizar um esforço descritivo de cunho mais qualitativo para caracterizar a conexão entre a dimensão destes dois Estados e o desempenho das economias sob sua jurisdição. Afinal, temos que o Estado menos dinâmico é aquele cuja arrecadação é mais enxuta. Por isto, o argumento liberal precisará ser alicerçado, nestes dois casos, não no tamanho do aparato estatal, mas no nível de interferência de suas diretivas nos negócios privados.

Gráfico 1.2-25^{xxx}

Para finalizarmos esta seqüência de estatísticas, há ainda uma última dimensão das economias argentina e sul-coreana que resta examinar: os indicadores relativos à capacidade de realizar avanços tecnológicos que se prestem ao complexo produtivo-industrial. Quanto a isto, se tornou muito popular a referência ao número de patentes solicitadas pelos residentes de cada um dos países. Como atesta o Gráfico 1.2-25, sul-coreanos e argentinos partem de um patamar semelhante, protocolando respectivamente

1.241 e 1.269 pedidos em 1980.¹³ Em 1999, contudo, o cenário era muito distinto: 899 *versus* 55.970.

Este marcado contraste ensejou a realização de incontáveis pesquisas, buscando as origens econômico-institucionais deste re-nivelamento, ao mesmo tempo em que almejaram atribuir parte significativa do re-posicionamento dos demais indicadores oriundos destes dois países ao relativo sucesso sul-coreano em gerar inovações e invenções capazes de respaldar seu fortalecimento industrial. Outro indicador que costuma ser apontado acerca do relativo sucesso sul-coreano em criar um ambiente fecundo à inventividade e à inovação é o número de artigos publicados por seus residentes em periódicos técnicos e científicos. Quanto a isto, como atesta o Gráfico 1.2-24, os sul-coreanos publicaram apenas 168 artigos em 1981, ao passo que os argentinos se saíram bastante melhor, alcançando 892. No ano de 2007, contudo, os sul-coreanos haviam adquirido a capacidade de publicar uma massa muito mais volumosa: finalizaram 18.467 artigos, enquanto os argentinos apenas 3.362.¹⁴

Gráfico 1.2-26^{xxxi}

Artigos em Periódicos Técnicos e Científicos Publicados na Coréia do Sul e na Argentina, 1980-99

Sintetizemos nossas conclusões. Acima, examinamos diversas dimensões de duas economias que então perseguiram a montagem de um parque industrial com tamanho, diversificação e complexidade análogos àquilo que se observava nos países que mais cedo

¹³ No Gráfico 1.2-25, as cifras correspondentes à Argentina entre 1985-93 e 1995-6 estão ausentes pela inexistência do dado.

¹⁴ No Gráfico 1.2-26, as cifras correspondentes à Argentina e à Coréia do Sul em 1980 e entre 1982-4 estão ausentes pela inexistência do dado.

se industrializaram. E o que constatamos, como era esperado, foi que os sul-coreanos parecem ter tido notável êxito em acumular capital, ao passo que os argentinos foram detidos por uma persistente e duradoura estagnação. Como sintomas, sua economia esteve mais aquecida, acumulou-se mais capital fixo e o emprego tendeu a elevar-se durante o período coberto.

Como pano de fundo, perpassamos algumas das mais visitadas estatísticas auferidas em cada um dos dois países. Primeiro, observamos uma economia sul-coreana mais envolvida com o comércio internacional que sua equivalente argentina. Segundo, identificamos na Coreia do Sul taxas de inflação mais modestas que as argentinas, visto que no país oriental um relativo equilíbrio no mercado de divisas foi preservado. Estas taxas mais moderadas de aumento do nível de preços estiveram em companhia, ademais, de “poupanças internas” tipicamente mais acentuadas por parte dos sul-coreanos, ainda que esta informação não seja em absoluto válida para o princípio da década. Terceiro, constatamos no país oriental indícios de um ambiente mais fecundo à inventividade e à inovação que em seu correspondente latino.

No entanto, nos deparamos também com alguns contrastes menos evocados naquilo que diz respeito aos argentinos e sul-coreanos. Fundamentalmente, os saldos comerciais argentinos parecem ter sido maiores nos anos 1980, feito que não impediu que este país fosse vitimado por patente escassez de divisas, carência esta que não ocorre com igual intensidade na Coreia do Sul. Aparentemente, este curioso paradoxo guarda alguma relação com as vultuosas remessas de rendas efetuadas a partir da Argentina no período analisado, pagamentos estes que quase inexistiam na Coreia do Sul. Paralelamente, os argentinos revelaram dificuldade em registrar, como lograram fazer os sul-coreanos, sistemáticos saldos no Balanço Financeiro e de Capital.

Igualmente, não custa fazer menção ao grande endividamento externo que identificamos em ambos os países, que à primeira vista deveria significar nos dois casos dificuldades de atração de capital durante as “Crises da Dívida”, sendo que este desafio parece ter sido colocado desproporcionalmente aos argentinos. Ainda no rol dos dados contra-intuitivos, temos a constatação de que na Argentina, em desafio à sugestão liberal, o Estado absorvia proporcionalmente menos recursos da economia. Mais adiante, nos capítulos seguintes, revisitaremos estes temas.

1.3 - Coréia e Argentina: Indicadores Econômicos no Longo Prazo:

A Seção 1.2 visita, logo de início, um trio de estatísticas que sinaliza que as economias de Argentina e Coréia do Sul atravessavam momentos díspares durante a década de 1980: na primeira a acumulação de capital havia sido interrompida, mas na segunda prosseguia velozmente. Esta dualidade acabou sendo apropriada e interpretada por uma volumosa bibliografia internacional que almeja propor, universalmente, a conexão explicativa entre as duas ordens de variáveis visitadas na Seção 1.2, quais sejam:

- i. Aquelas que buscam mensurar (indiretamente) o ritmo de acumulação de capital nos dois países, como o ritmo de crescimento do PIB ou a evolução do emprego;
- ii. Aquelas que captam características particulares da dinâmica econômica, tais como o envolvimento com o comércio internacional ou a formação de poupanças;

Esta bibliografia será discutida apenas nos Capítulos II e III, no âmbito dos quais o quadro estatístico acima reportado será valioso, ainda que insuficiente. Por isto, no domínio do presente Capítulo I, que se ocupa da informação estatística capaz de subsidiar as discussões contidas nos capítulos vindouros, restam dois objetivos ainda por cumprir.

O primeiro deles, a ser coberto pela presente Seção 1.3, é situar o contrastante panorama acima delineado em dois processos histórico-econômicos de longa duração, quais sejam, a apressada industrialização sul-coreana e a truncada industrialização argentina. Para tal, precisaremos descrever sucintamente os dois processos, levantando algumas questões. Há fundamento estatístico para assumir que as realidades divergentes acima descritas se inscrevem em tendências de mais largo termo? Como caracterizar o quadro material prévio dos dois países quando da configuração dos rumos econômico-industriais do pós-guerra? Até onde, da ótica da acumulação de capital, as referidas estratégias trouxeram hodiernamente os dois países?

Já o segundo objetivo mencionado, a ser coberto pela Seção 1.4, diz respeito ao exame das estatísticas demográficas e sociais oriundas destes dois países no decênio analisado. Este esforço é relevante para definirmos se o antagonismo no ritmo de acúmulo de capital redundou, igualmente, em trajetórias opostas no campo das condições objetivas de vida dos povos em questão. Quanto a isto, temos uma pergunta crucial: os dois países também podem ser caracterizados como casos extremos naquilo que diz respeito a seu quadro social?

Começemos então pelo primeiro esforço. Coréia do Sul e a Argentina são dois espaços tardiamente integrados ao sistema capitalista mundial. Antes do último terço do

século XIX, as férteis pradarias argentinas permaneciam majoritariamente desabitadas, percorridas apenas por grupos muito rarefeitos de nômades caçadores, cujo contato com os europeus havia sido até então parco e accidental. Já na Península Coreana, resistia hermética até o mesmo momento uma sociedade erigida à luz da doutrina confucionista, que não concebia a propriedade privada e situava no topo da escala social uma burocracia agrária. Esta era recrutada por intermédio de exames civis que auferiam o domínio do candidato nos clássicos do pensamento chinês, o que inclinava seus expoentes à enfática defesa de valores essencialmente antagônicos àqueles associados ao capitalismo. Em ambos os casos, nos Pampas argentinos e nos vales dentre as montanhas coreanas, as atividades econômicas necessárias à subsistência das populações locais eram levadas adiante em virtual isolamento de quaisquer outros grupamentos humanos, permanecendo os dois espaços, portanto, ainda não tocados pelo processo planetário de acumulação capitalista. Mas tudo mudaria em fins do século XIX.

Progressivamente a partir da Abertura dos Portos por pressão japonesa, em 1876, a Coréia¹⁵ perderia sua independência política até passar a integrar, em 1910, como colônia destinada ao povoamento e à assimilação, o Império Continental Japonês. Os colonizadores imporiam amplas mudanças sócio-culturais e instalariam, ali, uma diversificada indústria pesada complementar ao parque produtivo metropolitano. Tais empreendimentos foram idealizados para aproveitar os recursos hidro-energéticos abundantes na Península, e assim contornar uma das maiores fragilidades competitivas do Arquipélago: a falta de fontes de energia. Adicionalmente, esses estabelecimentos também se valiam da presença, na Coréia, de amplos excedentes de recursos humanos, uma vez que vastas extensões fundiárias estavam em processo de expropriação para o estabelecimento de colonos japoneses. Não é de se estranhar, o povo coreano permanecia predominantemente carente em 1939, em que pese o acelerado crescimento econômico sob jugo colonial. Além do mais, dali até a Capitulação de 1945 todos os alicerces econômicos desta curiosa indústria colonial viriam a implodir.

Na Argentina, por sua vez, uma história igualmente transformadora seria escrita nessa primeira metade do século XX. Como já dito, a fértil pradaria em que hoje se desenvolve sua rica produção agro-pastoril constituía um quase-vazio demográfico ao redor de 1870. E é só a partir deste momento que os recursos econômicos e humanos do

¹⁵ Esta tese se ocupa do desenvolvimento industrial apenas da parte meridional da Península Coreana. No entanto, quando nos debruçarmos sobre o período anterior à bi-partição do território, em 1948, trataremos de toda a região Peninsular que designaremos Coréia.

país engrenam um frenético ritmo ascensional. Para compreendermos este salto, devemos retroceder algumas décadas. Antes da abertura do Porto de Buenos Aires ao comércio internacional — que só ocorre, em etapas, entre 1778 e 1809 —, a maior densidade econômica e demográfica do atual território argentino era ainda encontrada no Noroeste, geograficamente mais próximo da região mineira, com a qual eram mantidos antigos laços econômicos. Tal região ostentava um povoamento mais denso e em bases sedentárias desde épocas pré-colombianas, sob o esteio do qual incipientes exportações alimentícias eram realizadas. Quando da Abertura, porém, a existência de vastos rebanhos bovinos vagando em pradarias mais ao sudeste, os Pampas, abria ao recém integrado porto de Buenos Aires a possibilidade de intermediar uma pequena, mas crescente, exportação de carne. Paulatinamente, o apresamento deste estoque de gado livre, *cimarrón*, cede espaço à pecuária extensiva em largas unidades fundiárias. E configura-se, assim, o deslocamento do núcleo econômico do jovem país em direção à hinterlândia do referido porto.

O clímax desse reequilíbrio, contudo, ocorre apenas no bojo do enorme barateamento no frete atlântico, fenômeno do último terço do século, que traz à Argentina a oportunidade de exportar cereais à Europa. Esse promissor nicho exportador é complementado pelo aprimoramento da refrigeração, que ampara a criação de um mercado internacional de carne *in natura*. Essa nova conjuntura, somada à recepção em massa de imigrantes e o alijamento belicoso dos povos nativos dará à luz, finalmente, a sociedade argentina como a conhecemos. Como exportador de alimentos a uma Europa em industrialização acelerada, a Argentina terá, tardiamente, um papel significativo na divisão internacional do trabalho. E é o crescimento acelerado destas exportações que servirá de esteio para o sofisticado padrão de consumo que emerge em seu principal porto durante a *Belle Époque*. Sua prosperidade incitou, inclusive, notória diversificação dos serviços urbanos, tal como o surgimento de certa constelação de manufaturas “leves”, aproveitando o ônus dos fretes naturalmente impostos à concorrência estrangeira.

Finda a II Guerra, novos ventos soprariam em ambos os países. A Argentina, duramente atingida pelas guerras mundiais e pela depressão dos 1930, enveredaria por processo clássico de substituição de importações, custeado com escassos recursos transferidos de um setor agrícola àquela altura menos dinâmico. O fôlego desta estratégia daria sinais de esgotamento tão logo saturada a nacionalização das atividades manufatureiras de menor complexidade, já nos anos 1960. Tem aí início uma longa fase de estagnação, onde as tendências à des-industrialização e à re-especialização agro-exportadora se fariam sentir intermitentemente. Após chegar a ser, nos anos 1940, um país

próspero onde prevaleciam níveis de rendimento relativamente elevados, a Argentina do fim de milênio involuía a um espaço de renda média, macroeconomicamente instável e dotado de um parque industrial ainda incompleto.

A sorte da indústria sul-coreana, uma vez terminados os duros enfrentamentos que marcam sua história entre 1941 e 53, seria bem melhor. Primeiramente, durante o governo Syngman Rhee (1948-1960), o país se engajaria em um esforço de substituição de importações custeado pela ajuda financeira norte-americana, sem extrair desta estratégia crescimento econômico digno de nota. Após 1960, com o declínio desta ajuda externa, a Coréia do Sul deslancharia sucessivos planos quinquenais de industrialização, financiados pelas divisas oriundas do constante crescimento e paralela diversificação de suas exportações. O sucesso deste esforço de inserção internacional foi tal que permitiu, gradualmente, que o país montasse inclusive os setores industriais mais sofisticados. Deste modo, os sul-coreanos chegam ao fim do milênio com um complexo parque industrial, hábil em realizar maciças exportações, e ostentam indicadores sócio-materiais que aparentam convergir rapidamente para o patamar dos demais países da OCDE.

À luz do longuíssimo lapso temporal associado aos processos de industrialização retardatários, podemos enxergar o re-nivelamento econômico de Coréia do Sul e Argentina nos anos 1980 como capítulo da bem-sucedida montagem de um diversificado parque industrial no país oriental, e da simultânea interrupção da transição industrial em seu par latino. Considerada essa possibilidade interpretativa, podemos prosseguir à análise específica de algumas estatísticas associadas ao comportamento de longo termo das duas economias envolvidas, buscando visualizá-las deste prisma analítico. Poderemos situar, com facilidade, o re-nivelamento aqui estudado em tendências mais duradouras.

Provavelmente, o mais elucidativo indicador que nos ajuda a caracterizar os dois momentos de cada um dos dois processos de industrialização, antes e depois do desfecho da II Guerra, é o Produto Interno Bruto *per capita* ajustado pela metodologia da Paridade do Poder de Compra. O Gráfico 1.3-1, logo abaixo, retoma a partir de 1910 o comportamento secular desta estatística para cada um dos dois países, mas expõe seus valores em proporção do valor auferido no país que durante o século XX liderava a acumulação capitalista: os Estados Unidos. Como fica claro, até 1939 os níveis de renda per capita vigentes na Coréia do Sul correspondiam a pouco menos da terça parte do valor observado na Argentina. Nos dois países, o ritmo de acumulação era acelerado, permitindo que seus níveis de rendimento se mantivessem em proporção estável, quando não crescente, do valor auferido nos dinâmicos Estados Unidos — cerca de 20% no país oriental e cerca

de 70% no latino —. Mas em ambos os casos a II Guerra representou dificuldades econômicas, que coincidem com o notável crescimento da economia norte-americana durante o conflito, determinando seu empobrecimento relativo entre 1940 e 45.

Gráfico 1.3-1^{xxxii}

Comparação de Longo Prazo entre o PIB per capita de Argentina e Coréia

1910-2010, em % do PIB dos Estados Unidos

Com seu desfecho, o nível de rendimento que prevalecia nos dois países engrenou novas tendências, que o gráfico logra captar com nitidez. Na Argentina tem início um persistente declínio econômico frente aos Estados Unidos, que parece se aprofundar na década de 1980 e prossegue até 2003. Com efeito, os níveis médios de rendimento nesta, que em 1948 equivaliam a 57,9% do valor auferido no gigante setentrional, alcançam 2003 equivalendo a meros 24,6% deste. Já na Coréia do Sul, observamos uma tendência de longo-termo exatamente oposta. Depois do tombo em decorrência da II Guerra e da Guerra da Coréia, esta atravessa os anos 1950 ostentando níveis médios de rendimento que mal equivaliam a 10% do valor auferido nos Estados Unidos. Daí adiante, o nível de rendimento observado no país oriental passa a convergir, lenta- e persistentemente, ao valor medido pelos estadunidenses. Em meados dos anos 1980, época focalizada por esta pesquisa, o rendimento médio sul-coreano logrou repetir a situação de 1939, atingindo quase 30% do valor observado pela potência industrial. Nas décadas de 1990 e 2000 esta tendência prossegue, e a Coréia do Sul registra em 2009-10 um nível médio de rendimento de quase 70% daquele auferido nos Estados Unidos, mesma situação que fora registrada pela Argentina em 1938-9.

Este olhar de longo termo nos convida a refletir sobre duas noções particularmente difundidas no âmbito da discussão sobre o re-nivelamento dos dois países nos anos 1980. A primeira é a caracterização da Coreia como um país miserável que se ergue subitamente. A segunda é a crença em um passado argentino opulento, sobre o qual incide uma secular decadência. O quão verdadeiras são estas premissas descritivas? O quão pobre, efetivamente, chegou a ser a Coreia? E o quão rico foi o passado da Argentina?

Examinemos primeiramente a questão relativa aos coreanos. Em meados dos anos 1980, a esmagadora maioria dos estudos disponíveis acerca do salto industrial sul-coreano tratava 1945, momento da Liberação, como o ano-zero da história econômica deste país peninsular. O início das séries estatísticas com as quais trabalhavam estes autores dava conta, portanto, de um país paupérrimo, pois afinal este atravessava uma diluviana conjuntura e sua economia fora arruinada. Passava ao largo destas interpretações, contudo, que a Coreia do Sul já havia sido, antes da II Guerra, um país exatamente tão próspero, relativamente aos Estados Unidos, quanto aquele que voltaria a ser em princípios da década de 80, quando o “Milagre Sul-coreano” primeiramente ecoa.

Afinal, de acordo com os dados do gráfico acima, tanto no ano de 1981 quanto no ora distante ano de 1940 prevaleciam, ali, níveis de rendimento médio que equivaliam a exatos 22,8% do valor apurado nos Estados Unidos. Não obstante, se esta perspectiva de longo prazo é negligenciada, parecem despontar (falsos) indícios, talvez ainda assim pouco convincentes, que ensejam a apressada proclamação, ali, de um “milagre” econômico. Pois se é verídico que entre 1945 e 1981 o nível de rendimento sul-coreano relativo ao norte-americano retroage à condição pré-guerra, pulando de 5,8% para 22,8%, apenas na década de 2010 esta estatística excederia a barreira dos 70%.

A recusa a esta perspectiva falseadora, de prazos demasiado estreitos, nos conduz a uma pergunta que precisa ser respondida com a devida objetividade: qual a base por sobre a qual é edificada a moderna indústria sul-coreana? Ou seja, sob quais alicerces a industrialização é ali retomada no pós-guerra? Em busca destas respostas, o Gráfico 1.3-2 toma o cuidado de contrapor, para o período colonial coreano (1910-1945), o rendimento médio ali observado com aquele identificado em outros países de médio rendimento.

Gráfico 1.3-2^{16xxxiii}

Comparação entre o PIB per capita Coreano e aqueles Auferidos em Países Seleccionados: 1911-44
Valores Atualizados, Em US\$ de Geary Khamis de 1990

Os dados contidos no Gráfico 1.3-2 permitem afastar, de vez, a noção falaciosa segundo a qual a Coreia era um país mendicante que, *all'improvviso*, resolve enveredar pela seara da prosperidade. A história econômica sul-coreana é, na verdade, mais longa e complexa. Por exemplo, esses dados revelam que a renda média coreana superou a brasileira em todo o período entre 1911 e 1944, além de, em 1919, superar os valores registrados na Colômbia e até em Portugal. Em 1940, por sua vez, o rendimento médio na Coreia do Sul superava aquele vigente na Bulgária e novamente tangenciava aquele que vigia em Portugal.

Além disto, cabe ressaltar que, mesmo em tempos pré-capitalistas, a economia agrícola tradicional coreana possuía sofisticação suficiente para ostentar, já no primeiro ano em que seu PIB é calculado pelos oficiais japoneses, em 1911, um rendimento médio igual ao brasileiro. E, como sabemos, o ano de 1911 foi no Brasil o ápice da chamada “Era de Ouro” da I República, antes da implosão da experiência da Caixa de Conversão.

Ou seja, mesmo antes dos significativos investimentos coloniais japoneses, a Coreia já possuía uma base material e uma organização institucional que a posicionavam mais próxima do grupo de países elencados em cinza escuro no Gráfico 1.3-3, de rendimento médio ou médio-inferior, do que dos países elencados em cinza claro no mesmo objeto, de rendimento efetivamente mais modesto. É somente a experiência cataclísmica da II Guerra

¹⁶ Os dados relativos à Bulgária principiam apenas em 1923, pois este país não calculava o PIB antes disto. As séries de outros países com história material semelhante, como a Albânia, a Romênia ou a Iugoslávia são ainda mais tardias ou incompletas.

seguida pela Guerra da Coréia que permite a ilusão, funcional a certos propósitos argumentativos, de uma Coréia miserável desde tempos imemoriais.

Gráfico 1.3-3^{xxxiv}

Para além do reducionismo de uma discussão confinada ao nível de rendimento médio, a complexidade do tecido econômico da Coréia sob jugo colonial é atestada também pelos estudos setoriais que mapeiam sua diversificação manufatureira. Nas duas primeiras décadas de ocupação colonial, nasce na Coréia uma indústria desde a origem dotada de considerável diversificação, em que pese o predomínio inicial das indústrias mais leves, como a alimentícia e a têxtil. Mas os preparativos para a II Guerra Mundial levariam o Japão a encorajar a expansão dos *zaibatsu* em direção à sua principal colônia, ampliando rapidamente a participação da indústria química e da metalurgia, atividades particularmente intensivas em energia. O resultado seria uma formidável ampliação da participação da indústria pesada no produto manufatureiro total, que oscila de 23% em 1930 para 50% em 1940. Contudo, cumpre ressaltar, a maior parte desta produção era encaminhada para a metrópole colonial — em 1930, $\frac{1}{3}$ da produção era exportada, e este contingente saltaria para $\frac{2}{3}$ em 1940 (Jones, 1980: 24). A figura abaixo nos ajuda a visualizar graficamente esta precoce diversificação produtiva.

O desfecho da II Guerra Mundial representou, para esta indústria erigida sob a égide metropolitana, dois duros golpes. O primeiro, claro, foram os danos físicos que o conflito acarretou. O segundo, por sua vez, foi o abrupto corte dos laços econômico-produtivos que uniam os organismos industriais coreano e japonês. Como a indústria montada na colônia era estritamente complementar à metropolitana, a secessão dificultaria, ou mesmo

inviabilizaria, diversas atividades. Entretanto, no momento da descolonização a recém-fundada República da Coreia herdaria um espólio nada desprezível de 2.500 empreendimentos ainda em condições de operação (Jones, 1980: 30).

Figura 1.3-1^{xxxv}

Comparação entre a Origem Setorial do Valor Agregado na Indústria

Toda a Península Coreana, em 1931, 1936 e 1939

Mas este espólio seria logo confrontado com dois novos desafios, quais sejam, a bipartição do território e a árdua Guerra da Coreia. Quanto ao primeiro desafio, a parte setentrional da Península Coreana é mais rica tanto em matérias-primas minerais quanto em potencial hidroelétrico. Por isto, os japoneses ali localizariam preferencialmente os estabelecimentos de maior escala, deixando ao sul os empreendimentos leves. Por isto, havia uma heterogeneidade geográfica, no interior do país, que operava em prol da especialização regional por setores manufatureiros. No momento da separação, assim, o desafio para a indústria meridional era operar sem as matérias primas e a energia do norte. E é aí que esta indústria é confrontada com o segundo desafio, uma nova guerra, que provoca novas e incontáveis baixas materiais e humanas. No cômputo final, pouco do legado físico do colonialismo japonês permaneceria operante após o fim do conflito.

Contudo, o saldo imaterial deste interregno industrial sob jugo colonial é amplo e não pode ser desconsiderado, nem sob o ponto de vista cultural, nem institucional.

A seguinte noção que cabe discutir no âmbito do presente capítulo é aquela segundo a qual a Argentina fora um “país rico” entre princípios do século XX e a eclosão da II Guerra. Mas qual seria, neste caso, a correta acepção de “país rico”?

De fato, a Argentina atravessa este período com destacada afluência ante sete de seus mais relevantes vizinhos — Brasil, Chile, Uruguai, México, Colômbia, Peru e Venezuela —. Deste modo, o rendimento médio por ela ostentado efetivamente não guardava rivais na América Latina antes da II Guerra. O Gráfico 1.3-5 traz a dimensão desta dessimetria. Nem mesmo os demais países de língua espanhola do Cone Sul, Chile e Uruguai, logravam alcançar seu nível de renda. Já a prosperidade venezuelana em função de suas jazidas petrolíferas, igualmente, só produzirá ali riqueza análoga à argentina no fim do período coberto. Todos os demais países do continente eram então substancialmente mais pobres, com destaque para o Brasil, que era o mais empobrecido dos grandes países da região. Com efeito, em 1913, por exemplo, a renda argentina era 2,35 vezes superior à média (ponderada pela população) dos oito países mencionados no referido gráfico.

Gráfico 1.3-4^{xxxvi}

Comparação entre o PIB per capita Argentino e aquele Registrado em Países Seleccionados
1910-1945, Valores Atualizados, em US\$ de Geary Khamis de 1990

Gráfico 1.3-5^{xxxvii}

Comparação entre o PIB per capita Argentino e aquele Registrado em Países Seleccionados
1910-1945, Valores Atualizados, em US\$ de Geary Khamis de 1990

Gráfico 1.3-6^{xxxviii}

Comparação entre o PIB per capita Argentino e aquele Registrado em Países Seleccionados
1910-1945, Valores Atualizados, em US\$ de Geary Khamis de 1990

Mas a riqueza argentina frente a seus vizinhos não significa, por tabela, que seu nível de rendimento figurasse entre os mais altos do globo. Afinal, como atesta o Gráfico 1.3-5, o nível de rendimento médio do país platino nunca atingiu aquele que vigia na Grã-Bretanha e em suas principais ex-colônias de povoamento — Austrália, Nova Zelândia,

Canadá e Estados Unidos —. Dentre estas, aquela que mais se aproxima da Argentina, ainda assim com ligeira vantagem, é o Canadá. Ademais, o país austral não parece ter sido tão beneficiado pelas consequências econômicas da II Guerra Mundial quanto esses países.

No entanto, se a comparação for redirecionada aos países que alguns denominam “semi-periferia européia”, o nível de afluência da sociedade argentina adquire novamente proeminência. O Gráfico 1.3-6 traz esta comparação, evidenciando a referida vantagem do país latino-americano frente a Portugal, Espanha, Itália, Áustria e Noruega.

Interpretando estes fatos, podemos caracterizar a Argentina do primeiro terço do Século XX como um país de renda alta, cujo patamar estava situado nitidamente acima de países como a Itália, a Espanha ou o Chile, que podemos definir àquela altura como espaços de renda média alta. Havia, contudo, grandes assimetrias entre os países de renda (relativamente) alta. Algumas poucas nações de origem germânico-insular, especialmente os Estados Unidos da América, possuíam então um nível de renda substancialmente mais elevado que o padrão do grupo, do qual a Argentina, a França ou a Alemanha são mais representativos. O Gráfico 1.3-7 compara a Argentina a tais países ou grupos de países, situando-a definitivamente entre pares de renda relativamente alta.

Gráfico 1.3-7^{xxxix}

Comparação entre o PIB per capita Argentino e aquele Registrado em Regiões e Países Seleccionados 1910-1945, Valores Atualizados, em US\$ de Geary Khamis de 1990

Naquilo que diz respeito à estrutura produtiva, entretanto, a Argentina ostentava uma economia muito mais especializada que os demais países de renda particularmente elevada. Mesmo a diversificação da economia colonial coreana era nitidamente maior, em que pese o menor nível de renda. A Figura 1.3-2 nos auxilia neste diagnóstico. Ela compara a situação que prevalecia em dois momentos da história manufatureira argentina, 1910-4 e 1935-9, com o quadro observado em 1909 na Austrália e nos Estados Unidos, dois outros prósperos exportadores de matérias-primas de clima temperado. Visivelmente, a industrialização havia avançado muito menos no país latino. Enquanto neste a participação do setor metalúrgico oscilava entre 3,5% e 7,4%, respectivamente em 1910-4 e 1935-9, na Austrália esta atingia 27% e nos Estados Unidos 28%. Na Argentina, como consequência, o tecido manufatureiro existente contava expressivamente com o setor alimentício que, preservado naturalmente da competição seja em decorrência da complexidade dos fretes e ou da rápida perecibilidade, representou 39,2% e 37,4% do valor adicionado nos dois momentos aludidos.

Figura 1.3-2^{xl}

Sintetizemos nossas duas conclusões até aqui.

Sobre a Argentina, encontra sim substancial respaldo nos fatos a crença popular segundo a qual ela era um “país rico” em princípios do século XX, ainda que esta constatação não nos permita inferir que seu quadro material fosse comparável àquele que vigia nas nações de raízes germânico-insulares. Tanto por serem as populações destes países, mesmo àquela altura, muito mais afluentes que a Argentina, quanto por ser o tecido produtivo que alicerçava o nível de vida *porteño* deveras mais simples e especializado.

Já a outra crença que examinamos, que reza que a Coreia do Sul saiu de uma miséria rural ancestral para, em três décadas, tornar-se uma economia industrial avançada não passa de um mito, apenas sustentável mediante alguma leitura falseadora dos dados e fatos. Primeiro, a Península Coreana deu lugar, desde tempos remotos, a uma economia agrícola autárquica e não-capitalista que, ainda assim, era capaz de gerar riquezas e excedente comparável, mesmo em princípios do século XX, aos países mais pobres da “semi-periferia” europeia — como a Albânia ou a Bulgária —. Segundo, a introdução ali de uma singular indústria colonial, entre 1910 e 45, produziu crescimento econômico capaz de preservar estável ou mesmo elevar, até a II Guerra, a razão entre o rendimento médio coreano e aquele observado nas referidas nações. Paralelamente, a economia coreana foi ventilada com profundas mudanças culturais e institucionais, chegando também a ostentar um nível de diversificação produtiva provavelmente sem par entre as nações de equivalente nível de renda. Foi apenas a conjuntura diluviana que este país atravessa entre 1941 e 1953 que o reduz, por razões óbvias, a uma transitória condição de miséria e fome. Terceiro, em meados dos anos 1980, quando começa a ecoar a noção de um “Milagre Sul-coreano”, este país ainda não gozava de um nível de riqueza relativa substancialmente mais elevado que aquele auferido já nos anos 1940.

Cumpra agora abordarmos duas outras afirmações que se cristalizaram neste debate como senso comum. A primeira diz respeito a considerar que a Coreia do Sul se converteu hodiernamente em um “país rico”. A segunda corresponde a tratar a Argentina como um país “que empobreceu”. Quanto à primeira, o quão efetivamente rica é a Coreia de nossos dias? Quanto à segunda, o quão pobre se tornou a Argentina?

Tratemos primeiramente do questionamento relativo à Coreia.

Acabamos de frisar que, durante a década de 1980, foco desta Tese de Doutorado, não encontrava ainda amparo nos fatos a noção de uma Coreia que “enriqueceu”. Pois em meados desta década a Coreia do Sul apenas retrocedera à sua condição anterior à Guerra do Pacífico. Devemos atribuir, assim, a idéia àquela altura já propalada de um “milagre

sul-coreano” essencialmente ao efeito estatístico resultante de os diagnósticos então efetuados terem por base 1945, e, conseqüentemente, a devastada condição de sua economia ao fim de duas guerras internacionais. Não obstante, quando acompanhamos o comportamento da economia sul-coreana até nossos dias, o seu sucesso em obviar o descaminho de seus planos de industrialização ao longo dos conturbados anos 80 permitiu que esta, efetiva- e paulatinamente, começasse ver seu nível de renda convergir para o nível das economias relativamente mais ricas.

Desta maneira, ao princípio da década de 2010 podemos constatar que a Coréia do Sul praticamente logrou transpor o fosso desde certo tempo existente entre o nível de vida de seus habitantes e aquele ostentado pelos cidadãos japoneses ou europeus ocidentais. Como atesta o Gráfico 1.3-8, abaixo, no ano de 2010 o nível de renda sul-coreano já correspondia a 91% do japonês, 88% do francês, assim como equivalia a 85% da média ponderada pela magnitude populacional de onze países prósperos da Europa Ocidental — Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Itália, Países Baixos, Noruega, Suíça, Suécia e Reino Unido —. Essa média, por sua abrangência, pode ser considerada fortemente indicativa no nível de renda que tipifica os países relativamente mais afluentes.

Gráfico 1.3-8^{xli}

Comparação entre o PIB per capita Sul-Coreano e aquele Registrado em Regiões e Países Seleccionados
1950-2010, Valores Atualizados, em EKS US\$ de 2010

Já se a comparação for redirecionada às ex-colônias britânicas de povoamento, que como vimos formam um subgrupo de países particularmente ricos entre os relativamente ricos, uma substancial distância ainda os separa da Coreia do Sul, notadamente naquilo que concerne aos Estados Unidos e à Austrália. Com efeito, o nível de renda sul-coreano correspondia em 2010 a apenas 68% da média de renda ponderada pela magnitude populacional de Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá. No entanto, se a comparação é efetuada com respeito apenas a este último, a Coreia se sai ligeiramente melhor: seu nível de renda correspondia a 77% do canadense. E, melhor ainda, seu nível de renda já excedia o neozelandês em 4%.

Tratemos, então, do segundo questionamento acima levantado, com respeito à regressão argentina. Como já apontado pelo Gráfico 1.3-5, durante a II Guerra Mundial a Argentina não vivenciou crescimento econômico análogo àquele das ex-colônias britânicas de povoamento. No pós-guerra, por sua vez, os países europeus ocidentais e o Japão inauguram um continuado crescimento econômico, do qual a Argentina tampouco parece ter se beneficiado. Como consequência, ela passa a se distanciar, desde a II Guerra e especialmente após seu desfecho, do grupo de países relativamente mais afluentes.

Gráfico 1.3-9^{xlii}

Comparação entre o PIB per capita Argentino e aquele Registrado em Regiões e Países Seleccionados
1950-2010, Valores Atualizados, em EKS US\$ de 2010

Da perspectiva dos anos 1980, que ora devemos enfatizar, os dados sugeriam fortemente uma convergência entre o nível de renda média que prevalece na Argentina e

aquele correspondente aos principais países latino-americanos. Afinal, em 1950 a renda média argentina excedia em 86% à média dos valores observados para este indicador em sete outros países da região — Brasil, Chile, Uruguai, México, Colômbia, Peru, Venezuela —. Porém, em 1980 a dianteira argentina já havia recuado para apenas 18%, e recuaria a apenas 1% em 1989-90, transmitindo a impressão de uma integração definitiva da Argentina a este grupo onde prevalecem níveis medianos de rendimento. O Gráfico 1.3-9, acima, evidencia o descolamento argentino dos demais países afluentes, além de sua aparente convergência à situação de seus maiores vizinhos. Já o Gráfico 1.2-10, abaixo, isola a relação entre a situação argentina e aquela dos maiores países de sua região.¹⁷

Gráfico 1.3-10^{xliii}

Da perspectiva de princípios da década de 2010, no entanto, sabemos que após o Plano de Conversibilidade, em 1991, a Argentina se beneficiaria de um novo mini-ciclo de dinamismo econômico, que restaura temporariamente sua dianteira regional. Com isto, em 1998 ela voltaria a ostentar níveis de rendimento 27% superiores ao padrão regional. Entretanto, o desastre econômico de 1999-2001 a faria novamente regredir à situação de seus vizinhos: seu nível de renda chega a ser 3% inferior à média acima citada em 2002. A primeira década do Milênio, contudo, reinaugura uma tendência marcadamente divergente entre a Argentina e sua região, mesmo que tenhamos em conta o dinamismo que hoje caracteriza a economia de todo o continente. Assim, após poucos anos de forte crescimento, o país platino chega a 2010 com um nível de renda 24% superior à média regional, restaurando a posição relativa que ostentava ao fim dos anos 1970.

Sintetizemos, então, as resposta que obtivemos para as duas últimas questões.

¹⁷ Note que a média citada observou uma ponderação pelos espectros populacionais dos países aludidos.

Sobre a hipotética riqueza sul-coreana, os dados parecem nos autorizar a assumir uma sólida convergência, hoje quase completa, entre seus níveis de renda e aqueles que tipificam os países mais ricos. A distância que ainda a separa dos Estados Unidos, neste contexto, parece um dado de relevância secundária, em vista da dianteira que estes também mantêm em relação à grande maioria dos países que costumamos tipificar como relativamente afluentes.¹⁸

Já sobre a convergência argentina a uma situação análoga àquela de seus vizinhos, esta parece ser inequívoca entre 1939 e 1991. Mas a tendência posterior é menos solidamente estabelecida. Hodiernamente, a Argentina é um dos países de mais acelerado crescimento econômico em todo o mundo. Admitindo a hipótese de repetição, ao longo da década de ora se inicia, do diferencial de crescimento entre a Argentina e as economias industriais do Atlântico Norte, tal qual observamos entre 2003 e 2011, logo se firmará nova tendência convergente entre estas e o país austral. Não parece sensato, de modo algum, o descarte desta possibilidade. Por hora, contudo, a Argentina permanece mais próxima de seus vizinhos do que dos países relativamente afluentes.

1.4 - Coréia e Argentina: Indicadores Demográficos e Sociais desde 1980:

Na Seção 1.2, enfatizamos algumas estatísticas supostamente capazes de capturar o ritmo de acumulação de capital nas duas economias que nos propusemos a estudar: Coréia do Sul e Argentina. Identificamos, em seu conjunto, um extremado contraste entre as situações vivenciadas por ambas nos anos 1980. E, paralelamente, procuramos mapear de forma mais abrangente os diversos indicadores macro-econômicos que emergiam de cada caso. Já Seção 1.3, nossa ênfase recaiu igualmente nos indicadores supostamente capazes de auferir o ritmo destes dois processos de acumulação capitalista. Mas buscamos, desta vez, inscrever seu comportamento nos anos 1980 em tendências de mais largo-termo. Neste forço, a evolução das condições objetivas de vida das populações envolvidas foi deixada a análise posterior.

¹⁸ Uma única advertência deve ser feita a este respeito. Ao norte do Paralelo 38° permanecem em condição extremamente carente cerca de 25 milhões de coreanos, ou a terça parte da população peninsular. Como veremos a partir do Capítulo IV, as alianças político-internacionais que acudiram o frágil equilíbrio macro-econômico sul-coreano nos conturbados anos 1980, garantindo a continuidade de seu projeto industrial, também cumpriram sua parte na inviabilização, até aqui, do projeto de reunificação. Trocando em miúdos, os laços que garantiram a retomada e a continuação do enriquecimento sulista também impuseram o alijamento permanente dos nortistas.

Assim, nesta Seção 1.4 cumpre discutir de forma mais aprofundada o comportamento de alguns indicadores de cunho demográfico e social, capazes de revelar mais a respeito das conseqüências práticas, para as populações argentina e sul-coreana, da dessimetria de compasso nos processos de acumulação capitalista de que tomam parte. Em primeiro lugar, examinaremos alguns indicadores demográficos gerais, potencialmente úteis ao aprofundamento de nossa compreensão sobre os dois países aqui discutidos. Em segundo, examinaremos indicadores tipicamente referidos como “de bem-estar”, seguramente capazes de subsidiar a reflexão crucial dessa seção: os dois países também podem ser caracterizados como casos extremos naquilo que diz respeito a seu quadro social? Começemos pelo primeiro esforço, visitando dados demográficos.

Gráfico 1.4-1^{xliv}

Gráfico 1.4-2^{xlv}

Naquilo que concerne ao quadro demográfico, chama a atenção a semelhante magnitude populacional dos dois países. Esta constatação facilita, sobremaneira, eventuais comparações sobre a formação industrial de ambos, pois afinal lidamos com mercados internos de potencial análogo. De tal modo, em princípios dos 1980, década que ora focalizamos, habitavam a Coréia do Sul pouco menos de 40 milhões de pessoas, ao passo que pouco menos de 30 milhões residiam na Argentina. Paralelamente, a dinâmica de crescimento de ambos os contingentes ensaia lenta tendência convergente, uma vez que a taxa de fecundidade declina muito mais rapidamente no país oriental, mais populoso.¹⁹ Logo acima, os Gráficos 1.4-1 e 1.4-2 trazem a evolução da população contada desde 1980 nos dois casos, assim como a taxa de fecundidade feminina neles auferida.

Gráfico 1.4-3^{xlvi}

Outro dado demográfico, este particularmente visitado em discussões em torno dos processos de industrialização, é a evolução da proporção entre os contingentes rural e urbano da população. Afinal, sabemos pela experiência histórica que a ampliação da participação da indústria no valor adicionado é um processo que foi sempre acompanhado, em toda parte, pelo crescente predomínio dos contingentes urbanos em detrimento dos rurais. Assim, a taxa de urbanização costuma ser utilizada como referencial para datarmos o andamento da transição industrial. No caso das duas sociedades aqui estudadas, já podemos constatar um predomínio das populações urbanas em princípios dos anos 1980. Reclama atenção, contudo, que a urbanização sul-coreana é mais tardia que a Argentina.

¹⁹ Esta convergência, obviamente, não leva em conta a possibilidade de reunificação peninsular, que se levada a cabo conferiria renovado peso demográfico à Coréia Unificada. Esta passaria a reunir cerca de 75 milhões de almas, o que a posicionaria acima do Reino Unido (59 milhões), da França (65 milhões), e logo abaixo da Alemanha Unificada (82 milhões).

Além disso, a parcela rural de sua população mantém-se ainda hoje em patamar muito superior à Argentina, em que pese a maior maturidade já adquirida por sua indústria. Faz sentido sugerir que este dado guarde alguma relação explicativa com o grau de concentração fundiária, sabidamente muito menor no país oriental que em seu correspondente latino. Pois, afinal, sabemos que a agricultura familiar costuma absorver mais braços que sua correspondente comercial de grande escala. O Gráfico 1.4-3, acima, acompanha a evolução da população rural em ambos os países.

As discussões em torno do ritmo da urbanização nos conduzem a outra temática muito comentada no âmbito destes dois países, isto é, o crescimento possivelmente exagerado de suas cidades, e, em particular, de suas cidades-capitais. Seul e Buenos Aires são conglomerações de porte muito semelhante, tal qual seu peso populacional em seus respectivos países: abarcavam cerca de 40% das respectivas populações nacionais em 1980. O Gráfico 1.3-4 acompanha o peso populacional das duas cidades em seus concernentes universos nacionais. Fica clara a semelhança das cifras registradas nos dois casos ao longo dos anos 1980, tendo o peso populacional de ambas declinado sensivelmente até nossos dias. Este declínio reflete um crescimento mais acelerado dos conglomerados urbanos secundários, e, no caso de Seul, a queda de sua participação foi ainda mais acentuada que aquela observada em Buenos Aires.

Gráfico 1.4-4^{xlvi}

Outra questão de natureza demográfica que se coloca freqüentemente sobre os dois países analisados, ainda que em termos opostos, é a relação entre a escala de seu território e a magnitude da população que nele habita. A Coréia do Sul, neste caso, é normalmente

referida como um país dotado de território demasiadamente exíguo em função do tamanho considerável de sua população. Já a Argentina, em direção inversa, é costumeiramente lembrada por sua imensidão territorial, a oitava do mundo, que contrasta com uma população desproporcionalmente menor, atualmente a trigésima do planeta.

O indicador que permite fundamentar esta discussão é a razão entre o número de habitantes e o número de Km² que o território compreende. O Gráfico 1.4-5 traz o comportamento deste indicador para os dois países. E evidencia que, fosse a distribuição perfeita, em princípios dos anos 1980 quase 400 pessoas aglomerar-se-iam em cada km² sul-coreano, cifra que se eleva a 501,52 em 2008. Tal densidade populacional supera, com larga margem, aquela observada tanto no Japão quanto na Índia, dois outros países tipicamente evocados como exemplos de superpovoamento. Já na Argentina, panorama estritamente contrário pode ser identificado: há apenas 10,29 pessoas por Km² em 1980, cifra que evolui para 14,57 em 2008.

Gráfico 1.4-5^{xlvi}

Evolução da Densidade Populacional na Argentina, na Coreia do Sul e Países Seleccionados

1980-2008, Número de Habitantes por Km²

O indicador acima remete à disponibilidade de fatores naturais nos dois países. E, quanto a isto, devemos reforçar que os argentinos não dispõem, apenas, de um território riquíssimo em potencialidades agrônômicas e extrativas minerais. Eles dispõem, na realidade, destes valiosos ativos em condições de notável exigüidade populacional. Isto é,

se as potencialidades oferecidas pela natureza pudessem ser relacionadas ao número de participantes de cada comunidade nacional, é provável que poucas — se é que alguma — ostentassem comparável benesse. Por exemplo, o país platino dispunha, em 1980, de nada menos que 0,92 Hectares de terra arável por cabeça, ao passo que na Coréia do Sul este indicador alcançava apenas 0,05. Este quadro natural tão favorável, claro, exercerá profunda influência político-econômica e econômico-cultural na sociedade platina. Cumpre aqui notar que uma conclusão essencialmente oposta pode ser direcionada ao país oriental, onde tais recursos são extremamente escassos quando contrapostos a seu universo populacional, aprofundando sua auto-percepção como um “país pequeno”.

Traçado este breve quadro demográfico destes dois países, podemos prosseguir à análise das estatísticas que buscam mensurar as condições objetivas de vida de cada população. Podemos subdividi-las em dois grupos, o primeiro relativo às condições de saúde ostentadas pelos respectivos habitantes, enquanto o segundo se refere a seu quadro educacional. Analisemos primeiramente os indicadores de saúde pública.

Gráfico 1.4-6^{xlix}

Muito provavelmente, não há nenhum indicador tão abrangente das condições de saúde de uma dada população que sua expectativa de vida ao nascer. Esta costuma ser interpretada como função de uma miríade de condicionantes isoláveis, variando desde o acesso à atenção médica em si, até elementos mais sutis, como a adequação dos hábitos alimentares ou a sujeição à poluição atmosférica. E, no âmbito deste indicador acompanhado pelo Gráfico 1.4-6, o término dos anos 1980 marca outra ultrapassagem sul-coreana em relação à situação argentina. Pois em 1980 os sul-coreanos podiam esperar viver 4 anos a menos que seus pares argentinos: 66 anos *versus* 70. Mas em 1991 este

indicador se iguala em 72 anos. E, em 2008, os sul-coreanos podiam confiar em uma longevidade 5 anos superior àquela dos argentinos: 80 anos *versus* 75.

Devemos frisar, contudo, que de um prisma internacional ambos se situam confortavelmente naquilo que diz respeito ao referido indicador. Dados divulgados por outra fonte²⁰ em 2010, mais recentes que o término da série transcrita no Gráfico 1.4-6, davam conta de uma expectativa de vida de 79,05 anos na Coreia do Sul, e de 76,95 na Argentina. Como parâmetro, o valor auferido para os Estados Unidos era de 78,37, enquanto os Países Baixos registravam 79,68 e a Noruega 80,2. Em patamar inferior, o Brasil registrava 72,53, a China 74,68 e o Egito 72,66. Ou seja, a Coreia do Sul está entre os países melhor situados, e a Argentina mais próxima dela do que dos demais países de industrialização tardia.

Uma decorrência da ampliação da esperança de vida é o crescimento da parcela mais idosa da população. Quanto a isto, a rápida elevação da expectativa de vida sul-coreana, mais acelerada que a Argentina, redundou em igualmente célere expansão do percentual de sua população com faixa etária superior a 65 anos. Como indicado pelo Gráfico 1.4-7, em 1980 a Coreia do Sul contava com 3,8% de sua população nesta faixa, em contraposição a 8,3% na Argentina. Em 2008, contudo, estes indicadores praticamente se igualaram ao redor de 10,6%.

Gráfico 1.4-7¹

Evolução da População Acima de 65 Anos na Argentina e na Coreia do Sul
1980-2009, em % da População Total

Podemos compreender esta rápida elevação do número de sul-coreanos acima de 65 anos, no âmbito desta pesquisa sobre transições industriais, como mais uma expressão do

²⁰ A série utilizada pelo Gráfico 1.4-6 é oriunda do Banco Mundial, enquanto as comparações deste parágrafo foram retiradas do sítio da CIA, Agência Central de Inteligência Norte-americana, que costuma atualizar sua base de dados mais rapidamente.

sucesso deste país em dotar sua população de instrumentos capazes de amparar a melhoria de suas condições de vida. Analogamente, a evolução mais lenta deste grupo na Argentina pode ser enxergada como expressão de se sua estagnação econômica. Mesmo assim, esses indicadores apenas se igualam em 2008 — eles não se reposicionam —.

Para além da longevidade, temos alguns indicadores de saúde que focalizam a atenção médica aos recém nascidos e à primeira infância. Quanto a esta temática, duas das referências mais enfatizadas costumam ser a probabilidade de morte de recém-nascidos, assim como de crianças antes de completar 5 anos de idade. Curiosamente, a Coréia do Sul se sai melhor que a Argentina em ambos os indicadores, mesmo durante os primeiros anos da década de 1980, quando o país oriental ainda era mais pobre que o latino. Os Gráficos 1.4-8 e 1.4-9 expõem a evolução destes dois indicadores.²¹

Gráfico 1.4-8^{li}

Evolução da Mortalidade de Recém-Nascidos na Argentina e na Coréia do Sul
1980-2009, Em Mortes por 1.000 Nascimentos de Bebês Vivos

Gráfico 1.4-9^{lii}

Evolução da Mortalidade Infantil na Argentina e na Coréia do Sul
1980-2009, Em Mortes por 1.000 Crianças Abaixo de 5 Anos de Idade

²¹ A ausência de cifras em alguns anos é devida à periodicidade de coleta do Banco Mundial.

O dado contra-intuitivo acima constatado é de difícil interpretação. É possível perpassar dimensões capazes de sugerir explicações, como a menor concentração de renda que historicamente prevalece na Coréia do Sul em relação à Argentina. Para os propósitos deste trabalho, porém, basta enfatizar que, assim como no caso da esperança de vida, os dois países se situam confortavelmente ante as demais nações se o quesito a comparar for a mortalidade infantil. Recorrendo novamente a outra fonte²², de atualização mais acelerada, temos para o ano de 2011 uma taxa de mortalidade de recém-nascidos vivos de 10,81 e 4,16, respectivamente, para a Argentina e para a Coréia. Como referencial, os Estados Unidos registram 6,06 e a União Européia 5,61. Já em um patamar inferior, temos o Brasil com 21,17, o México com 17,29 e a China com 16,06. Ou seja, novamente a Coréia do Sul se situa entre os países melhor posicionados, e a Argentina mais próxima dela do que dos demais países de industrialização tardia.

Outro indicador costumeiramente visitado a respeito da atenção à saúde infantil é o percentual de crianças imunizadas contra certas enfermidades. Duas das mais importantes vacinas infantis, a chamada tríplice bacteriana — contra a difteria, a coqueluche e o tétano — e a vacina contra rubéola são particularmente lembradas. Naquilo que diz respeito aos dois países que analisamos, temos semelhantes sucessos quanto às referidas imunizações desde meados dos anos 1980, como indicam os Gráficos 1.4-10 e 1.4-11.

Gráfico 1.4-10^{liii}

Evolução da Vacinação Tríplice Bacteriana na Argentina e na Coréia do Sul
1980-2009, Em % das Crianças entre 12-23 Meses de Idade

²² As séries utilizadas pelos Gráfico 1.4-8 e 1.4-8 são oriundas do Banco Mundial, enquanto as comparações deste parágrafo foram retiradas do sítio da CIA, Agência Central de Inteligência Norte-americana, que costuma atualizar sua base de dados mais rapidamente.

Gráfico 1.4-11^{liv}

Evidentemente, as condições objetivas de saúde das populações sul-coreana e argentina podem ser enxergadas de um sem-número de ângulos. Mas nosso propósito aqui é simples: precisamos apenas definir se os dois países analisados constituem casos opostos também em seu quadro “de bem-estar”. E, até aqui, tivemos apenas evidências de que não. Assim, podemos prosseguir à análise de seu quadro educacional.

Primeiramente, devemos olhar os indicadores de acesso aos distintos níveis de ensino, de modo a discernirmos o quão democratizado é o acesso à educação nos dois casos. Nos três gráficos seguintes temos a escolaridade bruta para os três níveis de ensino.

Gráfico 1.4-12^{lv}

Gráfico 1.4-13^{lvi}

Evolução do Acesso ao Ensino Secundário na Argentina e na Coréia do Sul

1980-2007, Escolaridade Bruta do Ensino Médio, Em %

Gráfico 1.4-14^{lvii}

Evolução do Acesso ao Ensino Superior na Argentina e na Coréia do Sul

1980-2007, Escolaridade Bruta do Ensino Superior, Em %

O conceito de escolaridade bruta nada mais é que a comparação entre o número de matrículas em um dado nível de ensino e o contingente de crianças ou jovens em idade adequada a cada etapa. Não causa surpresa, por isso, que ocorram índices de escolaridade bruta que superam os 100%. Pois, afinal, é comum haver alunos que se atrasam no processo educacional. Com isto em vista, podemos averiguar que a Coréia do Sul se sai melhor que a Argentina nestes três parâmetros. Afinal, as cifras superiores que a Argentina ostenta apenas no Gráfico 1.4-12 são decorrentes de um maior atraso escolar, o que não deve ser considerado positivo. No entanto, devemos frisar aqui também que os dois países se situam, naquilo que concerne a seu quadro educacional geral, muito confortavelmente quando comparados às demais nações.

Gráfico 1.4-15^{lviii}

Participação no Ensino Superior em Países Selecionados

Taxa de Escolaridade Bruta do Ensino Superior em 2007, Países de Industrialização Tardia em Cinza Claro

Primeiramente, temos que ambos lograram universalizar o ensino fundamental. Segundo, os dois países possuem elevados níveis de participação no ensino superior, mesmo em face de países de industrialização mais antiga. O Gráfico 1.4-15, logo acima, gera surpresa ao deixar claro que tanto a Coreia do Sul quanto a Argentina possuem níveis de escolaridade bruta do ensino superior que se destacam mesmo diante das maiores potências econômicas do mundo.

Uma primeira advertência deve ser feita com respeito ao ensino médio. Este foi virtualmente universalizado na Coreia do Sul, seguindo o padrão das taxas de escolaridade bruta observadas nos países mais ricos. Mas esta é uma lacuna ainda por preencher na Argentina, onde devemos considerar que a cifra registrada em 2007, de 84,9%, segue distante de países como os Estados Unidos (94,11%), Reino Unido (98,98%), Chile (90,94%), México (89,86%), e até do Brasil (100,78%).

Uma segunda advertência deve ser direcionada à desigualdade de gênero no acesso à educação superior. Neste quesito, Coreia do Sul e Argentina vivenciam dilemas exatamente opostos. No país oriental o acesso das mulheres a tal nível de ensino é sobremaneira mais raro que o de seus companheiros do sexo masculino. No país latino ocorre o contrário. As mulheres ostentam uma chance de acesso ao ensino universitário muito maior que os homens. O Gráfico 1.4-16 traz a dimensão desta assimetria.²³

No cômputo geral, porém, fica evidente que não podemos caracterizar Coreia do Sul e Argentina como casos extremos naquilo que concerne a seu quadro educacional. Tomando isoladamente o país oriental, temos um desempenho simplesmente

²³ A ausência de cifras em alguns anos é devida à periodicidade de coleta do Banco Mundial.

impressionante de seus mais diversos indicadores educacionais, que não se limitaram a convergir para a situação dos países mais ricos. Na verdade, os sul-coreanos lograram ultrapassá-los, se tornando uma nova referência, restando como única mácula a desigualdade de gênero acima apontada. E a experiência do país platino, também muito afortunada, está visivelmente mais próxima do padrão dos países de industrialização mais antiga do que dos demais países retardatários.

Assim, parece que já angariamos fundamentação estatística suficientemente sólida para rejeitarmos qualquer sugestão de os dois países vivenciem quadros opostos quanto ao “bem-estar”. Ao contrário, estamos diante de dois casos bem-sucedidos naquilo que diz respeito a suas estatísticas demográficas, de saúde e educação.

Gráfico 1.4-16^{lix}

Desigualdade de Gênero no Acesso ao Ensino Superior: Argentina e Coréia do Sul
1980-2007, Razão entre o Número de Mulheres e Homens no Ensino Superior

— **CAPÍTULO II** —
**A Coréia do Sul como “Modelo”:
Retomando o Debate Dominante
Sobre o “Caso Coreano”**

- 2.1) Introdução, **p.83**
- 2.2) O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Economia Ortodoxa, **p.87**
- 2.3) O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Economia Heterodoxa, **p.128**
- 2.4) O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Economia Institucionalista, **p.163**
- 2.5) O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Sociologia Weberiana, **p.192**
- 2.5) O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Sociologia Durkheimiana, **p.225**

2.1 – Introdução:

Após o desfecho da II Guerra Mundial e o advento do Plano Marshall, a República Federal da Alemanha vivenciou um ciclo de elevadas taxas de crescimento econômico. Este renascimento do capitalismo alemão ficaria internacionalmente conhecido como “Milagre do Reno”, ou *Wunder vom Rhein*. Pouco adiante, com o lançamento em 1962 de seu primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, a República da Coreia começaria a ostentar uma sequência igualmente notável de taxas de crescimento do Produto Interno Bruto. Inspirados pelo precedente alemão, alguns analistas começaram em fins dos anos 1970 a se referir à boa maré sul-coreana como “Milagre do Rio Han”, em alusão ao principal rio do país, que corta a cidade de Seul.

Com a recessão norte-americana de 1981-82, e, especialmente, com a sequência de Crises da Dívida que o México inaugura em Agosto de 1982, cresce o interesse geral acerca dos países que mais velozmente reagiam às turbulências econômicas internacionais. A dura conjuntura que varre os principais países de industrialização tardia, assim, reforçava a curiosidade pela próspera economia sul-coreana, que rápida- e promissoramente se recupera do tombo de princípios da década. Qual seria a explicação para seu êxito em contornar as dificuldades que então desestabilizavam as maiores economias do então chamado “III Mundo”?

Neste capítulo, nos debruçaremos sobre as mais populares análises que almejaram satisfazer tal questionamento. E, como veremos, dois distintos polos de investigação dominam esse debate sobre o continuado crescimento econômico da Coreia do Sul.

No primeiro, há autores que pressupõem, à luz da notabilidade dos indicadores econômicos desse país peninsular, que o conjunto de políticas econômicas ali adotadas deve ter sido particularmente apropriado, independentemente de quaisquer circunstâncias internas ou externas, que são abstraídas. Assim, o norte investigativo que caracteriza os esforços destes autores é a busca do “motor” do crescimento sul-coreano, ou seja, a demarcação do conjunto de políticas econômicas ali aplicadas e a exposição de seu rendimento, supostamente isolável de seu quadro histórico, e de replicação por isto mesmo entendida como factível alhures.

Em consonância com esta opção metodológica que reduz a mero ruído as circunstâncias histórico-sociais, o domínio temporal destas pesquisas é sempre estreito. Nos casos mais dilatados, principia com a criação da República da Coreia, em 1948. Assim,

nenhuma das indagações que delas emerge procede de elementos da história econômica coreana anterior à Guerra do Pacífico. Tampouco de sua história político-institucional posterior à Capitulação Japonesa.

Por igualmente negligenciar o balanço da conjuntura histórico-internacional em que este país emerge como caso de estudo industrial, seu domínio espacial coincidia com as fronteiras do Estado sul-coreano. De tal modo, as oportunidades e dificuldades suscitadas pela economia global e pela política internacional não são sequer consideradas. Sua estratégia expositiva comum foi a descrição mais ou menos meticulosa das diretivas ali abraçadas no período posterior à Revolução de Abril de 1960, cujo ápice foi o governo ditatorial do general Park Chung Hee²⁴, às quais os autores conjugam dados sobre o simultâneo desempenho da economia do país. As políticas descritas, então, costumam motivar a sugestão de uma “receita”, mais ou menos explícita, para os demais países que enfrentavam dificuldades.

Este primeiro polo de análises comporta três subgrupos. O primeiro, que examinaremos na Seção 2.2, é marcado pela filiação às premissas gerais da teoria econômica neoclássica que, tipicamente, destaca os “fundamentos corretos” supostamente vigentes na Coreia do Sul, pré-requisitos entendidos como capazes de induzir o investimento privado. A acumulação de capital físico e humano seria, então, o “motor do crescimento”, à luz do respeito ao princípio *ricardiano* das vantagens comparativas. Aqui e ali, os autores que adotam este enfoque podem atribuir alguma importância à ação do Estado, mas para eles o deslanche do processo de crescimento prescinde de qualquer orquestração por parte deste.

O segundo subgrupo, que percorreremos na Seção 2.3, busca inspiração nas teorias econômicas heterodoxas: destaca o papel crucial dos Estados na promoção do desenvolvimento — seja montando a infraestrutura, criando empresas públicas, distorcendo os mecanismos de preços, elegendo setores prioritários, financiando e subsidiando os projetos industriais, reduzindo os riscos do investimento, disciplinando a mão-de-obra, investindo em ciência e tecnologia, etc. —. A livre ação das forças do mercado não é compreendida, neste caso, como suficiente para fornecer os estímulos adequados à promoção do continuado crescimento econômico.

Já terceiro subgrupo, cuja análise será empreendida na Seção 2.4, levanta preocupações que são típicas da chamada Nova Economia Institucional, que

²⁴ Oficialmente, o período de governo do General Park se estendeu de 1963 até seu assassinato, em 1979. Não obstante, ele deteve o poder de fato também entre 1961 e 1963, quando presidiu o Supremo Conselho para Reconstrução Nacional.

tradicionalmente destaca elementos jurídico-institucionais descritos como capazes de influenciar, substancial- e até decisivamente, o rendimento objetivo da dinâmica de mercado. Naquilo que concerne à elucidação do vigor econômico da Coreia do Sul, tal qual em outras indagações sobre desenvolvimento afinadas a essa perspectiva, a ênfase recai no exame de particularidades institucionais entendidas como capazes de interferir no acúmulo de capital físico e humano. Em destaque, as características de seu parque científico e tecnológico, capazes de fomentar processos que podem levar à inovação, assim como as peculiaridades de seu sistema educacional, capaz de determinar o grau de sofisticação intelectual da força de trabalho do país.

Como já antecipado antes, há também uma segunda coleção de referências dividindo protagonismo no debate sobre o contínuo crescimento econômico da Coreia do Sul. À luz desse segundo polo de análises, o ímpeto da economia sul-coreana decorreria de características do padrão de integração social nela vigorante, capazes de influenciar sua desenvoltura em formular políticas econômicas ajustadas às vicissitudes enfrentadas pelo país. Ou seja, para os autores desse segundo grupo o diferencial sul-coreano residiria não na natureza das políticas ocasionalmente adotadas, mas na capacidade de formulá-las e reformulá-las a contento.

Com efeito, o domínio temporal das pesquisas instigadas por essa percepção é o mais amplo possível. Elas costumam compreender uma leitura bastante pormenorizada da história social coreana, dando à luz paralelos elucidativos com outros países e regiões. A tradição cultural e política do país é, assim, levada firmemente em conta. Já o domínio espacial se assemelha àquele adotado pelas pesquisas acima mencionadas, isto é, permanece confinado aos limites da Península Coreana, com frequentes exceções abertas apenas à avaliação dos processos históricos que outrora abarcaram o velho mundo chinês.

Tal qual no primeiro polo de análises acima aludido, o presente conjunto pode ser subdividido: neste caso, temos dois subgrupos. O primeiro deles, que será coberto pela Seção 2.5, propõe o estudo do sucesso industrial de vários países da Ásia Oriental, e da Coreia do Sul entre eles, como convite a uma retomada da sociologia econômica *weberiana*. Estes autores propõem, portanto, uma revisão dos prognósticos pessimistas sobre o desenvolvimento material dessa região que o próprio Weber teceu em 1915, quando da publicação de *Confucionismo e Taoísmo*.

Já o segundo subgrupo, cuja análise será empreendida na Seção 2.6, é caracterizado por um exame pragmático do padrão de relacionamento entre Estado e sociedade na Coreia do Sul, escavando a partir dele consequências capazes de facilitar — ou obstaculizar — a

acumulação privada no país. Neste esforço, o grau de autonomia do Estado frente à sociedade é enfatizado. Merece atenção, igualmente, a relação dinâmica entre as dramáticas mudanças sociais em curso, o permanente reequilíbrio de poder político entre os vários estratos e facções burguesas, e as condições de continuidade da transição econômico-social.

Esmiuçado o plano deste capítulo, resta um registro. Não é plausível imaginarmos que este debate foi travado por cientistas que, do alto de extraterrena neutralidade quanto ao tipo de diretiva econômica adequada a um país atrasado, confrontaram os dados de modo a esquadriñar com máxima isenção “as lições” da Coréia do Sul. Em um tema tão rico em desdobramentos político-distributivos como este, travado quando um sem-número de países estava sob iminente colapso financeiro, as tensões envolvidas costumam inviabilizar o balanceamento, e mesmo subverter boa parte da probidade que convém a um olhar intelectual de pretensões mais longevas. Felizmente, a História acaba frequentemente diluindo essa tensão de natureza panfletária, pois é comum que com o tempo a conflituosidade que a excita acabe se reconfigurando, ou até mesmo se desvanecendo. A revisão bibliográfica que aqui principiamos partilha desta visão comedidamente otimista com respeito ao trabalho intelectual, à luz da qual uma janela histórica ao debate aprofundado sobre esta temática parece finalmente ter se aberto.

Afinal, nos dias em que esta Tese de Doutorado é escrita vicejam por toda a América Latina jovens democracias em que intenso dinamismo capitalista ora faz parte do cotidiano. Em seu extremo meridional, na famigerada Argentina, a conjuntura econômica se reconfigurou, readquirindo desde alguns anos ares fecundos às lucubrações otimistas sobre o porvir. Ao mesmo tempo, o panorama de nenhum outro grande país latino-americano incita o debate sobre a aplicação mandatória de “receitas” exóticas, que agora podem ser examinadas com mais moderação e discernimento. Assim, a noção de um país “do passado” abraçado por um continente “que submerge” é cada vez mais mera figura retórica de uma obsoleta bibliografia que remonta a um passado já praticamente diluído.

Pela Ásia, complementarmente, a democracia faz seu caminho lento e tardio em lugares como a Coréia do Sul, repleta de reluzentes conquistas materiais, e cada vez mais competente em reexaminar de forma equilibrada suas próprias lacunas, desventuras e impasses históricos. Parece um grande momento, então, para refletirmos sobre este momento crucial de nossos conflituosos retrospectos industriais tardios.

2.2 - O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Economia Ortodoxa:

2.2.1) A Abstração Neoclássica e o Poder de uma “Economia Livre e Aberta”.....	xxx
2.2.2) Neoclassicismo Fundamentado e o “Salto Exportador” como Alternativa às “Ajudas”.....	xxx
2.2.3) As Agências de Washington e os “Fundamentos Corretos”.....	xxx

Tal como detalhado na Introdução, as maiores economias da Ásia Oriental lograram passar ao largo das severidades que obstruíram o crescimento econômico na América Latina dos anos 1980. E, dentre estes países que então ostentavam divergente prosperidade, a Coreia do Sul se destacava por uma série de fatores: o crescimento econômico extremado que vivencia naqueles anos, seu peso demográfico considerável, o tamanho previamente adquirido por seu parque industrial, seu envolvimento em capítulos cruciais da II Guerra Mundial e da Guerra Fria, além da permanente excitação do debate econômico politizado que o embate com o norte *stalinista* determina.

Em decorrência de tudo isso, a economia sul-coreana se qualificava como nenhuma outra a representar o papel de caso bem-sucedido de formação industrial tardia, capaz motivar estudos diversos e referendar, no esteiro suas conclusões, recomendações às economias periféricas então sob dificuldades. Configurou-se, assim, um acalorado debate intelectual ao redor de quais seriam, precisamente, as “lições da Coreia”. Qual acadêmico de nossos dias, da Terra do Fogo à Rússia Litorânea, nunca recorreu a elas? Qual nunca levantou ou ouviu que fosse pronunciado o álibi coreano?

Nesta Seção 2.2 examinaremos a contribuição de alguns autores que abraçaram como projeto intelectual a demonstração de que o dinamismo da acumulação industrial sul-coreana se ajusta à previsão liberal, ou seja, o cerne da “receita sul-coreana” era nada menos que um menor nível de interferência estatal nas decisões individuais. Em linhas gerais, abordaremos aqui estudos que se harmonizam com uma das proposições seminais de Adam Smith, segundo a qual é o aprofundamento espontâneo da divisão do trabalho, resultando em níveis crescentes de produtividade por trabalhador, que fundamenta o progresso material das nações. O trecho reproduzido abaixo ilumina o diagnóstico fundador do liberalismo econômico.

“A segurança que as leis da Grã-Bretanha dão a toda pessoa, de desfrutar dos benefícios de seu próprio trabalho, basta por si só para fazer qualquer país florescer, [...]. O esforço natural de cada indivíduo, quando se permite que ele atue com liberdade e segurança, constitui um princípio tão poderoso que, por si só, e sem qualquer outra

ajuda, [...] é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade.” [Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, Livro Quarto, Cap. V, 1776]

Naquilo que diz respeito aos estudos sobre a industrialização sul-coreana, o esquadrinhamento do histórico político-econômico do país desde uma perspectiva firmemente apegada ao *ver-o-mundo* liberal foi pioneiro. Trata-se da primeira contribuição a uma hoje plural coleção de estudos, do polo liberal ao intervencionista, que alçam os antigos enclaves industriais tardios da Ásia Oriental, entre os quais a Coreia do Sul, à condição de “modelo” para os demais países periféricos.

Inicialmente, ainda antes do II Choque do Petróleo e seus desdobramentos, surgiria a contribuição precursora de Paul W. Kuznets. Caracterizada por elevado grau de abstração, sua análise deu origem à mais popular versão que até hoje circula sobre as “receitas sul-coreanas”. Afinal, Kuznets é o autor que primeiro desenvolve a tese segundo a qual este país se beneficiava de um crescimento “puxado por exportações”. Retomaremos suas conclusões no âmbito da Subseção 2.2.1.

O baixo nível de detalhamento que tipifica a contribuição dos autores que se orientaram pelo projeto de Kuznets torna suas contribuições vulneráveis a incontáveis questionamentos, assim como instiga sua reelaboração em bases mais solidamente amparadas pela informação histórica e estatística disponível. Por isto, estas análises mais abstratas apenas preparam terreno para uma segunda geração de estudos, levados a cabo por autores igualmente simpáticos às premissas do liberalismo econômico, mas que penetram mais profundamente os erráticos caminhos da formação da indústria na Coreia do Sul. Neste caso, a autora pioneira é Anne Krueger, cuja obra será percorrida em conjunto com aquela de seus continuadores na Subseção 2.2.2.

Como sabemos, o debate em questão ocupou o centro das discussões internacionais quando as autoridades de Washington tiveram que lidar com a insolvência em cascata dos maiores países do então chamado III Mundo, do México à Argentina e ao Egito. Naquele contexto, que melhor agenda aos países estagnados que a “receita coreana”? Assim, o debate sobre a natureza dos ensinamentos que a Coreia do Sul suscitava se tornou, igualmente, um debate no interior das agências multilaterais. A Subseção 2.2.3 retoma, por isso, a controvérsia acerca da natureza do “Milagre Asiático” encabeçada entre, de um lado, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e, de outro, o Ministério da Indústria e Comércio do Japão. Como veremos, os argumentos que aqui prosperaram foram muito similares àqueles já antecipados, por exemplo, por Anne Krueger.

2.2.1 - A Abstração Neoclássica e o Poder de uma “Economia Livre e Aberta”

A) O foco pioneiro da nas transições estruturais alavancadas pelo mercado.....	89
B) O intervencionismo redundante ou colateral do governo sul-coreano.....	92
C) O respeito à disponibilidade de fatores e expansão exportadora	93
D) A convivência entre liberalismo econômico e dirigismo político.....	95
E) A recusa a fatores exógenos e o escape à Crise dos 80 pelas exportações.....	96
F) Manuais Didáticos: o lugar-comum da estratégia sul-coreana “guiada por exportações”	97
G) A Generalização Asiática da Estratégia Sul-Coreana “Guiada por Exportações”.....	98
H) Principais Questionamentos Suscitados.....	100

A) O foco pioneiro da nas transições estruturais alavancadas pelo mercado:

Paul W. Kuznets é autor do mais antigo trabalho que, com ampla circulação internacional, sugere explicações para a emergência de uma Coreia do Sul industrial por sobre os escombros de um país dilacerado pela guerra. Em *Economic Growth and Structure in the Republic of Korea*, de 1977, o economista da Universidade de Indiana focaliza quatro dimensões que teriam permeado o continuado crescimento econômico do país desde os anos 1960: orientação para a exportação, mercado de trabalho competitivo, altas taxas de investimento, e um regime político forte, capaz de por em marcha as políticas adequadas, quais sejam, políticas que emancipem progressivamente as forças de mercado. Vejamos como, à luz de seus argumentos, interagem os três primeiros dentre esses quatro elementos, culminando com a promoção da prosperidade do país oriental.

Primeiramente, cumpre notar que a estratégia expositiva do autor é o sobrevoo jamais exaustivo da história econômica coreana. Abordando um período relativamente longo, de quase trinta anos, ele comenta algumas de suas principais diretivas econômicas e as relaciona ao concomitante desempenho da economia do país. Nesse esforço, um ciclo de taxas pouco destacadas de crescimento econômico estaria associado, por pressuposto, a políticas econômicas mal-ajustadas. Já um período pródigo estaria associado, de forma análoga, à boa condução econômica. Transparece de sua exposição uma firme descrença, acalcanhada nos subsídios teóricos que o autor mobiliza, com respeito à intervenção do Estado enquanto instrumento decisivo ao deslanche do crescimento econômico. Por isto mesmo, o autor procura demonstrar que

os períodos mais vicejantes foram amparados por medidas mais liberais, ao passo que os menos prósperos decorreriam precisamente de amarras impostas pelo intervencionismo.

Mas esta opção teórico-expositiva que recomenda por coerência intelectual o não-intervencionismo traz uma consequência lógica crucial: o verdadeiro móvel do crescimento teria que repousar, no lugar da clarividência estatal, em transformações estruturais espontâneas que as forças de mercado vão progressivamente despertando pelo país, e cujo poder cumpre ao autor defender que o Estado sul-coreano logrou compreender e tanto quanto possível aproveitar. Assim, sua pesquisa elenca, também em sobrevoo, as múltiplas transições que ali podem ser simultaneamente observadas — do campo para a cidade, de setores arcaicos para setores modernos, de alta fecundidade para baixa fecundidade —, argumentando que estas suscitam recorrentes realocações dos recursos disponíveis. E, mais importante, estes novos arranjos culminariam com a continuada elevação de seus níveis médios de produtividade, devido ao uso cada vez mais parcimonioso do contingente crescentemente escasso de trabalhadores. Portanto, é esta sequência lógica — qual seja, deslocamentos estruturais ensejando alterações na disponibilidade de fatores de produção, que na ausência de subversão estatal emitem sinais excitantes aos investimentos privados, e, em condições de livre-cambismo, não conduzem senão a uma expansão exportadora — a alicerçar o dinamismo sul-coreano. Na síntese de próprio autor:

“O crescimento acelerado depois de 1960-62 foi caracterizado, na Coreia, por um câmbio estrutural radical” [Kuznets, 1977: 87].

Mas como, concretamente, Kuznets organiza esse sobrevoo? Que cronologia emerge das políticas mapeadas, e como relacioná-las às transições estruturais acima aludidas? Retomemos a construção de seu argumento geral.

Kuznets descreve os contrastes — ainda que, como dissemos, em tom muito superficial — entre as diretivas acolhidas como estratégia industrial sob dois diferentes regimes políticos. O primeiro deles se estende desde a Fundação da Coreia do Sul, em 1948, até Revolução de Abril de 1960, coincidindo exatamente com o governo do civil Syngman Rhee. Já a segunda fase se estende desde esta descontinuidade política, que abre caminho para um longuíssimo ciclo de governos militares, até o momento em que Kuznets escrevia.

No primeiro período, o autor ressalta o predomínio geral de políticas voltadas à substituição de importações, à semelhança daquelas aplicadas por toda a América Latina. À luz dessa estratégia, a ação do Estado buscava distorcer os preços internos, que eram mantidos à distância do nível vigente internacionalmente para estimular o investimento interno na fabricação de produtos antes importados. Concomitantemente à adoção desta sorte de política industrial, o crescimento econômico vivenciado pelo país fora modesto, corroborando segundo o autor a inadequação da tática acolhida²⁵.

Já no período subsequente, marcado pelo poder do general Park Chung Hee, ao qual se seguiu o general Chun Doo Hwan, Kuznets ressalta a reorientação de prioridades na economia, com preços internos convergindo para o nível internacional. Com efeito, a estratégia de industrialização passa envolver, por corolário do fomento de setores que atuam sob um regime de preços análogo ao prevalecente no exterior, a contínua expansão das exportações. Este novo direcionamento teria sua adequação corroborada, segundo o autor, pelo vigoroso crescimento econômico a partir daí ostentado pelo país:

[O programa de governo de Park] “promoveu uma reestruturação na qual medidas de política liberal foram adotadas para encorajar as forças de mercado que estimulariam a performance econômica” [Kuznets, 1977: 91].

“O repertório de políticas ou a estratégia econômica utilizada pelos regimes de Park e Chun para promover rápido desenvolvimento incluíram um programa de liberalização para reduzir as distorções de mercado e remover os controles e substituição de importações que estrangulavam a economia.” [Kuznets, 1985: 45].

Trocando em miúdos, o argumento até aqui apresentado é de que a prosperidade sul-coreana aumentava à medida que sua economia era liberalizada e, por conseguinte, se envolvia com crescentes trocas comerciais internacionais. Dada a abundância de mão-de-obra barata estruturalmente presente no país, ora engajada em atividades econômicas arcaicas e de baixíssima produtividade, estas exportações seriam competitivas desde que intensivas em trabalho. Ademais, a migração de trabalhadores de tarefas de baixíssima produtividade para a manufatura industrial, mesmo que com baixa relação capital-trabalho, impunha uma grande elevação da produtividade média

²⁵ Note que, quando da elaboração da pesquisa de Kuznets, a estratégia de substituição de importações ainda prosseguia em alguns países. O Brasil, maior bastião dessa modalidade de política industrial, crescia àquela altura vigorosa- e quiçá promissoramente.

no país, e, assim, propiciava excelentes condições para o continuado crescimento econômico.

B) O intervencionismo redundante ou colateral do governo sul-coreano:

O liberalismo, segundo a narrativa apresentada, caracterizaria a abordagem estratégica do governo sul-coreano. Contudo, chamava atenção de qualquer analista que àquela altura visitasse a Coreia do Sul o posicionamento radicalmente intervencionista de suas autoridades, atitude personificada pelo caráter sumamente autoritário do general Park, cujo discurso estava muito mais distante do ideal liberal que aquele de seu antecessor civil, o aqui criticado Syngman Rhee. Como lidar com este elemento tão contrário ao argumento defendido?

De acordo com a perspectiva defendida por Kuznets, deveríamos atribuir o dinamismo econômico vivenciado pelo país sob tal preferência ativista, de modo geral, ao fato de a intervenção econômica ali levada adiante propiciar as escolhas privadas em sentido compatível com as supracitadas transições estruturais. Ou seja, o saldo da intervenção não teria pervertido expressivamente a dinâmica de mercado. E, neste quadro, os sinais emitidos pelas diretivas de política econômica teriam meramente feito coro a estímulos já emitidos espontaneamente. As intervenções teriam sido, na prática, supérfluas. Desse modo, se alguma ingerência estatal efetivamente determinou alguma realocação dos fatores com respeito àquilo que a dinâmica de mercado teria isoladamente excitado, esta deve ter possuído relevo bastante secundário na configuração dos rumos econômicos do país. Seu caráter coadjuvante se conformaria, fossem as intervenções mais ou menos bem sucedidas, ao protagonismo dos mercados. O contraste dos dois fragmentos abaixo evidencia esse reconhecimento ambíguo da intervenção, paralelo à firme crença do autor no poder da inserção exportadora como materialização das forças de mercado.

“Há farta evidência de que os regimes de Park e Chun desempenharam papéis ativos em assuntos econômicos. Por exemplo, a lista de itens passíveis de importação, os termos do financiamento das exportações, e a alíquota máxima mudavam frequentemente. Para além do repertório usual de instrumentos monetários, fiscais, e de política comercial, os governos coreanos também usaram outros meios para atingir objetivos econômicos. Eles racionam crédito, regulam o uso de capital-estrangeiro e geralmente não hesitam em intervir diretamente nos mercados. Após o segundo choque o petróleo e a desastrosa colheita de 1980, por exemplo, o governo Chun adotou

controles de preços e salários para debelar a inflação; tanto Park quanto Chun empregaram uma política de dois preços ao arroz, de modo a aumentar o rendimento dos fazendeiros e reduzir os custos urbanos.” [Kuznets, 1985: 52].

“A intervenção do governo coreano na economia pode ser uma benção ambígua com consequências incertas, mas a estratégia de expansão das exportações do regime tem sido muito benéfica e deve ser continuada num futuro previsível.” [Kuznets, 1985: 65].

Kuznets não atribui a nenhuma das modalidades de intervenção aludidas papel crucial ao deslanche da acelerada acumulação na Coreia do Sul. Contudo, ele até admite que certas intervenções podem ter corrigido falhas pontualmente capazes de impedir o mercado de fornecer os estímulos adequados. A persistência dessas falhas, por sua vez, seria claro resquício das viciadas políticas de substituição de importações implantadas no país durante o governo Rhee. (Kuznets, 1977: 86-91). E a redação do autor, convém reter, é sempre rica em advertências aos riscos da intervenção, muitas vezes indecisa ou vaga ao julgar exemplos intervenção, e prontamente elogiosa quanto à aptidão da liberalização em corrigir espontaneamente eventuais desequilíbrios. Como vetor resultante, podemos concluir que Kuznets aceita a existência de intervenção na economia sul-coreana, mas possui dúvidas quanto a seu rendimento caso a caso, e está seguro de que mesmo as mais bem sucedidas intervenções jamais foram as verdadeiras responsáveis pelo deslanche do ciclo de crescimento vivenciado pelo país.

C) O respeito à disponibilidade de fatores e expansão exportadora

Recusada a ingerência estatal, o protagonismo da industrialização sul-coreana recai em forças naturais de mercado cujo funcionamento o Estado logrou, tanto quanto possível, compreender. Neste contexto, o maior sintoma do amoldamento entre os investimentos realizados no país e sua disponibilidade estrutural de fatores teria sido, inequivocamente, o progressivo peso ali assumido pelo comércio exterior. Como evidência, é possível levantar a continuada elevação da razão entre a soma das exportações com as importações e o Produto Nacional Bruto nesse país. Segundo os dados trazidos pelo autor, esta teria crescido de 12%, no triênio 1953-55, para 13%, no triênio em 1960-62, antes de atingir 44% no período 1970-72 (Kuznets, 1977: 69). Em face deste dato, que se assemelha a outros pontuados na Seção 1.2 da presente Tese, ele conclui:

“O crescimento da Coréia foi, então, um crescimento puxado por exportações”
[Kuznets, 1977: 82]

Consistente em seu diagnóstico global, Kuznets relaciona tal desempenho exportador aos custos salariais relativamente baixos vigentes no país, decorrentes da abundância de mão-de-obra, da fraqueza dos sindicatos e da urbanização. Assim sendo, a elevação do nível salarial, já marcante no período em que escrevia, punha em xeque a estratégia exportadora coreana. Seu sucesso futuro iria depender, assim, da conservação da vantagem comparativa em setores intensivos em trabalho, ou do desenvolvimento de novas vantagens competitivas, o que não seria improvável dado o cenário de intensa mudança estrutural vivenciado pelo país (Kuznets, 1977: 102).

Ainda sobre os aspectos da multifacetada transição estrutural sul-coreana, Kuznets enfatiza que a modernização teria sido ali caracterizada por um forte deslocamento inter-setorial da força de trabalho, abandonando atividades onde o produto por trabalhador era baixo em busca de atividades mais produtivas. Na visão de Kuznets, convém frisar, o êxodo rural é decorrência da busca dos trabalhadores por maximização de seus rendimentos. Isto é, a população deixava de ser predominantemente engajada em atividades rurais mal-remuneradas para se envolver crescentemente em atividades urbanas melhor assalariadas. Assim, como expressão deste processo espontâneo, o produto médio por trabalhador teria aumentado de 136.000 *Wŏn*, no triênio 1953-55, para 151.000 *Wŏn*, no triênio 1960-62, e alcançado 249.000 *Wŏn* no período 1970-72 (Kuznets, 1977: 53-56, 88).

À de todos os argumentos acima, o que Kuznets nos apresenta é uma leitura da acumulação de capital na Coréia do Sul estritamente afinada à Teoria Econômica Neoclássica. Um dos elementos basilares desse corpo teórico, como sabemos, é o modelo de Heckscher-Ohlin, segundo o qual o padrão dos fluxos comerciais internacionais pode ser explicado pela assimetria na disponibilidade de alguns fatores de produção entre os países. Como imperativo de racionalidade “alocativa”, um país acabará exportando os bens cuja elaboração pressupõe uso intensivo dos fatores existentes em relativa abundância, e irá importar aqueles bens cuja produção requer fatores escassos localmente. Ou seja, o modelo indica que um país onde o capital é abundante exportará bens cujo fabrico é intensivo em capital, ao passo que um com escassez de capital exportará bens ou serviços que sejam intensivos no uso do fator trabalho.

De acordo com Kuznets, e em consonância com Heckscher-Ohlin, o sucesso sul-coreano teria como pedra angular a produção industrial interna, e concomitante exportação, de manufaturas intensivas em trabalho, fator de produção localmente abundante. Mais tardiamente, conforme o trabalho fosse se tornando um fator mais escasso, a Coreia do Sul teria que incluir progressivamente em sua pauta exportadora produtos mais intensivos em capital e mais poupadores de trabalho. O fundamental para seu continuado sucesso seria, tão somente, a preservação interna de preços comparáveis àqueles vigentes internacionalmente. Em síntese, ao governo sul-coreano cumpria fundamentalmente não distorcer os preços formados pelo mercado, e, defende Kuznets, ele vinha sendo relativamente fiel a esta indicação.

D) A convivência entre liberalismo econômico e dirigismo político

O respeito aos “preços corretos” seria, na descrição de Kuznets, a pedra angular por cima da qual sobressaem três das características do crescimento sul-coreano apontados logo no início desta seção: inserção exportadora veloz, mercado de trabalho competitivo e alta taxa de investimentos. Mas a realidade política sul-coreana impõe uma adição relevante a Heckscher-Ohlin. Afinal, a quarta característica a permear o crescimento desse país oriental seria seu governo autocrático. Não deixa de ser intelectualmente curioso que, naquilo que concerne à análise de países periféricos, os entusiastas do liberalismo econômico nem sempre caminhem junto com aqueles que aplaudem o liberalismo político. No caso da leitura de Kuznets, por sinal, a ditadura militar não é alvo de nenhuma reprimenda, e seu pragmatismo o autoriza inclusive a certo arrebatamento pelo “regime de força”. Tal concentração de poder tornaria o governo capaz, por exemplo, de controlar transitoriamente os salários ou o preço do arroz com o intuito de debelar a inflação. O regime sul-coreano acaba caracterizado, assim, como um despotismo esclarecido que, ao contrário de seus pares europeus dos séculos XVIII e XIX, impunha progressivamente os mecanismos de mercado a uma sociedade que, por razão obscura, não fora ainda convencida de suas virtudes. Ademais, se bem que esse regime incorreu, aqui e ali, em diretivas capazes de macular a premissa dos incentivos neutros, pesaria em seu favor o caráter sempre coadjuvante dessas incursões, sempre ciosas das transições naturais vivenciadas pela Coreia do Sul. Sem desconforto, assim, o autor demonstra preferir este Leviatã de propósitos escusáveis às amarras impostas por uma democracia seduzida pela gestão discricionária da economia.

E) A recusa a fatores exógenos e o escape à Crise dos 80 pelas exportações:

Cumprir fazer duas últimas observações sobre a interpretação de Kuznets acerca da industrialização sul-coreana. Naquilo que toca à primeira, como já pontuado anteriormente, o autor recusa prontamente que o dinamismo do país decorresse em alguma medida de fatores exógenos, tal qual a ajuda externa remetida pelos Estados Unidos nos anos 1950 e princípios dos 1960. Sem devotar muito espaço ao assunto, o autor defende que tal auxílio apenas lograria recompensar a economia do país pelo ônus assumido em decorrência dos enfrentamentos com o norte *stalinista*. Assim:

“o custo de manter equipamentos militares superdimensionados deve ser minimizado pela assistência recebida para suportá-los e pelos possíveis benefícios econômicos gerados pelas atividades militares” [Kuznets, 1977: 91].

Analogamente, os ciclos internacionais de liquidez — como aquele que o mundo atravessou durante os anos 1970, e que refluíu na década posterior — são enxergados pelo autor unicamente do prisma positivo, ponto foco na solidez dos tomadores de crédito do país, e desconsiderando as adversidades suscitadas pelas eventuais reversões de liquidez. Kuznets pontua que a poupança externa foi capaz de contribuir à aceleração da industrialização do país oriental. Mas o aproveitamento dessa oportunidade meramente decorria da existência no país de uma sólida orientação de política industrial, incentivadora da elaboração de projetos plausíveis pelo setor privado. Assim, em consonância com o marco analítico liberal por ele adotado:

“déficits comerciais e transferências líquidas do resto do mundo teriam fornecido recursos para o uso doméstico na Coreia que, de outro modo, teriam estado indisponíveis” [Kuznets, 1977: 75].

Por fim, resta a segunda observação, frisando que o diagnóstico do autor sobre o sucesso sul-coreano em se reerguer dos distúrbios de 1980-82 decorre, inteiramente, da orientação tradicionalmente aberta e competitiva de sua economia. Assim, tanto para explicar o continuado dinamismo do país entre 1960-2 e 1980, quanto para explicar sua resiliência após os Choques de 1979-82, o ingrediente fundamental que Kuznets mobiliza é um conjunto de estatísticas já discutidas no princípio da Seção 1.2 dessa Tese, referentes ao progressivo envolvimento da economia sul-coreana com o comércio exterior. E seus prognósticos se mantinham solidamente otimistas ao fim de 1984:

“Uma vez que o *default* parece improvável agora, já que a Coreia e o resto do mundo estão se recuperando da recessão global de 1980-2, o regime Chun deve provavelmente manter sua estratégia de expansão das exportações. [...] desde que os esforços locais e não as condições externas determinem o desempenho exportador, a estratégia coreana de alto crescimento puxado pelas exportações deve ter sucesso” [Kuznets, 1985: 66-67].

F) Manuais Didáticos: o lugar-comum da estratégia sul-coreana “guiada por exportações”

A teoria esboçada desde o princípio desta Seção é digna de nota basicamente por duas razões fundamentais. Primeiramente, temos seu pioneirismo, devassando um campo de debates que posteriormente se tornou muito rico. Em segundo lugar, temos sua funcionalidade ao formato e ao escopo padrão dos mais utilizados manuais internacionais para graduandos em economia. Nestes trabalhos, constitui tema obrigatoriamente visitado o posicionamento *ricardiano* — e os aperfeiçoamentos *pós-ricardianos* — a respeito papel do comércio internacional no desenvolvimento das nações. Seus “princípios” são geralmente expostos com ajuda de um ferramental gráfico abstrato de difícil digestão pelos olhares virgens. E, assim, é estratégia didática comum a quaisquer desses manuais a introdução de quadros que tragam breves casos ilustrativos, que corroboram a teoria apresentada: os famosos “*boxes*” e seus “*cases*”. Pela adequação de suas conclusões aos projetos gráficos e propósitos argumentativos dessas peças didáticas, o cerne do argumento que Kuznets pioneiramente desenvolveu passou a fazer parte, com grau ainda maior de abstração e superficialidade, da educação de todo o economista titulado desde o último quartel do século XX. Não os deixa mentir o maior dos clássicos didáticos em humanidades, *Economia*, de Paul Samuelson:

“Há uma geração, países como Taiwan, Coreia do Sul e Singapura tinham rendimentos per capita correspondentes a ¼ ou 1/3 dos rendimentos dos países latino-americanos. Contudo, [...] [estes países] ultrapassaram todos os países latino-americanos nos anos 80. O segredo do sucesso não foi uma política de total *laissez-faire*, dado que os governos desenvolveram algum planeamento e intervencionismo. Foi antes a orientação para o exterior que permitiu àqueles países alcançarem economias de escala e os benefícios da especialização internacional e assim aumentar o emprego, o uso eficaz dos recursos internos e proporcionar enormes ganhos nos níveis de vida.” [Samuelson, 1993: 814]

O parágrafo acima bem poderia ser o resumo das conclusões de Kuznets. E ele emerge de um conjunto de cinco parágrafos, no interior dos quais o autor precisa apresentar ao estudante a visão predominante sobre o tema da “*orientação para o exterior*” versus a “*orientação para o interior*”. O texto em questão integra um manual traduzido para cerca de quarenta línguas e que já vendeu mais de quatro milhões de cópias. E ele não apresenta ao estudante nenhuma das opções interpretativas alternativas, que discutiremos nas seções seguintes deste Capítulo II. Incontáveis outras peças didáticas seguem o mesmo padrão do seminal *Economia*.

Não é de se estranhar que as conclusões de Kuznets sejam mimetizadas, com abstração muito potencializada, nos mais extravagantes contextos. É a partir da superficialidade confiante com que o álibi sul-coreano passou a ser evocado que podemos afirmar, sem pecar por exagero, que a teoria aqui reconstruída acabou cedendo lugar a um mito em torno da industrialização extrovertida da Coreia do Sul. Simplificadas em raramente mais que três parágrafos, jamais acompanhadas de contrapontos, repercutidas à exaustão, e guarnecidas pelo lugar-comum de tantos *think tanks*, a versão generalizada das ideias de Kuznets acabou convertida em leviano senso comum.²⁶

G) A Generalização Asiática da Estratégia Sul-Coreana “Guiada por Exportações”

A mesma estratégia expositiva de Kuznets, qual seja, o sobrevoo não-exaustivo das políticas econômicas adotadas, caracteriza uma ampla bibliografia que procura demarcar um padrão asiático de industrialização, argumentando que seu atributo distintivo fundamental foi a extroversão comercial. Neste caso, ao invés do contraste diacrônico entre as diretivas acolhidas por um único país — no caso da obra de Kuznets, a Coreia do Sul —, temos um contraste sincrônico entre as diretivas acolhidas por vários países. As políticas dos países mais prósperos da Ásia são, então, contrapostas àquelas simultaneamente aplicadas por seus pares Latino-Americanos.

²⁶ Cumpre destacar a acepção aqui adotada para mito. Não desejamos nessa Seção discutir o quão plausíveis seriam, ao nosso ver, as ideias de Kuznets. Mas desejamos ressaltar que elas são ocasionalmente evocadas por quem não está verdadeiramente apreciando sua validade, preferindo tratá-las por conveniência ou imitação como fatos estabelecidos. Alguns mitos, quando questionados, acabam encontrando subsídio na realidade objetiva, outros não. Mas mitos existem enquanto mitos. “Eldorado” se provou um devaneio, mas o palácio dourado que Marco Pólo descreve “de ouvir falar” realmente pode ser visitado em Cipango, isto é, em Kyoto. E, mesmo assim, o conhecido Pavilhão Dourado foi erigido apenas após a morte de Pólo...

O domínio temporal mais indicado para a realização deste painel comparativo entre países latinos e orientais é a década dos 1960. Pois nesta década reformas econômicas foram levadas adiante, por exemplo, em Taiwan e na Coreia do Sul, ao passo que um contexto de crise cambial despontou em vários países latino-americanos. De forma geral, o argumento costumeiramente defendido é que tais reformas lograram impulsionar progressivamente as exportações em várias economias orientais, aliviando o Balanço de Pagamentos e dando maior sustentabilidade à continuada rolagem dos passivos externos acumulados. Já na América Latina, a opção histórica pela substituição de importações se perenizou, fazendo com que os desequilíbrios — cambiais, monetários e fiscais — fossem passo a passo se acumulando, até o completo estancamento da acumulação de capital, que em alguns países só ocorre definitivamente na década de 1980. O excerto abaixo, oriundo de um artigo de Ching-Yuan Lin, é representativo da estratégia argumentativa ora aludida:

“O contraste entre o desempenho econômico de Taiwan e Coreia do Sul durante o período anterior ao primeiro choque do petróleo, de um lado, e Chile e Argentina, do outro, é mais evidente. De 1960 a 1973, o PIB real se expandiu 10,4% e 8,4% por ano, respectivamente, em Taiwan e Coreia do Sul, comparados a meros 3,4% e 3,1% no Chile e na Argentina (respectivamente). Durante esse período, os preços ao consumidor nos dois primeiros países subiram 3,7% e 12,7% por ano, respectivamente, comparado a 42,9% e 27,5% nos últimos dois. O rápido crescimento econômico e os preços domésticos relativamente estáveis nos dois países asiáticos foram amparados por uma expansão ainda maior dos rendimentos de exportação, que afiançaram sua capacidade de se financiar e permitiram uma rápida expansão tanto das importações quanto do investimento. Em contraste, o mau desempenho dos dois países latino-americanos era associado a um crescimento medíocre das exportações, que restringiram severamente sua capacidade de levantar crédito e expandir as importações e o investimento.” [Lin, 1988: S154]

No caso do trabalho logo acima citado, o domínio temporal da comparação se estende até década de 1980. Pois, nesse momento, a mudança de patamar dos preços do petróleo originou desequilíbrios cambiais que, na Ásia, teriam sido mais bem equacionados que na América Latina. Em resumo, o argumento que aqui emerge é que os governos asiáticos, tipicamente, teriam perseverado na contração da demanda agregada, a ponto de lograr reverter o surto inflacionário decorrente do maior custo da energia, paralelamente à continuada expansão das exportações, fenômeno que a seu

turno atenuava o choque externo. Já na América Latina, essa compressão na demanda teria ocorrido tardiamente, e não teria sido conjugada com comparável êxito na expansão exportadora.

Assim, tanto a severa crise que acomete as maiores economias latino-americanas nos anos 1980, quanto a divergência história entre o desempenho destas e aquele de suas contrapartes asiáticas, poderiam ser explicadas pela relutância dos governos meridionais em realizar reformas capazes de reorientar para o exterior o destino de sua manufatura. Entre tais reformas, poderíamos elencar: a adoção de um câmbio único e competitivo, a eliminação de subsídios à produção industrial, e a redução dos entraves aduaneiros ao comércio exterior. Essas medidas, argumenta Lin, teriam sido encaminhadas pelos governos orientais já nos anos 1960, e sua orientação teria se cristalizado e aprofundado nas décadas posteriores. Nos anos 1980, quando do agravamento da conjuntura internacional, as economias orientais estavam mais bem guarnecidas para encontrar caminhos que permitissem a superação da recessão.

A cronologia das políticas econômicas aplicadas nesses vários países é abordada por Lin de maneira extremamente superficial. Aliás, seu mapeamento é substancialmente mais vago que o empreendido por Kuznets. E, de forma análoga àquilo que aconteceu com a contribuição desse último autor, a noção de um “modelo asiático” extrovertido inspira ilustrações de natureza ultra-abstrata em incontáveis manuais de economia para graduandos, que contribuíram para que o referido contraste oriental-meridional fosse igualmente alçado à condição de mito.

H) Principais Questionamentos Suscitados:

Nos anos 1980, foco da presente Tese de Doutorado, a Coreia do Sul esteve envolvida com severas dificuldades na rolagem de seu considerável passivo externo, que figurava entre os maiores dentre os países de industrialização retardatária. Durante a fase mais aguda das restrições liquidez impostas aos países periféricos, o resultado comercial sul-coreano era bastante preocupante: déficits eram acumulados, fazendo com que o país dependesse de elevados ingressos de capitais para que o equilíbrio cambial fosse preservado. Em que pesem os resultados sempre favoráveis de sua Conta Financeira e de Capital, e o equilíbrio de Balanço de Pagamentos decorrente desses afluxos, o mercado cambial desse país foi continuamente embaraçado por grande especulação em torno da sustentabilidade do valor da moeda doméstica. Sem reservas, a Coreia do Sul precisou

contar por vários anos com créditos do FMI, além de ter sido agraciada no princípio da década com um vultuoso pacote de empréstimos do Japão.

Ora, o cerne dos argumentos explorados nessa Subseção é que a inserção exportadora precoce da indústria sul-coreana teria proporcionado folga cambial de magnitude suficiente para que uma taxa de câmbio relativamente estável fosse preservada, ademais de certo colchão de reservas cambiais capazes de afiançar a solvência da dívida externa do país. Mas sabemos, pela informação estatística percorrida no Capítulo II, que as contas exteriores sul-coreanas não se comportaram exatamente desse modo. Na verdade, especialmente naquilo que diz respeito ao período mais turbulento dos anos 1980, as condições de continuidade da industrialização desse país oriental parecem emanar não de sua Conta Comercial, mas de Conta Financeira e de Capital. E os estudos acima citados não trazem qualquer informação sobre essa última conta.

Convém frisar, não constitui argumento robusto afirmar que a mera manutenção, na Coreia do Sul, de uma razão entre a Corrente de Comércio e o PIB em patamares superiores àqueles evidenciados pelos países latino-americanos constituiria condição suficiente para o alívio da percepção dos credores internacionais quanto aos riscos de um *default*. Pois, especialmente em momentos turbulentos, o comportamento recente das reservas cambiais internacionais, tal qual sua tendência de curto e médio prazos, reivindicam proeminência na avaliação do risco de crédito a um país que não emita moeda conversível. E, nestes quesitos, o desempenho sul-coreano foi exatamente tão frágil quanto aquele dos países meridionais.

2.2.2 – Neoclassicismo Fundamentado e o “Salto Exportador” como Alternativa às “Ajudas”

A) A curiosa natureza da substituição de importações na Coréia do Sul.....	102
B) O exame minucioso do volume das “ajudas” na Coréia do Sul.....	104
C) Das “ajudas” americanas à extroversão exportadora na Coréia do Sul.....	106
D) Perspectiva Neoclássica Fundamentada e a Resiliência Sul-coreana nos 1980.....	109
E) Neoclassicismos no Debate sobre a Industrialização Sul-coreana: oposições e semelhanças.....	112
F) Principais Questionamentos Possíveis.....	112

A) A curiosa natureza da substituição de importações na Coréia do Sul:

À luz da proposta de Paul Kuznets, a industrialização sul-coreana teria principiado em meados dos anos 1950, sob a égide de políticas econômicas desenhadas para incitar a substituição do consumo de manufaturas importadas por similares domésticos. Neste primeiro momento, o governo do país teria subestimado o potencial exportador dos setores recém-erigidos, e por isto sua estratégia com vistas à industrialização teria sido marcada pela introspecção. A orientação do governo Syngman Rhee (1948-1960) teria sido, assim, análoga àquela que historicamente marcou a América Latina. E, enquanto tal direcionamento perdurou, o crescimento econômico ali observado jamais foi digno de nota.

Muitos outros autores fazem coro a essa noção de que na Coréia do Sul, tal qual em outros países asiáticos, a industrialização teria envolvido uma fase inicial de “substituição de importações”, à qual se segue uma segunda etapa mais dinâmica, na qual finalmente sobressai a “substituição de exportações”. Não obstante, essa aplicação do conceito de “substituição de importações” ao Oriente constitui uma operação intelectual substancialmente arbitrária. Sua debilidade reside na ausência, naquelas longitudes, de um ingrediente fundamental para que tal estratégia fosse percebida como exequível na América Latina. Pois Taiwan, Singapura ou Coréia do Sul não contavam, e até hoje não contam, com um setor primário-exportador relevante. E, por isso, esses países não se beneficiariam, ao despontar o esforço em prol da indústria, de uma oferta de divisas de magnitude suficiente para custear as importações adicionais decorrentes do início da manufatura em condições tardias — por exemplo, peças, insumos, máquinas, licenciamento de patentes, etc... —.

O requisito estrutural básico do deslanche de uma estratégia de “substituição de importações” é, em toda parte, a persistência de certo influxo de divisas estrangeiras

que, alvo de algum tipo de redirecionamento por intermédio da política cambial, acabe amparando a acumulação industrial. Por toda a América Latina, em que pese a má fase dos preços dos produtos primários entre 1930 e 1941, predominam historicamente largos e reincidentes superávits comerciais, refletindo o aporte desproporcional do setor primário ao Balanço de Pagamentos. Tais superávits abriram uma brecha histórica para que a oferta de divisas, uma vez gerida com comedimento, pudesse potencialmente satisfazer o crescente dispêndio em moeda forte que é corolário da industrialização. Na Ásia, dada a ausência desse influxo pela Conta Comercial, algo teria que ter ocorrido, para além daquilo que nos relata Kuznets, para permitir que uma estratégia de “substituição de importações” pudesse ser sequer cogitada.

É possível encontrar respostas a tal questionamento em outro estudo muito difundido sobre a modernização sul-coreana. Trata-se do livro *The Developmental Role of the Foreign Sector and Aid*, de Anne Krueger, que ocupou o cargo de economista-chefe do Banco Mundial entre 1982 e 1986, e integrou os quadros diretivos do Fundo Monetário Internacional entre 2001 e 2006. Adepta do arcabouço conceitual comum que caracteriza a Economia Neoclássica, à semelhança de Kuznets, Krueger nos traz um estudo de conclusões muito similares às aquelas que já exploramos acima. Contudo, seu trabalho recusa a estratégia de sobrevoos não-exaustivos, e penetra com firmeza na informação histórica e estatística disponível acerca da Coreia do Sul. O resultado é um estudo detalhado, que se tornou referência obrigatória nos estudos coreanos.

A primeira inovação da autora foi trazer à discussão o farto afluxo de divisas, que certa vez rumaram dos Estados Unidos à Coreia do Sul sob a etiqueta de “ajuda” ou “cooperação”. Paul Kuznets, já averiguamos, identifica brevemente tal influxo e recusa qualquer contribuição relevante deste ao dinamismo sul-coreano. Mas esse autor não fundamenta devidamente sua refutação, tomando-a por uma simples obviedade. Anne Krueger, por sua vez, resgata as “ajudas” do desconhecimento. E propõe, criativamente, que estas teriam transitoriamente desempenhado, na Coreia do Sul, papel histórico análogo àquele dos setores primário-exportadores latino-americanos.

Ou seja, aplicando seletivamente as divisas propiciadas pelas “ajudas”, os sul-coreanos teriam montado os alicerces de sua indústria, ainda que tal estratégia nunca tenha rendido, ali, dinamismo comparável àquele que marcou algumas experiências meridionais de “substituição de importações”. Ademais, a boa vontade norte-americana minguaria nos anos 1960, exatamente quando da iminência da construção de setores industriais mais complexos, e notadamente mais exigentes quanto à existência de

cobertura cambial. E, assim, não teria restado opção aos gestores sul-coreanos que não envolvesse a agressiva reorientação de sua indústria para o exterior.

Em síntese, a inovação proposta por Krueger nada mais é que a análise simultânea dos Balanços de Comércio e de Transferências Unilaterais sul-coreanos, ainda que a ênfase recaia primeiramente neste último, para depois ser redirecionada ao primeiro:

“compreender o papel do comércio [internacional] e da ajuda [americana] é crucial para interpretar a história econômica recente da Coréia” [Krueger, 1982: 2]

B) Do investimento colonial às “ajudas” americanas na Coréia do Sul:

Fiel a sua hipótese de trabalho, que focaliza a Balança Comercial sem negligenciar as Transferências Unilaterais, Krueger principia seu estudo efetuando um balanço do legado colonial japonês naquilo que tangia ao comércio exterior. Segundo ela, a Balança Comercial coreana havia sido fortemente negativa durante o período colonial, com as importações excedendo as exportações em 28%, na média do período entre 1936 e 1939. Para ela, este dado seria simples corolário do forte investimento japonês em sua mais importante colônia, podendo a contrapartida desses déficits comerciais ser identificada em equivalentes superávits na Conta Financeira e de Capital. Com efeito, mais de 85% das importações coreanas se originariam do Japão entre 1936 e 1939. E a importância da metrópole como mercado para os produtos de exportação da colônia peninsular era de ordem semelhante (Krueger, 1982: 7).

Com a Capitulação Japonesa, a administração militar americana assumiria o controle da parte meridional da Coréia. E, como consequência do fim dos laços que uniam a colônia à sua antiga metrópole, o comércio exterior coreano foi reduzido a uma minúscula fração daquilo que fora antes da II Guerra, permanecendo assim durante a Guerra da Coréia. É neste contexto que surge a ajuda externa norte-americana, idealizada para guarnecer a parte meridional do país, sob tutela ocidental, ante a ameaça do norte sob égide soviética. De acordo com Krueger, o auxílio serviria formalmente a três propósitos de cunho geoestratégico: 1) estabelecer uma Coréia “livre” e independente, moldada segundo padrões ocidentais, 2) tornar a Coréia um país forte o

suficiente para contribuir com a estabilização do Continente Asiático e, 3) fazer do país um arquétipo de democracia na Ásia (Krueger, 1982: 12-13).²⁷

Anne Krueger faz uma pormenorizada análise quantitativa da magnitude deste apoio americano à Coreia do Sul, mostrando o quanto o equilíbrio de sua economia passara a requerer o permanente auxílio oriundo dos Estados Unidos. Os dados que a autora apresenta, especialmente aqueles relativos aos anos 1950, são realmente impressionantes. A ajuda externa teria chegado a atingir o pico de 86,6% das importações totais sul-coreanas no ano de 1957. (Krueger, 1982: 8-10, 67). Não deixa de ser intrigante que o senso comum acerca do salto industrial sul-coreano passe totalmente ao largo desse monumental influxo, que é devidamente quantificado na Tabela 2.2.2.B-1.

TABELA 2.2.2.B-1 - Ajuda Total Recebida e sua Importância, 1953-1960								
Ano	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Ajuda total recebida em milhões de dólares	201,2	179,9	236,7	293,7	382,9	321,3	222,2	245,4
Importações totais em milhões de dólares	345,4	243,3	341,4	386,1	442,1	378,2	303,8	343,5
Ajuda como % das importações	58,3	73,9	69,3	76,1	86,6	84,9	73,1	71,4
Fonte: Krueger (1982: 67) <i>apud</i> BANK OF KOREA, Economic Statistics Yearbook, 1960 e 1974 e FMI, International Financial Statistics, Maio de 1976.								

Evidencia-se, nas cifras acima, que a Coreia do Sul se tornara absoluto refém da ajuda norte-americana nos anos 1950. O país precisava das doações tanto para o funcionamento cotidiano — por exemplo, no caso do suprimento de gasolina —, quanto para a consolidação de seu parque produtivo, pois somente tal influxo permitia o reequilíbrio do Balanço de Pagamentos sob crescente demanda de importados. Paradoxalmente, segundo a autora, esta dependência não parecia afligir o então presidente Syngman Rhee, que dava sinais de enxergar a perenidade desses donativos como algo garantido (Krueger, 1982: 58, 75, 78).

Entretanto, cumpre ressaltar que essa estratégia de substituir importações mediante o redirecionamento dos saldos das Transferências Unilaterais nunca

²⁷ Sobre esse terceiro item, cumpre notar que o governo sul-coreano patrocinado pelos EUA era, àquela altura, encabeçado por um civil formalmente eleito, ainda que as condições gerais e a lisura do pleito possam ser questionados.

ocasionou, na Coreia do Sul, expressivo dinamismo econômico. O ritmo de crescimento de seu PIB é ora modesto, e é somente a partir na década seguinte, mediante alterações profundas na estratégia do país, que principia um duradouro ciclo de crescimento.

C) Das “ajudas” americanas à extroversão exportadora na Coreia do Sul:

Krueger argumenta que a postura do governo sul-coreano começaria a mudar a partir de 1957, quando autoridades americanas passam a deixar claro que o volume de ajuda teria que diminuir e, assim sendo, o arcabouço político-econômico sul-coreano deveria passar por profundos ajustes. É neste contexto que o período entre 1960 e 1965 seria, aponta Krueger, um divisor de águas na estratégia de crescimento coreana. A partir daí, a extroversão teria despontado sobre uma peculiar estratégia de “substituição de importações”, ora posta em xeque (Krueger, 1982: 80-82). Os dados da Tabela 2.2.2.C-1, adiante, demonstram que a ajuda externa realmente não cresceu neste período, a despeito do nada desprezível crescimento da economia sul-coreana. Após 1972, ademais, a ajuda passaria definitivamente à história (Krueger, 1982: 152).

TABELA 2.2.2.C-1 - Ajuda Total Recebida, 1961-1965					
Ano	1961	1962	1963	1964	1965
Ajuda total recebida em milhões de dólares	192,8	245,5	252,3	164,8	176,9
Fonte: Krueger (1982: 113), conforme dados do USAID.					

Na fase que tem início a partir desse momento, Krueger argumenta que o “motor” do crescimento sul-coreano teria passado a ser seu crescente envolvimento com o comércio mundial de manufaturas. Naquilo que concerne a essa segunda fase, os argumentos de Krueger passam ocasionalmente a coincidir com aqueles já apresentados por Paul Kuznets. Isto é, ela admite que o Estado sul-coreano possa ter desempenhado um papel relevante na reorientação da indústria nativa, apoiando e incitando a inserção exportadora do país. Não obstante, à luz das vantagens comparativas detidas pelo país, o respeito às leis do mercado — isto é, o respeito aos “preços corretos”, não distorcidos pela ação estatal — é que explicaria a essência do dinamismo sul-coreano.

Com efeito, para Krueger (1982: 82-158) as políticas de substituição de importações do governo Syngman Rhee teriam demonstrado inépcia em reverter a dependência externa do país, e, a partir da mudança de posicionamento norte-americana,

a única alternativa ora exequível teria sido o encorajamento da inserção exportadora de sua indústria. E isso teria finalmente acontecido após a Revolução de Abril de 1960, sob o General Park Chung Hee. Passados mais alguns anos, essa nova estratégia de crescimento seria apregoadada como uma lição para os demais países atrasados. Afinal, os resultados sul-coreanos foram de fato muito significativos: as exportações saltaram de US\$ 250 milhões, em 1966, para US\$ 835 milhões, em 1970, US\$ 1.624 milhões, em 1972 e, US\$ 5.081, em 1975. A autora, frente tais cifras, sentencia:

“[...] o sucesso da guinada para a promoção de exportações foi realmente fenomenal”
[Krueger, 1982: 99, 117]

Naquilo que concerne à estratégia econômica por detrás desse dinamismo, Krueger atribui ao governo um papel relevante. De modo geral, esta teria resguardado os principais preços em um patamar minimamente realista, e, valendo-se das vantagens comparativas do país, encorajado a inserção internacional do país. As medidas de estímulo por ele mobilizadas teriam sido, então, sutis e sofisticadas. Um exemplo bem sucedido deste tipo de intervenção teria sido a criação de uma agência de promoção das exportações — a KOTRA — destinada a dar aos exportadores assistência de marketing e qualidade. Outro exemplo teria sido a criação de um mecanismo de metas de exportação, punindo quem não cumpria tais metas com a suspensão da licença de importador. Um terceiro mecanismo teria sido a entrega da Medalha de Honra Nacional aos mais florescentes exportadores (Krueger, 1982: 97-99).

Além do estímulo às exportações, a autora destaca, também, o forte ingresso de capital externo sob a forma de empréstimos para o sistema bancário, principalmente a partir da reforma nas taxas de juro internas em 1965. Tal fluxo de divisas teria servido, igualmente, para minorar as consequências da redução da ajuda externa, facilitando mediante o registro de superávits na Conta Financeira e de Capital o difícil equilíbrio do Balanço de Pagamentos (Krueger: 1982: 143-144).

A Tabela 2.2.2.C-2 apresenta o progressivo processo de endividamento sul-coreano. Nela, é possível identificar como, concretamente, a Coreia do Sul atingiu o necessário equilíbrio do mercado cambial durante o chamado “impulso exportador”. Nitidamente, a elevação da receita exportadora precisou ser acompanhada, naquilo que concerne à obtenção das divisas imprescindíveis à industrialização, de grandes superávits na Conta Financeira e de Capital. É desses repetidos saldos que vai se

conformando, ano após ano, o quadro de acentuado endividamento que marca o país ao se avizinhar a década de 1980.

TABELA 2.2.2.C-2 – Dívida Externa Líquida, 1959-1975			
Ano	Endividamento Externo Líquido Acumulado desde 1959 (em milhões de US\$)	Ano	Endividamento Externo Líquido Acumulado desde 1959 (em milhões de US\$)
1959	6,7	1968	1.568,4
1960	11,6	1969	2.097,4
1961	14,3	1970	2.570,0
1962	69,2	1971	3.044,2
1963	156,0	1972	3.601,9
1964	197,4	1973	4.481,9
1965	301,3	1974	5.869,4
1966	524,3	1975	6.695,8
1967	954,3		
Fonte: Krueger (1982: 145), conforme dados do <i>Economic Planing Board</i> .			

Fiel a sua proposta mais detalhista, a autora assinala que certos fatores histórico-conjunturais também teriam concorrido para o dinamismo desse país. Quanto a isso, Krueger reconhece que, paralelamente à ajuda material, a administração militar americana teria exercido outros papéis construtivos para o deslanche da economia sul-coreana. Dentre eles, talvez um dos mais significativos tenha sido o de fazer com que a taxa de alfabetização pulasse de 20%, imediatamente após a Liberação, para 71% apenas dois anos e meio mais tarde (Krueger, 1982: 23).

O legado norte-americano, aliás, iria além. Outra medida apontada seria a distribuição de terras promovida pelo governo de ocupação. Após a capitulação dos japoneses, cerca de 487.621 acres ²⁸ foram vendidos a 502.072 agricultores. Isto representou 96% daquilo que havia sido propriedade colonial japonesa. Além disto, a Constituição elaborada pelos americanos previa a realização de uma reforma agrária nas demais terras do país, o que fez com que, entre 1949 e o princípio da Guerra da Coreia, a maioria dos aristocratas rurais fracionasse e colocasse à venda suas terras, temendo o baixo valor das indenizações a serem pagas pelo governo (Krueger, 1982: 19-21).

Em síntese, Anne Krueger expõe cifras que descortinam a fragilidade da crença em uma estratégia de industrialização cujo financiamento em divisas se desse por intermédio exclusivo do crescimento das exportações. Na prática, a continuada elevação das

²⁸ Cada acre equivale a 4.046,8564224m².

exportações esteve historicamente acompanhada, na Coreia do Sul, de insistente fragilidade na Conta Comercial. E, assim, a combinação dessa agressiva inserção exportadora com concomitante e substancial elevação do passivo externo é que emerge da informação estatística disponível. Igualmente, a Coreia do Sul parece ter se beneficiado de alguns elementos conjunturais fortuitos, como o apoio norte-americano ao princípio da industrialização — na forma de doações, difusão da leitura e do acesso à propriedade fundiária, além de avanços institucionais diversos —.

D) A Perspectiva Neoclássica Fundamentada e a Resiliência Sul-coreana nos 1980:

Na virada da década, a economia sul-coreana atravessou uma grave crise, aparentemente derivada de uma série de choques externos e domésticos, suficientes para exacerbar desequilíbrios estruturais já presentes na economia. Tal conjuntura acabou culminando com um breve interregno de asperezas na longa trajetória de crescimento do país. Nesse ínterim, fenômenos de implicações cambiais diretas, como o II Choque do Petróleo e a escalada dos juros norte-americanos após 1979, interagiriam com episódios perturbadores da oferta agregada e dos preços internos, como uma grave seca e os distúrbios políticos posteriores ao assassinato de Park Chung Hee, em 1979. Com efeito, o quadro sul-coreano em 1980-1 era de recessão e inflação, realçando o sobreendividamento externo e a fragilidade cambial já ostentadas pelo país em meados do decênio anterior. Todavia, apesar dos obstáculos, a recuperação da economia desse país peninsular é célere, e seu crescimento voltaria a ser festejado na segunda metade dos 1980.

Como vimos na subseção em que abordamos autores adeptos de um neoclassicismo que apodamos como “de sobrevoos”, é corriqueiro vermos tal recuperação ser tributada ao agressivo envolvimento sul-coreano no comércio internacional de bens. Entretanto, essa perspectiva apenas pode ser levada adiante quando negligenciamos alguns elementos relevantes da conjuntura daqueles anos. Ou seja, as previsões feitas à luz dessa perspectiva não comportam a completa ausência, por toda a série entre 1970 e 1985, de saldos em Conta Corrente na Coreia do Sul. Igualmente, tal perspectiva não parece se coadunar com o progressivo endividamento externo do país no bojo da circulação internacional de petrodólares — fenômeno que, aliás, remonta já ao princípio do “impulso exportador”, nos anos 1960 —.

Se retivermos os perturbadores elementos acima elencados, exigirá alguma sofisticação expositiva a sustentação dessa perspectiva liberal da formação industrial da

Coréia do Sul — tributando a essência de seu sucesso à manutenção, ali, de uma política de preços capaz de orientar a produção manufatureira rumo ao exterior —. Contudo, como demonstra Anne Krueger, é sim possível construir histórias industriais de fundamentação teórica estritamente neoclássica, porém sem negligenciar o tratamento cuidadoso da informação histórica e estatística disponível. Isto significaria, em bases gerais, conjugar informações da Conta Comercial com aquelas da Conta Financeira e de Capital na avaliação objetiva do “impulso exportador” sul-coreano.

Uma competente análise com essas características nos foi legada por Susan M. Collins e Won-Am Park, no estudo *External Debt and Macroeconomic Performance in South Korea*, finalizado em 1987. No âmbito desse trabalho, as autoras desenvolvem uma análise mais cuidadosa de dez fatores individuais que nos permitiriam enxergar, dinamicamente, a natureza da acelerada recuperação econômica desse país. Seriam eles: (1) a evolução do endividamento externo, (2) a taxa observada de crescimento econômico, (3) o ritmo do investimento e os Planos Quinquenais, (4) o percentual da renda encaminhada para poupança, (5) a política cambial, (6) o comportamento dos salários e o nível de competitividade, (7) a política comercial, (8) a política industrial, (9) a política fiscal, e, (10) a política monetária. Após uma exposição relativamente pormenorizada de todas essas dimensões do processo econômico sul-coreano, as autoras concluem:

Qual teria sido o pacote de ajuste a ter funcionado na Coreia? O elemento central foi um plano de investimento compreensível e que focaliza as exportações, operacionalizado mediante taxas cambiais competitivas, racionamento de crédito, incentivos tributários e extra-tributários para indústrias selecionadas, políticas comerciais e alocação de crédito externo. O declínio inicial nos salários reais ajudou a ampliar a competitividade, mas uma vez que o ciclo de investimento-crescimento foi deslanchado, os ganhos de produtividade foram divididos mediante salários em crescimento e competitividade aprimorada. [Susan M. Collins e Won-Am Park, 1989: 129-36]

Assim, mesmo após exame devidamente aprofundado e cuidadoso, as autoras insistem no ingrediente já mobilizado por Kuznets e Krueger para explicar a performance industrial da Coreia do Sul. Ou seja, intervenções estatais ciosas do enquadramento dos preços mais relevantes em nível análogo ao internacional, paralelamente ao encorajamento discricionário de exportações que façam sentido à luz

desses preços e da disponibilidade relativa de fatores no país. Na defesa dessa teoria, a expansão do endividamento é devidamente identificada, tal qual a reincidência de déficits em Comércio e Conta Corrente. Tais elementos são, contudo, justificados à luz da estratégia de industrialização do país, que admite o recurso à poupança externa no intuito de promover a mais acelerada inserção exportadora da manufatura doméstica. Ou seja, as autoras não enxergam os déficits comerciais cobertos por capitais como corolário da industrialização em tais moldes, mas como mera consequência do recurso a um expediente ora defensável e disponível ao país.

Mais adiante, quando da virada dos ventos naquilo que diz respeito à liquidez internacional, o segredo da resiliência sul-coreana entre 1979 e 1986 — ano em que finalmente reage sua Conta Comercial — foi teria sido seu continuado crescimento econômico e exportador. Afinal, tal desempenho fornecia aos credores uma perspectiva de reversão de médio prazo na dependência de capitais do país, qualificando-o a tomar ainda mais recursos.

“Dois temas unificadores emergem de nossas investigações sobre as dez peças do quebra-cabeça do bem-sucedido desempenho coreano. O primeiro é a importância das aceleradas taxas de crescimento (particularmente das exportações), elevando a produtividade do trabalho, e expandindo os estoques de capital físico e humano. Esses fatores deram à Coreia o espaço para se endividar pesadamente enquanto mantinha administrável o peso do serviço da dívida, além de evitar a compressão das rendas reais paralelamente ao aumento da competitividade internacional. O rápido crescimento da produtividade em exportar e importar bens competitivos atenuou o problema da mobilização e transferência de recursos domésticos para o pagamento das dívidas externas. O segundo tema é o uso de políticas governamentais ativas e intervencionistas, [...]” [Susan M. Collins e Won-Am Park, 1989: 135-6]

Em síntese, as autoras afirmam que a ênfase sul-coreana nas exportações explicaria, inclusive, a reincidência de saldos na Conta Financeira e de Capital, que se fizeram prementes após o acúmulo de determinado passivo externo. O acúmulo de tal passivo, da perspectiva sugerida, poderia ser compreendido, como propõem as autoras, enquanto simples decorrência do aproveitamento opcional de um recurso facilitador ou acelerador de sua industrialização: “a poupança externa”. Alternativamente, em uma direção não percorrida pelas autoras, o endividamento poderia ser entendido como requisito estrutural do deslanche do salto exportador, sendo a própria efetivação de tal salto o

ingrediente capaz de preservar as condições de financiamento e des-endividamento do país.

E) Neoclassicismos no Debate sobre a Industrialização Sul-coreana: oposições e semelhanças

Daquilo que acima apresentamos, fica claro que a diferença entre as abordagens percorridas reside essencialmente em seu grau de fundamentação. Em um extremo, temos apresentações de cunho essencialmente superficial, linhagem inaugurada por Paul Kuznets. Em outro, temos estudos mais preocupados em efetivamente interpretar a informação histórico-estatística disponível, organizando-a segundo um olhar inspirado pela Teoria Econômica Neoclássica. Esta segunda linhagem foi lançada por Anne Krueger.

Por outro lado, há um esteio comum a unir todas as contribuições supracitadas. Primeiramente, sua compreensão de que o dinamismo do processo de acumulação sul-coreano não emanaria da orquestração Estatal. A ação deste, se bem que relevante, teria sido frutífera apenas quando as autoridades souberam compreender e aproveitar a ação dos mecanismos de mercado, ensejando a alocação de capital à luz da disponibilidade relativa de cada fator de produção, quadro em permanente transição. Assim, tal transição seria a verdadeira força por detrás da modernização do país oriental, e seu potencial se materializaria desde que os fatores relativamente abundantes fossem preferencialmente engajados na produção, inclusive na manufatura exportadora.

F) Principais Questionamentos Possíveis:

O apego à informação histórica e estatística que caracteriza a obra de Krueger constituiu, sem lugar à dúvida, grande avanço em relação à primeira geração de leituras livre-cambistas da industrialização sul-coreana que, como ilustra a contribuição de Paul Kuznets, parecia se valer do grau de abstração como ferramenta facilitadora do ajuste da história industrial coreana às previsões do modelo geral da Teoria Econômica Neoclássica. Restam, contudo, consideráveis omissões factuais também nestas contribuições neoclássicas mais ciosas dos detalhes.

Primeiramente, podemos nos indagar sobre o significado histórico preciso das doações norte-americanas. Em toda a sua argumentação, Anne Krueger parece circunscrever a importância das doações ao equilíbrio do setor externo da economia coreana. Mas de que forma os 15 anos de vultuosos donativos americanos afetariam as

contas públicas desse país? De que forma a faceta fiscal da ajuda teria facilitado a construção do Estado nacional coreano? De que forma os estabelecimentos industriais e a infra-estrutura física erigidos às expensas da ajuda estrangeira teriam constituído condicionantes para o posterior “impulso exportador”?

Segundo, como a própria autora nos informa, ao passo que os Estados Unidos resolveram reduzir a ajuda, passaram a acolher uma crescente parcela das exportações da Coreia da Coreia do Sul. A participação americana pulou de 35,2% das exportações coreanas em 1965 para 47,3% em 1970. Só em 1975 esta participação voltaria ao patamar de 1965 (Krueger, 1982: 137-138), quando o Japão procura restaurar sua antiga liderança regional. Será razoável tributar este movimento ao acaso? É preciso discutir, em vista disto, se os americanos teriam substituído suas generosas doações por igualmente generosas condições de acesso a seu mercado interno. E as análises acima não penetram a política externa norte-americana, nem sua política comercial. Por isto, um eventual papel dessa grande potência no sucesso do salto industrial peninsular é obscurecido.

Terceiro, resta discutir a questão da viabilidade cambial do “salto exportador”. A relação paradoxal entre a “substituição de importações” e o aprofundamento dos desequilíbrios cambiais se encontra bem estabelecida na literatura econômica desde Maria da Conceição Tavares. A relação entre a “substituição de exportações” e os maciços déficits comerciais obtidos pela Coreia do Sul após o deslanche dessa estratégia é terreno menos explorado pela bibliografia. Cumpriria ao menos demonstrar, até por probidade intelectual, que o sucesso exportador nunca foi ali acompanhado de bonança cambial.

Quarto, não encontra qualquer explicação a omissão, comum na bibliografia sobre a célere recuperação sul-coreana após 1981-2, das ocasiões em que seu governo buscou financiamento internacional de última instância. Ora, sabemos que a Coreia do Sul foi ao FMI nos anos 1980, além de ter se beneficiado de generoso pacote de empréstimos governo-governo junto ao Japão. Como coadunar esse fato com a pressuposição de os credores tiveram boa vontade em refinanciar a dívida sul-coreana, em face de suas melhores condições de solvência a longo termo. Até que ponto tal boa vontade decorria, antes, da boa vontade de governos e organismos multilaterais comprometidos com a solvência sul-coreana.

Discutiremos cada um desses pontos nos capítulos vindouros.

2.2.3- As Agências de Washington e os “Fundamentos Corretos”

A) Os Desdobramentos Político-Internacionais do Debate sobre a Industrialização Sul-Coreana.....	114
B) Tóquio e Washington: querelas em torno da “receita asiática”.....	115
C) O Neoclassicismo Radical como Manifesto e o “Milagre Asiático”.....	119

A) Os Desdobramentos Político-Internacionais do Debate sobre a Industrialização Sul-Coreana:

Como já apontado na Introdução da presente Tese de Doutorado, um pequeno conjunto de países de tardia industrialização vivenciou, nas décadas de 1980 e 1990, taxas de crescimento econômico absolutamente fora do padrão dos demais países do então chamado III Mundo. Com efeito, Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e o enclave britânico de Hong Kong lograram transpor, nesse período, a maior parte do fosso desde muito existente entre as condições materiais asiáticas e atlântico-setentrionais. Essa aproximação, popularizada na literatura sobre desenvolvimento sob a alcunha de *catching-up*, sugeriu a muitos que a adoção por outros países do mesmo padrão de política econômica ali prevalecente permitiria a repetição de igual dinamismo material. Naturalmente, surgiria um intenso debate acadêmico em torno da precisa natureza das diretrizes econômicas que teriam alicerçado o invejável desempenho dessas economias.

Esse debate, naturalmente, ia muito além de uma disputa estritamente intelectual. Afinal, estabelecer qual sorte de política econômica havia excitado as economias orientais era crucial para definir qual o padrão de enfrentamento do “atraso material” a ser recomendado aos países do III Mundo. De partida um tema acadêmico conflituoso, a contenda em torno natureza do “milagre asiático” admitia severas implicações para a legitimidade da ação de organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial. Equivalentemente, esse debate trazia importantes consequências para quaisquer Estados nacionais interessados em pautar o padrão de condução da economia em países estrangeiros menos industrializados. Japão e Estados Unidos, inequivocamente, podem ser apontados como Estados com tal ambição.

Desse modo, o “milagre sul-coreano”, episódio mais expressivo do “milagre asiático”, se tornou um tema exaustivamente discutido no interior dos principais organismos multilaterais, além de instigar paralelamente o debate entre personalidades que atuavam nos governos japonês e norte-americano. Na subseção a seguir, a história e as motivações desse debate serão retomadas em maior detalhamento.

B) Tóquio e Washington: querelas em torno da “receita asiática”

Em Setembro de 1985, autoridades norte-americanas e japonesas firmariam o famoso Acordo do Hotel Plaza, em Nova Iorque, mediante o qual o governo japonês finalmente cedia às pressões internacionais e concordava com a progressiva apreciação do Iene ante o Dólar. Esse evento costuma ser considerado um verdadeiro divisor de águas na história econômica japonesa. Costumeiramente lembrada pela ampla inserção internacional, sua manufatura teria que conviver, doravante, com taxas cambiais muito menos convidativas à exportação. O Gráfico 2.2.3.B-1 demonstra que, após o acerto firmado em Nova Iorque, o Dólar efetivamente se desvalorizaria ante a moeda japonesa, oscilando seu valor unitário médio mensal de ¥236,91 para ¥133,72, respectivamente, entre Setembro de 1985 e Dezembro de 1990.

Gráfico 2.2.3.B-1^{lx}

Evolução da Taxa de Câmbio entre o Iene Japonês e o Dólar Norte-Americano

Janeiro de 1980 - Dezembro de 1990, Médias Mensais, em Ienes por Dólar

Além disso, esse novo quadro cambial desvantajoso às exportações se sobrepunha ao definitivo encarecimento da mão-de-obra disponível no arquipélago, que ora ostentava níveis de vida similares àqueles vigentes nos países do Atlântico Norte. Entre os setores mais atingidos pela nova conjuntura, podemos definitivamente incluir os artigos manufatureiros intensivos em trabalho, fator cada vez mais escasso e encarecido no arquipélago. Igualmente, a taxa cambial pouco atraente minava a capacidade exportadora japonesa em setores industriais mais competitivos. Afinal, as margens são tipicamente comprimidas sob uma estrutura de mercado mais concorrencial, onde a capacidade de

arbítrio do consumidor é maior. Nesses casos, o encarecimento do câmbio costuma ser suficiente para inviabilizar a produção a preços compatíveis com a exportação.

Ou seja, para continuar ocupando mercados mundo afora, a produção industrial japonesa precisaria contar com novas fontes de competitividade, passando ao largo de estratégias que envolvessem mera a manutenção de uma taxa cambial competitiva, ou a simultânea exploração de custos salariais inferiores àqueles dos concorrentes ocidentais. Em linhas gerais, seria preciso contar cada vez mais com o potencial de setores exportadores que atuem em mercados onde a competição por preços ceda lugar a outras disputas: pela primazia técnica, pelo valor associado à marca, ou pela reputação de qualidade e confiabilidade, etc. Em todos esses casos, o preço tende a ser relativizado pelo cliente enquanto variável decisiva. Já para os estabelecimentos industriais que se singularizam pela atuação em mercados onde a concorrência por preços é decisiva, restava a troca do arquipélago por alguma outra “plataforma de exportação”, onde vigorassem condições cambiais e salariais mais acolhedoras.

Como resposta a esse desafiador contexto onde a “exportação de setores industriais” podia ser enxergada como parte uma sólida estratégia industrial, o prestigioso MITI — o Ministério do Comércio Internacional e da Indústria do Japão — passa a devotar grande zelo às condições de competitividade industrial nas demais nações asiáticas. Taticamente, países como a Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Tailândia ou Singapura passam a ser enxergados como o abrigo ideal para aqueles setores da indústria exportadora japonesa cujas condições de operação houvessem sido consideradas incompatíveis com o novo panorama descrito. Nesse ínterim, o MITI lançaria o Plano de Desenvolvimento das Novas Indústrias Asiáticas, em 1987, objetivando assegurar o apoio necessário para investimento japonês na Ásia. No mesmo ano, seria lançado o “Fundo de Desenvolvimento ASEAN-Japão” (Terry, 1995).

Uma vez que o Japão buscava restabelecer uma posição de liderança na sua antiga periferia colonial, era natural que desejasse transmitir aos países receptores de seus capitais o seu próprio conceito de “boa gestão econômica”. O problema era que este conceito, de extrema relevância político-internacional, assumia àquela altura significados diametralmente opostos em Washington e Tóquio, provocando inevitável atrito. Examinemos ambas as perspectivas.

Primeiramente, vejamos a ótica de Washington. Não custa mencionar que, naqueles anos, vários países de industrialização retardatária atravessavam uma crise de solvência de suas dívidas soberanas. Tal crise punha o sistema financeiro norte-americano, grande

credor desses países, diante de prejuízos potenciais significativos. Uma vez que governos sob iminente colapso cambial costumam buscar o apoio seja do FMI ou do Banco Mundial, era natural que Washington, detentora de decisivo peso nessas instituições, compreendesse como a prioridade adequada a ser cobrada dos países em crise a reativação das condições de continuidade do serviço das dívidas. E, assim, esses organismos condicionavam a liberação de seus empréstimos à adoção de medidas que enfatizavam a estabilização do nível de reservas cambiais. Esses condicionantes, dada a prioridade postulada, costumavam negligenciar a evolução da atividade econômica do país socorrido. Assim, o clássico binômio de políticas restritivas, cambial e monetária, costumava conduzir o país credor automaticamente à recessão, à medida que o reequilíbrio cambial de curto prazo era é priorizado.

Vejamos então a perspectiva de Tóquio. Nitidamente, o foco de Washington nas condições garantidoras do serviço das dívidas colidia com a estratégia japonesa de realocação regional de seus setores menos competitivos. Pois, obviamente, tal tática pressupunha certa estabilidade do cenário macro-econômico desses países. A solvência das dívidas soberanas, da ótica japonesa, parecia um objetivo a ser alcançado gradual- e estruturalmente, a partir da transferência a tais parques produtivos de manufaturas aptas a exportar. No curto prazo, fazia sentido para Tóquio a concessão de empréstimos estabilizadores sem contrapartidas imediatas de ajuste cambial. Mas, para Washington, especialmente sob Ronald Reagan, a ausência dessas contrapartidas seria politicamente injustificável.

Sob tal choque de interesses, o então diretor do Banco Mundial para o Japão, Masaki Shiratori, começaria a pressionar a instituição para a realização de estudos sobre um assunto por ela até então negligenciado: política industrial. Com tal motivação, o Japão oferecia US\$ 3,5 milhões de dólares, a fundo perdido, para a realização de vários estudos sobre o tema. Embebidos de uma firme confiança em um histórico de políticas industriais que julgavam “ativas”, muitos burocratas japoneses pareciam seguros, àquela altura, que não haveria malabarismo teórico que permitisse a alguém refutar a relação entre o festejado crescimento industrial japonês e as políticas intervencionistas do MITI (Terry, 1995).

Dani Rodrik, muito perspicazmente, batizou esta querela teórica de “King Kong encontra Godzilla”, em referência ao embate entre as arraigadas visões japonesa e americana sobre um tema tão rico em desdobramentos político-distributivos (Rodrik, 1996). É no contexto dessa disputa nipo-americana pela orientação a ser seguida pelos

organismos de Washington — particularmente quando defronte de crises de solvência em nações asiáticas relevantes à estratégia industrial japonesa —, que Lewis Preston assume a presidência do Banco Mundial. Ele aceita a oferta japonesa, e será ao custo de US\$ 1,2 milhão, financiados por um governo japonês interessado em legitimar políticas “industrialistas” deliberadas em sua antiga periferia colonial, que emergirá o estudo intitulado “*The Asian Miracle*”, símbolo do posicionamento do Banco Mundial acerca das bases do crescimento acelerado na Ásia.

Em que pese a paradoxal orientação ideológica do financiador, o relatório acabou reiterando, dada a sólida hegemonia intelectual dentro dessa instituição de personagens apegados à Teoria Econômica Neoclássica, conclusões muito similares às aquelas já apontadas por Anne Krueger e Paul Kuznets. Admitia-se que governos com burocracias fortes e independentes são capazes, ocasionalmente e sob muitos riscos, de emitir sinais corretos ao investimento, notadamente quando as exportações são priorizadas. A expansão destas, aliás, seria referendada como a raiz do progresso material oriental. A estratégia argumentativa do estudo, entretanto, caminhava em outra direção.

“*The Asian Miracle*” não faz uso, assim, do método expositivo inaugurado por Paul Kuznets — que ordena uma ampla coleção dados históricos, abordando-os apenas superficialmente —. Tampouco uma análise histórica mais profunda, como aquela de Anne Krueger, será levada a cabo. Alternativamente, temos um texto enxuto, em que conclusões brevemente fundamentadas são acompanhadas de uma reunião de dados estatístico-econômicos generalistas, que formam uma espécie de anteparo legitimador do argumento geral.²⁹ Em cima desses elementos, são desenvolvidos argumentos incisivos, mas ao modo de um manifesto de opinião que de um estudo acadêmico típico. O relatório final não soma mais que 40 páginas, avaliando políticas aplicadas em algumas dezenas de países por algumas dezenas de anos, e destilando recomendações aos países em análoga situação.³⁰

A insatisfação de pesquisadores ligados ao MITI com os métodos de pesquisa utilizados no Estudo foi demonstrada em diversas ocasiões. Masaki Shiratori, em especial,

²⁹ Primeiro, temos a representação no espaço cartesiano de variáveis econômicas oriundas de algumas dezenas de países, por vezes sem que sequer o nome do caso observado seja devidamente grafado — apenas alguns países são destacados —. Além desses diagramas de dispersão, são mobilizadas algumas tabelas estatísticas e algumas séries temporais a respeito de certos indicadores econômicos selecionados.

³⁰ A menção ao termo “manifesto” talvez mereça enquadramento mais preciso. Na aceção ora sugerida, a título de exemplo, temos a famosa Introdução ao I Estudo Econômico da América Latina, por Raúl Prebisch. Ou seja, um texto que elenca apressadamente certos elementos históricos, descritos como ensejo para a adoção de certo posicionamento político, em prévio acordo com um conjunto amplo de pesquisadores e o espírito de suas respectivas propostas de pesquisa.

demonstrou-se perplexo com a metodologia utilizada pela pesquisa. Em um simpósio realizado conjuntamente pelo Banco Mundial e pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (OECE), realizado em 3 de dezembro de 1993, Shiratori insistiu que, no caso japonês, tomando suas próprias palavras, estava convencido de que o segredo do então sucesso japonês foi que seu “governo interveio ativamente para promover indústrias específicas com elevado potencial de crescimento” (Citado por Terry, 1995, minha tradução). Sua opinião, sem lugar à dúvida, poderia ser generalizada para o resto da Ásia; em particular, para a Coreia do Sul. A polêmica continuou e este estudo acabou ensejando a realização de muitos outros, especialmente no Japão, desafiando suas conclusões e reafirmando a extrema relevância da política industrial para a superação do subdesenvolvimento.

Nada obstante, a projeção das idéias expressas em *“The Asian Miracle”* foi avassaladora, talvez por sua compatibilidade com certo *Zeitgeist*, então em franca emergência, que se destacava pelo ceticismo quanto às vantagens da intervenção estatal. Assim, as conclusões desse estudo serviram à apologética em torno de certa agenda de reformas liberalizantes, contribuindo para a legitimidade político-internacional das agências de Washington, notadamente quando diante de países em dificuldades financeiras.

C) O Neoclassicismo Radical como Manifesto e o “Milagre Asiático”

Quando historiadores econômicos tratam do último par de décadas do século XX, em especial quando discutem o padrão de intervenção estatal nas principais economias capitalistas, é quase imperioso que seja feita alguma alusão a uma nova agenda “liberal”, que teria pontuado a ação dos principais governos a partir de princípios dos anos 1980. Termos como “hegemonia neoliberal”, “acordo neoliberal” ou “consenso de Washington” constituem generalizações quase irresistíveis àqueles que versam sobre o período em questão, ainda que a carga ideológica nelas necessariamente embutida seguramente prejudique o absorvimento dos argumentos levantados.

Sabemos, além disso, que muito provavelmente será imprecisa qualquer classificação meramente dual de um governo como “liberal” ou “estatista”, pois pode haver considerável heterogeneidade ideológica entre os membros de seu *staff*, e conseqüentemente na inspiração intelectual por detrás de itens objetivos de seu programa. Não obstante, os anos 1980 e 1990 indiscutivelmente são o cenário de um processo, cujas

raízes remontam pelo menos aos anos 1970, durante o qual é sólido argumentar que um receituário político-econômico de perspectiva liberal re-emergiu ao debate público, e norteou crescentemente a ação prática de vários governos.

Na raiz desta emergência, podemos identificar uma virada de ventos na história material dos povos. Ela assinala o esgarçamento do padrão de relacionamento entre capital e trabalho, tal qual das estruturas estatais a ele correspondentes, erigidos durante as três décadas posteriores ao desfecho da II Guerra. Sob os cumulativos impasses desse modelo de civilização material, tomou forma uma severa crise econômica, que encalça os países desenvolvidos após os Choques do Petróleo. Inflação e recessão se conjugam persistentemente, sem topar com explicações ou reações admissíveis à luz do arcabouço analítico *keynesiano*, então dominante. Neste vácuo, começa a se difundir internacionalmente uma agenda de “reformas” consistente com uma visão de mundo antagônica àquela que predominava, ou seja, despontava uma agenda “liberalizante”. Esse processo culmina com sua encampação, durante os anos 1980 e 1990, por governos e organismos multilaterais que constituíam o núcleo duro da governança global.

Na América Latina, como destacamos na Introdução desta Tese de Doutorado, temos nos anos 1980 uma “década perdida” para a acumulação de capital, fenômeno que excitava a mobilização de seu panorama empírico como referencial de crítica ao intervencionismo que se popularizara após a Depressão. Assim, os solavancos macroeconômicos que marcam este período escusam a realização, pelo *Institute for International Economics*³¹, de uma conferência que marcaria época. Naquela ocasião, com a presença de economistas de oito países — Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia — o economista norte-americano John Williamson apresentaria o artigo clássico que cunha o termo “Consenso de Washington”.³² No âmbito deste, são enumeradas dez diretrizes daquilo que, entre fins dos anos 1980 e o princípio dos 2000, se converteria em uma “ortodoxia oficial” das agências multilaterais sediadas em Washington para os países em desenvolvimento, e, em especial, para a América Latina. Estes dez princípios seriam:

- i. **Disciplina fiscal:** Este termo de significado impreciso significava, apenas, a recusa à possibilidade de utilização do déficit público como instrumento de estímulo a um nível insuficiente de demanda agregada (política que era o núcleo da proposta *keynesiana*, que

³¹ O *Institute for International Economics* tinha sido criado em 1981. Seus recursos haviam sido proporcionados pelo German Marshall Funds, além da *Ford Foundation*, da *William and Flora Hewlett Foundation* e da *Alfred P. Sloan Foundation*.

³² Williamson (1990)

propunha o uso intensivo do gasto público para fazer frente aos ciclos da economia capitalista);

ii. **Redução dos gastos públicos:** A visão liberal segundo a qual o setor privado é o protagonista do desenvolvimento material implica o “enxugamento”, nos países centrais, das estruturas do “Estado *keynesiano*” (erigido para garantir a estabilização da demanda em um nível compatível com pleno emprego dos fatores de produção) e, no caso da América Latina, o dismantelamento das estruturas do “Estado desenvolvimentista” (arquitetado para induzir a industrialização e a urbanização dos países “atrasados”);

iii. **Reforma tributária:** O mote aqui era “simplificar” a tributação, reduzindo o número de impostos e incentivando a criação de impostos de baixa alíquota que incidissem sobre ampla base de contribuintes. Procurava-se, ademais, suprimir impostos “em cascata” (aqueles que incidem várias vezes sobre o mesmo bem) e, em casos mais radicais, questionava-se a progressividade da estrutura tributária (advertindo que o pressuposto de que os mais ricos devam pagar mais macularia a distribuição de incentivos pelo mercado).³³

iv. **Juros de mercado:** A crença de que há apenas um nível de juros compatível com a igualdade entre oferta agregada e demanda agregada (e, por tabela, com a estabilidade dos preços) veta a manipulação estatal da taxa de juros, seja para fins “*keynesianos*” (de estímulo ao investimento e ao emprego) ou “desenvolvimentistas” (de estímulo à diferenciação produtiva);

v. **Câmbio de mercado:** O princípio liberal de que o câmbio é um preço como qualquer outro impõe a condenação da utilização da taxa de câmbio seja como política “de emprego” ou “de desenvolvimento” (o que impunha, por corolário, a unificação cambial);

vi. **Abertura comercial:** Retoma-se aqui a agenda de abertura comercial, núcleo duro de qualquer política liberal desde Smith e Ricardo, procurando reverter o protecionismo das eras “*keynesiana*” (centro) e “desenvolvimentista” (periferia);

vii. **Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições:** O princípio de que o capital flui para áreas onde é maior sua remuneração previa que este rumasse para regiões carentes em capital, como a América Latina e Ásia, onde houvesse muitos

³³ Um exemplo nesta direção foi a criação, por Margaret Thatcher, do *Poll Tax* ou imposto comunitário. Tratava-se de um imposto regressivo, cobrado pelo governo a partir de 1989 na Escócia, e de 1990 no restante do Reino Unido. Ele instituiu uma taxa única a ser cobrada por habitante a fim de financiar os governos locais, em substituição ao sistema anterior, no qual o imposto era calculado de acordo com o valor dos imóveis, de forma semelhante ao IPTU brasileiro. Este sistema foi posteriormente derrubado pelo governo John Major.

nichos de produção inexplorados. Destarte, cumpria suprimir quaisquer constrangimentos à entrada (e à saída) voluntária de capital, em especial nas regiões onde esse fosse relativamente escasso;

viii. **Privatização das estatais:** O “enxugamento” dos Estados “*keynesiano*” e “desenvolvimentista” viria acompanhado da defesa da alienação de empreendimentos públicos que exorbitassem o círculo de atividades compatível com o chamado “Estado mínimo”³⁴;

ix. **Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas):** Este é um dos pontos politicamente mais tensos da dita “agenda neoliberal”. Uma vez que a micro-economia neoclássica argumenta que não existe desemprego involuntário numa economia de mercado em pleno funcionamento, este apenas aparecia devido aos “atritos” criados pela legislação trabalhista e pelos sindicatos. Era a hora, então, de eliminar estes “ruídos”, permitindo que o mercado funcione. Outras “desregulamentações” se orientavam por visão semelhante: o Estado é sempre um mal e sua existência, ainda que inevitável, cobra seu preço, que pode ser medido em termos de “ineficiências” (redução do nível material da coletividade, que no âmbito da Teoria da Escolha da Micro-economia Neoclássica recebe o nome de “peso morto”).

x. **Direito à propriedade intelectual:** Como o desenvolvimento é aqui entendido como acúmulo de capital físico e humano em função de escolhas feitas por indivíduos “maximizadores” de riqueza, o desenvolvimento tecnológico requer leis que garantam que os benefícios da inovação sejam apropriados por aqueles que investiram energia e recursos em sua viabilização.

O primeiro país do globo a empreender um conjunto de reformas cujo eixo se acercasse dos dez princípios supracitados foi o Chile sob Augusto Pinochet, ainda em 1974. Consolidadas em um documento intitulado *El Ladrillo*, as reformas chilenas representaram uma ruptura institucional antecipatória e modelar daquilo que viria ser o conjunto de políticas recomendadas institucionalmente pelos organismos multilaterais sediados em Washington para os países em crise. O *Ladrillo*, aliás, fora elaborado anos antes com a colaboração direta de economistas norte-americanos ligados à Universidade de Chicago.³⁵

³⁴ Ao Estado Mínimo cumpriria apenas garantir a ordem e a legalidade. Para alcançar este fim, este devia concentrar-se em alguns serviços essenciais: policiamento, forças armadas, poderes legislativo e judiciário, uma estrutura administrativa mínima, etc.

³⁵ Convém ressaltar que, durante os anos 1950 e 1960, o amplo consenso acadêmico norte-americano em torno da funcionalidade do gasto público não conquistara todas as mentes. Economistas ligados à Universidade de Chicago, como Milton Friedman, vinham tecendo desde então críticas ao

Entre 1974 e o fim da década, o Chile levaria a cabo as seguintes reformas: (a) Ampla privatização; (b) Liberalização irrestrita de preços, (c) Unificação cambial, (d) Substancial liberalização comercial, (e) Ajuste fiscal e redução do emprego público, (f) Supressão do imposto “em cascata” de compra e venda e criação de outro, sobre valor agregado, (g) Liberalização dos juros, (h) Re-privatização dos bancos, (i) Liberalização do mercado de capitais, (j) Gradual liberalização do movimento de capitais, (k) Atomização sindical e drástica redução de seu poder de negociação, (l) Facilidade de demissão, (m) Drástica redução do salário real, e (n) Redução no custo laboral não salarial — de 40% para 3% —. (Meller, 2007: 186) Este pacote de reformas rende resultados iniciais animadores naquilo que concerne à redução da inflação. Os primeiros sinais de reativação do crescimento econômico bastaram para se falasse em um “Milagre Chileno” nos circuitos acadêmicos e midiáticos.³⁶

Paralelamente, a circulação dos preceitos elencados por Williamson aumenta significativamente, culminando com a eleição de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha (maio de 1979) e Ronald Reagan nos EUA (janeiro de 1981).³⁷ Posteriormente, Helmut Kohl assume o poder na Alemanha (outubro de 1982) comprometido com alguns ideais similares. A partir deste ponto, o neoliberalismo reivindica o *status* de doutrina econômica hegemônica em termos planetários. “Eclipsados durante três décadas pela sombra de Keynes, os ortodoxos monetaristas e liberais de vários matizes saíram do ostracismo e de Chicago diretamente para as assessorias dos governos Reagan, Thatcher, Kohl e outros [...]” (Mantega, 2001: 8)

Na América Latina, projetos de reforma econômica consistentes com o Consenso de Washington são propostos por diversos mandatários. Assim, elementos coerentes com o chamado “acordo neoliberal” seriam encampados, de uma forma ou de outra, por figuras como os presidentes uruguaios Julio Sanguinetti (março de 1985 – março de 1990 e março de 1995 – março de 2000), Luis Alberto Lacalle (março de 1990 – março de 1995) e Jorge Battle (março de 2000 - março de 2005), pelos mexicanos Carlos Salinas de

intervencionismo e prognosticando o advento de uma era de crises. O chamado “monetarismo”, cujo marco é a publicação por Friedman de *The Quantity Theory of Money: a restatement*, em 1956, procurava depurar o neoclassicismo das idéias favoráveis ao gasto público a ela incorporadas desde a “Síntese” *keynesiano-neoclássica* de John Hicks.

³⁶ Sobre o tema, Meller (2007) provoca que o pacote de reformas do *Ladrillo* não logrou alteração substancial na trajetória de longo prazo do PIB chileno. De acordo com seus cálculos, as taxas médias de crescimento da economia chilena são: 3,86% entre 1940 e 1973 e 3,7% entre 1973 e 1990. Não haveria, portanto, desnível significativo de patamar entre as fases “desenvolvimentista” e “neo-liberal”.

³⁷ A posse de Paul Volcker no Federal Reserve em agosto de 1979, ainda sob Jimmy Carter, antecipa a virada “monetarista” nos Estados Unidos (em função de sua ênfase numa política monetária ultra-restritiva).

Gortari (dezembro de 1988 – novembro de 1994) e Erbesto Zedillo (dezembro de 1994 – novembro de 2000), pelos brasileiros Fernando Collor de Mello (março de 1990 – maio de 1989), Itamar Franco (dezembro de 1992 – janeiro de 1995) e Fernando Henrique Cardoso (janeiro de 1995 – janeiro de 2003), pelo peruano Alberto Fujimori (julho de 1990 – novembro de 2000), pelos paraguaios Carlos Wasmosy (agosto de 1993 – agosto 1998) e Luis Gonzales Macchi (março de 1999 – agosto de 2003) e, sem que a lista esgote os exemplos, pelos argentinos Carlos Saúl Menem (julho de 1989 – dezembro 1999) e Fernando de la Rúa (dezembro de 1999 – dezembro de 2001). Além disso, itens da agenda de reformas que aqui emerge continuariam a animar o debate público posterior, mesmo no seio de governos nominalmente compromissados com a reação a tais reformas.

À luz de tudo isso, precisamos compreender a gênese e projeção do estudo “*The Asian Miracle*” no contexto dessa acalorada reemergência de ideias e valores críticos às ideias intervencionistas de linhagem *keynesiana*, com as quais o *establishment* norte-americano havia convivido em relativa harmonia desde a superação da Depressão.³⁸ O panorama asiático, àquela altura marcado por intenso dinamismo capitalista do Sri Lanka ao Japão, fornecia material empírico fecundo à legitimação de quaisquer políticas econômicas que fossem identificadas, com maior ou menor solidez, no contexto de cada um desses países. Do ponto de vista desse movimento de depuração radical neoclássica, fazia todo sentido percorrer a história material dos países mais dinâmicos da Ásia em busca de “uma receita comum”, que referendasse o projeto político de retorno às recomendações predominantes antes de Keynes. É assim que “*The Asian Miracle*” adquire tons de manifesto político-intelectual, à semelhança do artigo clássico de Williamson. Repassemos, objetivamente, as conclusões nele contidas.

Em linhas gerais, o referido estudo postula que o extraordinário crescimento asiático seria explicado pela acelerada acumulação de capital físico e humano que, ali, teria sido alocado de modo especialmente eficiente, privilegiando investimentos em

³⁸ Nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, a digestão do conteúdo radical de Keynes começa imediatamente após a publicação da *Teoria Geral*. Em 1937, John Hicks publica o artigo clássico *Mr. Keynes and the ‘Classics’: A Suggested Interpretation*, que marca a aceitação, por parte do *mainstream* neoclássico, da premissa mais fundamental de Keynes: o gasto público pode ser funcional à elevação da renda e do nível de emprego. Outros elementos de sua crítica são deixados de lado. Era o início do “keynesianismo” neoclássico (ou americano), que culminaria com a publicação de *Economics: An Introductory Analysis*, por Paul Samuelson, em 1948. Este livro-texto, que apresenta a mensagem de Keynes segundo Hicks — isto é, sancionando a elevação do gasto público em certas situações —, seria traduzido para várias dezenas de línguas e seria vendido a milhões de estudantes em suas várias edições e reedições. Formara-se um consenso que continha elementos “keynesianos”, e este reinaria absoluto até que os principais países capitalistas fossem sacudidos pelas crises dos 1970 e 1980.

setores competitivos, dotados de um destacado potencial para a aquisição e o aprendizado tecnológicos. Tal acumulação teria sido possibilitada pela realização de um conjunto de investimentos tipicamente norteados pelo mecanismo de preços de mercado, com distorções mínimas, capazes de encorajar a aplicação dos recursos em atividades de alto retorno. O respeito à eficiência na alocação de recursos teria tornado possível um acelerado crescimento no volume das exportações, estimulando a absorção de tecnologias estrangeiras; algo que, inclusive, teria se revelado crescentemente valioso conforme a mão-de-obra foi se tornando relativamente menos barata. (Banco Mundial, 1993: iii, iv, 5-6)

Em consonância com as posições acima expostas, o Banco Mundial reitera sua costumeira preocupação com o cultivo de um bom ambiente de negócios. E recomenda, como imperativo para as economias em desenvolvimento, a defesa de uma política econômica ciosa da manutenção de “fundamentos” econômicos corretos, voltados para a mínima distorção dos mecanismos de mercado (Banco Mundial, 1993: 7-10). Paralelamente, como já destacamos, a instituição reconhece aplicação pontualmente produtora de políticas que teriam violado esse regime de incentivos neutros. Nas palavras da instituição:

“[...] em algumas poucas economias, principalmente no Nordeste da Ásia, as intervenções do governo parecem ter, em algumas instâncias, resultado em um crescimento mais alto e mais igualitário do que, de outro modo, teria acontecido. Todavia, os pré-requisitos para o sucesso foram tão rigorosos que, em outros países, formuladores de políticas tentando seguir um caminho similar falharam” [Banco Mundial, 1993: 7-10]

Para a instituição, esse ativismo estatal teria sido justificado pela existência, em alguns países asiáticos, de falhas de mercado significativas — tais como falta de mecanismos capazes de incitar a de fluidez nas informações, ou a quase generalizada ausência de um mercado de risco — (Banco Mundial, 1993: 10). Mesmo assim, a instituição mantém uma ressalva. Só teria sido possível ao Estado intervir sem gerar ainda mais distorções, numa vã tentativa de combater as deformidades previamente diagnosticadas, em razão da lúcida instituição, ali, das “recompensas segundo desempenho”. Isto é, os organismos estatais teriam fixado metas racionais, firmemente consistentes com as vantagens comparativas vigentes em cada país e, então, distribuído subsídios de curta duração. Eram premiados, nesse ínterim, aqueles que alcançassem as metas fixadas, agraciando-os com mais subsídios. Eram punidos, paralelamente, aqueles

que não as alcançassem. Teria sido evitada, assim, a tendência ao chamado *rent-seeking* (Banco Mundial, 1993: 11).

Ainda assim, a visão da instituição é que o sucesso destas intervenções possui requisitos demasiado exigentes. Por exemplo, a cultura é tida como importante para explicar a notável força das burocracias locais. A relevância de componentes exógenos reforçaria, então, a visão da instituição de que a replicação de tais políticas por outros países deveria ser firmemente desaconselhada. No veredicto da própria instituição:

“[...] o fato de que as intervenções foram um elemento das histórias de sucesso de alguns países do Leste Asiático não deve se tornar uma razão para que se resista às reformas orientadas para o mercado” [Banco Mundial, 1993: 33].

Para o Banco Mundial, assim, o significado do ativismo estatal teria sido o de compensar as falhas de mercado. Naquilo que diz respeito especificamente à Coréia do Sul, o estudo conclui que, na prática, desde os anos 60 sua estrutura industrial teria evoluído exatamente conforme seria de se esperar em face às vantagens comparativas baseadas na disponibilidade de fatores. Em uma conclusão certamente desconcertante para os burocratas japoneses do MITI, se as políticas discricionárias tiveram ali alguma importância decisiva, esta atingiu seu auge no contexto de uma economia pré-capitalista e destruída pela guerra — portanto, cheia de falhas de mercado —; à medida que as falhas de mercado foram escasseando, a raiz do êxito sul-coreano seria o crescente respeito aos mecanismos de preços (Banco Mundial, 1993: 29-30). O presente estudo simplesmente confirmaria, assim, as conclusões de outro relatório mais antigo da instituição, segundo o qual, tão logo as falhas de mercado foram minoradas pelo processo de desenvolvimento, o governo da Coréia do Sul teria se tornado cada vez mais neutro (Banco Mundial: 1984: 78).

Não obstante, evitando discussões mais detalhadas sobre o processo de edificação industrial de cada país, foi possível ao Banco Mundial, mesmo sob bastante polêmica nos círculos acadêmicos, especialmente os asiáticos, apresentar uma justificativa em linguagem teórico-acadêmica, corporificada neste estudo, para elencar “reformas” como condicionantes à liberação de empréstimos de socorro.

Outros trabalhos, publicados com o apoio institucional tanto do Banco Mundial quando do Fundo Monetário Internacional, precederiam e ecoariam o formato expositivo analítico-militante que caracteriza “*The Asian Miracle*”. Como esteio comum, uma defesa engajada e firme da administração pelos países em crise de “reformas liberalizantes” e

“políticas ortodoxas de ajuste”, tanto como instrumento geral de promoção da prosperidade, quanto receita de ajuste frente às crises da dívida. O seguinte excerto, retirado de um artigo publicado com o apoio institucional do FMI, parece simbolizar bem esse tipo de olhar engajado, especificamente a respeito da bem-sucedida travessia sul-coreana dos primeiros anos 1980, em que esta logra escapar com celeridade à recessão que se abate sobre os principais países de industrialização retardatária:

“A experiência coreana após a segunda onda de aumento no preço do petróleo é um excelente exemplo de como as políticas ortodoxas de estabilização, efetivamente implementadas, podem ajudar um país a se ajustar a choques domésticos e externos.” [Aghevli e Marques-Ruarte, 1985: 1]

“Houve largo reconhecimento do ‘milagre econômico’ coreano nos anos 1960 e 1970, quando uma estratégia de crescimento guiada pelas exportações resultou em um acréscimo anual de 30% no volume exportado e uma multiplicação por três na renda real per capita. [...] Até o fim dos anos 1970, a economia coreana começou a experimentar desequilíbrios estruturais crescentes, que estavam associados ao prolongado período de rápido crescimento e inflação relativamente alta. [...] Em face dessas dificuldades, o governo introduziu uma série de medidas de estabilização na segunda metade de 1978. As taxas de juro foram levantadas, e restrições diretas foram impostas à construção civil em meados desse mesmo ano. Ao mesmo tempo, o governo acelerou a liberalização cambial e comercial, e acabou com vários controles de preços para expandir a oferta doméstica.” [Aghevli e Marques-Ruarte, 1985: 1,4]

O tom confiante e assertivo, imune a ponderações ou recuos em contradito, caracteriza os estudos que assumem a forma de um manifesto de opinião. Por sua própria natureza, de firmeza superficial, esses documentos são intelectualmente muito vulneráveis. E, pela contrariedade que despertam, os manifestos costumam convidar à rediscussão de seus argumentos em bases mais detalhistas. As réplicas à perspectiva aqui descrita receberão nossa atenção nas subseções adiante.

2.3 - O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Economia Heterodoxa:

2.3.1) Alice Amsden e a Exaltação da “Distorção dos Preços Relativos”.....	133
2.3.2) A Unicamp, Otaviano Canuto e o “Capitalismo Tardio” Coreano.....	140
2.3.3) Estruturalismo e Neo-estruturalismo: do “Nacional Desenvolvimentismo” ao elogio da “Transformação Produtiva com Equidade” na Ásia Oriental.....	147

Como já mencionado na Introdução ao presente Capítulo, podemos identificar na literatura sobre o “milagre sul-coreano” dois polos teórico-ideológicos exercendo atração sobre os autores que buscam vincular a qualidade das políticas econômicas ao ritmo da acumulação de capital. O polo pioneiro, como buscamos demonstrar acima, é depositário da tradição liberal de reflexão sobre a economia. Esta, como se sabe, principia com Adam Smith e David Ricardo, se radicaliza durante o “Neoclassicismo” de autores como Jeremy Bentham e Alfred Marshall, até culminar, mais recentemente, com o intento de depuração monetarista que marcou a crise da “Síntese” Neoclássico-keynesiana dominante desde John Hicks.

Os autores do segundo polo, a seu turno, buscam inspiração em uma tradição crítica a esse encorajamento *smithiano* do *laisser-faire*. O primeiro pilar dessa tradição desponta na América do Norte, onde Alexander Hamilton finaliza ainda no século XVIII seu influente “Relatório sobre as Manufaturas”, defendendo a intervenção ativa na economia por parte do Estado. O pequeno excerto abaixo ilumina suas principais conclusões.

“Não apenas a riqueza, mas a independência e a segurança de um país parecem estar materialmente vinculados com a prosperidade da indústria manufatureira. Os Estados Unidos não podem comerciar com a Europa em termos iguais; e o desejo de reciprocidade os transformaria em vítimas de um sistema que os induziria a confinar suas perspectivas à agricultura, e abster-se das manufaturas. Uma necessidade constante e crescente, por parte deles, das mercadorias da Europa, e apenas uma demanda parcial e ocasional por suas próprias mercadorias, ao invés, somente os levaria a um Estado de empobrecimento, comparado com a opulência que suas vantagens políticas e naturais o autorizariam a aspirar.” [Alexander Hamilton, *Report on Manufactures*, 1791]

Poucas décadas adiante, no Velho Continente, os argumentos “protecionistas” de Alexander Hamilton ecoariam na obra de outro intelectual que se ocupava do desafio da industrialização e da integração nacional tardias: Friedrich List, o avalista intelectual do

Zollverein prussiano. Em uma obra que consolida burilados argumentos, declaradamente contrários à perspectiva de Smith, List patrocina o uso da política comercial ativa como mecanismo de desenvolvimento industrial. Isso pode ser constatado no trecho abaixo.

“A Alemanha deveria abolir suas aduanas provinciais e, mediante um sistema comercial coletivo para o exterior [...], alcançar as outras nações pela sua política comercial.” [Friedrich List, *Das Nationale System der politischen Ökonomie*, Prefácio, 1841]

No Extremo Oriente, pouco depois e analogamente, samurais preocupados com a fragilidade econômica japonesa pavimentam a “Restauração” de um jovem Imperador Esclarecido, ou *meiji*, que passa a governar seu país em detrimento da antiga casa de regentes, os Tokugawa. Sob suas bênçãos, estes patrocinam em 1873 uma “Embaixada” ao Ocidente, a “Missão Iwakura”, com o objetivo de observar as artes do bom governo aplicadas em nações mais “adiantadas”. Ao ter contato com o receituário *smithiano*, aqueles notáveis acabariam apadrinhando uma curiosa re-interpretação do clássico que, para alguns, está na raiz do futuro progresso industrial do Japão. O depoimento de Ōkubo Toshimichi, samurai de Satsuma e primeiro ministro “esclarecido” das finanças nipônicas, faz eco ao encorajamento *hamiltoniano* do poder estatal, que ora seria conjugado àquele das grandes empresas:

“A força de um país depende da riqueza de seu povo. A riqueza de seu povo depende de quanto ele produz. Quanto ele produz depende de quanto ele se engaja diligentemente na indústria porém, mais fundamentalmente, depende da força da orientação e do encorajamento fornecidos pelos governos e pelos administradores.” [Ōkubo Toshimichi, *Relatório de Retorno ao Posto Após a Missão Iwakura*, 1873]³⁹

O duradouro dinamismo capitalista das regiões que deram à luz os argumentos de Hamilton, List e Toshimichi incitará, porém apenas muito mais tardiamente, que os latino-americanos teçam suas próprias críticas à perspectiva encabeçada por Smith. O “manifesto” *cepalino* de 1949 costuma ser lembrado como o marco do nascimento, nesse continente, de uma economia política crítica ao liberalismo. Sua influência na gestão econômica dos países latinos é atestada pela popularização regional, em seqüência, do receituário chamado “nacional-desenvolvimentista”.

³⁹ Citado por Masakazu Iwata. *Ōkubo Toshimichi: The Bismarck of Japan*, University of California Press, 1964.

“Noutros tempos, antes da grande depressão, os países da América Latina cresceram impulsionados externamente pelo crescimento persistente das exportações. Nada autoriza a supor, ao menos por agora, que este fenômeno vá se repetir [...]. Já não se apresenta a alternativa de seguir crescendo vigorosamente desse modo ou bem crescer para dentro mediante a industrialização. Esta última passou a ser o modo principal de crescer.” [Raúl Prebisch, *El Desarrollo Económico de la America Latina y Algunos de sus Principales Problemas*, p. 105, 1949]

Em síntese, podemos afirmar que há uma longa tradição de estudos encorajadores do intervencionismo estatal com vistas à industrialização. Naquilo que concerne especificamente à temática desse Capítulo, que versa sobre os estudos acerca da construção do parque manufatureiro sul-coreano, podemos identificar uma miríade de possibilidades de investigação aberta àqueles simpáticos à idéia de que o Estado teria orquestrado, ali também, o deslanche de um notável ciclo de acumulação industrial. Nesse capítulo, exploraremos três dessas possibilidades.

Primeiramente, ao longo da Subseção 2.3.1, retomaremos a difundida contribuição de Alice Amsden, cujo argumento caminha em direção precisamente oposta à proposta de Kuznets e Krueger. Em *Asia's Next Giant*, de 1989, a autora penetra os meandros da gestão macro-econômica sul-coreana, procurando desconstruir, com base em múltiplos elementos factuais, a premissa liberal de que o desenvolvimento industrial sul-coreano seria corolário do espontâneo envolvimento do país no comércio exterior. Para ela, inversamente, o sucesso exportador desse país teria decorrido de intensa e deliberada manipulação, por parte das autoridades governamentais, dos preços relativos vigorantes no país. Com o intuito de fundamentar essa proposição, a autora adota uma metodologia expositiva que prima pelos detalhes, e acaba legitimando a adoção ajustada ao contexto hodierno da perspectiva de Hamilton e List, que foram pioneiros em apontar a distorção dos preços internos mediante a política comercial como chave ao desenvolvimento industrial. Além disso, a autora não se restringe ao exame da política comercial sul-coreana, penetrando dimensões da vida econômica enfatizadas por outras linhagens de reflexão heterodoxa, de Joseph Schumpeter aos estruturalistas latino-americanos. Como saldo final, emerge um elogio de amplo espectro aos mais variados meios de intervenção estatal.

Em seguida, na Subseção 2.3.2, visitaremos outra possibilidade de análise econômica que explora o significado do intervencionismo estatal para as diferenças de

ritmo ostentadas por cada economia. Trata-se da chamada “escola do capitalismo tardio”, que surgiria em torno da proposta de João Manuel Cardoso de Mello, qual seja, repensar a história econômica de alguns países em desenvolvimento à luz do nascimento e da subsequente evolução de parques industriais tardios, onde o rumo da economia estaria complexamente determinado — em primeira instância, por fatores internos e, em última instância, por fatores externos — (Mello, 1998: 186-187). À diferença da proposta de Alice Amsden, que apenas descreve e examina as diretivas econômicas, estas são aqui tratadas como decorrência de um processo político onde os expoentes, necessariamente, são os detentores do capital nativo. Para elucidar diferenças de performance, os autores afinados a essa perspectiva destacam a forma de composição de forças entre as facções da elite local, assim como seus mecanismos de articulação e cooperação com o Estado. Para eles, das características desta aliança surgiria, sob restrição dos desafios advindos do mercado internacional, o padrão de crescimento econômico e inserção financeiro-comercial internacional que tipifica cada espaço econômico.

Tal como Alice Amsden, os autores da “escola do capitalismo tardio” são profundamente simpáticos ao intervencionismo estatal, em todas as suas facetas. À luz de seu referencial histórico comum, os países mais dinâmicos em termos de acumulação de capital seriam exatamente aqueles onde o intervencionismo encontrou melhores condições para ser deslançado. Por isso, muitos dos autores do “capitalismo tardio” lançam mão instrumentalmente dos argumentos de Alice Amsden. À diferença dela, contudo, esses autores buscam contextualizar o nível de intervencionismo aplicado em cada lugar, conectando-o ao padrão de exercício do poder político pelas elites locais. É a primeira linhagem de autores, dentre aqueles até aqui analisados, que menciona a dimensão política, ainda que sob a marcada rigidez descritiva que caracteriza sua opção por certo materialismo.

Em terceiro lugar, no curso da Subseção 2.2.3, retomaremos em perspectiva diacrônica a acepção sugerida pela CEPAL, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe, para os “fundamentos corretos” que amparariam o progresso material das mais dinâmicas regiões. Como sabemos, esse organismo esteve desde suas origens marcado pelo contraponto teórico à tradição de política econômica associada ao aproveitamento de “vantagens comparativas” espontâneas. Inicialmente um reduto de personalidades costumeiramente associadas ao intervencionismo “nacional-desenvolvimentista” com vistas à construção de uma indústria “voltada para

dentro”, a CEPAL também abrigou críticos à introspecção industrial. Esse estímulo à extroversão emergiu a medida que os principais países latino-americanos, notadamente os menores, toparam com crises de acumulação a partir dos anos 1950. A discussão acerca do *menu* pertinente de “reformas de base”, com o objetivo de reanimar as economias da região, conduziu à consolidação, até os anos 1980, de um arcabouço analítico crítico quanto às recomendações estruturalismo original. Nessa Subseção 2.2.3, tentaremos reconstruir a sedimentação dessa nova perspectiva, costumeiramente chamada de “neo-estruturalismo”, abordando também a obra de um personagem-chave desse movimento, Fernando Fajnzylber.

2.3.1 - Alice Amsden e a Exaltação da “Distorção dos Preços Relativos”

A) Alice Amsden: o elogio do intervencionismo e da “distorção dos preços relativos”.....	133
B) Alice Amsden e a Falácia da Liberalização sob Park Chung Hee.....	135
C) Alice Amsden: grandes empresas, concentração de mercado e competição oligopolística monitorada pelo Estado.....	137
D) Alice Amsden: coerção estatal sofisticada e respeito à disponibilidade de fatores.....	138
E) Questionamentos.....	139

A) Alice Amsden: o elogio do intervencionismo e da “distorção dos preços relativos”:

Em 1989, Alice Amsden, professora do *Massachusetts Institute of Technology*, publicou um trabalho que se tornaria referência obrigatória no âmbito do que ficou conhecido como interpretação “revisionista” ou “estatista” do desenvolvimento da Ásia Oriental. Em *Asia's Next Giant*, a autora penetra profundamente nas características da gestão macroeconômica sul-coreana, procurando desconstruir, com base em elementos factuais, a premissa neoclássica de que o desenvolvimento industrial sul-coreano teria ocorrido de forma praticamente espontânea, como corolário do crescente envolvimento do país no comércio exterior, à luz do respeito às suas vantagens comparativas estruturais. Assim, Amsden atacou o argumento de que os preços internos de mercado teriam sido fiéis, na Coreia, aos níveis vigentes internacionalmente. E a autora foi além: argumentou que a decisão deliberada do governo de distorcer estes preços é que teria sido, como veremos adiante, a verdadeira “receita” do sucesso sul-coreano.

Assim como os autores que examinamos na seção anterior, Alice Amsden estava em busca de um “modelo” a ser seguido pelos demais países em desenvolvimento. Nas palavras da própria autora: “Um país como a Coreia pode servir como um modelo útil, do qual outros países que aspiram se industrializar podem aprender” (Amsden, 1989: vi, minha tradução). E da sua ótica, a “lição” sul-coreana parecia ser a intervenção inteligente por parte do Estado, encarnada na instituição de subsídios deliberadamente instituídos de modo a distorcer os preços relativos e criar oportunidades de investimento lucrativas, em setores discricionariamente eleitos. Isto é: “[...] não apenas a Coreia não teve preços relativos corretos, ela deliberadamente os tornou ‘incorretos’” (Amsden, 1989: 139, minha tradução, grifo meu). Mas isto não seria tudo: “Em troca dos subsídios, o Estado impôs padrões de performance às empresas privadas” (Amsden, 1989: 8, minha tradução) e coordenou, assim, o ritmo e os rumos do processo de edificação, naquele país, de uma sofisticada economia industrial.

Assim sendo, para a autora, a Coreia do Sul somente teria crescido tão aceleradamente por ter violado, decidida e perspicazmente, as recomendações que decorrem do *ver-o-mundo* neoclássico. À luz de seus argumentos, o subsídio governamental seria uma exegese da industrialização em condições tardias, não somente na Coreia, mas no Japão, em Taiwan, nos países latino-americanos, etc. Ao invés de confiar no mercado como mecanismo de alocação de recursos, o Estado teria promovido ativamente a edificação do edifício industrial, seja escolhendo áreas prioritárias, seja estimulando decididamente as exportações, encorajando a absorção e geração interna de tecnologias, distribuindo financiamento a taxas de juros subsidiadas, promovendo a concentração industrial, etc. (Amsden, 1989: 139-155).

A ação estatal seria mister, argumenta a autora, devido a uma série de contradições estruturais existentes nas economias atrasadas que somente o Estado seria capaz de mediar. O crescimento, para atingir o ritmo necessitado por estes países, requeria baixas taxas de juros para estimular os investimentos, porém altas taxas de juros para induzir as pessoas a poupar. Requereria um câmbio sub-valorizado para estimular as exportações, porém um câmbio super-valorizado para minimizar o custo do serviço da dívida externa e das importações. Requereria forçosa proteção alfandegária para as indústrias nascentes, porém inevitável abertura comercial para poder atender suas necessidades de importação. O papel do Estado, por conseguinte, seria o de mediador de forças do mercado que emitiam sinais contraditórios (Amsden, 1989: 13).

Para a autora, a suposta vantagem comparativa detida pelos países de baixo nível de renda nos setores intensivos em trabalho não passava de uma ilusão: “[...] baixos salários eram uma benção ambígua” (Amsden, 1989: 63). Se, por um lado, seja na Coreia do Sul ou em outras paragens, o baixo nível salarial teria sido funcional aos intentos de inserção exportadora no âmbito dos bens intensivos no fator trabalho, esta característica estrutural também esteve, por outro lado, associada ao baixo poder aquisitivo vigente no mercado doméstico dos países atrasados e, a reboque, à sua baixa taxa de poupança e às suas elevadas taxas de juros.

Além disto, segundo Alice Amsden (1989: 68), até nos setores onde, da ótica neoclássica, haveria potenciais “vantagens comparativas” para os sul-coreanos, o desenvolvimento somente se fez possível mediante uma política industrial que deliberadamente tornasse viável o investimento industrial. Porquanto a Coreia, ainda que com custo relativamente baixo de mão-de-obra, não era capaz de competir com o Japão nem mesmo no setor têxtil, caracteristicamente intensivo em trabalho.

B) Alice Amsden e a “Falácia” da Liberalização sob Park Chung Hee:

Em provocação aos autores que pontuam que a Coreia do Sul passara por um processo de liberalização comercial-produtiva nos anos 1970, Alice Amsden (1989: 77) os compara à historiografia sobre a “Invencível Armada” espanhola. A seu ver, durante algum tempo se acreditou que o episódio da Armada teria sido um divisor de águas na história europeia. Mas hoje, contudo, seu relevo é costumeiramente descrito como secundário. O intento espanhol não dividiu a cristandade — pois isto já havia ocorrido —, ele não impediu o fluxo de metais preciosos para a Espanha — já que o pico ocorreu depois da derrota da Armada —, nem trouxe supremacia colonial à Inglaterra — cujos esforços coloniais abateram-se depois de 1558 —. Para Amsden, equivalentemente, com o tempo cresceria a percepção de que o significado de longo prazo da festejada liberalização sul-coreana teria sido, na prática, pífio. Como sintoma, na Tabela 2.3.1.A-1 é possível verificar que o investimento externo direto na Coreia do Sul, por exemplo, foi preservado em um patamar absolutamente inexpressivo.

TABELA 2.3.1.A-1 – Investimento Externo Direto, 1965-1985	
Ano	Investimento Externo Direto em Porcentagem do PNB
1965	0,73
1970	0,16
1975	0,81
1976	0,25
1977	0,18
1979	0,17
1980	0,25
1981	0,23
1982	0,28
1983	0,36
1984	0,52
1985	0,65
Fonte: Amsden (1989: 77), segundo o Ministério das Finanças	

Cumpra aqui fazer uma curta observação. Os dados acima nos ajudam a compreender o perturbador equilíbrio do Balanço de Serviços e Rendas que, durante as crises da dívida, beneficiaria enormemente a economia sul-coreana. Ao longo do Capítulo I mapeamos as contas exteriores da Coreia do Sul e argumentamos que o encargo de rendas relativamente baixo desse país era um dos ingredientes de sua menor exposição aos choques dos anos 1980. Amsden sugere, quanto a isso, que o governo Park, apesar da propalada liberalização, continuava repelindo o ingresso de investimento

direto externo, o que parece ter contribuído, inequivocamente, para menor sobrecarga posterior do Balanço de Rendas. Retomaremos essa discussão posteriormente.

Voltando a Alice Amsden, ela argumenta ainda que os estudos que se valem da taxa de câmbio vigente na Coreia, dela inferindo uma suposta conformidade com a manutenção dos preços em um patamar “realista”, incorrem em um ingênuo erro metodológico: para a autora as exportações sul-coreanas teriam sido fortemente subsidiadas e o afã exportador das empresas teria sido fortemente influenciado pela coerção do Estado em seus múltiplos canais de pressão. Já pelo lado das importações, mesmo após a “liberalização” dos anos 80, as tarifas de importações eram em média de 30%. Neste contexto, a taxa de câmbio perde seu significado analítico. Além do mais, o preço mais relevante de todos — o crédito de longo prazo — teria sido tão evidentemente distorcido que seu custo era negativo em um país com brutal escassez de capital (Amsden, 1989: 144-145).

Alice Amsden (1989: 84-88) ainda argumenta que se no capitalismo a principal função de empreendedor é decidir o que, quanto e quando produzir, a liderança governamental na Coreia do Sul suscita profunda reflexão sobre a verdadeira natureza deste papel. Pois o tipo de Estado implantado neste país tendia a se envolver tanto no planejamento nacional, quanto no planejamento corporativo. A indústria, na Coreia, tinha seu desenho formulado a partir de cima. Segundo a autora, entre 1972 e 1984, as indústrias leves teriam apresentado uma lucratividade maior do que as indústrias pesadas em quase todos os anos. Portanto, a iniciativa de diversificar o espectro da produção, em particular em direção aos setores intensivos em capital, provinha necessariamente do Estado, uma vez que a complexidade destes projetos requeria um pacote mais poderoso de incentivos, de modo a tornar o investimento atrativo.

Esta liderança estatal, argumenta Alice Amsden (1989: 39-40), remontaria à própria seleção discricionária dos principais agentes da burguesia nacional, que teria sido posta em prática durante o governo de ocupação, após o desfecho da II Guerra. Nesta ocasião, algumas firmas teriam sido deliberadamente apadrinhadas pelo governo, recebendo divisas para importar materiais escassos — grãos e fertilizantes — que, por sua vez, eram revendidos no mercado interno a preços de monopólio. Estas firmas recebiam, ademais, empréstimos a taxas subsidiadas e isenções de impostos. Também obtinham contratos especiais em projetos governamentais de grande porte. Assim sendo, o enriquecimento ilícito não teria sido circunscrito a nenhum setor específico da economia sul-coreana; na verdade, teria sido um fenômeno generalizado.

C) Alice Amsden: grandes empresas, concentração de mercado e competição oligopolística monitorada pelo Estado

Com o passar do tempo, o papel de empreendedor teria se tornado cada vez menos uma prerrogativa do Estado. Não obstante, a economia do país se aproximava, cada vez mais, de um grande *joint-venture* entre o Estado e algumas poucas famílias capitalistas extremamente dependentes dele, num contexto de enorme e crescente concentração industrial — a Tabela 2.3.1.B-2 traz o valor das vendas combinadas dos dez maiores *chaeböl* frente ao PNB —. O poder do Estado, assim, continuou muito grande, demonstrando que a “liberalização” enxergada pelos analistas ortodoxos não passaria de uma fantasia. Entre 1967 e 1979, por exemplo, o setor público respondeu por 1/3 dos empréstimos contraídos pelo país no exterior (Amsden, 1989: 91).

TABELA 2.3.1.B-2 – Vendas Combinadas dos Dez Maiores <i>Chaeböl</i>, como Porcentagem do PNB, 1965-1985	
Ano	%
1974	15,1
1975	17,1
1976	19,8
1977	26,0
1978	30,1
1979	32,8
1980	48,1
1981	55,7
1982	57,6
1983	62,4
1984	67,4
Fonte: Kim, Seok Ki (1987). <i>Business concentration and government policy: a study of the phenomenon of business groups in Korea, 1945-1985</i> , apud Amsden (1987:116).	

A autora também afirma que o nível de concentração da indústria sul-coreana atingiu nível ainda maior que aquele vigente no Japão. Apesar disto, merece menção o fato de que houve um ambiente de intensa competição entre os *chaeböl*, tanto pelo mercado doméstico como pelo mercado exterior. Como o governo fixava os preços dos principais produtos, os conglomerados competiam com base em fatores alheios à peleja por melhores preços. Primeiro, eles competiam por favores e licenças do Estado. Segundo, eles se engalfinhavam por contratos de licenciamento técnico com agentes estrangeiros. Terceiro, eles disputariam mercado com base em qualidade e prazo de entrega (Amsden, 1989: 123, 129-130). Neste contexto, estratégia de expansão das grandes empresas era, por excelência, a diversificação.

D) Alice Amsden: coerção estatal sofisticada e respeito à disponibilidade de fatores

Apesar da manifesta “distorção” nos preços relativos promovida astutamente pelo Estado, a magnitude dos subsídios e o grau de subversão da dinâmica regular de preços teria sido, conforme os argumentos da autora, de menor grau na Coreia do que nos demais países então engajados em processos de industrialização. Isto teria ocorrido devido ao engenho da fixação, por parte do Estado, de padrões de desempenho coercitivamente impostos ao setor privado, tornando desnecessário demais intervenções nos mecanismos de preços (Amsden, 1989: 145-146). A autora conclui, então, que “Os grandes grupos empresariais na Coreia foram um produto da harmonia entre os interesses do Estado e do empreendimento privado” (Amsden, 1989: 136).

Além disto, a estratégia de industrialização do país teria sido feita em conformidade com as condições vigentes no mercado de trabalho coreano. Ou seja, enquanto a mão-de-obra do país era relativamente barata, o investimento teria privilegiado setores intensivos em trabalho — tais como têxteis, vestuário, perucas, eletrônicos leves e compensados de madeira —. Conforme a mão de obra foi se tornando progressivamente mais cara, o investimento teria sido redirecionado para setores mais intensivos em capital — tais como navios, aço, maquinário, automóveis e computadores — (Amsden, 1989: 154-155).

TABELA 2.3.1.B-3 – Variação Real de Salário no Setor Não-agrícola, Brasil e Coreia do Sul, 1970-1984, 1970 = 100

Ano	Coreia	Brasil	Ano	Coreia	Brasil
1970	100	100	1978	219	142
1971	102	110	1979	238	134
1972	104	114	1980	227	130
1973	119	119	1981	225	118
1974	130	119	1982	241	115
1975	131	127	1983	251	97
1976	154	129	1984	276	84
1977	187	134			
Fonte: Amsden (1989: 196).					

Mas este movimento de encarecimento da mão de obra guardava pouca relação com a oferta e a demanda de trabalhadores. Como explicitado na Tabela 2.3.1.B-3, o custo da mão-de-obra coreana subiu consideravelmente durante os anos 1970, a despeito do grande contingente de trabalhadores pobres ainda vivendo no campo e da elevadíssima segmentação do mercado de trabalho — no qual as mulheres, que

ganhavam muito menos do que os homens, ainda constituiriam uma inesgotável fonte de trabalho ultra-barato — (Amsden, 1989: 189-190). Assim, o “comportamento dos salários reais deve então ser examinado não apenas em termos de oferta e demanda, mas também em termos de instituições e história” (Amsden, 1989: 199-200).

E) Questionamentos:

Expostos os argumentos da autora, há alguns questionamentos a colocar. O primeiro deles é de ordem sócio-política. A indicação de que o sucesso industrial sul-coreano dependia de um “Estado forte”, operando em consórcio com gigantes empresariais oligopolistas, nos inclina a questionar quais os fatores que teriam conferido a esse Estado tamanha autonomia para fazer aquilo que bem entendesse. Nesses termos, quais seriam os condicionantes dessa trajetória ultra-intervencionista e aparentemente inflexível do organismo estatal sul-coreano desde o início dos planos quinquenais? Se o que autora buscava era um “modelo”, qual a possibilidade concreta de aplicação deste rol de políticas sob outro contexto histórico, político, social e cultural? A própria autora reconhece, na página 147, que a voz da classe trabalhadora era inexpressiva nos anos 1960, o poder dos aristocratas rurais havia sido minado pela reforma agrária e, além disto, não havia financistas atrapalhando os planos do governo. Mas a autora, infelizmente, dedica a tais peculiaridades muito pouca atenção.

O segundo questionamento está ligado à operacionalidade da estratégia industrial descrita, a dita “substituição de exportações”. Fica a impressão, pelo elogio da autora à inserção internacional da indústria sul-coreana, de que esse país teria transitado melhor pelas crises da dívida por estar apoiado em uma Balança Comercial de saldos robustos. Mas a informação estatística percorrida no Capítulo I indica que isso não ocorreu, pois reincidiram déficits comerciais significativos. Ademais, a combinação de um Balanço de Rendas quase equilibrado com um Balanço Financeiro e de Capital superavitário é que parece ter sido o elemento distintivo do Balanço de Pagamentos sul-coreano. A obstrução do governo a investimentos estrangeiros diretos, bem apontada por Amsden, pode nos ajudar a compreender o equilíbrio nos fluxos de rendas. Mas são muito frágeis os elementos até aqui reunidos para explicar seus bons resultados quanto aos fluxos financeiros e de capital na década de 1980.

Adiante, veremos mais uma opção de interpretação à luz da economia heterodoxa, desta vez originada na América Latina.

2.3.2 – A Unicamp, Otaviano Canuto e o “Capitalismo Tardio” Sul-coreano

A) A Unicamp e a Pertinência de um Elogio Resignado ao Intervencionismo Oriental.....	140
B) Otaviano Canuto: o sucesso intervencionismo de amplo espectro na Coréia do Sul.....	142
C) Otaviano Canuto e as Condições de Implementação do Projeto Industrialista.....	143
D) Questionamentos.....	145

A) A Unicamp e a Pertinência de um Elogio Resignado ao Intervencionismo Oriental:

No momento da realização da pesquisa de Alice Amsden, um Brasil imerso em tortuosa seqüência de crises, cujo corolário era o depauperamento de suas antes pujantes experiências desenvolvimentistas, se preparava para as primeiras eleições presidenciais diretas ocorridas desde 1960. A Coréia do Sul, opostamente, permanecia sob jugo ditatorial militar, e mantinha o compasso acelerado de sua industrialização. Como vimos, o desempenho sul-coreano era aplaudido por alguns autores enquanto produto do envolvimento espontâneo do país no comércio internacional, e, por outros, como símbolo-maior do sucesso “estatista” e “intervencionista”. Em meio a esse conflito intelectual de ricos desdobramentos políticos, a comparação entre o Brasil e a Coréia do Sul se intensificou, e o debate sobre a “receita” do país oriental se tornou um tema de consideráveis implicações distributivas e acadêmico-institucionais também no Brasil.

De um lado, economistas ligados às instituições onde o ensino e a pesquisa se inclinavam à aceitação das premissas da Teoria Econômica Neoclássica — em sua fase de depuração de intromissões *keynesianas* —, como a PUC-RJ e a EPGE/FGV, difundiam a ideia de um “Milagre Asiático” fundamentado na inserção exportadora espontânea. Do outro lado, economistas ligados às instituições onde o ensino e a pesquisa eram predominantemente influenciados pelas várias críticas heterodoxas, como a Unicamp e a UFRJ, ficavam desconfortáveis com a referida visão, mas careciam de um referencial crítico comum, que penetrasse o universo sul-coreano e propusesse outras razões para seu desempenho. O excerto abaixo, escrito por Wilson Suzigan, ilumina esse desconforto:

“Incomodava-nos a freqüente menção à Coréia do Sul na literatura especializada como exemplo de sucesso de estratégias liberais de industrialização orientada para exportação”
[Wilson Suzigan, In: Canuto, 1994:11]

É neste contexto que surge a Tese de Otaviano Canuto, cujo intuito era fornecer uma explicação, consonante com o “estado da arte” da heterodoxia brasileira, para as diferentes performances apresentadas por Brasil e Coréia do Sul durante os anos 1980 e

1990. Tanto para Canuto quanto para os demais expoentes do pensamento heterodoxo brasileiro, a conturbada experiência recente de seu país parecia sugerir que as autoridades haviam abandonado o intervencionismo não por convicção ou escolha, senão pela completa esgarçada das condições gerais de continuidade do modelo precedente. Não fazia muito sentido, da ótica brasileira, mero elogio do intervencionismo oriental. Era preciso paralelamente explicar, ou ao menos sugerir, que ali as condições teriam sido mais favoráveis que aqui para o continuado planejamento e ingerência governamentais.

Economista àquela altura ligado à Unicamp, Canuto deu então prosseguimento à proposta revisionista de João Manuel Cardoso de Mello, tal como definido na Introdução de “O Capitalismo Tardio”, redigida por Luís Gonzaga Belluzzo: “repensar a história latino-americana [e, por que não, de toda a periferia,] como a formação e o desenvolvimento de um certo capitalismo”. Nas palavras do próprio Otaviano: “Pretendemos abordar a dinâmica dos *Newly Industrializing Countries* enquanto experiências de industrialização tardia e periférica dentro do contexto da divisão internacional do trabalho” (Canuto, 1994: 18).

Fiel à sua filiação institucional e intelectual heterodoxa, e munido de uma perspectiva bastante brasileira do salto oriental, Canuto fez uso de duas estratégias distintas para elucidar o descolamento da performance sul-coreana daquela dos demais países do Terceiro Mundo após 1982. A primeira foi analisar, com riqueza de detalhes, as características de gestão da política industrial do país peninsular, buscando elementos pré-existentes que tivessem permitido à Coreia reagir mais eficazmente que os brasileiros às turbulências que sacudiriam o Terceiro Mundo entre 1973 e 1982. A segunda foi se valer de elementos de ordem geo-estratégica que tivessem contribuído para que o posicionamento dos credores quanto à Coreia do Sul, no contexto da Crise da Dívida, fosse distinto daquele conferido aos latino-americanos.

Em linhas gerais, Canuto procura conciliar a estratégia descritiva meticulosa de Alice Amsden com um esforço, àquela época bastante inovador, de contextualização das condições de intervenção detidas pelo organismo estatal sul-coreano. Paralelamente, o autor expõe a história industrial de cada país como uma trajetória, onde as escolhas presentes podem ser complexamente cerceadas pelas opções pregressas.

B) Otaviano Canuto: o sucesso do intervencionismo de amplo-espectro na Coreia do Sul

Naquilo que concerne à sua análise das políticas industriais implantadas na Coreia desde o governo Park Chung Hee, o posicionamento de Otaviano Canuto é, sobretudo, bastante similar ao de Alice Amsden. Primeiramente, este autor também destaca a extrema importância do crédito na indução das atividades industriais selecionadas pelo Estado. Adverte, assim, que os cinco maiores bancos comerciais sul-coreanos permaneceram sobre o controle público desde o início do governo Park Chung Hee até sua privatização, em 1981-83. No ano de 1972, para se ter um exemplo, o autor cita que 87% do valor agregado gerado no sistema financeiro estava localizado em órgãos públicos. Neste contexto, o Estado sul-coreano tinha o controle de cerca de $\frac{2}{3}$ dos recursos disponíveis no país para investimento. Todo este poder governamental teria sido, então, deliberadamente utilizado para guiar o investimento rumo aos objetivos escolhidos, mediante o estabelecimento de taxas de juros diferenciadas e disponibilidades de crédito discricionariamente instituídas (Canuto, 1994: 41-42).

Canuto chama nossa atenção, também, para a relevância da segmentação do mercado financeiro sul-coreano, bipartido entre um setor oficial e outro semi-legal, onde vigiam taxas de juro muitíssimo mais elevadas do que no sistema oficial. Este sistema dual era, em si mesmo, um forte instrumento de coerção na mão do Estado: quem não cumprisse as metas estabelecidas podia ser punido com a exclusão do sistema financeiro público, o que podia representar a ruína (Canuto, 1994: 42-43).

Mas a importância do Estado na orquestração do desenvolvimento industrial sul-coreano não se circunscreveria, argumenta Canuto, somente à esfera financeira. Na Coreia do Sul teria havido, nas palavras do autor, “um dirigismo caracterizado pela busca de antecipação diante dos desdobramentos da industrialização — como nos preparativos, já em meio ao boom exportador de manufaturas leves, nos anos 60, para transitar à etapa pesada” (Canuto, 1994: 43). Portanto:

“A industrialização exportadora [sul-coreana], em lugar do *laissez-faire*, tivera como suporte a articulação do Estado-capital em torno do planejamento, manifesto nos atributos de antecipação, seletividade, flexibilidade e coerência, com os quais o poder fiscal, financeiro e regulador das transações com o exterior [...] foi discricionariamente acionado” [Canuto, 1994: 43]

Quanto a isso, o autor cita vários mecanismos de intervenção que ali teriam sido mobilizados. Por exemplo, o governo teria instituído incentivos fiscais, e utilizado a

política de compras públicas para estimular a industrialização. Além disso, ele teria regulado o fluxo de importações conforme as necessidades do setor produtivo, mediante a utilização de restrições quantitativas. A entrada de capital estrangeiro, tal como o acesso a divisas, teria sido controlada. E as autoridades teriam interferido nos termos das negociações sobre licenciamento tecnológico, além de ter promovido condições adequadas de escala mediante o estímulo à concentração industrial. Paralelamente, o Estado teria investido em infra-estrutura, e criado uma enormidade de empresas públicas (Canuto, 1994: 41-55).

Além disto, como já apontado, ao Estado teria cabido a tarefa de antecipar os desdobramentos do crescimento, preparando a indústria e o ambiente econômico para a entrada nas etapas subsequentes. Com efeito, a sólida aliança entre o Estado e o grande conglomerado sul-coreano, o *chaebŏl*, teria sido a verdadeira origem do sucesso sul-coreano. O Estado teria concebido o “industrialismo”, escolhido o setor privado como seu agente executor, e garantido as condições objetivas de realização de seu projeto, mediante os mais diversos estímulos econômicos e coercitivos (Canuto, 1994: 41-55).

C) Otaviano Canuto e as Condições de Implementação do Projeto Industrialista:

À luz do arsenal intervencionista acima aludido, Canuto conclui, lucidamente, que “O êxito asiático decorreria da coesão interna em seus Estados e de seu grau de ‘autonomia relativa’, quer por fatores culturais e sócio-políticos anteriores, quer por peculiaridades na constituição de seus Estados no pós-guerra”. E, assim sendo, as “[...] diferenças de desempenho entre os *Newly Industrializing Countries* asiáticos e latino-americanos” corresponderiam a “distintos graus de capacidade de implementação em suas políticas governamentais” (Canuto, 1994: 57).

Em que pese o caráter inovador desse posicionamento, Canuto não penetrará profundamente nos determinantes de toda essa autonomia interna. E, exceto naquilo que tange aos importantes efeitos da “vizinhança benigna” com o Japão, deixará igualmente de se debruçar sobre a relevância da conjuntura externa para compreensão do espectro dentro do qual era possível exercer tal autonomia.

Naquilo que concerne à autonomia interna, essa omissão decorre diretamente da opção metodológica do autor. Pois um dos traços comuns a todos os autores da “Escola de Campinas” é a adoção do método materialista-histórico que, na tradição do Instituto de Economia da Unicamp, equivale a compreender as sociedades capitalistas como inerentemente governadas a partir daquilo que Florestan Fernandes denominava “tope”.

Sua leitura de Marx os impele a negligenciar o processo político interno, focalizando suas energias investigativas apenas nas conexões entre o *fior fiore* nativo e um Estado necessariamente dominado por alguma coalizão entre facções das elites nacionais. Nesse contexto, as alianças efetivas entre Estado e capital são mais relevantes, da sua ótica, que a leitura dos processos de disputa entre aqueles que ocupam o espaço político, isto é, os vários estratos e as várias facções desses estratos.

Já naquilo que diz respeito à análise do contexto externo, como acabamos de frisar, Canuto empreende uma competente análise das vantagens usufruídas pela Coréia do Sul como decorrência de sua proximidade do Japão. Essa análise era de suma importância, da ótica dos autores de Campinas, para a compreensão das intrigantemente suaves condições de rolagem da dívida externa desse super-endividado país oriental após 1979. Nesse esforço, Canuto ilumina e preenche uma das lacunas de Alice Amsden, permitindo que compreendamos algo mais a respeito dos inesperados superávits na Balança Financeira e de Capital desse país nos primeiros anos 1980. Mas Canuto não nos traz muito mais a respeito do contexto internacional que teria marcado a industrialização sul-coreana. Permanece uma desconfortável sensação, após a leitura de sua convincente obra, de que a Coréia do Sul apenas se inserira no plano internacional em meados dos anos 1980, quando a proximidade ao Arquipélago Ihe teria sido de grande valia.

Repassemos, então, seus argumentos a respeito da “vizinhança benigna”. Entre 1980 e 1982, a dívida externa total coreana cresceu de US\$ 20 bilhões para US\$ 37 bilhões. Já a dívida externa como proporção do PIB teria subido de 35,8% para 53,9%, entre 1979 e 1985. Como, então, a Coréia teria conseguido atravessar, com tamanho endividamento e sem sobressaltos mais graves, o período crítico da Crise da Dívida? Segundo Canuto, somente é possível compreender este movimento quando se tem em vista o interesse estratégico que o Japão detinha na Coréia do Sul. Com respeito a este tema, o autor esclarece que os empréstimos líquidos feitos pelos bancos americanos aos sul-coreanos caíram de US\$ 2,3 bilhões em 1981 para US\$ 0,7 bilhões em 1983. Isto significou, segundo o autor, uma reversão dos fluxos de pagamento líquido de US\$ 2,5 bilhões entre 1984 e 1985. Porém, indo na contramão, os bancos japoneses e novas formas de captação de divisas teriam sido capazes de preencher este vazio — bônus e títulos similares teriam aumentado, na composição do ingresso de crédito na Coréia, de 1,6% entre 1977 e 1981, para 10% em 1982 e 25,3% em 84 —. Além disto, o patrocínio dos bancos japoneses à reestruturação coreana teria tido uma contrapartida em termos de transferência de tecnologia (Canuto, 1994: 111, 112, 121). O autor conclui, então, que:

“A vizinhança benigna [ao Japão] [...] explica em boa medida o sucesso sul-coreano” [Canuto, 1994: 10].

Mas, mesmo neste contexto, Canuto ressalta a importância da boa gestão:

“[...] houve competência por parte do Estado e da grande empresa privada para aproveitar, com méritos próprios, as oportunidades de ingressar diretamente na Terceira Revolução Industrial. Isso singulariza a experiência da Coreia do Sul – o único caso de industrialização tardia e periférica em condições de saltar para o restrito clube dos países avançados” [Canuto, 1994: 10].

Ainda quanto a isto, o autor afirma que, desde 1981, teria havido um enorme crescimento da participação dos bancos públicos no estoque da dívida externa. Quando estes bancos foram privatizados, tendo sido adquiridos primordialmente pelos *chaeböl*, os credores não se assustaram em rolar dívidas que, em última instância, estavam associadas a grandes conglomerados com forte presença nos quatro cantos do globo. Portanto:

“nenhum vínculo estratégico com firmas ou com o Estado japoneses teria sido condição suficiente para seu ajuste estrutural, caso [a Coreia] tivesse atravessado a crise com uma estrutura da dívida em que a responsabilidade dos encargos estivesse [...], associada à insolvabilidade” [Canuto, 1994: 113-114].

D) Questionamentos:

Ao analisar as privilegiadas condições de acesso dos sul-coreanos ao mercado financeiro japonês, Canuto dá uma imensa contribuição à, digamos, secularização do “milagre sul-coreano”. Sua ênfase nos anos 1980 se coaduna perfeitamente com a informação estatística de longo prazo analisada no Capítulo I. Esta, convém mencionar, indica ter sido a década de 1980, na qual a Coreia do Sul cresceu vigorosamente à medida que outras experiências de tardia industrialização se degeneravam, o momento crucial para visualizar o amplo descolamento que é o objeto dessa Tese. Mais importante ainda, o os primeiros indícios mais substantivos de convergência entre o nível de renda desse país oriental e daqueles que lideram a acumulação planetária remontam precisamente àqueles anos. E, quanto a este fenômeno, as condições de rolagem da dívida sul-coreana, que Canuto corretamente enfatiza, constituem um tópico realmente fundamental.

Canuto também insiste, prudentemente, que a vantagem estratégica representada pela “vizinhança benigna” não seria condição suficiente para a continuada rolagem da dívida do país, que também teria dependido da estrutura do endividamento, e da

associação dos bancos recém-privatizados aos conglomerados. Mas Canuto não ilumina qual contexto anterior, político, histórico ou mesmo econômico, teria permitido que os conglomerados sul-coreanos tivessem se tornado tão agigantados, e com tão significativa inserção exportadora. Seria possível sugerir que a concentração industrial e a inserção exportadora teriam contanto, igualmente, com condições internas ou externas peculiares? Na contribuição de Canuto não obtemos a resposta a esse questionamento.

Cabe sugerir, então, algumas reflexões gerais: se Canuto aceita a importância analítica do contexto histórico internacional para a viabilização de um modelo com o formato daquele que vigorou na Coreia do Sul, por que não penetrou mais densamente neste contexto? Em seu trabalho, é conferida uma importância crucial ao papel desempenhado no Japão durante a reestruturação que se seguiu à Crise da Dívida. Por que, então, não explorar o papel do governo de ocupação americano e da ajuda externa americana para a constituição do Estado e dos grupos empresariais sul-coreanos, sem falar na reforma agrária e no deslanche do processo de educação em massa? Por que não explorar o papel da Guerra Fria e da Guerra do Vietnã nos horizontes de inserção exportadora da Coreia?

Bem, parece claro que o trabalho de Otaviano Canuto representa um grande avanço em relação ao de Alice Amsden, para quem o Estado sul-coreano parece flutuar em um universo de autonomia aparentemente irrestrita. Mas, nos próximos capítulos, argumentaremos que é preciso ir adiante nessa discussão do contexto internacional em que se inscrevia a Coreia do Sul. É preciso inclusive cogitar que ele seja, na verdade, a dimensão mais fundamental para explicar por que uma sociedade com as características da sul-coreana conseguiria empreender, do modo descrito por Amsden, tamanha mutação produtiva com o ritmo e com os resultados distributivos ali observados.

Mais um questionamento adicional precisa ser feito, este de ordem política interna. Sabemos que o “salto industrial” sul-coreano coincide com uma longa ditadura. É possível conceber o aproveitamento do contexto externo que abraça esse pequeno país, naqueles moldes elogiados por Amsden e Canuto, sob outro regime político? Seria a autocracia um pilar fundamental do “modelo” enaltecido? Não temos em Canuto reflexão ou sugestão a tal questionamento.

Na próxima seção examinaremos outra tradição heterodoxa, a *cepalina*. Em seu contexto, percorreremos a obra de Fernando Fajnzylber, que, em relação a Otaviano Canuto, enumera um conjunto maior de interferências histórico-conjunturais na edificação do parque produtivo sul-coreano

2.3.3 – Estruturalismo e Neo-estruturalismo: do “Nacional-Desenvolvimentismo” ao elogio da “Transformação Produtiva com Equidade” na Ásia Oriental

A) A Contextualização Histórica como Chave para Transcender um Debate Dualista e Inexaurível sobre o “Milagre Asiático”.....	147
B) A Tradição Heterodoxa de Contextualização Histórica em sua Raiz Hemisférica: os expoentes <i>cepalinos</i> e o “estruturalismo histórico”.....	149
C) Celso Furtado e Aldo Ferrer: a compreensível omissão <i>cepalina</i> em descrever concretamente as forças que convidam ao desenvolvimento.....	152
D) Fernando Fajnzylber: o neo-estruturalismo e seu olhar sobre a competitividade industrial asiática.....	156
E) Lacunas e Questionamentos.....	161

A) A Contextualização Histórica como Chave para Transcender um Debate Dualista e Inexaurível sobre o “Milagre Asiático”:

Na parte inicial desse Capítulo II, entre as Subseções 2.2.1 e 2.3.2, visitamos a controvérsia entre economistas ortodoxos e heterodoxos acerca da orientação geral da política econômica sul-coreana. A natureza categoricamente dicotômica das conclusões ali mapeadas, sustentadas com equivalente desenvoltura por cada uma das partes envolvidas, denuncia nada menos que a saturação da agenda investigativa que norteia os estudos aludidos. Ou seja, soa patentemente infrutífero qualquer novo esforço rumo à elaboração de cronologias destinadas a elencar, em envoltório estritamente abstrato, as diretivas econômicas sul-coreanas. Pois, na melhor das hipóteses, tal empenho conduziria senão à reiteração de conclusões já enunciadas, alimentando uma disputa que, em seu formato atual, aparenta ser insolúvel.

Há, pois, um vício metodológico em que incorrem os economistas envolvidos nesse debate. A descrição retrospectiva das diretivas lançadas pelas autoridades econômicas faculta, com máxima flexibilidade, a apresentação seletiva dos fatos históricos disponíveis no menu empírico, isolando aqueles que melhor se harmonizam com o projeto argumentativo pré-estabelecido pelo autor. Se sua opção for liberal, ao se debruçar sobre um “caso de sucesso” ele provavelmente se inclinará a realçar e ordenar as diretivas consistentes com suas preferências político-teóricas, atribuindo a seu efeito o sucesso do país analisado. E esforço equivalente será provavelmente repetido pelos autores que optam política e teoricamente pelo intervencionismo. O debate que se configura acaba marcado por monotonia, previsibilidade e patente inconclusividade: sempre é possível redigir novos estudos reiterando ambas as antagônicas conclusões.

Felizmente, em trechos da Subseção 2.3.2, logo acima, penetramos por provocação de Otaviano Canuto uma agenda de pesquisas radicalmente mais abrangente que aquela que caracteriza todas as abordagens anteriores, permitindo a re-ventilação

dessa alteração até aqui tão inconclusiva. Afinal, essa contribuição brasileira ao debate sobre a industrialização da Coreia do Sul permeia, ainda que apenas superficialmente, fatores limitantes de cunho interno e externo, que teriam acompanhado etapas-chave do largo ciclo de acumulação material vivenciado por esse país. E essas duas ordens de fatores se encontravam ausentes, ou mereciam apenas menção desarticulada, em todas as contribuições anteriormente visitadas.

Nos capítulos finais dessa Tese, reiteraremos que o exame desse par de condicionantes, que Florestan Fernandes preferiu denominar “dupla articulação”, abre uma fértil janela à extrapolação e à superação do politizado e virtualmente infundável debate até aqui mapeado, cuja controvérsia fundamental é o caráter predominante da política econômica sul-coreana. Alterando as prioridades investigativas, é possível um tratamento mais dinâmico da história das políticas econômicas, privilegiando três discussões em detrimento daquela acerca de sua orientação prevalecente: (1) a identificação das opções efetivamente disponíveis em cada contexto histórico, (2) a varredura das escolhas que os atores relevantes pensam fazer, (3) e o mapeamento dos efetivos resultados que aparentam suceder as opções consumadas. Eleva-se ao primeiro plano, desse modo, o contexto inteligível sob o qual as escolhas são feitas e desenroladas. Apenas em segundo plano emergirá, se for ainda relevante, a contenda acerca da predominância teórico-doutrinária do conjunto dessas escolhas.

Obvia-se, desse modo, uma opção demasiadamente dualista por um desses dois polos doutrinários meramente arquetípicos. Como decorrência muito fecunda, as posturas liberais e intervencionistas passam a poder conviver, e, a depender o cenário em que florescem, admitir o mais vasto leque de decorrências. Políticas de ambas as inspirações passam a ser entendidas como elementos capazes de facilitar, dificultar ou até inviabilizar o crescimento econômico. E, além disso, resguarda-se a possibilidade de que suas consequências distributivas possam ser enormemente variáveis.

A interpretação proposta por Otaviano Canuto inquestionavelmente dá passos rumo a esse novo paradigma de análise. Entretanto, tal qual já enfatizado ao fim da última subseção, muitas lacunas restam abertas naquilo que concerne a sua apreciação desses condicionantes. E, além disso, sua contribuição não logra se desvencilhar do o debate dualista entre ortodoxos e heterodoxos sobre o papel do Estado na promoção da “riqueza das nações”, mantendo em primeiro plano a construção e sustentação de uma cronologia estritamente intervencionista de políticas econômicas. Assim, a filiação a um debate por definição inexaurível continua a obstar o trabalho de Canuto. Tal sorte

abordagem, ainda que possa ter sim seu valor histórico como referencial às disputas políticas, jamais fornecerá respostas mais solidamente estabelecidas sobre os móveis da acelerada acumulação de capital que teve lugar em alguns lugares da Ásia. E, como já definido, compreender o ímpeto desse processo de acumulação é o objetivo central dessa Tese.

A partir do tópico adiante percorreremos, impelidos pela percepção acima, outras contribuições que, tal qual Otaviano Canuto, tenham se debruçado sobre elementos de cunho externo e interno a constringer os caminhos que determinaram a acelerada industrialização sul-coreana. E, nesse esforço, começaremos por revisitar a tradição estruturalista-histórica que, no plano da economia heterodoxa latino-americana, é pioneira no repúdio à ausência de historicidade que caracteriza esse debate sobre a ideal calibragem das políticas econômicas.

B) A Tradição Heterodoxa de Contextualização Histórica em sua Raiz Hemisférica: os Exponentes *Cepalinos* e o “estruturalismo histórico”

Com certeza, não é por mero acidente que Canuto adentra a rica fronteira acima aludida, insistindo em apreciar fatores limitantes político-internos e político-internacionais. Afinal, certo desconforto com a des-contextualização, instigando a busca por explicações mais ciosas dos marcos em que os caminhos são percorridos, faz parte da tradição intelectual heterodoxa característica da América Meridional. Desde os clássicos seminais da crítica *cepalina*, quem se educa na tradição dessa heterodoxia acaba tendo rico contato com versões dos fatos e advertências políticas que primam pela contextualização, isto é, pela descrição de trajetórias ladeadas por “estruturas” historicamente “formadas”. Essa perspectiva “histórica-estrutural” apadrinha todas as heterodoxias posteriormente surgidas na região, inclusive a “Escola de Campinas”. E seu realce das circunstâncias se faz sentir, em graus bastante variáveis, tanto nas obras já clássicas de seus maiores expoentes, quanto na interpretação de Canuto acerca da industrialização sul-coreana.

Na obra de autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, os países Latino-americanos deixam de ser entidades abstratas optando por determinado padrão de condução da economia, e passam a ser descritos como periferias onde as escolhas são severamente cerceadas, tanto por processos histórico-internacionais de largo escopo que emanam de um certo estrangeiro, quanto pelos ecos políticos internos desses processos

universais. Em linhas gerais, o escopo da agenda historiográfica inaugurada por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, e referendada logo após por Aldo Ferrer em *La Economía Argentina*, perpassa a busca por respostas satisfatórias a duas perguntas, em atenção às provocações seminais de Raúl Prebisch⁴⁰:

- i. Quais os movimentos do organismo econômico internacional ao longo do tempo? Como esses movimentos perturbam a dinâmica de uma economia periférica específica? Quais reações ou acomodações ante os desafios impostos pela dinâmica internacional se apresentam a cada momento àqueles que atuam em uma dada economia periférica?
- ii. Até que ponto as características mais amplas de cada sociedade periférica contribuiriam ou dificultariam a formulação de reações domésticas que sejam, simultaneamente, compatíveis com uma razoável acumulação de capital, indutoras de processos relativamente equitativos de distribuição de renda e, ainda, subordinadas a uma agenda de objetivos formulados nacionalmente com relativa autonomia? Até que ponto os ventos da economia internacional, e os fluxos culturais e tecnológicos que planetariamente os acompanham, determinam mudanças na configuração sócio-política da sociedade periférica, re-posicionando igualmente sua capacidade de reagir a futuras contingências internacionais?

A ênfase nesses dois eixos de investigação permitiu que estes autores produzissem sofisticadas análises dos processos econômico-internacionais, político-distributivos e culturais que vão ao longo do tempo boicotando ou recompensando cada opção de política econômica, empurrando seus respectivos países natais rumo àquilo que Furtado denominava “opção pelo subdesenvolvimento”.

Pois, como lembra Furtado (1984: 105), “Mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, comporta um elemento de intencionalidade”. Da ótica estruturalista, portanto, o subdesenvolvimento nada mais seria que uma ineptidão de fundo estrutural, periodicamente recolocada, em optar por perseguir o desenvolvimento. Desse ponto de vista, todos os países minimamente relevantes possuiriam plenas condições físicas para o desenvolvimento: escolhendo estratégias nacionais conscientes

⁴⁰ Após a publicação, por Prebisch, da introdução ao 1º Estudo Econômico da América Latina, Furtado pensou: “[...] temos agora a alavanca de que estávamos precisando para demover as grandes resistências que enfrentamos no Brasil. Pus-me imediatamente em ação traduzindo para o português o texto, que foi publicado no Brasil antes de circular como documento oficial das Nações Unidas” [excerto de FURTADO, C. *O Capitalismo Global*. SP: Paz e Terra, 1997]. Mais adiante, após a publicação, por Furtado, de *Formação Econômica do Brasil*, Aldo Ferrer afirma: “Os trabalhos de Celso Furtado sobre a economia brasileira me convenceram deste tipo de enfoque do processo formativo de uma economia” [excerto de FERRER, A. *La Economía Argentina*. Buenos Aires: FCE, 2004].

e combinações adequadas dos fatores de produção, o desenvolvimento poderia ser planetariamente generalizado. O problema é que, do ponto de vista de certos países, as escolhas compatíveis com o desenvolvimento topam com um poderoso quadro coercitivo de difícil ruptura.

Com efeito, da ótica estruturalista não basta pontuar que mazelas como a desnutrição e a “favelização” assolam o Mundo Subdesenvolvido. Nem auferir que, claro, há menor capital acumulado nessas regiões. Isto não significa que, do prisma estruturalista, a noção de desenvolvimento passe ao largo do aprimoramento das condições objetivas de vida, por vezes referida como desenvolvimento “humano”; nem que esses autores negligenciem o significado do acúmulo de capital, por alguns chamado desenvolvimento “material” ou “capitalista”. Para os autores estruturalistas, porém, o avanço nessas dimensões “humana” e “material” do desenvolvimento estaria primordialmente condicionado à existência de um conjunto coercitivo-indutor bem calibrado, recaindo assim nele sua ênfase analítica.

Por isso, é também tipicamente estruturalista duvidar de explicações meramente conjunturais para o subdesenvolvimento “humano” ou “material” das nações, tais como a adoção de uma ou outra política social ou econômica por cada país — pomo da discórdia das análises acima visitadas —. Pois, indo mais fundo, os autores estruturalistas preferem indagar que sorte de rigidez “estrutural” contribui para a reiterada inépcia das sociedades subdesenvolvidas em formular e aplicar políticas econômicas e sociais capazes de compatibilizar os permanentes ventos da globalização com o aprimoramento dos supracitados quadros humano e material. Ou seja, a especialidade estruturalista é aventar qual tipo de conjunto coercitivo-indutivo afasta certos países do desenvolvimento, enquanto outros prosperam sob a mesma teia econômica global, e, quiçá, sob condições físicas e disponibilidades de fatores desafiadoras quando comparadas àquelas vigentes em alguns dois mais subdesenvolvidos rincões.

Assim, nas obras de estirpe *cepalina* clássica, são descritos com riqueza vários fatores que, por constrangimento, comprimem o espectro das escolhas efetivamente exequíveis nos países periféricos, convidando-os à monótona reprodução do subdesenvolvimento. Tais fatores, que em conjunto eles preferem denominar “estruturas”, podem ter suas feições descritas individualmente, permitindo comparações qualitativas entre vários países. Mas um cuidado metodológico deve ser observado: Furtado e Ferrer acreditam que elas compõem um sistema de relações que forma um

todo consistente, inteligível e coerente. As assimetrias de desenvolvimento entre as nações não podem ser tributadas a um componente isolado deste sistema, senão a seu significado geral, que é tratado por eles como um poderoso conjunto coercitivo-indutor que, a depender de suas características qualitativas enquanto sistema, tende a acondicionar o padrão de resposta de cada nação aos reveses da economia internacional, quase aprisionando algumas sociedades ao “subdesenvolvimento”, mas impulsionando o “desenvolvimento” em outras.

A importância que Furtado e Ferrer atribuem a tais elementos de rigidez motivou que seu método fosse batizado “estruturalista”. Esta alcunha, ainda que válida, imprime porém certo tom fatalista ao método por eles proposto: podemos ser levados à impressão de que se as estruturas vigentes favorecem o subdesenvolvimento, estaríamos condenados a ele. No entanto, estes autores insistem que tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento são processos históricos que, apesar de tenderem à reprodução, são sim passíveis de reversão. Eles advertem, contudo, que a ação “desenvolvimentista” deveria se ocupar mais da ventilação das “estruturas” do que do combate àquilo que elas tendem a provocar: pobreza, inflação, estagnação, iniquidades, corrupção, etc.

Portanto, ainda que Furtado e Ferrer acreditem que as modalidades de intervenção na economia sejam significativamente coagidas por condicionantes estruturais, emanado daí sua ênfase no aprimoramento qualitativo destas estruturas limitantes, é provavelmente mais adequado denominarmos seu método de investigação de “histórico-estrutural”. A menção à história é uma forma de ressaltar que, para eles, a reprodução das estruturas não constitui uma fatalidade. Elas podem ser transformadas, e, desde que sejam, é teoricamente exequível que um país subdesenvolvido vá adquirindo as feições que tipificam o “desenvolvimento”. Ou seja, é possível que a interminável movimentação da economia internacional seja progressivamente compatibilizada, no plano local, com crescimento econômico, distribuição de renda e oportunidades, sob relativa autonomia nacional.

C) Celso Furtado e Aldo Ferrer: a compreensível omissão *cepalina* em descrever concretamente as forças que convidam ao desenvolvimento

Os expoentes do pensamento *cepalino* — de Celso Furtado a Aldo Ferrer, Aníbal Pinto, Samir Amin e Maria da Conceição Tavares —, foram personagens profundamente comprometidos com o debate público sobre política econômica em seus

respectivos países. Sua energia intelectual foi grandemente absorvida, pois, pela busca de uma descrição competente do conjunto coercitivo que aliciaria, no caso específico de cada um de seus países natais, as escolhas coletivas rumo ao “subdesenvolvimento”. Desse esforço, surgiriam interpretações clássicas que, ademais de recomendar uma metodologia de análise econômica muitíssimo inovadora e fecunda, compuseram parte do conjunto didático com o qual gerações de profissionais e intelectuais latino-americanos foram educados.

Algumas das mais radicais teorias a elevar-se dessa literatura marcariam profundamente o debate público nos maiores países do continente, pautando duradouramente, em alguns países mais que em outros, décadas de ensaios desenvolvimentistas de política econômica. Sem risco de pecar pelo exagero, o panorama atual parece sugerir que, especialmente no Brasil e na Argentina, a penetração política de algumas das recomendações *cepalinas* converteu-as em verdadeiro *mainstream* local, legando a seus opositores político-intelectuais uma agenda de debates já firmemente pautada. Além do mais, seu aporte às políticas locais parece estar em vertiginosa ascensão, depois de conturbado obscurecimento, nessas primeiras décadas do Milênio. Nessa conjuntura, Prebisch, Furtado e Ferrer são hoje provavelmente mais evocados e certamente melhor compreendidos que nos tempos de Kubitscheck e Frondizi, que muitos já confundiram com o pino do “desenvolvimentismo” e de seu anteparo intelectual clássico, o “estruturalismo histórico” *cepalino*.⁴¹

Em que pesem toda a qualidade da produção desses autores, e sua memorável repercussão pública, os maiores *cepalinos* deixaram descoberta uma lacuna de fortes implicações para a alteração aqui mapeada, qual seja, aquela sobre as bases do “salto industrial” asiático. Nitidamente, sua análise incita reflexões sobre a paralela caracterização das “estruturas” que, nos países mais desenvolvidos, constrangeriam as escolhas coletivas rumo a um direcionamento consistente com o pleno aproveitamento das potencialidades da globalização. Mas nenhum deles deixou produção relevante sobre o processo formativo desses países assim chamados “centrais”.

Trocando em miúdos. Furtado sugere em incontáveis passagens que o mesmo esforço por ele realizado com vistas à compreensão do subdesenvolvimento brasileiro poderia — e sem dúvida deveria — ser replicado com vistas à compreensão do desenvolvimento. O estudo comparativo desses dois padrões antitéticos de crescimento

⁴¹ Ferrer, ainda fértil, reescreveu recentemente o clássico “*Vivir con lo nuestro*”. O capítulo final, sintomático desse *Zeitgeist*, chamava-se “*El trinfo del estructuralismo latinoamericano*”.

econômico conduzindo, respectivamente, ao desenvolvimento e subdesenvolvimento, seria obviamente necessário para conferir à massa de estudos erigida sob inspiração do estruturalismo histórico densidade empírica suficiente para testá-la, e promovê-la, como metodologia de análise da economia capitalista global; e não apenas de um de seus segmentos, ainda que demograficamente majoritário.⁴²

Dentre todos os países desenvolvidos, sem dúvida, aquele que mereceu tratamento mais cuidadoso por parte de Celso Furtado foi os Estados Unidos. O clássico contraponto entre São Paulo e Massachussetts, apresentado em diversas passagens de *Formação Econômica do Brasil*, é a mais contundente incitação *furtadiana* à elaboração de um estudo completo sobre o processo formativo da economia norte-americana. Mas, mesmo assim, Furtado não produziu nenhum ensaio completo exclusivamente devotado à história econômica estadunidense. Já naquilo que concerne aos demais casos populares de desenvolvimento industrial, especialmente os mais tardios, os comentários presentes na obra de Furtado são tão frequentes e instigantes, quanto superficiais e despreziosos. O mesmo pode ser afirmado com respeito a Aldo Ferrer, isto é, provocações acerca do processo formativo da economia dos países mais bem sucedidos são pulverizadas por toda sua vasta obra, mas essa não inclui um só trabalho exclusivamente voltado à compreensão “histórico-estrutural” de algum país central específico.

Com efeito, os comentários desses dois autores acerca do “salto asiático” nunca merecem mais que poucas linhas. Furtado, especificamente, fala muito pouco sobre os chamados “Tigres Asiáticos”, estando suas sugestões acerca dos países mais bem-sucedidos primordialmente direcionadas para a Alemanha, o Japão e, claro, os EUA. O excerto abaixo, retirado de “*Brasil: construção interrompida*”, é um dos raros momentos em que Furtado devota atenção às industrializações retardatárias orientais:

“Porque alcançaram um grau elevado de homogeneidade social e fundaram o próprio crescimento em relativa autonomia tecnológica, cabe reconhecer que Coreia do Sul e Taiwan lograram superar a barreira do subdesenvolvimento, ainda que a renda *per capita* desses países seja menos de uma quinta parte da do Japão e não supere a de certos países latino-americanos. [...] As experiências referidas nos ensinam que a

⁴² Muitos são os casos de desenvolvimento percorridos sempre muito apressadamente por Furtado: o Japão, os EUA, a Austrália, a Alemanha, entre outros. Recentemente, procurei aprofundar suas sugestões sobre a industrialização australiana. O resultado foi publicado no artigo “Coesão Social e Desenvolvimento: o método histórico-estrutural e a longa divergência entre Austrália e Argentina”, publicado no Número 25 da Revista de Economia Política e História Econômica.

homogeneização social é condição necessária mas não suficiente para superar o subdesenvolvimento. Segunda condição necessária é a criação de um sistema produtivo eficaz, dotado de relativa autonomia tecnológica, [...]” [Furtado, 1992: 51-52]

Já naquilo que concerne a Ferrer, sua menção aos “Tigres” é muito mais frequente. Contudo, a superficialidade de seus comentários equivale àquela de Furtado. Novamente, temos sempre poucas linhas e apenas comentários gerais. A sequência de excertos abaixo, obtida de um texto publicado pelo autor na rede mundial de computadores, é representativa de sua apreciação sobre tais países.

[...] os países de desenvolvimento industrial tardio que, no transcurso do século XIX e na segunda metade do XX, lograram superar seu atraso relativo, revelam a existência de algumas condições necessárias [...] às boas respostas aos desafios e oportunidades da globalização. Os países exitosos, como, por exemplo, os Estados Unidos, Alemanha, Dinamarca e Suécia no século XIX, e, na segunda metade do século XX, Japão, Coreia do Sul e Taiwan [...] apresentam alguns traços comuns em questões críticas.” [Excerto de “*La Globalización y el Futuro de America Latina: ¿Que nos enseña la Historia?*”, texto publicado por Aldo Ferrer na Internet, minha tradução]

“No campo social e político é possível observar, em todos eles, a estabilidade do marco institucional, a existência de elites com vocação autônoma de acumulação e poder, predomínio de ideias heterodoxas, respeito ao direito de propriedade e tendência à redução dos custos de transação, estados capazes de impulsionar as transformações necessárias e respaldar a iniciativa privada, e, por último, sociedades integradas e incorporadas ao processo de crescimento. No terreno econômico, os países exitosos revelaram uma suficiente capacidade de geração de poupança interna e de empregá-la na expansão e transformação da capacidade produtiva, de gerar vantagens competitivas fundadas na incorporação do câmbio técnico e equilíbrios macroeconômicos de longo prazo incluindo pagamentos externos apoiados, fundamentalmente, sobre a capacidade exportadora. Esses países foram capazes de aproveitar as oportunidades abertas pela globalização e defender-se de seus perigos. Ao contrário, aqueles subordinados a forças exógenas descontroladas formam parte da categoria de países e regiões subdesenvolvidas e dependentes.” [Excerto de “*La Globalización y el Futuro de America Latina: ¿Que nos enseña la Historia?*”, texto publicado por Aldo Ferrer na internet, minha tradução]

Como fica claro dessas passagens, tanto Furtado quanto Ferrer sustentam uma apreciação positiva dos marcos estruturais vigentes no Oriente Próspero. Evidentemente, a superficialidade desses apontamentos permitiria que adentrássemos aqui uma

infrutífera contenda acerca daquilo que esses autores, consensualmente clássicos, realmente intuía sobre tais países. Por exemplo, poderíamos indagar como compatibilizar, de um lado, a ênfase que Furtado atribui à democracia como condição estrutural ao desenvolvimento, e, de outro, o fato de na Coreia do Sul de 1992 vigorar, incontestavelmente, um regime político fechado. Paralelamente, poderíamos contrapor, de um lado, a sugestão de Ferrer de que os compromissos externos dos países exitosos seriam preferencialmente saldados com superávits comerciais, e, de outro, os reincidentes déficits comerciais sul-coreanos.

Mas, a bem da probidade intelectual, esses autores voltaram suas energias vitais para a compreensão do subdesenvolvimento, não do desenvolvimento. E, assim, parece que devemos situar seus frágeis comentários sobre a Ásia no contexto de duas mentes que, embora excepcionais, não podiam se ocupar de toda uma agenda de pesquisas que com suas obras seminais despontaria. Desse modo, segue completamente virgem a lacuna do tratamento histórico-estrutural dos casos de desenvolvimento, dentre os quais os asiáticos.

D) Fernando Fajnzylber: o neo-estruturalismo e seu olhar sobre a competitividade industrial asiática

Com a patente perda de dinamismo que aflige as principais experiências latino-americanas de industrialização norteadas pela estratégia de “substituição de importações”, culminando com um quadro de estagnação ou semi-estagnação em praticamente todo o continente durante os anos 1980, despontaria uma conjuntura histórica favorável ao questionamento teórico do chamado “nacional-desenvolvimentismo”. Nesse contexto, a oposição política a tal modelo econômico, ora associado à crise de acumulação, caminhava em paralelo com a perda de popularidade de seu fundamento intelectual, o método histórico-estrutural *cepalino*.

Tipicamente, esta inflexão assumiria a forma de uma retomada transitória, por toda a região e por cerca de duas décadas, do liberalismo econômico enquanto matriz hegemônica de reflexão econômica. Naquele momento, como já aludido no início desse Capítulo II, o contra-ataque liberal se valia da preeminência de autores livre-cambistas no campo das interpretações sobre as bases das promissoras industrializações orientais. Nesse contexto de lutas aguerridas em torno da orientação geral da política econômica, nada mais presumível que a emergência de uma leitura do “salto asiático” que se percebesse estritamente *cepalina*. Pois, para a CEPAL enquanto instituição concreta, era

crucial tomar partido nesse debate internacional sobre as “receitas” vindas do Oriente, contenda tão rica em implicações distributivas.

Da ótica da revisão bibliográfica aqui em curso, a interpretação do “milagre sul-coreano” que emerge no contexto dessa reação *cepalina* é de particular interesse. Uma vez que, àquela altura, era generalizada a descrença nas políticas “nacional-desenvolvimentistas” que haviam encontrado anteparo intelectual nos clássicos estruturalistas, a resposta *cepalina* precisaria:

- i. Reiterar a ênfase nas estruturas, em consonância com a tradição da instituição desde Raúl Prebisch: sua qualidade é que determinaria o progresso material das nações,
- ii. Combater, à moda de Alice Amden, a descrição de Coreia do Sul e Taiwan como prodígios liberais: estruturas bem guarnecidas para o desenvolvimento frequentemente implicariam profunda dose de intervencionismo;
- iii. Sugerir que processos históricos específicos teriam determinado a formação de estruturas mais amigáveis ao desenvolvimento na Ásia que na América Latina.

Nesse afã, a CEPAL acabaria apadrinhando a circulação, especialmente a partir dos anos 1990, de uma interpretação “puro sangue” do dinamismo de países como Coreia do Sul e Taiwan. Essa interpretação, que propunha um enfoque *cepalino* ajustado ao contexto daquele período, acabou configurando o nascimento do assim chamado “neo-estruturalismo”. Nos parágrafos adiante, trataremos de reconstruir o surgimento dessa nova vertente de análise surgida sob a égide da CEPAL, ao passo que procuraremos identificar quais novidades esse enfoque teria trazido ao debate sobre a industrialização sul-coreana.

Desde meados dos anos 1970, Fernando Fajnzylber, economista chileno institucionalmente vinculado à CEPAL, esteve à frente de uma série de pesquisas sobre o processo de industrialização ou, mais especificamente, sobre as raízes econômicas, sociais, institucionais e históricas da competitividade internacional dos parques produtivos de alguns países. Quanto a isto, suas pesquisas focalizavam tanto as economias avançadas — especialmente os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha Ocidental —, quanto os países de industrialização mais recente — como os diversos países latino-americanos, além de Hong Kong, Singapura e, sobretudo, Taiwan e Coreia do Sul —. As comparações que daí emergiriam semeariam as bases de um amplo movimento de “revisão” no pensamento *cepalino*, culminando com a publicação do

documento “*Transformación Productiva con Equidad*”, pedra angular do chamado neo-estruturalismo, em 1990.

De modo geral, Fajnzylber argumentava que a inserção virtuosa no comércio internacional se fundava na gestação prévia de um ambiente interno capaz de estimular a competitividade sistêmica da economia nacional. Neste sentido, ele destacaria que:

“[...] no mercado internacional competem não apenas empresas. Se confrontam também sistemas produtivos, esquemas institucionais e organismos sociais, entre os quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrado por uma rede de conexões ao sistema educacional, à infraestrutura tecnológica, às relações gerencial-laborais, ao aparato institucional público e privado, ao sistema financeiro, etc.”
[Fajnzylber, 1988: 22-23]

Na visão de Fajnzylber, portanto, o sucesso de países como o Japão e a Alemanha Ocidental em suas estratégias nacionais de inserção produtiva internacional decorria, principalmente, de sua destacada habilidade em criar um ambiente de negócios capaz de respaldar a internacionalização de suas empresas. Este ambiente, para o autor, ia muito além daquilo que tangia estritamente à esfera empresarial. Na verdade, os dados sobre competitividade por ele examinados “[...] incorporavam reflexões sobre temas muito mais amplos, tais como: educação e formação de recursos humanos, infraestrutura, relações trabalhistas, preservação do meio-ambiente, aparato institucional público e privado, sistema financeiro e outros.” (Suzigan *et al*, 2003: 7)

À luz da interpretação proposta por Fajnzylber, o norte da estratégia de desenvolvimento latino-americana deveria ser a criação de uma infraestrutura econômico-tecnológica, um aparato de proteção sócio-ambiental e um marco jurídico-institucional capazes de ensinar a competitividade “autêntica” das empresas aqui instaladas. Entre os requisitos necessários à configuração deste ambiente favorável à competitividade do sistema econômico de um país, e destacava:

- i. A capacidade de alocar os recursos disponíveis para investimentos em setores estratégicos;
- ii. A existência de uma legislação trabalhista capaz de promover a melhora do padrão de relacionamento entre trabalhadores e empresas;
- iii. A presença de redes de cooperação horizontal entre as empresas;
- iv. A capacidade de manter um nível elevado de investimentos, pois este era um fator central para assegurar o aumento da produtividade do trabalho;

- v. A capacidade de manter um nível elevado de gastos em P&D;
- vi. A disposição de reformar a educação, de modo a preencher as necessidades renovadas de qualificação de mão-de-obra;
- vii. A existência de políticas para estimular a absorção de progresso técnico e aquisição de vantagens competitivas, e;
- viii. A adoção de políticas macro-econômicas capazes de impedir a recorrência de desequilíbrios macro-econômicos — entre estas políticas, é possível destacar: o estímulo à poupança e a restrição das importações não essenciais —.

A esta competitividade “autêntica”, Fajnzylber contrapunha a competitividade “espúria”, fundada em fatores de competitividade válidos sob a ótica micro-empresarial, mas jamais sob o ponto de vista nacional, quais sejam: recorrentes desvalorizações cambiais, seguidas de severas restrições ao poder aquisitivo interno, o baixo custo da mão-de-obra, subsídios financeiros abundantes à atividade exportadora, margens de lucro negativas no mercado exterior, compensadas por margens exorbitantes no mercado interno, benefícios fiscais, etc.

Em suma, a competitividade “autêntica” se distinguia da “espúria” especialmente em duas dimensões: (1) a competitividade “autêntica” era mais sustentável — seja política, ecológica ou financeiramente — e, (2) a competitividade “autêntica” era mais compatível com a busca por maior equidade social. Neste contexto, o legado de Fajnzylber, morto prematuramente em 1991, lançaria as “[...] bases conceituais para a ‘transformação produtiva com equidade’, que viria a ser a nova mensagem oficial da CEPAL nos anos 90” (Suzigan *et al*, 2003: 6)

Como dissemos, a análise de Fernando Fajnzylber partiria de uma comparação entre vários países em diferentes estágios de desenvolvimento da estrutura industrial. De um lado, o autor devotou atenção aos países industriais mais avançados — Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental —. De outro, o autor examinaria as bases da competitividade de dois países periféricos que, naquela época, vivenciavam processos ímpares de crescimento industrial — Coreia do Sul e Taiwan —. Nos próximos parágrafos, retomaremos algumas considerações do autor acerca do processo de industrialização do Sudeste Asiático.

Ao contrário dos cinco autores analisados anteriormente, Fajnzylber descartaria explicitamente a existência de um “modelo” econômico asiático, reproduzível em outros lugares sob quaisquer circunstâncias (CEPAL, 2006: 147). Ao examinar a história de Taiwan e Coreia do Sul, o autor identificaria ali um contexto internacional bastante

específico, ao qual deveria, sim, ser atribuído parte de seu sucesso industrial. Retomemos, então, alguns elementos deste contexto apontados pelo autor.

Fajnzylber destacaria, analisando simultaneamente os dois países, que:

“[...] a ajuda econômica proporcionada durante a década de 60 desempenhou uma função importante ao outorgar solvência em uma fase crítica da gestação destes modelos de industrialização.” Além disto, “As considerações econômicas e geopolíticas que tendiam a favorecer a política de industrialização exportadora [...] encontram numerosas ilustrações na ‘condescendência’ com que os Estados Unidos aplicam regulamentos comerciais a estes países.” [Fajnzylber, 1981: 134-135]

Assim, os interesses geo-estratégicos dos Estados Unidos são por ele reconhecidos como importantes para a compreensão do acelerado crescimento industrial da região. Outro elemento conjuntural destacado pelo autor como importante para a apreensão das bases do dinamismo de Coréia e Taiwan era “A intensificação da competição entre os países desenvolvidos, o encarecimento da mão de obra nestes países e o surgimento de modalidades de comercialização pelas grandes cadeias de supermercados [...]” Neste contexto, explica o autor, as empresas dos países desenvolvidos “[...] encontram na vocação industrializadora e exportadora dos países asiáticos, e em sua concentração nos bens de consumo, uma resposta estritamente funcional.” Ao mesmo tempo, “a profunda transformação industrial que experimenta o Japão [...] encontra na expansão dos países asiáticos um expediente que lhe permite compensar a perda de sua competitividade em produtos intensivos em mão-de-obra, com a canalização para aqueles países dos bens de capital requeridos por seu crescimento industrial interno e exportações” (Fajnzylber, 1981: 134, minha tradução).

Assim sendo, os interesses das empresas dos países avançados e, especificamente, das empresas japonesas, são também destacados por Fajnzylber como fatores importantes para compreender os rumos do processo de industrialização do Sudeste Asiático. E, além do reconhecimento destas contribuições do ambiente internacional ao dinamismo de Taiwan e Coréia do Sul, Fajnzylber também destacaria uma série de fatores internos responsáveis, acima de quaisquer outros elementos, pelo sucesso da região. Convém reter que, para o autor, a ação estatal está presente, com diferenças de intensidade e sutilezas nas modalidades de intervenção, seja na Coréia, em Taiwan, em Singapura ou em Hong Kong. Entre os fatores internos destacados por Fajnzylber, figuram:

- i. A vocação “industrializadora” dos Estados nacionais;
- ii. A definição de prioridades setoriais e de políticas econômicas integrais de apoio a setores selecionados;
- iii. A articulação com um setor empresarial dotado de vontade e vocação “industrializadora”;
- iv. A passividade laboral e a fragilidade das organizações sindicais, e;
- v. Uma política maciça de capacitação da mão-de-obra.

Como já destacado, aos fatores internos logo acima descritos devemos somar os fatores internacionais já citados, pois estes teriam reforçado e estimulado o crescimento industrial e a inserção internacional “autêntica” de Coréia e Taiwan. (CEPAL, 2006: 207-211) Mas o foco da análise de Fajnzylber, é importante reter, são as virtudes da política econômica interna ali implantada. O autor alega não estar em busca de um “modelo”, como era a intenção explícita dos outros autores já abordados. Não obstante, “O elo condutor de toda sua obra foi a busca incessante de níveis de competitividade internacional sustentáveis” para os países da América Latina (Suzigan *et al*, 2003: 4). E, neste sentido, Fajnzylber procurava, na medida do possível, isolar elementos político-econômico-estratégicos que tivessem sido, em outras regiões, bem sucedidos no enfrentamento do subdesenvolvimento industrial e humano. Estes elementos deveriam, então, orientar a agenda política econômica dos países latinos, na medida em que fosse possível levar a cabo um projeto com as características consideradas desejáveis.

E) Lacunas e Questionamentos:

No âmbito da presente Tese do Doutorado, optaremos por considerar o posicionamento dos *cepalinos* clássicos sobre a industrialização asiática como uma lacuna aberta, interpretando como meros *insights* seus superficiais comentários sobre o tema, pulverizados em uma obra voltada para a análise aprofundada de outros objetos. Por isso, não apresentaremos questionamentos a quaisquer esses comentários, e preferiremos realçar que continua de pé o encorajamento desses autores clássicos a uma abordagem historiográfica estruturalista do processo formativo dos países centrais.

Naquilo que diz respeito a tentativa neo-estruturalista de preencher tal lacuna, inversamente, há sim o que comentar e questionar. Entre todos os autores até aqui abordados, Fajnzylber é aquele que aponta o maior número de elementos histórico-internacionais considerados relevantes para a compreensão da história industrial sul-

coreana. Assim sendo, sua análise prossegue em direção análoga àquela de Otaviano Canuto, indo ainda mais além.

Não obstante, sua análise dos elementos que emergem desse esforço de contextualização ainda não é exaustiva.⁴³ Além disto, o autor não examina em que medida alguns dos “fatores internos” por ele apontados emanariam na realidade de um contexto histórico-internacional extremamente particular. Por exemplo, a “passividade laboral” e a ampla capacidade estatal de formular e aplicar políticas industriais parecem ser elementos inextricavelmente associados ao contexto de repressão política vigente, sem interrupções, ao longo todo o processo de industrialização. E tal contexto repressivo, por sua vez, parece inseparável da continuada presença japonesa e norte-americana na Península, que Fajnzilber não examina.

Por outro lado, como o autor identifica uma “vocalização industrial” no Estado e na burguesia sul-coreana, mas não examina o papel da história e da geopolítica na gênese do Estado e do empresariado do país, fica a impressão de que estes atores possuem tais características por razões comprovadamente exógenas, ou devido a algum processo histórico ou sócio-político já esgotado, sem importância analítica atual. Mas o Estado sul-coreano foi criado sob ocupação militar americana e, ademais, foi financiado durante mais de uma década recolhendo donativos americanos. Qual é a contribuição da presença estadunidense, então, para o fôlego do Estado sul-coreano? Este é um elemento igualmente ausente na análise de Fajnzylber. De forma análoga, a burguesia nacional coreana foi criada sob o jugo colonial estrangeiro (japonês). Qual o impacto desta peculiaridade sobre suas formas de pensar e agir? Este também é um elemento ausente na análise do autor.

⁴³ Cada um dos fatores merece apenas algumas linhas de seu artigo clássico “*Reflexiones sobre La Industrialización Exportadora del Sudeste Asiático*”. No total, a apressada análise do autor acerca do “contexto internacional” por trás da industrialização do Sudeste Asiático ocupa apenas cerca de 4 páginas do referido artigo.

2.4 - O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Nova Economia Institucional:

2.4.1) Richard Nelson, Sidney Winter, Limsu Kim e as “Teorias Comportamentais” sobre o papel do progresso técnico no crescimento econômico.....	166
2.4.2) O Novo Institucionalismo, o “Sistema Nacional de Inovação” e a Passagem da Imitação à Inovação na Ásia.....	176
2.4.3) O Debate acerca do Salto Educacional Sul-coreano.....	183
2.4.4) Principais Questionamentos Suscitados.....	190

Em duas das subseções anteriores, ao visitarmos as contribuições de Otaviano Canuto e Fernando Fajnzylber, trouxemos à baila o exame de certos elementos condicionantes internos e externos, argumentando serem eles potencialmente capazes de conduzir a um novo patamar os estudos em torno do notável desempenho da economia sul-coreana. Pontuamos, nesse sentido, que ambos os autores caminhavam em uma fecunda direção, ao introduzirem em seus modelos de análise tal sorte de explicação. Por assim considerarmos, cabe prosseguirmos esse esforço de revisão bibliográfica priorizando outras referências que igualmente tenham conferido algum relevo a esta fronteira de análise. E, nesse caminho, parece indicado examinarmos adiante a chamada escola da Nova Economia Institucional, uma vertente revisionista que, embora filiada ao Modelo Geral da Teoria Econômica Neoclássica, busca em paralelo compreender como alguns dos condicionantes acima aludidos perturbariam o funcionamento “normal” de uma economia abstrata sob condições perfeitamente concorrenciais.

Para os economistas chamados institucionalistas, deste modo, o assimétrico desempenho econômico entre as nações ao longo do tempo poderia ser atribuído à evolução concomitante, em cada sociedade, de uma estrutura de incitações e coerções que poderíamos denominar “matriz institucional”. Ela abarcaria leis, práticas, costumes, posturas tradicionalmente estabelecidas, preconceitos, regras de premiação, etc... Sob as restrições determinadas pela referida matriz, a acumulação capitalista seguiria seu caminho com ímpeto proporcional à qualidade do conjunto limitante vigorante.

Em seu significado geral, os institucionalistas nada apresentam que os ponha além da contribuição clássica de Émile Durkheim. Entretanto, naquilo que concerne à metodologia investigativa e expositiva, eles buscam incorporar as técnicas caras aos micro-economistas e econometristas neoclássicos. Com efeito, suas contribuições típicas trazem tanto uma série de definições e axiomas algebricamente representados, quanto a estimação de regressões estatísticas de sofisticados tipos e outros algebrismos diversos.

Em linhas gerais, aplicando de forma ligeiramente renovada o individualismo metodológico da microeconomia neoclássica, os institucionalistas acreditam ser possível modelar a ação individual a partir de escolhas realizadas individual- e isoladamente, à moda do acervo metodológico tipicamente neoclássico, mas sob restrição de uma matriz institucional especial e passível de descrição. Tratando os indivíduos como unidades cujas singularidades são abstraídas, o foco analítico pode ser direcionado às características conjunto coercitivo dominante, plano concreto onde este indivíduo idealizado faz suas escolhas. Desta ótica, que pressupõe a homogeneidade das pulsões individuais de qualquer ser humano, a capacidade que uma sociedade revela em promover a afluência de seus integrantes estaria unicamente relacionada ao ajuste de tal conjunto coercitivo.

Douglass North, autor de uma das mais difundidas obras que adotam esta estratégia de pesquisa, postula ser possível explicar a riqueza dos Estados Unidos, face à pobreza da América Latina, mediante a apreciação da matriz institucional herdada das respectivas metrópoles coloniais. Sob esta ótica, os latinos teriam sido herdeiros um molde institucional anacrônico, incapaz de promover seu dinamismo durante o período posterior à Independência. Ao contrário, norte-americanos e canadenses teriam sido submetidos à influência benigna de uma potência industrial emergente, se tornando depositários de sua tradição institucional e, assim, comungando de sua prosperidade (North, 1990: 103).

Daron Acemoglu *et alli* reiteram a percepção de North: “o importante não é o “saque” ou a extração direta de recursos pelas potências européias, mas as consequências de longo prazo das instituições que eles criaram para dar suporte à extração.” (Acemoglu *et alli*, 2002: 1264) Exemplificando, esse estudo enfatiza a debilidade das garantias à propriedade instituídas pelas potências coloniais com intuito facilitar a extração de excedente.

Outros autores institucionalistas, como Dani Rodrik e A. Subramanian, defendem argumentos estritamente semelhantes. Sintetizando de uma forma um tanto quanto grosseira seu posicionamento, seria como se uma espécie de “força de atrito”, ou um “freio”, estivesse permanentemente embaraçando as pulsões de indivíduos naturalmente maximizadores de bem estar, e dificultando sobremaneira suas investidas voltadas à acumulação de capital. Esse fenômeno teria ocorrido cumulativamente desde as origens coloniais desses países até nossos dias, determinando seu significativo atraso relativo.

Desse ponto de vista, a aceleração da acumulação capitalista que se verifica desde o pós-guerra na Ásia Oriental poderia ser explicável se novos traços institucionais particularmente eficientes fossem ali identificados. Cumpriria, assim, percorrer as principais instituições capazes de atizar a acumulação de capital nesses países em busca elementos capazes de fundamentar tal hipótese. O mais fecundo domínio da busca envolveria, provavelmente, o exame das instituições educacionais asiáticas, paralelamente àquelas relacionadas à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias.

Nesse capítulo, apresentaremos obras consagradas que empreenderam tal busca. A menção apenas a estas não exclui, de modo algum, a possibilidade de uso da metodologia institucionalista em outras direções — como o balanço das instituições financeiras dos países particularmente dinâmicos, ou até a observação da institucionalidade característica de instâncias-chave de seus governos, como quiçá o Banco Central —. Essas agendas investigativas, porém, parecem ter sido menos populares no debate sobre o “modelo asiático”, sendo devido à sua menor repercussão nossa opção por aqui percorrermos apenas autores envolvidos com o exame das instituições tecnológico-educacionais.

2.4.1) Richard Nelson, Sidney Winter, Linsu Kim e as “Teorias Comportamentais” sobre o Papel do Progresso Técnico no Crescimento Econômico:

A) O Modelo Geral da Teoria Econômica Neoclássica e o Dilema da Exogeneidade do Progresso Técnico.....	166
B) Richard Nelson, Sidney Winter, Linsu Kim, e a Crítica “Comportamental” no Contexto do Surgimento da Nova Economia Institucional.....	172

A) O Modelo Geral da Teoria Econômica Neoclássica e o Dilema da Exogeneidade do Progresso Técnico:

No início desse Capítulo II, quando percorremos as apreciações ortodoxas acerca do crescimento industrial sul-coreano, sugerimos que, daquele prisma, o desenvolvimento poderia ser completamente atribuído ao progressivo acúmulo de capital físico e humano. Com efeito, o ímpeto por detrás do desenvolvimento material de uma dada sociedade decorreria meramente do comportamento prévio dos grandes agregados de sua Contabilidade Nacional. Sociedades onde prevalecem maiores níveis de horas trabalhadas, poupança, e, conseqüentemente, mais abundantes fundos para custear os investimentos, tenderiam a acumular mais capital. E, como recompensa, a usufruir posteriormente de maior nível de renda média. Cumpre indicar, a propósito, que a idéia de “desenvolvimento humano” é tratada pelas referidas contribuições como simples corolário do “desenvolvimento material”, não merecendo por isso uma reflexão específica. Além disso, o padrão de distribuição de renda explicar-se-ia unicamente pelas forças alocativas de mercado, sendo desse modo naturalizado. Em síntese, a capacidade de progressivamente acumular capital seria, no olhar dessa ortodoxia tradicional, a única variável relevante a alicerçar o desenvolvimento em todas as suas facetas.

Em que pese a compatibilidade moral entre esse entendimento e o tronco liberal de reflexão sobre a economia — onde, desde Bernard Mandeville, as “cigarras” acabam em pior situação que as “formigas” —, essa interpretação do desenvolvimento material não encontra amparo nos testes econométricos. Pois, em linhas gerais, o comportamento do produto por habitante de um dado país tende a progredir de modo mais acelerado do que as estatísticas utilizadas para capturar o nível acumulado de capital físico. Ou seja, há indícios claros de que deveria haver algo mais a propeler o “desenvolvimento material” que o simples acúmulo prévio de capital físico e o número de horas-homem empregadas na produção.

Levantando sugestões para contornar esse dilema, o norte-americano Robert Solow publicaria um artigo intitulado “*Technical Change and the Aggregate Production Function*”, de 1957, onde pontua que parte significativa do crescimento econômico não poderia ser estatisticamente atribuída aos acréscimos nos níveis de capital ou trabalho. Esta diferença acabaria referida como Resíduo de Solow, sendo por ele atribuída à inovação tecnológica.

“O Produto Bruto por hora-homem dobrou durante o intervalo [entre 1909-1949, nos Estados Unidos], com 87,5 % do crescimento sendo atribuído ao câmbio técnico e os restantes 12,5% ao uso aumentado de capital. [Solow, 1957: 320]”

Solow é um economista de formação neoclássica, mas que sempre demonstrou simpatia à apreciação *Keynesiana* quanto à funcionalidade ocasional do gasto público. Não por acaso, o chamado Modelo de Solow, que emerge do referido artigo, acabaria convertido em aporte fundamental à grande Síntese *Neoclássico-keynesiana* em curso desde a publicação, por John Hicks, de “*Mr. Keynes and the Clássics: a suggested re-interpretation*”, em 1937. Afinal, em seu sentido geral, a sugestão de Solow — de que a inovação tecnológica explica parte crucial do produto por habitante — sancionaria, potencialmente, o uso de fundos públicos para a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

Retomemos, nos parágrafos seguintes, as linhas gerais do raciocínio de Robert Solow. Esse esforço nos qualificará, posteriormente, a examinar os questionamentos dirigidos a esse autor pela Nova Economia Institucional. Primeiramente, então, definiremos a chamada função de produção como:

$$Y = f(K, N, A)$$

onde: **K** é o nível de capital na economia, **N** a quantidade do fator trabalho, e **A** uma variável utilizada para captar o “estado da tecnologia”.

Por razões expositivas, parece mais conveniente utilizar uma forma um pouco mais restritiva da equação acima, a saber:

$$Y = f(K, AN)$$

Segundo esta equação, a produção depende do capital e do trabalho multiplicado pelo estado de tecnologia. Chamaremos então **AN** de quantidade de “trabalho efetivo”

nesta economia. Assumiremos que, dado o estoque de capital existente, o progresso tecnológico reduz o número de trabalhadores necessários para obter dada quantidade de produto. Ou seja, se $\mathbf{A}$ é duplicado, a economia consegue produzir a mesma quantidade de produto com apenas a metade do número original de $\mathbf{N}$ (trabalhadores). De forma equivalente, é possível concluir que o progresso tecnológico aumenta $\mathbf{AN}$, a quantidade de trabalho efetivo na economia. Ou seja, se o estado de tecnologia dobra, é como se a economia tivesse duas vezes mais trabalhadores. Dividindo a equação acima por $\mathbf{AN}$, obtemos:

$$Y_{/NA} = f(K_{/AN}, 1)$$

Simplificando, temos que o produto por trabalho efetivo depende do capital por trabalho efetivo:

$$Y_{/NA} = f(K_{/AN}) \quad [1^a \text{ Definição: nível de renda}]$$

Assim, o produto por trabalhador efetivo aumenta se e somente se o capital por trabalhador efetivo aumentar. Continuemos com as derivações. Partindo das hipóteses tipicamente neoclássicas de que o investimento é igual à poupança privada, e a taxa de poupança possui um valor constante,

$$\mathbf{I} = \mathbf{S} = s.Y$$

Onde $\mathbf{Y}$ é o nível de renda, e s é a taxa de poupança.⁴⁴

Dividindo ambos os lados por $\mathbf{AN}$:

$$I_{/AN} = s.(Y_{/AN})$$

Fixando $\mathbf{I}$ em 1, temos que

$$1_{/AN} = s.(Y_{/AN})$$

Substituindo o produto por trabalhador efetivo, $Y_{/NA}$, por $f(K_{/AN})$, que é o resultado que havíamos encontrado [na 1ª Definição], temos que:

$$1_{/AN} = s.f(K_{/AN}) \quad [2^a \text{ Definição: nível de poupança}]$$

⁴⁴ Note que Produto e Renda são entidades equivalentes na Contabilidade Nacional. Ambos costumam ser representados pela letra $\mathbf{Y}$ nos manuais de economia, e serão aqui tratados como sinônimos.

Por último, precisamos deduzir o nível de investimento por trabalhador efetivo necessário à manutenção do nível de capital por trabalhador efetivo em um dado patamar. Se o número de trabalhadores cresce a uma taxa igual a GN , a tecnologia progride a uma taxa GA , e a taxa de depreciação é equivalente a δ , então o nível de investimento necessário para manter dado nível de capital constante é o seguinte:

$$\delta.K + (GA + GN).K$$

Re-arranjando a fórmula:

$$(\delta + GA + GN).K$$

Dividindo pelo valor do trabalho efetivo na economia, encontramos o seguinte valor:

$$(\delta + GA + GN). (K/AN)$$

estacionário]

[3ª Definição: investimentos para o equilíbrio

Este é o nível de investimento por trabalhador efetivo necessário para manter dado nível de capital por trabalhador efetivo. O resultado que obtivemos acima nos permite traçar o gráfico da relação entre o produto por trabalhador efetivo e o capital por trabalhador efetivo.

Gráfico 2.4.1.A-1

No gráfico acima, a reta azul é o nível de produto, para dados níveis de produto por trabalhador efetivo (Y/AN) e capital por trabalhador efetivo (K/AN). Já a reta verde representa o nível de poupança para dados níveis de produto por trabalhador efetivo (Y/AN) e capital por trabalhador efetivo (K/AN). A reta vermelha, por sua vez, representa é o nível de investimento por trabalhador efetivo necessário para perenizar um dado nível de capital por trabalhador efetivo (K/AN).

O ponto **A** corresponde ao nível em que o investimento para dados Y/AN e K/AN coincide exatamente com o investimento por trabalhador efetivo necessário para manter constante o nível de K/AN . A economia se encontra neste ponto quando a função de produção (reta azul) está no ponto **B**. Neste nível, a distância entre **A** e **B** equivale ao consumo por trabalhador efetivo (que podemos definir como C/AN).

Expostas as linhas gerais do Modelo de Solow, examinemos suas consequências práticas. Uma de suas implicações é que a economia tenderia no longo prazo para o ponto **B**, com o respectivo nível de investimento por trabalhador efetivo necessário em **A**. Dito de outra maneira, esta economia tende a uma espécie de “estado estacionário”, no qual o produto por trabalhador efetivo e o capital por trabalhador efetivo são iguais a Y^*/AN e K^*/A , respectivamente (esses valores foram circundados na figura acima). No longo prazo, portanto, tenderia a ser constante o nível de produto por trabalhador efetivo. Assim, o produto **Y** teria que crescer à mesma taxa do trabalho efetivo **AN** (o quociente entre **Y** e **AN** permanece constante). Com efeito, se o produto (**Y**) cresce mais que o trabalho (**N**), deveria haver um proporcional acréscimo na variável **A**, o “estado da tecnologia”.

Examinemos como essa previsão se coaduna com a realidade observada na República da Coreia. Ichimura (1988) nos conta que a taxa de crescimento vegetativo (**GN**) na República da Coreia, entre 1950 e 1980, foi de 2,1% ao ano, ao passo que o emprego cresceu 3,5% ao ano.⁴⁵ O PIB, porém, cresceu à impressionante taxa de 7,7% por cento ao ano, e o PIB *per capita* cresceu nada menos que 4,2% ao ano. A mediação entre essas duas grandezas somente seria possível, da ótica do Modelo de Solow, pela evolução concomitante da variável **A**, ou seja, o “estado da tecnologia”.

De fato, a melhora generalizada das condições de vida da população sul-coreana, associada a uma memorável expansão das oportunidades educacionais, tal qual a vigência de um modelo de desenvolvimento que privilegiou a rápida assimilação das

⁴⁵ ICHIMURA, Shinichi. *Challenge of Asian Development Countries: Issues and Analyses*. Hong Kong: Asian Productivity Organization, p.74, 1988.

inovações tecnológicas, nos sugerem que a variável **A** que utilizamos acima deve ter tido um grande crescimento no período que analisado. Isto, segundo o Modelo de Solow, explicaria o constante crescimento do PNB *per capita*. Com efeito, *proxys* diversas para a variável **A**, como quicá o número de engenheiros anualmente titulados, poderiam ser utilizados para efetuar o ajuste desse modelo.

Inegavelmente, o referido ajuste é exequível do ponto de vista estritamente estatístico. Mas isso não significa que o Modelo de Solow não possa ser questionado por diversos motivos. O pressuposto de que a poupança e o investimento se igualam certamente inquieta qualquer economista de simpatias mais genuinamente *keynesianas*. O mesmo pode ser dito a respeito do caráter constante ora assumido pela taxa de poupança. Mas esse confronto é muito menos um embate entre os que defendem e os que condenam o Modelo Geral da Teoria Neoclássica, do que um embate especificamente a respeito da teoria neoclássica do crescimento econômico.

Naquilo que diz respeito àqueles que criticam especificamente esta última, grande parte das objeções a Solow gira em torno do caráter exógeno assumido pelo “estado da tecnologia” no modelo proposto. O avanço da técnica até pode ser medido e utilizado na estimação do modelo, mas não explicado do ponto de vista econômico. A técnica acaba então investida, paradoxalmente, de misterioso caráter extra-econômico. E, naturalmente, tal prisma fragiliza em demasia o modelo neoclássico, pois ninguém em sã consciência defenderia que a técnica influencia a dinâmica econômica, mas que o contrário nunca ocorre. É óbvio que ocorre. O desenvolvimento da técnica está claramente no domínio da análise econômica.

Com o tempo, vários autores construiriam boas críticas especificamente endereçadas a Solow, buscando reciclar seu modelo de modo a permitir uma determinação endógena do “estado da técnica”, mediante o estudo da relação entre este, o nível de capital físico acumulado, e outras variáveis econômicas relevantes. A título de exemplo, o “novo-keynesiano” Paul M. Romer (1989: 7) pontua, caminhando nesta direção, que Solow “nega o papel que o comportamento privado maximizador assume na geração da mudança tecnológica”. Ele sugere, então, uma solução matemática para explicar endogenamente o “estado da tecnologia”. Para tal, busca atribuir novamente à dinâmica da acumulação capitalista o protagonismo no crescimento econômico, assumindo que o “[...] câmbio técnico emerge em larga parcela por causa das ações intencionais de pessoas que respondem aos incentivos de mercado”. E busca introduzir, com isso, a dimensão comercial e os esforços de pesquisa nos modelos de crescimento.

Como sugerimos no texto introdutório imediatamente acima, a escola da Nova Economia Institucional despontou no último quarto do Século XX, levando adiante um esforço sistemático de revisão do Modelo Geral Neoclássico. Esse ainda era considerado, pelos autores simpáticos a essa vertente de Institucionalismo, como um alicerce válido, mas que precisava ser substancialmente reformulado. O problema da exogeneidade da técnica no Modelo Geral Neoclássico tornou-se, assim, uma preocupação de primeira ordem entre os economistas que participavam desse movimento revisionista. Insistindo em um questionamento mais profundo do paradigma dominante, os institucionalistas desdenhavam dos esforços de aperfeiçoamento da teoria do crescimento dentro dos marcos estritos do neoclassicismo, simbolizados pelo esforço de Romer acima descrito:

“O problema aqui é mais que a inabilidade da teoria, pelo menos na sua forma simples, em ser útil a certos tipos de pesquisa, e vai além do fato de que alguns dados interessantes são de difícil digestão para ela. [...] Parece óbvio que a pesquisa sobre crescimento econômico dentro da teoria neoclássica está criando novos problemas intelectuais mais rapidamente que os está resolvendo. [Nelson e Winter, 1974: 889-890]

Tentaremos rever o posicionamento desses autores na subseção logo adiante.

B) Richard Nelson, Sidney Winter, Linsu Kim, e a Crítica “Comportamental” no Contexto do Surgimento da Nova Economia Institucional:

Nos atuais cursos de graduação em economia, os escritos de Joseph A. Schumpeter constituem um material necessariamente visitado. Seja em cursos relacionados à História do Pensamento Econômico, ou em outros cursos especificamente desenhados para abordar a bibliografia sobre Teoria do Desenvolvimento Econômico, virtualmente todo aluno que ocupa as cadeiras das faculdades de economia acaba tendo algum contado com algumas das idéias desse brilhante humanista. Mesmo que seus escritos políticos sejam pouco provavelmente visitados pelo referido público, este será seguramente introduzido aos elementos fundamentais da apreciação *schumpeteriana* sobre o crescimento econômico.

Nessa oportunidade, um aluno típico de economia será apresentado ao famoso “fluxo circular” descrito por Schumpeter. Ou seja, um momento caracterizado pela ausência de grandes inovações tecnológicas, persistente estagnação econômica e

margens de lucro comprimidas, cuja dinâmica muito se acerca à representação neoclássica do funcionamento “normal” de uma economia. Paralelamente, esses alunos serão provavelmente induzidos a refletir sobre as inovações de impacto sistêmico, definidas como capazes de romper o “fluxo circular” e inaugurar uma etapa pujante, onde avança a mono- ou oligopolização, enquanto as margens de lucro são recompostas.

É pouco provável que um aluno típico manifeste mais interesse pelo “fluxo circular” do que por essa fase subsequente, repleta de novidades. Contudo, é muito presumível que a atenção de seus professores, e o programa de (quase) todo seu curso de graduação, concentrem-se primordialmente nessa primeira etapa, já que ela muitas características compartilha com Modelo Geral Neoclássico.

Naquilo que diz respeito especificamente aos envolvidos com os estudos do desenvolvimento, ou com os estudos do progresso técnico, pode soar inaceitável a não integração da parte mais dinâmica da descrição *schumpeteriana* ao domínio da análise econômica mais freqüentemente ensinada nos cursos de graduação em economia. Para esses analistas, assim, não costuma fazer nenhum sentido que o programa da Teoria Neoclássica se ocupe exatamente de um construto típico ideal que raramente se aceraria da realidade observável. Tampouco faria sentido que os cursos típicos de graduação passem quase ao largo dos mais brilhantes *insights* desse austríaco, costumeiramente incluídos entre os mais ricos dentre os vastos escritos sobre o Desenvolvimento Econômico. Nas palavras simbólicas de Richard Nelson e Sidney Winter:

“O papel da competição parece melhor caracterizado nos termos *schumpeterianos* de vantagens competitivas ganhas mediante a inovação, ou mediante a adoção precoce de um produto ou processo, do que na linguagem de equilíbrio da teoria neoclássica.”
[Nelson e Winter, 1974: 888]

Em outro simbólico excerto, desta vez assinado por William Nordhaus e James Tobin, e citado por Richard Nelson e Limsu Kim, o mesmo posicionamento pode ser identificado, enxergando nos modelos neoclássicos de crescimento econômico uma ferramenta intelectualmente pobre quando contraposta à riqueza teórico-descritiva dos clássicos, especialmente Joseph Schumpeter:

“A teoria (neoclássica) oculta, seja em agregação ou na generalidade abstrata de modelos multi-setoriais, todo o drama dos eventos — a emergência e declínio dos produtos, tecnologias, e indústrias, e a transformação paralela das distribuições espaciais e ocupacionais da população. Muitos economistas estão de acordo com as linhas gerais da visão de Schumpeter sobre o desenvolvimento capitalista, que muito

se distancia dos modelos de crescimento feitos hoje em dia seja em Cambridge, MA ou em Cambridge, Inglaterra.” [Nordhaus, W.; Tobin, J. Is Growth Obsolete? In: Gordon, R. (ed.). *Economic Research: Retrospect and Prospect*, Economic Growth, National Bureau of Economic Research, New York, 1972, *apud*: Nelson e Winter, 1974: 889]

Esse descontentamento com os rumos da reflexão econômica ortodoxa é uma postura muito típica de pesquisadores ocupados da temática do crescimento econômico e do progresso técnico. Por isso, muitos destes estiveram envolvidos com um movimento revisionista que despontou no último terço do século passado, objetivando rediscutir os pressupostos teóricos da Teoria Neoclássica. Esse movimento acabou dando à luz aquilo que se convencionou chamar Nova Economia Institucional. Para os autores envolvidos com esse movimento, o método de investigação e exposição que tipifica a análise econômica dita *mainstream* não estaria em sua essência essencialmente equivocado. Entretanto, cumpria relaxar seus pressupostos, tidos como demasiado rígidos e até arbitrários. O modo de empreender os ajustes necessários perpassaria, assim,

“[...] uma abordagem ‘comportamental’ das firmas individuais. [Isto é:] A premissa ‘comportamental’ básica é de que a firma a qualquer momento opera largamente de acordo com regras de decisão que ligam o domínio dos estímulos ambientais a uma gama de respostas por parte das firmas. Enquanto a teoria neoclássica tentaria deduzir estas regras [...], a teoria ‘comportamental’ apenas as toma como dadas e observáveis” [Nelson e Winter, 1974: 891]

Trocando em miúdos, da ótica dessa crítica “comportamental”, a falha maior dos teóricos neoclássicos seria a opção deliberada pela dedução abstrata dos pressupostos sobre os quais se assentam seus modelos. Para esses autores, inversamente, seria preciso necessariamente descer ao terreno empírico de modo a capturar sob quais restrições operam efetivamente os agentes ao realizar suas escolhas. E é dessa preocupação empírica objetivando condenar pressupostos falseadores que emerge, portanto, sua ênfase nas peculiaridades da chamada “matriz institucional”. Ou seja, seu realce do conjunto amplo de instituições formais e informais que abraça os indivíduos durante suas diversas ações. Daí sua alcunha de “institucionalistas”, que doravante utilizaremos preferencialmente, deixando de lado o termo “comportamental”.

Naquilo que diz respeito ao individualismo metodológico, e ao pressuposto de que os agentes estão permanentemente envolvidos com a maximização de seu nível de

satisfação, o método proposto pelos “novos-institucionalistas” em nada se choca com a tradição metodológica neoclássica. Entretanto, sua preocupação em obviar generalizações a respeito do ambiente em que esse indivíduo atua os distancia dessa tradição, e os aproxima dos historiadores da economia e de outros cientistas sociais de diversas vertentes.

Com efeito, naquilo que concerne especificamente à discussão anteriormente visitada, — acerca de como o progresso técnico permite explicar o crescimento econômico numa economia capitalista —, os “novos-institucionalistas” não perseguirão, tal qual Romer, estabelecer uma conexão algébrica entre o “estado da técnica” e o nível de “capital acumulado”. Ao contrário, suas energias se voltarão para o estudo dos incentivos que os agentes operando em um dado país recebem para fomentar o “desenvolvimento da técnica”. Ou seja, sua ênfase recai nas diversas instituições potencialmente capazes de induzir o acúmulo de conhecimento, além de sua transformação em inovações proveitosas para o processo produtivo capitalista. Essas instituições, de seu prisma, seriam historicamente determinadas. Qualquer automatismo ou fatalismo com respeito à determinação do progresso técnico é por esses autores, portanto, enfaticamente condenada:

“[A uma coleção de autores em que me incluo, soa] muito enganosa a proposição de que a notável expansão das aptidões dessas economias tenha ocorrido mais ou menos automaticamente, como resultado das altas taxas de investimento desses países em capital físico e humano. Eles acreditam que o aprendizado, o espírito empreendedor e a inovação que ocorreram nessas economias são extremamente importantes em si, e que o entendimento de “como essas economias conseguiram fazer isso” constitui a chave para a percepção das políticas necessárias para realizar tais transformações.” [Kim e Winter, 2005: 13]

Conseqüentemente, os “institucionalistas” produzirão descrições tanto da feição atual das instituições relevantes de países selecionados, quanto de seu comportamento ao longo do tempo. Daí a alcunha de “evolucionistas” ou “evolucionários”, também usada para em referência a essa escola. Na próxima subseção retomaremos em maior detalhamento sua posição geral quanto aos determinantes do desenvolvimento, enfocando especificamente a dimensão tecnológica.

2.4.2) O Novo Institucionalismo, o “Sistema Nacional de Inovação” e a Passagem da Imitação à Inovação na Ásia:

A) Crescimento Econômico e Desenvolvimento na Perspectiva da Nova Economia Institucionalista.....	176
B) Richard Nelson, Sidney Winter, Linsu Kim, e a passagem da Imitação à Inovação.....	179

A) Crescimento Econômico e Desenvolvimento na Perspectiva da Nova Economia Institucionalista:

Na seção anterior, mencionamos que os autores identificados com a crítica “institucionalista” enxergam a evolução do “estado da técnica” em uma economia capitalista como uma variável subordinada ao quadro institucional nela imperante. Ou seja, um complexo conjunto de fatores, principalmente de ordem cultural ou jurídica, configuraria certa estrutura de punições e recompensas, específica a cada país, capaz de emular certos comportamentos e constranger outros. Desse modo, os indivíduos seriam levados, de acordo com o quadro institucional que os abraça, a adotar um ou outro posicionamento acerca de como alocar seu tempo, suas energias e seus recursos materiais. Nas palavras de Douglass North:

“As instituições consistem de regras formais (constituições, estatutos, os códigos civis, regulamentos) e constrangimentos informais (convenções, normas e códigos de conduta auto-impostos) e sua característica persuasiva. Esses constrangimentos definem (junto com os constrangimentos tipicamente presentes na análise econômica) as oportunidades distribuídas pela economia.” [North, 1995]

“As instituições formam a estrutura de incentivos da sociedade, e as instituições políticas e econômicas, em consequência, são os determinantes subterrâneos da performance econômica.” [North, 1994]

Com efeito, a capacidade de um país contar com permanente criação e difusão de inovações úteis à atividade capitalista seria, do ponto de vista especificamente institucionalista, estritamente decorrente da qualidade de seus marcos institucionais. Quais as instituições de fomento tecnológico ali presentes? Como exatamente funcionam? Quais os mecanismos de crédito? De que modo uma inovação ou invenção afeta a carreira de um cientista? É sobre perguntas correlatas a essas que se debruçará a análise institucionalista sobre a evolução daquilo que Solow definira como “estado da técnica”. E, no esforço de responder a tais questionamentos, o método investigativo pode ser tanto qualitativo quanto quantitativo. Ou seja, a análise institucionalista típica pode envolver seja uma explanação descritiva dessas instituições, ou um ferramental

estatístico pode ser utilizado para caracterizar os contrastes institucionais observados mundo afora.

Não custa frisar, a Nova Economia Institucional fecundou estudos que muito transcendem a temática da inovação tecnológica. Na realidade, os autores afinados a essa perspectiva estiveram associados a uma ampla gama de discussões envolvendo as assimetrias de performance econômica, desenvolvimento material e desenvolvimento humano dentre as várias nações. A questão tecnológica é, nesse contexto, apenas um aspecto dentre muitos outros potencialmente relevantes. Seu foco é costumeiramente apontado, pois, rumo a outras dimensões, tais como as posturas típicas quanto à educação, as normas de proteção à propriedade, as características do sistema político-eleitoral, etc.

Ao abordar esses temas em perspectiva diacrônica, um dos mais importantes conceitos a emergir é de “dependência da trajetória”. Trocando em miúdos: para os institucionalistas “[...] os modelos mentais compartilhados em T_2 são formados com base nos modelos mentais compartilhados em T_1 .” (North *et alli*, 2004). Em síntese, os institucionalistas logo se darão conta de que, uma vez que as explicações passam a atribuir protagonismo a um amplo espectro de elementos institucionais, muita energia também terá que ser despendida para compreender a dinâmica institucional. Ou seja, será preciso abordar os processos de transformação institucional, e, mais especificamente, a típica rigidez das instituições ao se transformar.

Essa interpretação “inercialista do quadro institucional foi fecunda naquilo que concerne à explicação do subdesenvolvimento das antigas regiões coloniais. Afinal, é natural intuirmos que as instituições forjadas sob jugo metropolitano para facilitar a drenagem do excedente colonial se revelassem resilientes, após a independência, às drásticas mudanças conjunturais enfrentadas por essas sociedades. Explicar-se-ia, pelo desajuste institucional decorrente, a manutenção da condição retardatária e subdesenvolvida de amplas regiões descolonizadas. E, inversamente, compreender-se-ia o progresso acelerado da América setentrional, uma vez que as colônias britânicas da América do Norte herdariam de sua metrópole, precisamente, a tradição institucional mais ajustada à emergente civilização industrial.

Outro tópico de grande relevo intelectual que se beneficiaria dessa perspectiva institucional “inercialista” seria a compreensão da letargia dos Impérios Chinês e Mogol durante ante o interregno de primazia ocidental. Afinal, mudanças conjunturais abruptas teriam ali topado com instituições muito bem sedimentadas. Essa perspectiva,

equivalentemente, traz boas sugestões à compreensão da re-emergência sino-indiana nesse novo século. Pois seria de se esperar que, após certo tempo, essas sociedades fossem finalmente capazes de reorientar suas instituições numa direção mais ajustada aos novos tempos.

Outra importante fronteira de pesquisa aberta pela Nova Economia Institucional foi, na medida do possível, propor um padrão de descrição ideologicamente despolarizada do acelerado progresso material de um conjunto de países do Extremo Oriente. Afinal, até percorremos apenas contribuições perfilhadas a um debate dual sobre o papel estatal nesses dinâmicos ciclos de acumulação. De um lado, os adeptos do livre-cambismo e da livre iniciativa. Em oposição a estes, os simpáticos ao intervencionismo. E a ótica institucionalista, ao contrário, admite leituras menos fundamentalistas das bases do crescimento oriental. Em que pese a predominância aqui de autores filosoficamente simpáticos às “economias de mercado”, seu arcabouço analítico admite sem dificuldades combinações de políticas de múltipla origem doutrinária. Esse seria, talvez, o principal aporte novo-institucionalista ao debate *mainstream* sobre desenvolvimento.

Essa leitura um tanto mais maleável, combinante o elogio à ênfase exportadora e à ação do Estado instigado as forças de mercado, transparece do subsequente excerto, de autoria de Dani Rodrik:

“[...] os “milagres” sul-coreano e taiwanês podem ser melhor compreendidos tendo seriamente em conta o que os dois governos pensavam e diziam que estavam fazendo, nominalmente coordenando e encorajando os investimentos privados (e públicos) com um levado grau de ligações com o setor moderno. Essas políticas foram grandemente recompensadoras por que elas ajudavam a remover as falhas de coordenação em economias onde o retorno latente dos investimentos já era alto. Uma população relativamente capacitada e educada era uma condição necessária. Assim também o foi uma distribuição relativamente igualitária de recursos, que conferiu ao poder político certo isolamento e o permitiu focalizar o crescimento econômico como uma crucial prioridade. As políticas orientadas para a exportação (e, dentre elas, principalmente a política cambial,) foram importantes uma vez que elas permitiram um duradouro crescimento na importação de bens de capital.” [Rodrik, 1994: 46]

Nos próximos parágrafos, visitaremos autores institucionalistas que se debruçaram especificamente sobre a dimensão tecnológica do dinamismo asiático.

B) Richard Nelson, Sidney Winter, Linsu Kim, e a passagem da Imitação à Inovação:

Em vista do projeto intelectual acima aludido, os estudos comparativos quanto ao quadro institucional que prevalece em cada país se converteram em um esforço tipicamente “novo-institucionalista”. Afinal, o contraste entre os parâmetros culturais, legais ou tributários vigentes em vários lugares é, muito seguramente, uma grande ferramenta para que sejam isolados os traços institucionais mais estimulantes naquilo que concerne ao avanço do “estado da técnica” e, conseqüentemente, à aceleração do crescimento econômico.

Nesse íterim, os “novos-institucionalistas” acabariam produzindo contribuições relevantes naquilo que diz respeito ao tópico especificamente abordado pela presente Tese de Doutorado. Afinal, já que a Ásia Oriental despontava como a região mais dinâmica da economia global exatamente quando emerge esse movimento revisionista, era mandatório que seus expoentes pusessem sob análise as instituições responsáveis pelo acelerado avanço do “estado da técnica” nesses prósperos países. Na presente seção percorreremos, assim, seu posicionamento sobre aquilo que diz respeito ao “salto” asiático, e, em particular, à acelerada industrialização sul-coreana.

Ao penetrar esses “casos de estudo”, como acabamos de sugerir, grande parte das energias dos autores institucionalistas foi canalizada ao acompanhamento da evolução histórica das instituições capazes de facilitar a absorção de tecnologias mais avançadas por parte desses países relativamente atrasados. Despontava, assim, a idéia de que bem-calibradas instituições teriam facilitado, nos primórdios do ciclo de crescimento industrial, a “imitação” de padrões tecnológicos mais avançados por parte das imaturas estruturas industriais sul-coreanas (ou taiwanesas, equivalentemente). No excerto abaixo, Linsu Kim esclarece sua acepção para o referido conceito de “imitação”.

“A imitação não significa necessariamente uma cópia ou um clone ilegal de produtos estrangeiros; ela pode também ser legal, não envolvendo violações de patentes ou pirataria de *know-how* registrado.” [Kim, 2005: 14]

Estamos aqui diante de uma tese muito simples e direta. O sucesso asiático decorria da permanente calibragem de seu quadro institucional, notadamente das instituições que interferem na disponibilidade interna de técnicas e invenções úteis ao processo produtivo. E, enquanto tal, o deslanche dos processos melhor sucedidos de

industrialização tardia teria envolvido suficiente habilidade em replicar, com posterior ajuste às circunstâncias internamente vigentes, os padrões tecnológicos vigentes no exterior. Com o tempo, contudo, a mera imitação seria crescentemente insuficiente para a manutenção do vigor do crescimento econômico. E, nesse momento, tais países teriam mantido seu dinamismo em função de sua revelada aptidão em evoluir para novos marcos institucionais, capazes doravante de incitar a realização interna de inovações.

Deve ser ressaltada, quanto a isso, a tonalidade “evolucionária” dessa hipótese. Pois, historicamente falando, a passagem dessa fase inaugural de “imitação” para uma segunda e definitiva a fase de “inovação” coincidiria, não ocasionalmente, com transição de um modelo de substituição de importações, ali perseguido até ao redor de 1960, para um novo modelo onde a expansão exportadora constituiria o núcleo do crescimento industrial. Na explicação de Linsu Kim, citando um relatório da *National Academy of Sciences* estadunidense:

“A principal estratégia de industrialização de muitos LDCs [, sigla em inglês para Países de Industrialização Tardia,] durante os primeiros anos do pós-guerra foi a substituição de importações; a produção doméstica sob a égide de altas tarifas e geralmente sob condições de monopólio, de bens anteriormente importados. No fim dos anos 60, a promoção de exportações como estratégia de desenvolvimento passou a conviver com a substituição de importações, se é que não a substituiu. Essa mudança ampliou o interesse em fortalecer as habilidades tecnológicas do empreendimento local — os exportadores devem vender a preços competitivos.”
[Kim, 1980: 257]

Outro excerto retirado de um trabalho da mesma autora reforça esse posicionamento:

“[A industrialização sul-coreana] [...] nas décadas de 1960 e 1970 originou-se em boa parte da imitação — isto é, da engenharia reversa de tecnologias estrangeiras já existentes. Quando produtos relativamente simples estão envolvidos (como era o caso na época), a engenharia reversa não requer investimentos especializados em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Dá-se apenas um baixo nível de aprendizado, pois as empresas não precisam gerar novos conhecimentos. No entanto, mesmo a engenharia reversa elementar raramente ocorre no vazio. Entre as atividades abrangidas pela engenharia reversa, incluem-se as que percebem as necessidades potenciais do mercado, as que localizam o conhecimento ou os produtos que podem satisfazer as

necessidades do mercado, e as atividades capazes de introduzir esses dois elementos em um novo projeto. A engenharia reversa também envolve a busca intencional de informações relevantes, interações eficazes entre os membros técnicos de uma equipe de projeto e os departamentos de *marketing* e de produção, além de interações eficazes com outras organizações, como fornecedores, clientes e — para produtos e tecnologias mais complexos — institutos de P&D e universidades locais. Tais atividades requerem uma disposição de assumir riscos e de aprender a partir da experiência. Um aprendizado abrangendo tentativas, erros e novas tentativas é o que geralmente se espera para a obtenção de um resultado satisfatório. [Kim 2005:14]”

Com efeito, Linsu Kim retira do termo “imitação” toda sua conotação pejorativa e o reinterpreta, lucidamente, como o núcleo de uma pragmática política industrial, cujo ajuste constituiria o cerne do sucesso industrial e exportador de um conjunto de países. E, naquilo que diz respeito ao padrão histórico desse processo de aprimoramento de ferramentas tecnológicas, Linsu Kim extrai da experiência sul-coreana uma tipologia presumivelmente aplicável a outros países de industrialização tardia.

Quanto a isto, o autor pontua que a primeira etapa desse processo teria consistido em um esforço de importação de tecnologias estrangeiras, que eram implantadas pioneiramente em indústrias específicas. Posteriormente a essa primeira fase, por ele denominada “implementação”, despontaria uma rápida onda de difusão inter-setorial das tecnologias importadas. Esse processo, por ele denominado “assimilação”, seria ainda sucedido por uma etapa final, na qual a capacidade de aprimorar as tecnologias estrangeiras seria finalmente conquistada. Daí adiante, abria-se espaço para que a produção industrial nacional rivalizasse, não apenas em preço, mas também em qualidade e sofisticação, com os competidores estrangeiros nos mercados internacionais. Na síntese da proposição tipológica desse autor:

“Em poucas palavras, parece que houve três salientes estágios de desenvolvimento de tecnologias industriais de eletrônicos na Coreia do Sul: implementação, assimilação e desenvolvimento [...]” [Linsu Kim, 1980: 258]

Essa visão abriria caminho, nitidamente, para a realização de incontáveis de “casos de estudo”, objetivando elucidar concretamente os mecanismos institucionais que anteparariam o modelar progresso tecnológico em curso nas empresas sul-coreanas (ou asiáticas, inclusive). Essa agenda de pesquisas segue muito popular hoje em dia, e

recebe constantemente bons aportes naquilo que diz respeito à fundamentação empírica dos conceitos institucionalistas.⁴⁶

Naquilo que concerne a esses estudos empíricos mais detalhistas poderíamos destacar algumas linhas específicas de investigação:

- i. O exame das políticas de estímulo tecnológico potencialmente presentes nos dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico — PQDEs — vivenciados pela Coreia do Sul entre os anos 1960 e 1990.
- ii. O debate sobre o papel dos institutos de pesquisa, especialmente em sua relação com os conglomerados industriais, os *chaebols*. Com respeito a esse tópico, cumpre examinar o papel de instituições como o KIST, que é o Instituto Coreano de Ciência e Tecnologia, e o KAIS, que é o Instituto Coreano de Ciências. Afinal, estas instituições promoveram treinamento orientado às necessidades industriais, fomentando a parceria entre as empresas e as universidades. Além disso, em 1974, é lançado o “Plano de Oito Anos para o Desenvolvimento da Indústria Eletrônica”, culminando com a criação, em 1976, do KIET (Instituto Coreano de Tecnologia Eletrônica). E, no ano de 1981, o KAIS e o KIST são unificados, buscando uma maior agilidade operacional. Com a fusão dos dois surge o renomado KAIST (Instituto Coreano de Ciência e Tecnologia), objetivando coordenar o esforço de capacitação tecnológica e promover cursos de formação de engenheiros e cientistas. Trata-se certamente de um conjunto institucional muito observado por tais autores.
- iii. O papel de eventuais restrições governamentais à participação de capital estrangeiro nas empresas coreanas. E, em face de tais restrições, as consequências práticas para a dinâmica empresarial local, potencialmente mais inclinada em enfatizar a aquisição de relativa autonomia tecnológica.

Outra preocupação freqüentemente associada ao Novo Institucionalismo é a natureza específica do sistema educacional existente no país. Em linhas gerais, temos uma hipótese também muito direta: melhores instituições educacionais significam maior disponibilidade de mão-de-obra qualificada, amparando e até suscitando os esforços de aquisição tecnológica acima aludidos. Na subseção abaixo nos concentraremos nesse tópico.

⁴⁶ No âmbito brasileiro, podemos destacar a contribuição de Maria Teresa Leme Fleury, do Departamento de Administração da FEA-USP. No livro “Aprendizagem e Inovação Organizacional”, ela compara empresas brasileiras, japonesas e sul-coreanas exatamente do aspecto aludido.

2.4.3) O Debate acerca do Salto Educacional Sul-coreano:

A) As Evidências Estatísticas do Salto Educacional Sul-Coreano.....	183
B) O Debate em Torno do Papel das Instituições Educacionais para o Desenvolvimento Material Sul-coreano.....	187

A) As Evidências Estatísticas do Salto Educacional Sul-coreano:

Nas últimas décadas, muito foi comentado no plano internacional sobre o acelerado avanço dos mais diversos indicadores educacionais sul-coreanos. Naquilo que concerne à referida melhoria, muitos destacam o zelo que o governo desse país teria historicamente manifestado ao tratar de suas instituições educacionais. E, com respeito a isso, argumenta-se que o país teria se beneficiado de uma relativa abundância de mão-de-obra treinada em relação aos demais países de análogo nível de renda média. Esse atributo, de um prisma especificamente institucionalista, teria contribuído significativamente para o progresso material do país, especialmente por ter facilitado os esforços das empresas com vistas ao domínio de pacotes tecnológicos mais avançados.

Nessa subseção, nosso intuito é percorrer alguns indicadores capazes de nos permitir um mais acurado dimensionamento desse comentado “salto educacional”. Começamos pela Tabela 2.4.3.A-1. Nela, é possível constatar que o acesso à educação foi ali ampliado antes mesmo do *boom* econômico, uma vez que, já nos anos 1960, a educação primária fora universalizada. Já a educação secundária tardaria mais a se tornar de acesso geral, o que somente ocorreria nos anos 1990. Quanto ao ensino superior, verifica-se uma grande aceleração no número de alunos matriculados já a partir dos anos 1980. Todos estes indicadores se refletem na média de anos de escolarização, que tem sido sempre crescente.

Outro indicador que salta aos olhos é a capacidade revelada pelo sistema educacional sul-coreano de permitir, progressivamente, que a grande maioria de seus alunos prossiga seus estudos até o nível superior: alguns autores inclusive identificam uma “sede” coreana por educação universitária. Note que, atualmente, 89,8% dos jovens que terminam ali o nível médio e 62,3% dos que se formam nas escolas médias vocacionais progridem para o ensino superior — aí contabilizados, também, os cursos superiores de curta duração —. A Tabela 2.4.3.A-1 fornece dados preciosos para a caracterização deste processo.

TABELA 2.4.3.A-1 – Indicadores Seleccionados sobre Educação, 1961-1993						
	1961	1966	1972	1981	1987	1993
Média de Anos de Estudo da População	- - -	5,0	6,1	7,8	9,0	10,1
Taxa (%) de Matrícula do Ensino Fundamental ^A	97	103	107	103	102	101
Taxa (%) de Matrícula no Ensino Médio ^A	30	36	49	59	65	99
Taxa de Matrícula no Ensino Superior ^B	54	57	65	192	305	355
A → Indica o percentual de alunos matriculados em relação à população na faixa etária adequada ao nível escolar. O resultado pode ser maior que 100% devido ao atraso escolar.						
B → Indica o número de matrículas por 10.000 habitantes						
Fonte: Banco Mundial. <i>Korea: Four Decades of Equitable Growth</i> . Washington, Case Studies in Scaling Up Poverty Reduction, 2004						

TABELA 2.4.3.A-2 – Taxas de Re-Matrícula ao Fim da Cada Nível, 1970-2004				
	Ensino Elementar (1º Ciclo)→ Ensino Elementar (2º Ciclo)	Ensino Elementar (2º Ciclo)→ Ensino Médio	Ensino Médio→ Universidade	Ensino Médio "Vocacional"→ Universidade
1970	66.1	70.1	40.2	9.5
1975	77.2	74.7	41.5	8.8
1980	95.8	84.5	34.0	10.1
1985	99.2	90.7	53.8	13.3
1990	99.8	95.7	47.2	8.3
1995	99.9	98.4	72.7	19.1
1996	99.9	98.9	77.8	21.9
1997	99.9	99.4	81.4	29.1
1998	99.9	99.4	83.8	35.6
1999	99.9	99.4	84.5	38.5
2000	99.9	99.5	83.9	41.9
2001	99.9	99.6	85.3	44.9
2002	99.9	99.6	87.0	49.8
2003	99.9	99.7	90.1	57.6
2004	99.9	99.7	89.8	62.3
Obs: Taxa de re-matrícula = [matrículas no ciclo seguinte / graduados no presente nível] x 100				
Obs2: "Universidade" inclui também os cursos superiores de curta duração				
Fonte: <i>Education in Korea</i> . Ministry of Education & Human Resources Development, Republic of Korea, p. 47.				

Além disto, a inclusão de mais e mais crianças ao sistema escolar sul-coreano também significou a edificação, pelo Estado, de uma melhor infra-estrutura educacional. A Tabela 2.4.3.A-3 traz alguns dados sobre o número de professores e instituições de ensino existentes na Coreia do Sul ao longo do tempo. Evidencia-se o forte acréscimo no número de instituições e professores lecionando em todos os níveis.

Conforme mais e mais jovens foram tendo a possibilidade de concluir a educação escolar, a aparentemente insaciável “sede” coreana por educação superior começou a se delinear. E ela aparentemente redundou, como já aludido, no brutal crescimento no número de universitários ali contabilizados. Caracterizou-se, então, uma trajetória fantástica de crescimento no número de alunos matriculados neste nível de ensino, em um processo que ainda hoje não emite sinais de arrefecimento.

TABELA 2.4.3.A-3 – A Evolução da Estrutura Educacional Sul-Coreana						
Expansão das Escolas Elementares do 1º Ciclo (1945-2003)						
	1945	1960	1970	1980	1990	2003
Instituições	2.834	4.496	5.961	6.487	6.335	5.464
Professores	19.792	61.605	101.095	119.064	136.800	154.077
Expansão das Escolas Elementares do 2º Ciclo (1945-2003)						
	1945	1960	1970	1980	1990	2003
Instituições	166	1.053	1.608	2.121	2.470	2.865
Professores	1.186	13.053	31.207	54.858	89.719	99.916
Expansão das Escolas Médias (1945-2003)						
	1945	1960	1970	1980	1990	2003
Instituições	307	640	889	1.353	1.683	2.095
Professores	1.720	9.627	19.854	50.948	92.683	116.292
Expansão da Educação Superior (1945-2003)						
	1945	1960	1970	1980	1990	2003
Instituições	19	85	232	357	556	1.421
Professores	1.490	3.808	10.435	20.900	41.920	63.823
Fonte: <i>Education in Korea: 2005~2006</i> . Ministry of Education & Human Resources Development, Republic of Korea, p. 16.						

O Gráfico 2.4.3.A-1, logo adiante, mostra a evolução do número absoluto de estudantes matriculados no nível superior desde o fim da II Guerra Mundial, deixando transparecer o caráter exponencial da elevação dessa estatística. Mas nem todos os dados a respeito do sistema educacional sul-coreano são tão favoráveis. Outra importante dimensão do sistema que deve ser avaliada é se este teria se revelado capaz de promover a incorporação das mulheres ao sistema de ensino. Aí está, digamos, o “calcanhar de Aquiles” da educação sul-coreana.

Cumprando quanto a isso notar que as mulheres, em se tratando de uma sociedade de tradição histórico-cultural confucionista, estiveram historicamente excluídas das atividades de cunho intelectual, sendo estas reservadas aos homens. Às mulheres cabia um papel, ainda que de enorme relevância social, muito mais restrito aos bastidores. Neste contexto, a incorporação feminina ao ensino superior do país ainda deixa muito a desejar. Mesmo assim, não se pode deixar de notar que sua participação nas matrículas

deste nível de ensino tem sido crescente. E deve-se ressaltar que, naquilo que concerne à educação de primeiro e segundo graus, o ritmo de inclusão das mulheres parece ter se equiparado ao dos homens — como evidenciam dos dados da Tabela 2.4.3.A-4, que denotam um relativo equilíbrio entre as participações de ambos os gêneros a partir dos anos 1990 —. Por isso, é razoável prever que a participação feminina continuará a se expandir nos próximos decênios, até que suas condições de acesso ao ensino superior se igualem às masculinas.

Gráfico 2.4.3.A.1:^{lx}

Evolução do Número de Estudantes do Ensino Superior na Coreia do Sul
1945-2003, Número Absoluto de Matrículas

TABELA 2.4.3.A-4 – O Ritmo de Incorporação das Mulheres ao Sistema de Ensino, 1961-1993

	1961	1966	1972	1981	1987	1993
Mulheres na Escola Primária (%)	45	46	48	48	48	48
Mulheres na Escola Secundária (%)	28	36	39	45	47	48
Mulheres no Escola Terciária (%)	19	25	25	24	27	31

Fonte: Banco Mundial. *Korea: Four Decades of Equitable Growth*. Washington, Case Studies in Scaling Up Poverty Reduction, 2004

Nas seções subseqüentes percorremos contribuições concernentes ao significado dessas animadoras estatísticas para a economia sul-coreana.

B) O Debate em Torno do Papel das Instituições Educacionais para o Desenvolvimento Material Sul-coreano:

Na Seção 2.4.1, especificamente ao longo da Subseção A, fizemos menção à linha de pesquisa iniciada por Robert Solow, buscando ferramentas analíticas para lidar com o dilema empírico de uma evolução mais acelerada, nos países capitalistas mais dinâmicos, dos indicadores de renda e produto frente ao ritmo de acúmulo de capital físico. Solow, por sua parte, propõe a estimação de uma variável **A**, responsável por capturar aquilo que ele define como “estado da técnica”. O capital, do ângulo por ele proposto, não explicaria senão uma pequena parcela do crescimento econômico.

Mas sua sugestão interpretativa inquietaria economistas de duas importantes correntes. Primeiro, os neoclássicos mais apegados à idéia de que o acúmulo de capital deveria ser, inclusive filosoficamente, o fundamento do diferencial de renda entre as nações. Segundo, outros neoclássicos de vários matizes, inclusive os ligados à Nova Economia Institucional, que denunciavam o tratamento exógeno do progresso tecnológico na proposição de Solow. Mencionamos, com respeito a esse tema, o estudo de Paul Romer buscando restabelecer um vínculo algébrico entre o investimento com vistas à inovação e o crescimento econômico. Também mencionamos, em seguida, que os autores da Nova Economia Institucional buscam anteparar em uma matriz de coerções e premiações o avanço do “estado da técnica”, que assim voltaria a dialogar com o *Homo economicus* maximizador da Teoria Neoclássica.

Outra possibilidade, essa particularmente explorada por esses autores mais apegados à tradição interpretativa neoclássica *pré-keynesiana*, filosoficamente mais liberal, é estudar o dispêndio educacional como um investimento capitalista qualquer. Desse prisma, o “capital humano” poderia representar mera transubstanciação do capital em sua forma abstrata. E, nesse contexto, a acelerada evolução dos indicadores educacionais asiático-orientais poderia cumprir papel empírico relevante à re-vinculação entre o nível de acumulação e o nível de crescimento. Um dos estudos que caminhou nesse sentido foi o de Nancy Birdsall (2009), que pontua:

“A educação, a forma mais facilmente mensurável de capital humano, é, como a terra e outras formas de riqueza, um ativo. Uma vez adquirido, ele não pode ser roubado ou vendido, e à medida que é acumulada, a proporção de outros ativos na riqueza total declina; se a educação é mais equitativamente distribuída que os demais ativos, a concentração do total de ativos decina.” [Birdsall, Nancy: 2009]

Ou seja, segundo a autora o estoque de pessoal educado poderia ser tratado econometricamente, de forma análoga ao estoque de qualquer outro tipo de ativo. E, nesse caso, haveria evidências de o acúmulo desse assim chamado “capital humano” seria fortemente correlacionado ao crescimento econômico, assim como sua mais justa distribuição estaria relacionada à maior dispersão na distribuição de renda. Acompanhando novamente nas palavras dessa autora:

“O acúmulo de [um estoque de pessoas submetidas ao processo de] educação, paralelamente ao acúmulo de capital, é bom para o crescimento.” [Birdsall, 2009]

E, nesse caso, a experiência histórica da Coreia do Sul seria enxergada como uma ajustadíssima fonte comprovação laboratorial. Afinal, seu histórico de investimentos no setor educacional dificilmente encontra rivais entre os países em desenvolvimento. E, paralelamente, seus recordes de crescimento econômico igualmente figuram entre os maiores do globo. Para além de uma discussão sobre a correlação entre o volume de investimentos educacionais e o ritmo do PIB, o caso sul-coreano fornecia também elementos empíricos capazes de alimentar as disputas teórico-engajadas acerca da composição do investimento em educação, e, especificamente, das conseqüências dessa composição em termos de crescimento. Quanto a isto, o argumento é bastante claro: sul-coreanos teriam investido maciçamente em educação básica, e legado a educação superior a um plano secundário. Os latino-americanos, ao contrário, teriam direcionado demasiadas energias ao ensino superior. A Tabela 2.3.4.A-5, mais adiante, traz dados costumeiramente utilizados para fundamentar tal hipótese.

Trocando em miúdos, quem levanta esse conjunto de estatísticas costuma se posicionar favoravelmente à redução dos gastos — ou pelo menos à redução relativa dos gastos — latino-americanos com educação superior. Ao mesmo tempo, as mesmas vozes costumam elogiar a suposta ênfase asiática numa educação básica universal. No âmbito dessa Tese de Doutorado, por uma questão de escopo, não tomaremos parte dessa discussão. Mas cabe registrar que ela é, sim, muito conflituosa. Há os que lançam dúvidas sobre as cifras acima, argumentando que é muito confuso organizar paralelos internacionais sobre o peso orçamentário do ensino superior. Gastos com hospitais universitários ou veterinário-universitários, e até com assistência social e previdenciária, podem ser ou não contabilizados como gastos em “ensino superior”. Além disso, esforços específicos de desenvolvimento científico e tecnológico podem estar efetivamente sendo subsidiados por orçamentos cuja rubrica é educacional. Em resumo,

muito movediço é o terreno empírico em que se assenta qualquer comparação internacional sobre a composição dos erários.

TABELA 2.3.4.A-5 – Percentual Gasto Público em Educação que é Gasto com Ensino Superior	
ÁSIA	
Malásia	17
Tailândia	17
Indonésia	18
República da Coreia	8
Média Simples da Ásia	15
AMÉRICA LATINA	
Argentina	17
Brasil	26
Chile	20
Colômbia	17
Costa Rica	31
República Dominicana	11
Equador	23
Honduras	20
México	14
Uruguai	25
Venezuela	35
Média Simples Latino-americana	22
Fonte: Nações Unidas (United Nations Development Programme). <i>Human Development Report</i> . New York: Oxford University Press, 1997.	

Para os propósitos expositivos aqui especificamente perseguidos, cumpre ainda registrar que essa visão elogiosa da composição do gasto público sul-coreano em educação não é unânime. Por exemplo, há uma volumosa bibliografia que lança dúvidas sobre a composição do gasto sul-coreano em educação média, denunciando ali um esforço demasiadamente voltado à criação de candidatos ao ensino superior, ao passo que a chamada educação “vocacional” era relativamente negligenciada. Uma análise que caminha nessa direção é a de Michael Seth (2002), para quem:

“As aspirações de milhões de famílias ricas e pobres por avançar na hierarquia social foi a força por detrás da notável expansão educacional da Coreia do Sul. Mas nem sempre esta a dirigiu na direção concebida pelo Estado. As escolas sul-coreanas forneceram uma força de trabalho crescentemente letrada, o que foi de enorme valor para o desenvolvimento econômico da nação. O Estado, contudo, teve dificuldade em compatibilizar as demanda por educação com as necessidades de uma economia em industrialização. Isso levou a um dos paradoxos do desenvolvimento educacional do

país: em uma nação lembrada por suas políticas econômicas bem-sucedidas [...], parece ter faltado ênfase na educação vocacional e técnica. [...] Isso não se deveu à manutenção de uma atitude de *laissez-faire* com respeito ao crescimento da educação formal; sucessivas administrações repetiram esforços para coordenar o desenvolvimento educacional e o planejamento econômico. Elas tiveram, contudo, apenas relativo sucesso porque as tentativas de encorajar a educação técnica e vocacional colidia com a percepção do público acerca do propósito e da natureza da educação.” [Seth, 2002: 110]

Esse argumento de Seth lança colateralmente luz sobre outra fecunda agenda de pesquisas sobre o dinamismo asiático: os estudos “culturalistas” de inspiração sociológica *weberiana*. Qual o impacto da tradição histórico-cultural confucionista no dia-a-dia dos povos do Extremo Oriente. Há razões para suspeitar que, como consequência hodierna de seu longo passado, persistiriam nessa região comportamentos ora funcionais à acumulação capitalista? Esse é o tópico a ser abordado na Seção 2.5, mais adiante.

2.4.4) Principais Questionamentos Suscitados:

No capítulo que ora concluímos, percorremos duas correntes revisionistas neoclássicas. Nosso foco foi direcionado aos autores da crítica Novo Institucionalista. Mas, ao abordá-los, mencionamos ocasionalmente autores que tomam parte de outra tentativa revisionista, ou seja, aqueles que buscam re-vincular crescimento e acumulação capitalista em seu sentido mais estrito. Poderíamos designar esse segundo movimento, aliás, como crítica das Expectativas Racionais, dada sua ênfase na ação de um indivíduo abstrato maximizador, como forma de restabelecer o vínculo endógeno entre acumulação e inovação técnica. Concluída a exposição, as considerações críticas que podem ser levantadas com respeito às referências abordadas nesse capítulo não distam sobremaneira das objeções que já direcionamos às correntes anteriormente visitadas. Ambos os grupos deixam de abordar, com sérias consequências para suas conclusões:

- i. O cenário externo que circunda o país. Uma vez que o sistema capitalista é historicamente caracterizado por intensos fluxos internacionais de comércio, capitais, idéias e técnicas, é quase sempre arbitrário tratar de nações como entidades autárquicas. Mas no caso coreano, em especial, essa omissão é particularmente absurda. Ora, a Península Coreana foi ocupada e governada pelo Japão por 35 anos, entre 1910 e 1945. Posteriormente, foi ocupada pelos EUA, e depois se envolveu em uma nova guerra internacional apenas terminada em 1953. Posteriormente a isso,

continua até nossos dias guarnecida por imenso contingente de soldados americanos. Há uma colossal base americana quase ao centro de Seul, ao redor da qual orbita imensa comunidade expatriada. As escolhas políticas e econômicas peninsulares são, por definição, assuntos de interesse internacional: russos, chineses e, particularmente, os norte-americanos estão sempre envolvidos com os assuntos sul-coreanos. Mais do que um mero equívoco analítico, a tradição de abordar a Coreia do Sul omitindo a dimensão externa suscita, em si, a elaboração de uma Tese de Doutorado apenas para explicar-nos por que tal escolha mistificadora é tão costumeiramente repetida.

ii. As tensões político-distributivas internas. Essa é a segunda opção analítica arbitrária reiterada por todos os autores em questão. Ora, gastar mais ou menos com ciência e tecnologia, para além de uma questão de “*path-dependence*” ou de uma escolha técnica a ser orientada econometricamente, é uma questão político-distributiva. Com o que se gastará se a opção for gastar menos com ensino superior? Inversamente, que rubrica será contingenciada se a opção for por maiores gastos com C&T?

iii. E, ainda, quem se beneficiará e quem sairá perdendo com tais escolhas? O que perdedores e ganhadores estão dispostos a fazer a respeito? Essas relevantes questões, simplesmente, não podem ser respondidas com o ferramental analítico neoclássico: nem no âmbito da crítica Novo Institucionalista nem no das Expectativas Racionais.

Como já antecipado, na seção subsequente nos ocuparemos dos autores ligados à apreciação *neo-weberiana* do salto industrial sul-coreano.

2.5 - O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Sociologia Weberiana

2.5.1) Max Weber e a Ética Confucionista.....	195
2.5.2) Evidências Etno-descritivas do Padrão Moral dos <i>Literati</i> durante a Dinastia Yi (1392-1910).....	205
2.5.3) Tu Wei Ming e a Nova Ética Confucionista.....	209
2.5.4) Principais Questionamentos Suscitados.....	224

Ao manusearmos um livro história coreana para o ensino fundamental, daqueles distribuídos pelo governo sul-coreano ao sistema público de ensino, é inevitável enxergar sua conturbada história moderna como apenas mais um capítulo e, quiçá, nem mesmo um capítulo central, em uma longa trajetória que remonta a tempos quase imemoriais. Qual o peso desse longo passado no moderno cotidiano de cidades como Seul e Pusan? Que interferências essa dinâmica impõe ao comportamento típico dos hodiernos sul-coreanos? É sobre tais perguntas que nos debruçaremos ao longo do presente capítulo.

Pouquíssimos grupamentos humanos, dentre aqueles atualmente existentes, comungam de um passado étnico relativamente contínuo desde tempos tão remotos quanto aqueles ao qual se estendem as origens povo coreano: provavelmente meados do terceiro milênio antes de Cristo. O povo dessa península se destaca, neste contexto, pela sua homogeneidade. Ali, etnicidade e nacionalidade coincidem (Cumings, 1997: 25). Parece extremamente recomendável, então, compreender a modernização coreana no contexto da crise desta antiga sociedade. Retomemos alguns marcos gerais dessa longa história social.

Entre 1392 e 1910, o país foi governado por uma única dinastia, os *Yi*, em um período marcado pela existência, ali, de uma sociedade profundamente interpenetrada por valores confucionistas. No topo da pirâmide social figuravam, então, mandarins ao estilo chinês, chamados na Coréia de *yang-ban*. Para reafirmar sua posição social, um filho da *yang-ban* precisava receber uma educação longa e dispendiosa, que permitiria que obtivesse sucesso nos exames para o serviço civil do reino. Convém ressaltar que o candidato precisava ser versado na doutrina de Confúcio e de seus discípulos, pois estes constituíam o âmago do programa exigido. Uma vez aprovado neste exame, de natureza humanística e literária, o indivíduo estava apto a ser indicado pelo governo central a um cargo público, tipicamente em algum lugarejo no interior.

Vários exames existentes davam direito a vários graus, de sua complexidade dependendo, em tese, a proeminência do cargo. Para evitar a incrustação de nichos

locais de poder, a monarquia promovia um rodízio sistemático dos mandarins pelo país. Cada cargo tinha um mandato curto e fixo e, expirado este, o mandarim era indicado para o serviço em outro lugar. Ele era o grande chefe local: zelava pela ordem, punia e premiava, coletava impostos, organizava a produção, empreendia obras públicas, etc. Sua autoridade estava subordinada somente a seus superiores hierárquicos e ao Rei, do qual era o grande instrumento de poder. O país era dominado, portanto, pelo que se poderia chamar de burocracia agrária, pois havia todo um intrincado sistema burocrático-estatal, mas este repousava sobre uma base unicamente agrícola (Cumings, 1997: 72-73).

Abaixo do funcionalismo ocupado pelos *yang-ban* figuravam, em ordem decrescente na escala de prestígio ocupacional, os sábios. Essa categoria englobava os elementos da classe letrada e titulada que, por opção deliberada ou por força das circunstâncias, não estava diretamente engajada no serviço público. Eram principalmente professores, mas a categoria comportava, também, aqueles que direcionassem a vida unicamente ao cultivo das virtudes intelectuais. Eram os *sonbi*, em coreano: letrados que recusavam todos os títulos e signos de poder para uma vida de estudo e ensino, preferencialmente adotando uma rotina frugal nas montanhas, encarnando o mais virtuoso comportamento na escala tradicional de valores da antiga Coréia (Keum, 2000: 53-62). Abaixo deles, nessa escala de prestígio, figuravam os fazendeiros, os artesãos e, ainda mais abaixo, os comerciantes. Com efeito, no fim do século XIX, a Coréia não possuía grandes cidades comerciais e nenhuma classe comercial merecedora de tal nome — na verdade, possuía o comércio mais incipiente de toda a Ásia Oriental —. Apenas a classe escrava ostentava menor prestígio que a dos comerciantes.

Compartilhando o povo dessa península essa riquíssima história, que ora já compreende ao menos 40 séculos, soa absolutamente razoável considerar que muitas das características gerais de seu padrão típico de sociabilidade haviam já sido bem sedimentados muito antes do processo de modernização econômica e social ocorrido durante o século XX. E, se assim for, estaríamos diante de um campo de investigações tipicamente *weberiano*: qual o peso da tradição cultural no comportamento humano?

É no mínimo irônico, do prisma da teoria *weberinana*, que a presente Tese de Doutorado aborde a Coréia do Sul como um modelo. Pois, no contexto da produção de Max Weber, a Ásia Oriental representou precisamente um contramodelo expositivo. Isto é, desempenhou o papel de contraprova em relação à vinculação por ele proposta entre o padrão moral de certas linhagens protestantes e, no contexto dos EUA dos

séculos XVIII e XIX, a configuração de acelerada acumulação de capital. A China descrita por Max Weber era, nesse diálogo, um bastião de princípios de origem confucionista que, em seu sentido geral, praticamente aniquilavam qualquer possibilidade de germinação endógena do capitalismo. E, a despeito de a Coreia não ser alvo de quaisquer comentários *weberianos*, há sólida fundamentação histórica para afirmar que, como satélite modelo da China Ming, o confucionismo nessa península era ainda mais observado que na China.

Contudo, o acelerado progresso material das nações da Ásia Confucionista ensejou novas ponderações a respeito do significado específico da herança confucionista para essa região. Afinal, depois de incontáveis contingências históricas — como as Revoluções Republicana e Comunista na China, as Invasões Japonesas da Coreia, Taiwan e Manchúria, a propagação do comunismo no Vietnã e na Península Coreana, a Bipartição Coreana, e as Guerras de Independência do Vietnã — era possível argumentar que uma nova ética confucionista havia emergido, simultaneamente à difusão do capitalismo naquelas longitudes. E, assim, podíamos estar diante de novos padrões morais que, ainda que afilhados ao velho confucionismo, traziam doravante à baila elementos extremamente funcionais à acumulação.

Nessa seção, em face de tudo isso, organizaremos nosso raciocínio da seguinte maneira. Primeiramente, ao longo da Subseção 2.5.1, abordaremos as ideias contidas nos escritos de Max Weber sobre a Ásia, isto é, em seu ensaio clássico sobre o confucionismo e o taoísmo. Já na Subseção 2.5.2, logo após, percorreremos os diários de viagem de alguns dos viajantes estrangeiros que aportaram na península entre os séculos XVII e XIX, em busca de referências empíricas que dêem conta de existência, também na Coreia, da postura anticapitalista que Weber destacara. Adiante, na Subseção 2.5.3, percorreremos a contribuição de alguns autores perfilhados àquilo de se convencionou chamar de Escola da Nova Ética Confucionista, liderada pelo Prof. Tu Wei Ming. Trata-se de uma linha de interpretação *weberiana* revisionista, que almeja rediscutir o significado pró-capitalista hodierno da tradição confucionista. Por fim, na Subseção 2.5.4, faremos nossos usuais questionamentos.

2.5.1) Max Weber e a Ética Confucionista:

A) Subsídios Históricos para um Maior Aprofundamento de uma Discussão Culturalista sobre a Coréia.....	195
B) Max Weber e o lado anti-capitalista da “Religião da China”.....	199

A) Subsídios Históricos para um Maior Aprofundamento de uma Discussão Culturalista sobre a Coréia:

A história do povo coreano, que hoje ocupa dois países distintos (a República da Coréia e a República Popular Democrática da Coréia) soma, como já mencionado, mais de quatro milênios. Por volta de 800 a.C. teriam surgido as primeiras comunidades típicas da Idade do Bronze na península. Há evidências da formação, durante este período, de diversas cidades-Estado defendidas por muralhas na região das atuais cidades de Seul, Ulsan, Pusan e Pyongyang, assim como na Ilha de Tsushima, próxima ao litoral do Japão.

Acredita-se que próximo ao século IV a.C. o Reino de Ko Choson, um dos Estados nascidos durante o período acima citado, próximo a Pyongyang, teria se tornado cada vez mais poderoso, tendo chegado a controlar toda a região norte da península, incluindo o Liao chinês e boa parte da Manchúria. Mas eclodiriam, paralelamente, guerras entre os vários feudos chineses, devido ao declínio da dinastia Chou (1027-403 a.C), que abria uma era de competição por seus antigos domínios. Este processo acaba provocando conflitos entre chineses e coreanos pelo domínio do norte da península, o que teria enfraquecido o Reino de Ko Choson.⁴⁷

A partir deste período, tem início o processo de formação das bases do que seria o período clássico dos Três Reinos (57 a.C- 668 d.C): Koguryo, Paekche e Shilla. Após sua consolidação espacial, estabiliza-se temporariamente a fronteira sino-coreana em uma região um tanto mais ao norte daquela hodiernamente existente. E, de acordo com evidências, a formação político-social desses três reinos teria sido, desde sua gênese, fortemente inspirada pela cultura chinesa, sendo neste período que o pensamento de Confúcio teria pela primeira vez se difundido entre as elites políticas locais.

A Confúcio, letrado, legislador e filósofo chinês que teria vivido entre 551 e 479 a.C., é atribuído um verdadeiro código de princípios morais e éticos, cujo sentido geral teria orientado as práticas de dominação que tipificariam a duradoura autocracia chinesa. Paralelamente, Confúcio foi patrono de um corpo doutrinário que determinava certo padrão de integração cultural entre o povo chinês e seus governantes. Pois ele

⁴⁷ O termo “Ko” antes de *Choson* nada mais significa que “Antigo”.

preconizava, essencialmente, o uso do conhecimento como uma “ciência de bem governar o povo”.

No período da dinastia Chin na China (328-206 a.C.), a disseminação de suas ideias ocorre em paralelo ao deslocamento político da aristocracia rural por uma burocracia centralizada, recrutada mediante a realização de exames de aptidão. Esse padrão de seleção de servidores culminaria com a sedimentação, como âmago da tradição intelectual da burocracia imperial chinesa, de um conjunto confucionista de princípios morais e legais que orientavam a rígida dominação das populações locais pelas elites burocráticas imperiais. Tais princípios atravessariam então o Rio Yalu e, com isso, acabariam por influenciar de modo extremamente marcante a formação política dos três reinos clássicos coreanos.

Apesar da disseminação das ideias confucionistas na Península Coreana, a religião budista se expandiria ali velozmente naquele período, e acabaria abraçada por todos os três reinos. Ela se torna a religião oficial em Koguryo (em 372), em Paekche (em 384) e em Shilla (em 528). É assim possível afirmar que, àquela altura, disputavam proeminência em todo o espaço peninsular os ideários budista e confucionista. Com efeito, os modelos de organização político-administrativa dos três reinos poderiam ser descritos como, a rigor, um amálgama incorporando elementos dessas duas doutrinas.

Evidências indicam que a tentativa de Koguryo de transferir sua capital da região da Manchúria para a cidade de Pyongyang teria dado início a uma série de longas guerras, na qual cada um dos três reinos tentava estabelecer o controle total sobre a península. Apesar da maior força do Reino de Koguryo, este teria que enfrentar as tentativas de expansão chinesa pelo norte simultaneamente aos conflitos com os outros dois reinos peninsulares. Mas Koguryo logra a proeza de derrotar os chineses, fato que acaba por precipitar ao fim do período Sui (581-617), e explica a persistência da dinastia Tang (624-907) em obter um revide.

É neste período que, pela primeira vez, a região testemunha um conflito de proporções internacionais, uma situação que se tornaria recorrente em sua história. O Reino Paekche se alia aos turco-otomanos (rivais do império Sui), Koguryo se alia aos povos We (do Japão), e ambos lutam unidos contra o Reino de Shilla, que se aliara ao Império Sui (China). As tropas de Shilla e da China acabam derrotadas, mas a ascensão dos Tang leva à reunificação do Império Chinês e ao fortalecimento do mesmo. A China termina por derrotar os turcos, os hindus, os mongóis, os tibetanos, o Reino de Paekche (ano de 660) e o Reino de Koguryo (em 668), em aliança com o Reino de Shilla.

A intenção do Reino de Shilla de unificar a península sob seu domínio não se verifica de imediato, pois a China decide ocupar Koguryo e Paekche, iniciando um conflito com Shilla. Porém, após várias heroicas e inesperadas vitórias dessa última, os chineses acabam por ceder negociando a cessão mútua de territórios. O reino peninsular acaba abrindo mão da Manchúria, e, finalmente, a península coreana unificada ostentaria suas atuais fronteiras. E ela assim permanece até 935, em um período caracterizado por grande florescimento econômico e cultural. Porém, a intenção de setores da elite de construir um estado budista ideal acaba acarretando grande fragmentação política e territorial, em meio à qual desponta um novo reino (Koryo, 918-1392), cujo emergente poder promove a re-sedimentação da unidade peninsular.

Durante esse novo período, o governo adota medidas de inspiração confucionista com vistas ao fortalecimento dos laços entre o povo e a população. Entre estas figuram o fim da escravidão por dívidas (ano 956) e medidas para racionalizar o funcionamento da máquina administrativa, como os exames competitivos para o acesso aos cargos governamentais. Estas mudanças, porém, despertariam significativas reações. Primeiro, por parte de membros das forças armadas, descontentes com o fato de que os herdeiros das elites letradas acabavam tendo mais chances de sucesso nos exames. Segundo, por parte de grupos budistas, que viam com maus olhos o aumento do poder de uma elite defensora de princípios confucionistas. Mas acabaria prevalecendo a capacidade de Koryo estender seu poder sobre a península.

Contudo, com a penetração mongol em diversas regiões da China (século XIII), aumentaria a instabilidade na fronteira norte do país, e acabam ocorrendo invasões. Em uma delas, em 1232, a corte inteira acaba tendo que fugir para a Ilha Kanghwado. Essa era de agressões esporádicas só terminaria com o início da dinastia Ming (1368-1662), durante a qual Koryo acaba conseguindo reverter a penetração dos mongóis, restabelecendo seu domínio sobre o norte. Apesar disto, surgem logo adiante novos focos internos de instabilidade. Nesse contexto, o Rei Kongmin, ou *Kongminwang* em coreano, cuja ascensão ao poder se dá em 1351, afasta todas as lideranças que houvessem apoiado os invasores mongóis. Estes investem contra o governo, mas sem sucesso. Logo adiante, contudo, uma tentativa de reforma agrária é frustrada, gerando novas resistências no interior do Estado. E, paralelamente a isto, aumentam as divergências entre os estudiosos confucionistas e budistas. Como se não bastasse, piratas japoneses começam a penetrar no sul da península, evidenciando o definitivo enfraquecimento do Reino Koryo.

É neste clima de instabilidade que o general Yi Song-gye, líder da repressão aos japoneses no sul e que defensor um Estado de inspiração neoconfucionista, resolve atacar o governo. Começa, então, uma nova fase na história da Coreia, denominada de Choson Moderno (1392-1910), em alusão à grandeza do antigo período Ko Choson. É neste período que são fincados muitos dos alicerces da Coreia moderna. Os dois séculos iniciais dessa era são caracterizados por uma grande rigidez da pirâmide social, mediante o controle, pelas elites, do sistema de exames para a promoção de militares e funcionários. Ocorrem, apesar disto, diversos avanços científicos, como a criação do sistema alfabético *han-gul*, em 1446, fundamental elemento de identidade nacional do povo coreano. Outro processo marcante que paralelamente ocorre é decadência do budismo. Já a estrutura social, com baixíssima mobilidade, foi acompanhada de grande aumento da concentração fundiária, além do retorno de formas compulsórias de trabalho.

Em 1592, a Coreia seria novamente alvo de uma disputa que envolvia os interesses de seus vizinhos. Depois da recusa coreana em ceder passagem para que as tropas do Japão governado por Hideoshi Toyotomi (1537-1598) conquistassem uma parte do Império Ming, o Japão envia um exército de 150.000 homens para invadir a Coreia. Acaba, porém, derrotado devido à reação dos chineses e dos coreanos. Os altos custos da guerra levariam ao colapso da dinastia Ming na China, e ao conseqüente aumento da penetração estrangeira na China, fenômeno que duraria até 1949, com a Revolução Socialista. Já para o Japão, a derrota militar seria seguida por um período de isolamento representado pelo Shogunato Tokugawa (1603-1868), e pelo adiamanto temporário do projeto expansionista no Pacífico. Para os coreanos, a seu turno, a guerra provocaria forte enfraquecimento econômico do país, que doravante se retrai e encapsula.

Com a fraqueza da dinastia Ming na China, os manchus começam a penetrar o Império Chinês. Também começam a desrespeitar a fronteira norte da Coreia. Em 1627, os manchus cruzam o rio Yalu, e a corte foge novamente para a Ilha de Kanghwado, para onde fogem também muitos membros da alta administração Ming. Em 1627, pouco antes dos manchus estabelecerem seu domínio total sobre a China, marcando o início da dinastia Ching (1612-1912), o rei coreano é obrigado a subscrever uma condição formal de vassalagem em relação à Manchúria, condição essa que perduraria até os últimos momentos do Choson Moderno.

Como consequência de todos esses choques com os vizinhos, o governo patrocina um longo período de isolamento radical em relação ao mundo exterior. Este posicionamento dura até 1866, quando, após a morte de missionários católicos que

pregavam a religião cristã na Coreia, e a subsequente proibição do culto a esta religião no país, uma frota francesa invade a península. A invasão é contida e os franceses acabam derrotados. Mas o processo de abertura e modernização da Coreia já não era mais reversível. Em algumas décadas, esfacela-se sua milenar monarquia, o país é anexado ao Japão, e transcorrem alguns dos episódios mais sangrentos da História Moderna — especialmente no período entre a anexação colonial, em 1910, até o desfecho da Guerra da Coreia, em 1953, ao fim da qual a unidade peninsular seria novamente sacrificada —.

Para os propósitos expositivos dessa Tese, o que mais nos importa reter dessa subseção é que o confucionismo foi parte presente das principais instituições coreanas durante muitos séculos. Esse dado histórico incontestável suscitaria a hipótese, desenvolvida por um conjunto de autores *neo-weberianos*, de que a influência desse ideário perduraria mesmo na afluyente sociedade coreana de nossos dias, sendo muito extensos seus desdobramentos para a maneira tipicamente coreana de enxergar as coisas. Para esses autores, o confucionismo teria representado, ali, verdadeiro alicerce sobre o qual teria sido assentado todo tipo de filosofia estrangeira: o budismo indiano, o cristianismo e o materialismo utilitarista trazido do ocidente. Cada um destes teria sido acomodado, a seu modo singular, sobre uma base cultural pré-existente, cujos alicerces estavam de antemão impregnados pelo pensamento de Confúcio.

B) Max Weber, a “Religião da China” e o caráter anti-capitalista do confucionismo:

Em 1913, Weber redigiu o primeiro rascunho de *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen: Der Konfuzianismus* — ou, em português, “A Ética Econômica das Religiões Mundiais: o Confucionismo” —. Publicado em 1915, esse rascunho consiste apenas na segunda parte daquilo que é hodiernamente referido como, em inglês, *The Religion of China: Confucianism and Taoism*. É nesse rascunho que Max Weber desenvolve seus famosos comentários acerca das contrastantes conseqüências para a dinâmica capitalista das éticas protestante e confucionista, respectivamente, no Ocidente e na Ásia Oriental. Em 1919, quando Weber re-formatava esse ensaio, junto outros sobre as religiões do mundo, para a posterior inclusão no volume completo sobre a ética econômica das religiões, acabou por incluir aquilo que é hoje conhecido como a primeira parte de *The Religion of China*. Nesse texto, Weber faz uma ampla leitura dos aspectos

institucionais da sociedade chinesa, perpassando a estrutura do organismo estatal, e as dinâmicas mercantil e de parentesco nas pequenas comunidades.

Tomando o projeto intelectual de Max Weber desde uma perspectiva mais abrangente, a motivação de seus estudos sobre a ética confucionista parece decorrer da pertinência de uma contra-evidência para a interpretação que ele sugeria sobre a ética protestante. Como sabemos, Weber argumentava que certa leitura dogmático-teológica que insurge em algumas seitas cristãs após o cisma protestante teria facilitado, sobremaneira, a consolidação de um clima favorável à acumulação nos Estados Unidos, permitindo ali a instauração e consolidação de uma atmosfera capitalista-burguesa. Inversamente, pode ser argumentado, outras concepções espiritual-filosóficas poderiam desencadear consequências opostas, obstruindo esse primeiro impulso aquisitivo, e dificultando a consolidação desse clima favorável ao deslanche do capitalismo. É com vistas a esse confronto empírico que o confucionismo é estudado por Weber.

Cumprir notar, quanto a isso, que Weber não enxergava nenhuma incompatibilidade permanente entre o conjunto doutrinário confucionista e a dinâmica capitalista. Ele apenas ressaltava, porém, a aridez de uma sociedade com tais características naquilo que concerne à germinação de comportamentos e à criação de instituições que estariam, para ele, na origem do surgimento do capitalismo no Ocidente. Nas palavras do próprio Weber:

“Os chineses com toda probabilidade seriam capazes, provavelmente mais capazes que os japoneses, de assimilar o capitalismo [...]. Obviamente não é uma questão de julgarmos que os chineses estão “naturalmente despreparados” para as demandas do capitalismo. Mas, em comparação com o Ocidente, as pré-condições que externamente favoreceram a origem do capitalismo na China não foram suficientes para criá-lo.”
[Weber, 1951: 248]

Retomemos, então, o processo de transmissão dos princípios confucionistas para o conjunto da sociedade chinesa tradicional. E examinemos, nessa oportunidade, algumas das características gerais desse conjunto doutrinário. Confúcio, — ou Mestre Kong, já que Kong era seu sobrenome —, viveu entre 551 e 479 a.C., período conturbado da história chinesa conhecido como “Época Primavera-Outono”. Este momento precede a “Época dos Estados Combatentes”, após a qual se daria finalmente a unificação territorial e a formação do Estado Imperial Chinês.

A época em que Confúcio viveu foi marcada por choques entre os diversos Estados existentes na região onde hoje se ergue a China. Nesse clima de grandes tensões e constantes atritos, ele enxergou a necessidade de reunir princípios que orientassem a

edificação de uma ordem social mais estável. E, para tal, buscou inspiração em um acervo cultural ainda mais antigo: o “Livro das Mutações (ou *I-Ching*)”; o *Livro dos Cantares*; os ritos; as escrituras; as músicas; e os *Anais Primavera-Outono*. Como nos explica Guerra (1984), o pensamento confucionista está reunido em quatro obras: os *Analectos*, *A Grande Escola*, *Harmonia Perfeita* e *Piedade Filial*. Em seu conjunto, essas obras acabaram sendo apropriadas como uma sorte de doutrina oficial pelo Estado chinês, sendo transmitidas ao estrato dos “letrados” como um código moral orientado ao exercício da vida cotidiana:

“*Os Quatro Livros* teve uma sorte que jamais teve outro livro neste mundo: acabou por ser a cartilha ou catecismo das escolas primárias em todo o Império (até o advento da república e dos programas escolares ocidentais). Durante o primeiro ano, o professor lia vários textos cada dia, enquanto as crianças iam seguindo, com seus livros abertos, os respectivos caracteres. O professor lia e relia, até os pequenos gravarem na memória. E, no dia seguinte, eles tinham que dar conta da lição, repetindo tudo de cor. Avançando dia a dia, no fim do ano, os alunos sabiam os *Quatro Livros* de cor.” [Guerra, 1984: 14, *apud* Chia, 1999: 16]

Deste modo, tendo sido por séculos peça fundamental no molde educacional das elites chinesas, o pensamento de Confúcio acabou se convertendo na base da formação de uma moral tipicamente plutocrático-chinesa — e, em processo análogo transmissão, vietnamita e coreana —, ressaltando valores como a moderação, a disciplina, a concentração, o auto-cultivo, o profundo respeito dos jovens aos mais velhos, a densa observação dos ritos e hierarquias, entre outras características comportamentais apontadas comumente no Ocidente como “tipicamente orientais”.

Como referencial dos elementos distintivos dessa tradição comportamental, nenhum livro é mais esclarecedor que *Os Analectos*. Como observa Chia (1999), as espirituosas máximas ali contidas foram, dentre toda a produção que registra o pensamento confucionista, a parcela mais acessível aos chineses comuns. Pois suas asserções curtas e de significado ora perturbador se converteram em uma espécie de acervo oral comum dentre virtualmente todos os chineses:

“*Analectos* (também chamado Diálogos) é o livro mais famoso entre os clássicos confucionistas, pois é o livro que esteve mais próximo do povo chinês: as famosas sentenças do Mestre registradas nos *Analectos*, geralmente as mais curtas, estiveram sempre nas bocas dos chineses”. [Chia, 1999: 18]

Assim, para além de ter servido aos letrados como texto-cartilha utilizado quando da alfabetização, a condensação do pensamento confucionista na forma de máximas garantiu uma circulação muito ampla das premissas desse conjunto ético-filosófico, inspirando mesmo o comportamento dos estratos analfabetos subalternizados. Naturalmente, é possível sim afirmar que os estratos letrados teriam sido particularmente inspirados pelo confucionismo. Mas seria arbitrário afirmar que somente eles reincidem em comportamentos compatíveis com tal orientação filosófico-moral. Pois as máximas teriam, seguramente, cumprido o papel de abrir o acervo confucionista aos demais estratos chineses, inculcando também entre eles certo padrão de pensar e agir.

Outra projeção de primeira ordem do ideário confucionista no cotidiano chinês diz respeito, simultaneamente, ao formato do Estado e ao molde de estratificação social na China Imperial. Examinemos esses dois pontos. Primeiramente, a característica distintiva clássica do antigo Estado chinês é a milenar instituição da realização periódica de exames para o recrutamento de funcionários para os altos postos do serviço civil. Ou seja, o corpo de funcionários desse organismo estatal era tipicamente recrutado mediante a realização de um exame minimamente competitivo, auferindo o domínio do candidato em um acervo bibliográfico-cultural comum.

Com efeito, o corpo de funcionários público-civis chineses constituía, na terminologia tipicamente *weberiana*, uma verdadeira “burocracia”. A posição social dos mandarins, como tais funcionários costumam ser referidos, era assim legitimada pela aprovação em um conjunto de exames orais e dissertativos, cujo programa normalmente enfatizava, para além das habilidades literárias e artístico-literárias do candidato, grande conhecimento sobre o acervo bibliográfico confucionista e neoconfucionista. O pensamento de Confúcio, nesse contexto, cumpria o papel de uma ortodoxia, à qual os funcionários chineses eram intimamente apegados.

Já quanto ao segundo ponto mencionado, sobre o sistema chinês de estratificação, temos que o sucesso nos exames para o serviço civil cumpria na China aquilo que, em linguagem *weberiana*, poderíamos denominar como “rito de confirmação estamental”. Nesse contexto, a dominação social seria exercida por um chefe local em nome do Império. E o fundamento legitimador do exercício desse poder seria a posse de um arcabouço cultural privilegiado, e não o nascimento em uma família privilegiada, ainda que estas duas coisas venham a estar obviamente relacionadas. Pois a riqueza garantia ao candidato a possibilidade de adquirir uma vasta cultura, abria a ele a chance de angariar cartas de referência abonadoras, e de ter seu histórico familiar positivamente

escrutinado pelos avaliadores. Mas nada disso bastaria se sua performance nos exames se distanciasse excessivamente do padrão ideal, exceto por momentos de decadência dinástica, onde a ordem social se embaralhava e a corrupção se disseminava.

Uma vez que na China o estatuto da propriedade é precário ainda nesse século XXI, tal qual o era sob os Yuan, Ming ou Qing, o ingresso no corpo de funcionários abria ao candidato o privilégio da posse de bens, inclusive bens simbólicos, que o posicionariam junto ao topo da hierarquia social. Por isso, ser versado no acervo confucionista era o grande requisito de ingresso no estrato dominante, ou, em linguagem *weberiana*, no estamento dominante da sociedade chinesa imperial. No resumo de Chia:

“O serviço civil que viria a governar a China com grande eficiência por dois mil anos encarnava o ideal confucionista: os oficiais eram selecionados por um sistema de exames que testava essencialmente seus conhecimentos dos clássicos e seu talento literário. Com um equipamento intelectual destes, esperava-se que um prefeito local fosse capaz de tratar sozinho de todos os assuntos de um grande território com uma vasta população, desempenhando simultaneamente as funções de administrador, juiz, engenheiro, economista, oficial de polícia, agrônomo, arquiteto, comandante militar, etc. (Para não mencionar que, no seu tempo de lazer, também se supunha que ele fosse um calígrafo competente, poeta, escritor, pintor, músico e esteta)” [Chia, 1999: 55]

A capacidade de reprodução desse padrão de integração social, cuja ordem repousava sob um sistema burocrático-agrário de inspiração confucionista, encontra escassos paralelos, se é que o encontra, na história das civilizações humanas. Pois por dois mil anos, desde a unificação imperial, a estrutura social da sociedade chinesa foi essencialmente a mesma. A história chinesa assim representa, salvo por esporádicas transições dinásticas, o perfeito caso de estudo de estabilidade política, autocracia, e, lançando mão de conceitos tipicamente *furtadianos*, atavismo econômico e rigidez sócio-cultural. Não havia como a dominação burocrática ser desafiada pela acumulação burguesa. O poder investido na camada burocrática, e todo o sistema simbólico que se erguia para legitimar e operacionalizar tal poder, simplesmente inviabilizavam qualquer contestação do *status quo* pelos demais segmentos sociais. Não havia, de todo, como florescer ali o espírito burguês como o conhecemos. Aqui está o cerne do argumento de Weber. E a máxima confucionista abaixo selecionada parece corroborar a contento o posicionamento do sociólogo germânico:

“*Quem age por considerar apenas seus lucros e interesses próprios, despertará muitos ressentimentos*”. [Confúcio. *Os Analectos*, IV, 12, *apud*: Chia, 1999: 85]

Em linhas gerais, Confúcio empreende uma veemente condenação da busca direta de bens materiais ou de poder. Ao contrário, defendia o aperfeiçoamento pessoal desinteressado e o respeito às hierarquias, familiares ou sociais. Nas palavras de Luiz Lauand, Confúcio partilhava da visão de que “...aquilo que se busca diretamente não se obtém; há bens que só alcançamos como dons, por assim dizer, como fruto de uma procura endereçada para outra finalidade”.⁴⁸ Neste sentido, Confúcio defende uma hierarquia social rígida, incitando a retidão moral dos governantes e a resignação dos que ocupam posições dominadas na hierarquia social: “Que o príncipe seja príncipe; o ministro seja ministro; o pai, pai; o filho, filho”.⁴⁹

Ao lermos Weber hoje, essa aparente oposição entre capitalismo e confucionismo soa colidir com pujança capitalista ora vivenciada pela Ásia Oriental. Mas é sempre importante advertir: ele discorria sobre as condições de desenvolvimento independente do capitalismo na China. E não considerou, senão superficialmente, as condições de difusão do capitalismo internacional para a China. Quando ocasionalmente se posicionou sobre esse último questionamento, como no caso do excerto que nessa subseção primeiro transcrevemos, não desabonou a exequibilidade do avanço do capitalismo naquelas longitudes.⁵⁰

Max Weber deixa em aberto, assim, uma relevante lacuna para a compreensão da integração capitalista das sociedades do Extremo Oriental. Qual seja, o exame de como os elementos prevaletentes da tradição intelectual e cultural confucionistas dialogariam com o inexorável avanço do capitalismo para dentro das fronteiras asiático-orientais. Sua omissão semearia, contudo, uma fértil agenda de investigações sociológicas *neo-weberianas*, que ganharia força à medida que a percepção do dinamismo do capitalismo asiático foi se consolidando. Abordaremos os autores afinados a essa proposta investigativa mais adiante. Na subseção imediatamente subsequente, tentaremos resgatar alguns testemunhos de elevado valor etnográfico, que corroboram a hipótese que as instituições descritas por Weber igualmente impregnavam o cotidiano da Península Coreana. Trata-se de um conjunto de excertos selecionados de uma rica coleção de diários de viajantes ocidentais que, em ora remoto passado, voltaram seus curiosos olhares ao “País dos Pessegueiros”

⁴⁸ Comentário de Luiz Jean Lauand sobre os *Analectos*, citado por Chia (1999: 42).

⁴⁹ Confúcio, *Os Analectos*, XII. 11; citado por Chia (1999: 102).

⁵⁰ Uma referência justa com relação ao posicionamento de Weber pode ser encontrada em: Hamilton, G. G.; Kao, C.S. *Max Weber and the Analysis of East Asian Industrialization*. International Sociology, Vol. 2, Número 3, pp. 289-300, 1987.

2.5.2) Evidências Etno-descritivas do Padrão Moral dos *Literati* durante a Dinastia Yi (1392-1910):

Finda a apresentação acima, e estabelecidas as implicações do conjunto doutrinário confucionista para as condições de desencadeamento de uma dinâmica acumulativa burguesa na China, cabe considerarmos agora a efetiva profundidade da infiltração desses valores também na sociedade coreana. Mas especificamente, voltaremos nossas atenções ao período denominado Choson Moderno (1392-1910), ao longo do qual a península foi governada pela Casa dos Yi. Nesse esforço, parece fecundo percorrermos alguns relatos de viajantes estrangeiros que ali aportaram durante esse período.

Há uma vasta coleção de etnógrafos amadores que nos ajuda a lançar nosso olhar contemporâneo sobre aquela sociedade. Dentre esses, o primeiro passo de quem penetra esse rico acervo bibliográfico costuma ser o formidável diário escrito entre 1653 e 1666, e publicado originalmente em 1668, pelo atilado náufrago neerlandês Hendrick Hamel, primeiro ocidental a escrever sobre a Península Coreana.

De acordo com os relatos disponíveis, este funcionário da Companhia Unida das Índias Orientais fez parte da tripulação de uma nau chamada *Sperwer*, que ia da Batávia⁵¹ a Nagasaki no curso de 1653. Acometido por tormentas, o *Sperwer* naufragaria perto da ilha de *Quelpart*,⁵² até hoje pertencente à Coreia. Proibido de deixar o país devido ao receio das autoridades coreanas de que se espalhasse no Ocidente a notícia de sua existência, permaneceu no país — vivendo em Seul e no interior —, em companhia dos demais sobreviventes do naufrágio, por longos 13 anos. Era livre para circular e se manteve, por determinação régia, por conta do erário. No bojo da curiosidade suscitada por sua presença entre a “fina flor” do país, Hamel teve uma oportunidade ímpar de observar alguns dos mais importantes aspectos culturais da plutocracia coreana sob a dinastia Yi. Ele inclusive dominaria o idioma, e registra meticulosamente suas impressões até organizar sua cinematográfica fuga, descrita em tons muito vívidos no diário.

Sua rica descrição da educação coreana, por exemplo, constitui fortíssima evidência da tradicional importância das premissas confucionistas como disciplinadoras do sistema de peninsular de estratificação. Tomemos, então, suas perspicazes palavras:

“A nobreza, e todos os homens livres em geral, são muito ciosos da educação de suas crianças, e os colocam desde muito cedo para ler e escrever, a que esta nação é bastante devotada. Eles não adotam modos rigorosos em seu método de ensino, mas conduzem

⁵¹ Atualmente a cidade de Jacarta.

⁵² Nome dado então pelos europeus à Ilha de *Cheju*.

tudo sem violência, ministrando a seus [jovens] letrados um entendimento do aprendizado, e do valor de seus ancestrais, lhes dizendo o quão ilustres eram aqueles que por estes meios se alçaram a grandes venturas, o que provoca emulação, e os faz estudiosos. É incrível ver o quanto eles progridem por estes meios, e como eles interpretam os escritos que lhes são dados a ler, em que todo seu aprendizado consiste. Ademais deste estudo pessoal, há em cada cidade uma casa, onde a nobreza, de acordo com o ancestral costume, a respeito do qual eles são muito tenazes, cuida de reunir os jovens, para fazê-los ler sobre a História do país, e sobre as penas impingidas a grandes homens, condenados à morte por seus crimes. Para aperfeiçoá-los em seus estudos, há assembléias, repetidas anualmente, em duas ou três cidades de cada província, onde os letrados parecem conseguir empregos, seja pela pena, ou pela espada. Os governantes das cidades enviam para lá delegados capazes de examinar os candidatos, e selecionar os mais qualificados; de acordo com o relatório que lhes é escrito, [os governantes] escrevem ao Rei. Os maiores homens do Reino lá estão, ocupem eles postos ou não. Os empregos são concedidos àqueles que são tidos como meritórios, e o Rei ordena que seus cargos sejam providenciados. Os antigos oficiais, que até então detivessem apenas o cargo civil ou militar, neste momento usam todo seu empenho para empregar-se em ambas as profissões, aumentando seus recebimentos. A aspiração destas honrarias é freqüentemente a ruína dos candidatos, por causa dos presentes que eles distribuem, e convites que fazem, para ganhar reputação, e obter votos. Muitos definham durante este meio tempo, e a maioria fica satisfeita apenas em receber o título adequado ao emprego que almejam, certos de que já é honra o bastante ser designado para um posto [mesmo sem efetivamente ser empossado nele]. Os pais são muito tolerantes com as crianças, e em retorno são muito respeitados por eles. Ambos dependem do bom comportamento um do outro; e se um dos dois recua após uma ação imprópria, o outro faz o mesmo. [...] Quando um homem livre morre, seus filhos usam luto por três anos, e durante todo este tempo, levam uma vida tão austera quanto aquela de religiosos, não estando aptos a nenhum emprego e, estando em algum posto, precisam renunciar. Não é considerado legal que durante este período eles se deitem com suas esposas, e se estas dão à luz durante o luto, os filhos são considerados ilegítimos. [...] Durante todo este tempo eles não se lavam, e conseqüentemente parecem mulatos.” [Hamel, 1668, traduzido da edição britânica de 1704, a partir de cópia digital]

No trecho acima transcrito, Hamel atesta a importância dos exames para o serviço civil durante o século XVII, um dos pontos altos da dinastia *Yi*. Ele testemunha, outrossim, a importância social que, em decorrência de sua prática, o estrato dominante atribuía à educação. E esse neerlandês não é o único a afiançar a impregnação de

comportamentos confucionistas no cotidiano do Choson Moderno. Outro relato que corrobora tal percepção é o do britânico Henry Savage-Landor, de 1895:

“No início do Ano Novo, e logo depois de terminadas as festividades, as ruas de Seul ficam tomadas por estudantes que vêm à cidade para prestar seus exames. [...] O dia do exame é um dos espetáculos de Seul. É mais parecido com uma feira do que com uma exibição de habilidades literárias. O barulho é espantoso. No chão, milhares de candidatos, acompanhados por seus parentes e amigos, agachados em grupos, bebendo, comendo e jogando [...] e esperando sua vez até serem chamados ante aos examinadores. [...] Alguns tentam [o exame] ano após ano sem sucesso, na esperança de conquistar uma vida honesta às custas da nação, e envelhecer sob pesados estudos da ancestral literatura chinesa.” [Savage-Landor, 1895, traduzido de uma cópia digital]

Outro viajante ocidental que esteve na Coreia quase ao mesmo tempo, o missionário francês Paul Tournafond, atesta igualmente a importância dos exames e, paralelamente, a importância tributada ao conhecimento na sociedade coreana sob os Yi. Ele adverte, não obstante, para o caráter inextricavelmente elitista da meritocracia naquele país.

“Os coreanos devotam à ciência o maior respeito; eles têm uma admiração entusiasta por seus filósofos. Os sábios são considerados preceptores do povo; os mais altos empregos lhes são acessíveis. [...] Todo coreano pode concorrer aos exames [para o serviço civil], e, se obtiver sucesso, ser promovido aos empregos públicos. Entretanto, se aos seus títulos literários não junta outro de nobreza, ele não obterá senão muito dificilmente a incumbência que deseja: em uma palavra, é tão difícil para um nobre não graduado obter um emprego [público] quanto para um graduado que não seja nobre.” [Tournafond, 1894: 59-60, tradução do original francês disponível no IEB/USP]

Em conjunto, estes três relatos demonstram o quão plutocrático era o sentido da instrução no país. Pois para ser alçado a uma posição social de relevo, o indivíduo devia obter sucesso nos exames e ser empossado. A partir deste momento, o funcionário livrava-se de preocupações materiais e liberava, destarte, mais tempo e energia para o engajamento no aperfeiçoamento pessoal, verdadeiro imo do ideal confucionista.⁵³ Entretanto, para alcançar tal objetivo era preciso, ademais de percorrer o já árido e

⁵³ Tomando as palavras do próprio pensador chinês: “Que desde o imperador ao homem do povo, todos por igual, devem ter o seu aperfeiçoamento como a meta principal”. [Confúcio. A Grande Escola, I. 5, *apud*: Chia, 1999: 102]; ou ainda, “Adquirir conhecimentos e na ocasião oportuna traduzir esses conhecimentos em ações práticas, não é verdadeiramente uma satisfação?” [Confúcio. A Grande Escola, II. 6, *apud*: Chia, 1999: 102]

dispendioso caminho do estudo dos clássicos, recorrer ao capital econômico e às redes sociais estabelecidas: distribuir presentes às pessoas certas, fazer convites, forjar compromissos, etc. Paralelamente, há evidências de que a origem social dos candidatos costumava influenciar na boa vontade dos avaliadores, minando as possibilidades meritocráticas dos exames. O relato abaixo, que nos foi legado por Seu Ring-Hai, esclarece esse ponto:

“Quanto aos comerciantes, mesmo que eles tenham todas as qualificações necessárias para ser um *yang-ban*, costumavam ser taxados de “caçadores de vantagens” [*chercheurs d'intérêt*] por uma estúpida tradição que os situa na classe vulgar. E se os principais elementos dessa classe aceitam sem murmurar a condição de sua existência, reduzida à escravatura, os comerciantes, eles apenas suportam como sina [*mauvaise grâce*]” [Seu, 1929: 16, traduzido do exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro]

Ou seja, não resta dúvidas de que havia tensões latentes entre comerciantes e oficiais, em que pese a enorme debilidade dos primeiros no contexto cultural e político de Choson.

2.5.3) Tu Wei Ming e a Nova Ética Confucionista:

A) Tu Wei-Ming e o Confucionismo como Elemento Dinamizador da Difusão do Capitalismo na Ásia Oriental.....	209
B) Herança Confucionista e Educação na Coreia do Sul.....	212
C) Herança Confucionista e Gestão Empresarial na Coreia do Sul.....	217

A) Tu Wei-Ming e o Confucionismo como Elemento Dinamizador da Difusão do Capitalismo na Ásia Oriental:

Na virada do século XIX para o XX, era corriqueira a desesperança com relação às possibilidades de progresso material dos países do Leste Asiático, à exceção talvez do Japão.⁵⁴ É neste contexto que Max Weber publica “Confucionismo e Taoísmo”, em 1915, procurando alumiar os freios societários à eclosão de um processo endógeno de transformação capitalista na Ásia confucionista. Segundo sua argumentação, o molde sócio-cultural da sociedade chinesa, impregnado por dois mil anos de reflexão confucionista, seria marcadamente obstrutivo ao desencadeamento de práticas burguesas com vistas à acumulação de capital.

Contudo, nos que se seguiram à publicação do clássico *weberiano*, os países da região seriam sacudidos por processos históricos intensos, culminando com uma acelerada transformação político-social até 1945. E, posteriormente à Segunda Guerra, as sociedades pertencentes à região confucionista — como Coreia do Sul, China Continental e Insular e, mais recentemente, o Vietnã —, passaram a ser comumente referidas como casos paradigmáticos de acelerada transformação econômica. Desse modo:

“A tese *weberiana* da incompatibilidade entre *ethos* confucionista e capitalismo empresarial racional foi desafiada pelos ‘milagres econômicos’ de muitos países asiáticos.” [Chung *et alli*, 1989]

Como reconciliar essa nova realidade com os persuasivos escritos de Max Weber? O principal esforço de pesquisa em torno desta questão está ligado à chamada escola da “Nova Ética Confuciana”, liderada pelo chinês Tu Wei-Ming. O domínio de sua proposta investigativa pode ser demarcado pelo seguinte questionamento:

⁵⁴ Evidências desta descrença generalizada podem ser encontradas em muitos relatos de viagem à Ásia publicados então no Ocidente. Apenas para citar alguns, temos: *La Corée*, de Paul Tournafond, 1884; *The Soul of the Far East*, de Percival Lowell, 1888; *Korea, or Cho-sen, the Land of the Mourning Calm*, de Henry Savage-Landor, 1894; além de *Korea & Her Neighbors: a narrative of travel*, de Isabella Bird-Bishop, de 1904. Todos são céticos com relação às possibilidades de transformação sócio-econômica na Coreia.

“Como a tradição confucionista, em crença, atitude, e prática, continua a impedir, facilitar, e guiar a moderna transformação da Ásia Oriental e, neste processo, como ela está sendo rejeitada, revitalizada, e fundamentalmente reestruturada? [Tu, 1996: 6]

Ou seja, qual a relação entre o passado tradicional marcadamente confucionista da Ásia Oriental, a profunda transformação sócio-cultural que ocorre na região durante a primeira metade do século XX, e a rápida modernização capitalista dos chamados “Tigres Asiáticos” no pós-guerra? Seria possível argumentar que o confucionismo, apesar de já ter sido associado ao bloqueio da emergência endógena do capitalismo asiático, estaria agora associado à aceleração da acumulação após a difusão do capitalismo pela região?

Essa agenda de investigações *weberiana* revisionista receberia aportes de uma coleção de pesquisadores que se seduziram pela provocação de Tu Wei-Ming. Entre eles: Keum Jang-Tae, Koh Byong-Ik, Lee Ho-Chul e Kim Kwang-Ok. Em conjunto, eles procuraram identificar traços da moral confucionista na cultura sul-coreana contemporânea. E a conclusão comum a todos eles foi que “... a cultura confucionista ainda está presente no cotidiano do povo coreano, e segue agora em processo de renovação ou reprodução” (Kim, 1996: 203). Retomemos alguns argumentos que emergem deste conjunto de contribuições.

i. Primeiro, o confucionismo seria a matriz filosófica original dentro da qual os padrões morais mais tipicamente coreanos teriam historicamente se desenvolvido. Nesse contexto, após um conjunto de agressões externas que acabaria impondo a modernização em termos capitalistas, é razoável propor que o padrão de conduta do emergente homem de negócios sul-coreano carregaria traços inegavelmente originados em um distante passado confucionista. Dentre estes, podemos destacar: a ênfase na hierarquia rígida, a responsabilidade no trato dos subalternos, a frágil separação entre o mundo do trabalho e a vida privada, etc... Todos estes ingredientes teriam sido, cada qual a seu turno e a seu modo, inquestionavelmente funcionais à consolidação do moderno conglomerado industrial sul-coreano.

ii. Segundo, a padrão de desigualdade de gênero, associado à criação de uma super-oferta de trabalho feminino barato, teria sido funcional à acumulação capitalista sul-coreana. Isso se evidenciaria notadamente durante as primeiras décadas de deslanche das exportações do país, quando o trabalho feminino barato constituiu um importante ativo para a indústria têxtil exportadora.

iii. Terceiro, o enorme peso do Estado na vida empresarial sul-coreana, e a aceitação de sua preponderância pelos agentes privados locais, pode ser facilmente compreendida se retivermos um longo curso histórico-cultural em que, como acima explorado, era atribuído ao Estado um papel central na vida social.

iv. Quarto, não seria tarefa simples estabelecer as causas da apregoada “sede” das famílias coreanas por educação, ingrediente sempre lembrado nas tentativas de elucidação do processo de modernização do país, sem recorrer às explicações que focam a tradição confucionista.

v. Quinto, a ênfase na etiqueta, rito originalmente confucionista que se evidencia no hábito de freqüentemente se curvar e no uso de níveis de discurso distintos de acordo com a posição social e hierárquica do falante, impregna as relações trabalhistas e de classe no país, com inúmeras conseqüências políticas e distributivas. É razoável propor alguma relação entre este traço comportamental e o modo de relacionamento capital-trabalho historicamente vigorante na Coreia.

Em termos precisos, o objetivo dos autores da “Nova Ética Confucionista” não é atribuir o acelerado desenvolvimento do Leste Asiático exclusivamente a uma “herança cultural confucionista” metamorfoseada após um punhado de décadas conturbadas. Na realidade, estes autores apenas procuram demonstrar que a referida “herança cultural”, ventiladas algumas de suas características originais, estas sim ferrenhamente anticapitalistas e anti-acumulação, teria facilitado sobremaneira a difusão do capitalismo global para o interior da região confucionista. Com efeito, sua hipótese subjacente é a seguinte:

“O confucionismo oferece um mecanismo paralelo ao capitalista-ocidental para a incitação à busca do lucro”. (Chung *et alli*, 1989)

Examinemos essa hipótese mais aprofundadamente, buscando exemplos concretos em que tal ponto possa ser visualizado. Seleccionemos, para tal, duas atividades humanas que redundam em acumulação, respectivamente, de capital “humano” e “físico”: o impulso de se educar, e o empreendedorismo com vistas à edificação de um estabelecimento capitalista. Vejamos, nas duas subseções subseqüentes, se é possível argumentar que a tradição confucionista contribui para excitar nos indivíduos essas duas motivações, substituindo ou complementando a pulsão tipicamente neoclássica de assegurar “ganhos futuros”.

B) Herança Confucionista e Educação na Coreia do Sul:

Para qualquer ocidental em visita à Coreia do Sul, um dos traços culturais locais que mais costuma emular curiosidade trans-cultural é o papel naquele país assumido pela educação. Aguça os sentidos de virtualmente qualquer estrangeiro, quanto a isso, a visível deferência que os sul-coreanos parecem devotar aos educadores de todos os níveis. Para um professor universitário que ali aporta, em especial, costuma ser translúcida a mudança de postura de qualquer interlocutor ao tomar ciência de estar diante de um “professor”, palavra cuja tradução coreana é *sōnsaeng*. Esse substantivo é, naquela língua, imediatamente ajuntado a uma partícula designadora de tratamento honorífico, *nim*, sendo o conjunto dos dois vocábulos, *sōnsaengnim*, tipicamente empregado dali adiante na conversação, em substituição ao nome próprio ou a qualquer pronome pessoal que se refira ao professor. Simultaneamente, é provável que o interlocutor alterne a conjugação dos verbos que proferir para um modo mais formal, realçando a superioridade hierárquica do mestre.

Já se nossa atenção se volta à postura dos pupilos dos ensinos médio e fundamental diante de seus professores, curiosidade semelhante costuma ser excitada. O estrangeiro tipicamente perceberá um nítido “senso hierárquico”, e um alto grau de deferência ao docente, em dosagem muitíssimo improvável em qualquer país ocidental. Com efeito, ao topar com jovens alunos sul-coreanos em excursão, o estrangeiro dificilmente deixará de comentar que eles formam filas relativamente estáveis, murmuram sem atravessar a fronteira do desrespeito, e, talvez mais fascinante, não se verá ali nenhum professor a berrar por silêncio. Ademais, causará certa angústia ao estrangeiro que o professorado sul-coreano não pareça prevenido quanto ao possível extravio de algum pupilo. Com efeito, suas calmas explicações escapam de seus típicos amplificadores portáteis, com microfones fixados junto à lapela, sem topar com significativas interferências sonoras até se dissiparem ao vento.

As duas imagens afixadas na seguinte página foram recolhidas em um experimento etnográfico dessa natureza, em meio a um relativamente silencioso enxame adolescente que invade em meados do outono os sítios históricos juntos à cidade de Gyeongju. Nessa época, costuma se repetir uma temporada de excursões para escolas públicas do país. O leitor brasileiro, especialmente se já tiver exercido a profissão docente, não tardará a identificar nas imagens a ora aludida deferência sul-coreana ao professorado.

Imagem 2.5.3.B-1 – Adolescentes em Excursão Escolar, Gyeongju, Outono de 2011:

Imagem 2.5.3.B-2 – Adolescentes em Excursão Escolar, Gyeongju, Outono de 2011:

Como explicar esse padrão de comportamento? Uma possibilidade interpretativa, com a qual se choca a perspectiva *weberiana* aqui examinada, consiste em atribuir tal interesse pela educação a pulsões aquisitivas que vitimariam em elevadíssimo grau os jovens daquele meritocrático país. Trocando em miúdos: os pupilos ouviriam diligentemente seus mestres, pois, como agentes racionais exercitando cálculos intertemporais, antecipam que isso lhes renderá um bom emprego e um bom salário no porvir, e assumem que o *trade-off* é justificável.

Evidentemente, não há notícia de nenhuma pesquisa acadêmica desenhada para fundamentar essa absurda hipótese comportamental, especialmente sob o ponto de vista pedagógico. Mas, no entanto, ela é uma presunção filosoficamente muito ajustada à interpretação que a economia neoclássica propõe sobre as bases do progresso material do oriente. E, nesse sentido, um estrangeiro com insuficientes ferramentas intelectuais para compreender a vida social na Ásia Oriental pode acabar fazendo exatamente essa leitura das animadoras estatísticas educacionais sul-coreanas. O excerto abaixo, extraído do semanário brasileiro de maior tiragem, não nos deixa mentir:

“A Coréia do Sul é uma sociedade obcecada pelo estudo, como revela uma visita a uma de suas escolas. A que o menino Jae-Ho Lee cursa em Seul, por exemplo, exige dos alunos que cheguem meia hora antes das aulas para estudar a lição do dia anterior. Aos 14 anos, Lee obedece a uma disciplina de soldado. Sai de casa às 7 horas e volta às 16. Tem tempo apenas para fazer os deveres e correr para um novo turno de aulas vespertinas. Além de um curso de inglês, o menino frequenta um instituto especializado em matemática, onde fica internado quatro horas e meia por dia praticando cálculo e do qual só sai perto da meia-noite. Não porque seja um aluno ruim. Pelo contrário: ele é o primeiro da turma da escola em matemática, onde está na 7ª série do ensino fundamental. Faz aulas extras para adiantar a matéria. No curso, Lee resolve questões do 1º ano do ensino médio. Competir nos estudos é, para ele, como praticar um esporte. Quando vai ao computador depois das provas, para conferir se continua no pódio, tem cãibra e dor de barriga. ‘Eu sou para manter minha liderança, é a minha vida que está em jogo’, diz. A quatro anos da formatura escolar, ele perde o sono preocupado

em conseguir entrar em uma universidade de prestígio e arranjar um bom emprego.”⁵⁵

Sabemos de antemão que essa conjectura psico-pedagógica é chocantemente irrealista, especialmente em se tratando dos pupilos mais jovens. Entretanto, se é no mínimo risível atribuir a pré-adolescentes um comportamento pautado por um padrão ultra-abstrato de racionalidade instrumental orientada aos fins, como então explicar sua efetiva devoção aos estudos e ao professorado? Vejamos como a abordagem *weberiana* ventila esse debate. Vamos subdividir nossa pergunta em duas:

i. Como explicar o elevado *status* do professorado?

ii. Como fundamentar a ênfase que famílias e jovens ali depositam na educação?

Começemos pelo primeiro questionamento. Devemos reter que o núcleo duro da mensagem de Confúcio é o respeito à ordem familiar. Ou seja, o respeito dos mais jovens pelo modo de vida dos mais velhos, que seria o princípio fundador de toda a ordem social. Assim sendo, o filósofo chinês dedicou àquilo que se convencionou chamar de “piedade filial” — isto é, a conduta esperada de um filho ante seus pais — muitas de suas atenções. A máxima abaixo é elucidativa:

“A única vez que um filho devotado faz com que seus pais se preocupem é quando está doente”. [Confúcio. *Os Analectos*, II. 6, *apud*: Chia (1999: 52)]

Para ele, todas as demais hierarquias sociais derivariam dessa hierarquia interna ao núcleo familiar. Essa seria a célula central, cuja projeção e re-projeção nas demais formas de relacionamento humano padronizariam todo o molde proposto de integração social. Desse modo, um varão seria o topo hierárquico dentro de uma estrutura macro-familiar, mas tomando o conjunto da sociedade, como espirituosamente pontua Paul Tournafond, os letrados seriam os “preceptores da nação”. Filhos obedeceriam aos pais, mas pais deviam observar os comandos de seus superiores — como o irmão mais velho, ou um líder de clã —. E esses varões deveriam deferência, por sua vez, ao letrado *yangban* local, cuja posição social se justificava pela suposta posse de ferramentas intelectuais de asperíssima aquisição. Mais ainda, o letrado local deveria respeito a seu superior burocrático, idealmente portador de ferramentas culturais ainda mais preciosas, e assim sucessivamente até o monarca. O próprio monarca, nesse

⁵⁵ Revista Veja. Edição de 16 de Fevereiro de 2005. Versão *on-line* do semanário, acessada em <http://veja.abril.uol.com.br/arquivo.html>

contexto cultural, devia adotar modos e se guiar pelos princípios dos mais elevados membros da classe letrada, de cujos elementos se compunha seu séquito de conselheiros.

Não é difícil inferir que, com o correr do processo de modernização, muito daquilo que se depositava e esperava dos letrados *yangban* passaria a ser direcionado aos modernos professores. Claro, esses teriam sim que dividir seu carisma com os novos burocratas, com os políticos, e com os ocupantes das posições empresarias mais proeminentes. Em conjunto, todos esses atores sociais passariam a reivindicar algo da deferência antes direcionada aos letrados. Mas os modernos professores constituiriam, à luz da tradição sócio-cultural confucionista, o segmento profissional de perfil mais ajustado à escala simbólico-hierárquica tradicional. Não é sem razão que, na atual Coreia do Sul, os poderosos apreciem ser chamados de “professores”, *sōnsaengnim*, exercendo eles efetivamente tal *métier* ou não. Em síntese, dadas as características da história social dessa península, perturbador seria se aos professores não fosse atribuído tamanho *status*.

Examinemos então a segunda pergunta, sobre a conduta dos alunos. Não é inverossímil que os pais sul-coreanos contemporâneos tentem argumentar com seus filhos em termos racional-utilitaristas: estude para ter uma boa vida futura. Tampouco é improvável que estes projetem a educação de seus filhos como um investimento, capaz de alavancar a renda familiar futura. Mas, ainda que os pais assim se comportem, o que faz com que seus apelos sejam efetivamente ouvidos? E, nesse caso, não é razoável aceitarmos a hipótese de que pessoas de 8 ou 10 anos de idade sejam capazes de cálculos temporais probabilístico-abstratos a se justificar dali a 20 anos. Precisa haver algo mais, uma atmosfera onde a educação seja entendida como algo essencialmente positivo.

Novamente, o confucionismo nos ajuda a compreender como esta dinâmica teria se instaurado. Claro, temos desde já o carisma atribuído à condição docente, o que certamente faz enorme diferença na receptividade do corpo discente à proposta escolar. Mas há ainda algo de mais profundo. A educação moral confucionista questiona o foco nos objetivos, dando mais ênfase aos processos necessários para que alguém se qualifique a eles. Nisso, ela procura desabonar o auto-interesse diretamente aquisitivo, valorizando o auto-aperfeiçoamento, que é apenas indiretamente aquisitivo, como um objetivo relevante a ser cultuado.

Nesse contexto, de questionável valia se torna a mera posse de bens, sem que se angarie paralelamente a necessária legitimidade para possuí-los. Com efeito, um sul-coreano que alcance proeminência sem enfrentar cada etapa do rito educacional terá sempre algo a justificar.⁵⁶ A máxima abaixo, selecionada dos diálogos de Confúcio, parece descortinar as raízes desse ponto de vista:

“Eu não me afligiria por não ter um cargo, mas sim se não tivesse qualidades para tal. Eu não me preocuparia por não obter reconhecimento, mas sim em ter méritos para tal”. [Confúcio. *Os Analectos*, IV, 12, *apud*: Chia, 1999: 85]

Com efeito, emerge uma hipótese muito precisa sobre a postura do alunado sul-coreano frente a seus mestres: a moral confucionista contribuiria a inculcar neles, ainda hoje, algo sobre a importância do processo educacional em si mesmo, contribuindo proporcionalmente para estes relativizem a atração exercida pelas finalidades externas, ou conseqüentes, do rito educacional. Isso não equivale a negar que os cálculos abstratos orientados para tais finalidades estejam completamente ausentes das mentes dos jovens sul-coreanos. Pois o racionalismo utilitarista faz sim parte de seu cotidiano. Contudo, no dia-a-dia escolar, tal sorte cálculo orientado aos fins soa pedagogicamente muito menos efetiva do que a percepção, já firmemente inculcada no alunado, de que todos estudam já que simplesmente é preciso estudar.

E essa hipótese pode ser estendida ao Estado sul-coreano. As oportunidades educacionais não teriam constituído ali algo como um estratagema desenvolvimentista visionário. Ao contrário, da ótica *weberiana* aqui examinada, o Estado teria erigido escolas e contratado bem-remunerados professores, pois, da ótica dos administradores públicos sul-coreanos, é assim que as coisas simplesmente devem ser.

C) Herança Confucionista e Gestão Empresarial na Coreia do Sul:

Quem visita atualmente cidade de Ulsan, ao sul da Península Coreana, provavelmente sentirá que ali todas as referências parecem remeter ao grupo Hyundai. São postos de gasolina da Hyundai Oilbank, um comércio de varejo com sólida

⁵⁶ Há história coreana é rica em casos de poderosos que sentiram a falta do “carisma dos letrados”. Por exemplo, temos o caso do fundador do Grupo Hyundai Asan, Chung Ju-yung, que apenas concluiu a educação primária, e ao enriquecer assumiria em expiação o papel de benemérito financiador das ciências, por intermédio da Fundação Asan. Mais recentemente, temos o caso do presidente Roh Moo-hyun, que não frequentou uma universidade antes de passar no exame profissional para advocacia. Apesar do feito extraordinário, havia os que lhe cobrassem por não ter passado por essa etapa, e não possuir a típica rede de contatos que um sul-coreano forma durante os anos na academia. Isso se agravava ainda mais devido ao fato de sua esposa, igualmente, não ter educação superior.

presença da Hyundai Department Store, ginásios esportivos com nome do grupo, o time de futebol Ulsan Hyundai F.C., além da imensa planta Hyundai Motor Co., que se advoga o título de maior instalação industrial do mundo. Em sua vizinhança, localizam-se ainda os colossais estaleiros da Hyundai Heavy Industries, ladeado por um magnífico porto com pátios lotados de carros da marca Hyundai para exportação.

A onipresença desse conglomerado instiga, forçosamente, uma seqüência de questionamentos: Quem controla seu poder? O que garante que esse grupo não exorbite de seus limites, aproveitando-se da imensa fatia de mercado sob seu controle para adotar práticas capitalistas prejudiciais ao próprio processo de acumulação? Quem controla as conseqüências sócio-econômicas de suas práticas cartelizadas? Afinal, à luz da microeconomia neoclássica, um empresário atuando em regime de monopólio e monopsônio, com ampla integração vertical e horizontal — configurando o que a lei norte-americana denominaria “truste” —, teria estímulos concretos para investir agressivamente contra os atores econômicos circundantes. Ou seja, contra os fornecedores externos e os trabalhadores, atados a um regime de monopsônio. E, paralelamente, contra os consumidores, sujeitos a um regime comercial monopolista (ou oligopolista).

De antemão, pode-se pressupor que a legislação e as instituições sul-coreanas não se provam efetivas na promoção de limites jurídico-tributários que cerceiem tal nível de concentração de mercado. Caso contrário, o quadro descrito seria impraticável da ótica dos negócios. E, entretanto, Ulsan não possui “favelas”, sequer há bolsões de pobreza significativos. A cidade não ostenta taxa de desemprego digna de nota; ao contrário, vêem-se por toda parte sinais de uma economia muito pujante. Além do mais, o local é aprazível, com ruas bem urbanizadas e mantidas, onde transita uma população educada e visivelmente bem provida. Com efeito, e por alguma razão obscura, Ulsan não é a Manchester de Engels.

Precisamos, assim, buscar respostas não usuais para compreender esse paradoxo. E precisamos nos indagar, quanto a isto, sobre a existência de limites que transcendam os meros freios jurídico-administrativos contra práticas econômicas lesivas à economia popular daquele país. Nesse esforço, topamos com outro tópico para o qual pode ser particularmente fecunda a perspectiva *weberiana*, enfatizando as implicações hodiernas da tradição sócio-cultural confucionista como obstáculo societário às pulsões anti-sociais de um capitalista que se beneficie de uma posição de mercado desproporcionalmente vantajosa.

Como compatibilizar o cenário de Ulsan com as previsões da microeconomia? Parece razoável, naquilo que diz respeito a tais hipotéticos freios, propor que a prevalência de algum princípio de natureza filosófico-moral deitaria conseqüências positivas sobre esse caso concreto, constringendo virtuosamente a postura especificamente capitalista desse conglomerado, e re-harmonizando assim seu poder econômico desproporcional com considerações sócio-materiais mais amplas.

A chave para formularmos uma hipótese nesse sentido parece residir no princípio confucionista da “reciprocidade”. Logo acima, quando mencionamos a estrutura hierárquica de uma sociedade ideal confucionista, foi omitido uma importante informação acerca dela. A margem ideal de escolha e manobra daqueles que nela exerciam o poder era, do prisma da proposta confucionista, muitíssimo limitada. Dos subalternos era sim esperado completa devoção e obediência. Mas, reciprocamente, era aguardado certo padrão “virtuoso” de conduta por parte elementos dominantes. E esses não tinham muita alternativa senão observar essa expectativa. Primeiramente, emerge aqui como elemento norteador uma ótica bidirecional do exercício do poder:

“O que um homem desgosta em seus superiores, que ele não demonstre no tratamento de seus inferiores; o que ele desgosta em seus inferiores, que ele não repita no serviço a seus superiores.” [Confúcio. A Grande Escola, Livro X, Número 2]

“Não faça aos outros o que não queiras que façam a ti” [Confúcio. Analectos, Livro XV, Número 23]

Mas esse tipo convite aos dominadores para que enxerguem os conflitos do prisma dos subordinados, e vice versa, não é exatamente um atributo essencialmente confucionista, sendo comum também na cultura oral dos cristãos. E, diga-se de passagem, trata-se de um princípio tão geral que custa ser transmutado em mandamento prático. Mas Confúcio foi cuidadoso em esmiuçar o que ambos, dominados e dominadores, deveriam esperar um do outro. Em linhas gerais, dominados prestariam obediência e lealdade. Já os dominadores, especificamente os letrados dominadores, deveriam incorporar a suas práticas austeridade, desapego, retidão moral e ponderação. O príncipe confucionista jamais será, ao menos idealmente, um déspota egoísta e voluntarioso. Os dois excertos abaixo selecionados ajudam sobremaneira a caracterizar essa perspectiva:

“O senhor deve tratar seus vassallos com cortesia; os vassallos devem obedecer a seu senhor com fé” [Confúcio. Analectos, Livro III, Número 18]

“Tzu Ch’in pergunta a Tzu-kung: ‘Ao visitar um país o mestre sempre ouve como é governado; ele pergunta ou apenas lhe é dito?’ Tzu-kung responde: ‘O mestre apreende por seu calor e honestidade, por educação, modéstia e consentimento.’” [Confúcio. Analectos, Livro I, Número 10]

Como agravante, a ordem social preconizada por Confúcio atribuía muito relevo à senioridade como critério de avanço hierárquico. Esse detalhe sugere certa dose indulgência por parte dos mais poderosos no trato dos inferiores imediatos, sempre ligeiramente mais jovens. E motivava certo senso de co-responsabilidade de ambos quanto à manutenção das hierarquias, que a seu tempo determinariam que também o mais jovem se alçasse a uma posição de maior relevo. Hendrik Hamel capturou com muita argúcia esse atributo distintivo da ordem social do Choson Moderno:

“Os pais são muito tolerantes com as crianças, e em retorno são muito respeitados por eles. Ambos dependem do bom comportamento um do outro; e se um dos dois recua após uma ação imprópria, o outro faz o mesmo” [Hamel, 1668, pequena seleção do excerto já citado].

Em conjunto, a observação simultânea dos princípios de moderação e senhoria acabariam servindo como boa alavanca ao surgimento de uma ótica coletivista nas instituições contaminadas pelo ver-o-mundo confucionista. O *literato*, idealmente, tendia a confundir seu sucesso individual com a prosperidade ostentada, com a medida pertinente a cada posição hierárquica, por todos os demais membros de sua comunidade. A máxima abaixo é esclarecedora:

“Um homem de humanidade, tentando demonstrar seu próprio caráter, também demonstra o caráter dos outros, e desejando ser ele mesmo proeminente, ajuda que os outros adquiram proeminência.” [Confúcio. Analectos, Livro VI, No. 28]

Se proceder a hipótese levantada anteriormente a respeito do *status* do professorado na moderna Coréia do Sul, também precisaremos descrever qual contrapartida outros segmentos sociais estariam dispostos a oferecer para angariar, como os modernos professores, certa dose do antigo carisma dos letrados. Da ótica confucionista, o *status* não pode ser reivindicado por si mesmo: os ocupantes das posições dominadas tenderiam a esperar dos dominantes a tradicional “reciprocidade”: algo de virtude e retidão. As seguintes imagens são sugestivas.

Imagem 2.5.3.C-1 – Lema Grafado em Galpão da Hyundai Heavy Ind., em Ulsan:

Imagem 2.5.3.C-2 – Sapato de Chung Ju-yung, Exposto no Memorial Asan, em Ulsan:

Qualquer pesquisador que queira realizar uma visita às atuais instalações da Hyundai Heavy Industries, em Ulsan, se deparará ali com uma postura muito receptiva e uma estrutura competentemente montada. Logo após ultrapassar a portaria, um colossal galpão reclamará sua atenção, pois nele estará grafada uma sentença em letras garrafais, capturadas pela Imagem 2.5.3.C-1. Se o hipotético pesquisador tiver algum conhecimento de coreano, saberá que uma boa tradução portuguesa para a referida frase poderia ser a seguinte:

“Nós prosperamos, nossa nação prospera; nossa nação prospera, nós prosperaremos.”

Rapidamente, uma funcionária proficiente em inglês virá advertir com simpatia o recém-chegado de que fotografias não são admitidas no interior da companhia, e ciceroneará o interessado por um grande memorial erigido em homenagem ao fundador do grupo, o norte-coreano Chung Ju-yung, falecido em 2001. Pelos corredores desse memorial, um verdadeiro culto à imagem desse notável empreendedor certamente atizará a curiosidade trans-cultural de qualquer estrangeiro.

Em várias galerias, serão ressaltadas as motivações nacionais mais amplas de Chung. Ou seja: sua devoção pela causa da re-unificação peninsular, seu esforço por construir fábricas do grupo na Coreia do Norte, seu entusiasmo pelos programas espacial e energético-nuclear coreano, e o esforço por ele realizado para trazer à Coreia os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol. Além disso, a presença global dos capitais coreanos será destacada em um belo mapa-múndi luminescente, orgulhosamente repleto de escritórios e fábricas do grupo em todos os mais relevantes países.

Paralelamente, seus esforços como benemérito serão lembrados pela falante funcionária, que ressaltará os esforços educacionais e científicos da Fundação Asan. Ela destacará a infância difícil de Chung, e mencionará o quanto ele, mesmo tendo apenas concluído o nível mais elementar de ensino, se ressentia por não ter tido oportunidades educacionais mais amplas. Os esforços de inclusão educacional da fundação serão apontados, além de seus programas de apoio às principais instituições científico-tecnológicas do país.

Coroando a exposição, as virtudes pessoais mais amplas de Chung serão pontuadas: seu talento esportivo será exibido em fotografias antigas, seu apreço por sua família e por sua esposa serão mencionados, e dois pares de sapatos desgastados,

exibidos na Imagem 2.5.3.C-2, serão evocados como prova da moderação do multibilionário Chung.

Ao relatar a colegas sul-coreanos a experiência no interior da Hyundai, é quase certo que estes comentem com nosso hipotético visitante o contraste por eles percebido entre o comportamento de Chung Ju-yung e aquele exibido por seu arqui-concorrente, Lee Byung-chull, o fundador da Samsung. Pois este último, de ascendência *yang-ban*, e educado durante a ocupação japonesa na Universidade Waseda, em Tóquio, é costumeiramente apontado pelos sul-coreanos como alguém muito menos “reto”, por assim dizer, que o mal-nascido e pouco instruído Chung Ju-yung.

Como se defrontar com esse tipo de experiências e não rememorar as máximas confucionistas? Como negar que a presença das máximas de Confúcio impregna o ambiente que circundou a experiência de vida do principal capitalista da história industrial sul-coreana? Como não relacionar, sociologicamente, a alegada observação por Chung Ju-yung dos princípios tradicionais de “reciprocidade” e “moderação”, e o fato desse riquíssimo capitalista ser um norte-coreano de origem camponesa e sem títulos educacionais?

Esses fortes elementos permitem que acatemos a hipótese aqui levantada. Qual seja, que princípios filosófico-morais inescapáveis teriam contribuído significativamente para harmonizar a atividade desse imenso truste com interesses nacionais mais amplos dos sul-coreanos. Se tais freios societários continuarão a operar no porvir, é uma questão em aberto. Mas difícil tarefa seria refutar sua funcionalidade com respeito à difusão do capitalismo internacional para os limites peninsulares.

2.5.4) Principais Questionamentos Suscitados:

A forma como Weber expõe seus argumentos torna sua obra extremamente persuasiva.⁵⁷ “Confucionismo e Taoísmo”, em especial, é um texto incrivelmente burilado. Ali, a pena de Max Weber produz encantamento capaz de transportar o leitor à conturbada China dos últimos 1800, sacudida pelo empuxo da civilização capitalista e, ainda assim, incapaz de absorvê-la em sua plenitude. Mas, quando o livro é posto de lado, nova sensação imediatamente emerge: o desconforto que resulta da tentativa de integrar as conclusões ainda em digestão com as imagens mentais dos atuais arranha-céus de Xangai.

Tu Wei-ming e seus seguidores foram competentes em fomentar uma verdadeira sinologia em moldes sociológico-*weberianos*. Leitores fluentes de chinês tradicional, tal como das contemporâneas línguas do Leste Asiático, esse grupo de intelectuais pôde evitar algumas das alegadas imprecisões de Weber, que nunca se pretendeu um sinólogo. Puderam, ademais, trazer o convite *weberiano* para termos atuais, mostrando a enorme vitalidade daquele paradigma analítico. Da ótica de qualquer cientista social latino disposto a compreender o cotidiano do Extremo Oriente para além casca superficial, esse conjunto de análises surgido ao redor do professor Tu é um ponto de parada mandatório.

Mas, se a propriedade da sociologia orientalista *weberiana* é inquestionável, não parece razoável que os estudos culturalistas sobre a industrialização asiática constituam aparato suficiente para anteparar qualquer questionamento sobre o processo de modernização vivenciado por aquela região. Designadamente, a perspectiva *weberiana* nunca deu à luz interpretações que se supusessem exaustivas. E, por isso mesmo, cumpre continuar a mapear as demais possibilidades de enquadramento teórico do “salto asiático”, reunindo aportes que, como os aqui já percorridos, nos ajudem a construir uma explicação mais integrada e abrangente, que nos permita melhor fundamentar o notável ritmo de acumulação mantido pela Coreia do Sul.

⁵⁷ A principal objeção que se faz a Weber acerca de “Confucionismo e Taoísmo” emerge na realidade de uma cabal incompreensão de seu ponto de vista. Nesses intentos críticos, costumam pontuar que caso sua perspectiva procedesse, a Coreia do Norte seria uma nação pujante. Naturalmente, só quem não leu o ensaio de Weber seriamente pode propor-lhe tal desafio. Pois ele apenas examinava os freios societários obstruindo o eclodir do capitalismo naquelas longitudes. Nunca examinou a fundo a questão da difusão do capitalismo para o Oriente a partir do Exterior, fenômeno que acabou ocorrendo na China e na Coreia do Sul. Na Coreia do Norte, ao contrário, o contato com o capitalismo imperial nipônico foi alvo de veemente depuração nacionalista pelo sistema *stalinista* que lá vigora. Sua atual pobreza confirma, antes de desmentir, o prognóstico de Weber, mesmo que ele nunca tenha examinado a relação entre *stalinismo* e confucionismo.

2.6 - O “Milagre do Rio Han” na Acepção da Sociologia Durkheimiana:

2.6.1) T. Parsons, K. Deutsch e G. Almond: as teorias funcionalistas “da modernização” e o desenvolvimento político como correlato do desenvolvimento econômico.....	230
2.6.2) Samuel Huntington: a aplicação conservadora do ferramental funcionalistas e o divórcio entre modernização e ordem burguesa.....	241
2.6.3) Chalmers Jonhson: a burocracia e o “Estado forte” japonês.....	261
2.6.4) Eun Mee King: o <i>chaebol</i> , o “Estado forte” sul-coreano e os “grandes negócios”.....	264
2.6.5) Principais Questionamentos Suscitados.....	266

Ao percorrermos a história política sul-coreana, não é difícil perceber que esta é caracterizada por uma tumultuada sequência de rupturas institucionais, sempre entremeadas por irrupções de tensos embates entre diversos setores sociais. Com efeito, se há alguma esfera específica do cotidiano sul-coreano que definitivamente não faça jus aos princípios filosóficos chineses de equilíbrio de extremos, sacramentados na sua bandeira nacional, esta seria a política.⁵⁸ Tomando as últimas doze décadas em perspectiva, evidencia-se ali ampla atividade político-oposicionista e até político-subversiva, constantemente abafada por forças pluto- ou autocráticas que periodicamente convidam forças estrangeiras à arena política doméstica. Qual conexão poderíamos estabelecer entre tal quadro e o acelerado progresso material peninsular? Esse capítulo se debruçará sobre esse ponto.

A experiência política da Península Coreana foi, até meados do Século XIX, um dos maiores exemplos de estabilidade institucional que podemos pinçar na história humana dos últimos dois milênios. Afinal, entre 1392, ano em que principia o governo da Casa dos Yi, e 1894, ano em que eclode fulminante rebelião camponesa, será difícil identificarmos ali efetivos exemplos de contestação interna ao regime político vigente. Isto é, a monarquia apoiada por sobre uma burocracia agrária educada no confucionismo produziria ali, por cinco séculos, uma ordem social completamente inescapável, monolítica. Essa constância, entretanto, mudaria radicalmente a partir daí.

Em 1984, pois, a ordem social coreana simplesmente sucumbiria ante uma cadeia de rebeliões populares xenófobas, antiescravistas, anti-elitistas, distributivistas, e,

⁵⁸ A bandeira sul-coreana, o *Taeguk*, se inspira na milenar filosofia do Livro das Mutações - *I Ching*. Nela, o círculo ao centro precisamente representa a união de extremos. O *Yang*, a parte vermelha de cima do círculo, sugere o sol, o fogo, a luz, o dia, a masculinidade e o positivo. Já o *Yin*, a parte azul de baixo, representa a lua, a água, a escuridão, a feminilidade, a emoção e o negativo. No conjunto, as cores representam o equilíbrio ideal das forças da natureza. O fundo branco representa a paz e a pureza. Os quatro trigramas ao redor do círculo evocam o céu, a terra, a lua e o sol. Os dois primeiros juntos representam a infinidade; os dois últimos a esperança e a perspectiva.

simultaneamente, místico-religiosas. É em meio a esse quadro convulsionado que o governante do país, o Rei Kjong, pede auxílio chinês para recobrar controle sobre o próprio território. A intervenção chinesa se encaminha e, conscientes das amplas implicações geoestratégias, os japoneses decidem oferecer uma demonstração de força. A Guerra Sino-Japonesa torna-se uma decorrência inevitável, ocasionando uma vexatória derrota militar que sacramenta o declínio da influência regional chinesa. (Cumings, 1997: 119-127).

Desse momento em diante, mobilização e repressão passam a ser extremos em perene desequilíbrio nesse país. Primeiro, a presença colonial japonesa evidentemente sufocaria, dali até 1945, a rebelião camponesa supracitada, que em coreano é chamada de *Tonghak*. Mas a fermentação política continuava a partir do exterior. Em especial, perturbadora guerrilha se mantinha ali ativa, coordenada por grupamentos emigrados que se politizariam, na Rússia, paralelamente à Revolução Soviética. Em simultâneo, um governo em exílio, este de simpatias aristocráticas, continuava contando com o reestabelecimento da autonomia peninsular, e disputando futuros espaços de poder.

Com as bombas nucleares, reacende a disputa política interna na Península. Afinal, ainda que esta permanecesse ocupada por forças estrangeiras, o embate russo-estadunidense permitia o efetivo enfrentamento entre, de um lado, grupos de simpatias rural-camponesas em flerte com o socialismo, e, de outro, grupos rural-elitistas ou burocrático-elitistas ora seduzidos pelo capitalismo. Evidentemente, a Guerra Fria não permitia reequilíbrio corriqueiro dessas duas forças. A unidade nacional acabaria sacrificada pela primeira vez, exceto por curtos momentos, desde 676 d.C.

Com a secessão, emerge o período Syngman Rhee (1948-60), e o processo político regional aproxima-se de uma democracia decorativa, onde o ritual democrático seria minimamente observado, mas a competitividade pelo poder seria deliberadamente suprimida — seja pelas ações do governo ou da superpotência que afiançava seu poder —. A continuada supressão dissidente não se provará efetiva ante uma nova modalidade de rebelião urbana, amparada pelo moderno professorado e pela massa estudantil engajada. A Revolução de Abril de 1960, nacionalista e favorável à democracia, acaba escusando nova intervenção estrangeira nos assuntos peninsulares. Era hora de os coronéis “purificarem” o país; contando para tal com o beneplácito norte-americano.

Inicia-se então um longo período ditatorial-militar, que vigorará por 33 anos, até a posse de Kim Young Sam em 1993. E, mais grave ainda, o longo período em questão foi marcado por apenas três distintas lideranças: os generais Park Chung Hee (1962-

1979), Chun Doo Hwan (1980-1988) e Roh Tae Woo (1988-1993). Em meio a tal permanência política, foi tomando forma aquilo que se convencionou denominar “milagre sul-coreano”, cujos determinantes são alvo de investigação dessa Tese de Doutorado. Qual a relação entre essa longa ininterrupção do *status quo*, obtida mediante severíssima repressão policial-militar, e o sucesso econômico peninsular? O objetivo dessa Subseção é mapear e discutir as respostas disponíveis para esse questionamento, contextualizando-as numa discussão mais ampla sobre as sinapses entre ordem sócio-política e dinamismo capitalista.

Sobre este tópico em seu sentido amplo, a relação entre acumulação capitalista e ordem sócio-política é um tema extensamente visitado pela sociologia. Tal conexão foi alvo dos comentários de incontáveis analistas, especialmente daqueles inclinados às linhagens interpretativas *marxista* e *durkheimiana*. Em termos mais específicos, esse objeto pode ser desdobrado em duas correspondências analíticas distintas, ainda que integradas, quais sejam:

- i. Primeiro, podemos explorar quais os efeitos do prosseguimento da acumulação no padrão de integração social prevalecente. Ou seja, como o aprofundamento do capitalismo perturba o balanceamento interno de forças em uma sociedade?
- ii. Segundo, é possível indagarmos como o padrão de integração e ordenamento existente em cada sociedade interfere no vigor do processo de acumulação nela em curso. Ou seja, como a ordem social, ao se reproduzir ou se transmutar, afeta o dinamismo de uma dada manifestação local do capitalismo?

No âmbito da sociologia *marxista*, contudo, essas duas correspondências tendem a ser encaradas como relativamente indivisíveis. Pois, à luz dessa tradição analítica, o caráter peremptoriamente burguês da ordem social tenderia a ser progressivamente reforçado com o aprofundamento da acumulação, e, equivalentemente, o padrão específico de ordenamento social vigorante tenderia a conformar-se, sob o capitalismo, àquele mais ajustado aos interesses dos capitalistas, ou seja, da acumulação.⁵⁹ Da ótica

⁵⁹ Por acumulação não deve ser subentendido, aqui, crescimento econômico. Do prisma *marxista*, é admissível que a ordem burguesa favoreça a acumulação sem que isso ocasione crescimento econômico. Como Marx adverte no Livro Terceiro de *O Capital*, seria até presumível uma tendência à acumulação financeira em verdadeira obstrução ao crescimento econômico e ao acúmulo de capital fixo. Ainda assim, a ordem burguesa tenderia a retro-alimentar acumulação, ao passo que a acumulação guarneceria a ordem

de *O Capital*, ao menos, o estudo da natureza da acumulação sobrepujaria o estudo da ordem social em si, já que seria aparentemente por emulação desta que determinada ordem social, notadamente burguesa, seria erigida e re-ajustada. Com efeito, no *marxismo* a questão da ordem social somente angariaria real centralidade quando do amontoamento de contradições determinadas pelo próprio avanço do capitalismo, isto é, já sob circunstâncias contingentemente revolucionárias.

Já no âmbito da sociologia de matriz *durkheimiana*, ao contrário, os anteparos de cada padrão de integração social são uma questão sempre crucial, e cada uma das correspondências acima assinaladas costuma ser enxergada em separado. Em vista do foco dessa seção estar especialmente direcionado, como logo acima antecipado, ao exame das sinapses entre um determinado padrão de ordenamento político — a ditadura militar, que se apresentava como garantidora das hierarquias sociais — e o dinamismo capitalista, parece adequado que voltemos nossas energias às interpretações de filiação *durkheimiana*. E, com respeito a estas contribuições, que alguns preferem denominar “funcionalistas”, soa aconselhável que enfoquemos os estudos acerca das conexões biunívocas entre ordenamento político e acumulação capitalista.

O exame do primeiro tipo de correlação acima definido, isto é, o estudo de como a acumulação afetaria o equilíbrio interno de forças de uma sociedade, foi um tema crucial para o maior continuador de Émile Durkheim: Talcott Parsons. Já o exame da segunda, ou seja, de como cada padrão de integração e ordenamento sociais deitaria conseqüências sobre a acumulação, temos um conjunto de autores funcionalistas que se debruçaram sobre o assunto, enfocando especificamente o universo das sociedades onde a transição capitalista ocorria tardiamente em relação ao Atlântico Setentrional. Entre os mais influentes autores de linhagem *durkheimiana* que produziram contribuições a esse respeito, podemos destacar as obras dos norte-americanos Karl Deutsch, Gabriel Almond, Samuel Huntington e Chalmers Johnson. No entanto, há que pontuar as divergências antitéticas nesse conjunto bibliográfico a respeito de suas conclusões finais. Ou seja, sobre a tendente concomitância, ou não, entre a modernização capitalista e a sustentação da ordem burguesa.

Quanto a isto, Karl Deutsch e Gabriel Almond argumentaram que a difusão da modernização capitalista pelo universo de sociedades tradicionais emularia, sim, um reforço da opção destas pelo capitalismo ocidental. Ou seja, esses dois autores

burguesa, ao menos até o acúmulo de um conjunto suficientemente grande de contradições, aptas a comprometer a ordem sócio-econômica vigente.

pontuaram, indo em direção análoga às sugestões de Talcott Parsons, que os países descolonizados tenderiam a reforçar laços com os países do bloco capitalista, desde que tivessem a chance de vivenciar um crescente envolvimento comercial, financeiro e produtivo com as sociedades do Atlântico Norte. Na Subseção 2.5.1, abordaremos os argumentos desses três autores: Parsons, Deutsch e Almond.

Mas o *stablishment* acadêmico norte-americano teve a sua disposição, igualmente, contribuições que apresentavam argumentos precisamente opostos àqueles dos autores supramencionados. Ou seja, há também autores que pontuaram que a difusão tardia do capitalismo rumo às sociedades tradicionais tenderia a corroer, ao invés de reforçar, o poder das elites tradicionais. E, se assim fosse, as sociedades descolonizadas tenderiam a atravessar convulsões políticas que favoreceriam, no contexto da guerra fria, sua adesão ao bloco soviético, ao invés do capitalista-ocidental. Esse argumento, claro, afiançaria a defesa da incrustação de “regimes de força” nesses países, aptos a salvaguardar os interesses do bloco capitalista, e, paralelamente, permitir a continuidade da transição burguesa dessas regiões descolonizadas. A contribuição de Samuel Huntington é a mais evocada dentre aquelas que defenderam argumentos dessa natureza. Retomaremos seus argumentos na Subseção 2.5.2.

No âmbito dessa Seção 2.5 percorreremos ainda dois autores cuja preocupação se voltou, especificamente, à funcionalidade dos “Estados fortes” quando da transição oriental ao modo de produção industrial-capitalista. Analisaremos primeiramente, ao longo da Subseção 2.5.3, a interpretação clássica de Chalmers Johnson a respeito do capitalismo tardio japonês. E percorreremos ainda, na Subseção 2.5.4, a interpretação de Eun Mee King, que se debruçou sobre o comportamento do Estado sul-coreano durante o chamado *big-push*. Faremos, por fim, nossos usuais comentários, ao longo da Subseção 2.5.5.

2.5.1 – T. Parsons, K. Deutsch e G. Almond: as teorias funcionalistas “da modernização” e o desenvolvimento político como correlato do desenvolvimento econômico:

A) Talcott Parsons e a Questão da Ordem Política nas Sociedades Tradicionais e nas já Industrializadas.....	230
B) Gabriel Almond, Karl Deutsch, e o Reforço da Ordem Hierárquica durante a Transição Capitalista Tardia.....	235

A) Talcott Parsons e a Questão da Ordem Política nas Sociedades Tradicionais e nas já Industrializadas:

Nessa Subseção 2.5.1, como acima definimos, procuraremos apresentar os argumentos de autores perfilhados à tradição *durkheimiana* de interpretação sociológica. E, especificamente, retomaremos as contribuições de três deles: Talcott Parsons, Karl Deutsch e Gabriel Almond. Como veremos, o primeiro fornece um monumental ferramental analítico apto à interpretação de quaisquer sociedades humanas. No que diz respeito especificamente ao tema da ordem política das sociedades “em transição” capitalista, Parsons avaliou que nestas o predomínio interno das elites econômicas — ou, já àquele momento, burguesias nativas — tenderia a ser reforçado à medida que crescesse seu envolvimento com o capitalismo global. Mas ele não discorreu especificamente sobre esse assunto, que foi posteriormente alvo dos comentários de Karl Deutsch e Gabriel Almond. Neste subitem, A, retomaremos as linhas gerais da perspectiva *parsoniana*. E, ao longo do subitem seguinte, B, discutiremos os argumentos desses dois outros autores.

O primeiro elemento a ressaltar no âmbito da construção *parsoniana* é sua opção metodológica por enxergar a interação social como inteligível a partir de quatro “subsistemas” analiticamente distintos: o “sistema cultural”, o “sistema social”, o “sistema de personalidade” e o “organismo comportamental”. Vejamos como Parsons define cada um destes quatro planos.

- i. Em primeiro lugar, o “sistema cultural” seria o conjunto de padrões culturais de avaliação, responsável por conferir — ou negar — legitimidade à ordem normativa vigente na sociedade. Ele constituiria o fundamento, por exemplo, dos juízos morais feitos durante o dia-a-dia da interação social. Nas sociedades tradicionais, com efeito, o “sistema cultural” estaria fundamentado em orientações tradicional-religiosas, possivelmente corporificadas nas artes visuais e nas referências orais cotidianas.
- ii. Já o “sistema social”, em segundo lugar, seria a ordem normativa padronizada através da qual a vida de uma população se organiza coletivamente. Numa sociedade

tradicional, podemos pinçar como parte de um sistema social hipotético uma norma rigidamente observada, segundo a qual mulheres viúvas de uma determinada tribo só podem demonstrar simpatia por um segundo matrimônio após determinado rito, sendo punidas com o ostracismo cotidiano aquelas que desobedeçam a tal tradição.

iii. O “organismo comportamental”, em terceiro lugar, poderia ser definido como o “comportamento de organismos humanos vivos”, abrangendo suas necessidades e pulsões orgânicas. Colocamos nesta categoria nossos desejos alimentares ou sexuais, por exemplo. Estas necessidades de preservação estariam, por sua vez, sujeitas aos estímulos do ambiente no qual a interação social se dá. Além disto, claro, nossas pulsões estariam sujeitas a diversas pressões culturais e sociais desde o período de socialização primária de um indivíduo.

iv. É aí que emerge o “sistema de personalidade”, em quarto lugar, que poderia ser definido como a “organização aprendida do indivíduo que se comporta”, na qual o processo de socialização primária é sempre uma instância crucial. Quando afirmamos, no âmbito de uma sociedade tradicional, que jovens “destemidos” estão mais bem aparelhados para executar o papel de caçador ou guerreiro, é esse sistema que temos em mente.

Na perspectiva de Talcott Parsons, haveria uma permanente interação entre estas quatro dimensões. Por exemplo, a personalidade do indivíduo, assim como o conjunto de pulsões fisiológicas já aludido, seriam conjuntamente capazes de suscitar alvos a serem perseguidos pelo mesmo. Estes alvos seriam objeto de restrição ou excitação por parte dos sistemas cultural e social. E, ademais, a própria conformação da personalidade seria, de certa forma, explicada pela interação entre as pulsões físicas e os limites sócio-culturais circundantes.⁶⁰

Ou seja, ao lançar seu olhar sobre o indivíduo em sociedade, Parsons identificou quatro níveis analíticos distintos que deveriam ser necessariamente observados. Entre estes, haveria uma “hierarquia de fatores condicionantes”. Isto é, algumas destas dimensões seriam mais ricas em “energia” do que outras, sendo por isso classificadas acima nesta escala. Quanto a isto, o “organismo comportamental”, seguido pelo “sistema de personalidade”, constituiriam as categorias analíticas mais ricas em energia criadora e transformadora.

Esta vivacidade, claro, não seria tão facilmente identificável nos outros dois planos restantes — o “sistema cultural” e o “sistema social” —. Entretanto, estes seriam

⁶⁰ Aqui, abertamente, Parsons absorve a essência do argumento de Freud.

particularmente ricos em “informação” — como normas a seguir, ou punições previstas em caso de eventuais violações, etc. —, liderando por isto outra escala, que Parsons denominou “hierarquia de fatores de controle”. Deste modo, “[...] sistemas com muita informação e pouca energia regulam os sistemas com muita energia, mas pouca informação.” (Parsons, 1969: 22). O Esquema 2.5.1.A-1, logo adiante, retoma tal concepção.

Esquema 2.5.1.A-1

Destaquemos então alguns aspectos particulares da construção *parsoniana*. Primeiro, a dinâmica interna de uma dada sociedade pressuporia, à luz do arcabouço proposto, certo grau de autonomia em relação às demais. Ou seja, da ótica proposta a categoria “sociedade” subentende certa endogenia na postulação dos mecanismos de coerção e incitação que lhe são próprios. Nas palavras do autor:

“[...] uma sociedade é, relativamente, o tipo de sistema social mais autossuficiente.” (Parsons, 1969: 12).

Segundo, para Parsons o conceito de “sociedade” pressuporia certo grau de coesão interna que garanta a eficácia dos códigos culturais e mecanismos sociais. Com efeito, a construção *parsoniana* tende a se amoldar mais facilmente ao espaço empírico de sociedades “mais integradas”. Assim:

“Uma sociedade precisa constituir uma comunidade societária que tenha um nível adequado de interação ou solidariedade e um *status* característico de participação. [...]. Essa comunidade precisa ser a ‘portadora’ de um sistema cultural suficientemente generalizado e integrado a fim de legitimar a ordem normativa. [...]”. [Parsons, 1969: 12, 34-35]

Em terceiro lugar, a eficácia coercitiva de um sistema cultural ou social seria garantida, para ele, pela introjeção de suas normas, valores e prescrições. Ou seja, da ótica *parsoniana*, fiel à herança de Durkheim, seria mero absurdo conceber a integração social partindo do suposto que as pessoas seguem regras devido a um processo predominantemente externo de imposição. Neste sentido, Parsons explica que:

“[...] a manutenção de uma ordem normativa exige que seja implementada de várias formas; é preciso haver muita obediência — embora freqüentemente incompleta — às expectativas comportamentais estabelecidas pelos valores e pelas normas. A condição mais fundamental para tal obediência é a interiorização, pelos seus membros, de valores e normas [...]” [Parsons, 1969: 29].

Uma quarta dimensão de sua construção a ressaltar é seu foco nos padrões estatisticamente relevantes, e não nas idiossincrasias individuais. Para ele, então:

“[...] por mais importante que possam ser as variações individuais na determinação da ação concreta, são os padrões comuns de grandes grupos de seres humanos [...] que constituem o substrato orgânico maciço da ação.” [Desta forma,] “[...] o núcleo de uma sociedade, como um sistema, é a ordem normativa padronizada através da qual a vida de uma população se organiza coletivamente.” (Parsons, 1969: 17)

Estabelecidos esses eixos principais da construção *parsoniana*, parece indicado que examinemos especificamente como esta pode ser útil à compreensão da ordem social numa sociedade “em transição” tardia para o capitalismo. Para tal, precisaremos contrastar como Parsons concebe os anteparos da integração social, respectivamente, numa sociedade tradicional e numa sociedade capitalista contemporânea.

Examinemos primeiramente sua posição acerca da ordem nas sociedades tradicionais. Quanto a elas, Parsons faz alusão a quatro “complexos organizacionais” permeando os sistemas — “cultural” e “social” — responsáveis pela reprodução da ordem social. Vejamos sua explicação a respeito:

“Quatro características das sociedades humanas [...] [podem ser] citadas como tendo significado premente e universal como pré-requisitos ao desenvolvimento cultural:

tecnologia, organização de parentesco baseada no tabu do incesto, comunicação baseada na linguagem, e religião.” [Parsons, 1964]

Consequentemente, podemos intuir que a mudança social siga um lento curso nestas sociedades, uma vez que os eixos coercitivos que determinam sua conformação são tendentemente muito estanques. Afinal, a linguagem, a tecnologia e a religiosidade apresentariam, ali, padrão evolutivo muitíssimo lento. E, ademais, a organização de parentesco constituiria um construto hierárquico muito inerte, quase imaleável.

Na construção *parsoniana*, nada obstante, uma sociedade tradicional poderia a partir de certo ponto enveredar pela senda da transformação — e, de sua perspectiva ocidental, do aprimoramento — desde que dois dos anteparos acima aludidos viessem a ser relaxados. Na sua própria explicação:

[Há alguns complexos organizacionais] particularmente relevantes para a emergência das sociedades do primitivismo, [entre eles,] [...] a estratificação, envolvendo uma primeira ruptura com a atribuição por parentesco, e a legitimação cultural, com agências institucionalizadas que independam de uma tradição religiosa difusa” [Parsons, 1964]

Trocando em miúdos, as amarras que ali obstruiriam a transformação social tenderiam a ser afrouxadas desde que dois dos “complexos organizacionais” acima citados ganhassem contrapartes mais sofisticadas e maleáveis. Em termos precisos:

- i. A distribuição do *status* social por parentesco viesse a ser deslocada por um sistema mais flexível de estratificação.
- ii. A legitimação religiosa dos bens simbólicos fosse luxada por mecanismos institucionalizados mais dinâmicos de atribuição de valor imaterial.

Cumpra aqui observar que sociologia de Parsons pressupõe, inevitavelmente, uma taxonomia relativamente linear para a complexidade das diversas sociedades humanas. As tradicionais, dessa ótica, seriam mais “primitivas”, e tenderiam cedo ou tarde a convergir para o padrão ocidental, mais “sofisticado”, desde que observados certos condicionantes. Ou seja, a ventilação desses dois “complexos organizacionais” acima aludidos abriria terreno, no limite, para a incorporação também a essas sociedades dos anteparos da reprodução social que tipificariam, de seu prisma, as modernas sociedades do Ocidente. Pois, para Parsons, a complexidade dessas decorria fundamentalmente de terem incorporado a suas estruturas integradoras “complexos organizacionais” mais fluentes:

“Fundamental à estrutura das modernas sociedades são, tomados em conjunto, quatro outros complexos: a organização burocrática do com vistas a um objetivo coletivo, sistemas de mercado e monetários, um sistema legal generalizado e universal, e a associação democrática com liderança eleita e participação mediada com vistas a dar suporte às orientações políticas.” [Parsons, 1964]

Esses novos “complexos culturais” adquirem na construção *parsoniana* tons de uma inevitabilidade, pois eles não teriam despontado no Ocidente senão por constituírem o tipo de “sistema cultural e sistema social” mais bem ajustado, seja histórica- ou dedutivamente, ao imperativo de integração sob as formas mais complexas de subsistência que teriam despontado no Atlântico Norte. Assim:

“Ainda que esses [complexos] tenham se desenvolvido de forma muito desigual, em alguns casos retrocedendo por longo tempo, todos são claramente mais que ‘invenções’ de sociedades particulares.”

Essa interpretação da história humana permitia que Parsons enxergasse a transição das sociedades descolonizadas ao capitalismo quase como uma fatalidade, desde que essas tivessem a chance de ir se envolvendo crescentemente com as sociedades capitalistas mais industrializadas.

“Comparativamente, a institucionalização desses quatro complexos e suas inter-relações é muito desigual. Como quadro geral de referência, contudo, podemos compreendê-las como a principal tendência das fundações estruturais da sociedade moderna. [...] Seguramente, o suporte dessa proposição sobre os problemas da acelerada ‘modernização’ nas presentes sociedades ‘subdesenvolvidas’ é extremamente importante.” [Parsons, 1964]

Parsons apresentou, assim, um ponto de vista confiante da centralidade ocidental na História Humana, o que permitiu a seus continuadores debater nesses termos mais otimistas, desde sua ótica, a questão da ordem social nas sociedades “em mudança”. Logo adiante debateremos as contribuições específicas de alguns desses continuadores.

B) Gabriel Almond, Karl Deutsch, e o Reforço da Ordem Hierárquica durante a Transição Capitalista Tardia:

Nas ciências sociais, não constitui tarefa demasiado complexa reunir argumentos que amparem a hipótese segundo a qual dominação burguesa tenderia a ser facilitada, no âmbito de uma sociedade tradicional arrebatada pela difusão global do capitalismo, à medida que prosseguisse o desenvolvimento das forças capitalistas de produção em seu

interior. Pois, de certo *prima*, pode ser presumível que as elites tradicionais locais se vejam nesse novo contexto capazes de mobilizar, mediante a associação ao capitalismo global, novos e poderosos mecanismos para reforçar seu predomínio hierárquico nas esferas políticas internas. Dentre estas novas possibilidades, podemos elencar o advento de estratégias midiáticas de convencimento, ou de cooptação pelos ideais de consumo, já que estas constituem ferramentas de dominação tipicamente capitalistas e de fácil transposição a esse contexto neocolonial.

Com efeito, supondo um território onde a economia fosse organizada segundo um molde não-capitalista, é exequível referendar a previsão de que ali manifestar-se-ia, estabelecido um conjunto de nexos com capitalismo internacional, substancial reforço do poder da elite nativa, revigorado pelos novos instrumentos citados, que confeririam a esta substancial liberdade para dirigir a economia conforme suas próprias conveniências. Como consequência, é possível projetar para este hipotético território uma era de acelerada acumulação de capital — mesmo que tal acumulação redundasse paralelamente em aprofundamento de iniquidades e mazelas sociais diversas —. Pois o predomínio hierárquico do tope tenderia a ser forte o bastante para sufocar quaisquer resistências políticas internas, reproduzindo as condições de continuidade do processo de dominação e, doravante, aprofundando a acumulação.

Naturalmente, há vários enquadramentos alternativos. Mas, do âmbito do *estado-da-arte* das ciências sociais norte-americanas, esse prognóstico parece ter ostentado relativa predominância entre a II Guerra e primórdios dos anos 1950. Ou seja, era ali bastante enraizada a sensação de que um mecanismo eficaz para assegurar a preponderância burguesa nas regiões do Terceiro Mundo consistia, meramente, em estimular o próprio envolvimento das elites periféricas com o capitalismo ocidental. Desse prisma, desde que fossem dadas às natas descolonizadas vias efetivas de integração às redes comerciais e financeiras do I Mundo, estas seriam provavelmente capazes de reafirmar sua ascendência política interna, e subscrever assim a adesão de seus respectivos países à civilização capitalista ocidental. O excerto abaixo, de uma resenha assinada por Mark Kesselman, parece resumir esse *Zeitgeist*:

“A teoria predominante era de que com a afluência, a natureza seguiria seu curso e instituições representativas, pluralismo, estabilidade política, um estilo não ideológico, e uma política externa pró-americana seriam decorrências automáticas. Mais especificamente, o progresso seria o resultado de melhores comunicações, da transformação de valores e da cultura política, e do desenvolvimento de setores

institucionais específicos — ou seja, dos partidos políticos e da burocracia.”
[Kesselman, 1973]

É relevante indicar, a propósito dessas previsões, que elas se coadunam em íntimo grau com prognósticos que podem ser deduzidos a partir da construção *parsoniana*, e, especialmente, com os breves comentários perpetrados por Parsons acerca da temática da ordem política nessas sociedades “em transição”. Mas a história mundial dos anos 1950 trazia à tona, paralelamente, episódios que lançavam sombra sobre o caráter ocidentalista dessa expectativa. Afinal, o ápice da Guerra Fria emulava naturais questionamentos sobre a efetiva capacidade da civilização atlântica-setentrional em seduzir com seus modos de vida os povos recentemente descolonizados. E, nesse contexto, o poder persuasivo do “Comunismo” se convertia, naturalmente, em matéria de primeira grandeza no universo dos estudos políticos norte-americanos. É nesse conflituoso contexto que Gabriel Almond publica “*The Appeals of Communism*”, um marco da chamada “Teoria da Modernização”.

Nesse trabalho, Almond demonstra concordar com as linhas gerais do entendimento de Talcott Parsons, e desenvolve argumentos à luz dos quais era possível antever que a transição para o capitalismo deveria ser acompanhada, também nas sociedades onde tal transição ocorre tardiamente, pelo avigoro das hierarquias sociais, e, naquelas circunstâncias, pela crescente estabilidade da ordem burguesa. Esse prognóstico, aliás, seria também extensível à própria transição russa ao capitalismo. E, quanto a esta, o episódio da “Revolução Soviética” poderia ser meramente interpretado com um desvio ocasional e temporário de uma transição histórica ainda por se completar, culminando com o advento do capitalismo ocidental na Rússia. Ou seja, mesmo no Bloco Socialista instituições ao molde estadunidense acabariam provavelmente por prevalecer. Afinal, estas constituiriam não mais que uma exegese para preservar a integração social local dado o panorama socioeconômico que se impunha planetariamente.

Mas o argumento levantado por Almond é muito mais radicalmente ocidentalista. Com o patrocínio do *Institute of International Studies* da Universidade de Princeton, ele realiza uma pesquisa empírica que desce ao plano individual para caracterizar a simpatia pelo Comunismo como um “desvio” psíquico. Para tal, ele realiza entrevistas com vários psicanalistas *freudianos* ortodoxos, com vistas à obtenção de evidências clínicas aprofundadas da hipótese de que “desordens emocionais” de alguma natureza poderiam incrementar a propensão individual à simpatia por essa doutrina política. Pelas suas

conclusões, extremamente excêntricas do prisma hodierno, a susceptibilidade à causa comunista poderia ser explicada, entre pacientes ingleses e norte-americanos de classe média, por “desajustamento emocional” e “hostilidade neurótica generalizada”. A simpatia de pessoas nessas circunstâncias pelo movimento revolucionário poderia ser atribuída, segundo ele, ao fato de que:

“O Partido é comumente acolhedor à hostilidade neurótica e aos sentimentos e necessidades emocionais associados a ela.” (Almond, 1954: 269)

Com efeito, Almond enxerga as asperezas e privações da vida cotidiana no III Mundo “em transição” como um cenário favorável, no caso dos indivíduos educados e de classe média, às frustrações traumáticas responsáveis por favorecer a simpatia pelo germe bolchevique. Já naquilo que diz respeito aos indivíduos de extração inferior, as motivações revolucionárias seriam tendentemente muito mais concretas:

“Parece que a maioria das pessoas vem ao partido não apenas com sentimentos alienantes, mas com expectativas positivas e construtivas igualmente..” (Almond, 1954: 242)

Dessa ótica, a afeição dos membros das classes populares ao comunismo poderia ser compreendida por “motivações situacionais” ligadas à sinalização, por parte das lideranças partidárias, de que medidas particularmente sedutoras desde seu prisma seriam levadas adiante no mundo pós-revolucionário. Trocando em miúdos, os famintos receberiam provisões, os que passam frio seriam amparados, etc... Táticas de cooptação “populista” explicariam, assim, a resposta dos mais desfavorecidos aos apelos das lideranças revolucionárias. E, da ótica funcionalista aqui acompanhada, o sucesso dos revolucionários nessa empreitada conduziria senão ao advento de mecanismos “disfuncionais” de integração social, inábeis nesse mundo hodierno em compatibilizar a permanente expansão comercial, produtiva e financeira, com a requerida estabilidade do tecido social.

Consequentemente, a “ajuda externa” e a “política de boa vizinhança” figurariam como estratégias teoricamente adequadas a assegurar, também entre as sociedades descolonizadas, o predomínio dos negócios e do ideal de civilização estadunidense. Fornecendo empréstimos e financiamentos a projetos capazes de alavancar a mobilização da força de trabalho local, enviando comida e agasalho para populações deslocadas, compartilhando conhecimento médico e remédios, entre outras iniciativas, dissipar-se-ia o quadro favorável à cooptação dos segmentos populares pelas elites

partidárias comunistas oriundas da classe média. Paralelamente, o crescente envolvimento das elites locais com as redes comerciais e financeiras planetárias determinaria a crescente sedimentação da ordem burguesa no plano neocolonial, obviando que essas enveredassem pela introjeção de instituições definidas como “disfuncionais”.

O trabalho de Gabriel Almond teve massiva repercussão no ambiente acadêmico dos Estados Unidos, país àquela altura firmemente engajado em salvaguardar a frágil ordem burguesa na Península Coreana. No ano anterior à sua publicação, um precário cessar-fogo havia interrompido a Guerra da Coreia, e o debate acerca do futuro da “ordem política” nas sociedades “em transição” ganhava cada vez mais repercussão intra- e extra-acadêmica à medida que a Guerra Fria se acirrava.

Em abril de 1960 irrompe um ciclo de rebelião urbana na Coreia do Sul, costumeiramente denominado Revolução de Abril, onde militaram professores e alunos oriundos especificamente das classes médias das maiores cidades do país. Em que pese o fato de o teor das demandas ali colocadas não tangenciar o tema da revolução proletária à moda soviética, tais eventos compreendem novo conjunto empírico a provocar o debate acadêmico sobre a “ordem política” das sociedades “em transição”. E, não custa lembrar, a Revolução de Abril ocorria logo após a Revolução Cubana, onde figuras de extração mediana teriam sido personagens equivalentemente cruciais.

Neste momento, então, a chamada “Teoria da Modernização” se bifurca em dois ramos. O primeiro, adepto do acervo metodológico e das antevistas de Talcott Parsons, continuou a insistir que a tendência estrutural das sociedades “em transição” era o reforço da ordem burguesa, culminando com a cristalização, nelas também, de mecanismos de integração análogos àqueles das sociedades capitalistas atlântico-setentrionais. Já o segundo, fiel apenas à metodologia de análise sociológica *parsoniana*, argumentava que a tendência estrutural das sociedades “em transição” as conduziria em direção à “decadência política”, com a consequente adoção de mecanismos de integração crescentemente “disfuncionais”. Nos próximos parágrafos desse Subitem B, percorreremos os argumentos de Karl Deutsch, representativos dessa primeira corrente. Na Subseção 2.6.2, logo adiante, examinaremos as conclusões de Samuel Huntington, que tipificam esse segundo ramo divergente da “Teoria da Modernização”.

Retomemos, então, os argumentos de Karl Deutsch. Em seu difundido artigo “*Social Mobilization and Political Development*”, de 1961, este cientista político norte-americano empreende um estudo qualitativo do estágio daquilo que denominou

“mobilização social” em diversos países do àquela chamado III Mundo. O termo “mobilização social”, aliás, é definido por ele da seguinte maneira:

“Mobilização social é o nome dado ao processo geral de mudança, que acomete partes substanciais da população de países que se movem de modos de vida tradicionais para outros mais modernos. Ela denota um conceito que remete um sem-número de processos específicos de mudança, como câmbio de residência, de ocupação, de enquadramento social, do círculo de associados face-a-face, de instituições, de papéis, de modos de agir, de experiências e expectativas, e, finalmente, de memórias pessoais, hábitos e necessidades, incluindo um novo padrão de afiliação de grupo e novas imagens da identidade pessoal ” [Deutsch, 1961]

Utilizando então variáveis objetivas supostamente capazes de capturar o estágio de “mobilização” de cada país — como o PIB *per capita*, o alfabetismo, o percentual de leitores de jornal e a taxa de urbanização —, Deutsch identifica um significativo avanço da “exposição à modernidade”, e, conseqüentemente, no nível de “mobilização” correspondente a vários países. Da sua ótica, então, estes estavam “se tornando um pouco menos como a Etiópia e um pouco mais como os Estados Unidos.” [Deutsch, 1961]

Desse prisma, as instituições responsáveis pela integração social das sociedades descolonizadas convergiriam, a seu ritmo, para o padrão prevalecente no Atlântico Norte. E, ademais, essa convergência tenderia a ser completada aceleradamente:

“Os países em desenvolvimento da Ásia, África, e partes da América Latina podem ter que cumprir... em apenas poucas décadas um processo de câmbio político que na história da Europa Ocidental e América do Norte consumiu várias gerações; eles podem ter que cumprir esse câmbio acelerado quase como um salto, omitindo como impraticáveis alguns dos estágios históricos da transição [...]” [Deutsch, 1961]

Não obstante, durante os anos 1960 o noticiário norte-americano seria tomado por uma avalanche de evidências empíricas emulando questionamentos acerca da predisposta adesão das nações descolonizadas à esfera estadunidense. Pois intensas mudanças políticas varriam o III Mundo, como ilustram os casos de Cuba (1959), da Argélia (1962), do Iêmen (1962), de Zanzibar (1964) e do Sudão (1964). Afinal, seria razoável crer que todos os regimes a emergir desses novos ventos adotariam uma postura necessariamente pró-ocidental?

Em inúmeros países, era factível pontuar, as aparentes conseqüências da urbanização e do advento de setores econômicos modernos — corporificados no

desenvolvimento de partidos políticos e de regimentos militares profissionais —, pareciam apontar para um direcionamento estritamente oposto àquele acima esmiuçado. Com efeito, golpes militares, revoluções, movimentos rebeldes, desordem urbana, corrupção funcional-pública e estagnação econômica se candidatavam àquela altura a fazer também parte do rol de consequências imediatas do desenvolvimento capitalista em condições neocoloniais. Essa realidade passaria a ser levada em conta pela bibliografia, que sofre uma cisão, na qual um grupo acaba se divorciando da vinculação *parsoniana* entre desenvolvimento capitalista e adesão ao sistema capitalista ocidental.

2.6.2 - Samuel Huntington: a aplicação conservadora do ferramental funcionalista e o divórcio entre modernização tardia e ordem burguesa

A) Subsídios Histográficos: a dissidência política frente a presença estrangeira a Coreia entre 1894 e 1945.....	241
B) Subsídios Historiográficos: a dissidência política frente a ditadura militar entre 1960 e 1993.....	250
C) Samuel Huntington, a Guerra Fria e a Defesa dos “Regimes Fortes” no III Mundo.....	256

A) Subsídios Histográficos: a dissidência política frente à presença estrangeira a Coreia entre 1894 e 1945

Ao final da Subseção 2.6.1, logo acima, foi sugerido que haveria evidências históricas substanciais, especialmente incidentes nos anos 1960, de que modernização capitalista e estabilidade hierárquica são fenômenos possivelmente dissociáveis. A propósito dessa hipótese, soa conveniente retomar a história política dissidente sul-coreana desde os primórdios da exposição peninsular à modernização, ainda em fins do século XIX, pois esta evidencia predica fortemente sugestivos de que a exposição de uma sociedade tradicional ao capitalismo é capaz, em alguns contextos, de desestabilizar seriamente as hierarquias até então vigorantes. Façamos então esse esforço ao longo dos Subitens A e B, destinados, respectivamente, ao exame da história dissidente sul-coreana antes e depois de 1960. No Subitem B, logo após, exploraremos a mais difundida obra que procurou demonstrar esse descasamento: aquela assinada por Samuel Huntington. Voltemos então nossas energias, nos parágrafos abaixo, à história dos desafios à ordem social (sul-)coreana.

Com a assinatura do Tratado de Kanghwa, em 1876, a Coreia põe fim a séculos de independência *de facto*⁶¹, ao mesmo tempo em que o contato com a civilização capitalista se torna francamente inevitável. Este tratado conferiria aos japoneses direito de acesso aos portos e mercados coreanos, anteriormente fechados ao comércio internacional. Numa tentativa de minimizar o peso do agressivo vizinho, o governo coreano negociaria tratados semelhantes com outros países. Assim, um tratado com os Estados Unidos foi firmado em 1882, outro foi firmado com Grã-Bretanha em 1883 e, por fim, mais um foi acertado com os russos em 1884. A assinatura deste conjunto de acordos produziria consequências extremamente perturbadoras do equilíbrio de uma economia que, então, praticamente se resumia à agricultura tradicional, praticada em bases tecnológicas e institucionais grosso modo inalteradas ao longo de séculos.

⁶¹ Ainda que, formalmente, o rei coreano fosse vassalo do imperador chinês, o país sempre gozou de irrestrita autonomia na condução de seus assuntos internos.

Primeiramente, haveria um notável aumento nas despesas do Estado coreano, pois o reino se comprometera paralelamente a executar obras de modernização em sua estrutura portuária. Estes gastos somente poderiam ser custeados mediante um aumento nos impostos pagos pela rudimentar atividade agrícola. Segundo, a abertura dos portos significaria uma progressiva drenagem do arroz produzido no país rumo ao insaciável mercado japonês. O resultado não podia ser outro: um considerável aumento no preço do item que constituía a base da dieta coreana. E, como a oferta era muito rígida naquela agricultura ainda organizada ao molde tradicional, isto pressionou persistentemente o custo de vida vigente no campo. De forma análoga, os pescadores artesanais seriam afetados pela presença das companhias pesqueiras japonesas em águas territoriais coreanas. Surgiria uma situação potencialmente explosiva (Cumings, 1997: 116).

Décadas antes da abertura dos portos, a Coréia já vinha sendo lentamente interpenetrada por valores cristãos, que ali chegavam pela ação de missionários católicos de origem européia, a despeito da ilegalidade de sua permanência naquele país. A difusão de valores e concepções existenciais tão distantes das tradicionais contribuiria para a emergência de um movimento religioso coreano com forte conteúdo xenófobo e que, por sua enfática defesa da igualdade entre os estratos sociais, seria entendido pelas elites coreanas como uma séria ameaça. Tratava-se do *Tonghak*, ou “aprendizado oriental”, uma religião nacionalista e sincrética criada por Ch’oe Che-U (1824–64).

Sua doutrina combinava premissas Confucianas, Taoístas, Budistas, Xamanistas Coreanas e, também, Católicas Romanas. O princípio básico poderia ser traduzido como “homem e Deus são um só”. E, assim sendo, servir ao povo significava servir a Deus: era esperado de um verdadeiro fiel que se engajasse ativamente na luta pela construção de uma sociedade mais igualitária.⁶² Temendo a crescente popularidade da mensagem subversiva de Ch’oe, o governo coreano ordena sua prisão em 1863, e ele é executado no ano seguinte. Sua morte debilitaria severamente o movimento *Tonghak*, mas suas idéias não desapareceriam. Nas décadas seguintes, um lento esforço de propagação da doutrina seria liderado por Ch’oe Si-Hyong (1827-1898).

As perturbações econômicas decorrentes da abertura comercial dariam renovada força à mensagem de protesto do *Tonghak* e, em 1894, os líderes do movimento já se sentiam em condições de desafiar o governo. É quando começa uma onda de protestos que agitaria o mundo rural coreano. Em face da reiterada negativa do governo em

⁶² Sobre o *Tonghak*, veja: Hong (1968) e Shin (1979).

discutir as reformas sociais propostas pelo movimento, a rebelião tomaria conta do país e, aldeia após aldeia, as províncias do sudoeste cairiam nas mãos dos rebeldes.

Com *slogans* como “Expulse os anões japoneses e os bárbaros ocidentais, e louve a retidão!”, ou ainda, “Suporte a nação e sustente o povo!”, os rebeldes clamavam pelo fim da escravidão no campo, pelo fim da discriminação de origem social, pela distribuição das terras àqueles que as aravam, pelo cancelamento de dívidas, pela punição de oficiais corruptos e, especialmente, pela expulsão dos estrangeiros. A ordem havia sido dinamitada no meio rural coreano.

Em 1894, o Rei Kojong, sem meios de controlar o próprio território, solicita ajuda chinesa⁶³, ao mesmo tempo em que se dispõe a negociar com os revoltosos. Esperançosos em obter um bom termo, os líderes rebeldes desmobilizariam a maior parte de suas milícias. A China Imperial responde ao chamado com o envio de tropas e, percebendo a importância do momento, os japoneses enviariam contingentes ainda maiores. Eclode, então, a Guerra Sino-Japonesa, que termina com a derrota chinesa. Em 23 de julho deste mesmo ano, os japoneses entram no palácio real coreano, forçando Kojong a devolver o poder a seu pai, o Grão Príncipe⁶⁴, que fora Regente durante infância do seu filho e por intermédio de quem passam a tutelar o governo coreano. Paradoxalmente, o Grão-Príncipe havia sido um ferrenho isolacionista, defendendo a todo custo, quando no poder, o status “hermitão” do reino — cultivado desde que o país repelira, com muito sacrifício e heroísmo, a invasão japonesa do século XVI — (Cumings, 1997: 119-127).

A vitória japonesa na Guerra Sino-Japonesa de 1894-95 — com o conseqüente afastamento do Rei Kojong — seria, segundo Viscaíno Jr. (1999), o momento exato em que se absolutiza a preponderância japonesa sobre os negócios coreanos. Sob tutela dessa emergente nação estrangeira, o movimento *Tonghak* seria esmagado, Ch’oe Si-Hyong seria preso e executado em 1898. Em forte contraste com a passividade das autoridades e de parte substancial das elites coreanas em relação ao crescente domínio japonês, os herdeiros do movimento *Tonghak* levariam adiante a resistência nacional contra a agressão estrangeira. Por exemplo, com a dissolução do Exército Coreano pelos japoneses em 1907, muitos camponeses e ex-soldados se engajariam nos chamados “exércitos da retidão”, promovendo atividades de guerrilha contra o colonizador.

⁶³ Este acontecimento tem um significado histórico muito amplo. Dali em diante, a manutenção da ordem social na Coréia passa a depender da presença constante de forças militares estrangeiras.

⁶⁴ Em coreano, *Taewŏn ’gun*.

Estas milícias haviam sido originalmente criadas por membros nacionalistas da aristocracia e, inicialmente, contavam apenas com o alistamento de camponeses, sobre quem pesava o legado doutrinário do *Tonghak*. A dissolução do exército nacional conferiria fôlego adicional ao movimento, materializado na adesão de membros treinados e armados. Segundo Hart-Landsberg (1993, 103-110), mais de 18.000 coreanos tomariam parte em enfrentamentos deste tipo, entre 1905 e 1910. Os “exércitos da retidão” chegariam a contar com um contingente de cerca de 70.000 soldados, que se engajariam em mais de 1.500 ataques às forças japonesas. Com a anexação formal ao Japão em 1910, seus membros se aquartelariam nos países limítrofes, penetrando o território coreano em ataques eventuais às posições japonesas.

Com a continuada supressão das milícias, e com sua evidente incapacidade em repelir o colonizador, o desejo de independência passa da guerrilha com predomínio de elementos populares ao protesto coordenado por setores da elite do país. Em 1919, inflamadas pela decidida defesa da “auto-determinação dos povos” feita pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson, 33 lideranças nacionalistas leriam uma “Declaração de Independência”, que levaria às ruas milhões de coreanos. Era o “Movimento de Março de 1919”, do qual tomariam parte de estudantes e trabalhadores a fazendeiros e comerciantes (Cumings, 1997: 154-155 e Kim, 1996:1185-1191).

A derrota do movimento foi um momento definidor na luta pela independência coreana. A partir daí, a elite econômica que encabeçara o “Movimento de Março” se divide em duas facções. Uma delas decide deixar a Coreia, formando um Governo Provisório no exílio, que acabará retomando o controle do sul do país sob a égide norte-americana, após a Capitulação Japonesa. A outra acaba sendo cooptada pelos japoneses e participa da administração colonial. Membros desta última facção colaborariam com os colonizadores, mesmo que eventualmente almejassem, em um futuro ainda não tateável, ver pelas costas os estrangeiros. Note que os japoneses montariam na Coreia um aparato estatal de proporções muito consideráveis, com grande abertura à presença de coreanos. Segundo Hart-Landsberg (1993: 108), enquanto os franceses governariam 17 milhões de vietnamitas com 3.000 administradores franceses, 11.000 soldados regulares e 38.000 nativos — servindo seja na administração ou na milícia —, os japoneses governariam 21 milhões de coreanos com 246.000 japoneses e 63.000 coreanos apenas no corpo administrativo.

Mas a luta pela independência também era integrada por ativistas oriundos das camadas populares. Com a derrota do Movimento de Março, parte considerável destes

ativistas encontraria refúgio na Manchúria e nas províncias marítimas da Rússia, onde seria fortemente influenciada pelo processo revolucionário daqueles países. Teriam origem, ali, várias formações comunistas encabeçadas por coreanos. Em 1921, várias destas formações se fundiriam, formando o primeiro Partido Comunista Coreano, com presença fora das fronteiras do país. Sua plataforma incluía a nacionalização da indústria, educação gratuita e obrigatória, trabalho compulsório para homens e mulheres, emancipação da mulher e confisco da propriedade privada. Em 1925, surgiria um segundo Partido Comunista Coreano, desta vez operando dentro do país.

Este novo partido reuniria ao seu redor 150 sindicatos e organizações trabalhistas, incluindo em suas reivindicações a jornada de trabalho de 8 horas diárias e a instituição do salário mínimo. A Coreia vivenciaria uma nada desprezível atividade grevista durante os anos 1920, atingindo o seu ápice no biênio 1929-1930. Esta agitação seria reprimida, porém, com o início dos preparativos para a II Guerra Mundial. No entanto, é possível concluir que o imperialismo japonês, sem querer, criaria um movimento da classe trabalhadora, liderado por comunistas e comprometido com a construção de uma Coreia socialista.

Com o fim da Guerra, o “Comitê pela Preparação da Independência Coreana” convocaria (em 6 de Setembro de 1945) um congresso em Seul, ao qual compareceriam cerca de 1.000 delegados de todo o território coreano. Neste congresso, seria estabelecida a República Popular da Coreia. O programa de ação da recém-criada república compreenderia diversas medidas de conteúdo nacionalista e socialista, entre as quais: 1) a revogação de todo o arcabouço legal japonês, 2) a nacionalização das indústrias básica, de transportes e comunicação, 3) a jornada de trabalho de 8 horas, 4) a educação primária compulsória, 5) a liberdade de expressão e culto, e 6) o sufrágio universal.

Uma vez que durante as décadas finais da ocupação estrangeira, a resistência interna ao colonizador fora travada essencialmente por grupos simpatizantes do socialismo, era mais do que natural que a ampla maioria dos coreanos enxergasse nas lideranças socialistas verdadeiros exemplos de heroísmo nacional. E, assim, o programa da República Popular gozaria de fortíssimo respaldo popular. Mesmo para quem enxergasse com desconfiança sua agenda política, era muito desconfortável referendar a permanência no poder das opções políticas de então, sabidamente infiltradas por “colaboradores”. Igualmente, o “governo em exílio”, pró-capitalista e encabeçado por

membros da antiga aristocracia, podia ser facilmente acusado de ter abandonado o país à própria sorte.

O governo de ocupação estadunidense, claro, estava bastante consciente da armadilha produzida pela ocupação colonial japonesa: ela havia conseguido tornar demasiado tênue a fronteira entre o “capitalismo” — um sistema de organização social e produtiva trazido à península pelo invasor estrangeiro — e a “colaboração”. É neste contexto que os americanos se aproximariam da figura ímpar que foi Syngman Rhee: veementemente anti-nipônico e decididamente anti-comunista. Syngman Rhee se avocava ascendência real, afirmando que sua linhagem remontava ao Príncipe Hyonyŏng, o segundo filho do Rei T’aejong de Chŏson (1367-1422)⁶⁵. Ele é preso em 1897, após participar de protestos contra a monarquia. Libertado em 1904, segue para os Estados Unidos. Lá, como bom *yang-ban*, prosseguiria seus estudos até obter o Ph.D. pela Universidade de Princeton. No longuíssimo exílio, Rhee se aclimataria de forma tão acentuada que desposaria uma austríaca e passaria a assinar seu nome à moda ocidental, com o nome pessoal precedendo o nome familiar. Entre 1919 e 1925, Syngman Rhee ocuparia o cargo de presidente do Governo Provisório, exilado em Xangai.

Em 1945, Rhee retornaria à Seul e assumiria o poder no sul com o apoio americano. Empreenderia, então, um programa de “remoção de comunistas” que, na realidade, acabaria sendo um programa de remoção de quaisquer oposições. Impedido — por circunstanciais internacionais — de estender seu plano ao norte e, ademais, certo de que seu futuro político dependia da derrota do projeto da “República Popular”, defenderia abertamente, já a partir de meados de 1946, o estabelecimento de um governo sulista independente. Era o início da bipartição do território coreano e, para Rhee, a possibilidade de ser vencedor em uma eleição sem opositores que, reconhecida pelos americanos e repudiada pelos soviéticos, consagraria a criação da Coreia do Sul, em 1948.

A posse de Syngman Rhee no sul, claro, não seria capaz de acalmar os acirrados ânimos da população coreana. Haveria, inclusive no sul, vários exemplos de resistência ao novo governo que assumia sob bênçãos estrangeiras, frustrando mais uma vez o anseio por autonomia nacional. Entre Outubro e Novembro de 1946, a Coreia

⁶⁵ Note que o nome “Rhee” é, na verdade, uma diferente forma de escrever em letras latinas o sobrenome “Yi”, que coincide com o sobrenome da casa real coreana. Mas não parece encontrar amparo nos registros sua presunção de pertencer à realeza, o que torna o caso ainda mais interessante.

vivenciaria incontáveis focos de rebelião de origem rural em várias províncias⁶⁶, com motivações nacionalistas e igualitárias, decididamente simpáticas à agenda da “República Popular”. Todas acabariam, por fim, sendo contidas pelo exército americano.

Possivelmente, o mais violento de todos estes embates de resistência à imposição de um governo alinhado a uma força estrangeira tenha ocorrido na Ilha de Cheju, em 1948. Ali, rebeldes de inspiração socialista conseguiriam tomar o controle de toda a ilha. A resposta de Seul seria rápida e violenta: de acordo com Hart-Landsberg (1993, 129), 12% dos habitantes da ilha seria executado, e um terço da população seria conduzida à migração forçada. Logo em seguida, ainda em 1948, um incidente análogo ocorreria na cidade portuária de Yosu.

Com o tempo, a continuada repressão liderada pelo exército americano debilitaria a guerrilha, e ela acabaria arrefecida. Demoraria décadas até que os movimentos populares de base recuperassem o espaço perdido com estas derrotas. Mas, sem dúvida, é preciso reter que é neste ambiente socialmente tão agitado — especialmente no campo — que os americanos patrocinariam a reforma agrária coreana, que redistribuiu as terras anteriormente detidas pela companhia japonesa de colonização, a *Oriental Development Company*.

Apesar de contar com enorme poderio bélico, midiático, financeiro e institucional a seu favor — aí incluindo a possibilidade de perseguir e ameaçar opositores —, o governo Rhee acabaria perdendo popularidade. Apesar dele ter tido sucesso em se reeleger em 1952 e 1956, a oposição lograria eleger seu candidato, Chang Myon, para a vice-presidência. Nas eleições de 1960, então, Chang seria um forte candidato. Quando os resultados do pleito foram anunciados, conferindo nova vitória a Rhee, um movimento formado essencialmente por estudantes tomaria conta das ruas, questionando o resultado. A reação policial provocaria a morte de mais de 100. Tal brutalidade somente acirraria ainda mais os ânimos. O governo Rhee perderia visivelmente qualquer legitimidade (Kim, 1996: 1183-1185 e Cumings, 1997: 345).

A saída de Rhee e sua substituição por Chang não arrefeceria o protesto. Na verdade, os estudantes radicalizariam suas demandas por igualdade e unificação do território nacional. Greves gerais seriam organizadas. O próprio prédio da Assembléia Nacional seria invadido e ocupado. Claro, os Estados Unidos acompanhariam com assombro a evolução política do movimento. Chegara o momento, então, de uma nova

⁶⁶ Em Kyöngsang (do Norte e do Sul), Chölla do Sul, Ch’ungch’öng do Sul, Kyönggi e Kangwön.

ruptura rumo a formas ainda mais autoritárias de governo. Tomando as palavras de Cumings (1997: 351), os coronéis tomariam para si a tarefa “purificar a Coréia”.

Listemos então as conclusões que podem ser tiradas do que foi acima exposto. O solapamento das bases de dominação de classe da sociedade tradicional coreana, sacudida por violentas metamorfoses desde o último quarto do século XIX, produziria um ambiente político em permanente ebulição. Esta efervescência já poderia ser claramente diagnosticada desde a violenta expansão do movimento rural *Tonghak*. Neste contexto, a aristocracia coreana não teria muitas opções. Qualquer tentativa de reforma tardia do Estado e da economia do país significaria maiores gastos públicos. Como as elites locais não estavam dispostas a perder, o peso recairia fatalmente sobre o homem do campo, que já havia mostrado que não poderia conceder mais. A única saída nacionalmente fundada para o impasse seria a vitória de um movimento popular revolucionário, o que de fato se delineou com as fáceis vitórias iniciais do *Tonghak*. E é aí que a aristocracia coreana solicitaria auxílio estrangeiro.

A intervenção estrangeira reequilibraria a balança de poder em favor da aristocracia, que perde o controle do território, mas logo seria parcialmente incorporada aos lucrativos negócios coloniais. Mas, durante todo o período da ocupação, o mesmo movimento de base rural e popular, continuamente transformado, continuaria agitando o cenário coreano, em alguns casos com apoio de setores mais nacionalistas da elite.

Depois da Capitulação nipônica, são os americanos que, de forma análoga, manteriam operacional este equilíbrio visivelmente frágil. Reprimiriam continuamente as massas e patrocinariam a implantação de um governo alinhado aos seus interesses. Mas as camadas populares continuariam agitadas e, em determinado momento, se insurgiriam contra um processo eleitoral de lisura duvidosa e, indiretamente, trariam ao debate seu repúdio à divisão do território nacional, à normalização das relações diplomáticas contra o Japão e, de modo mais genérico, à situação opressiva vivenciada pelas classes dominadas. O governo cai, mas, novamente, os norte-americanos reequilibrariam a situação apoiando a implantação de uma ditadura militar e acirrando o esquema repressivo.

B) Subsídios Historiográficos: a dissidência política frente à ditadura militar entre 1960 e 1993

Como já dito, com a queda de Syngman Rhee em 1960, tem início na Coreia do Sul uma longa sucessão de presidentes militares, que somente terminaria com a eleição do civil Kim Young-Sam em 1993. O mais simbólico governo deste período seria o de Park Chung Hee (1963-79), marcado por acelerado crescimento econômico e industrialização. Mas se, como vimos, a Coreia vinha de décadas de agitação política, o que teria acontecido com a esquerda nacionalista depois do golpe militar? Teria ela recebido o modelo implantado por Park com simpatia?

Um exame mais atento dos dados nos permite diagnosticar que, paralelamente à notável expansão industrial, a economia coreana também apresentaria, durante o regime militar, outros indicadores menos capazes de atizar a inveja dos demais países periféricos. Eles são capazes de captar o cenário que fecundaria as dissidências ao regime ditatorial, no qual, paralelamente ao veloz crescimento do PIB, podemos observar um sensível processo de concentração de renda por estratos e um acentuado processo de concentração de renda por gênero, paralelamente à compressão salarial das massas rurais (que então migravam aceleradamente para as cidades).

Como aludido, um dos dados desfavoráveis deste período seria o continuado acirramento das desigualdades de renda. Convém ressaltar que a Coreia do Sul dos anos 1960 era uma sociedade que se caracterizava por um padrão de distribuição de renda relativamente equitativo. Enquanto o Coeficiente de Gini da renda domiciliar equivalia, neste país, a 0,332, na Suécia este indicador era de 0,387 e, nos Estados Unidos, 0,417 (Koo, 1984). Esta situação pode ser explicada tanto pelas políticas de reforma agrária empreendidas pelo governo de ocupação, quanto pelo efeito estatístico da grande homogeneidade das condições de vida da absoluta maioria pobre da população coreana. A afluência estava, então, restrita a uma ínfima parcela da população, os herdeiros da aristocracia que, embora concentrando substancial riqueza, não possuíam peso demográfico para influir decisivamente na magnitude desta estatística. A despeito deste favorável ponto de partida, os dados compilados nas Tabelas 2.6.2.B-1 e 2.6.2.B-2 deixam claro que as políticas econômicas do período militar promoveriam uma constante piora neste indicador, em função direta do ganho de participação dos 20% mais ricos e perda de participação dos 40% mais pobres na renda nacional.

TABELA 2.6.2.B-1 – Coeficiente de Gini na Coréia do Sul, 1965-1980:				
	1965	1970	1976	1980
Índice de Gini	0,344	0,332	0,391	0,389
Fonte: Hart-Landsberg (1993), em referência a: Economic Planning Board. Social Indicators in Korea, 1987, p.80.				

TABELA 2.5.2.B-2 – Renda por Estratos, 1965-1980:				
Faixa de Renda	1965	1970	1976	1980
20% Mais Ricos (A)	41,81	41,62	45,34	45,39
40% Mais Pobres (B)	19,34	19,63	16,85	16,06
(A)/(B)	2,16	2,12	2,69	2,83
Fonte: Hart-Landsberg (1993 em referência a: Economic Planning Board. Social Indicators in Korea, 1987, p.80.				

Outra característica condenável que marcaria fortemente a economia sul-coreana deste período seria a desigualdade de gênero. Ao passo que as mulheres se lançariam crescentemente ao mercado de trabalho desde a ocupação japonesa, suas condições de remuneração estariam sempre muito aquém daquelas vivenciadas pelos homens. Conforme indicam os dados de uma comparação realizada por Seguino (2004), a Coréia efetivamente se destacaria negativamente, entre os vários países subdesenvolvidos pesquisados pela autora, pelas más condições de remuneração feminina em face da masculina. Em nenhum dos países observados pela autora foi diagnosticado tamanho diferencial salarial entre gêneros. A Tabela 2.6.2.B-3 expõe estes dados.

Esta acentuada desigualdade salarial entre homens e mulheres não deve ser enxergada meramente como uma questão de justiça entre gêneros; ela foi uma engrenagem crucial ao sucesso da industrialização “puxada por exportações”, dada a maciça presença feminina nos setores exportadores. Os dados da Tabela 2.6.2.B-4 nos dão uma clara dimensão do quão intensamente a presença das mulheres se fazia sentir nos principais setores exportadores. No importante ramo exportador das vestimentas, por exemplo, a presença das mulheres alcançaria mais de 70%.

TABELA 2.6.2.B-3 – Diferencial Salarial por Gênero em Países Selecionados:

País	Período	(Salários Femininos)/ (Salários Masculinos)
Filipinas	1993	0,870
Paraguai	1983-94	0,869
El Salvador	1975-94	0,868
Turquia	1988-95	0,865
Colômbia	1988	0,846
Sri Lanka	1980-95	0,796
México	1984-92	0,795
Chile	1987	0,773
Grécia	1975-95	0,748
Portugal	1989-95	0,718
Costa Rica	1978-85	0,715
Hong Kong	1982-95	0,684
Tailândia	1989-94	0,669
Indonésia	1988-91	0,649
Taiwan	1981-95	0,646
Chipre	1975-95	0,584
Singapura	1983-95	0,544
Brasil	1988-94	0,533
Malásia	1983-94	0,505
Coreia do Sul	1975-95	0,482
Fonte: Seguino (2000, 1218).		

TABELA 2.6.2.B-4 – Mão-de-obra Feminina em Setores Selecionados, em %:

	Têxteis	Vestimentas	Eletrônicos
1977	69,0	73,0	55,3
1984	65,7	76,7	52,0
1990	57,3	72,0	48,7
Fonte: Seguino (2000, 1217).			

Ciente do quão dependente era o desempenho exportador sul-coreano dos baixos salários, a administração Park pôs em prática políticas deliberadas para conservá-los suficientemente deprimidos. A partir de 1966, tendo já lançado os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico, o governo Park começaria a se valer do controle que possuía dos mercados de grãos e crédito para promover uma baixa sistemática no valor de importantes produtos da economia agrícola coreana, como o arroz. Como resultado direto desta política, a renda média dos domicílios rurais cairia acentuadamente.

Se, em 1965, a renda média dos domicílios no campo equivalia à média urbana, não atingiria nem mesmo 65% desta em 1969. Assim, o consumo médio de arroz por domicílio agrícola declinaria aproximadamente 21%⁶⁷. Na verdade, a produção agrícola de 1970 teria sido praticamente idêntica àquela de 1964, e a queda dos preços teria forçado os produtores a vender mais para poder sobreviver. Em resposta a estas severas condições, milhões de pessoas deixariam subitamente o campo. E, assim, no curto período entre 1967 e 1976, a população agrícola decresceria de 54,4% para 35,7%. Como corolário, a população de Seul pularia de 2,5 milhões em princípios dos anos 60, para 4,7 milhões em 1969 e, finalmente, 7,5 milhões em 1977 (Hart-Landsberg, 1991, 170-177).

Ou seja, ainda que o PIB estivesse avançando aceleradamente, e economistas ocidentais elogiassem as políticas de Park, as condições de vida de parte importante da população sul-coreana estavam se deteriorando. E com um agravante: isto era o resultado intencionalmente produzido pela política de um regime autocrático que via na depressão das condições de vida do grosso da população uma janela para o aumento da taxa de crescimento das exportações e do produto industrial. Em 1977, ano da publicação do elogioso livro de Paul Kuznets, estimava-se em 3 milhões o número de pessoas vivendo nas favelas de Seul.

E, provavelmente, as mulheres eram a parte mais duramente atingida neste acelerado êxodo rural. De acordo com Kim (1986, 40), elas constituíam parcela majoritária daqueles que rumavam às cidades — 53% entre 1961 e 1965, 51% entre 1965 e 1970 e 54% entre 1970 e 1975 —. A maioria delas era bastante jovem: 60% tinha de 10 a 29 anos de idade. Em 1973, quase metade da força de trabalho empregada em todo o setor manufatureiro coreano era composta de mulheres.

No início dos anos 1970, enquanto o Banco da Coréia estimava em US\$ 90 o custo de vida mensal de uma família de quatro membros, e o salário fabril médio pago no país era de US\$ 40, as mulheres geralmente ganhavam algo entre US\$ 12 e US\$ 25 (Wideman, 1973, 5). Como o achatamento dos salários tenderia naturalmente a ser percebido tanto pelo governo militar sul-coreano, quanto pela elite industrial nativa e pelo governo estadunidense como peça fundamental do modelo coreano, estas três forças estiveram permanentemente unidas no esforço de asfixia das oposições ao regime. Mas as massas continuariam, visivelmente, em efervescência.

⁶⁷ Nos cálculos do autor, o consumo teria caído de 1,02 m³ para 0,81 m³ por domicílio.

Historicamente, o movimento de oposição ao *status-quo* coreano foi batizado pela bibliografia especializada como movimento *minjung*, um termo que pode ser traduzido por “movimento de massas”, ou “movimento do povo”. Como explica Kang (1995), o termo *minjung*, que significa literalmente “povo”, tem sido tipicamente utilizado para fazer menção a movimentos sociais e artístico-culturais representativos de distintas classes da sociedade coreana. Se, por um lado, o movimento *minjung* que tipificaria a resistência à ocupação japonesa registraria forte presença de lavradores e da aristocracia, por outro, durante a ditadura militar o termo *minjung* seria tipicamente aplicado a movimentos formados pelo emergente proletariado urbano. O que talvez caracterize todos estes movimentos é uma defesa enfática da autodeterminação nacional, aí incluindo a defesa da unidade do território coreano.

Porém, naquilo que concerne à luta política pela melhoria das condições de vida das classes subalternas, os movimentos classificados como *minjung* comportariam diferentes níveis de reivindicação, oscilando desde a defesa enfática da melhoria das condições do trabalhador — como no caso dos movimentos rurais radicais do início do século XX —, até posições mais concentradas na mera condenação da corrupção — como no caso de muitos intelectuais idealistas que se engajariam ativamente nos protestos que culminariam com a queda de Syngman Rhee —.

Um dos ambientes no qual a dissidência floresceria seria a Igreja cristã, em suas múltiplas vertentes. Em movimento análogo — mas independente — àquele que levaria ao surgimento da Teologia da Libertação na América Latina, se difundiriam intensamente na Coreia do período militar as chamadas “Teologias *Minjung*”. O surgimento de re-interpretações da Bíblia à luz dos dilemas enfrentados pelos ativistas deste movimento dissidente é um fenômeno amplo, presente não apenas nas Igrejas Católicas, como também nas diversas denominações protestantes atuantes na Coreia. Até o Budismo coreano acabaria sofrendo notável influência da luta empreendida pelo movimento *minjung* (CLARK, 1995). Note que a Coreia do Sul constitui um caso ímpar de nação de tradição confucionista com considerável presença de igrejas cristãs, freqüentadas por cerca de um quinto da população. Note também que dois dos últimos presidentes sul-coreanos — Kim Dae-Jung e Roh Moo-Hyun —, líderes da luta pelo fim do regime militar, são católicos.

A “Teologia *Minjung*” nasceria durante os anos 1960 como uma expressão da preocupação dos protestantes coreanos com a situação dos despossuídos no país. Houve múltiplas manifestações desta renovação teológica, mas a característica central da

reinterpretação da Bíblia pelos teólogos *minjung* — seja no âmbito do protestantismo ou do catolicismo — se relacionava à redefinição dos cristãos enquanto “sujeitos” de sua história, capazes então de dar forma à sua trajetória, ao invés de aceitá-la passivamente como mera decorrência da vontade divina. Recusava-se, assim, qualquer fatalismo quanto às condições materiais dos despossuídos (CLARK, 1995).

Os teólogos *minjung* defendiam tipicamente que a aspiração divina era a melhoria das condições de vida na Terra e, assim, cabia ao cristão posicionar-se de forma contrária à opressão política e à exploração econômica. Rapidamente, a Igreja Presbiteriana da Coreia seria grandemente interpenetrada por esta emergente posição teológica. Em muitas Igrejas, os cultos incluiriam na pauta de reflexões um posicionamento político crítico acerca da situação do homem do campo, dos trabalhadores industriais e dos migrantes vagando pelas cidades. A Igreja Católica seria igualmente interpenetrada por este movimento teológico engajado (CLARK, 1995).

Em 1º de Março de 1976, uma reunião na Catedral Metropolitana de Myöndong, em Seul, destinada a celebrar o aniversário do “Movimento de Março de 1919”, acabaria se transformando em uma célebre manifestação contra o governo Park. Ali, líderes identificados com o movimento *minjung* leriam um manifesto chamado “Declaração de Democracia e Salvação Nacional”, que incluía entre seus signatários o então líder oposicionista e futuro presidente Kim Dae-Jung. Todos os líderes deste protesto seriam continuamente perseguidos por agentes da KCIA, e alguns acabariam presos (CLARK, 1995). Mas a oposição ao regime militar não estava confinada somente às Igrejas.

Com o assassinato de Park em 1979, a agitação pública pela democratização vivenciaria um pico. Os militares, encabeçados pelo general Chun Doo-Hwan, estavam decididos a preservar o poder, frustrando os anseios por eleições livres. É declarada “lei marcial” em 17 de Maio de 1980, provocando o fechamento das universidades. Este é o estopim para o início de grandes manifestações estudantis na cidade de Kwanju, no sudoeste do país. Milícias civis, com amplo respaldo popular, tomariam a cidade de 750.000 habitantes. A violenta repressão ao protesto, culminando com o chamado “Massacre de Kwangju”, seria um marco da luta pela democratização da Coreia do Sul. Organizações civis indicam que as mortes naquela ocasião girariam ao redor de 2.000.

No final, os militares teriam êxito em seus propósitos, silenciando a oposição e permanecendo no poder por mais uma década. No entanto, poucos anos depois, a pressão por mudanças atingiria um novo pico. Conforme demonstra a Tabela 2.6.2.B-6,

a atividade sindical explodiria na Coreia ao se aproximarem os Jogos Olímpicos de 1988, em Seul. Ironicamente, o evento que, de acordo com a mídia ocidental, pretensamente sagraria a “entrada da Coreia” no “clube das nações avançadas”, se revelaria uma oportunidade ímpar para a ativação da dissidência política e da luta pela democracia. Sob o manto protetor da curiosidade internacional, a agitação só arrefeceria após a posse do civil Kim Young-Sam, em 1993.

TABELA 2.6.2.B-6 – Disputas Trabalhistas na Coreia do Sul:

Ano	Número de Ocorrências	Número de Participantes/ 1.000	Dias de Trabalho Perdidos/ 1.000	Ano	Número de Ocorrências	Número de Participantes/ 1.000	Dias de Trabalho Perdidos/ 1.000
1970	4	1	9	1991	234	175	3.271
1975	52	10	14	1992	235	105	1.528
1980	206	49	61	1993	144	109	1.308
1985	265	29	64	1994	121	104	1.484
1986	276	47	72	1995	88	50	393
1987	3.749	1.262	6.947	1996	85	79	893
1988	1.873	293	5.407	1997	78	44	445
1989	1.616	409	6.351	1998	129	146	1.452
1990	322	134	4.487	1999	198	92	1.366
				2000	250	178	1.894

Fonte: Lim, Hyun-Chin *et al* (2004, 277).

C) Samuel Huntington, a Guerra Fria e a Defesa dos “Regimes Fortes” no III Mundo:

Como já sugerido anteriormente, a conjuntura internacional dos anos 1960 favoreceria a divergência, entre os autores ligados à “Teoria da Modernização”, acerca da simultaneidade entre modernização capitalista e estabilidade hierárquica. Nesse contexto, despontam os argumentos de Samuel Huntington, crítico da antevisão *parsoniana* acerca dos vínculos contíguos entre a exposição tardia à modernização e o avigoro da ordem política interna. Propondo a provável abertura de um “hiato” entre modernização econômica e política, este autor aludiu à funcionalidade de um “autoritarismo modernizante” nas regiões para as quais o capitalismo então se difundia. E “[...] traçou, então, o fundamento para uma estratégia de desenvolvimento que passou a ser chamada de “transição autoritária”, a qual uma ditadura modernizante fornecia ordem política, o primado da lei e condições para o sucesso do desenvolvimento social e econômico.” [Mello, 2010, em referência a Fukuyama, 2006: xiii]

O ferramental analítico mobilizado por Huntington não difere daquele que tipifica a “Teoria da Modernização”. Entretanto, ele levanta substancial informação

historiográfica para desacreditar as previsões de Talcott Parsons, argumentando que a mudança econômica acelerada enfraquecia, ao invés de fortalecer, a hierarquias vigentes nas sociedades tradicionais. Com efeito, ele busca refutar a crença de que o desenvolvimento político era o destino infalível das sociedades descolonizadas, propondo que a reversão dos avanços já alcançados por elas seria sempre uma probabilidade. Ele pontua ainda que a modernização social, longe de levar imediatamente ao desenvolvimento político, gerava costumeiramente instabilidade e “decadência política”. Em suas próprias palavras:

“[...] é um erro concluir que, na prática, a modernização implica a racionalização da autoridade, a diferenciação da estrutura e a extensão da participação política. [...] a modernização sempre envolve mudança e, usualmente, a desintegração de um sistema político tradicional, mas não envolve necessariamente um movimento significativo em direção a um sistema político moderno.” [Huntington, 1968: 47]

Ou ainda:

“A modernização social e econômica subverte os velhos padrões de autoridade e destrói as instituições políticas tradicionais. Não cria necessariamente novos padrões de autoridade ou novas instituições políticas. Mas cria a necessidade predominante das mesmas em vista da ampliação da consciência política e da participação política.” [Huntington, 1968: 467]

À luz desses argumentos, ao invés de enfatizar apenas a modernização econômica, supondo como seu indefectível corolário o reforço da ordem política, as políticas externas estadunidenses com vistas ao avanço da acumulação nos países periféricos deveriam envolver, como eixo central, a conservação da ordem política. É nesse contexto que Huntington sanciona a sustentação temporária de “regimes de força” com vistas a salvaguardar a modernização. Assim,

“O vácuo de poder e de autoridade que existe em tantos países em modernização pode ser preenchido temporariamente por uma liderança carismática ou pela força militar.” [Huntington, 1968: 467]

Huntington acaba afiançando, assim, a intromissão estrangeira no universo político dos países atrasados, mesmo que essa redunde na multiplicação de “regimes de exceção” comprometidos com a defesa da ordem planetária burguesa. Não obstante, ele toma o cuidado de advertir que a estabilidade política dessas regiões somente seria plenamente assegurada caso neles se sedimentasse um conjunto partidário, ou ao menos

um único partido, que seja firmemente comprometido com o ordenamento burguês da sociedade:

“Golpes militares e juntas militares podem incentivar a modernização, mas eles não produzem uma ordem política estável. Ao invés de confiar nos militares, a política americana deve ser direcionada à criação de ao menos um partido forte e não-comunista nos países em modernização.” [Huntington, 1965: 429]

“Ou as elites estabelecidas entram em competição em si para organizar as massas por intermédio do sistema político existente ou as elites dissidentes as organizam para derrubar esse sistema. No mundo em modernização quem controla o futuro é quem organiza a sua política.” [Huntington, 1968: 467]

Como hoje sabemos, os argumentos de Huntington foram extremamente repercutidos pelos círculos interacadêmicos estadunidenses, assim como influenciaram intensamente o debate público desse país. De acordo com “Um *survey* realizado por Kenski, em 1974, [...] cientistas [políticos norte-americanos] apontaram majoritariamente o livro *Ordem política nas sociedades em mudança* como a obra mais importante (57,6%) e também a mais útil (59,4%) para a teoria do desenvolvimento político” [Mello, 2010, em referência a: Kenksi, 1975]. Fora dos muros da universidade, igualmente, o impacto de suas ideias foi igualmente avassalador, em certo sentido legitimando a política externa estadunidense quando essa passou a estimular abertamente a tomada do poder por juntas militares em vários países periféricos: Coreia do Sul (1960), Brasil (1964), Argentina (1966), Chile (1973), entre tantos outros casos.

Especificamente a respeito da Coreia do Sul, Huntington tece comentários acerca da Revolução de Abril de 1960. Para ele, a vasta participação nesta de estudantes e professores evidenciava o descasamento temporal entre modernização capitalista e ordem social:

“Durante a década de 1950, Seul tornou-se ‘um dos maiores centros educacionais do mundo’. Calcula-se que em 1960 suas faculdades de direito produziram 18 vezes mais bacharéis do que o mercado podia absorver. Nos níveis inferiores de educação, a expansão foi ainda mais impressionante, com o índice de alfabetização subindo de menos de 20% em 1945 para mais de 60% no início da década de 1960. A expansão da percepção crítica foi talvez responsável pela instabilidade política da Coreia nos primeiros anos da década de 1960, cuja fonte principal foram os estudantes. Na verdade, os estudantes e os diplomados em escolas superiores desempregados

constituíram uma preocupação comum, durante a década de 1960, para o regime nacionalista militar da Coreia [...]”[Huntington, 1968: 60]

Trata-se de uma explicação que se choca frontalmente com a perspectiva de Talcott Parsons e Karl Deutsch. Mas, entretanto, sua lógica subjacente parece sim se coadunar com a descrição das dissidências sul-coreanas que propusemos nos dois subitens imediatamente anteriores. Quanto a isso, o estopim do primeiro longo ciclo dissidente ali descrito certamente perpassa, primeiramente, o questionamento das hierarquias tradicionais em consequência do contato com a civilização capitalista planetária. E, naquilo que diz respeito ao segundo ciclo, é inquestionável que a ditadura militar que ali se incrusta sob égide estadunidense é não mais que uma resposta das elites locais, coligadas à superpotência, de reciclar uma ordem hierárquica que já não mais encontrava fundamento no sistema de valores prevalecente no país. Mais ainda, a luta subsequente contra a ditadura militar era ali igualmente nutrida por aportes intelectuais estrangeiros: valores cristãos, socialistas, pleitos distributivos inspirados na experiência política euro-americana, etc...

Mas uma coisa é acatar a tese de Huntington acerca da falibilidade do casamento entre modernização socioeconômica e modernização política, outra muito distinta é aceitar outra das hipóteses que subjazem em seu tratado, qual seja, a proposição de que o encorajamento de um “governo forte”, ou o incitação à criação de um conjunto partidário dominado por um “partido forte”, constituiriam boas respostas, em termos estruturais, ao enfraquecimento da ordem que pode acompanhar a referida modernização. Façamos quanto a isso um exercício. Deixemos de lado, por alguns instantes, considerações justicialistas ou nosso anseio por liberdade de expressão. Deixemos de lado, igualmente, nossas aspirações de autonomia e unidade nacional, tal qual nosso gosto por participação política irrestrita. Coloquemos o foco apenas na acumulação capitalista e examinemos o seguinte conjunto de questionamentos.

- i. Será mesmo inquestionável que, em retrospectão histórica de longo prazo, os “governos fortes” coreanos representaram efetivamente uma boa resposta, sob o ponto de vista da acumulação capitalista, ao referido solapamento da ordem hierárquica peninsular pela “modernização”? Será que o capitalismo coreano — e não necessariamente sul-coreano — seria hoje maior ou menor se pudéssemos conceber a história peninsular sem a interferência colonial japonesa, e a posterior incrustação ali de uma ditadura militar sob tutela estadunidense? E no caso da ditadura militar chilena? E argentina? E nos casos egípcio, iraquiano ou sírio? A acumulação teria avançado

mais ou menos, em cada caso, sem as conhecidas intromissões estrangeiras com vistas à instauração de “regimes fortes” simpáticos ao *status quo*? E o capitalismo chinês, seria ele maior com Chiang Kai-shek que com o processo histórico originado em Mao Zedong?

ii. E o sistema partidário restrito aos causídicos da ordem capitalista, sob predomínio de um “partido forte”? Será que a ARENA foi mesmo uma boa resposta estrutural, do ponto de vista da evolução de longo prazo do capitalismo brasileiro, às conturbações políticas dos anos 1960? E o LDP japonês? Terá sido sua supremacia calcada numa constituição escrita originalmente em inglês, do prisma diacrônico hodierno, o melhor anteparo estrutural ao progresso do capitalismo japonês? Será que a crise de acumulação que vitimou o primeiro país por vinte e cinco anos, e que vem truncando economia do segundo desde 1987, nenhuma sinapse guardam com a referida incrustação de um “partido forte”?

Se houver asseveração segura frente aos questionamentos acima, é que universo empírico desse século XXI é muitíssimo mais comprido e complexo que aquele sob o qual se debruçou Samuel Huntington. Porém, no âmbito desse Capítulo I, podemos nos contentar em retomar os argumentos de dois autores que responderam que, sim, o sistema político relutantemente democrático do Japão e a ditadura militar sul-coreana estiveram na raiz de seu acelerado desenvolvimento capitalista, especialmente nos anos 1980, foco dessa Tese de Doutorado. Nas próximas Subseções, assim, percorremos as contribuições desses dois, Chalmers Johnson e Eun Mee King.

2.6.3) Chalmers Jonhson: a burocracia e o “Estado forte” japonês

A grande questão recolocada desde início da desta Seção 2.6 pode ser resumida de modo bastante sucinto: como a modernização capitalista tardia afeta a manutenção da ordem social nas sociedades do III Mundo? Entretanto, logo acima nos deparamos com uma questão um tanto quanto distinta, de sentido retroverto: como a modernização capitalista é afetada por cada tipo de regime político? Com vistas à apreciação desse último questionamento, surgiram análises dos ambientes políticos prevaletentes nos países mais dinâmicos, buscando afiançar a hipótese de que sua pujança decorria, justamente, do caráter menos democrático de seu cotidiano político.

A grande referência com respeito à discussão dessa proposição é o norte-americano Chalmers Johnson, que serviu como oficial no Japão durante a Guerra da Coreia, e, posteriormente, realizou um rico estudo sobre a burocracia japonesa. Em *MITI and the Japanese Miracle*, de 1982, ele empreende uma pormenorizada descrição da atividade do Ministério Japonês do Comércio Internacional e Indústria, examinando o perfil, a musculatura e as motivações da burocracia japonesa. Mais adiante, em 1994, ele também publica *Japan: who governs? — the rise of the developmental state*, aprofundando argumentos de um artigo mais antigo, publicado em 1975. Nesses estudos, a hipótese acima indicada é aceita, e guarnecida com inúmeros argumentos empíricos.

Em linhas gerais, Johnson trabalha com a presunção de que o Japão era um país democrático como outro qualquer, com eleições livres e sufrágio amplo. Ele não examina a peculiaridade do sistema partidário que ali se instaurou sob ocupação americana, nem examina profundamente as razões de um único partido de centro-direita, o LDP, ter governado quase continuamente o país entre 1955 e 2009.⁶⁸ Mas ele examina o poder historicamente adquirido pela burocracia japonesa, concordando que seu robustecimento teria ali constituído expressão de uma postura oligárquica antidemocrática:

“A burocracia oficial não foi estabelecida no Japão por razões científicas, mas pelos oligarcas Meiji para evitar que os partidos políticos nascentes colocassem seus simpatizantes na administração central.” [Johnson, 1975: 28]

Paralelamente, Johnson recorda que o governo de ocupação norte-americano, ali presente entre 1945 e 1952, teria historicamente representado uma janela à ampliação

⁶⁸ Exceto por onze meses entre 1993 e 1994.

do poder e da legitimidade da tecnocracia. Afinal, tanto os militares estrangeiros quanto os burocratas nativos pareciam compartilhar um sentido de urgência em relação ao reerguimento da economia do arquipélago.

“Ironicamente, foi durante a ocupação que os maiores sonhos dos “burocratas controladores” (*tōsei kanryō*) foram finalmente realizados. Com os militaristas pelas costas, os *zaibatsu* sendo dissolvidos, e a decisão do SCAP (Supremo Comando dos Poderes Aliados) de por a economia novamente em pé, a burocracia finalmente se percebeu trabalhando para um *tennō*⁶⁹ que realmente possuía os atributos do “absolutismo” (*zettai-shugi*).” [Johnson, 1975: 16]

De um lado, então, um elemento distintivo das políticas industriais japoneses seria o fato de elas serem formuladas e aplicadas por um corpo funcional coeso e relativamente imune a interferências políticas, tidas implicitamente como disfuncionais. De outro, Johnson rememora que o governo de ocupação teria tido, simultaneamente, o papel de enfraquecer outros atores sociais cujos anseios poderiam conflitar com aqueles do corpo burocrático. Primeiramente, temos o fato óbvio de que a ocupação debilitou os militares. Segundo, temos a dissolução dos conglomerados, os *zaibatsu*, após o fim da Guerra. Em terceiro, temos o fato de os militares estrangeiros terem realizado esforços de debilitação da organização sindical, notadamente dos funcionários públicos. O excerto abaixo explica esse último ponto:

“De modo a terminar com as greves do funcionalismo ferroviário que atormentavam a economia em 1948, o próprio MacArthur ordenou que o governo aprovasse leis banindo as greves dos servidores, e separando os ferroviários e algumas outras categorias de trabalhadores em corporações públicas (*kōsha*). Como resultado, os funcionários públicos ficaram divididos em três categorias distintas. No centro da burocracia, estavam os oficiais cobertos pela Lei Nacional do Serviço Público; eles tinham o direito de organização [...] mas não o direito de negociação coletiva ou greve. Segregados destes, estavam os funcionários públicos cobertos pela Lei de Relações Trabalhistas das Corporações e Empreendimentos Públicos [...] com o direito de organização e negociação coletiva, mas não de greve [...]. Finalmente, e sem razão clara, os empregados das *kōdan* ou parcerias mistas público-privadas, cobertos pela Lei Sindical, no âmbito da qual os três direitos são garantidos.” [Johnson, 1975: 21]

Em conjunto, todos esses fatores contrários ao exercício democrático teriam contribuído, da perspectiva defendida por Chalmers Johnson, para o deslanche do

⁶⁹ Em japonês, literalmente, “soberano iluminado”.

“milagre” japonês após a II Guerra. O “estado forte” daquele país estaria calcado, dessa ótica, em substancial autonomia historicamente adquirida por seu corpo tecnocrático, tipificado pelo MITI. E as políticas por ele levadas adiante seriam completamente indissociáveis do sucesso industrial ali observado.

Se retivermos tais conclusões, tentando interpretá-las à luz dos comentários de Samuel Huntington, seria possível sugerir que o poder discricionário da burocracia japonesa teria sido um imperativo de “ordem política” para que a “transição industrial” japonesa tenha ocorrido de forma tão acelerada. Mas é conveniente aqui ressaltar que o significado empírico do “caso japonês” é, no panorama mundial de 2012, radicalmente distinto daquele de 1982. Discorremos ora não mais sobre uma potência industrial em ascensão, mas sobre uma economia vitimada por seríssimos problemas de acumulação, para os quais hoje simplesmente não se apresentam soluções visíveis: perigosíssimo nível de endividamento público, cenário interno de baixo crescimento, e nível de renda estagnado a ponto de ter perdido a dianteira regional — pois já é significativamente inferior àquele vigente em Taiwan —. Com efeito, já não é mais possível tomar o “milagre” como um dado e tentar apenas explicá-lo. Talvez seja ocasionalmente mais fecundo retomar os prognósticos de Talcott Parsons, e buscar compreender a partir de alguns de seus *insights* a persistente prostração da economia japonesa, e os intermináveis percalços ainda a transpor na tardia ventilação política que ali ora parece se cumprir.

No Subitem seguinte examinaremos a posição de uma autora que empreendeu estudo semelhante ao de Chalmers Johnson, porém direcionado à explicação do “milagre” sul-coreano, Eun Mee King.

2.6.4) Eun Mee King: o *chaebol*, o “Estado forte” sul-coreano e os “grandes negócios”

Eun Mee King, professora da Ehwa Woman`s University, de Seul, é autora de um livro que já se tornou clássico no âmbito dos estudos coreanos: *Big Business, Strong State: Collusion and Conflict in South Korean Development, 1960-1990*, publicado em 1997. Em linhas gerais, a hipótese ali referendada é que “o rápido desenvolvimento econômico da Coreia do Sul foi conquistado em função de uma estreita aliança entre um Estado forte e desenvolvimentista os grandes negócios”. E, consequentemente, constituiria mero requisito estrutural ao sucesso industrial a supressão das lideranças dos trabalhadores nas decisões a respeito dos rumos do crescimento econômico.

A professora King levanta, portanto, uma proposta analítica um tanto quanto distinta daquela levantada por Chalmers Johnson. Afinal, na Coreia do Sul teríamos uma simbiose entre a burocracia e o grande capital nacional, ao invés de uma burocracia particularmente autônoma frente a todos os demais setores, como aquela sugerida pelo autor americano a propósito da experiência japonesa. Para a autora seria verossímil, mesmo assim, descrever o Estado sul-coreano como um arquétipo de Estado “forte”, com substancial autonomia ante a sociedade civil. Isto ocorria em virtude do papel historicamente desempenhado pelo corpo estatal na Península Coreana, de suas peculiares relações com outros Estados, especialmente no contexto da Guerra Fria, da debilidade dos demais atores políticos internos, e, claro, da confluência de interesses entre os burocratas sul-coreanos e o grande capital privado nacional, representado pelos *chaebol*, os grandes conglomerados.

“O desenvolvimento acelerado da Coreia do Sul foi alcançado inicialmente mediante uma achegada aliança entre um Estado desenvolvimentista “forte” e os grandes negócios.” [King, 1997: 3]

Rememorando novamente as sugestões de Samuel Huntington, a capacidade estatal de programar políticas industriais, cujo elogio é o propósito maior do livro de Kim, e que equivalia à ausência de práticas democráticas no país, pode ser levantada como atributo diferencial do “modelo sul-coreano”, responsável final pelo ritmo assumido por sua experiência de “modernização”. Nesse caso, a referida aliança entre conglomerados e burocratas teria representado força contrária ao solapamento da ordem tradicional antevisto em *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Seja pela aliança indissolúvel com os Estados Unidos, ou pela inexpressão dos demais atores

políticos internos, o argumento de Eun Mee King é que o sucesso do “modelo sul-coreano” seria inextricável do mandonismo burocrático exercido ali em prol dos conglomerados. O excerto adiante ilumina esse ponto de vista:

“Entender que o crescimento econômico sul-coreano está firmemente ligado à falta de democracia, e ao fato que o destino da Coreia do Sul está firmemente atrelado aos contextos geopolítico e internacional, é importante na análise de seu desenvolvimento.” [King, 1997: 3]

Sendo mais específico, seu livro levanta ao menos quatro distintos pontos a respeito da causalidade da acelerada acumulação de capital vivenciada pela Coreia do Sul:

- i. A relação entre o Estado e os capitalistas foi mudando à medida que o país prosseguia na montagem de seu parque industrial: mais que uma relação pontualmente simbiótica, havia entre eles uma relação de simbiose em permanente recolocação.
- ii. O Estado desenvolvimentista passou por transformações significativas ao longo do tempo, exorbitando cada vez menos de certos limites: ou seja, no lugar de uma burocracia de ideais estanques, temos um Estado em permanente reajuste para planejar e por em prática medidas direcionadas à expansão dos conglomerados.
- iii. O *chaebol* não pode ser definido como um grupo de parasitas complacentes, a despeito dos notáveis subsídios que o Estado direcionava a eles: a autora afiança a capacidade de os conglomerados fazerem jus à atenção a eles devotada pela burocracia, pois os mais bem-sucedidos não teriam confiado apenas em subsídios e protecionismo.

Em linhas gerais, são argumentos elogiosos quanto ao caráter autoritário do regime militar sul-coreano, que descem à fundamentação empírica mais pormenorizada para ecoar uma percepção sobre a ordem política nas sociedades “em mudança” análoga àquela entoada por Samuel Huntington. E, diga-se de passagem, trata-se de uma discrição que se choca com os prognósticos de Talcott Parsons.

2.6.5) Principais Questionamentos Suscitados:

Neste Subitem 2.6, percorremos a obra de vários autores que examinam os nexos entre “exposição à modernização” e “estabilidade política”. De um lado, temos aqueles que vislumbraram a tautocronia de ambos os processos. De outro, temos autores que caminham em direção contrária, pontuando que a “exposição à modernização” emularia a ruptura da ordem política tradicional, sem erigir em paralelo um padrão suficientemente bem sedimentado de ordenamento burguês. Com efeito, estes autores prognosticam “desordem” e “decadência política”. Imbuídos dessa presciência, eles escusam a intromissão estrangeira na política dos países retardatários, seja com vistas à imposição de um “regime forte”, ou ao menos de uma democracia restrita sob um “partido forte” de simpatias ocidentais. Implícita nessa prescrição, a suposição de que a referida intromissão seria um bom mecanismo para assegurar a continuada expansão da acumulação, ou ao menos de abrir terreno para que, mais adiante, nova ordem política liberal-burguesa mais estável seja solevantada.

Mas a referida suposição é, em si, muito controvertida. Nessa Subseção, especificamente nos itens 2.6.4 e 2.6.5, acompanhamos os argumentos de autores que buscam amparar sua validade: sim, menos democracia é o que explicaria o progresso material oriental. Mas não identificamos um só autor que tenha defendido o contrário: não, menos democracia é, no fim das contas, uma má solução para o prosseguimento de longo prazo do capitalismo. No que diz respeito ao caso japonês, alvo dos comentários de Chalmers Johnson, não mais parece razoável acatar seus argumentos sem rememorar que o “milagre japonês” evoluiu para uma situação econômica periclitante. No que diz respeito à Coreia do Sul, alvo dos comentários de Eun Mee King, esse esforço crítico parece igualmente recomendável, ainda que no cenário hodierno incontestavelmente chame atenção o vigor de sua já afluyente economia. Qual o saldo do “milagre” sob Park e Chun? Que impasses o sucesso obtido àquelas custas apresenta ao presente? Em que medida o futuro sucesso da economia sul-coreana continuará a depender de sua inépcia em enfrentar seus “fantasmas”? O “modelo” coreano estaria fadado a repetir a sina japonesa? Esses questionamentos estão inteiramente abertos ao debate, e nenhum êxito terá o interessado que buscar respostas a eles na bibliografia até hoje publicada.

Nessa Tese, insistiremos que o melhor caminho para respondê-los perpassa, inextricavelmente, tanto a discussão dos condicionantes externos do êxito econômico, quanto uma apreciação mais sofisticada de como a ordem social afeta a acumulação.

— **CAPÍTULO III** —
A Coréia do Sul como “Contra-Modelo”: Retomando o Debate Dominante Sobre o “Caso Argentino”

- 3.1) Introdução, **p.268**
- 3.2) O “Desastre Argentino” na Acepção da Economia Ortodoxa, **p.274**
- 3.3) O “Desastre Argentino” na Acepção da Economia Heterodoxa, **p.301**
- 3.4) O “Desastre Argentino” na Acepção da Economia Institucionalista, **p.334**
- 3.5) O “Desastre Argentino” na Acepção da Sociologia Weberiana, **p.365**
- 3.6) O “Desastre Argentino” na Acepção da Sociologia Durkheimiana, **p.378**

3.1 – Introdução:

Os quatro anos entre 1999 e 2002 costumam ser lembrados como um momento extremamente delicado da história Argentina. A conversibilidade entre o Peso e o Dólar, e a sobrevalorização cambial a ela associada, impuseram considerável obstáculo ao bom funcionamento de vários setores da economia do país. Já a classe média, frequentemente endividada em dólares, tinha razões para temer o fim do câmbio fixo. Neste meio tempo, a inexorável debilitação das contas exteriores tornava iminente a desvalorização da taxa de câmbio, que finalmente ocorre em janeiro de 2002, difundindo considerável desordem financeira e contratual como expressão de inevitáveis conflitos distributivos. Enquanto isto, a atividade econômica colapsava, acumulando o PIB uma retração de aproximadamente 18% ao fim do quadriênio. A taxa de desemprego ascendia, a pobreza aumentava e a renda se concentrava sensivelmente. Tudo isto contribuía para a disseminação de uma profunda desesperança quanto ao futuro do país, cuja maior expressão talvez tenha sido o surgimento de enormes filas nos consulados italiano e espanhol, então repletos de candidatos à emigração.

O que estava ocorrendo com a Argentina? Como explicar que um país tão dinâmico até meados do século XX chegasse ao novo milênio em condição tão frustrante?

Esta é uma pergunta frequente entre aqueles que se ocupam de compreender os processos ligados ao desenvolvimento. E, diga-se de passagem, uma boa resposta a ela precisaria transcender o período imediatamente anterior ao referido colapso, pois ele é apenas o desfecho de uma duradoura fase de falta de dinamismo. Como evidencia a Tabela 3.1-1, a economia argentina foi caracterizada, durante o último quartel do século XX, por uma longa semi-estagnação:

TABELA 3.1-1 - Crescimento Médio do PIB Argentino – 1900-2008			
1900-1913	6,4%	1939-1945	2,6%
1914-1918	-0,98%	1946-1955	3,5%
1919-1929	5,5%	1956-1974	4,31
1930-1933	-2,5%	1975-2002	0,89
1934-1938	4,1%	2003-2008	8,52
Fonte: Banco Central da República Argentina			

Evidentemente, causa espanto que o PIB argentino tenha acumulado um acréscimo anual médio de apenas 0,89% entre 1975 e 2002. Afinal, à diferença dos períodos relativos às duas Guerras Mundiais e à Grande Depressão, desta vez o mau desempenho ocorre em uma época de normalidade no comércio internacional. Contudo, cumpre ressaltar que os problemas dessa economia datam de uma época ainda anterior aos anos 1970, uma vez que já a partir do pós-guerra é possível identificar um descompasso de ritmo entre ela e outras economias então relativamente afluentes. Ou seja, as taxas médias de 3,2% (1946-1955) e 4,3% (1956-1974) para o acréscimo anual de seu PIB não foram capazes de permitir que a Argentina acompanhasse as nações mais ricas, e a expressão inevitável desta persistente falta de energia é seu empobrecimento relativo de longo prazo, como pontuamos durante a Subseção 1.3. Esta tendência apenas se aprofunda a partir dos anos 1970, culminando com a severa crise dos 1980, à qual se seguiria modesta recuperação nos anos 1990, e, por fim, o *débâcle* de 1999-2002. Tomando todo o século em perspectiva, entretanto, os dados parecem abonar a noção de que década de 1980 foi a pior em toda a história do capitalismo argentino.

Na Introdução dessa Tese de Doutorado, definimos como nosso objetivo mais específico a compreensão do contrastante desempenho concernente às economias de Coréia do Sul e Argentina. Estabelecemos os anos 1980 como o domínio mais circunscrito de nossa investigação, já que essa década representou o pináculo da divergência entre o desempenho dessas duas economias. E deixamos claro que a opção pelo estudo desses dois países guardava relação com o fato de ambos possuírem um conjunto de atributos que os qualificava, entre diversas outras possibilidades aludidas, a representar suas respectivas regiões como tipos extremos de “sucesso” e “fracasso” naquilo que diz respeito à acumulação capitalista.

Ao longo do Capítulo II, percorremos contribuições consonantes com cinco distintas tradições interpretativas, buscando retomar quais os argumentos por elas apresentados a fim de aclarar as bases do excepcional ritmo da acumulação de capital na Coréia do Sul. Ao perpassá-las, deixamos claro que as análises ali apontadas partem tipicamente do pressuposto de que o desempenho capitalista da Coréia do Sul constituía um “modelo” a ser compreendido. E, implicitamente, deixamos para posterior menção as análises que, em correspondência àquelas ali citadas a propósito da experiência sul-coreana, examinassem o “caso argentino” como um “contra-modelo”, apto à ratificação de segunda ordem dos argumentos levantados a propósito do “modelo sul-coreano”.

Neste Capítulo III, assim, nos debruçaremos sobre as mais populares análises que almejaram explicar a longa letargia argentina, em especial naquilo que diz respeito aos anos 1980, como “caso” antagônico ao sul-coreano. E, exatamente como já identificado no Capítulo II a propósito do “milagre” sul-coreano, dois distintos polos de investigação emergem nesse debate sobre o continuado crescimento econômico da Coréia do Sul.

No primeiro, há autores que assumem, em vista dos desfavoráveis indicadores econômicos argentinos, que o conjunto de políticas econômicas ali adotadas deve ter sido particularmente inapropriado, independentemente de quaisquer circunstâncias internas ou externas, que são abstraídas. Com efeito, o formato característico dessas investigações envolve a busca das “amarras” a obstruir o crescimento econômico desse país tão bem-dotado de fatores naturais. Isto é, seu propósito maior é a demarcação do conjunto de políticas econômicas ali abraçadas, simultaneamente à exposição de seus maus indicadores econômicos, implicitamente isoláveis de seu quadro histórico. Ao tributar os problemas argentinos às políticas econômicas locais, duas teses são implicitamente pressupostas: (1) um conjunto de políticas econômicas mais bem ajustadas teria sido capaz de preservar o *status* relativamente rico da sociedade argentina; e (2) se isto não ocorreu, a explicação é por definição o desajuste das políticas econômicas locais.

Uma vez que nossa explícita opção é mapear a bibliografia sobre o “desastre argentino” como uma projeção invertida da bibliografia sobre o “milagre sul-coreano”, não será surpreendente que ora também identifiquemos três subgrupos nesse primeiro polo. O primeiro, a ser analisado na Seção 3.2, caracteriza-se pelo apreço ao método de análise da teoria econômica neoclássica, denunciando a ausência de “fundamentos” sólidos no ambiente econômico pampiano. Entre várias que comungam dessa orientação, podemos destacar a contribuição de Domingo Cavallo *et alli*, *La Argentina que Pudo Ser*, de 1989. À luz das conclusões deste estudo, “A repressão econômica [teria neutralizado] [...] as fontes essenciais do crescimento”. Em linhas gerais, o papel do Estado argentino teria sido o de obstruir o curso natural da acumulação em um país tendente à prosperidade.

Em outro trabalho clássico, *Agriculture and Economic Growth in Argentina*, Cavallo *et alli* pontuam que “[...] políticas econômicas erradas levaram a Argentina a ficar atrás da tendência de crescimento de países com potencial similar”, entre os quais ele inclui Canadá e Austrália. Mobilizando métodos econométricos, Cavallo procura medir os frutos de políticas econômicas protecionistas supostamente aplicadas no país

desde 1930, contrastando-os com os resultados que, segundo suas conclusões, poderiam ter sido obtidos se uma estratégia mais liberal fosse empregada. De acordo com as cifras calculadas, o nível de renda usufruído pela sociedade argentina poderia ter sido 63% maior em 1984 se o país não tivesse guinado ao intervencionismo após a Grande Depressão. Sintetizando sua conclusão, “A Argentina não devia ter baseado seu crescimento em uma estratégia voltada para dentro.” (Cavallo *et alli*, 1989a: 121)

A pesquisa de Domingo Cavallo foi publicada em 1984, em uma era de críticas liberais ao intervencionismo ou estatismo do período *peronista*. Suas conclusões são uma incitação à adoção de uma agenda de reformas liberais da qual ele foi, como homem público, um dos principais artífices. Não obstante, a semi-estagnação argentina não seria doravante revertida. Para uma abordagem liberal mais recente, que tribute todo o meio século de dificuldades a um suposto intervencionismo, podemos nos remeter a Rojas (2004), para quem, ecoando Cavallo, a crise argentina “não podia ter ocorrido sem Juan e Evita Perón, além de todos os erros do populismo, do nacionalismo, do protecionismo e de um aparato governamental crescentemente corrupto”.

No segundo dos subgrupos aludidos, que almejamos mapear na Seção 3.3, concentram-se os autores mais simpáticos ao intervencionismo estatal. Como expressão destes, é possível citar o posicionamento de Jorge Schvarzer (1998), francamente oposto àquele de Domingo Cavallo. Para ele, “No quadro de elementos que alimentam o círculo vicioso des-industrializador figuram uma ineficiente política estatal de promoção industrial, a privatização dos serviços públicos e empresas estatais [...], a compra de indústrias do país por parte de transnacionais, a perda de capital humano-técnico pela diminuição do trabalho especializado, políticas econômicas neoliberais que apostam na ‘justiça’ do mercado internacional, e uma classe proprietária rural que promove o regresso a uma glória agro-exportadora irrecuperável.” Dito com outras palavras, o baixo dinamismo da economia argentina, coroado pela crise diluviana de 1999-2002, deitaria suas raízes na adoção de uma agenda político-econômica liberalizante e, diga-se de passagem, pouco consciente das particularidades do organismo econômico do país.”

Outros autores, como Hugo Nochteff e Martín Schorr, aprofundaram a hipótese acima aludida, e seus trabalhos conferem vivacidade ao conceito de “reestruturação regressiva”, em referência aos crônicos intentos de ajuste que marcam a experiência econômica argentina ao longo das décadas finais do século XX. Na realidade, suas descrições parecem se coadunar intelectualmente com os escritos dos clássicos

cepalinos nos anos 1960, que àquela altura advertiam que a América Latina estaria à beira do esgotamento de seu horizonte de acumulação capitalista, a não ser que fossem empreendidas várias “reformas de base”. Paralelamente, as ponderações desses autores parecem dialogar com as propostas reformistas neo-estruturalistas, surgidas em meados dos anos 1990, em resposta às provocações do chileno Fernando Fajnzylber. A década de 2010 parece dotar-nos de suficiente amplitude empírica diacrônica para tentarmos integrar o assim chamado “estagnacionismo” de matriz *cepalina*, com o conceito de “reestruturação regressiva” que tão bem parece sintetizar o posicionamento desses autores heterodoxos mais recentes, além do clamor reformista dos neo-estruturalistas. Tentaremos abordar todas essas contribuições, além das possíveis sinapses entre elas.

O terceiro e último dos subgrupos aludidos, cujo mapeamento será empreendido na Seção 3.4, diz respeito aos atores simpáticos à Nova Economia Institucional. Como de costume, estes ressaltam elementos jurídico-institucionais possivelmente capazes de interferir de modo terminante nos logros concretos de uma economia de mercado. Naquilo que diz respeito à aclaração da apatia econômica argentina, esses autores destacarão atributos institucionais supostamente capazes de interferir no acúmulo de capital físico e humano. E, quanto a isso, realçarão o caráter “imaturo” do sistema argentino de C&T, assim como o caráter ineficaz dos mecanismos ali vigentes de promoção da competitividade. Percorreremos, em busca dessas explanações, as obras de Jorge Todesca, Jorge Katz e Daniel Schudnovsky.

Como sugerimos acima, temos um segundo conjunto bibliográfico a mencionar naquilo que diz respeito ao debate sobre a crônica crise de acumulação que acomete a Argentina. Tendo em vista os comentários correspondentes a esse segundo polo de análises, a letargia desta economia transcorreria de características do padrão de integração social nela prevalecente, minando seu desembaraço em estabelecer políticas econômicas eficazes no enfrentamento às vicissitudes da economia internacional. Em argumento estritamente correspondente àquele apontado em referência ao diferencial sul-coreano, a atonia argentina emanaria não na natureza das políticas ali abraçadas, mas na sua incapacidade de formulá-las e reformulá-las adequadamente.

Assim como o primeiro polo de análises já mencionado, esse conjunto bibliográfico pode ser subdividido: desta vez, temos dois subgrupos. O primeiro deles, correspondente à Seção 3.5, postula que o fracasso econômico argentino se inscreveria em um malogro regional. Parte majoritária da América Latina, advertem os analistas em questão, havia sido acometida por processos análogos de crise de acumulação capitalista.

Em resposta a isso, eles advogam pela retomada da abordagem sociológica *weberiana* na análise da “civilização latina”, e destilam suas respostas ao estancamento regional — ainda que seus aportes sejam muito rudimentares quanto em contraposição aos de Max Weber —. Percorreremos, nessa seção, as contribuições de Samuel Huntington, David Landes e Daron Acemoglu.

Por último, temos o segundo subgrupo, cuja análise será realizada na Seção 3.6. Seus aportes são caracterizados por um exame sociológico do padrão de relacionamento entre Estado e sociedade na Argentina, buscando no âmbito dessa relação obstruções ao pleno avanço da acumulação capitalista no país. Indo em direção estritamente oposta aos comentários que visitamos a propósito do “caso sul-coreano”, a tese predominante aqui é que o Estado argentino guardaria baixa autonomia frente à sociedade civil. Percorreremos, com respeito a essa hipótese, a obra de Guillermo O’Donnell, e suas “marés” do “Estado burocrático-autoritário”. E discutiremos, igualmente, as investigações sobre suas classes dominantes realizadas por Jorge Schvarzer

Antes de prosseguir à análise da bibliografia acima aludida, é recomendado reiterar que nossa opção é abordar as contribuições aqui em questão como projeções confirmadoras das hipóteses a respeito do “milagre sul-coreano”. Em função dessa escolha, poderemos nos valer aqui das contextualizações ensaiadas no Capítulo II, e isso nos permitirá um tratamento mais sucinto das proposições a respeito do “desastre argentino”.

3.2) O “Desastre Argentino” na Acepção da Economia Ortodoxa:

3.2.1) A Semi-estagnação de um Prisma Analítico “Livre-cambista”: os ecos <i>ricardianos</i> e os “Custos da Repressão Econômica”.....	278
3.2.2) O Significado Político Internacional do “Caso Argentino” nos Anos 1980: FMI, Banco Mundial e o “Consenso de Washington”.....	292
3.2.3) A “Introspeção Latino-americana” e a Proeminência Doutrinária Livre-cambista nas Instituições de Ensino de Economia.....	296
3.2.4) Possíveis Questionamentos.....	298

Quem chega do Brasil a Buenos Aires durante em um dia claro verão, é capaz de avistar ao redor da cidade, no caminho que o avião costuma percorrer até a descida em Ezeiza, um belo horizonte dourado resultante do reflexo do sol sobre os infinitos campos de trigo circundantes. O *dégradé* pastel dessas planícies, aos olhos de alguém habituado às cores tropicais de São Paulo, pode parecer uma moldura um tanto quanto monótona ao bege de seus tantos edifícios neoclássicos, ou aos trajes claros que os argentinos costumam desfilar pelos cafés da cidade durante essa estação. Se bem que quando dessa constatação a lembrança das cores do Paralelo 23° possa evocar algum saudosismo, a fartura de gêneros temperados que àquela época desponta em seus mercados a preços inacreditáveis deverá ser capaz de restaurar no visitante a confiança de estar num lugar ímpar: é hora de colorir a mesa com cerejas, framboesas, pêssegos, vinho, e, especialmente, aproveitar o melhor leite, a melhor farinha de trigo, e a melhor carne de todo o planeta.

Como sabemos, a capital argentina, com seu aprazível clima mediterrâneo, é ladeada por um bioma admiravelmente favorável à agropecuária. Como compreender os problemas que vitimariam por tanto tempo a economia desse país no quadro desta tão extraordinária dotação de recursos naturais? Nesse capítulo examinaremos a linhagem *smithiano-ricardiana* de reflexão sobre esse aparente paradoxo. Ou seja, procuraremos elencar os argumentos de autores que buscaram explicar o estancamento da acumulação capitalista sob a fértil pradaria pampiana de uma ótica “livre-cambista”.

Adam Smith, como bem ilustra seu famoso recurso ao contexto paroquial em que atua apenas um “padeiro” e um “cervejeiro”, argumentava que um indivíduo poderia elevar seu poder de compra caso concentrasse suas energias e capitais na produção de artigos em cuja confecção pudesse se destacar frente aos semelhantes. Sua indicação pode bem ser transposta ao contexto internacional hodierno, e, nesse caso, o nível de renda média prevalecente em cada país poderia ser ampliado caso cada um se voltasse à

cultura daquilo em que fosse notória sua capacitação e produtividade. É costumeiro aludir a esse encorajamento *smithiano* como “Princípio das Vantagens Absolutas”, em função de seu convite à especialização setorial em setores em absoluto competitivos, capazes de se sobressair ante quaisquer outros rivais.

Enquanto proposição política no concerto internacional, porém, o “Princípio das Vantagens Absolutas” apresenta uma limitação incontornável. Afinal, um país com ineficiências absolutas em todos os setores vislumbrados, como ocorre em vários lugares do III Mundo, não encontraria nos escritos desse autor escocês motivação significativa para participar do comércio internacional. Dito de outro modo, a especialização, e, conseqüentemente, a troca internacional só faria sentido caso despontasse no horizonte do país em questão algum nicho de “Vantagem Absoluta”. Esta limitação viria a ser discutida por David Ricardo, que logra ultrapassar intelectualmente a proposição *smithiana*, propondo em seu lugar o “Princípio das Vantagens Comparativas” ou “Relativas”.

Nesse caso, cada país ganharia ao promover a crescente especialização econômica nos setores que, do prisma interno, despontassem como os mais competitivos. Ou seja, no caso de um país pobre em que nem a agricultura nem a indústria ostentassem “Vantagens Absolutas” frente aos rivais entre os grandes países, seria mesmo assim compensador optar dentre esses dois setores por aquele mais competitivo, e fomentar a especialização no âmbito deste. Convencionou-se aludir a esse encorajamento *ricardiano* como “Princípio das Vantagens Comparativas”, que pode ser inferido a partir do excerto abaixo:

“[...] em Portugal, a produção de vinho pode requerer somente o trabalho de 80 homens por ano, enquanto a fabricação de tecido necessita do emprego de 90 homens durante o mesmo tempo. Será, portanto, vantajoso para Portugal exportar vinho em troca de tecidos. Essa troca poderia ocorrer mesmo que a mercadoria importada pelos portugueses fosse produzida em seu país com menor quantidade de trabalho que na Inglaterra. Embora Portugal pudesse fabricar tecidos com o trabalho de 90 homens, deveria ainda assim importá-los de um país onde fosse necessário o emprego de 100 homens, porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido na Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo da uva para a manufatura daquele produto.” [Ricardo, 1982: 104-105]

Se aplicarmos ao contexto argentino os pontos de vista seja de Smith ou Ricardo, intuiremos que faria sentido que esse país voltasse seus fatores de produção prioritariamente à agropecuária. Pois é certo que essa atividade ostenta ali “Vantagens Relativas”. E é até possível que a produção rural seja ocasionalmente capaz de preencher, ali, o exigente requisito das “Vantagens Absolutas”, mesmo frente à notável capacidade de seus rivais: Estados Unidos, Austrália e Canadá. Assim, da ótica da divisão internacional do trabalho proposta por David Ricardo caberia à Argentina abastecer o mundo com *commodities* de clima ameno, pelo menos até que ali emergissem espontaneamente novos setores suficientemente bem capacitados à exportação. Consequentemente, ela deveria ostentar mediante tal especialização níveis máximos de crescimento econômico e renda:

“Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio.” [Ricardo, 1982: 104].

Posteriormente aos comentários *ricardianos*, o “Princípio das Vantagens Comparativas” foi alvo de reelaboração por Eli Heckscher e Bertil Ohlin, culminando com conclusões já aludidas na Seção 2.2.1, Subitens B e C. De acordo com o modelo que emerge de suas contribuições, faria sentido que cada nação se especializasse nos setores cuja produção pressupusesse particular disponibilidade de fatores de produção em relativa abundância local. Para o contexto argentino — país onde o capital é escasso, o fator trabalho não é particularmente abundante, e o fator terra é hiper-abundante —, emerge novamente a agropecuária como norte de especialização.

Em síntese, de acordo com os argumentos livre-cambistas aqui reproduzidos, o padrão de alocação mais eficiente para os recursos argentinos seria a especialização na agropecuária prementemente exportadora. E, dessa ótica, qualquer intento de requalificar forçosamente o tecido produtivo do país redundaria senão em menor taxa de crescimento econômico que aquela possibilitada pela especialização na agropecuária. Na Subseção 3.2.1, logo abaixo, examinaremos as conclusões do economista argentino

Domingo Cavallo, que devotou sua carreira à defesa da proposta de política econômica acima aludida no âmbito da sociedade argentina. Nesta ocasião, percorremos também os argumentos de Mauricio Rojas, que endossa o ponto de vista de Cavallo.

Logo adiante, na Subseção 3.2.2, argumentaremos que as ideias aprofundadas por Cavallo seriam paralelamente levantadas pelos organismos internacionais àquela época envolvidos com a instauração da agenda reformista associada ao Consenso de Washington — do qual já falamos na Subseção 2.2.3, item B —. Logo após, ao longo da Subseção 3.2.4, examinaremos em que medida as opiniões aqui em questão seriam sedimentadas no repertório didático utilizados nos cursos de graduação em economia. Por último, faremos nossos usuais comentários críticos na Subseção 3.2.5.

3.2.1) A Semi-estagnação de um Prisma Analítico “Livre-cambista”: os ecos *ricardianos* os “Custos da Repressão Econômica”

B) Domingo Cavallo e a Proposta Radical <i>Ricardiana</i> de Reforma da Economia Argentina.....	278
C) Mauricio Rojas e o Radicalismo <i>Ricardiano</i> Reiterado.....	287

A) Domingo Cavallo e a Proposta Radical *Ricardiana* de Reforma da Economia Argentina:

Como já enfatizado no Capítulo I, especialmente na Subseção 1.3, a sociedade argentina já chegou a comungar um nível geral de prosperidade muito similar àquele vigorante nos países tipificados como de “alto rendimento”. Esse quadro material próspero, contudo, começa a se deteriorar a partir da II Guerra Mundial, culminando com a inclusão da Argentina entre os países de médio rendimento a partir de meados dos anos 1960 e 1970. A abertura desse hiato entre o nível de vida típico dos argentinos e aquele de seus pares europeus ocidentais corresponderia, precisamente, à experiência de vida de Domingo Cavallo. Pois esse *cordobés* nasceria em um país ainda entendido como próspero, em 1946, e completaria seu doutoramento em Harvard, já em 1977, como estudante oriundo de um país de economia decadente e convulsionado por severíssimos distúrbios políticos. Naturalmente, o contraste entre o quadro material que poderia ser antevisto em 1946 para a Argentina de 1977, e aquele que efetivamente circundou Cavallo, constituiria provocação empírica capaz de emular genuíno desejo de compreensão dos reveses do capitalismo de seu país natal.

E, à procura de explicações para a perturbadora trajetória regressiva do capitalismo argentino, uma agenda de investigação que inevitavelmente despostrará aborda diacronicamente as políticas econômicas adotadas pelo governo argentino, buscando mudanças de postura possivelmente capazes de explicar tal inflexão no comportamento de seus indicadores econômicos gerais. A análise clássica de Domingo Cavallo principia, então, pela alusão ao contrastante desempenho secular da economia de seu país natal frente ao cenário observado em outros países particularmente bem providos de fatores naturais:

“A evolução econômica argentina revela importantes altos-e-baixos no presente século. Sua taxa anual de crescimento por habitante, entre 1900 e 1930, foi de 1,8 por cento, cifra significativa se se compara com os Estados Unidos (1,3%), Austrália (0,8%), Brasil (1,2%) e Canadá (1,2%). Depois de 1930, o ritmo de crescimento da Argentina diminuiu notavelmente. Isto originou crescente brecha entre seus níveis de renda e os

dos países do novo mundo que contavam com similares dotações de recursos.” [Cavallo *et alli*, 1989b: 8]

E, como proposta explícita de investigação, Cavallo descarta explicações que privilegiem acontecimentos exógenos, como choques externos ou movimentos de certos preços internacionais. As razões do declínio econômico argentino deveriam, então, ser buscadas em suas próprias escolhas com respeito à política econômica:

“A tese central desse estudo é que as causas dessa preocupante decadência, longe de obedecer a fatores externos ou aleatórios, devem ser buscadas nas características das políticas externas aplicadas, com ou sem a presença de eventuais choques externos.” [Cavallo *et alli*, 1989b: 8]

Como consequência dessa opção metodológica, Cavallo contrasta a orientação predominante das políticas econômicas antes e depois de do período 1929-45, apontando este momento como um divisor de águas na trajetória de crescimento econômico do país. E ele identifica, com respeito à distribuição setorial da economia argentina durante seus anos mais dinâmicos, um marcante peso do setor agropecuário:

“Até a Grande Depressão dos anos 30, a agropecuária foi o setor-chave da economia argentina. Suas exportações motorizaram o processo de crescimento no marco de uma grande integração da economia com os mercados mundiais. [...] Durante esse período, a Argentina cresceu mais rapidamente que a Austrália, o Brasil, o Canadá e os Estados Unidos, países com semelhantes dotações de recursos naturais, com terras aptas e férteis, e que também receberam capitais e imigrantes europeus.” [Cavallo *et alli*, 1989b: 11]

Em função dessa constatação, Cavallo infere que a relativa afluência da sociedade argentina poderia ter sido preservada se tal padrão de inserção exportadora tivesse sido mantido. Para amparar esse argumento, Cavallo se vale da proposição neoclássica de que a eficiência na alocação de capital é garantida pela existência apenas de setores capazes de competir dados os preços internacionais. E, dessa ótica, pouco importariam as distorções nesses preços criadas pelas políticas das grandes potências. Quaisquer que fossem os preços mundiais, os empresários argentinos deveriam ser capazes de produzir com custos iguais ou inferiores a tais preços. E, como há razões para esperar que na agropecuária os custos de produção nos Pampas sejam tendentemente baixos, esse seria um setor onde necessariamente despontariam exportações competitivas mesmo sob tais preços externos:

“As economias pequenas, como a argentina, cujos volumes de produção ou demanda não afetam a determinação dos preços nos mercados mundiais, devem submeter seu comércio exterior às influências sobre esses preços imprimidas pelas políticas protecionistas e medidas regulatórias aplicadas por outros países, ou grupos de países, como a Comunidade Europeia.” [Cavallo *et alli*, 1989b: 11]

Feitas essas afirmações, Cavallo contrasta a orientação prementemente livre-cambista da política econômica argentina no período anterior a 1929 com o posterior predomínio de uma postura mais intervencionista. Essa inflexão, para ele, constituiria a pedra angular da multiplicação de setores ineficientes pelo país, culminando com a perda de seu vigor econômico e um quadro de crescente instabilidade institucional e macroeconômica:

“[...] em 1970, muitos dos fenômenos que caracterizaram o complicado cenário político da década de 1970 já estavam presentes: o surgimento do terrorismo e da guerrilha, o renascimento de um nacionalismo econômico extremo, somente comparável àquele da década de 40, e uma grande confiança no papel do governo para promover o crescimento através de uma maior participação nos processos de investimento e produção.” [Cavallo *et alli*, 1989b: 135-136]

Como sabemos, o ano de 1976 é marcado Golpe Militar na Argentina. Em decorrência deste, ocorre radical inflexão na orientação geral da política econômica, culminando com o programa reformista liberal do ministro Martinez de Hoz. Como também sabemos, e já foi sumarizado no Capítulo I, o golpe não foi ali acompanhado de melhoria no quadro macroeconômico; ao contrário, os indicadores tenderam a se deteriorar ainda mais.

Como explica Aldo Ferrer, o Golpe de Estado que destituiu María Estela de Perón, em 1976, pode ser considerado como o prelúdio de um período de predomínio de ideias liberais que somente se encerraria em princípios da década dos 2000. Propostas consistentes com a perspectiva liberal, como “a abertura da economia, a hegemonia do mercado, e a visão fundamentalista da globalização” são trazidas à tona já durante o regime militar (Ferrer, 2004: 304). Assim sendo, a política econômica do ministro da fazenda Martinez de Hoz, durante o governo ditatorial de Jorge Rafael Videla (1976-1981), orientava-se, no curto prazo, pela busca de equilíbrio macroeconômico e desinflação. No longo prazo, esperava-se que a modernização econômica surgisse como corolário desta estabilidade econômica e, além dela, de uma política de abertura

comercial e financeira, que começa a ser aplicada já em 1976. Os resultados práticos, no entanto, são medíocres.⁷⁰

Ademais, como explica Castro (1998), “A brusca reorientação da estratégia de desenvolvimento, num momento decisivo do processo de construção [...] da malha industrial argentina, provoca uma inversão na trajetória de integração [...] crescente e de maturação tecnológica que caracteriza o período anterior.” Termos como “desindustrialização”, “regressão estrutural” e “re-especialização exportadora” começam a marcar as análises produzidas sobre a economia argentina. As severas turbulências macroeconômicas continuariam a caracterizar o governo civil de Raúl Alfonsín (dezembro de 1983 – julho de 1989), cuja inépcia em restaurar um ambiente propício ao crescimento abriria nova janela à popularização do projeto reformista liberalizante. No bojo do profundo descontentamento popular com o quadro econômico atravessado pelo país, a reforma liberal poderia prosseguir facilmente também sob um regime político aberto.

Cavallo, em resposta à aparente contradição entre seu encorajamento liberal e o agravamento das asperezas econômicas que se abatem sobre o país após 1976, adverte que, a despeito da liberalização ter sido sim perseguida, o tamanho do corpo estatal teria paralelamente sido aumentado, neutralizando os ganhos potenciais das novas políticas econômicas:

“Em 1976 a guerrilha havia sido derrotada, mas o militarismo havia substituído a democracia. Por então, se produziu uma drástica inflexão de ideologia econômica, orientada rumo a políticas de livre mercado no contexto de uma maior integração ao comércio e finanças internacionais. No entanto, o tamanho do governo continuou sendo muito grande e o alcance de sua intervenção muito ineficiente.” [Cavallo *et alli*, 1989b: 136]

Além disto, Cavallo pontua que a conjuntura financeira internacional se deterioraria logo adiante, tornando o panorama árido ao êxito das reformas propostas. É um tanto curioso, contudo, que Cavallo descarte a conjuntura naquilo que diz respeito ao comportamento e à composição dos fluxos comerciais, mas opte por apreciá-la no caso das finanças internacionais. Ela lança mão dos ventos do “Euromercado” e das consequentes “Crises da Dívida” para dar conta do patente insucesso da liberalização sob

⁷⁰ Ainda que devamos considerar a adversa conjuntura do período 1981-82 para a economia global, a média de crescimento do PIB Argentino sob os militares (1976-1983) gira ao redor de 0,1% ao ano. Segundo Castro (1998: 103), a taxa de crescimento industrial é negativa em 0,2% a.a., mesmo tomando apenas o período 1975-1980.

os militares. E concentra seu argumento, quanto a isto, no comportamento da taxa cambial argentina no contexto dessas vicissitudes internacionais:

“Em seguida, o plano do ministro José Martínez de Hoz foi lançado em um momento de excesso de liquidez nos mercados financeiros internacionais. A política monetária começou sendo restritiva, provocando fortes valorizações na taxa de câmbio real. Ela topou, em pouco tempo, com a crise financeira de 1981-81, com a sequência de muitas quebras bancárias que agravaram as tendências recessivas no nível de atividade econômica.” [Cavallo *et alli*, 1989b: 137]

Em função de sua percepção de que as reformas propostas por Martínez de Hoz ainda poderiam ser válidas para revigorar a economia argentina, Cavallo insiste que o grande mecanismo obstrutor do avanço material argentino teria sido, precisamente, o crescente intervencionismo governamental após os choques externos do período 1929-1945. O excerto abaixo é excelente para sumarizar seu ponto de vista, tanto como intelectual como enquanto influente homem público na Argentina no último quarto do século XX:

“Por cerca de seis décadas a economia argentina experimentou intervenção governamental contínua e deletéria. No início desse século [XX], seus preços relativos refletiam os níveis internacionais de escassez. A renda per capita era alta, o crescimento econômico era forte, e o crescimento da produtividade era notável. Depois, dos 1930 até o início dos anos 1950, a integração global da economia argentina foi severamente revertida pela Grande Depressão e pela II Guerra Mundial. Como um mecanismo de ajuste, a Argentina parcialmente fechou a economia, [...]. A Argentina nunca retornou à abertura, ao baixo nível de intervenção governamental, e aos mercados flexíveis. Ao contrário, a Argentina experimentou uma profunda guinada rumo à substituição de importações, políticas aviesadas setorialmente, intervenções para afetar os demais preços relativos, e instabilidade macroeconômica. As intervenções e a instabilidade tiveram um efeito devastador sobre a alocação de recursos.” [Cavallo *et alli*, 1995: 2]

Durante os dois mandatos de Carlos Menem e, especialmente, durante o emblemático período em que Domingo Cavallo ocupou o cargo de ministro da economia (março de 1991 - agosto de 1996), o ressoar do projeto reformista liberal atinge seu clímax na Argentina. Neste momento, o Estado aliena o grosso daquilo que fora constituído, durante o ciclo “desenvolvimentista”, para exercer interferência direta na dinâmica econômica. “O ajuste [...] deixou pouco ou nada em pé da antiga estrutura;

em lugar de corrigir ou adequar a função de um sistema que não cumpria bem sua função, se optou por eliminá-lo” (Schvarzer, 1998: 7).

São privatizadas, assim, a empresa estatal de telecomunicações ENTel (em 1990), vários canais de TV e rádio (1990), 40% da malha rodoviária⁷¹ (1990), as Aerolíneas Argentinas (1990), o emblemático Hotel Llao Llao (1991), o estaleiro Tandanor — *Talleres Navales Dársena Norte Sociedad Anônima* — (1991), a Ferrocarriles Argentinos (1991-93) a Segba — *Servicios Eléctricos del Gran Buenos Aires* — (1991-92), a Somisa — *Sociedad Mixta Siderurgia Argentina* — (1992), Gas del Estado (1992), a Aceros Paraná S.A. (1992), a empresa petrolífera YPF (1992-93), os Correios (1992-97), as empresas hidroelétricas El Chocón, Alicurá, Piedra del Águila e Cerros Colorados (1993), o Banade⁷² — *Banco Nacional de Desarrollo* — (1993), a Caja Nacional de Ahorro y Seguro (1994), a Elma — Empresa Lineas Marítimas Argentinas — (1994), a transportadora Buques Petroleros (1994), entre muitas em muitas outras empresas.

Paralelamente, a urgência em estancar um quadro tendente à hiperinflação, lacuna aberta desde o governo Alfonsín, determina a adoção do Plano Cavallo, criando um regime de conversibilidade cambiária inflexível entre o Peso Argentino e o Dólar. Quando instaurada num regime de ampla abertura comercial, a conversibilidade atrela a inflação interna à internacional, ao menos naquilo que concerne aos bens chamados *tradables*, isto é, aqueles efetivamente expostos à competição internacional. Neste contexto, “a reforma comercial constituiu [...] exemplo claro de subordinação da política de reformas às exigências da política de estabilização” (Gerchunoff *et al*, 1996).

A conversibilidade cambiária perene — sobremaneira similar àquela outrora existente, em vários países periféricos, e que fora adotada na Argentina durante as duas “*Cajas de Conversión*” de 1900-14 e 1927-30⁷³ —, logrou uma redução significativa da inflação, apesar dos enormes riscos que tal sistema colocava ao equilíbrio futuro do Balanço de Pagamentos. Mas, de forma análoga ao histórico dos antigos esquemas locais de conversibilidade-ouro, estes riscos foram encobertos pelo enorme fluxo de capital especulativo que procurava a região durante a primeira metade dos anos 1990. E, somado a este, pelo ingresso de volumosos recursos associado às privatizações.

⁷¹ Neste caso, concessão e cobrança de pedágios.

⁷² Neste caso, liquidação.

⁷³ No Brasil, é possível empregar ambos os termos “Caixa de Conversão” e “Caixa de Estabilização”, que vigoraram, respectivamente, entre 1906-14 e 1927-30. No caso clássico de Hong Kong, a terminologia em língua inglesa foi *Currency Board*, que é o termo que circula internacionalmente.

Tudo mudaria, entretanto, após 1995, 1997, 1999 e, especialmente, 2001-02. É irônico que as reformas liberalizantes aplicadas por Cavallo durante sua passagem pelo ministério tenham sido ladeadas por uma terceira tentativa de implantação da conversibilidade no país. Afinal, esta acabaria gorada em condições estritamente análogas às aquelas que haviam vitimado as duas anteriores, e Cavallo provavelmente desconhecia, ou simplesmente desacreditava, a vastíssima literatura indígena sobre os dilemas do câmbio fixo em economias primário-exportadoras. Antes da Depressão, seu país já havia aproveitado duas boas fases do mercado cambial para enveredar por uma tentativa de atrelar sua moeda nacional a uma moeda externa. Tais intentos foram, nas duas ocasiões, levados a cabo em meio ao persistente afluxo de divisas. E padeceriam, instantaneamente, à medida que a reversão da prosperidade externa determinasse queda na capacidade de importar, seguida de lacunas no Balanço de Pagamentos, e, como definiria Keynes, um “movimento de manada” em direção à conversão da moeda nacional pela moeda forte.

Raúl Prebisch dedicou muitas energias a difundir o argumento de que, quando a cesta exportada por uma economia é demasiado especializada em produtos primários, cujos preços costumam flutuar mais que os industriais, a conversibilidade cambiária permanente seria absolutamente inexequível.⁷⁴ Seu argumento foi elegantemente desenvolvido por Celso Furtado quando esse comentou a inaplicabilidade do Padrão-Ouro no Brasil. Na Argentina, a mensagem de Prebisch e Furtado foi competentemente replicada por Aldo Ferrer, cujos argumentos nunca foram alvo de crítica consistente de qualquer autor neoclássico. Aliás, o fato de o sistema bancário argentino contemporâneo possuir a faculdade de multiplicar significativamente o meio-circulante, como é da natureza dos sistemas financeiros modernos, em muito aguça as advertências de Prebisch. Pois que os recursos em poder do público construirão majoritariamente apenas “moeda escritural”, criada pelos bancos com certa flexibilidade em proporção dos recursos reais depositados. Como imaginar a conversibilidade automática dessa moeda multiplicada?

Mas Cavallo, que cursou doutoramento em Harvard após já possuir título de doutor por uma universidade argentina, não devia atribuir autoridade considerável à

⁷⁴ A evidência empírica em torno da volatilidade dos preços dos produtos agrícolas é ampla. Mas basta reter que um consumidor não se desconcerta ao se deparar, na feira de uma dada semana, com preços das hortaliças 30% maiores que na semana precedente. Opostamente, um consumidor que poupe um ano inteiro o valor correspondente a um automóvel, será tomado pela surpresa se for confrontado, no momento da compra, por um preço 10% maior que o esperado.

bibliografia local. Seus colegas neoclássicos brasileiros, ao contrário, tipicamente acatariam a sugestão *cepalina*, e não deixariam de comentar a excentricidade desinformada da proposta argentina. O excerto abaixo, escrito por Gustavo Franco, presidente do Banco Central Brasileiro durante o primeiro momento do Plano Real, é mais que ilustrativo:

“O *currency board* chegou a existir no Brasil no começo do século [XX], numa de nossas fugazes passagens pelo chamado padrão-ouro, com a denominação de Caixa de Conversão. Era uma entidade que emitia notas com poder liberatório, a única que podia fazer isso, contra um depósito de igual valor em ouro. Era um mundo mais primitivo, onde o ouro era a moeda internacional de reserva e as nações civilizadas tinham de amarrar sua moeda a essa dádiva da natureza a qual, todavia, tinha de ser obtida através do Balanço de Pagamentos. É curioso que, anos depois, numa época em que se diz que os regimes cambiais devem ter mais flexibilidade [...] tenha crescido o prestígio dos “*currency boards*”. Eles podem ser encontrados na Argentina, em Hong Kong, em algumas das novas repúblicas do Báltico (Estônia e Lituânia), em Brunei e em Djibuti. É uma plêiade. No pós-guerra, chegaram a existir na Malásia e em Cingapura, que abandonaram o sistema em 1973, e na Irlanda que deixou o sistema gradualmente até entrar no Sistema Monetário Europeu. [...] Nossos vizinhos do Sul são exímios propagandistas do “*currency board*”. [...] O país se torna uma espécie de província (monetária) dos Estados Unidos e o problema acabou. Acabou?” [Franco, Gustavo H. B. Como terminam os “*currency boards*”. O Estado de São Paulo, 23 de Maio de 1999]

As opiniões acima são de elevado valor histórico em função da importância política e institucional de Gustavo Franco durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas, para sermos rigorosos, é indicado ressaltar que quem primeiro escreveu a respeito no Brasil foi outro autor neoclássico, Joaquim Elói Cirne de Toledo, em seu artigo de 1992, denominado “*Argentina: Cavallo, galope para o desastre?*”, no qual a sina desse intento de conversibilidade é rigorosamente prognosticada.⁷⁵ É difícil especular sobre as razões de tão díspares apreciações acerca das chances efetivas do câmbio fixo em cada margem do Rio Paraná. Mas certamente deve ter pesado em prol da antevisão brasileira o fato de muitos economistas locais envolvidos com as reformas

⁷⁵ O artigo mencionado foi publicado na Revista de Economia Política, volume 12, número 3 (47), em 1992. É razoável afirmar que as ideias nele consolidadas, que outros economistas influentes também comentavam àquela altura, permitiu que a inflação brasileira fosse controlada mediante estratégia aperfeiçoada em relação à Argentina: a “moeda indexada” de Pérsio Arida e André Lara Resende.

liberais terem sido treinados como historiadores econômicos, e não como macroeconomistas estritos.

O nome de Domingo Cavallo será provavelmente lembrado décadas adiante, especialmente em função de ter comandado a Fazenda argentina durante o desfecho do “desastre”, como artífice de um experimento monetário advertidamente absurdo e já empiricamente testado, desastradamente, em outras duas ocasiões pretéritas cuja aparência seu *staff* parecia ignorar. Com efeito, sua imperícia profissional intelectualmente inescusável conduziu o capitalismo argentino ao bátrato de seu estancamento de meio século, feito este que permitirá que se recuse ainda por muito tempo qualquer credibilidade ao pacote de reformas livre-cambistas que duas décadas atrás se apresentou ao Rio da Prata.

Muitos tentam fundir o pacote em questão e a profunda ignorância histórica que marca a postura de Cavallo em apenas um lance, argumentando ser seu vício apenas um: o abstracionismo fundamentalista pré-direcionado à defesa do *laissez-faire*. Cumpre advertir, quanto a isto, que a revisão bibliográfica que precedeu a elaboração desse Subitem A realmente não identificou análises que fossem agrupáveis sob a rubrica de um “neoclassicismo fundamentado”, terminologia que havíamos adotado no Capítulo II quando mapeamos o debate sobre o “caso sul-coreano”. Pois o liberalismo clássico argentino foi alvo de críticas estruturalistas contundentes nos anos 1940 e 1950 — a questão da deterioração dos termos de troca, a volatilidade intrínseca do preço das *commodities*, a tendência à socialização de prejuízos e à concentração de renda nas crises do setor exportador, etc... —. A obra de Cavallo não lida com nenhuma dessas críticas, como se não existissem ou não fossem sérias o bastante para merecer menção ou citação. E opta por comparar a decadente argentina real com aquela que “podia ter sido”, que por definição é uma abstração sujeita a controvérsias, por mais floreada de “econometrismos” que seja a embalagem de sua mensagem. E a opção a tal comparação não é menos abstrata: comparar idilicamente um país que se aponta como “rico”, mas sobre o qual pouco é mencionado além de sua renda *per capita* ou da produtividade por hectare plantado, com um país real e convulsionado sobre o qual muito se conhecia.

Mas, ainda assim, a agenda de reformas liberalizantes aplicada por Cavallo, o Plano de Conversibilidade, e sua hipótese a respeito do estancamento econômico argentino são três objetos que podem sim ser apreciados em separado. A pertinência do primeiro pode ser discutida, e a lógica por detrás do segundo pode até ser chacoteada; mas esses esforços escapam parcialmente o escopo desse Capítulo. Já o exame em

perspectiva do terceiro objeto está no domínio preciso de nossa tarefa. No próximo Subitem examinaremos os argumentos de outro autor, Mauricio Rojas, que referendou a hipótese de Cavallo mesmo depois do malogro da Conversibilidade.

B) Ricardo Rojas e o Radicalismo *Ricardiano* Reiterado:

Logo acima, abordamos a proposição de Domingo Cavallo sobre o estancamento argentino. Em linhas gerais, sua mensagem pode ser sintetizada em quatro passagens:

- i. Antes de 1930, a sociedade argentina progredia satisfatoriamente, propelida por uma dinâmica agropecuária exportadora;
- ii. Entre 1930 e 1945, a economia internacional atravessa conjuntura convulsionada, à qual a Argentina responde com protecionismo aduaneiro, expansão fiscal e intervencionismo estatal.
- iii. Após 1945, a normalidade retorna ao plano internacional e a insistência na abordagem política precedente passa obstruir seriamente o progresso material do país.
- iv. Entre 1976 e 1983, o país vive uma breve era de liberalização, mas que é acompanhada de expansão fiscal e é circundada por uma conjuntura externa adversa. As reformas não ostentam êxito, apesar de proporem soluções adequadas à reativação da acumulação.

Como homem público, Cavallo levou esse diagnóstico da teoria à prática. As reformas empreendidas sob seu signo caminham em direção consistente com aquilo que ele havia defendido por muito tempo em seus escritos. Mas, tal qual como na experiência prévia de Martinez de Hoz, suas reformas não são acompanhadas de uma reativação no ritmo do capitalismo argentino. Ao contrário, após breve recuperação o capitalismo argentino volta a apresentar problemas de acumulação, e caminha para uma crise diluviana à medida que o século se encerra. Mas as ideias que Cavallo levantou são firmemente ancoradas filosófica e teoricamente na tradição livre-cambista de reflexão econômica que principia com Adam Smith. E assim, é natural que outros autores ecoem o mesmo ponto de vista após a completa exaustão da legitimidade de Domingo Cavallo como intelectual.

Nesse Subitem B, percorreremos as ideias do livro *Historia de la Crisis Argentina*, de 2003. Esse livro é de autoria de Mauricio Rojas, ativista esquerdista chileno que, refugiado na Suécia após o Golpe de 1973, passa a defender princípios liberais de condução da economia. A transição intelectual de Rojas, inclusive, envolve sua eleição

para o Riksdag em 2002, tornando-se porta-voz do Partido Liberal Sueco para assuntos ligados a refugiados e integração política. Rojas empreende, no referido livro, uma defesa competente da hipótese de Cavallo, enalçando-a como argumentos históricos verossímeis e bem dispostos. O leitor dificilmente deixará de avaliar que seu método de exposição é mais persuasivo que o abstracionismo rico em algebrismos de Cavallo.

Como o economista de Córdoba, Rojas identifica o período anterior a 1930 como a idade áurea do capitalismo argentino:

“O período compreendido entre 1860 e 1930 foi a época de ouro da Argentina. Setenta anos de crescimento, modernização, democratização e relativa estabilidade política. Milhões de emigrantes do sul da Europa buscaram um destino melhor na Argentina de então, e os solos férteis do Pampa foram conectados a mercados da Europa graças a novas ferrovias e vapores transoceânicos. Buenos Aires se transformou em uma imensa metrópole e na capital cultural da América Espanhola.” [Rojas, 2004: 19]

Mas, ao contrário de Cavallo, Rojas procura analisar o passado “rico” da argentina de forma mais crítica. Alguns atributos de sua conformação socioeconômica já identificáveis àquela altura contribuiriam, no futuro, para a obstrução da acumulação de capital que vitima o país após 1945. Entre estes, é possível destacar a concentração fundiária e a introspecção industrial:

“Lamentavelmente, detrás dessa fachada deslumbrante se escondia um bom número de elementos muito conflitivos. Na realidade, foi durante seus anos dourados que a Argentina começou a percorrer o longo caminho com direção à crise em que emergiria no último quarto de século. Há dois aspectos emblemáticos que vale a pena destacar neste contexto. Um deles diz respeito à distribuição da propriedade no campo; o outro, com a orientação unilateral ao mercado local e a falta de força competitiva mostrada pelos grandes setores da nascente indústria do país.” [Rojas, 2004: 31]

Como ele pontua, a concentração fundiária determinava maiores barreiras ao acesso do homem do campo à propriedade fundiária. Com isso, o produtor agrícola poderia se valer de maior abundância do fator trabalho, e tenderia a negligenciar o progresso técnico nas formas de cultivo. Com efeito, o incremento na produção tendia a se dar horizontalmente, sem incrementos significativos de capital, inclusive devido à grande disponibilidade relativa do fator terra:

“[...] uma agricultura como a estadunidense, baseada em colonos proprietários, e uma fronteira agrícola aberta, tende a tornar-se cada vez mais intensiva no uso de capital e máquina, dado o alto custo comparativo da força de trabalho. Isso, por sua parte, tende

a aumentar de maneira decisiva o nível de intervenção no setor agrícola, o que gera por sua vez boas condições para o surgimento de uma estrutura industrial cada vez mais diversificada e sofisticada. [...] As grandes propriedades agrícolas da Argentina, por outro lado, se desenvolveram de forma muito mais extensiva, através da livre exploração da terra, por ser o fator de produção mais barato, em lugar dos fatores de produção mais caros, como o trabalho e o capital” [Rojas, 2004: 32]”

Outra consequência direta desse padrão de ocupação do solo rural diz respeito ao inchaço populacional da capital do país, para onde tendiam a confluir os imigrantes na ausência de fixação fundiária. Este quadro acabaria fecundando crescentes conflitos distributivos entre Buenos Aires e o meio rural:

“O domínio das grandes propriedades apresentava outra desvantagem ao desenvolvimento nacional geral. Os imigrantes tendiam a ficar nas grandes cidades, sobretudo Buenos Aires [...] O resultado desse amplo processo de urbanização precoce foram os inevitáveis e finalmente devastadores conflitos distributivos entre as cidades e o campo que caracterizariam o desenvolvimento argentino durante grande parte do século XX.” [Rojas, 2004: 33]

Em resumo, a Argentina era um país “rico”, mas com uma classe *terrateniente* demasiado poderosa, um setor urbano precocemente agigantado, onde prevaleciam técnicas produtivas e gerenciais muito primitivas. Além disso, nesse meio urbano predominam iniciativas industriais muito voltadas para o abastecimento interno, com grande inépcia competitiva face aos novos padrões que logo marcariam a Segunda Revolução Industrial. Nesse contexto, desponta a crise de 1929, e a ruptura política de 1930 marca o advento de uma nova postura frente à condução da economia. No bojo das políticas intervencionistas que se inauguram, Rojas ecoa Cavallo ao pontuar que crescerá a instabilidade econômica e o progressivo estancamento da acumulação capitalista:

“O golpe de setembro de 1930 deu um passo a uma longa etapa de crescente instabilidade e polarização, que culminaria com os trágicos anos da chamada ‘guerra suja’ da década de 1970.” [Rojas, 2004: 47]

Em resumo, até aqui a única diferença marcante entre os argumentos de Rojas e Cavallo é que o primeiro procura concatenar as políticas intervencionistas que ambos condenam ao desenvolvimento, antes de trinta, de um setor urbano hipertrofiado e onde

predominavam indústrias ineficientes, pouco aparelhadas à competição global. Os dois excertos abaixo são muito elucidativos da opinião do autor:

“[...] detrás das descontinuidades evidentes se esconde uma descontinuidade estrutural fundamental que une o período da prosperidade com aquele que contempla a marcha da Argentina ao desespero. Se trata, antes de tudo, de um modelo de crescimento industrial patológico, que se tornou por inteiro insustentável, quando seu pré-requisito absoluto, um setor exportador dinâmico, desapareceu.” [Rojas, 2004: 48]

“Em termos econômicos, os problemas do país se deviam sobretudo à estrutura ou ao modelo de desenvolvimento que havia sido formado antes da Primeira Guerra Mundial, ou seja, o que se convencionou chamar de economia semifechada, com uma indústria introvertida e localizada por debaixo do padrão de produtividade internacional, que por isso devia ser protegida da competição exterior e que contava com as exportações primárias para cobrir sua crescente necessidade importações.” [Rojas, 2004: 72-73]

Em vista do agigantamento político do setor menos eficiente, durante o período posterior a 1945, os desequilíbrios teriam crescentemente tomado conta da economia do país, até que a situação se torna insustentável nos anos 1950. Àquela altura, o país efetivamente já se encontrava diante de um beco sem saída. A liberalização traria custos de ajuste incalculáveis, e a manutenção dos setores “de incubadora” era macroeconomicamente inexecutável:

“Sem um protecionismo mais ainda desenvolvido e fortes níveis de intervenção política, grandes partes da ampla indústria que havia surgido entre 1930 e 1955 se encontraria em grandes dificuldades. A brecha tecnológica em relação às nações industrializadas era demasiado vasta para que fosse realista esperar outro resultado.” [Rojas, 2004: 72-73]

Em função desse diagnóstico, Rojas não aponta solução permanente para os problemas de acumulação a vitimar o capitalismo austral que não envolvesse uma ampla agenda de reformas liberalizantes. Mas, tal qual Cavallo, que teria que lidar com Martinez de Hoz como caso empírico contraditório, Rojas teria que explicar o colapso da economia sob Menem e Cavallo. Se liberalizar é a solução, como explicar a tragédia dos que se propuseram a promover essa solução?

Rojas começa por pontuar que a agenda de Cavallo realmente caminhava na direção certa, tal qual Cavallo havia feito quando comentou a agenda de Martinez de Hoz.

“A dupla Menem-Cavallo se converteu na garantia da rápida transformação da Argentina numa economia cada vez mais de mercado, com alta taxa de crescimento e zero de inflação. Já em 1992, Cavallo falou do milagre argentino como um feito iminente, e muitos quiseram acreditar, dentro e fora do país. No entanto, na terra do tango os sonhos parecem morrer jovens [...]” [Rojas, 2004: 100]

E reitera que a conversibilidade era uma solução defensável e sem alternativas, mas que apenas deveria ter sido desarmada mais cedo. Seu comentário se choca frontalmente com a apreciação dos neoclássicos brasileiros mencionados no Subitem A, que perceberam a tempo, e alardearam para a opinião pública de seu país, que não se revoga uma conversibilidade facilmente.

“O primeiro e mais importante que deve ser apontado são as consequências de longo prazo da famosa conversibilidade, ou câmbio fixo, estabelecida em 1991. Poucos podem questionar a necessidade dessa medida quando foi tomada; simplesmente, era questão de vida ou morte impedir que os políticos financiassem seus próprios erros com uma política monetária irresponsável, e, ao mesmo tempo, havia poucas formas de gerar confiança na moeda argentina sem atá-la ao um equivalente ao padrão-ouro do passado. A conversibilidade foi pensada como um casaco-de-força necessário para um país que em termos econômicas havia enlouquecido repetidas vezes, mas esse casaco-de-força se converteu ele mesmo num grande problema quando se tornou permanente.” [Rojas, 2004: 108]

Da ótica de Rojas, contudo, o retardo em promover a saída da conversibilidade se inscrevia num quadro histórico mais geral do capitalismo argentino. Para ele, quanto a isto, os intentos de reforma são ali costumeiramente frustrados politicamente. A nova crise que se abate sobre o país assinala, apenas, a perda do impulso modernizante e liberalizante de Menem e Cavallo. Seu tempo político havia expirado, e, de acordo com seus comentários finais, a economia argentina caminhava para um desfiladeiro de altitude ainda imensurável.

3.2.2) O Significado Político Internacional do “Caso Argentino” nos Anos 1980: FMI, Banco Mundial e o “Consenso de Washington”

Como sugerido na Subseção 2.2.3, a interpretação “livre-cambista” do desenvolvimento capitalista foi abraçada nas últimas décadas do século XX pelo *staff* dos organismos internacionais. O início da década de 1980 coincide com a emergência de uma agenda de reformas liberalizantes nos Estados Unidos e na Inglaterra. Em algum grau, esse fenômeno pode ser simultaneamente identificado na França e na Alemanha, tocando posteriormente incontáveis outros países. Com efeito, os organismos multilaterais controlados pelas principais economias, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, tenderam a exigir “reformas estruturais” radicalmente liberalizantes como contrapartida à cessão de quaisquer empréstimos aos países em crise de solvência.

Historicamente, claro, os emprestadores de última instância tendem mesmo a exercer pressões por “reformas”; mas o foco destas, desde os Rothschilds, costuma geralmente constituir mera expressão de seu previsível anseio por ver tão logo equalizado o Balanço de Pagamentos do país tomador. Noutro plano, o teor das “cartas de intenções” cobradas nos anos 1980 e 1990 por tais organismos dos países em flagelo financeiro transcendia o imediatismo simplista que usualmente seduz os credores. O que aparentemente se pretendia, em linhas gerais, era o uso das crises como instrumento de intimidação de todo o *establishment* dos países em busca de divisas, assumindo que sua tutela por parte de uma burocracia mais esclarecida iria contribuir para seu avanço, em ritmo mais célere, rumo a uma agenda tida como inexorável. A julgar pelo senso de propósito e pela coesão intelectual desses corpos burocráticos naqueles tempos, só o obscurantismo, o parasitismo, ou mesmo o atraso mental podiam motivar qualquer resistência à agenda proposta.

A Argentina, nesse contexto, trazia ao debate ingredientes inestimáveis. Pois era verossímil descrevê-la como um país outrora “rico”, cujo progresso econômico fora obstruído pela insistência na aplicação de políticas econômicas que a Teoria Econômica desde suas origens desabonava.⁷⁶ Ela se apresentava, precisamente, como o perfeito caso antitético para o “Milagre do Rio Han”, constituindo a evidência de segunda ordem de que as políticas adequadas à promoção do desenvolvimento material envolveriam crucialmente a “extroversão”, a “liberalização” e a “desregulamentação”.

⁷⁶ Cumpre ressaltar que a interpretação da História do Pensamento Econômico que tipificava os burocratas envolvidos com a pressão por tais “reformas” só admite uma única Teoria Econômica.

Já que, como frisado na Subseção 2.2.3, os mesmos organismos insistiam que o anteparo do dinamismo asiático era a adoção de uma agenda mais próxima desse norte, o contraste entre os resultados colhidos por Ásia e a América Latina era tema frequente nos seminários, artigos, relatórios e coletâneas por eles patrocinados. E, como destacado na Introdução dessa Tese de Doutorado, Coréia do Sul e Argentina efetivamente apresentavam trajetórias extremas naquilo que diz respeito ao Produto Interno Bruto. A Tabela 3.2.2-1 traz a dimensão de sua divergência:

TABELA 3.2.2-1 - Crescimento Médio do PIB Argentino e Sul-Coreano – Períodos Selecionados:		
	Argentina	Coréia do Sul
1956-1974	4,31	6,92
1975-2002	0,89	7,09
2003-2008	8,52	4,01
Fontes: South Korea National Statistical Office, Banco Central da República Argentina Os três intervalos foram escolhidos segundo alguns critérios: (a) comecei a comparação em 1956 para não contaminar a média sul-coreana com os efeitos da Guerra da Coréia que vai até 1953, (2) as médias de crescimento sul-coreanas não arrefecem antes de 1997-8; portanto fiz um corte em 1974, que é o ano da morte de Perón, permitindo comparar as argentinas pré- e pós-Perón a uma Coréia dinâmica (3) fiz o outro corte em 2002, para tratar tanto a Crise Asiática de 1997-8 quanto a Crise Argentina de 2001-2002 como inflexões de ciclos de expansão anteriores, dos anos 1990, (4) o último período se estende até o presente.		

Nos próximos parágrafos, então, são reunidas evidências do diagnóstico proposto por tais agências acerca do estancamento da acumulação capitalista argentina. Nos anos 1970, como já pontuado no Capítulo I, a perda de fôlego da economia argentina já estava caracterizada. Assim, já àquela altura era verossímil concatenar o discurso nacional-intervencionista que prevalecia no Rio da Prata com a crise que ora se aprofundava. O seguinte excerto, extraído de um relatório de 1974, já traça um sombrio panorama das condições gerais do capitalismo argentino:

“As tendências históricas e desenvolvimentos da economia Argentina foram caracterizados do seguinte modo: taxas de crescimento baixas e irregulares, um balanço de pagamentos cronicamente deficitário, agravado durante anos de crescimento relativamente rápido e acompanhado de substanciais movimentos especulativos de capital; altas taxas de inflação, que a seu turno requereram frequentes ajustes cambiais, por vezes considerados inadequados em intensidade e descompassados temporalmente; forte pressão para aumentos de salários reais nos setores urbano e industrial, levando à deterioração crônica nos termos de troca da agricultura, elevando o desemprego e criando sérias dificuldades às exportações.” [Banco Mundial, 1974: 4]

Nesse relatório, um modelo econométrico é proposto com vistas ao diagnóstico dos desequilíbrios capazes de explicar o desempenho insatisfatório. Como síntese do quadro descrito, os autores afirmam que: “[...] A Argentina parece estar vivendo uma era de equilíbrio político precário..., e os gestores econômicos começam e terminam seu mandato sem tempo para empreender políticas econômicas consistentes.” Mas eles não lançam mão, irresponsavelmente, de nenhuma agenda de soluções pré-fabricada.

Como sabemos, logo após a publicação do referido estudo, principia a ditadura militar argentina, que afiança a reforma de Martinez de Hoz. E o contexto econômico convulsionado não é revertido. Poucos anos adiante, já no domínio do período em que, segundo argumentamos na Subseção 2.2.3, o expurgo de intromissões *keynesianas* é firmemente promovido pela burocracia de Washington, o encorajamento das “reformas” liberalizantes passa a ser mais enérgico, como atesta o seguinte excerto:

“[...] a falta de sucesso do programa argentino em promover uma queda substancial na taxa de inflação não é uma indicação da inexequibilidade ou do falta de interesse da abertura econômica.” [Blejer, Mario I. *Recent Economic Policies of the Southern Cone Countries and the Monetary Approach to the Balance of Payments*. In: World Bank Symposium. Economic Liberalization and Stabilization Policies in Argentina, Chile, and Uruguay, Relatório Editado por Nicolas Ardito Bar, Mario I. Blejer e Luis Landau, página 6, Evento Realizado em 21 e 22 de Maio, 1982; publicado em 1984.]

Essa postura marcará os programas de “socorro” que o FMI direciona à região em princípios dos anos 1980, e se aprofundará à medida que correm os anos. Nos anos 1990, com os Planos Brady, desenhados para viabilizar o retorno dos países insolventes aos mercados financeiros, o encorajamento dos “pacotes” liberalizantes atinge seu auge, especialmente na Argentina. Ali, a sintonia entre o teor da proposta reformista do ministro Domingo Cavallo e o anseio dos técnicos de Washington concorreu para que radical inflexão na abordagem econômica fosse finalmente praticável. A imediata queda da inflação, somada a um subsequente triênio de significativo crescimento econômico, foram caldo empírico suficiente para que se considerasse a instauração de um “milagre argentino”, cuja discussão é provocada pelo próprio Cavallo. O júbilo que transparece do seguinte discurso do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, resume este breve estado de ânimos:

“Por muitos anos, o Fundo compartilhou lições com a Argentina — [...] para disseminar a palavra sobre a ‘revolução silenciosa’ que estava transformando países antes introspectivos, altamente regulados e descapitalizados em economias estáveis,

extrovertidas e de rápido crescimento. E alguns anos atrás, a Argentina tornou-se parte dessa revolução, se movendo decididamente rumo à superação de seus impedimentos estruturais e eliminação de distorções. Como resultado, a Argentina não é mais um país predisposto à inflação e à beira da hiperinflação, mas um país de baixa inflação com grande potencial. Então quando venho à Argentina, não vejo mais os dramáticos sintomas da crise, mas em muitos aspectos um esboço para o sucesso. Minha intenção, assim, é não tanto disseminar lições apreendidas em outros lugares — mas captar lições da experiência argentina que possam ser compartilhadas com outros.” [Camdessus, Michel. *Argentina and the Challenge of Globalization*, Discurso para a Academia de Ciências Econômicas, Buenos Aires, 27 de Maio de 1996]

A interpretação livre-cambista sobre o desenvolvimento material das nações havia aparentemente triunfado. Seus simpatizantes contariam doravante, eu seu acervo de referências históricas consolidadas, com o “milagre” dos que testemunhavam sua mensagem, com o “desastre” daqueles que a tinham descreditado, e com o “indulto” da ovelha negra, que ora finalmente compreendia os fatos e prosperava. O “pensamento único”, corporificado na estética matematizada da única Teoria Econômica, podia cantar seu triunfo definitivo. Michel Camdessus prossegue, então, dando conta dos precisos elementos que explicariam a recuperação argentina:

“Desde os últimos anos 1980, houve uma drástica mudança de orientação na política econômica argentina. A Lei de Conversibilidade estabeleceu disciplinas fiscal e monetária como um eixo central, e isso, paralelo à reforma estrutural, incluindo uma política comercial mais aberta, privatização, liberalização cambial e financeira, desregulação, normalização das relações financeiras internacionais, e restauração do acesso aos mercados internacionais, fez uma diferença decisiva no desempenho do país. Inegavelmente, entre 1991-94, o ajuste determinado da Argentina e seus esforços de reforma foram recompensados com fortes ingressos de capital, uma forte recuperação da demanda doméstica, a renovação e modernização da estrutura de produção, e crescimento real da economia acima de 7,5% ao ano.” [Camdessus, Michel. *Argentina and the Challenge of Globalization*, Discurso para a Academia de Ciências Econômicas, Buenos Aires, 27 de Maio de 1996]

Mas a História ainda não tinha acabado. A metáfora da “remissão dos pecados” cederia lugar, em apenas três anos, àquelas que remetem ao “apocalipse”. E a ruína argentina sob Menem e Cavallo faria de seu iminente “milagre” mera anedota, que passaria ao repertório simbólico comum do flanco oposto: os “heterodoxos”.

3.2.3) A “Introspeção Latino-americana” e a Proeminência Doutrinária Livre-cambista nas Instituições de Ensino de Economia:

Exatamente como no caso do milagre sul-coreano, a perturbadora estagnação argentina seria muito comentada pelos manuais de divulgação mais utilizados nos cursos de graduação em economia mundo afora. De modo geral, essas peças didáticas costumavam inscrever os maus resultados da Argentina num contexto regional mais amplo, mencionando dificuldades econômicas ora vivenciadas por vários países da América Latina. A terminologia mais utilizada para descrever o fundamento dos resultados insatisfatórios de todos esses daria conta de sua “estratégia introspectiva”, atributo que supostamente singularizava os maiores países latino-americanos. O seguinte excerto, retirado de um artigo acadêmico, e não de um manual didático, atesta o enquadramento dessa nomenclatura:

“Dos anos 1930 aos 1980, as políticas econômicas da América Latina receberam o epíteto de modelo de desenvolvimento introspectivo [*inward-looking model of development*]. O modelo emergiu durante a Depressão, e foi depois decodificado em teorias econômicas não ortodoxas. Ainda que o desempenho econômico tenha sido desapontador nos anos 1960, as distorções persistiram e se aprofundaram nos anos 1970 e 1980.” [Taylor, Alan. *On the Costs of Inward-Looking Development: Price Distortions, Growth, and Divergence in Latin America*. The Journal of Economic History, Volume 58, Número 1, Março de 1998]

Essa hipótese generalizadora a respeito do fracasso latino-americano foi então levada aos quatro pontos cardeais pelos referidos manuais, inculcando em uma geração de economistas a ideia de que a Ásia progredia devido à estratégia *export-led*, extrovertida e audaciosa, ao passo que os latinos eram vitimados por seu próprio “pessimismo comercial”, que os levava a insistir na *import-substitution*, esta de natureza introspectiva e fadada ao insucesso comprovador das teorias ensinadas.

Todavia, no concerto latino-americano, despontaria necessariamente a menção preferencial à outrora rica Argentina nos *case studies* de meia página que tais manuais costumam conter. O excerto abaixo é muito representativo de um desses “boxes” explicativos, e foi retirado do manual didático de economia internacional mais popular do fim dos anos 1990, assinado por Paul Krugman e Maurice Obstfeld:

“Apesar de ser um dos países mais ricos do mundo no começo do século XX, a Argentina foi se tornando progressivamente mais pobre relativamente aos países industriais com os quais ela se comparava tão favoravelmente em 1900. [...] O que

pode explicar a regressão argentina da riqueza à ruína? [...] Como de costume, a resposta é complexa, mas a orientação introspectiva e a instabilidade macroeconômica parecem os maiores culpados. A orientação introspectiva durante o período entre as guerras (1818-1939) foi de certo modo imposta pelos estrangeiros. [...] A economia argentina se tornou ainda menos aberta depois que Juan Perón (marido da famosa Evita) chega ao poder em 1946. Buscando apoio dos trabalhadores urbanos, Perón foi além das políticas dos 1930 ao favorecer a substituição de importações em detrimento da agropecuária de exportações [...]. Medidas fiscais expansionistas buscaram dar suporte ao consumo privado e desencorajaram os investimentos, acarretando pressões nos Balanço de Pagamentos e na inflação. [...] O movimento político fundado por Perón permanece poderoso na Argentina até o presente dia, e sua influência tornou difícil aos sucessivos governos argentinos dismantelar as barreiras comerciais, tornar os mercados de trabalho mais flexíveis, reduzir o envolvimento do governo na indústria, ou impor controles sobre o gasto público e a inflação.” [Krugman e Obstfeld, 2003: 681-683]

Cumpramos ressaltar, os autores não deixam de pontuar que, por breve período durante o governo Menem, esse país parecia ter finalmente tomado o rumo correto, qual seja, o rumo das reformas liberalizantes:

“A Argentina finalmente se voltou a uma reforma institucional radical ao fim de sua triste história de inflação. Em Janeiro de 1991, o Presidente Menem aponta Domingo Cavallo, um economista treinado em Harvard, como seu ministro. Sob sua liderança, as tarifas aduaneiras são reduzidas, os gastos do governo são cortados, as maiores empresas públicas incluindo a companhia aérea nacional são privatizadas, e uma reforma tributária eleva as receitas do governo. [Krugman e Obstfeld, 2003: 684-685]

Na edição de 1999 do referido manual, os autores preveem decididamente o retorno do crescimento econômico à argentina, face sua inflexão as “políticas corretas”. Mas, frente aos fatos sombrios, a edição de 2003 receberia pequenas retificações, provavelmente deixando o estudante muito confuso sobre o que pensar a respeito.

3.2.4) Possíveis Questionamentos

Salvo pelas nuances metodológicas e expositivas, as propostas de Cavallo e Rojas são quase idênticas. Uma única diferença mais significativa é que chileno sugere vagamente um problema de equilíbrio político por traz de tudo, dimensão que o argentino abstrai. Mas ambos concordam que o vício em que recai o capitalismo argentino é ter insistido por muito tempo em políticas com vistas à manutenção de setores que taxam de “ineficientes” e que teriam parasitado, até o limite macroeconomicamente exequível, o próspero setor exportador. Em resposta a essa situação, ambos defendem reformas liberalizantes, tal qual os organismos internacionais e manuais didáticos que ecoam a mesma visão a respeito da estagnação argentina.

Acima, já mencionamos nossa opção por não classificar nenhum dos diagnósticos neoclássicos livre-cambistas sobre o estancamento argentino como adeptos de um “neoclassicismo fundamentado”, como havíamos feito a propósito de algumas análises acerca do “caso sul-coreano”. Essa opção é embasada em um conjunto de omissões comuns a todas elas. Elas negligenciam, assim, as seguintes situações capazes de interferir no desempenho comercial argentino:

- i.** O significado dos subsídios agrícolas dos países ocidentais de clima temperado para o mercado relevante das exportações primárias argentinas;
- ii.** O potencial deslocamento das exportações argentinas pelas estadunidenses, não em função do mérito específico do complexo agropecuário deste país, mas devido ao nível de proteção do mercado americano aos produtos agrícolas importados e, simultaneamente, à capacidade norte-americana de forçar a aquisição privilegiada de seus produtos em outros mercados, valendo-se de seu peso político-internacional sem par;
- iii.** O significado da “Commonwealth” como elemento obstrutor das exportações argentinas a alguns mercados relevantes;
- iv.** As políticas agrícolas brasileiras com vistas à produção interna de trigo;

Como elas não avaliam prudencialmente nenhum desses quatro pontos, sua sustentação da hipótese de que tudo poderia ter continuado como antes de 1930 após 1945 soa dogmática e forçada. Nenhum modelo neoclássico trabalha com a premissa de que o nível de renda interno independa da demanda externa às exportações potenciais de um país. Além disso, o mercado relevante de um bem qualquer é formado, por definição e inquestionavelmente, por aqueles dispostos a comprar tal bem sob determinada banda

de preços. Estarão fora desse mercado os consumidores que adotarem postura refratária à sedução dos preços mais baixos, e optarem por adquirir o mesmo bem, quiçá com qualidade inferior, de outro *player*, privilegiando considerações exógenas quaisquer.

Nesse contexto, os franceses que optem por comprar carne europeia a preços supiníssimos, em função de considerações próprias à economia política francesa, ou a demais considerações filosóficas ou ambientais quaisquer, imprimem indiretamente um efeito negativo no nível de renda da Argentina, país cuja produção é consequentemente deslocada. O mesmo procede quando o governo sul-coreano opta por constranger as alternativas de consumo de seus habitantes, confinando sua opções de consumo de manteiga às versões neozelandesa e dinamarquesa — quiçá cinco vezes mais caras que a argentina, e de qualidade equivalente —, em função da prevalência ali de considerações neo-mercantilistas quaisquer. Esse efeito depressivo atinge o PIB argentino, e deve ser econometricamente mensurado, para que se possa apreciar competentemente, nessa roupagem neoclássica, a hipótese de Cavallo. Mas os dois autores focalizados preferem ignorar a teoria dos manuais em que se educaram em função de suas conveniências argumentativas. Especialmente no caso de Cavallo, que se vale de modelos estatísticos para garantir um ar de cientificismo, cumpre questionar a razão da não inclusão em seus cálculos de variáveis capazes de capturar o efeito estatístico das políticas comerciais desses países.

Além disso, elas simultaneamente omitem os seguintes fatores capazes de interferir pelo lado financeiro no equilíbrio cambial argentino:

- i. A política de fomento dos Estados Unidos à América Latina, e à Argentina em especial, durante o pós-guerra;
- ii. As implicações dos ciclos financeiros internacionais para o Balanço de Pagamentos argentino. Em destaque, as implicações do aumento vertiginoso da liquidez entre 1973 e 1979, e seu severo declínio após isso;
- iii. A postura norte-americana, dos credores e dos organismos multilaterais com respeito ao retorno da solvência latino-americana após 1982.

Pois, à luz de sua opção pela Teoria Neoclássica, outra omissão metodológica inescusável em que esses autores recaem é confinar a discussão sobre o equilíbrio do mercado cambial argentino à Conta Comercial. Ora, mas os fluxos financeiros vêm eclipsando suas contrapartes comerciais mundo afora: isso é mera constatação empírica. Então, cumpriria apreciar as políticas financeiras do Estado argentino, paralelamente a sua crítica de suas políticas comerciais e industriais. Mas os autores não mencionam a

Conta de Serviços e Rendas, que é abstraída. E o leitor permanece sem resposta a um questionamento aqui já levantado, ao longo do Capítulo I: por que a argentina registra sistemáticos déficits de rendas, ao passo que essa conta é costumeiramente equilibrada na Coreia do Sul.

Para uma análise neoclássica “fundamentada” das tendências regressivas do capitalismo argentino, com efeito, propomos que dois grandes temas precisam ser retirados da sombra. Ou seja, não é exequível estimar econometricamente nada a respeito da argentina que “podia ter sido” sem o exame do peso lesivo das políticas comerciais protecionistas dos grandes países sobre seu PIB, e sem uma apreciação de como as políticas financeiras locais lidam com as intempéries do nível internacional de liquidez. Análises que anteriormente classificamos como “fundamentadas” lidam com esses temas. Anne Krueger toca elementos da relação coreano-estadunidense com respeito a comércio, finanças e ajudas, as três contas do Balanço em Transações Correntes. Para Cavallo e Rojas, ao contrário, a demanda externa é dada, e os fluxos financeiros inexistem. O resultado é uma análise vaga, excessivamente abstrata, e visivelmente presa à confirmação apressada de conclusões já predefinidas.

3.3) O “Desastre Argentino” na Acepção da Economia Heterodoxa:

3.3.1) A Semi-estagnação de um Prisma “Desenvolvimentista”: Hugo Nochteff, Martín Schorr e a “Reestruturação Regressiva”.....	xxx
3.3.2) Celso Furtado, o Prisma <i>Cepalino</i> e o “Estagnacionismo”.....	xxx
3.3.3) Aldo Ferrer, o Estruturalismo-Histórico <i>Cepalino</i> , e a Baixa “Densidade Nacional” Argentina.....	xxx
3.3.4) Fernando Fajnzylber, o Neo-estruturalismo, e a ‘ <i>Industrialización Trunca</i> ’ da Argentina.....	xxx
3.3.5) Comentários e Questionamentos.....	xxx

Quem vindo do exterior desembarca no Aeroporto Internacional de Incheon, próximo à Seul, será capaz de identificar logo ao sair dali a raridade dos automóveis com *labels* internacionais circulando pelas ruas. Elas estarão tomadas de automóveis Hyundai, Kia, ou Sanggyong, e os modelos mundiais estrangeiros que abundam em quase todas as demais metrópoles, da Volkswagen, General Motors e Ford, serão apenas visões muito ocasionais ao redor do referido aeroporto. Na avenida onde ladeiam os ônibus “limusine”, que seguem direto à capital, será também possível constatar que na frota sul-coreana não há brasões da Scania, da Volvo, da Iveco ou da VW Caminhões: novamente, só a marca Hyundai poderá ser vista.

Já quem aporta em Ezeiza, poderá enxergar em seu estacionamento automóveis de todas as marcas e origens. Além dos veículos da Fiat, Ford, Volkswagen, Honda, Toyota e Hyundai em versões montadas no Brasil, será ali fácil identificar certo número de carros de médio-luxo europeus — como aqueles da marca Alfa Romeo ou Seat — que sequer são vendidos comercialmente em outros países emergentes, como o Brasil ou a Coréia do Sul. A eles se somarão muitos modelos de alto-luxo, de Jaguar a Land-Rover, que na Coréia do Sul são visões muito mais raras. E a todos eles se somará todo catálogo de automóveis montados na própria Argentina, por fábricas controladas por capitais de diversos países, como os taxis da Renault se apresentarão ao visitante para conduzi-lo até o Distrito Federal.

Se o referido visitante tiver lido um pouco sobre a economia de ambos os países, terá provavelmente tido contado com a hipótese anteriormente mencionada, caracterizando as estratégias industriais de cada um deles, respectivamente, como “*outward*” e “*inward-oriented*”. Pois é essa a tese abraçada pelos os grandes semanários internacionais, como o britânico “*Economist*”. E ele certamente ficará perplexo e desconfiado ao identificar tal contraste contra-intuitivo em ambos os estacionamentos.

Nesse capítulo examinaremos obras que propõem a inversão, grosso modo, do argumento “livre-cambista” antes apresentado.

Nas Subseções 2.3.1 e 2.3.2, há havíamos mencionado obras que levantam como hipótese central precisamente o contrário daquilo que postula a tradição interpretativa neoclássica, ou seja, que a Coreia do Sul teria ostentado tamanho progresso material em função direta da qualidade de seu aparato intervencionista, capaz de induzir os investimentos privados com vistas à eficaz montagem de um parque industrial integrado e diversificado. Na presente Seção 3.3, assim, visitaremos obras que exploram a comprovação de segunda ordem desse argumento, ou seja, que procuram fundamentar a hipótese de a tendência regressiva do capitalismo platino pode ser explicada pela omissão de seu Estado, ou pela má qualidade dos mecanismos indutores por ele deslanchados. Começaremos, nesse esforço, por apontar os principais argumentos de dois autores heterodoxos argentinos, Hugo Nochteff e Martín Schorr, cujos trabalhos dialogam com aqueles mencionados a propósito da interpretação intervencionista da industrialização sul-coreana, como Alice Amsden e Otaviano Canuto.

No plano latino-americano, contudo, o argumento *hamiltoniano* foi pioneiramente desenvolvido pelos autores ligados à CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas. Expoentes como Celso Furtado e Aldo Ferrer, como expusemos na Subseção 2.3.3, concentraram seus esforços intelectuais no exame heterodoxo dos vícios formativos do capitalismo regional. Como naquela ocasião pontuamos, eles não produziram análises consistentes sobre os “casos de desenvolvimento”, preferindo concentrar suas análises nas raízes do subdesenvolvimento. Como o auge da produção clássica *cepalina* coincide com o início de crises de acumulação na região, uma das hipóteses que marca a obra de autores como Celso Furtado é a tendência de médio termo ao estancamento regional, a menos que um conjunto de reformas “de base” fosse seriamente levado em conta. Abordaremos a natureza dessa previsão “estagnacionista” na Subseção 3.3.2.

Como nação relativamente rica que se prostra a partir de certo ponto, o caso específico da Argentina esteve no centro das preocupações clássicas *cepalinas*. No âmbito desse movimento intelectual, a principal tese a emergir diz respeito ao baixo nível de “densidade nacional” que tipificaria o capitalismo argentino, obstruindo o deslanche das políticas econômicas mais adequadas à revitalização de processo de acumulação capitalista. Essa tese, desenvolvida com maestria por Aldo Ferrer,

especialmente no âmbito do clássico “*La Densidad Nacional: el caso argentino*”, será retomada na Subseção 3.3.3.

Quando mencionamos as análises heterodoxas a respeito da industrialização sul-coreana, particularmente na Subseção 2.3.3, Subitem B, visitamos uma agenda revisionista *cepalina* que se convencionou chamar de neo-estruturalismo, erigida em torno dos escritos do economista chileno Fernando Fajnzylber. Como naquela ocasião expusemos, esse autor realizou estudos comparados sobre a industrialização no Leste Asiático e na América Latina. Na Subseção 3.3.4, então, visitaremos seus comentários sobre os países meridionais, memorando sua definição de “*industrialización trunca*”, que soa uma expressão deveras vivaz para definir o dilema argentino. Por último, faremos nossos usuais comentários críticos ao longo da Subseção 3.3.5.

3.3.1) A Semi-estagnação de um Prisma “Desenvolvimentista”: Hugo Nochteff, Martín Schorr e a “Reestruturação Regressiva”

A) O Ponto de Vista <i>hamiltoniano</i> do	
Longo Estancamento Argentino.....	304
B) Lacunas e Possíveis Questionamentos.....	308

A) O Ponto de Vista *hamiltoniano* do Longo Estancamento Argentino:

Ao menos desde a passagem de Raúl Prebisch pela Universidade de Buenos Aires, os embates travados pelos economistas argentinos contam com sólida presença de profissionais educados na tradição heterodoxa. Assim, a perspectiva *ricardiana* aqui já apresentada, que tem como maior expoente nesse último quarto de século a figura de Domingo Cavallo, sempre conviveu com o contraponto de autores capazes de defender um ponto de vista afinado ao prisma *hamiltoniano*. Do ponto de vista dessa outra corrente, que encontra inspiração em clássicos simpáticos ao intervencionismo industrialista, como Friedrich List, Raúl Prebisch e Celso Furtado, o longo estancamento do capitalismo argentino poderia ser explicado, naquilo que concerte ao período entre 1945 e 1976, pela má qualidade dos mecanismos de indução do investimento privado ali presentes. E, entre 1976 e 2002, a grave crise de acumulação que ali se instaura deitaria raízes nas políticas de liberalização empreendidas pelos ministros Martínez de Hoz, sob o Regime Militar, e Domingo Cavallo, sob o governo constitucional de Carlos Menem.

Em linhas gerais, sua hipótese é precisamente o anverso daquela levantada pelos livre-cambistas. Os países mais bem sucedidos no processo planetário de acumulação capitalista registrariam seus logros, precisamente, em função de sua opção por consistente aparato estatal-intervencionista. E o grupo de países ostentando menor ritmo de acumulação corresponderia, grosso modo, àquele onde tal aparato era inexistente, débil ou mal concebido. Há uma vasta coleção de referências a apontar naquilo que diz respeito ao desenvolvimento dessa hipótese intervencionista a respeito dos problemas platinos. Nessa subseção, contudo, retomaremos as ideias de apenas dois desses autores: Hugo Nochteff e Martín Schorr. Acompanhemos inicialmente aos argumentos do primeiro.

Hugo Nochteff é um economista heterodoxo responsável por uma vasta coleção de estudos globais e setoriais sobre a evolução da formação industrial argentina. Em 2002, no auge das convulsões depressivas que marcam o desfecho do Plano de Conversibilidade, foi um dos muitos signatários de um manifesto chamado “*Plan*

Fénix”, encorajando decididamente a ativação de mecanismos promotores da re-industrialização do país. De sua ampla obra, emerge a astuta expressão “reestruturação regressiva”, que ele cunha para simbolizar o norte inspirador das medidas econômicas ali concebidas e deslanchadas desde 1976, e que segundo ele seriam as responsáveis diretas pelo estancamento do crescimento econômico local. Nos dois excertos abaixo, esse seu ponto de vista é iluminado:

“A reestruturação da economia argentina durante os últimos quinze anos (a partir de 1975/76) seguiu caminho muito distintos das economias exitosas em termos de crescimento, competitividade e equidade distributiva. Em primeiro lugar, se argumenta que a reestruturação industrial teve um caráter regressivo. [...] a reestruturação foi regressiva não apenas no sentido mais convencional e evidente (queda no investimento e na renda, piora na distribuição), senão também naquilo que diz respeito à estrutura da indústria, do comércio exterior e do sistema tecnológico.” [Nochteff, 1991: 339]

“Na Argentina, como na maior parte dos países da região, a solução dos problemas da transição para um sistema econômico competitivo e em crescimento se encara exclusivamente como uma questão de estabilização de variáveis macroeconômicas. A reestruturação e o aumento da competitividade são considerados quase como subprodutos da liberalização. Como consequência, as políticas de fomento da competitividade (tanto industriais, como educativas, tecnológicas e de câmbio institucional) são vistas como desnecessárias e/ou de importância muito secundária.” [Nochteff, 1991: 339-340]

Ou seja, a explicação proposta por Nochteff para a perda de vigor do capitalismo argentino perpassaria, inextricavelmente, a postura de *laissez-faire* adotada por suas autoridades econômicas. Quanto a isso, o ano de 1976 marcaria uma virada de ventos muito significativa, com o pacote de liberalização levado a cabo pelo Regime Militar:

“Em meados dos 1970, e especialmente a partir de 1976, se instrumentaram políticas cujo propósito explícito foi encerrar o período de industrialização orientada ao mercado interno, e reestruturar profundamente o sistema econômico, social e político para alcançar uma inserção competitiva da Argentina nos mercados mundiais. Para realizar esses objetivos, se planteou a necessidade de reduzir drasticamente a intervenção estatal e priorizar a estabilidade macroeconômica, a abertura dos mercados de bens e finanças, a liberalização, a reforma do sistema financeiro, e o funcionamento espontâneo dos mecanismos de mercado. Se considerou que essas políticas e fatores constituíam a condição necessária e suficiente para alcançar o

objetivo proposto e, em troca, não se considerou necessário desenhar nem implementar estratégia alguma ante o câmbio de paradigma tecno-econômico-institucional construído durante a industrialização substitutiva [...]” [Nochteff, 1991: 340-341]

Como é muito comum entre as contribuições de economistas heterodoxos do último quartel do século XX, o êxito na segunda transição de paradigma produtivo-industrial — do conhecido *fordismo* para o assim chamado *toyotismo* — ocupa um papel analítico crucial quando o objetivo é explicar o despenho de cada economia. No caso argentino, a inflexão da abordagem econômica rumo ao liberalismo coincide com essa transição no âmbito das principais economias. À luz das conjecturas heterodoxas, o fato o Estado ter se eximido de responsabilidade quanto ao patrocínio do reajuste tecnológico de seu parque industrial explicaria, em grande medida, a progressiva “desindustrialização” do país até a virada do Milênio, e, conseqüentemente, tornaria inteligível sua letargia econômica.

Como a aquisição de aptidões relacionadas à inovação tecnológica constituiria, do prisma heterodoxo, um passo *sine qua non* para o êxito nessa transição, uma opção particularmente equivocada do Estado argentino teria sido o abandono de seu complexo indutor de C&T. Hugo Nochteff, especialmente, realiza aprofundados estudos sobre a evolução das instituições tecnológicas e científicas de seu país, chegando à conclusão de que a omissão do Estado nesse campo principiaria já bem antes de Martinez de Hoz. Entretanto, depois dos militares os mecanismos ineficazes de promoção de C&T teriam sido ali substituídos pela completa ausência de mecanismos consistentes:

“[Na Argentina] não há política de C&T. Em alguns períodos anteriores ao golpe de Estado de 1976, houve políticas de C&T, mas foram débeis. Desde o retorno dos governos constitucionais em 1983, os sucessivos funcionários vinculados à atividade de C&T impulsionaram ações estatais de diverso êxito, que não conformaram uma política de Estado. Algumas empresas inovadoras demandam atividades e políticas de C&T, mas a cúpula empresarial não está interessada no assunto.” [Nochteff, 2002: 555]

Implicitamente, ele assume acima que mesmo as poucas políticas de C&T levadas adiante pelo Estado estariam desde o princípio condenadas a uma escassez estrutural de demanda por inovações. Em uma análise sobre a política argentina com respeito ao setor de informática, ele atribui a falta de mecanismos indutores do progresso técnico ao comportamento dos capitalistas industriais de seu país.

“[...] o comportamento dos atores sociais hegemônicos da Argentina, assim como a debilidade do Estado e a reestruturação regressiva do sistema econômico que tal comportamento induz, conformam a restrição central para o desenvolvimento de políticas industriais e tecnológicas e, nessa medida, para a dinâmica e para a competitividade da economia. O que ocorreu com a política informática é, nesse sentido, um ‘caso exemplar’ para compreender o processo de involução da economia argentina nos últimos quinze anos.” [Nochteff *et alli*, 1990: 171]

Como já pontuado acima, a obra de Hugo Nochteff se insere em uma gama relativamente vasta de contribuições argentinas afins à análise econômica heterodoxa. Outro autor que assina uma coleção de estudos igualmente aprofundados, ricos em informação histórica, é o sociólogo do desenvolvimento Martín Schorr, ligado à FLACSO, Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais. Seus estudos complementam e reiteram as conclusões de Hugo Nochteff, evidenciando o recente amadurecimento e aprofundamento da historiografia econômica heterodoxa que lida com o tema da longa crise do capitalismo platino. Para esse autor, igualmente, a chegada dos militares ao poder pode ser situada como um ponto de inflexão:

“A conjunção da Reforma Financeira de 1977, com a [Reforma] Aduaneira e o endividamento externo, derivado da abertura do mercado de capitais em 1979, interromperam o modelo de substituição de importações sobre o qual se estruturou, durante as décadas anteriores, o comportamento da economia argentina.” [Schorr *et alli*, 2000: 3]

De seu ponto de vista, a indústria argentina caminhava rumo a uma maior integração e complexidade, mas a partir do advento do ciclo de *laissez-faire*, com os militares, uma nova tendência de ‘desindustrialização’ teria sido inaugurada. A expressão utilizada por Hugo Nochteff, “especialização regressiva”, é também empregada:

“Como produto da reestruturação econômica operada na Argentina a indústria local foi sumamente afetada, consolidando-se os processos de ‘desindustrialização’ (entendido com a perda da participação da atividade fabril no PIB global) e de reestruturação regressiva do setor, iniciados, ambos, até o fim dos anos 1970.” [Schorr *et alli*, 2000: 6]

E, nessa marcha de desconstrução industrial, os anos 1990 constituiriam um capítulo central. Naqueles anos, a postura liberal do Estado argentino teria sido retomada e radicalizada por Domingo Cavallo e Carlos Saúl Menem:

“Vistos de uma perspectiva histórica, os Anos 90 constituíram uma etapa sumamente transcendente na relação com o desenvolvimento econômico e social da Argentina. [...] Em particular, cumpre determinar todos os traços estruturais da atividade econômica que começaram a se manifestar com particular intensidade a partir da quebra do padrão de acumulação substitutivo e se acentuaram — em alguns casos notavelmente — nos anos 1990 (tais como, entre eles, a ‘desindustrialização’, a desarticulação da estrutura produtiva, a queda na ocupação setorial e nos salários dos trabalhadores, a inequidade em matéria de distribuição de renda, o crescente grau de concentração econômica e centralização do capital, ou a crise das pequenas e médias empresas).” [Schorr *et alli*, 2001: 3]

Outro analista heterodoxo, Paulo Nogueira Batista Júnior, parece ter sido hábil em sumarizar o ponto daqueles que, simpáticos ao intervencionismo industrialista, atribuem os problemas argentinos ao *laissez-faire*. Em 2002, ele afirmava que “Nos últimos 10 anos, a Argentina foi transformada em uma espécie de laboratório para as doutrinas e políticas econômicas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington. Poucas nações, mesmo na América Latina, foram tão longe em matéria de liberalização, integração internacional e cessão unilateral de aspectos essenciais da autonomia da política econômica nacional.” Assim sendo, de seu prisma, o retumbante fracasso econômico argentino na virada do Milênio “constitui uma experiência paradigmática. O seu desfecho terá influência sobre a percepção internacional de diversas questões importantes ou potencialmente importantes [...]. Por exemplo: a viabilidade do Mercosul, as negociações relativas à eventual formação de uma área de livre comércio nas Américas, a sobrevivência das moedas nacionais na periferia do sistema internacional, o futuro dos mercados ‘emergentes’ e seu acesso a crédito externo, o papel do FMI e de outras entidades multilaterais de financiamento, a validade da moratória como instrumento de negociação e proteção do devedor, o formato e as modalidades de reestruturação de dívidas soberanas. Tudo isso está em jogo no caso argentino.” (Batista Jr, 2002: 83)

B) Lacunas e Possíveis Questionamentos:

Naquilo que diz respeito ao conjunto de análises heterodoxas ora abordado, ao contrário de suas correspondentes ortodoxas, predomina notável aprofundamento. Os dois autores cujas obras foram alvo de nossos comentários empreendem estudos amplos, que descem ao nível setorial para fundamentar seu ponto de vista. O resultado é um

conjunto bibliográfico com o qual se pode aprender sobre a economia argentina, esteja o leitor de acordo ou não com os pontos de vista ali sustentados. A classificação de “heterodoxia fundamentada” certamente seria justa em seu caso, ainda que suas investigações recaiam em um conjunto de fragilidades análogo àquele que acomete Domingo Cavallo e Mauricio Rojas.

Pois, em que pese o fato de o Balanço de Pagamentos não constituir o eixo analítico central dessas duas descrições heterodoxas, ao contrário daquilo que ocorre com os dois autores ortodoxos, a análise do comportamento dos três componentes do Balanço em Conta Corrente — Comércio, Serviços e Rendas — certamente contribuiria para suas detalhadas descrições dos descaminhos argentinos. Mais que isso, há razões para sustentar que as fragilidades do processo argentino de acumulação capitalista não possam ser escavadas, em seu nível mais profundo, sem ter em conta que o equilíbrio do Balanço de Pagamentos constitui o verdadeiro elemento crítico de virtualmente todos os processos de industrialização tardia.

Pois, neste momento da história do capitalismo, marcado pela fase adiantada daquilo que podemos chamar de II Revolução Industrial, a construção de um parque industrial em um país periférico encontra limites cambiais muito estreitos. A industrialização neste contexto precisa ser, antes de qualquer coisa, uma “substituição de importações”, uma vez que o consumo de industrializados já é onipresente, mesmo nos países não industrializados. E, como esclareceu Maria da Conceição Tavares, o dilema básico da “substituição de importações” é o paradoxal aumento do volume de importações que decorre da própria tentativa de promover sua substituição. Isto ocorre em função de dois fatores:

- i. Em um mundo já industrializado, o processo de industrialização envolve importação de máquinas, licenciamento de tecnologias, compra de peças e insumos, entre outras numerosas necessidades, e, além disto;
- ii. A industrialização desloca trabalhadores de atividades de baixa produtividade para outras de alta produtividade, promovendo o crescimento econômico, elevando a massa salarial, incrementando o consumo e, logo, o consumo de importados. Sem uma estratégia satisfatória para lidar com o paradoxo acima, a industrialização tardia é impossível: seu projeto termina em uma crise cambial aguda.

Um dos atalhos para contornar o referido dilema é receber empréstimos do exterior ou estimular a recepção de investimento direto externo. No curto prazo, a

brecha na Balança de Pagamentos é coberta, mas o pagamento de juros, dividendos ou remessas pode deteriorar, no futuro, o equilíbrio do mercado cambial. Abstraída a possibilidade de “ajudas externas”, a única solução permanente consiste em diversificar a pauta exportadora, permitindo a expansão da capacidade de importar e contornando o dilema.

Quanto às condições internas de promover a contento tal diversificação, os autores citados fazem uma rica explanação. Mas, entretanto, há indicações de que Argentina e Coréia do Sul, nossos arquétipos de extremo desempenho, encontrariam distintas oportunidades de inserção exportadora no período que começa com o fim da II Guerra. E, se isso proceder, as consequências para a viabilidade de seus respectivos projetos de industrialização seria profundas. É inescusável, então, que tão buriladas análises não tenham almejado penetrar esse rico domínio explicativo.

3.3.2) Celso Furtado, o prisma *Cepalino* e o “Estagnacionismo”

Na virada da década de 1950 para a de 1960, muitos países da América Latina entraram em uma época de crises econômicas e conturbações políticas. No Brasil, maior país da região, o ano de 1961 marca o desfecho dos “cinquenta anos em cinco” correspondentes ao governo de Juscelino Kubitschek. Com o mandato meteórico de seu sucessor, Jânio Quadros, principia um quinquênio de significativa redução no ritmo de acumulação, além de considerável instabilidade política culminando com o Golpe de 1964. Na Argentina, situação análoga seria vivenciada, e o período entre a posse de Arturo Frondizi, em 1958, e o Golpe Militar de 1966, seria marcado por considerável instabilidade macroeconômica e grandes incertezas políticas.

Essa conjuntura preocupante motivou a elaboração de incontáveis investigações, permeando tanto a análise econômica, quanto a política e a sociológica. Podemos agrupar uma substancial parcela desses estudos sob a rubrica de “teorias estagnacionistas”, uma vez que defendiam, elencando diversos argumentos, que o Continente estaria à beira de ver estancada a acumulação capitalista, a menos que substanciais reajustes fossem empreendidos.

No Brasil, em especial, a agenda investigativa “estagnacionista” renderia grandes análises. No âmbito da sociologia paulista, por exemplo, não podemos deixar de aludir ao trabalho clássico de Octávio Ianni, “O colapso do Populismo no Brasil”, publicado em 1968. Esse texto trazia evidências convincentes de que mudança na estrutura social brasileira decorrente do avanço da urbanização e da industrialização teria determinado, no limite, a erosão do assim chamado “pacto populista”. Seus argumentos, consistentes com aqueles que Florestan Fernandes apresenta no clássico “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, de 1968, poderiam ser facilmente transpostos a outras experiências regionais de modernização capitalista tardia. E eles denunciavam que, em termos estruturais, a continuidade da modernização capitalista local não mais poderia prescindir de um conjunto de mudanças “democratizantes”, sob pena de estancamento progressivo da acumulação.⁷⁷

O domínio dessa Subseção, entretanto, passa ao largo da análise especificamente sociológica do capitalismo periférico. Ao invés disso, cumpre analisarmos as contribuições inspiradas pela tradição de análise econômica heterodoxa. E, no domínio

⁷⁷ Note que os “regimes de força”, desse prisma, podem ser enxergados como mero intento de “contrarrevolução burguesa”, conferindo sobrevida mais ou menos breve ao modelo de capitalismo dual precedente, até que inevitável crise de acumulação viesse a se implantar definitivamente. Tal crise, por sua vez, abriria caminho para a democratização e, possivelmente, para a retomada da acumulação.

desse tipo de investigação, nenhum autor parece ter sido mais bem sucedido que Celso Furtado em elencar argumentos capazes de subsidiar a projeção de uma era de estancamento para os projetos latino-americanos de industrialização tardia.

O economista paraibano constrói sua teoria da estagnação em de cinco de suas obras: em “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, de 1961; em “A Pré-revolução Brasileira”, de 1962; em “Dialética do Desenvolvimento”, de 1964; no artigo “*Political Obstacles to Economic Growth in Brazil*”, de 1965; e no comentado livro *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, publicado em 1966. Nessas ocasiões, ele indica duas grandes linhas obstrutoras à continuada acumulação de capital nas sociedades periféricas em regime de tardia industrialização:

- a. Agravamento do Hiato de Divisas: crescentes desequilíbrios do Balanço de Pagamentos tendem a acometer crescentemente tais economias, constituindo um poderoso limite externo à continuada construção de seu parque industrial;
- b. Insuficiência de Demanda em nos Novos Setores: a estreiteza dos mercados constituiria rígido limite interno à construção dos parques industriais tardios, notadamente quando são saturadas as substituições de importações cuja confecção requer menor escala produtiva.

Naquilo que diz respeito ao primeiro tipo de óbice, de cunho externo, Furtado explica que as recorrentes crises cambiais que passam a perturbar as economias da região expressariam, meramente, o teor estruturalmente progressivo do “estrangulamento cambial” que tende a se abrir a partir de certo estágio da substituição de importações. Esse dilema teria origem no fato de os setores industriais mais complexos em iminente criação tenderem a suscitar uma gama desproporcionalmente maior de necessidades de importação. Com efeito, chegaria logo ao fim a era das “substituições fáceis”, e o advento de novas ondas de industrialização iria requerer pesada cobertura cambial.

Como solução, Furtado identifica a diversificação da pauta exportadora como via de escape às crises do Balanço de Pagamentos. Mas aponta uma série de precondições internas para que tal diversificação fosse exequível, e essas não estavam colocadas de antemão nas sociedades latino-americanas, cujas autoridades tendiam a abordar o problema de forma muito contraproducente. Pois, segundo ele, os governos locais tendiam a priorizar o controle inflacionário como forma de manejar o hiato de divisas, ao passo que a contração da demanda agregada por eles intencionada teria nulas chances de redundar em sólida

diversificação exportadora, e, conseqüentemente, na recriação de condições continuadas de acumulação industrial. O excerto abaixo permeia esses pontos:

“Na prática, a situação tem-se apresentado em grande número de países, inclusive o Brasil, como alternativa entre abandonar a política de desenvolvimento e multiplicar as medidas administrativas como defesa contra um profundo desequilíbrio de balanço de pagamento, que se projeta na estrutura de custos e preços sob a forma de múltiplas distorções. Ao lado dessas alternativas permanece como simples ilusão – visto que se apoia num inadequado diagnóstico do problema – a ideia de ser possível conquistar o equilíbrio externo no dia em que se extirpe o mal inflacionário. Ora, a inflação não é, neste caso, um fenômeno autônomo, mas uma manifestação externa de desajustamentos estruturais que acompanham o processo de crescimento, em certas fases do subdesenvolvimento, como é aliás, também, o desequilíbrio no balanço de pagamentos. A menos que se possam prever e evitar esses desajustamentos, pagaremos, para não ter inflação e desequilíbrio externo, o preço de aceitar a estagnação ou, no mínimo, um ritmo mais lento de crescimento.” [Furtado, 1961: 227]

Como acima já pontuado, os distúrbios macroeconômicos que acometiam as economias da região também guardariam ligação com a saturação do investimento industrial nos setores de menor escala produtiva mínima. Com efeito, para que as economias da região fossem capazes de comportar investimentos nos setores tecnologicamente mais complexos, e de maior envergadura, seria premente a criação de mercados suficientemente espaçosos para a instalação e operação dos setores faltantes.

O dilema da dimensão dos mercados abria um leque de considerações. Primeiro, surge a questão da elevada concentração de renda que tipifica as sociedades da região, fenômeno que drenava a atratividade dos setores tecnicamente mais simples, como vestuários e calçados, pois esses nem sempre constituiriam bens de consumo de massa nas condições locais. Segundo, desponta a questão do estímulo à elevação do nível de renda dos setores alijados do mercado, pondo relevo nas questões fundiária e educacional. Terceiro, emerge a falta de autonomia tecnológico-produtiva local, determinando a absorção passiva de pacotes tecnológicos poupadores de mão de obra, quando as condições locais suscitavam sua utilização em escala intensiva. O excerto abaixo tangencia esse conjunto de temas relevantes à superação da restrição interna:

“O ensaio de industrialização de tipo “substitutivo de importações”, durante certo tempo constituiu uma alternativa e permitiu levar adiante algumas modificações adicionais nas estruturas produtivas de alguns países. Ocorre, entretanto, que a forma

de organização industrial viável em determinadas condições históricas, não é independente do tipo de tecnologia a ser adotada. A tecnologia que a América Latina teve de assimilar na metade do século XX é altamente poupadora de mão de obra e extremamente exigente no que respeita às condições de mercado. Dentro das condições presentes da América Latina a regra tende a ser o monopólio ou oligopólio e uma progressiva concentração de renda, a qual, por seu lado, ao condicionar a composição da demanda, orienta os investimentos para certas indústrias que são exatamente as de elevado coeficiente de capital e mais exigentes com respeito às dimensões de mercado. A experiência tem demonstrado, na América Latina, que esse tipo de industrialização substitutiva tende a perder impulso quando se esgota a fase das substituições “fáceis”, e eventualmente provoca a estagnação.” [Furtado, 1968: 39]

Frente a esse conjunto emaranhado de desafios, Furtado demonstra desesperança com relação às chances de continuidade na industrialização regional. O revigoramento do processo de acumulação dos países meridionais estaria, de seu ponto de vista, condicionado a um conjunto de transformações estruturais que, dado o horizonte prevalecente no Continente em meados da década de 1960, era de improvável realização. O trecho abaixo selecionado descortina seu pessimismo:

“Em síntese, podemos afirmar que o processo de formação de um capitalismo industrial, no Brasil, encontrou obstáculos de natureza estrutural, cuja superação parece impraticável dentro do presente marco institucional e pelos meios a que estão afeitas as classes dirigentes. Tanto no que respeita ao setor externo como aos setores agrícolas e fiscais existem óbvias contradições entre a forma em que tende a operar a economia nas condições presentes e os requisitos necessários para a manutenção de uma elevada taxa de investimento.” [Furtado, 1964: 128]

Nas décadas subsequentes, seu prognóstico foi contraposto inúmeras vezes às cifras do “milagre brasileiro”, que aparentemente o desabonariam. Entretanto, do prisma retrospectivo possível nesses anos 2010, sua previsão parece mais ajustada ao quadro empírico subsequente que em um passado relativamente que ora se distancia. Pois o Brasil vivenciaria, sim, treze anos de crescimento econômico após a previsão “estagnacionista” de Furtado — entre 1967 e 79 —. E esse crescimento parecia prescindir das transformações estruturais por ele insinuadas. Mas é verdade que prescindiram? O Brasil vivenciaria somente treze anos adicionais de elevado crescimento, e, ao fim, o saldo envolveria a completa bancarrota do país nos planos fiscal e cambial, às quais se somam verdadeiras tragédias sociais e ambientais. E, ainda,

os referidos treze anos foram sucedidos por longo quarto de século de semi-estagnação, renovando o convite à reflexão sobre as reformas já àquela altura sugeridas pelo patrono da heterodoxia brasileira. Furtado estava mesmo errado?

Se nossa atenção for redirecionada ao capitalismo argentino, parece inquestionável que o prognóstico de Furtado foi preciso, e sua angústia justificada. Pois um “eclipse total” de quarenta anos negaria brilho ao capitalismo argentino após a deposição de Arturo Frondizi, em 1962. E é somente após uma verdadeira depressão econômica que despontariam condições internacionais e político-internas minimamente férteis para que as reformas de Furtado finalmente pudessem começar a reivindicar seu espaço com vistas ao amparo, ainda que tardio, da retomada da “industrialização inconclusa” argentina.

3.3.3) Aldo Ferrer, o Estruturalismo-Histórico *Cepalino*, e a Baixa “Densidade Nacional” Argentina:

A) A Questão da “Densidade Nacional” e a Baixa Coesão Social Argentina.....	317
B) A Questão da “Densidade Nacional” e a Baixa vinculação do capital ao Território Argentino.....	322
C) A Questão da “Densidade Nacional” e a Baixa Autonomia do Universo Intelectual Argentino.....	325

Os alarmes que emergem da “teoria da estagnação” de Celso Furtado motivariam substancial reflexão por parte de Aldo Ferrer, que acaba propondo o conceito de “densidade nacional” como técnica de descrição do quão receptivo seria o cenário de um país para a realização dos vários reajustes estrutural- e sequencialmente necessários à montagem de uma economia industrial em condições tardias. Sua tese mais profunda é que fracasso da Argentina em acompanhar o ritmo de acumulação dos países hodiernamente mais ricos estaria calcado, precisamente, nas dificuldades reiteradamente criadas, ali, pela (relativa) ausência dessa capacidade se readaptar proveitosamente, atributo que ele entende como condição estrutural ao engajamento virtuoso nas várias ondas da globalização.

Fiel à interpretação estruturalista dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, o economista argentino pontua que haveria um “conjunto de circunstâncias endógenas, insubstituíveis e necessárias ao desenvolvimento”, ou seja, um conjunto de características qualitativas assumidas pelas estruturas existentes em um dado país que favoreceria, ou não, a gestação de respostas nacionais satisfatórias aos desafios permanentemente colocados pela economia internacional (Ferrer, 2004 b). Mas quais, exatamente, seriam tais circunstâncias?

À luz da tradição estruturalista, esses requisitos são mencionados nas incontáveis descrições de processos de subdesenvolvimento e desenvolvimento que Celso Furtado propõe, ainda que sejam por ele apontadas somente de forma bastante desconexa e pouco sistemática. Já Aldo Ferrer trata de modo mais metódico o quadro responsável por condicionar o sucesso ou fracasso das nações em retirar bons frutos da globalização. Os principais elementos por ele enfatizados são:

- i. A coesão social, ou seja, a percepção por parte dos habitantes de um território de que seu destino é compartilhado;
- ii. A percepção, por parte dos agentes locais do processo de acumulação de capitais, de que seu poder está conectado ao domínio e à mobilização dos recursos disponíveis dentro do espaço nacional;

- iii. A existência de uma relativa estabilidade política e institucional de longo prazo;
- iv. A vigência do pensamento crítico não subordinado aos critérios dos centros hegemônicos da ordem mundial;
- v. A vigência de políticas econômicas geradoras de oportunidades para amplos setores sociais, protetoras dos interesses nacionais e capazes de arbitrar os conflitos distributivos para assegurar os equilíbrios macroeconômicos (cumprir notar que estas podem ser liberais ou intervencionistas, a depender das circunstâncias);
- vi. A amplitude do espectro populacional que participa do processo de transformação que conduz à acumulação de capital, assim como o grau de difusão dos frutos e oportunidades por ele gerados;
- vii. A inexistência de diferenças extremas na distribuição de riqueza e de renda.
- viii. A inexistência de fraturas abismais na sociedade fundadas em causas éticas ou religiosas;

Especialmente em três cruciais dimensões tangenciadas por sua contribuição, quais sejam, a coesão social, a vinculação do capital ao território e a autonomia relativa do ambiente intelectual, há razões de sobra para argumentar que Argentina se distanciava substancialmente do quadro favorável ao desenvolvimento. Numa leitura especificamente estrutural, bastaria o diagnóstico sincrônico destas debilidades. Contudo, numa leitura histórico-estrutural, como aquela proposta por Furtado e Ferrer, é preciso averiguar como elas evoluem e obstaculizam o desenvolvimento ao longo do tempo. Vejamos como.

A) A Questão da “Densidade Nacional” e a Baixa Coesão Social Argentina:

Naquilo que diz respeito à problemática da coesão social em uma sociedade primário-exportadora, é preciso chamar atenção para os interesses materiais contraditórios que nela geralmente coexistem. Pois salvo em seu tipo mais simples, correspondente a uma feitoria, nenhuma economia orientada para a produção de produtos primários exportáveis pode empregar todos os seus membros em atividades especificamente exportadoras. O funcionamento de fazendas monocultoras, atividades mineiras e até mesmo a silvicultura foi amparado, em toda parte, por um complexo cinturão de atividades acessórias apenas indiretamente dependentes das atividades primário-exportadoras. O setor produtor de alimentos voltados à manutenção do pessoal empregado no setor exportador, as atividades de transportes, alguma burocracia estatal (mesmo que colonial), a confecção de artefatos cujo frete seria proibitivo ou inexecutável (como no caso de produtos particularmente

perecíveis), e a prestação de serviços de educação ou entretenimento são exemplos comuns deste tipo obrigatório de infraestrutura. Podemos chamar de “setor interno”, como é recorrente nos textos *cepalinos*, este conjunto de atividades cuja existência é suscitada pelo funcionamento do setor exportador, e que se vinculam ao mercado internacional apenas indiretamente e por intermédio deste.

Como Celso Furtado demonstrou magistralmente em *Formação Econômica do Brasil*, os pleitos dos indivíduos e dos capitais engajados nas atividades primário-exportadoras podem chocar-se, inclusive frontalmente, com os interesses associados às atividades que compõe o “setor interno”. E isto procede mesmo quando há, como é corriqueiro, capitalistas individuais que se ocupem simultaneamente de atividades que integram o setor interno e outras que vislumbram as exportações. Isto não é problema para os *cepalinos*, pois o que eles enfatizam é que há conflitos a mediar. Na análise histórico-estrutural típica, o posicionamento dos indivíduos importa menos que a existência de conjuntos de interesses.

Há numerosos exemplos deste tipo de choque. Vejamos dois deles:

- i. Sobre a taxa de câmbio ideal: Quando o preço das exportações declina no exterior, os capitais aplicados no setor exportador costumam ver com bons olhos que a moeda nacional se deprecie, de modo a recompor suas rendas em moeda doméstica. Mas o encarecimento decorrente dos produtos importados eleva o custo de manutenção em todos os setores, o que faz com que os capitais ocupados no setor interno, desde que estejam protegidos “naturalmente” da concorrência dos importados baratos⁷⁸, tendam a se opor à desvalorização cambial.
- ii. Sobre a aplicação de proteção aduaneira: Em um período onde as exportações estejam em baixa, as divisas se tornam mais escassas e a moeda nacional geralmente tende a se depreciar, encarecendo os importados. Isto estimula a confecção interna de bens anteriormente importados, ou seja, a “substituição de importações”. Quando o setor externo se recupera e a moeda se revaloriza barateando os importados, é natural que as atividades ameaçadas pela renovada competição vejam com bons olhos a proteção aduaneira. Mas, para o setor exportador, isto significaria um mero encarecimento desnecessário de bens que agora poderiam ser facilmente importados.

Dilemas desta natureza são recorrentes na agenda política de todas as sociedades primário-exportadoras que tenham evoluído para além de uma feitoria ou um enclave. No entanto, sem o setor o setor externo não haverá geração de divisas, e, sem a capacidade de

⁷⁸ É o caso dos serviços, e também das manufaturas cujo frete é econômica ou tecnicamente inviável.

importar que elas significam, as atividades internas não podem seguir se diferenciando — pois é a importação que permite incorporar aceleradamente o progresso técnico já difundido nos países de economia diferenciada —. Assim, a boa convivência entre as atividades “internas” e as “externas” é a verdadeira pedra angular para que uma economia primário-exportadora possa prosseguir diversificando o rol de atividades produtivas acessórias à exportação, até constituir um “setor interno” verdadeiramente capaz de liderar o processo de acomodação.

Nos parágrafos abaixo examinaremos dois momentos da economia Argentina. O primeiro, entre o último quartel do século XIX e a II Guerra, foi de grande prosperidade do setor exportador. Esta boa conjuntura não estimulou que fosse celebrado um acordo de mútuo convívio consistente e permanente entre as atividades “internas” e “externas”. Como resultado, em meio a uma abundância quase irrestrita de divisas, o poder do setor “externo” seguiu inquestionado, sendo as demandas do setor “interno” acomodadas pela ordem política existente. O segundo momento, contudo, foi de crise e estancamento das atividades exportadoras, motivando um embate de longo prazo, ainda irresoluto, entre as atividades “internas” e “externas”, sem que tal acordo fosse celebrado. Vejamos como.

Como pode ser captado a partir dos dois exemplos acima aludidos, são as flutuações do mercado internacional que costumam precipitar os embates entre ambos os setores. Não obstante, se o setor exportador atravessa uma fase particularmente pujante, estas flutuações tendem a ser mais suaves. E, além disto, a prosperidade tende a aumentar a disposição dos exportadores em fazer concessões aos interesses internos.

Como sabemos, o período entre o último quarto do século XIX e a crise de 1929 foi glorioso para as atividades exportadoras argentinas. No princípio deste longo ciclo, a política deste país era confinada um conjunto estreito de atores sociais, todos eles vinculados à exportação. E, naquele momento, seu imenso território permanecia predominantemente vazio. Com a crescente demanda por produtos de exportações ajustados ao clima argentino, fenômeno associado ao barateamento dos fretes transatlânticos em fins do século XIX, a agricultura requeria braços aptos ao trabalho, e estes inexistiam naquela sub-povoada nação. Seria preciso trazer trabalhadores do exterior, alterando profundamente o quadro demográfico do país.

Porém, como resultado da farta oferta de terras e trabalhadores aptos a imigrar, e da frenética demanda pelos produtos de exportação ajustados ao bioma dos pampas, esteve facultado às elites tradicionais argentinas organizar a ocupação das pradarias virgens, de modo a permitir a conversão de seu inquestionado poder político em crescente poder

econômico, re-garantindo seu continuado predomínio político. Assim, após a chamada “Conquista do Deserto”, a Lei 947 de 1878 sela um padrão de apropriação privada da terra que tornaria a Argentina um país de elevadíssima concentração fundiária e solidificaria as iniquidades de rendimento.

Ao passo que crescia vertiginosamente o setor exportador, ganhava peso também seu cinturão cada vez mais diversificado de atividades acessórias, ou seja, aquilo que Furtado denomina “setor interno”. Buenos Aires ganhava contornos de metrópole europeia e as possibilidades de trabalho e emprego existentes nas várias cidades argentinas estimulavam uma crescente concentração urbana de sua população. Como vimos acima, o crescimento do setor interno tende a suscitar embates políticos entre este e o setor exportador. Mas, como o ciclo de prosperidade vivenciado pelo campo era muito significativo, foi possível que as demandas surgidas da crescente complexidade das atividades internas fossem recebidas e acomodadas por um sistema político onde o peso dos representantes do setor externo continuava desproporcional, apesar da mutação demográfica que a imigração em massa operara.

Provavelmente, o mais importante exemplo deste tipo de acomodação foi a aprovação, sob o General Roca, ainda em 1884, da educação universal, laica, gratuita e obrigatória (Lei 1420) — a educação em massa é um pleito costumeiramente associado às sociedades economicamente diferenciadas, mas que na Argentina encontra defensores entre os mais diletos membros da elites tradicional —. Mais adiante, o reformismo oligárquico dos personagens envolvidos na Revolução do Parque de 1890 parece reafirmar que os interesses do setor interno não pareciam, àquela conjuntura, essencialmente irreconciliáveis com os interesses do setor exportador. Como consequência, especialmente após a aprovação do sufrágio masculino secreto e universal, em 1912, as atividades do Estado argentino foram se assemelhando cada vez mais às aquelas que tipificariam os principais Estados forjados pela socialdemocracia na Europa. Mas duas diferenças cruciais devem ser observadas: (1) toda a economia estava alicerçada em atividade primário-exportadoras, cuja demanda é exógena da ótica argentina, e (2) a política na argentina seria permanentemente marcada pela desmesurada concentração de poder econômico que as elites tradicionais haviam logrado preservar mesmo após a chegada ao país de milhões e milhões de novos habitantes, que em sua maioria se fixaram no meio urbano.

Após a crise de 1929, dois fatores dificultariam progressivamente a acomodação oligárquica dos pleitos urbanos. Primeiramente, o fechamento da fronteira agrícola durante os anos 1930 encerrará, por definição, o crescimento horizontal da produção agrícola dos

Pampas. Doravante, o crescimento requereria renovadas e custosas inversões capazes de elevar a produtividade da superfície plantada, o que significa um menor potencial expansivo da produção agrícola do país. Em segundo lugar, a emergência econômica dos Estados Unidos significava a substituição de uma potência carente em carnes e cereais por outra disposta a deslocar seus concorrentes exatamente nestes mercados.

Do impulso fornecido pela grande Depressão e até 1976, num período marcado pelo “estrangulamento cambial” ou “hiato de divisas”, a Argentina ensaia a adoção de políticas econômicas que privilegiavam a economia urbana em detrimento da rural. No entanto, não é cogitada alteração da distribuição de riqueza que, sem lugar à dúvida, favorecia os grupos tradicionalmente ligados ao campo. Mesmo evitando o enfrentamento aberto que uma reforma agrária representaria, a “substituição de importações” jamais foi amparada por um acordo social permanentemente capaz de mediar os interesses voltados “para dentro” e “para fora”, captados respectivamente pelo *peronismo* e pelo *anti-peronismo*. Na astuta síntese de Guillermo O’Donnell (1977: 552), o resultado foi a manutenção de um padrão instável de intervenção estatal, no qual o cambiante equilíbrio de poder conduzia a pendulações que foram “[...] como grandes marés que em um momento cobriam tudo e que, quando se retraíam, arrastavam consigo ‘pedaços’ deste Estado.”

Com efeito, de 1976 até a crise de 1999-2001, voltaram a se impor os interesses livre-cambistas. E, desta vez, com uma modificação substancial em relação à versão radical-oligárquica anterior à II Guerra Mundial: seu conteúdo civilizador havia sido esquecido, denunciando que a conciliação autocrática entre os interesses do setor externo e interno tornara-se descabida em tempos de “vacas magras”. Como exemplo deste contraste, o “neoliberalismo” de Martínez de Hoz e Domingo Cavallo, ao contrário do liberalismo “radical-oligárquico” de Julio A. Roca e Hipólito Yrigoyen, era portador da educação privada e diferenciada, e cético quanto às vantagens da instrução pública laica e universal. Descortinara-se a falta de coesão da sociedade argentina.

Após o colapso de 1999-2001, a prioridade ao setor interno volta a emergir com o casal Kirchner. A rápida recuperação da crise foi sintomática, sobretudo, de uma mudança de primeira grandeza que ocorria na economia internacional. Invertendo o curso dos cinquenta anos precedentes, a emergência da China como potência mundial e do Brasil como uma das quatro ou cinco maiores economias do planeta, ambas nações que carecem estruturalmente de produtos que a Argentina tem a disponibilizar, lança o setor externo

argentino novamente em uma era de grande prosperidade.⁷⁹ Contudo, a despeito do crescimento econômico que, desde 2003, rivaliza com o período anterior à I Guerra Mundial, um acordo capaz de fazer convergir os conjuntos de interesses interno e externo segue ainda em por ser costurado.

Recentemente, um episódio sinalizou o quão graves ainda podem ser os embates entre interesses urbanos e rural-exportadores na Argentina. Durante um momento de acentuada valorização dos preços da carne e dos cereais nos mercados internacionais, que trazia pressões inflacionárias óbvias para o custo de vida urbano, o governo levantou a possibilidade de criar um imposto variável de exportações que, corrigido na medida dos ciclos de preços das *commodities* no mercado internacional, pudesse amortecer sua volatilidade interna. A proposta foi recebida pelo setor rural como um ultraje, incitando a organização de uma greve de produtores que provocou desabastecimento na Capital Federal e pressões inflacionárias adicionais. Posta em votação no dia 27 de Julho de 2008, sob intenso bombardeio de uma imprensa visceralmente identificada com o setor exportador, a proposta legislativa sobre as chamadas *retenciones móviles* terminou em empate, cabendo ao vice-presidente Julio Cobos o desempate. Inusitadamente, ele muda de opinião e vota contra o governo e a favor do campo, sepultando a proposta, abrindo uma séria e duradoura crise política, e demonstrando, sem disfarces, que construção de laços de coesão social ainda constitui o nó górdio da formação industrial argentina.

O problema acima apresentado, qual seja, a ausência de um acordo básico que concilie os interesses dos setores “interno” e “externo”, irá ecoar também em qualquer análise do quanto o capital argentino está vinculado às potencialidades representadas pelos recursos territoriais e humanos do país. Examinemos abaixo, com mais detalhes, esta proposição.

B) A Questão da “Densidade Nacional” e a Baixa vinculação do capital ao Território Argentino:

Numa economia primário-exportadora, o crescimento das exportações depende intimamente do nível de demanda agregada que prevalece nos países importadores. Geralmente, os produtos primários apresentam baixa elasticidade-preço e, assim, há pouco que o país primário-exportador possa fazer para estimular suas exportações. A menos que

⁷⁹ Sobre esta alvissareira transformação, veja os textos “*La Argentina y el Brasil*” e “*El ocaso de la hegemonía de Occidente*”, que Aldo Ferrer incluiu na última edição, de 2009, do clássico “*Vivir con lo nuestro*” (referência completa na Bibliografia)

cresçam pela diversificação, as exportações do país primário-exportador tendem a se comportar como uma variável exógena e altamente correlacionada com o desempenho econômico de longo prazo dos países importadores.

Além disto, o conjunto de atividades acessórias às exportações, que acima denominamos “setor interno”, dependerá da performance deste setor exportador. Celso Furtado e Aldo Ferrer lançam mão do conceito de “centro-dinâmico” para descrever a situação, afirmando que, no caso das economias destas economias dependentes, o “centro-dinâmico” está no exterior. E, assim, o comportamento de toda a economia é função de dados exógenos, completamente alheios ao controle político nacional. Ou seja, o nível de renda e de “bem-estar” da economia interna constitui um dado subordinado, explicado em última análise por processos que se dão alhures. Mais grave ainda, o nível de renda interno ganha feições de um dado irrelevante, neutro para a performance do setor líder, pois é como se a unidade primário-exportadora fosse um posto avançado de uma outra economia (ou conjunto de economias).

É aqui que repousa a conexão entre, de um lado, a ausência de um acordo mediador entre o setor “interno” e o setor “externo”, e, de outro, o peso político de um terceiro conjunto de interesses, qual seja, o dos trabalhadores. Em uma economia agro-exportadora, o desempenho do setor líder pode prescindir da elevação da massa salarial. Assim, quando os trabalhadores são capazes de exercer pressão política em prol da melhoria de suas condições materiais, isto os aproxima da defesa das “atividades internas”. Afinal, estas são capazes, ao contrário das atividades “externas”, de beneficiar-se da ampliação do mercado interno.

Se houver uma substancial organização política dos trabalhadores na defesa de seus interesses, a sedimentação do acordo básico entre os setores “interno” e “externo” tende a envolver a construção de um pacto entre trabalhadores e o setor “interno”, determinando que o setor externo tenha seu protagonismo político deslocado por esta coalizão. Quando, ao contrário, os trabalhadores são incapazes de se fazer ouvir, as atividades externas logram expandir-se indefinidamente sem qualquer melhoria necessária nas condições de vida da massa trabalhadora. E, neste caso, mesmo as atividades “internas” podem acomodar-se a um padrão de diversificação que conte com a concentração permanente da renda como mecanismo de alargamento do mercado.⁸⁰

⁸⁰ A experiência brasileira de diferenciação da indústria de bens de consumo duráveis, durante o período conhecido como “Milagre”, é paradigmática do uso da concentração de renda como instrumento de alargamento do mercado relevante que, no caso, pode ser formado apenas pelos extratos superiores.

Na visão de Furtado de Ferrer, o quadro característico de um país desenvolvido conjuga alto nível de acumulação com distribuição relativamente equitativa da renda e, ainda, relativa autonomia na condução de suas políticas econômicas: esta seria a única forma de garantir a plena utilização dos recursos humanos e naturais existentes no país. Para que o país primário-exportador persiga esta realidade tão distante da sua, não há outra maneira senão permitir que o “setor interno” ganhe proeminência em detrimento do “setor externo”. E para permitir que isto ocorra, não parece haver via mais segura que a celebração de uma sólida aliança entre o setor “interno” e os trabalhadores. Como sintetiza Furtado, “Quando o projeto social dá prioridade efetiva à melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento metamorfoseia-se em desenvolvimento.” (Furtado, 1984: 75)

Quando percorremos a história econômica argentina antes de 1930, o que podemos enxergar é a reincidência de políticas favoráveis ao setor exportador que, na ausência de pressão efetiva por parte dos trabalhadores, foi capaz de fazer concessões a estes e ao setor “interno” enquanto prevalecia um quadro de pujança. Essa forma de acomodação não seria mais exequível após o início de uma conjuntura de crise. Dali em diante, o setor exportador passa a disputar proeminência com o setor “interno”. Quando este último readquire inquestionada proeminência, após 1976, o espaço para concessões aos trabalhadores vai sendo progressivamente reduzido. No limite, mesmo concessões muito antigas, como a educação e a saúde públicas são alvo de profundo questionamento.

Vejamos um exemplo, com relevância histórica ímpar, de como os interesses do setor exportador podem ser contraditórios com os interesses tanto do setor “interno” quanto dos trabalhadores.

Preocupada em preservar a terra como um privilégio oligárquico em meio a uma profunda mudança demográfica, a elite argentina dificultou o acesso a ela para os recém chegados imigrantes. Não obstante, como o estoque de terras virgens naturalmente férteis constituía um valioso ativo, o Estado argentino estimulou sua aquisição, em grandes lotes, por estrangeiros não necessariamente identificados com o país, além de redistribuí-la entre as próprias elites. Em outras ocasiões, o Estado se valeu da emissão de dívida garantida em terras para captar recursos em moeda forte (Ferrer, 2004: 127).

Esta escolha, para além de considerações práticas ou mesmo nacionalistas, revela o quanto o monopólio político dos setores primário-exportadores pode levar à negligência quanto aos interesses da maioria do povo argentino que, aquela época, teria recebido favoravelmente um programa de distribuição de terras nos moldes do *Homestead Act*

norte-americano. A escolha de não distribuir as terras entre os colonos faz sentido da ótica da exportação de gêneros não beneficiados. As grandes unidades monocultoras permitem uma elevação da escala produtiva que, associada à pressão baixista nos salários que a dificuldade de acesso à terra acarreta, contribui para que os produtos oferecidos cheguem ao mercado externo com um preço competitivo. Não obstante, é claro que a divisão em lotes menores — especialmente quando amparados por cooperativas capazes de fornecer ao produtor assistência técnica, comercial e creditícia — induz a uma maior repartição da renda nacional, maior absorção do fator trabalho e, conseqüentemente, abre caminho para o florescimento de um conjunto muito maior de atividades internas acessórias à agricultura.

Concluindo, a ausência de um acordo duradouro que sustentasse, em termos negociados com os trabalhadores, a proeminência do “setor interno” em detrimento do setor exportador, é a origem da aparente desvinculação entre os capitais aplicados no país e as potencialidades incontáveis que se encontram dispersas em seu território continental subocupado e subpovoado.

C) A Questão da “Densidade Nacional” e a Baixa Autonomia do Universo Intelectual Argentino:

Naquilo que diz respeito à autonomia relativa de seu universo intelectual, a argentina confirma a norma latino-americana: é uma nação que frequentemente ecoa debates cujos pressupostos estão ausentes em sua realidade específica. Poderíamos vasculhar as causas estruturais desta realidade no formato de sua academia e de sua imprensa, e certamente haveria conclusões a tecer, sem que o fundo do problema tivesse sido alcançado.

Ideias econômicas ajustadas seja à manutenção da Argentina como uma nação especializada na agropecuária ou à transformação desta numa economia mais diversificada existem desde o princípio da reflexão em economia. Sabemos que o elogio ao comércio livre de Adam Smith e David Ricardo foi alvo de comentários muito perspicazes e precoces de Alexander Hamilton, e parte considerável de suas conclusões é aplicável à Argentina. Friedrich List já tinha feito circular argumentos nacionalistas meio século antes de Raúl Prebisch nascer. Então, nossa discussão não diz respeito à geração, ou não, de críticas ao liberalismo surgidas no âmbito da academia argentina. O núcleo do problema é a inexistência de quem levantasse e alardeasse os argumentos nacionalistas neste país. Assim, recaímos no mesmo ponto que exploramos acima. Ou seja, a não celebração, ali, do

acordo básico garantindo proeminência permanente do setor “interno” sobre o “externo”, em termos negociados entre estes e os trabalhadores.

Em resumo, a Argentina carece historicamente de uma facção capitalista com o peso econômico e a coesão necessária para exercer pressão política efetiva em prol do alargamento do mercado interno. E carece igualmente de trabalhadores suficientemente organizados para sinalizar e fazer valer suas preferências e condicionalidades ante os capitalistas de ambos os setores.

Assim, pelo menos até meados dos anos 1930 e 1940, os preceitos do liberalismo inglês tinham escassas chances de contestação no universo intelectual da Argentina. A assimetria entre a diferenciação extrema cesta de consumo e a especialização igualmente radical da produção atingiu níveis ali ímpares, sem que isto despertasse um debate intelectual a respeito dos riscos acarretados para a economia do país. Afinal, a Argentina parecia um caso de estudo sem rival para corroborar a “Princípio das Vantagens Comparativas”.

Após a crise mundial e surgimento da CEPAL, começa a ganhar corpo e se difundir uma doutrina especificamente formulada para atender as inquietações argentinas, propiciando certo predomínio de ideias “desenvolvimentistas”, que seria interrompido por forte preeminência livre-cambista após a Ditadura. Assim, os adeptos daquilo que Prebisch intitulou “pensamento cêntrico” obtiveram novas vitórias logo que a estratégia de substituição de importações começou a colidir com limites de escala e disponibilidade de divisas. O liberalismo radical novamente se imporá a partir de 1976, com o ministro Martinez de Hoz. E, nesse contexto, a continuada presença de ideias formuladas no exterior garantiu verossimilhança àquilo que Jorge Todesca denominou de “mito do país rico”, ou seja, a crença em que a excepcional dotação de fatores naturais faz da Argentina um país naturalmente rico e que, na ausência de obstáculos criados pela política interna, ela inextricavelmente floresceria como nas primeiras décadas do século XX. Assim, o conflito político entre produtores rurais livre-cambistas e atores urbanos mais simpáticos ao intervencionismo esteve sempre presente, sem que tenha sido possível conciliar estes dois conjuntos de interesses.

3.3.4) Fernando Fajnzylber, o Neo-estruturalismo, e a “*Industrialización Trunca*” da Argentina:

Ao longo da Subseção 2.3.3, Subitem B, nossa atenção se voltou para a obra do chileno Fernando Fajnzylber, que constitui a pedra angular de um movimento revisionista “puro sangue” *cepalino* que culmina com a publicação, em 1990, de “*Transformación Productiva con Equidad*”, marco fundacional do chamado neo-estruturalismo. Naquela ocasião, argumentamos que esse autor enxergava a concorrência capitalista como um embate, acima de tudo, entre distintos ambientes nacionais capazes de condicionar a “competitividade sistêmica” de cada parque produtivo.

De modo a demonstrar empiricamente essa hipótese “estruturalista” a respeito da competição capitalista, Fajnzylber empreende um estudo dos processos de industrialização dos países mais dinâmicos do Leste Asiático, especialmente Taiwan e Coreia do Sul. Pois sua proposta é que a análise dessas experiências de industrialização permitiria que fossem trazidos à tona inúmeros fatores de ordem institucional capazes de anteparar seu destacado dinamismo econômico. E, nesse mesmo espírito, Fajnzylber propõe que a análise da industrialização latino-americana poderia evidenciar que ali tais fatores teriam se mostrado ausentes, drenando progressivamente a competitividade de suas instalações produtivas e determinando, no limite, seu completo estancamento econômico. Nesse Capítulo III, retomaremos a apreciação da obra de Fernando Fajnzylber. E, nesse esforço, nosso objetivo é retomar sua leitura do impasse regional por ele denominado “*industrialización trunca*”.

Como sabemos, o ritmo de acumulação industrial começa a perder fôlego na América Latina entre o fim dos anos 1950 e meados dos 1960. Em alguns casos, como o brasileiro e o mexicano, os anos 1970 seriam ainda palco de um avanço na construção industrial, mas já nos anos 1980 tais países se conformariam à sina regional, vivenciando severíssimas convulsões macroeconômicas. O consequente clima de abatimento e desesperança constitui o verdadeiro motor da curiosidade intelectual de Fajnzylber, cujos estudos sobre a Ásia não devem ser encarados senão como uma forma de arejar o debate latino-americano sobre os impasses da construção industrial tardia. O excerto abaixo dá conta desse clima pessimista:

“Depois de um crescimento industrial rápido, acompanhado de um acelerado processo de urbanização, se chega à década de 70, na qual se observa uma crescente e generalizada frustração a respeito dos resultados da industrialização. [...]”

Caricaturando, seria possível afirmar que a industrialização transita de um assento privilegiado a uma posição de questionamento generalizado” [Fajnzylber, 1980]

Fernando Fajnzylber procura, então, estabelecer as razões desse abatimento. E ele trabalha, então, com a proposta de que seria possível identificar uma “vocação industrializadora” nas elites dos países mais bem sucedidos, como Coréia do Sul e Taiwan, ao passo que tal disposição seria mais dificilmente identificável no contexto latino-americano. Pois, ali, elites com forte ligação histórica com a produção primária teriam se inclinado menos facilmente à composição daquilo que o economista chileno define como “núcleo endógeno”, que seria um conjunto integrado por capitais nativos e diversas instituições circundantes, cuja sinergia seria capaz de alavancar o progresso técnico no âmbito local, e propelar o crescimento econômico com difusão de oportunidades. O trecho abaixo situa melhor esse raciocínio:

“A fragilidade da vocação ‘industrializadora’ se refere especificamente ao conteúdo e à debilidade do ‘núcleo endógeno’ da industrialização latino-americana. A prioridade ao crescimento da produção industrial esteve presente desde as décadas de 30 e 40 nos distintos países da região e os resultados alcançados quanto à magnitude e o crescimento da produção industrial já foram assinalados. A insuficiente presença da vocação industrial se refere então, especificamente, à ausência de liderança efetiva na construção de um potencial industrial endógeno capaz de adaptar, inovar e competir internacionalmente em uma gama significativa de setores produtivos.” [Fajnzylber, 1980]

Fajnzylber procura, então, escavar mais profundamente os determinantes da carência dessa vocação. E um dos primeiros elementos que ele aponta diz respeito à questão da titularidade do capital aplicado em cada espaço nacional. No caso asiático, com efeito, capitais nacionais fortemente vinculados ao território seriam identificáveis. No âmbito latino-americano, ao contrário, empresas transnacionais teriam presença muito mais significativa, fenômeno que acarretaria graves consequências, especialmente naquilo que diz respeito à formação de uma demanda local por inovações tecnológicas:

“A disponibilidade de uma base empresarial nacional será, sem dúvida, um fator determinante entre a possibilidade de construir um sistema industrial internacionalmente competitivo. Para efeitos de abastecer o mercado interno, esse não é um requisito central e, assim, a liderança dos setores mais dinâmicos pode ser deslocada às empresas transnacionais [...]. No entanto, para penetrar os mercados internacionais, o que requer absorver progresso técnico e inovação de modo a poder se

manter solidamente [...] a existência de uma base nacional, incluídas as variadas possibilidades e modalidades de vinculação com a inversão estrangeira, será determinante.” [Fajnzylber, 1992]

Paralelamente a esse primeiro ponto, com respeito à prevalência dos capitais estrangeiros nos postos-chave do setor industrial, Fajnzylber identifica uma segunda regularidade nas sociedades acometidas pela dificuldade em completar sua industrialização. Esta seria o predomínio econômico interno de um consórcio de capitais rurais, patrocinando uma postura que confunde as estratégias de desenvolvimento do país com meras táticas de aproveitamento, no curto prazo, das rendas associadas à produção primária:

“Naquelas sociedades onde predomina uma base generosa de recursos naturais costumam originar-se situações de elevada concentração da propriedade seja no âmbito do setor privado ou público e, por conseguinte, tende a ser gerada uma liderança que se sustenta no usufruto das rendas associadas a esses recursos naturais [...]” [Fajnzylber, 1992]

Um terceiro ponto enfatizado por Fernando Fajnzylber diz respeito à questão da distribuição de renda, que sabidamente é caracteristicamente desigual na América Meridional. Pois, para ele, a existência de um padrão de distribuição menos equânime encorajaria aquilo que Celso Furtado chamava de “consumo sumptuário”, favorecendo maiores gastos em bens de representação. Seria possível, assim, prever que em sociedades mais igualitárias tenderia a haver mais recursos disponíveis ao investimento produtivo, dado certo nível de renda média. E, nas sociedades desiguais, prevaleceria o contrário:

“A equidade, e o que ela representa em termos de articulação social, a igualdade do nível médio de renda, tende a configurar um padrão de consumo relativamente mais austero que o prevalecente em situações de aguda concentração de renda, à medida que inibe os setores de maiores rendas a reproduzir em grau caricaturesco um padrão de consumo proveniente das sociedades mais avançadas.” [Fajnzylber, 1992]

Desse modo, certa igualdade social seria mais um requisito estrutural da formação daquilo que Fajnzylber denomina “núcleo endógeno”, e, portanto, a equidade estaria na raiz de uma sólida estratégia de desenvolvimento:

“A equidade favoreceria então o crescimento, diretamente pela via de induzir um padrão de consumo compatível com uma taxa mais alta e mais eficiente de

investimento, e, indiretamente, na medida em que cria um clima social compatível com o esforço de ‘construção do futuro’, que requer necessariamente a legitimidade por parte da elite e do sistema para favorecer a disposição do conjunto da sociedade a empreender as ações e decisões que conduzam ao propósito do crescimento.” [Fajnzylber, 1992]

Em síntese, a promoção da igualdade e a criação de grupos nacionais capazes de operar investimentos industriais constituiriam duas potenciais vias à configuração de uma atmosfera em que Estado, trabalhadores e capitais privados pudessem cooperar, pondo a acumulação industrial no centro das aspirações, especialmente naquilo que diz respeito à criação de industriais aptos à inovação e à exportação. Nesse contexto, constituiriam passos *sine qua non*: a criação de uma infraestrutura pública de promoção da competitividade industrial, o deslanche de mecanismos para favorecer a inovação, e da formação de quadros aptos a tomar parte desse esforço. O excerto abaixo seria um bom resumo da proposta reformista do economista *cepalino*:

“O sentido geral da transformação produtiva proposta é o seguinte: 1) transitar da ‘renda perecível’ dos recursos naturais até a ‘renda não perecível’ da incorporação do progresso técnico ao setor produtivo; 2) redirecionar a prioridade ao conjunto do setor manufatureiro rumo aos subsetores específicos que contribui a incorporar e difundir progresso técnico ao conjunto do setor produtivo; 3) favorecer a inserção internacional tendo como base o impulso e a elevação de produtividade e competitividade em setores específicos; 4) introduzir modificações em instituições e políticas públicas com o objetivo de induzir no setor privado comportamentos coerentes com os critérios anteriores; 5) promover um contexto institucional favorável à colaboração estratégica entre governo, empresariado e trabalhadores.” [Fajnzylber, 1992]

Para Fajnzylber, o sucesso em levar adiante essa agenda seria o verdadeiro anteparo do sucesso industrial de Coréia do Sul e Taiwan. E, inversamente, o estancamento latino-americano (e argentino em seu contexto) poderia ser explicado pela ineptidão em caminhar nessa direção. O projeto reformista das ditaduras militares, por emanar de uma concepção completamente equivocada do desenvolvimento, e negligenciar decididamente os pontos dessa agenda, estaria de antemão fadado ao fracasso:

“É evidente, por exemplo, que uma aliança entre intermediários financeiros e forças armadas que se propõem a fazer o país retroceder a uma condição pretérita de

exportador de recursos naturais e importador de uma ‘modernidade de exibição’, não requer impulsionar a dimensão criativa.” [Fajnzylber, 1980]

Para fecharmos essa apresentação de obra fertilizadora do movimento neo-estruturalista, cumpre reiterar que esse autor não aborda deliberadamente Argentina e Coréia do Sul como casos extremos, ainda que enfatize sua condição de casos opostos. Sua opção preferencial é, assim, pelo tratamento regional dos contrastes identificados, tentando cavar um contraste entre Ásia Oriental e América Latina naquilo que diz respeito à promoção do desenvolvimento.

Segundo, é importante pontuar desde já que Fajnzylber não penetra dimensões exógenas significativamente capazes de obstruir o desempenho da economia argentina, deixando de repetir, ao analisar os dilemas da América Latina, o inovador esforço de contextualização que empreende a propósito da Coréia do Sul. Como resultado, sua contribuição nada esclarece a respeito dos pontos levantados na Subseção 3.2.4, onde propusemos uma agenda de questionamentos sobre o potencial deprimente do contexto externo que circunda a Argentina.

3.3.5) Comentários e Questionamentos:

Ao comentarmos, nas Seções 2.2 e 2.3, as interpretações ortodoxa e heterodoxa do acelerado desenvolvimento material sul-coreano, apontamos como sua maior fragilidade a presunção de que o extraordinário dinamismo material daquele país teria que estar calcado, por princípio, em “escolhas realizadas internamente”. Quanto a isso, aludimos ao fato de que o Balanço de Pagamentos sul-coreano apresenta desempenho tão frágil quanto aquele correspondente aos países latino-americanos. E, nesse contexto, fatores exógenos desde a ótica daquele país poderiam, em tese, ter cumprido papel decisivo naquilo que diz respeito à manutenção do frágil equilíbrio cambial sul-coreano. Ao decidir abstrair tais fatores, as análises típicas tanto da ortodoxia quanto da heterodoxia recaem em uma omissão investigativa grave, que pode ser apontada como um vício metodológico suficiente à anulação da validade de quaisquer de suas conclusões.

Ao percorrer em detalhamento as diversas opções de análise dentro da heterodoxia, no entanto, apontamos para a presença de rudimentos da análise do contexto externo na obra de alguns autores. Assim, frisamos que as obras de Otaviano Canuto e Fernando Fajnzylber explorariam, ainda que não de maneira exaustiva, fatores externos capazes de condicionar a aplicação interna de políticas industriais na Coreia do Sul. Argumentamos, também, que esse interesse pelos “contextos” seria marca virtuosa das análises inspiradas pela heterodoxia de estirpe *cepalina*. Mas pontuamos que, todavia, os clássicos seminais da CEPAL haviam optado por priorizar a análise dos casos de “subdesenvolvimento”, não empreendendo por isso pesquisas de grande envergadura com vistas à elucidação do contexto a evolver os “casos de desenvolvimento”.

Ao analisarmos o conjunto bibliográfico percorrido nesta Seção 3.3, de modo análogo, é possível identificar que a mais notável contribuição de estirpe *cepalina* acerca do estancamento argentino, assinada por Aldo Ferrer, permeia igualmente muitos elementos do contexto externo capazes de obstaculizar o desenvolvimento material argentino. Com efeito, seu foco analítico num complexo de natureza interna, que ele denomina “densidade nacional”, não o impede de apontar fatores exógenos capazes de perturbar a demanda internacional pelos produtos agropecuários argentinos. Igualmente, Ferrer também não se exime de comentar os ecos internos das vicissitudes financeiras internacionais, nem dos desafios impostos à argentina pelo avanço da técnica internacionalmente. Os fluxos culturais e intelectuais internacionais, igualmente, fazem

parte de sua elegante e inigualável apresentação da história formativa do capitalismo argentino.

Em que pese a integração de todas essas relevantes dimensões à análise de Aldo Ferrer, não será possível em sua obra encontrar uma cobertura profunda e sistemática dos pontos enumerados na Subseção 3.3.4. Com efeito, a agenda de investigações a respeito desses tópicos foi ainda muito pouco desbravada de modo integrada. O próprio sentido dos ensinamentos de Ferrer definitivamente encoraja aqueles interessados em angariar tais respostas. Mais adiante, será possível retomar essa problemática.

Na seção subsequente, retomaremos a análise do “caso argentino” como comprovação de segunda ordem das conclusões da Nova Economia Institucional a respeito do “salto sul-coreano”.

3.4) O “Desastre Argentino” na Acepção da Economia Institucionalista:

3.4.1) Jorge Katz, Roberto Bisang, Gabriel Yoguel <i>et alli</i> , Daniel Chudnovsky <i>et al</i> e a Imaturidade do Sistema Argentino de C&T.....	336
3.4.2) O Debate em Torno do Papel do Sistema Educativo no Estancamento Argentino.....	340
3.4.3) Possíveis Questionamentos.....	246

Qualquer pesquisador estrangeiro que aportasse na Buenos Aires da virada do milênio poderia constatar a patente decadência física de suas instalações acadêmicas. Naqueles anos, sobravam na Universidade de Buenos Aires, principal instituição de ensino superior do país, paredes com infiltrações ou outros problemas estruturais ainda mais sérios, mobília envelhecida, instalações subdimensionadas, e recursos computacionais obsoletos ou insuficientes. Por outro lado, era postura comum entre os professores estrangeiros que ali aportavam, tal qual certamente ainda sucede hoje em dia, demonstrar surpresa pela qualidade do corpo discente que ocupa os bancos da referida instituição. E, de certo modo, a mesma boa impressão é recorrente quando os estrangeiros constatarem a difusão de certo acervo cultural comum por amplos estratos da sociedade bonaerense, dos vendedores das livrarias até aqueles que servem os pratos em restaurantes. Como interpretar esse quadro à luz dos impasses do desenvolvimento material argentino?

Como destacamos na Seção 2.3, os economistas chamados institucionalistas propõem que o dessimétrico desempenho das várias economias ao longo do tempo poderia ser explicado pela evolução, em cada sociedade ao longo do tempo, de uma estrutura de incitações e coerções que eles propõem cognominar “matriz institucional”. Ela seria composta de leis, práticas sedimentadas, tradições orais, precedentes historicamente estabelecidos, convencionalismos, regras escritas ou não, etc... À luz de sua proposta de interpretação econômica, como já destacamos, as decisões individuais maximizadoras ocorreriam sob a restrição dessa assim chamada matriz, e o vigor da acumulação capitalista poderia ser explicado pela capacidade do conjunto coercitivo vigente ensejar posturas compatíveis com elevado ritmo de construção industrial.

Como também argumentamos na referida seção, dois eixos muito populares de investigação com respeito à conformação da matriz institucional em cada país perpassam, especificamente, a análise das instituições ligadas ao encorajamento de inovações e o exame do sistema responsável pela formação da mão-de-obra. Nas Subseções 2.3.2 e 2.3.3, examinamos como a bibliografia institucionalista caracteriza

esses dois atributos no âmbito da sociedade sul-coreana. E, como naquela ocasião expusemos, no âmbito destas é forte a percepção de que os complexos educacional e científico-tecnológico teriam desempenhado papel crucial no acelerado crescimento econômico asiático, e, em particular, sul-coreano.

Mas e o caso argentino? Como seria possível caracterizar essas suas duas dimensões institucionais da ótica do desenvolvimento material? Nosso objetivo nessa Seção 3.4 é refletir sobre esse questionamento. Por isso, no âmbito da Subseção 3.4.1, logo adiante, buscaremos sintetizar as conclusões contidas em uma coleção relativamente vasta de estudos a respeito do sistema argentino de promoção da ciência e da tecnologia. Nisso, focalizaremos especialistas como Jorge Katz, Roberto Bisang, Gabriel Yoguel e Daniel Chudnovsky, que desenvolveram argumentos capazes de referendar a hipótese que na Argentina ainda não teria sido possível a criação de um sistema “maduro” de ciência e tecnologia, fato que historicamente cobraria seu preço ao retardar o progresso de sua construção industrial.

Dando prosseguimento a essa temática, devotaremos a Subseção 3.4.2 à caracterização do sistema educacional argentino. Como poderemos verificar, mediante o exame de vasto conjunto estatístico, há cifras potencialmente capazes de munir aqueles que empreendem críticas aos rumos percorridos pelo referido sistema de ensino. E tais cifras seriam mobilizadas por autores inclinados à leitura institucionalista do desenvolvimento econômico, que atribuiriam parte das dificuldades do país à inadequação de seu sistema educacional.

É recomendado pontuar, desde já, que os argumentos que apresentaremos se acomodam com perfeição àqueles aludidos a respeito da leitura econômica institucionalista do “salto sul-coreano”. Ou seja, eles definitivamente se prestam à comprovação de segunda ordem da leitura que se propõe acerca do fundamento da rápida acumulação de capital na Coreia do Sul. Dito isto, cumpre ainda antecipar que faremos críticas e mencionaremos lacunas na Subseção 3.4.3.

3.4.1) Jorge Katz, Roberto Bisang, Gabriel Yoguel *et alli*, Daniel Chudnovsky *et al* e a Imaturidade do Sistema Argentino de C&T

Como logo acima apontado, nesta subseção percorreremos os argumentos contidos em trabalhos cujo sentido final é adicionar ao acervo da Nova Economia Institucional uma comprovação de segunda ordem à hipótese segundo a qual, em países como Coréia do Sul, Taiwan e Cingapura, determinado conjunto institucional responsável pelo estímulo da atividade de inovação teria constituído fundamental anteparo a seu acelerado ritmo de industrialização. Nesse espírito, todos os autores que abaixo mencionaremos comungam da percepção de que os mecanismos argentinos de promoção da atividade científica e tecnológica poderiam ser caracterizados como imaturos, desarticulados, descontínuos, contraditórios ou equivocados; e que desse modo eles teriam constituído obstáculos ao avanço industrial do país. O influente economista Jorge Katz, ex-diretor da divisão de desenvolvimento produtivo e empresarial de da CEPAL, faz esse diagnóstico.

“Um exame cuidadoso do sistema nacional de inovação argentino mostra que o país está longe de possuir uma rede integrada e coerente de agentes, instituições, e políticas lidando com questões de geração, difusão e utilização científica e tecnológica. Ela também não possui uma estratégia tecnológica que reflita uma exploração sucessiva das suas oportunidades nos mercados internacionais.” [Katz *et al*, 1993:470]

Pelo exame do conjunto bibliográfico aqui em questão, é possível traçar uma cronologia dos traços disfuncionais do sistema argentino de promoção da atividade inovadora. Começamos pelo perfil das instituições ligadas à absorção de progresso técnico no ambiente rural. No pós-guerra, quando a estratégia de promoção industrial do país se concentrava na substituição de importações, a ênfase das políticas econômicas teria recaído no ambiente urbano, e a melhoria das condições de cultivo teria sido vitimada por patente negligência governamental. A contribuição de Roberto Bisang é esclarecedora:

“No contexto da estratégia substitutiva, que dominou o cenário econômico durante várias décadas, o setor primário evidenciou um comportamento pouco dinâmico. Enquanto no âmbito mundial já na década de 1950 outras economias com dotações naturais similares ingressavam maciçamente na chamada revolução verde, a sociedade local o faz com certo atraso, [...]. As causas dessas condutas vão desde interpretações centradas nos aspectos estruturais (propriedade da terra, perfil e conduta do empresário) até a falta de incentivos econômicos (associados com outras atividades).” [Bisang, 1994: 414]

Por outro lado, a destacada participação de empresas transnacionais no esforço de construção industrial também teria tendido a esvaziar quaisquer esforços governamentais de estímulo ao aprendizado e à inovação no âmbito empresarial urbano. Afinal, é difícil negar que haja um estímulo, por parte dessas transnacionais, a privilegiar a difusão tecnológica mimética desde suas matrizes em detrimento de quaisquer esforços locais de inovação. Novamente, as palavras de Jorge Katz são elucidativas:

“Considere primeiro situação da indústria manufatureira argentina. Tendo se valido do investimento direto externo e da transferência de tecnologias estrangeiras como a maior fonte de dinamismo tecnológico, e devido ao fato de que as unidades produtivas internas são de natureza e tamanho altamente idiossincráticos, a organização da produção, e o grau de integração vertical concernentes fazem com que seja pouco surpreendente que a maioria dos esforços de P&D empreendidos pelas firmas manufatureiras tome a forma de atividades de engenharia “adaptativa”, que, em muitos casos, não seriam internacionalmente classificados como atividades de P&D.” [Katz *et al*, 1993: 470]

Com efeito, apesar da longa existência na Argentina de um conjunto institucional direcionado à promoção da investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico, a atividade tais órgãos nunca teria sido percebida pelo grosso do empresariado local como ferramental relevante à competitividade do parque produtivo do país. Com efeito, esses organismos teriam sido costumeiramente bombardeados por pressões contraditórias, incluindo aquelas exercidas por grupos que identificavam sua atividade como algo completamente irrelevante. Quanto a isso, Daniel Chudnovsky e Andrés López datam a fundação das instituições mais relevantes do complexo argentino de C&T:

“As origens do atual complexo de C&T [argentino] remontam aos anos 1950. Os quatro organismos que hoje são o eixo central do mesmo — junto com o sistema universitário — são criados sucessivamente: em 1955/56 – Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA), em 1956 – Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), em 1957 – Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), e em 1958 – Conselho Nacional de Investigações Científicas e Tecnológicas (CONICET).” [Chudnovsky *et al*, 1996: 36]

Entretanto, esses dois autores igualmente recordam que a história institucional dessas agências teria sido fortemente marcada pela instabilidade institucional. Como evidência:

“Desde 1983 até hoje se sucederam nove presidentes no INTI. Esta instabilidade implica que os distintos projetos — bons ou maus — de reorganização que cada gestão

poderia ter impulsionado não tiveram o tempo de maturação necessário para mostrar resultados.” [Chudnovsky *et al*, 1996: 46]

Além do mais, durante o Regime Militar e durante a presidência de Carlos Menem, prevaleceria uma abordagem liberal da condução da economia, à luz da qual a simples existência dessas agências poderia ser questionada. Os dois excertos abaixo, assinados por Gabriel Yoguel, Manuel Lugones e Sebastián Sztulwark, dão conta dessa inflexão:

“[...] a partir dos anos noventa, paralelamente à aplicação de reformas inspiradas no ‘Consenso de Washington’, se modifica a concepção predominante acerca de como fomentar a C&T. Nesse marco, se debilitam notoriamente as políticas de fomento de C&T, dando lugar a um conjunto de reformas de ajuste estrutural, cujos principais instrumentos foram a conversibilidade cambial, a abertura comercial e financeira e a desregulação da atividade econômica. Portanto, as políticas específicas de C&T passaram a ser um complemento das de corte mais geral: uma maior ‘horizontalidade’ nos objetivos de política econômica e um maior protagonismo dos mecanismos de mercado na hora de distribuir os recursos. [Yoguel *et alli*, 2007:16]

“No fundo, o que aparece é uma crença, por um lado, no papel do mercado como difusor dos instrumentos e, por outro, de que a política deve estar dirigida a firmas individuais e não a redes ou ao sistema territorial ao qual a firma pertence. Isso de complementa com uma visão pouco sistemática do processo de inovação e do desenvolvimento do processo de aprendizagem.” [Yoguel *et alli*, 2007: 38]

Nesse contexto, a própria existência das imaturas instituições criadas nos anos 1950 chegaria a ficar em risco. E isso não pode ser atribuído, unicamente, às preferências ideológico-doutrinárias da equipe econômica de cada um dos governos correspondentes. Pois a crise econômica prolongada assinala, igualmente, o esfalfamento dos poucos atores econômicos antes desejosos de ver aprimorado o conjunto institucional responsável por estimular a inovação na Argentina. Essa perspectiva se coaduna, perfeitamente, ao diagnóstico de Hugo Nochteff a respeito da “reestruturação regressiva” que violenta a economia platina naqueles anos.

Essa perda generalizada de interesse nas ferramentas capazes de alavancar processos que conduzam à inovação pode ser igualmente percebida no meio rural. De pronto, temos que desde suas origens a classe *terrateniente* nunca devotou muita afinidade às técnicas mais intensivas de manejo. E, nos anos 1990, a atividade de multinacionais oferecendo aos empresários rurais pacotes tecnológicos estrangeiros

esvazia substancialmente o significado da pesquisa agronômica e zootécnica local. Roberto Bisang explica esse impasse:

“Ao longo da década de 1990, a produção agropecuária experimentou um forte crescimento no marco de um modelo de desenvolvimento e acumulação centrado nas forças do mercado (que apontam esse e outros setores primários como os dinamizadores da economia). [...] O processo de rápida adoção local de técnicas desenvolvidas no exterior — que remete o ocorrido na sociedade um século antes —, com a necessária adaptação e aplicação às especificidades locais, está centrado nas diversas biotecnologias aplicadas à produção primária e tem seu epicentro na difusão exponencial do uso de sementes transgênicas em cultivos de alto impacto sobre a atividade interna e o comércio internacional, sob uma lógica poupadora de custos. Esse processo se leva adiante, em grande medida, através da forte presença de empresas de capital internacional situadas em setores-chave dos diversos complexos agroalimentares. Tem o complemento de uma indústria local de moenda de grãos que realizou, de acordo com padrões internacionais, fortes investimentos. O processo de difusão de novas tecnologias — não linear, caótico e com muitas facetas e condicionantes — é de magnitude que catalisa e reforça o uso de outras tecnologias, e, no marco do novo modo de regulação da sociedade local, tende a estabelecer um novo modelo de organização da produção primária.” [Bisang, 1994: 438]

Em síntese, enquanto no caso da Coréia do Sul a literatura inspirada pela economia institucional costuma dar conta de uma bem-sucedida passagem da “imitação” à “inovação”, com respeito à Argentina predominariam diagnósticos muito distintos. Primeiramente, antes de 1930, parece ter sido muito enraizada a prática de transplantar passivamente pacotes tecnológicos estrangeiros ao setor agropecuário. E, mesmo esse transplante, nunca teria sido muito intensivo. Após a Guerra, teriam sido ensaiados tímidos esforços de promoção de maior autonomia tecnológica. Essas iniciativas não chegam a encontrar condições de amadurecer, tendo sido alvo de orquestrado bombardeio em 1976-83 e, especialmente, entre 1991-2001. Consequentemente, a Argentina fornece terreno empírico capaz de convalidar a principal tese institucionalista sobre o “Milagre Sul-coreano”.

3.4.2) O Debate em Torno do Papel do Sistema Educacional no Estancamento Argentino:

Na Subseção 1.4, especialmente entre os Gráficos 1.4-12 e 1.4-16, mapeamos o quadro geral das estatísticas educacionais argentinas e sul-coreanas. Ao percorrê-las, chamou nossa atenção o destacado êxito de ambos os países na inclusão de vastos contingentes de jovens nos três níveis de ensino. Mais adiante, na Subseção 2.3.4, foi abordada a discussão em torno do comportamento das estatísticas educacionais como linha explicativa do ímpeto da acumulação capitalista na Coreia do Sul. Pois a expansão muitíssimo acelerada da cobertura do sistema de ensino sul-coreano instigou análises que argumentam que o esforço educacional empreendido por parte significativa das famílias daquele país explicaria grande parcela de seu sucesso econômico. Mas, também na referida subseção, pontuamos a presença paralela de autores que argumentam que a quase obsessão das famílias sul-coreanas com respeito à aquisição de credenciais educacionais poderia ter acarretado problemas à evolução da economia.

No caso argentino, expansão não tão célere, mas quase tão profunda, pode ser identificada nos gráficos a respeito da cobertura de seu sistema educacional. Mesmo assim, há opiniões segundo as quais os conteúdos tradicionalmente privilegiados pelo programa das escolas argentinas não seria o mais adequado a amparar a construção industrial, pois estes privilegiariam em demasia conhecimentos gerais em detrimento de um treinamento mais específico. Para compreendermos essa crítica em maior profundidade, cabe retornar às origens da precoce expansão do sistema platino.

Em qualquer discussão que tangencie a história da educação na Argentina, muito provavelmente emergirá a figura de Domingo Faustino Sarmiento (1811 – 1888), ativista, intelectual, escritor, estadista, sétimo presidente da República Argentina, e expoente de um grupo de notáveis conhecido como “Geração de 1837”, que teve marcante influência nos universos intelectual e político do Cone Sul durante o século XIX. O nome de Sarmiento é costumeiramente associado ao clássico “Facundo” ou “Civilización y Barbarie”, publicado em 1945, como uma biografia do caudilho argentino Juan Facundo Quiroga. Sarmiento redige essa obra enquanto trabalhava no jornal *El Progreso*, durante seu exílio no Chile. E, usando Quiroga como pretexto, ele realiza neste livro um profundo estudo do fenômeno do assim chamado “caudilhismo”, dando à luz um verdadeiro libelo contra Juan Manuel de Rosas e seu regime opressivo.

Pondo as figuras do *gaucho* e do *caudillo* em oposição a um projeto de civilização que Sarmiento relacionava à experiência europeia, “Facundo” representa uma defesa da

racionalização e da democratização em um espaço político-territorial marcado pelo predomínio monolítico da aristocracia rural. O excerto abaixo selecionado, em que Sarmiento apresenta Quiroga, é demonstrativo do tipo de barbárie caudilhista que o livro se propõe a condenar:

“Ha nacido así y no es culpa suya, descenderá en las escalas sociales para mandar, para dominar, para combatir el poder de la ciudad...”

Sarmiento punha, de um lado, um ideal de democracia, serviço social e livre-pensar. E, de outro, a experiência cotidiana sofrida por ele mesmo, enquanto membro de uma família sem propriedades e politicamente ativa, de opressão aristocrático-ditatorial, repressão do pensar, e cotidiana bestialidade no trato direcionado aos subjugados. Desse modo, a crítica de “Facundo” corporifica a relutância dos segmentos médios que afloram no Rio da Prata, após a abertura de seu porto, em aceitar o padrão inescapável de sujeição tradicionalmente imposto pelos *terratenientes* à mão-de-obra por eles mobilizada. Esse outro excerto é sobremaneira esclarecedor:

“...Facundo es un tipo de la barbarie primitiva, no conoció sujeción de ningún género, su cólera era la de las fieras, la melena de sus renegridos y ensortijados cabellos caía sobre su frente y sus ojos en guedejas, como las serpientes de la cabeza de medusa, su voz se enronquecía, sus miradas se convertían en puñaladas.”

Em 1862, Sarmiento assume o governo de sua província natal, San Juan. Já nesta ocasião, ele sanciona a “Lei Estatutária da Educação Pública”, tornando a educação primária compulsória e impulsionando um marcante processo de proliferação de instituições educacionais. Ao deixar esse cargo Sarmiento assume o posto de Ministro Plenipotenciário para os Estados Unidos, ali chegando após o assassinato de Lincoln, cuja trajetória pessoal se torna marcante para Sarmiento, que inclusive redige *Vida de Lincoln*. Nos Estados Unidos, o político argentino tem a oportunidade de estudar a configuração de seu sistema de ensino. E, ainda durante essa fértil viagem, Sarmiento é eleito Presidente da República Argentina, retornando para assumir o cargo em 1868.

Como mandatário, entre 1868 e 1874 Sarmiento devota grande energia ao desenvolvimento da educação na Argentina, esforço que é simbolizado por uma famosa declaração atribuída a ele: *“Ante todo, he sido durante toda mi vida un maestro de escuela... Seré en la presidencia de la República, como siempre, ante todo, maestro de escuela”*. Coerentemente, ele patrocina significativa expansão das oportunidades

educacionais, culminando com a criação de um sistema de ensino dotado de significativa integração. Paralelamente a esse impulso, o país inicia uma grande onda de desenvolvimento capitalista: o sistema ferroviário deslancha, é criado um sistema postal, e a produção agropecuária de exportação decola. A Tabela 3.4.2-1, logo abaixo, captura a onda de criação de colégios nacionais nas principais cidades do país.

TABELA 3.4.2-1 – Criação de Colégios Nacionais na Argentina (1863-1900):	
Ano	Colégios
1863	Buenos Aires
1865	Tucumán, Mendoza, San Juan, Catamarca, Salta
1869	Jujuy, Santiago del Estero, Corrientes, San Luis
1871	La Rioja
1874	Rosário
1887	La Plata
1889	Paraná
1892	Buenos Aires (Sul) e Buenos Aires (Norte)
1898	Buenos Aires (Oeste)
Fonte: Tedesco, J. C. <i>Educación y Sociedad en la Argentina (1880-1945)</i> . Buenos Aires: Solar, 1986.	

Os indicadores da Subseção 1.4, que logo acima mencionamos, e que descortinam o amplo acesso da população argentina ao sistema educacional, deitam raízes sob um processo histórico que remonta precisamente à precocidade dos esforços empreendidos durante a presidência de Sarmiento. Sua proposta de criação de um sistema educacional estritamente comum, entretanto, acabaria contribuindo à sedimentação de certo equilíbrio político-cultural no país, em que o prestígio da alta classe média urbana e dos *terratenientes* limitaria a plena participação dos demais segmentos sociais em alguns foros. Uma vez que os alunos das várias extrações sociais eram teoricamente tratados de forma equivalente, instaurava-se nas instâncias supostamente meritocráticas um viés que favorecia, naquilo que concerne à capacidade de progredir às instâncias educacionais mais elevadas, os membros das duas camadas aludidas em detrimento dos demais. Indivíduos de extração médio-superior, nesse contexto, acabam por acender quase exclusivamente às posições-chave da sociedade na Argentina, reproduzindo indefinidamente seu carisma e, pelo monopólio de certas insígnias educacionais, legitimando sua proeminência política.

Em que pese essa ressalva crítica de cunho sócio-político, a expansão da educação iniciada sob Sarmiento acabaria por permitir que a Argentina ostentasse precocemente

indicadores de pertencimento escolar com poucos pares no chamado III Mundo. Como é possível identificar pelos dados contidos na Tabela 3.4.2-2, a taxa de pertencimento escolar das crianças argentinas era ainda muito exígua durante o século XIX. No entanto, o advento ali de um sistema completo e coerente de educação estava grosso modo em linha com aquilo que era simultaneamente empreendido em países setentrionais, como os Estados Unidos que ele visitara. Com efeito, dentro de algumas décadas, especialmente durante a primeira metade do século XX, a popularidade da educação seguiria crescendo no país, e, como culminância, ele usufrui hoje de taxas de participação escolar que se avizinham daquelas dos países mais afluentes.

TABELA 3.4.2-2 – Estudantes Inscritos nos Colégios Nacionais para cada 100.000 habitantes:		
	Ano de 1869	Ano de 1895
Capital Federal	-	74
Buenos Aires	4,6	8
Santa Fé	-	7,9
Entre Ríos	10,7	9,6
Corrientes	12	8,5
Córdoba	9,5	16
San Luis	23,8	23,3
Santiago	8,1	13,3
Mendoza	16,3	18,5
San Juan	25,1	13,6
La Rioja	-	11,5
Catamarca	12,8	15,7
Tucumán	8,1	6,7
Salta	9,5	6,1
Jujuy	14,6	17,2
Fonte: Tedesco, J. C. <i>Educación y Sociedad en la Argentina (1880-1945)</i> . Buenos Aires: Solar, 1986.		

No entanto, da perspectiva “institucionalista” a questão do acesso não esgota a discussão sobre a capacidade de a educação alavancar a acumulação capitalista. Uma crítica de natureza economicista frequentemente ecoada com respeito ao sistema educacional que ali se instaura com Sarmiento é sua proposta de proeminência da formação humanística em detrimento do ensino técnico-aplicado, ou mesmo técnico-científico. Uma evidência desse tradicional viés pode ser identificada na distribuição da carga horária de suas primeiras instituições educacionais. Como elucida a Tabela 3.4.2-3, adiante, as disciplinas de cunho humanístico foram tradicionalmente priorizadas:

TABELA 3.4.2-3 – Horas Dedicadas a Cada Tipo de Matérias nos Planos de Estudo dos Colégios Nacionais (1870-1893):								
	1870	1874	1876	1879	1884	1888	1891	1893
Humanísticas	49 (37%)	43 (33,3%)	53 (40%)	51 (39%)	55 (42%)	66 (50%)	63 (54,3%)	54 (45,7%)
Científicas	39 (29,5%)	44 (34,2%)	47 (36%)	50 (38%)	44 (33%)	41 (31%)	34 (29,3%)	41 (34,7%)
Idiomas	32 (24%)	31 (24%)	24 (18%)	24 (18%)	25 (19%)	18 (14%)	19 (16,3%)	1 (0,84%)
Práticas	12 (9%)	11 (8,5%)	8 (6%)	6 (5%)	6 (5%)	7 (6%)	-	1 (0,84%)
Total	132	129	132	131	132	132	116	118
Fonte: Tedesco, J. C. <i>Educación y Sociedad en la Argentina (1880-1945)</i> . Buenos Aires: Solar, 1986								

De uma ótica institucionalista, então, a Argentina poderia não estar realizando seu dispêndio em educação da forma mais eficiente naquilo que diz respeito à formação de mão-de-obra, formando demasiados quadros em saberes que não encontrariam substancial absorção pelo mercado de trabalho. Cabe anotar, aqui, que crítica análoga é circunstancialmente direcionada à Coréia do Sul, uma vez que seu ensino “vocacional” nunca decolou, e certas áreas de estudo, como a jurídica, tem sempre atraído desproporcional fatia do alunado — a Tabela 3.4.2-4 mostra que tal situação também ocorria na Argentina de Sarmiento —. Entretanto, parece mesmo assim sensato concluir que nenhuma dessas duas críticas invalida o imenso ativo representado, no seio das duas forças de trabalho, pela presença de um amplo contingente alfabetizado, relativamente bem informado e geralmente capaz de expressar-se. E, poucos negariam, tal presença faria aportes consideráveis aos esforços de industrialização em ambos os países.

TABELA 3.4.2-4 – Composição da Matrícula Universitária na Argentina(1883-1898):				
Carreira	Anos			
	1883	1886	1893	1898
Direito	260 (30%)	216 (27%)	796 (37%)	900 (34%)
Medicina	428 (50%)	453 (56%)	760 (46%)	1584 (54%)
Ciências Físico-Matemáticas	174 (20%)	141 (17%)	287 (17%)	417 (11%)
Filosofia e Letras	-	-	-	27 (1%)
Fonte: Tedesco, J. C. <i>Educación y Sociedad en la Argentina (1880-1945)</i> . Buenos Aires: Solar, 1986				

Outra crítica que costumeiramente se volta contra o sistema educacional cujas origens remontam aos esforços de Sarmiento diz respeito ao elevado custo das instituições universitárias. Quanto a isto, tornaram-se corriqueiras as críticas de fundamentação filosófica liberal, denunciando um peso supostamente excessivo do ensino superior estatal no sistema universitário. Nisto, os dados geralmente evocados dizem respeito à participação do Estado no sistema educacional superior, como assinalado na Tabela 3.4.2-5.

TABELA 3.4.2-5 – Argentina: Alunos na Educação Superior Segundo o Subsistema e Setor de Gestão, 2000:			
	Total	Estatais	Privadas
Sistema de Educação Superior	1.725.270	1.374.118	351.152
Sistema Universitário	1.285.361	1.120.356	165.005
Sistema Não-Universitário	439.909	253.762	186.147
Fonte: Bello, J. C. <i>Desafíos de la Educación Superior en América Latina: reflexiones a partir del caso argentino con énfasis sobre la evaluación para el mejoramiento de la calidad</i> . Banco Mundial, 2002.			

E, ainda naquilo que concerne ao gasto estatal com educação, outra crítica frequente diz respeito à fatia supostamente excessiva da educação superior no orçamento global da pasta educacional. Esse ponto já foi discutido na Subseção 2.3.4, Item B, quando comentávamos o caso sul-coreano. No bojo da mesma crítica de raiz liberal ali aludida, o sistema de educação superior argentino é taxado de ineficiente, e um dos dados apontados por seus críticos é o gasto supostamente elevado para cada graduado, que a Tabela 3.4.2-6 assinala e contextualiza.

Em linhas gerais, contudo, essas críticas jamais iriam longe a ponto de propor que o teor programático ou o nível de gasto com educação teriam obstruído o progresso material argentino. Assim, temos aqui um ponto em que a análise dos casos coreano e argentino não pode ser caracterizada como estritamente oposta. De um lado, temos aqueles que levantam a hipótese de que um dos maiores anteparos do progresso material sul-coreano residiria em seus esforços educativos. De outro, no entanto, não temos argumento contrário: apenas autores que apontam pretensas falhas na concepção do sistema educacional platino, mas nunca falhas graves a ponto de sugerir ter sido ele um obstáculo à acumulação de capital.

TABELA 3.4.2-4 – Gasto e Níveis de Participação Educação Superior:				
	Gasto por Graduado (em % do PBI per capita)	Gastos por Aluno (em % do PBI per capita)	Matriculados/ população (entre 17 e 34 anos)	Graduados/ população (em idade normal de graduação)
Dinamarca	2,5	0,42	10,7	29,0
Finlândia	3,1	0,37	14,0	21,0
França	-	0,31	14,0	21,0
Espanha	2,8	0,30	11,7	24,0
Argentina	4,4	0,27	13,2	11,6
Itália	-	0,26	11,5	12,0
Grécia	3,0	0,23	10,5	14,0
Coréia do Sul	3,4	0,44	12,4	23,0
Inglaterra	1,7	0,43	9,3	31,0
Alemanha	3,3	0,43	9,3	16,0
Brasil	8,5	1,18	-	13,0
México	5,3	0,74	4,6	11,0
Fonte: Bello, J. C. <i>Desafíos de la Educación Superior en América Latina: reflexiones a partir del caso argentino con énfasis sobre la evaluación para el mejoramiento de la calidad</i> . The World Bank, 2002.				

3.4.3) Possíveis Questionamentos:

A linhagem institucionalista de investigação não produziria, naquilo que concerne ao “caso argentino”, aportes comparáveis àqueles surgidos a propósito do “caso sul-coreano”. Ou seja, não há uma bibliografia consistente que forneça uma comprovação de segunda ordem à proposição institucionalista segundo a qual o “salto” oriental poderia ser essencialmente tributado a elementos particulares de seu quadro institucional. Trocando em miúdos, não surgiu um acervo bibliográfico suficientemente coeso e robusto que ampare a tese de que a acumulação capitalista argentina teria sido definitivamente prostrada pela má qualidade de suas instituições.

Com efeito, nesta Subseção 3.4 analisamos apenas autores que sugerem de que modo o conjunto institucional prevalecente na Argentina poderia ter atrapalhado, lateralmente, seu esforço de construção industrial. E, mesmo assim, é somente naquilo que se volta especificamente ao exame das instituições argentinas de promoção de C&T que é possível identificar análises mais completas de linguagem e metodologia especificamente institucionalista. Quanto a estas, cumpre dizer que são significativamente complementares àquelas aqui aludidas a propósito do exame do caso sul-coreano. Mas, ainda assim, todas tentam conectar a evolução desse conjunto institucional específico a problemas mais profundos, sejam de cunho sócio-político, ou

mesmo decorrentes de opções pregressas naquilo que concerne ao projeto daquilo que Conceição Tavares chamava de “edifício industrial”. Ou seja, nenhuma delas referenda a proposição institucionalista pura, segundo a qual instituições de formato deficiente poderiam explicar majoritariamente o desfavorável desempenho. Pois, junto à crítica institucional, elas ensaiam uma crítica social e histórica.

Já naquilo que concerne à análise do papel do sistema educacional no retardo industrial argentino, não foi possível identificar um conjunto bibliográfico conexo e bem burilado que se volte à defesa da tese de que as instituições de educação teriam obstado o progresso material platino. Dispersos por um conjunto muito geral de textos, o que temos é uma coleção de argumentos e proposições aparentados à Economia Institucional, que ora mobilizam sua linguagem e repertório característico para criticar a educação naquele país. Mas nenhuma delas chega longe o bastante para propor que a letargia argentina poderia ser tributada à má qualidade de suas instituições educativas. Em síntese, perpassamos aqui apenas teses complementares, que não reivindicam proeminência nesse debate.

3.5) O “Desastre Argentino” na Acepção da Sociologia Weberiana:

3.5.1) Samuel Huntington e o “Choque de Civilizações”.....	352
3.5.2) Daron Acemoglu, David Landes e o “Reverso da Fortuna”.....	358
3.5.3) Possíveis Questionamentos.....	364

Para um brasileiro que decida passar a temporada de festas em Buenos Aires, um dos mais valiosos conselhos de viagem diz respeito ao calendário de seu comércio alimentício. Durante aquela semana entre o Natal e o Ano Novo, boa parte dos quiosques, casas que vendem *parilla* e lojas de alimentos preparados fecham suas portas, passando ostentar apenas o seguinte aviso: “*en vacaciones*”. A televisão passa a repercutir obcessivamente aquilo que ocorre em Mar del Plata, e alardear prognósticos de “*calor impresionante*” na zona metropolitana, convidando ao êxodo com uma canção antiga cujo refrão reza: “*Que lindo que es estar em Mar del Plata, en alpargatas, en alpargatas....* Para o Natal, especificamente, o visitante deve estar alerta com respeito à compra antecipada de quaisquer dos itens da ceia, pois naquele dia tudo mais além do “*chino*”, o supermercado de vizinhança, terá fechado as portas. Apenas ali, determinadamente, estará a trabalhar um comerciante de origem oriental, provavelmente chinesa, mas possivelmente coreana. Como e em que medida esse interessante cenário inspira aqueles que simpatizam com a sociologia de tradição *weberiana*? Esse é o ponto a ser explorado doravante.

Como vimos ao longo Subseção 2.5, Max Weber busca demonstrar a funcionalidade à acumulação de certos princípios defendidos por um punhado de seitas nascidas do cisma protestante, e os contrasta com a capacidade obstrutiva das normas confucionistas naquilo que diz respeito ao florescimento endógeno do capitalismo. Assim, ao analisar a postura arquetípica de certos grupamentos protestantes, Weber apresenta um conjunto de dogmas e suas decorrências que seriam capazes impelir os fiéis a uma vida de ascetismo, e aguçar seu apetite pela acumulação indefinida de capital. Em busca de uma contraprova de seu argumento, ele analisa as características da sociedade burocrático-agrária de inspiração confucionista, e identifica sólida cristalização do estamento letrado no topo hierárquico, a ponto de entravar terminantemente a emergência dos capitalistas, condenados perenemente a uma posição lateral.

Ao visitarmos Seul, podemos constatar um fenômeno urbanístico que remete à obstrução confucionista aludida por Weber: até hoje, suas mais movimentadas zonas

comerciais ladeiam os dois principais portões da muralha que outrora circundava a capital, *Dongdaemun* e *Namdaemun*. Pois, no interior da sede do reino, o comércio seria uma atividade no mínimo inadequada, ainda que inevitavelmente ele tivesse que existir. Mas, mesmo que a má convivência entre funcionários e comerciantes ainda deixe evidências arqueológicas no tecido urbano de Seul, sua vida urbana ora possui ares de um imenso mercado a céu aberto, com milhares comprando e vendendo como se o mundo estivesse a acabar. E, como indicamos na referida subseção, essa metamorfose capitalista seria alvo da análise acurada de uma geração de sociólogos *neo-weberianos* asiáticos.

Em linhas gerais, os pesquisadores ligados à escola da “Nova Ética Confucionista” alertavam que Max Weber não discorreu sobre as condições de difusão do capitalismo internacional para a Ásia Oriental. E eles argumentam, por isso, que a despeito de a ética burocrático-confucionista efetivamente bloquear a emergência endógena do capitalismo, elementos dessa tradição cultural facilitariam prementemente a acumulação burguesa, desde que as sociedades orientais fossem tocadas pela civilização capitalista internacional, e suas estruturas políticas ventiladas por meio século de conturbações internacionais diversas. Ou seja, se é fato que o capitalismo improvavelmente afloraria na China ou Coreia clássicas, esses países contavam com um quadro cultural muito favorável a aspirar instituições e práticas capitalistas. Feita essa passagem, tanto o protestantismo quanto o confucionismo podem ser encarados como portadores de valores capazes de dinamizar o capitalismo, como atesta a obstinação aquisitiva do “*chino*” bonaerense. Mas e a civilização católico-cristã?

Max Weber não deixou uma obra sobre a civilização latina nos moldes de seus escritos sobre América do Norte, China e Índia. Sob o ponto de vista do debate aqui mapeado, essa omissão é uma grande lástima. Pois, na ausência de uma referência clara naquilo que diz respeito aos vínculos entre economia e sociedade no Sul da Europa e na América Latina, intelectuais *weberianos* de importância intelectual secundária tem alimentado um debate *weberiano* sobre o “atraso” dessas regiões com obras que, para dizer o mínimo, se apequenam diante das proporções titânicas da obra do mentor alemão. Neste capítulo, inescapavelmente, teremos que lidar com esse conjunto bibliográfico de qualidade questionável, mas de repercussão política avassaladora.

Assim, cumpre antecipar que o tom dessa apresentação será pouco generoso. Pois perpassaremos um conjunto de obras que procura defender a tese segundo a qual a tradição cultural latino-cristã, opostamente à tradição anglo-protestante, emularia

posturas terminantemente obstrutivas à dinâmica capitalista: e essa proposta interpretativa ora parece completamente desencaixada das realidades e tendências observáveis nos mapas, seja de acréscimo no rendimento por habitante ou de crescimento econômico anual. Naquilo que é mais relevante, trata-se de um conjunto bibliográfico redigido nos Estados Unidos e para consumo interno. Assim, exageros revestidos de cientificismo e certo número de meias verdades, além de alguns meros absurdos, são por esses autores costurados de modo a influenciar o debate interno estadunidense sobre imigração e política internacional, e que ecoa na América Latina acima de tudo por mimetismo, como diria Celso Furtado.

Samuel Huntington, autor que já analisamos a propósito de sua teoria “da modernização”, e que tornaremos a discutir já na Subseção 2.5.1, espiritualiza a linha de argumentação conservadora aludida. Preocupado com aquilo que define como “choque de civilizações” dentro dos Estados Unidos, ele descreve os aportes culturais das novas levadas imigratórias como sério risco à estabilidade e à prosperidade de seu país. E, nesse esforço, classifica os fluxos humanos que ali aportam como oriundos de distintos complexos civilizacionais, cujos traços étnico-culturais definidores poderiam ou não ser compatíveis com o padrão de sociabilidade caracteristicamente estadunidense. Da América Latina, ele argumenta, procederiam valores anticapitalistas incompatíveis com o *american way of life*:

“No caso da América Latina, vemos um padrão cultural, derivado da cultura tradicional hispânica, que é anti-democrático, anti-social, anti-progresso, anti-empREENDEDOR, e, ao menos entre a elite, anti-trabalho.” (Huntington *et al*: 2000)

Em linhas gerais esse olhar taxativo sobre a Americano meridional é reiterado por David Landes, outro autor que analisaremos na Subseção 2.5.2. Como Huntington, ele parte do pressuposto de que a fortuna anglo-saxã decorria de aspectos de sua tradição cultural. Ou seja, o sucesso das nações ora mais afluentes estenderia raízes à adoção de um conjunto de valores, atitudes e instituições favoráveis ao trabalho, ao empreendedorismo, à inovação e à democracia. E o cenário característico da América Latina seria, em sua visão, precisamente antagônico ao europeu. Esse contraste fica claro no excerto subsequente:

“Foi por prezar a liberdade individual, a curiosidade e a criatividade, e por assumir uma atitude positiva com relação ao trabalho, que a Europa Ocidental tomou a dianteira na corrida pelo desenvolvimento, 500 anos atrás.”⁸¹

“Na sociedade colonial, comandada por espanhóis e portugueses [...] o homem que vencia nos negócios era incentivado a retirar-se para uma vida aristocrática e não esperava que seus filhos repetissem seu itinerário de trabalho. Empreendimentos são realizados por pessoas que vivem para trabalhar, e não por aquelas que trabalham para viver. É preciso ter prazer no trabalho para tornar-se um empresário bem-sucedido.”⁸²

Numa generalização bastante rasa do argumento central *weberiano*, a situação meridional atual seria de relativa pobreza em função da prevalência de um conjunto de normas comportamentais abstratamente avessas à acumulação burguesa; ou seja, valores essencialmente opostos àqueles vigentes nos países líderes no processo de acumulação. Os códigos comportamentais são abordados por Landes de modo prementemente dual, como alternativamente pró- ou anti-acumulação, e não sobra espaço para separar a funcionalidade do conjunto institucional seja para o florescimento endógeno ou para a absorção do capitalismo, divisão que a obra de Max Weber indubitavelmente comporta.

No mesmo caminho de David Landes, Daron Acemoglu mobiliza a sedutora metáfora do “reverso da fortuna”, para indicar a virada de ventos que ocorre entre os séculos XVI e XVIII, a partir dos quais algumas das menos afluentes colônias europeias, como Austrália e Canadá, lograriam ultrapassar materialmente as colônias inicialmente mais prósperas, como a Índia ou o Peru. Mas o que os dois autores jamais poderiam prever ao redor de 1990, quando redigem seu manuscrito, era o quão veloz seria a re-emergência dos povos do sul, e, ironicamente, o quão subitamente as ex-potências coloniais setentrionais perderiam postos na escala das maiores economias, e, principalmente, das economias mais dinâmicas. Desde a perspectiva muito privilegiada de hoje, parece que a “roda da fortuna” torna a girar, aportando descrédito e ceticismo à proposta progressivamente obsoleta desses três autores.

Nas duas próximas subseções, imbuídos dessa confiança de que novos ventos alísios já movem os moinhos do capitalismo global, aprofundaremos a apresentação dos principais argumentos aqui levantados. E, na Subseção 3.5.3 esboçaremos uma breve conclusão de teor crítico.

⁸¹ Entrevista à Revista Veja, 22/03/2000.

⁸² Idem item anterior.

3.5.1) Samuel Huntington e o “Choque de Civilizações”:

Com o fim da Guerra Fria, muitos políticos e intelectuais norte-americanos seriam acometidos por uma ilusão nacionalista cujas decorrências ainda estão a apurar-se. Disseminou-se a fantasia de que, doravante, seu país teria meios de convencimento político-culturais e musculatura econômica para levantar, se assim deliberassem suas instâncias decisórias internas, um domínio planetário com características abertamente imperiais. Ironicamente, esse *Zeitgeist* tão ingenuamente autoconfiante, e, por isso mesmo, tão propenso a fechar os olhos para quaisquer elementos contraditórios da realidade, coincidiria com a definitiva exaustão de cinco séculos de afirmação expansiva do “Ocidente”, remontando à “Tomada de Ceuta” nos últimos 1400. Ao passo que nas capitais do “Ocidente” era àquela altura quase irresistível perceber-se como membro de uma civilização terminantemente vitoriosa, econômica e moralmente, os foros acadêmicos norte-americanos padeciam de miopia capaz de desobrigá-los a refletir sobre as consequências práticas da emergência de uma unidade nacional rival de equivalentes dimensões territoriais, escala populacional quatro vezes superior, e ritmo de expansão capitalista três vezes mais célere. Na década que se segue a *O Fim da História e o Último Homem*, de Francis Fukuyama, lunáticos não alinhados dariam cabo das torres-símbolo do capitalismo americano, reforçando a sensação equivocada de que Bin Laden, como Spartacus, refletiria a angústia dos dominados por um império eternizado. Mas Nova Iorque, hoje já sabemos, jamais teria a chance de converter o “mar oceano” em “*mare nostrum*”.

Neste capítulo, nos debruçaremos sobre a obra tardia de Samuel Huntington, um marco da perspectiva ocidentalista cujo fundamento desmoronava exatamente enquanto o triunfo do “Ocidente contra o Resto”, “*West against the Rest*”, era alardeado como irreversível. Trata-se de uma resposta a Fukuyama, que propunha um mundo harmônico, em que o *Homo economicus* moldaria à razão aquisitiva toda a miríade de formas de vida existentes no globo. Huntington ia bem além. Para ele, o domínio econômico e cultural da civilização ocidental seria tão avassalador, que às demais civilizações a única alternativa seria encampar a modernidade econômica tentando não ocidentalizar-se, ao menos não completamente. E, nesse contexto, o último nicho de disputas planetárias seria cultural: um choque de civilizações seria a tendência para a história humana.

“É minha hipótese que a fonte fundamental de conflito nesse novo mundo não será prioritariamente ideológica nem econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte dominante de conflito será cultural. Os Estados-nação continuarão a ser os mais poderosos atores nos negócios globais, mas os principais conflitos da política global ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações [*clash of civilizations*] dominará a política global.” [Huntington: 1993: 22]

E é a propósito desse grande erro de análise, que a tantos chegou a convencer, que a discussão sobre o “Choque de Civilizações” tangenciaria o domínio dessa Tese de Doutorado. Afinal, para Huntington, uma das civilizações a chocar-se contra a ocidental seria precisamente aquela originária da América Latina. E, para caracterizá-la, esse autor mobiliza um ferramental que assume *weberiano* para tentar preencher uma lacuna de Max Weber, que nunca chegou demonstrar exaustivamente como economia e sociedade dialogariam em terras católico-meridionais.

Retomemos os argumentos do controverso cientista político estadunidense. O primeiro elemento de sua construção a ressaltar, como já antecipado, é o maior equívoco de análise a seduzir os cientistas sociais nas últimas décadas: o ufanismo ocidental que explode paradoxalmente quando, pela primeira vez em cinco séculos, uma potência exótica dotada de recursos humanos e materiais condizentes determinara-se a mobilizar inclusive de métodos ocidentais para reaver seu antigo papel político no mundo, determinando a compressão acelerada e por todos os lados do poderio ocidental que se tinha por perenizado. Vamos às origens do diagnóstico equivocado de Huntington:

“O Ocidente está agora em um extraordinário pico de poder em relação a outras civilizações. Sua superpotência oponente desapareceu do mapa. Os conflitos militares entre os Estados ocidentais são impensáveis, e o poder militar do Ocidente é impar. Além do Japão, o Ocidente não enfrenta desafio econômico algum. Ele domina as instituições políticas internacionais e de segurança internacional, e com o Japão domina as instituições econômicas internacionais. Os temas de política e segurança global são efetivamente ditados pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, e os temas econômicos internacionais ditados por Estados Unidos, Alemanha e Japão, todos os quais mantêm relações extraordinariamente próximas entre si, de modo a excluir os países menos ou não ocidentais. As decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou do Fundo Monetário Internacional que refletem os interesses do Ocidente são apresentadas ao mundo como refletindo os desejos da comunidade internacional. A própria expressão “comunidade global” tornou-se um coletivo eufemístico (substituindo o “mundo livre”) de modo a dar legitimidade global a ações

que refletem o interesse dos Estados Unidos e de outros países ocidentais. Por intermédio do FMI e outras instituições econômicas internacionais, o Ocidente promove seus interesses econômicos e impõe às demais nações as políticas econômicas que julga apropriadas.” [Huntington: 1993: 39]

Do prisma de hoje, é custoso acreditar que esse excerto tenha sido publicado em 1993, quando a economia chinesa já reunira condições materiais que a autorizariam a penetrar, agigantando-se indefinidamente a 10% ao ano, o seleto “clube dos sete”, antes reservado apenas à potência e seus aliados de primeira hora. Nas duas longas décadas seguintes, ou seja, entre 1993 e 2012, um a um ruíram os pilares das proposições conservadoras de Samuel Huntington, da “Ordem Política nas Sociedades em Mudança” ao “Choque de Civilizações”.

Do prisma econômico, a implosão das hierarquias criadas pela Guerra Fria engrenaria ritmo além dos sonhos dos mais revolucionários, e o período termina com Rússia, Brasil, China e Índia entre as maiores economias do mundo, restando apenas ao ainda chamado *hegemon*, e seus ex-rivais desde muito domesticados, Japão e Alemanha, um último sopro de proeminência entre as maiores nações. Por todo o extenuado Ocidente, contabiliza-se agora a impressão de que não é só uma séria crise econômica que se atravessa, mais sim tendência oposta à previsão de Huntington vem cobrar seu preço: a rebeldia chinesa, como que criando condições para um novo “circuito das índias” invertido, lançaria prosperidade por toda a América do Sul, pela antes esquecida África, pelas antigas zonas de influência otomana e russa, e por todas as ilhas de capitalismo daquilo que Giovanni Arighi batizou arquipélago asiático. De certo modo, Huntington logrou captar que algo de fundamental estava a cambiar no equilíbrio internacional:

“Na política das civilizações, os povos e os governos das civilizações não-ocidentais não mais continuam a ser objetos da história como alvos do colonialismo, mas juntam-se ao ocidente para mover e delinear a história.” [Huntington: 1993: 23]

Mas ele falhou em captar que a competição sulista, na prática, esteiraria seriamente a prosperidade e a flexibilidade do complexo econômico atlântico-setentrional, moldado tradicionalmente sob o pressuposto da passividade e da inépcia de todos os demais povos. Nesse ínterim, Dubai, Istambul e Doha competem com — e até deslocam — Heathrow, Frankfurt e Charles de Gaulle como esquinas do mundo. Carros sul-coreanos, aviões brasileiros, locomotivas chinesas, *softwares* indianos e *tablets*

taiwaneses despontam como opção aos fluxos de pessoas, mercadorias e informações. Nada nessa nova realidade é inconsistente com as previsões de Marx ou mesmo Weber, e não há aqui nada ameace o capitalismo. Contudo, do prisma de um espaço econômico ocidental erigido no esteio de uma expansão que começou como uma reconquista intrinsecamente evangelista e xenófoba, há combustível suficiente para uma crise secular de civilização, que engendra uma crise econômica apenas como uma de suas manifestações. Por isso, pouco importa que aviões da Boing e da Airbus ainda lotem o pátio do aeroporto Mustafa Kemal Atatürk, em Istambul. Pois a autoconfiança e o bem-estar econômico do Ocidente requeriam, e certamente ainda requerem, não menos, que apenas esses aviões pousem naquelas pistas, compondo frotas de transportadoras ocidentais, a transportar passageiros e mercadorias ocidentais, difundindo valores ocidentais...

Junto expansão capitalista global que condena o Ocidente à saturação e ao reajuste competitivo, avança a rebelião e constituem-se movimentos democrático-burgueses por toda parte. Da vicejante democracia brasileira, em que lidera um partido construído em oposição ao bipartidarismo em prol da “ordem” que Huntington recomendava, às recentes primaveras árabes e aos protestos que todo fim de semana ocupam as ruas de Seul contra o Acordo de Livre Comércio coreano-americano. A política recobra seu significado construtivo em todo o próspero sul, enquanto perde espaço cultural e político o declinante Ocidente, imerso em uma crise de acumulação que parece aprofundar na exata medida de sua incapacidade de enxergar como iguais, em todos os planos, aquilo e aqueles gerados nos demais cantos do mundo.

Afinal, por que a opinião publica franco-alemã prefere a tese de que a crise europeia emana essencialmente da pouca disposição latina ao trabalho, ao invés de considerar soluções práticas que lidem com o efeito pernicioso da supervalorização monetária, que penaliza as economias dos países sintomaticamente batizados como PIGS — Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha —, e transfere sistematicamente renda do sul rumo ao norte? Por que nos Estados Unidos é tão forte o apelo “nativista” do *Tea Party*, e tão difícil defender a tese de que a *Operation Freedom of Iraq* tem íntima relação com a crise fiscal que ceifou o grosso do poderio econômico norte-americano? A obra de Huntington traz a resposta a esse questionamento, não como contribuição ao debate sociológico, mas como rica evidência empírica. Ela é um testemunho de um ocidentalismo messiânico que se tornou *demodé* e impraticável. E é assim, com um *weberianismo* raso e de conclusões antecipadas, que Huntignton nega aos grupamentos

humanos oriundos da América Latina a capacidade participar como membros plenos da sociedade estadunidense. Com efeito, no livro *Who Are We? The Challenge to America's National Identity*, Huntington defende que:

“não há um ‘*Americano dream*’. Há apenas o ‘*American dream*’ criado pela sociedade anglo-protestante. Os mexicano-americanos tomarão parte desse sonho e dessa sociedade apenas se eles sonharem em inglês.” [Huntington, 2004, 256]

Do alto de uma arrogante visão de mundo, que situa o Ocidente anglo-saxão ao centro, ou adiante, e busca categorizar tudo mais como extravagante e variavelmente disfuncional à modernização, Huntington desenha uma civilização latino-americana com tintas milenares, e escolhe como cenário um continente que se caracteriza por todo tipo de contrastes, e que excede em duas vezes a população da América do Norte. E, de acordo com os atributos dessa civilização imaginada, ele alerta para o “perigo latino” ameaçando o “sonho americano”. De hoje, parece até difícil crer que alguém se deu ao trabalho de repercutir trabalho com tantos recursos aos mais xenofóbicos estigmas. Mas os tempos eram outros, e o tempo certamente produz os leitores.

Para Huntington, o perigo mais iminente da propagação dos contingentes “latinos” era a ameaça de desintegração territorial dos Estados Unidos. Assim, em artigo publicado na *Foreign Policy*, intitulado *The Hispanic Challenge*, ele alerta que:

“O persistente influxo de imigrantes hispânicos ameaça dividir os Estados Unidos em dois povos, duas culturas, e duas línguas. Ao contrário dos antigos grupos imigrantes, os mexicanos e outros latinos não foram assimilados pela cultura americana *mainsream*, formando ao contrário seus próprios enclaves políticos e linguísticos — de Los Angeles a Miami — e rejeitando os valores anglo-protestantes que construíram o sonho americano. Os Estados Unidos ignoram esse desafio e seu risco.” [Huntington: 2004b: 30]

E ainda:

“[...] a divisão cultural entre hispânicos e anglos poderia substituir a divisão racial entre negros e brancos como a mais séria clivagem na sociedade americana.” [Huntington: 2004b: 40]

O “perigo latino” mais profundo, contudo, ecoaria o velho e desgastado debate sobre a “*herencia ibérica*”. Os latino-americanos seriam simplesmente ineptos ao capitalismo. E a triste sina Argentina, como parte dessa assim alçada civilização, só reiterava essa previsão. Como as censuras conservadoras atualmente dirigidas a

espanhóis e portugueses — que, por conveniência da época, Huntington não agrupa como “latinos” —, os portenhos podiam ser em 1993 acusados de sedução pela *dolce vita*, e condenados à expiação indelegável uma vez seco “o pote de mel”. Pois temos aqui uma tese simples: latinos são preguiçosos, machistas, autoritários, e têm vocação para aristocratas improdutivos: por isso são pobres. Felizmente, para os argentinos e demais latino-americanos, outros destinos já se provaram possíveis.

3.5.2) Daron Acemoglu, David Landes e o “Reverso da Fortuna”

Nos parágrafos anteriores, nosso foco foi direcionado à obra de Samuel Huntington. Preocupado com o tema politicamente carregado da emigração do III Mundo aos Estados Unidos, esse autor toma inspiração nos clássicos *weberianos* para caracterizar o padrão comportamental das mais recentes levas de estrangeiros que ali aportam, em especial latino-americanos e muçulmanos, descrevendo sua presença como um sério perigo à estabilidade econômica e política de seu país. Com vistas a definir com maior objetividade os pontos de incompatibilidade entre a norma comportamental norte-americana e postura dos indivíduos pertencentes aos vários grupos imigrantes, Huntington trabalha como a ideia de “civilizações” que “se chocam” e, como pontuamos, sua descrição da atitude dos latino-americanos frente ao trabalho e à acumulação acaba sendo pertinente ao domínio dessa Tese de Doutorado, o que explica sua inclusão na presente revisão bibliográfica.

Mas essa análise motivada pela questão imigratória estadunidense não esgota o debate em moldes *weberianos* sobre as contrastantes situações econômicas dos dois lados do Rio Grande. Analistas mais especificamente ligados à temática do desenvolvimento econômico também encontrariam frequente inspiração em Max Weber. E, no caso destes, o foco mais típico de suas inquietações envolve a dianteira progressivamente assumida pelas economias do Ocidente em relação às demais. Ou, também, a maior afluência dos assentamentos de povoamento ultramarino britânico frente aos territórios anteriormente mais cobiçados pelas potências europeias — México, Peru, Índia, Ceilão (ou Sri-Lança), Indochina (ou Vietnã, Laos, Tailândia, etc...), Java (Indonésia) ou China —. Trocando em miúdos, emerge aqui a pergunta *weberiana* clássica: como a cultura dialoga com a acumulação capitalista? Ou, mais especificamente: que formações culturais são mais funcionais à acumulação burguesa?

No âmbito da sociologia do desenvolvimento, o enfoque *weberiano* sempre figurou entre os mais populares, especialmente como contraponto às conclusões derivadas das várias vertentes da Teoria Econômica. Tipicamente, ao buscar uma explicação *weberiana* para o maior dinamismo das colônias “de povoamento” anglo-saxãs frente às demais componentes dos antigos impérios coloniais europeus, o pesquisador é inclinado a tomar por solidamente descrita a funcionalidade à marcha da acumulação das instituições vigorantes nos países do Atlântico Norte.

Nesse contexto, as conclusões mais superficiais de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* costumam ser evocadas de forma indisfarçavelmente simplificadora. Ou seja, uma moral protestante grosseiramente homogeneizada, onde as diferenças dogmáticas existentes entre as várias agremiações existentes são sublimadas, é assumida como comprovadamente favorável à acumulação capitalista, abstraídos os contextos histórico ou geográfico em que a acumulação se dá. E, assim, o leitor é convidado a refletir sobre um possível contraponto com o quadro observável nos países menos dinâmicos. Emerge então uma das perguntas *neo-weberianas* ora mais populares: como a tradição cultural dos povos do III Mundo obstruiria o processo de acumulação capitalista?

David Landes, autor do comentado *Prometeu Desacorrentado*, é possivelmente a mais visitada referência a persistir nessa agenda. Seu ponto de vista geral é sumarizado no artigo “*Why we are so rich and they so poor?*”, cujas conclusões serão alvo de nossa exposição nos parágrafos subsequentes. Antes de tudo, ele reitera seu foco na tradição cultural como fonte das assimetrias materiais entre os povos. E, desse enquadramento, tenta explorar o modo pelo qual a cultura dificultaria o progresso material no III Mundo:

“Valores são um problema especialmente intrincado para aqueles que se desenvolveriam, parcialmente porque, ao mesmo tempo em que eles obstruem o crescimento, eles são mais fortes nas sociedades ‘tradicionais’; e parcialmente porque eles tendem a ser reforçados pelo insucesso econômico. Com certeza, os economistas não se sentem confortáveis com eles. Eles se situam fora da visão pura de disciplina, e sempre parecem estar no caminho. (Os historiadores, de outro lado, para não falar dos sociólogos, sempre os citaram como explicação para o excepcional desempenho econômico em períodos anteriores [...]) Eles são comumente rejeitados como implicitamente imutáveis, quase congênitos (e assim racistas), mesmo que não haja nada que sugira isso nesse argumento. Ou eles são usualmente recusados pelo exato contrário, como epifenômeno que irá prontamente tirar proveito do interesse [...] e da razão. A verdade, como de habitual, está em algum ponto intermediário. Valores e atitudes certamente mudam, mas lentamente, e sua força e influência variam conforme as circunstâncias. Muitos valores religiosos operam, assim, para impedir a mobilidade e a abertura que conduziria à alocação eficiente de recursos e o comportamento econômico racional.” [Landes, 1990: 11]

Landes opta pela apreciação dos marcos culturais desde uma perspectiva “totalizante”, sem explorar manifestações local- ou pontualmente relevantes de uma dada tradição cultural. Além disso, encara as normas culturais de uma ótica “inercialista”,

assumindo que elas se alteram com dificuldade, ainda que em tese possam sim se transformar. E, nesse espírito, examina como cada padrão de comportamento se ajusta a uma atividade burguesa abstrata, que necessariamente se beneficiaria de virtudes como laboriosidade, disposição à disciplina, ascetismo, desapego de normas tradicionalistas que se choquem com princípios racionais, etc... O excerto abaixo deixa isso claro:

“Crescimento sustentado não é possível sem progresso tecnológico e ganhos de produtividade. E isso, a histórias nos conta, requer cedo ou tarde a criação ou a assimilação de novos tipos de conhecimento e organização, que a seu turno dependem de transformações no interior da sociedade. [...] Essas transformações requerem não apenas a absorção e adoção de novos modos, mas também, para muitas sociedades, a criação e aceitação de uma nova ética do comportamento pessoal. Novos modos demandam e criam novas pessoas. A consciência do tempo deve se tornar disciplina do tempo; a organização e o caráter do trabalho, as relações de pessoa a pessoa, são transformadas. Essas mudanças não vêm facilmente.” [Landes, 1990: 11]

A análise proposta por Landes não comporta a apreciação de como cada uma das virtudes burguesas aludidas se coadunaria a cada conjunto de circunstâncias a envolver a atividade capitalista. Deixa de lado, desse modo, aquilo que possivelmente é o mais sofisticado atributo do método criado pelo mestre alemão. E, nessa preferência por homogeneidades, a Argentina torna-se parte de um todo latino-americano que padeceria de um processo de acumulação tendencialmente entravado — seja no passado, no presente, e, provavelmente, porvir —.

“Na virada do século [XIX para o XX], a Argentina, por exemplo, era largamente vista como uma nação de ilimitadas possibilidades, destinada logo a ocupar seu lugar entre os mais ricos do mundo. Meio século mais tarde, contudo, estava claro que nenhum [...] [dos países latino-americanos tinha feito muito para converter seus ganhos com a dotação natural favorável] em crescimento balanceado [...]” [Landes, 1990: 10]

Parece conveniente refletir um pouco mais sobre essa passagem. Sua principal tese é certos traços culturais teriam dinamizado a acumulação do Atlântico Norte, e que nas demais regiões outros valores a teriam historicamente dificultado. Como resultado, os primeiros foram ficando progressiva- e linearmente mais ricos, e os últimos proporcionalmente mais retratados. Entretanto, neste plano simplificador marcado pela dicotomia estanque entre posturas “pró-” e “anti-capitalistas” é impossível perceber em que medida uma determinada atitude ou crença favorece ou dificulta a acumulação de

capital numa dada situação concreta. Exemplifiquemos esse tipo de dificuldade com duas perguntas:

- i. Em que medida uma identificação entre posse de terra e *status* social favorece a acumulação em uma sociedade com fronteira agrícola aberta, inserida num mundo onde a demanda por alimentos é elevada? — Argentina ao redor de 1900 —;
- ii. Como este mesmo traço cultural dialoga com a acumulação em um contexto de plena ocupação da superfície arável e de estancamento da demanda global de alimentos? — Argentina da década de 1930 —.

Em função da opção por essa dicotomia simplista, na qual um traço cultural é alternativamente funcional ou disfuncional a um processo abstrato de acumulação, a metodologia *neo-weberiana* assim formatada terá inevitavelmente dificuldades para explicar a “Idade de Ouro” da Argentina, durante a *Belle Époque*. Para mostrar como um país pobre se torna rico e depois empobrece, somente haveria em tese dois caminhos:

- i. Seria preciso argumentar que houve uma acentuada mudança cultural na Argentina antes e depois daquele interregno relativamente afluyente. Neste caso, poderíamos afirmar que, inicialmente, a acumulação era obstaculizada pelo quadro cultural, que uma vez transformado a teria estimulado e, após nova alteração, novamente obstaculizado. Note que uma estratégia semelhante é usada pelos autores da “Nova Ética Confucionista”, que enxergam uma profunda mudança no quadro cultural asiático-oriental durante a primeira metade do século XX. Mas não parece haver nada que afiance a defesa desta possibilidade quanto à Argentina.
- ii. Seria preciso mostrar que algo mudou no capitalismo argentino para que um mesmo quadro cultural passasse, ao redor de 1870, de disfuncional a funcional, voltando a ser disfuncional após 1930. Esta estratégia fugiria do tratamento abstrato do capitalismo e da acumulação, descendo ao terreno concreto das fases do capitalismo na Argentina. É uma estratégia ainda viável em termos “culturalistas”, mas se afasta da metodologia de maior circulação entre os sociólogos *neo-weberianos*.

Na ausência de uma opção por uma dessas duas estratégias, o tipo de enquadramento *weberiano* aqui proposto simplesmente não tem poder explicativo para lidar com as complexidades do retrospecto empírico da Argentina. Pois a história material dos Pampas simplesmente não pode ser contada em bases lineares. A presunção de que os marcos culturais são estáveis e teriam obstruído secularmente a acumulação em alguns lugares simplesmente não dialoga com as séries temporais geradas a propósito da economia platina.

Além disso, emerge em nossos dias novo desafio empírico ao prisma de David Landes. A América Latina ora figura entre as mais dinâmicas fronteiras de expansão capitalista, fenômeno que coincide com a aceleradíssima perda de peso econômico e político-internacional dos principais países do Ocidente Protestante, ora afundados em crises de solvência soberana ainda mais sérias que aquelas que abatiam a América Latina quando Landes preparava o artigo aqui aludido. Após duzentos anos, a coincidência entre ocidentalidade e prosperidade dá sólidos sinais de finalmente desvanecer-se.

David Landes não é o único a lançar mão de um “*weberianismo* simplificado” para compreender a histórica econômica dos povos “atrasados”. Daron Acemoglu *et alli*, por exemplo, igualmente propõem uma visão *neo-weberiana* sobre as sinapses entre economia e sociedade. Mais astutamente, estes últimos autores trabalham com a noção de “reverso da fortuna”, buscando explicar as razões da atual dianteira econômica daqueles que eram os membros mais deprimidos dos antigos impérios coloniais europeus, após uma fase inicial em que a balança definitivamente não pendia para os povos protestantes. Por compreenderem que um a rigidez de um quadro cultural pode render-lhe favorável à acumulação em um contexto e desfavorável em outro, sua análise torna-se mais convincente que aquela proposta por Landes. Retomemos, por isso, essa ideia de “reverso da fortuna”:

“[...] os Mogol na Índia, e os Astecas e Incas nas Américas estavam entre as mais ricas civilizações em 1500, enquanto as civilizações na América do Norte, Nova Zelândia e Austrália eram menos desenvolvidas. Hoje, os Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia usufruem de riqueza em uma ordem de magnitude superior àquela dos países atualmente ocupando os territórios dos Impérios Mogol, Asteca e Inca.” [Acemoglu *et al*, 2002: 1231]

“Entre as áreas colonizadas pelas potências europeias durante os últimos 500 anos, aquelas que eram relativamente ricas em 1500 hoje são relativamente pobres. [...] a reversão nas rendas relativas ao longo dos últimos 500 anos parece refletir o efeitos das instituições (e do reverso institucional causado pelo colonialismo europeu) na renda atual” [Acemoglu *et al*, 2002: 1278-1279]

Para explicar a referida virada de ventos, a opção de Acemoglu *et alli* admite, contrariamente à proposta de David Landes, assimétrico rendimento para um mesmo quadro cultural em perspectiva diacrônica. Assim, as instituições criadas pelos europeus em suas mais prósperas colônias teriam favorecido a rápida drenagem de seu excedente, tornando-as espaços de aparente prosperidade. Mais adiante, especialmente após a aurora

da moderna indústria, essas instituições teriam tornado muito mais penosa a construção industrial.

“Em áreas prósperas e densamente povoadas, os europeus introduziram ou mantiveram as instituições extrativas já existentes de modo a forçar a população local a trabalhar em minas e plantações [...]. Em contraste, em áreas previamente pouco povoadas, os europeus se estabeleceram em grande número, e criaram instituições de propriedade privada, provendo direitos de propriedade seguros para uma ampla fatia da população e encorajando o comércio e a indústria. [...] sociedades com instituições extrativas ou aquelas com estruturas altamente hierárquicas podiam explorar as tecnologias agrícolas disponíveis de modo relativamente efetivo. A idade da industrial, contudo, trouxe consideráveis vantagens às sociedades com instituições de propriedade privada.”
[Acemoglu *et al*, 2002: 1279]

A proposta de Acemoglu *et alli* é inegavelmente mais sofisticada que aquela defendida por Landes. Sem dúvida, seu método poderia lidar com os tortuosos caminhos da acumulação na Argentina — mesmo o autor não tenha feito esse trabalho —. Seu vício de morte, no entanto, é um que também é comum a David Landes e Samuel Huntington: a visão de um ocidente próspero contra vários orientes hesitantes quanto ao usufruto das possibilidades da civilização capitalista. O principal desafio ao “reverso da fortuna” de Acemoglu é, então, um novo giro da referida roda, reposicionando muitos membros do oriente acima de sócios eméritos do capitalismo ocidental. E essa complexidade empírica é tão dramática e revolucionária que os parágrafos finais do trabalho aqui aludido, no qual o autor examina que o que o “Ocidente” poderia fazer para atenuar o atraso oriental, acabam hoje trazendo a seu trabalho ares de um *souvenir* etnológico, pronto a nos rememorar o quanto a civilização setentrional já foi confiante da insignificância e passividade de todas as demais.

Para atualizar o trabalho de Landes, talvez o melhor título atualmente fosse: “*What circumstances once allowed us to be so rich, while they were so poor?*”. Ou, da ótica sulista: “*What circumstances once allowed them to be so rich, while we still remained so poor?*”. E, para Acemoglu *et alli*, tal vez o melhor fosse: “*The reversal of fortune: once and again*”.

3.5.3) Possíveis Questionamentos:

Ao concluirmos a Subseção 2.5, argumentamos que o debate *weberiano* sobre a acumulação capitalista na Ásia Oriental levanta pontos úteis à elucidação do notável ímpeto da economia sul-coreana. Nessa ocasião, igualmente pontuamos que o arcabouço *weberiano* apenas permitiu análises complementares ao referido debate. Pois nenhuma das contribuições percorridas almeja esgotar o tema da acelerada industrialização oriental.

Das pesquisas aludidas na subseção que ora encerramos, porém, é difícil extrair algo de valioso à compreensão do estancamento argentino. Todas as análises mencionadas fletam em tal grau com preconceitos xenofóbicos, e se valem com tal intensidade de generalizações injustificáveis — como, no caso de Samuel Huntington, agrupar Uruguai e Argentina sob o guarda-chuva de “latinos”, mas incluir Portugal e Espanha no “Ocidente” —, que é difícil selecionar algo de legítimo e fidedigno nos argumentos levantados. Além disso, as teses ora levantadas envelhecem a medida que países como Peru, Paraguai e Argentina figuram entre os mais dinâmicos do mundo já a alguns anos.

Em vista disso, cabe concluir que, infelizmente, não contamos ainda com análises *weberianas* sobre as tortuosas transições industriais latino-americanas ou meridional-europeias com qualidade equivalente à massa de estudos surgidos em torno da “Nova Ética Confucionista”.

3.6) O “Desastre Argentino” na Acepção da Sociologia Durkheimiana:

3.6.1) Jorge Schwarzer e as as classes dominantes na Argentina	368
3.6.2) Guillermo O’Donnel e as “Marés do Estado Burocrático Autoritário”	272
3.6.3) Possíveis Questionamentos.....	377

Na Argentina aconteceram nada menos que seis golpes de estado durante o século XX, em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. Os quatro primeiros deram à luz ditaduras provisórias, e os dois últimos inauguraram ditaduras mais duradouras. Mesmo em tempos de continuidade constitucional, como o atual, estrangeiros em visita à Argentina costumam relatar o alto nível de envolvimento político da classe média bonaerense, que aos forasteiros parece repercutir a pauta mais atual do noticiário político com tanta intensidade quanto a pauta esportiva. Nos agradáveis cafés de Palermo e Recoleta, com efeito, os televisores são alternativamente sintonizadas seja no noticiário político-econômico ou em alguma partida de futebol. E a clientela, da mais ampla gama etária, parece cultivar o hábito de inteirar-se sobre o “escândalo” do dia, que somente é deixado de lado em função do próximo a despontar. Como interpretar esse quadro à luz do tipo de ordem sócio-política que caracteriza a Argentina? Quais as sinapses entre tal padrão de comportamento político e o ritmo da acumulação nesse país? Esse capítulo se concentrará nesses questionamentos

Quando nos acercamos do tema da ordem sócio-política platina, é certo que o termo *terrateniente*, ou proprietário rural, será citado. Desde as origens do complexo agropastoril que fundamentou a formação econômica argentina a partir do último terço do século XIX, elevadíssima concentração de capital, especialmente capital transmutado em propriedade fundiária, tem sido ali um atributo estrutural marcante. Nesse contexto, o papel de uma abastada elite proprietária tem tradicionalmente sido relacionado, no âmbito das ciências sociais, à errática trajetória evidenciada pela acumulação capitalista platina. Classe detentora de poder econômico sem par, os latifundiários parecem ter sido historicamente capazes de, por muito tempo, compensar as sucessivasavas levas de ampliação da participação política que ali tem lugar, mediante o uso de instrumentos de cooptação disponíveis em função de seus amplos ativos capitalistas. E, assim, é viável propor que suas características como classe deitariam consequências profundas sobre o padrão de acumulação capitalista que ali tem lugar.

Nesse ínterim, o país se urbanizou celeremente e um significativo complexo industrial leve foi erigido na região entre a capital e a cidade de Rosário. Crescia, assim,

o poder de associação e barganha de outros atores sociais. Os trabalhadores, em muitas ocasiões, passariam a vislumbrar vias de associação com frações capitalistas especialmente ligadas à produção industrial interna. Mas, como pontua Jorge Schwarzer, autor que analisaremos na Subseção 3.6.1, o fausto cintilado pela camada proprietária parece ter sido capaz de seduzir, pelo menos até o entre-guerras, todos os demais segmentos sociais argentinos. Com efeito, argumenta esse autor, a formação industrial do país foi marcada pela gênese em um espaço onde os capitalistas rurais eram, como no dito inglês, “ricos como um argentino”. Frente a isso, não é de se estranhar que o grande capital industrial que ali progressivamente se forma guardasse identidades de cultura organizacional que remetem à clássica estância pampiana. Destarte, surgiriam ali conglomerados agroindustriais de significativa envergadura, porém controlados intimamente por famílias, e taticamente avessos à prática inovadora.

Com a Depressão e a plena ocupação da fronteira arável, achata-se o espaço de expansão do capitalismo agrário argentino. Nesse novo e adverso contexto, os *terratenientes* perdem aceleradamente seu poder de cooptação. As tensões distributivas agigantam-se, e assim a camada rural passa a ter que conviver com a proeminência das facções burguesas urbanas, que passam alternadamente a se voltar ora aos trabalhadores à pequena burguesia, e ora a se mostrar sensíveis às demandas do campo. Coalizões instáveis e cambiantes passam assim a caracterizar a política argentina. Isso prossegue pelo pós-guerra, até que golpes militares interrompem a continuidade do processo político.

Nesse contexto é que emerge aquilo que Guillermo O'Donnel denominou “Estado Burocrático-autoritário”. Ou seja, um tipo de Estado que se caracteriza por anular os mecanismos políticos e democráticos num intento de reviver certa ordem social e econômica precedente, que havia sido solapada por consideráveisavas de organização autônoma da população e, particularmente, dos trabalhadores. Assim, seria possível compreender a ditadura argentina como um intento de retardar os corolários do andar do tempo histórico no processo político, restringindo a participação política a níveis que tipificavam eras anteriores. Retomaremos os argumentos de O'Donnel na Subseção 3.6.2.

Por ora, resta antecipar que a sociologia da ordem política produziu, no caso argentino, análises de qualidade muito expressiva. Assim, essa bibliografia aparentada à tradição de análises sociológica que principia com Durkheim ostenta quadro fundamentalmente oposto àquele que caracteriza a bibliografia de matriz *weberiana*

sobre o *estancamento* platino. Pois, no conjunto dessa bibliografia culturalista, o debate sobre a argentina parece forçadamente inserido em um debate interno norte-americano sobre imigração e política externa, que não hesita em levantar de imprecisões e generalizações para alcançar um objetivo argumentativo muitíssimo carregado do ponto de vista político. Em câmbio, os estudos políticos foram ali tão fecundos que textos como o de O'Donnel circulam inclusive entre os acadêmicos sul-coreanos, interessados em extrair de seus muitos *insights* ferramentas para lidar com as ditaduras sob Park Chung Hee e Chun Doo Hwan.

Igualmente, esse maior florescimento dos estudos sócio-políticos *durkeimianos* sobre a argentina em detrimento dos estudos culturais *weberianos* contrasta com o equilíbrio de enquadramentos que identificamos a propósito do caso sul-coreano. Pois, como pontuamos nas Subseções 2.5 e 2.6, a industrialização desse país oriental parece ter motivado a criação de amplos aportes bibliográficos desde ambos os enquadramentos.

3.6.1) Jorge Schvarzer e as Classes Dominantes na Argentina:

Uma das grandes atrações turísticas da capital argentina é o Museu de Arte Decorativa, situado no Bairro da Recoleta. O luxuosíssimo palacete neoclássico que o abriga foi outrora levantado para abrigar a família formada por Josefina de Alvear e seu esposo, Matías Errázuriz Ortúzar, cuja afeição por mobiliário permitiu que reunissem uma notável coleção de arte que constitui o próprio acervo do museu. Assim, por seus ricos salões, aposentos e corredores, que guardam a mobília e os utensílios usados cotidianamente pela família, uma ostentação principesca chama a atenção do visitante, ao passo que a funcionária ressalta o curto período em que suas instalações foram efetivamente utilizadas, antes de serem encaminhadas pela família à formação do referido museu. O que esse ponto turístico nos diz sobre os hábitos da elite portenha? Tentaremos explorar esse questionamento nessa subseção.

Naquilo que diz respeito à formação histórica e aos atributos das elites argentinas, uma referência fundamental é a obra de Jorge Schvarzer. Como ele mesmo rememora, o comportamento inusitadamente regressivo da economia argentina durante o século XX é uma forte provocação ao estudo das razões desse fenômeno:

“O caráter particular do fracasso argentino, um país que passou de quase tão rico quanto os mais ricos do planeta (em termos de renda *per capita*) a uma posição de ‘classe média baixa’ no concerto das nações no breve prazo transcorrido entre começos e meados do século XX, gerou um profundo desassossego na população. Também, entre os intelectuais que trataram de explicá-lo.” [Schvarzer, 2001: 121]

Os problemas da economia platina são, nesse contexto, frequentemente relacionados às características da distribuição de poder econômico no interior do país. Muitos atributos de suas camadas mais afortunadas são costumeiramente evocados pelos analistas, e, na opinião de Schvarzer, seus comentários são frequentemente equivocados:

“A presença de grupos de empresários locais grandes e poderosos na economia argentina é um fato conhecido. Foram difundidos publicamente seus nomes, seu tamanho, seus proprietários e diretivas, assim como estratégias mais gerais. [...] Isto contribui a que se emitam certas imagens errôneas com respeito à conduta das grandes empresas e grupos na Argentina. Por vezes se insiste em sua magnitude relativa e até se encaram audazes semelhanças com os grandes grupos baseados em nações de

economia muito dinâmica, como os *chaebol*, por exemplo, que hegemonizaram a atividade da Coréia do Sul.” [Schvarzer, 1995: 191]

Schvarzer pontua, portanto, que a proeminência dos maiores grupos econômicos argentinos não encontra paralelos imediatos com outras experiências tardias de industrialização, como a sul-coreana. Ao sul do Rio da Prata, com efeito, teria despontado historicamente uma camada de latifundiários que pôde aprisionar parcela muito significativa dos ganhos oriundos da emergente atividade agropecuária que ali se viabilizava. Esses *terratenientes*, nesse contexto, lograram atingir um nível de riqueza absolutamente sem paralelo no concerto argentino, e tal abundância redundava na concentração em suas mãos de igualmente desproporcional poder político.

“A classe dominante não era hegemônica porque estava diversificada [...] mas por que se baseava na enorme riqueza diferencial que retirava dos Pampas. Essa enorme fonte de renda era a que permitia, e alentava a especulação, as atividades não produtivas e o desperdício dos grupos de altas rendas; a auréola de êxito transmitida por esse modelo dava a sensação de que esse maná fluiria para sempre. A permanência, e o êxito relativo do sistema, contribuíram que essa classe ignorasse os traços negativos do modelo no longo prazo (quando se esgotou a chamada renda diferencial a escala internacional) e servem para compreender a deterioração atual [...]” [Schvarzer, 2001: 124]

Até o período entre as duas Guerras Mundiais, tal foi o nível de prosperidade ostentado por esse segmento, que excentricidades como o palacete acima mencionado tornaram-se regulares entre o *fior-fiore* argentino. Claro, depois daí o baixo dinamismo exibido pelo setor agropecuário pampiano cobra seu preço, ao passo que novos atores econômicos com negócios sediados prementemente nas cidades passam a competir com os *terratenientes* por prestígio e poder. Mas, adverte Schvarzer, o comportamento empresarial e os hábitos econômicos que tipificam esses novos atores teriam sido profundamente marcados pelo exemplo dos latifundiários:

“O pertencimento dos grandes industriais a uma classe dominante diversificada influenciava o comportamento da primeira e, ainda mais, também modificava o próprio caráter dos industriais. Em outras palavras, os donos de indústrias adotaram o mesmo desapeço passivo pelo desenvolvimento técnico que seus colegas proprietários rurais.” [Schvarzer, 2001: 126]

E Schvarzer não está se referindo unicamente à tendência dos industriais a mimetizar o estilo perdulário imperante entre os latifundiários argentinos. Até a própria

estrutura de controle corporativo, assim como as práticas gerenciais dos novos empresários, remeteriam à submissão dos segmentos emergentes ao *habitus terrateniente*, como possivelmente definiria Pierre Bourdieu.

“Desses 43 grupos, 26 são de propriedade familiar e caráter fechado. Seus balanços são de difícil acesso e, em geral, não se conhece bem o detalhe de participação dos distintos membros de cada família na propriedade do grupo. Em quase todos os casos aparece um dono único ou uma combinação de dois familiares diretos que assume a direção, assim como a representação do grupo (ou da empresa quando há uma principal). Os outros 17 cotizam alguma empresa na bolsa, ainda que esta não seja a cabeça do grupo. Uma análise da distribuição dos pacotes acionários das empresas que negociam ações permite afirmar que em todas elas um acionista majoritário controla não menos de 60% do montante de capital e em vários casos supera 85%. Isto quer dizer, o controle decisivo dessas empresas está em mãos familiares, do mesmo modo que as fechadas. As exceções são escassas e se referem a aspectos mais bem secundários de propriedade ou definição da família em um sentido amplo. Um caso típico é o de Bunge y Born, um grupo com mais de um século de antiguidade; as ações da *holding* estão repartidas entre numerosos membros da família, dado o tempo que se passou desde a sua fundação, de modo que a dispersão seria maior que em outros casos. Ainda assim, alguns herdeiros diretos dos fundadores controlam a atividade do grupo, acompanhados por outros sócios minoritários.” [Schvarzer, 1995: 199]

As consequências para a economia argentina seriam severas. Pois os maiores grupos empresariais do país funcionariam como agremiações macro-familiares de postura tradicionalmente defensiva em relação à competição e à inovação. Este traço comum, para Schvarzer, seria observável mesmo nas empresas negociadas no mercado de valores.

“Ou seja, as empresas cotizadas na bolsa operam como se fossem de propriedade fechadas, são familiares (ou mistas) e sua maior diferença visível com as primeiras radica na difusão de seus balanços. A magnitude dos pacotes de controle, e sua concentração em uma só mão, ou muito poucas, bloqueia toda possibilidade de uma ameaça externa aos proprietários, semelhante aos *takeovers* dos EUA.” [Schvarzer, 1995: 199]

Em face disso, não seria fenômeno de modo algum estranho a relutância do segmento empresarial urbano argentino em cultivar práticas gerenciais e produtivas

inovadoras. Esse atributo, aliás, já foi aqui mencionado na Subseção 3.4, quando abordamos os desafios do complexo científico e tecnológico argentino. Assim,

“[...] a presença de grandes grupos econômicos na economia argentina não é suficiente por si mesma para impulsionar o processo clássico de acumulação produtiva, tecnológica e organizativa requerido pelo desenvolvimento nacional.” [Schvarzer, 1995: 208]

Os escritos de Schvarzer certamente são muito complementares aos estudos institucionalistas que dão conta de certa relutância do empresariado argentino a patrocinar mecanismos de apoio à inovação. Mas eles se concentram no comportamento geral das elites, deixando em segundo plano os equilíbrios políticos que se insinuam entre suas várias facções. Esse tema é mais bem explorado por Guillermo O'Donnell, cujas ideias sobre o “Estado burocrático-autoritário” argentino ganhariam projeção global.

3.6.2) Guillermo O'Donnel e as “Marés do Estado Burocrático Autoritário”

Quando é abordada a dimensão política do estancamento econômico argentino, é comum que seja lembrada a tradicional oposição entre *peronismo* e *anti-peronismo* que marca sua evolução política no pós-guerra. Como compreender esse regime dual? Por que razões a Argentina vivenciaria historicamente tanta conflitualidade política? A contribuição clássica de Guillermo O'Donnel à sociologia política nos ajuda a compreender esse fenômeno.

Primeiramente, é preciso reter que a formação econômica argentina pode ser grosso modo dividida em dois momentos, antes e depois da Depressão dos 1930. No primeiro deles, caracterizado pela bonança no setor exportador, a burguesia pampiana teria sido capaz de reafirmar seu poderio econômico com o patrocínio à criação de um Estado nacional de características políticas liberais. Em que pese a paulatina ventilação do sistema político-eleitoral da sociedade argentina nesse primeiro momento, a preponderância econômica do segmento *terrateniente* e seus laços de interesse e intercâmbio com o capitalismo internacional parecem ter sido suficientemente fortes para que este lograsse impor-se sobre as estruturas do Estado. Os três excertos abaixo explicam esse posicionamento de O'Donnel:

“No lapso que meço (grosseiramente) entre 1870 e 1930, o Estado argentino pôde parecer-se ao Estado liberal dos grandes centros mundiais, e como tal vigorou um sistema de democracia política, que apesar de ostensivamente fraudulento não teve nível de participação eleitoral interior ao daqueles.” [O'Donnel, 1977: 528]

“[...] esse Estado foi criatura da burguesia pampiana e de suas prolongações financeiras e comerciais no setor urbano, através de um processo de também implicava a constituição dessa burguesia, e do sistema que dominava, em apêndice direto e altamente internacionalizado do mercado mundial. [O'Donnel, 1977: 529]

“[...] as características ‘liberais’ do Estado argentino e o forte peso relativo de sua sociedade civil não podem ser entendidas senão a partir de sua condição de pontos de conexão entre a burguesia pampiana com o capital internacional.” [O'Donnel, 1977: 530]

A urbanização e o surgimento de uma constelação de estabelecimentos industriais na zona metropolitana teriam como corolário o crescimento numérico dos contingentes de trabalhadores urbanos. Esse fenômeno traria novidades ao universo político platino. Mas, no contexto de prosperidade e ascendência econômica da agropecuária, os

terratenientes não teriam dificuldades em fazer abundantes concessões aos trabalhadores, que apesar disso seguiram criando instrumentos de organização e mobilização conjunta. Isso, claro, prenunciava que uma eventual reversão nas condições internacionais inauguraria uma era de acentuados conflitos distributivos entre o operariado urbano, bastante organizado face à norma latino-americana, e os extratos possuidores. Afinal, é importante reter, na Argentina nunca ganhou peso demográfico e econômico aquilo que Celso Furtado, ao descrever o Brasil, denominou “setor de subsistência”. E a exiguidade desse setor no caso argentino impedia que uma regressão na divisão social do trabalho acolchoasse os solavancos vindos da economia internacional. Nas palavras de Guillermo O’Donnel:

“[...] a emergência na Argentina de um setor popular, no qual tem importante peso a classe trabalhadora, dotado de recursos econômicos e organizativos significativamente maiores que os do resto da América Latina — o qual por sua vez resultou da combinação dos grandes excedentes disponíveis e da muito menor pressão exercida sobre o mercado de trabalho por um campesinato quase inexistente —. Se isso foi vantajoso para o desenvolvimento capitalista argentino, sua contrapartida era que não apenas fortalecia a seu setor popular senão que também implicava que, quando a bonança desaparecesse e as condições econômicas se aproximassem de situações de soma-zero, não haveria regiões marginais que contivessem o campesinato, em que se pudesse descarregar parte substancial do custo de possíveis acordos internos à região mais plenamente capitalista.” [O’Donnel, 1977: 530]

Além disso, no caso argentino a dieta popular compreende uma miríade de produtos primário-exportáveis cotizados em “moeda-forte”. Esse dado cultural possui significativos desdobramentos para as punhas distributivas que podem eclodir no ambiente pampiano. Ao contrário Coréia do Sul, onde pescado, hortaliças e produtos granjeiros oriundos de pequenas unidades produtivas voltadas exclusivamente ao abastecimento local constituem a base do cardápio tradicional, ou do Brasil, onde prevalece à mesa um exótico *menu* composto de monótonas doses de feijão preto, farinha de mandioca, arroz agulha e ovos, o cardápio argentino envolve exclusivamente produtos cortejados pelo mercado externo. Para se abastecer com carnes, farinha de trigo e batatas, os argentinos expõem particularmente seu custo de vida urbano às flutuações dos preços das chamadas *commodities*.

Nesse contexto, toda vez que a moeda argentina se desvalorizava em função de uma crise de Balanço de Pagamentos, o custo de vida urbano tendia a disparar. Por isso,

o setor produtor de bens industriais voltados para o mercado interno se inclinaria, teoricamente, a enxergar as desvalorizações cambiais como lesivas a seus interesses imediatos: pois ela potencialmente comprimiria o poder de compra de seu universo de consumidores.

Mas há outro dado que torna mais complexa a análise da economia argentina. Os setores industriais internos voltavam sua produção especialmente aos setores de rendimento mais elevado, e esses eram menos afetados pela disparada no custo de alimentação. Por isso, nem sempre é possível afirmar que a desvalorização comprimia o mercado relevante da produção industrial interna. Mais ainda, a desvalorização cambial melhorava o preço dos produtos nacionais em relação aos concorrentes importados, e novos consumidores assim se somavam às fileiras daqueles já dispostos a demandar o bem.

Este nexos um tanto quanto ambíguo entre a desvalorização cambial e os interesses imediatos dos empresários industriais explicaria, segundo O'Donnel, que esses ora se alinhassem ora aos *terratenientes* e ora aos trabalhadores. Pois a desvalorização cambial claramente é uma medida favorável ao complexo primário exportador, enquanto lesa inevitavelmente o poder de compra dos trabalhadores e, em alguma medida, o poder de consumo da população urbana. Nas palavras do autor:

“[...] as frações oligopolistas da burguesia urbana dirigem uma maior parte de sua produção e oferta de serviços aos estratos de consumo relativamente altos, cujo nível de renda é pouco afetado, absoluta e percentualmente, pela alta do preço dos alimentos. Isto confere base objetiva para uma aliança de longo prazo entre a grande burguesia urbana e a burguesia pampiana, que poderia empreender a ‘modernização’ do capitalismo argentino pela via simultânea do aumento da concentração do capital no setor urbano, e pela transformação da última em *agribusiness*. No entanto, ao menos até 1976, essa aliança somente se forjou por lapsos curtos, para se dissolver rapidamente em situações que colocaram essas duas frações superiores da burguesia argentina em campos politicamente distintos. Em que medida esse apartamento indicaria a ‘lógica econômica’? Fundamentalmente, porque essa aliança foi confrontada frequentemente por outra — constituída basicamente pelo setor popular e pelas frações débeis da burguesia urbana —, que apesar de sua subordinação econômica, pode impor politicamente condições suficientes para que aquela aliança não pudesse sustentar-se além do curto prazo. No contexto latino-americano, essa foi uma das originalidades argentinas.” [O'Donnel, 1977: 537]

No excerto abaixo, o cientista social argentino torna a se remeter a essas ambiguidades, explicitando como tema de relevo o comportamento do Balanço de Pagamentos:

“[...] ante o desencadeamento da crise da balança de pagamentos, a grande burguesia [urbana] pendulava em direção aos interesses objetivos da burguesia *pampiana*, propiciando e apoiando os ‘programas de estabilização’ que transferiram uma grande massa de renda (fundamentalmente desde o setor urbano) até a burguesia pampiana e, por suposto, aos setores comerciais e financeiros ligados à exportação de seus produtos. Mas os já comentados efeitos redistributivos e recessivos dessas medidas geravam a reação das frações da [pequena] burguesia urbana e do conjunto do setor popular, ao mesmo tempo em que o alívio na posição de divisas tornava factíveis as medidas de reativação econômica reclamadas por esses. Ante isso, a grande burguesia urbana [...] atendeu a seus interesses econômicos de curto prazo, se montou na crista da onda da reativação econômica — do que cabe supor que sua posição permitia beneficiar-se privilegiadamente — e ‘deixou fazer’ as políticas de reativação. Com isso, essa fração da burguesia percorria o arco completo de um pêndulo, somando-se ao conjunto do setor urbano e abandonando a burguesia pampiana a um solitário lamento pela rápida deterioração de seus preços relativos”. [O’Donnel, 1977: 539-540]

É sobre esses impasses que a história política argentina se desenrolaria como uma sequência de “coalizões instáveis e cambiantes”, como astutamente define O’Donnel. Nesse ínterim, um pacto firme entre produtores urbanos e trabalhadores foi historicamente difícil, ainda que tal aproximação tenha ensaiado ocorrer em distintos graus sob o *peronismo*. Também foi inviável um acordo alternativo, entre produtores rurais e urbanos, pois os *terratenientes* sempre tiveram meios de bloquear quaisquer reformas estruturalmente necessárias à reorientação econômica subjacente, como a transformação da estância em um “agronegócio”. Paralelamente, os trabalhadores urbanos ostentaram igual poder de veto a tal aproximação, pois teriam obviamente muito a perder com medidas econômicas que impusessem um novo ritmo de negócios ao setor agropastoril, e uma simultânea concentração do mercado de manufaturas nas altas classes médias. O excerto abaixo remete exatamente aos movimentos defensivos dos *terratenientes*.

“[...] mesmo que já a bastante tempo tenha perdido sua condição de vanguarda dinâmica do capitalismo argentino, a burguesia pampiana conservou um grau, comparativamente inusitado, de centralidade econômica e política. Esse grau foi

suficiente — na defensiva — para bloquear todas as tentativas de ‘reestruturá-la’ e — ofensivamente — para que ela se valesse da crise da balança de pagamentos para lograr, periodicamente, massivas transferências de renda em seu benefício.”
[O’Donnel, 1977: 542]

Assim, os ensaios de composição entre as camadas possuidoras rurais e urbanas seriam representados, na Argentina, pelo comentado *anti-peronismo*, que encontra expressão maior nas figuras de Martínez de Hoz e Domingo Cavallo. Os “desastres” que caracterizam ambas as passagens nos indicam que tal aproximação, ainda que teoricamente exequível dentro de certos limites, era estruturalmente bem complexa. Assim, na interpretação consagrada de O’Donnel, a camada economicamente mais proeminente no ciclo que se inicia após a Depressão — camada esta composta pelo conjunto de capitalistas particularmente engajados nas atividades urbanas voltadas para o mercado interno —, tendia a pender em certos momentos para os trabalhadores e em outros para o campo.

Esse constante reposicionamento determinava que o Estado argentino adotasse em alguns momentos de políticas agressivas “de bem-estar”, concomitantemente a estratégias de defesa da produção industrial interna. E que, paradoxalmente, esse mesmo Estado se voltasse em outros momentos a uma agenda de reformas de ajuste regressivo que envolvia a contração da massa salarial, junto a tentativas de dinamização empresarial do complexo exportador. Sem um norte permanente, o Estado argentino parecia ser constantemente movimentado, como astutamente descreve O’Donnel, por marés oceânicas capazes de ora inundar o Estado de atribuições distributivas, executivas e regulatórias, e ora despi-lo de toda esse encargo, confinando-o a um papel regulatório frouxo. Nesse contexto, não é de se estranhar que a acumulação capitalista tenha sido ali travada.

3.6.3) Possíveis Questionamentos:

Quem toma contato com os estudos de O'Donnel e Schvarzer percebe imediatamente estar diante de análises de grande poder persuasivo. Não peca pelo exagero, portanto, quem pontua que qualquer estudo sobre o cotidiano político platino será incompleto se não atravessar os escritos desses dois analistas. Além disso, a contribuição de O'Donnel provou-se muito fecunda à compressão da história política de vários outros países, como a própria Coréia do Sul, fecundando muitos estudos mundo afora.

Igualmente, os dois autores permitem que façamos aqui um interessante contraponto com as “Teorias da Modernização” que analisamos a propósito do caso sul-coreano. No caso desses, o sucesso econômico sul-coreano poderia ser fundamentalmente creditado à concentração de poder em um organismo estatal comprometido com a industrialização. No caso de Schvarzer e O'Donnel, complementarmente, a letargia argentina poderia ser atribuída à falta de norte das políticas econômicas ali aplicadas, como reflexo de coalisões políticas instáveis entre os principais atores sociais.

Toda a informação aqui assinalada, acreditamos, é preciosa à compreensão dos impasses platinos. Mas muito ainda é deixado a explorar. E nesse espírito, cabe direcionar também a esses dois autores perguntas ou questionamentos que aqui já perpetramos a propósito de outras análises. Em síntese, qual o papel do cenário externo em tudo isso? Como tratar um país primário-exportador como se fosse quase “autárquico”, para usar o jargão econômico? E, uma vez reconhecidos os fatores externos a lançar sombra sobre a economia argentina, como eles dialogam com o processo político local, que os autores magistralmente abordam? A omissão em investigar os marcos externos do “desastre argentino” é, assim, tão injustificável na obra desses dois autores quanto nas contribuições surgidas a propósito da economia neoclássica, aqui já examinadas e criticadas.

No próximo capítulo começaremos, nesse espírito, a escavar essa outra linha de explicação.

— **CAPÍTULO IV** —
**O Cenário Internacional e os
Constrangimentos Externos à
Industrialização Tardia à Luz
da Teoria do Desenvolvimento**

4.1) Introdução, **p.379**

4.2) Immanuel Wallerstein,
Giovanni Arrighi, e a Vitalidade das
“Teorias do Sistema Mundo” na
Compreensão da Divergência
Coreano-argentina, **p.382**

4.3) Os Limites de
“Estrangulamento Externo” nas
Industrializações Tardias como
Prognóstico *Cepalino* Fecundo às
“Teorias do Sistema Mundo”,
p.390

4.4) Solução Exógena para o
“Estrangulamento Externo” ou
“Desenvolvimento a Convite” na
Coreia do Sul, **p.394**

4.5) O Conceito de “Dependência”:
alguma compatibilidade com as
“Teorias do Sistema Mundo”?
p.402

4.1 – Introdução:

Não é necessário refletir muito para nos apercebermos que Coreia do Sul ostenta um posicionamento bastante peculiar no conserto das nações.

Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de a Península Coreana comportar, desde 1948, dois corpos estatais que não se reconhecem mutuamente. Como agravante, esses dois organismos divergem radicalmente a respeito de como devem ser organizadas a sociedade e a economia do país. Além disto, em um passado ainda recente, entre 1950 e 53, sua superposição culminou com um enfrentamento militar efetivo entre ambos, envolvendo também seus respectivos aliados. Desde então, a ausência de um tratado de paz preserva ali um clima de permanente animosidade, fazendo da guerra fratricida uma ameaça que frequentemente paira ao redor do Paralelo 38 N.

Em segundo lugar, chama atenção a complexidade estratégica dos interesses em jogo quando o assunto é a celebração de qualquer acordo entre as autoridades meridionais e setentrionais desta península. E isto a despeito do fim da Guerra Fria. Afinal, na Coreia do Sul permanecem lotados enormes contingentes militares estadunidenses e, assim, uma reunificação à moda alemã soa impensável para russos e chineses, pela óbvia ameaça que estes tendem a embutir no avanço da presença militar americana até suas fronteiras. Aos americanos, por sua vez, tampouco interessa fomentar negociações para uma reunificação que envolvesse a completa retirada de seus contingentes da península, pois sua presença nesta confere alcance regional a eventuais esforços militares seus, além de justificar, especialmente num contexto conflituoso, a proteção militar conferida ao Japão.

Em terceiro lugar, a Península Coreana povoa o imaginário internacional como uma espécie de museu a céu aberto da Guerra Fria, amplificando a visibilidade dos vícios ou virtudes que porventura possamos identificar ao norte ou ao sul da Zona Desmilitarizada. Seja com estatísticas mais ou menos verossímeis, depoimentos mais ou menos fidedignos, anedotas sobre ditadores com pretensões dinásticas ou *gangsters* presidindo corporações que geram tecnologia de ponta, quase tudo pode e é utilizado numa guerra ideológica que, mesmo obsoleta, insiste em recrutar as Coreias como álibis.

Ainda hoje, tal como em épocas imemoriais, a Coreia tem seu destino marcado pelo caráter sumamente estratégico de sua localização geográfica. Pois as muitas disputas internacionais travadas em seu território são, tal qual em tempos pretéritos, cruciais para definir o equilíbrio de poder em toda a Ásia. Foi pelo quase istmo coreano que Kublai Khan tentou invadir o Japão no século XIII, sendo impedido pelo “vento de Deus”, que

em japonês se diz *kamikaze*. Foi pelo mesmo caminho que Hideyoshi Toyotomi tentou invadir a China no século XVI, sendo impedido pelos “navios tartaruga” do almirante coreano Yi Sun-sin. Foi após ocupar Coréia que os militares japoneses efetivamente invadiram a Manchúria na primeira metade do século XX. Foi na Coréia, entre outros teatros cruciais, que soviéticos e americanos disputaram proeminência em escala global. E é na Coréia do Sul, além do Japão, que os americanos ainda assentam sua hegemonia militar na Ásia Oriental.

O caráter quase translúcido da peculiaridade geoestratégica do território coreano contrasta, não obstante, com a franca raridade das análises destinadas a apurar os efeitos práticos desta condição na trajetória econômica exibida pela Coréia do Sul. Nas cerca de duzentas páginas do Capítulo II, visitamos um número muito significativo de propostas de interpretação sobre a acelerada montagem da indústria sul-coreana. E, curiosamente, nenhuma delas atribui protagonismo explicativo deliberado àquilo que ocorre fora daquela península. Com isso, cruciais perguntas são deixadas latentes: A presença de grandes países estrangeiros induziria algum tipo de mudança social na Península? Qual o relevo da Conta de Transferências Unilaterais no contexto do Balanço de Pagamentos sul-coreano? Quais os corolários do envolvimento internacional do país em sua Conta Comercial? Nada disso pode ser a aclarado a partir dessa massa bibliográfica.

Já a Argentina, de modo análogo à Coréia do Sul, é uma sociedade cuja evolução jamais pode ser compreendida unicamente à luz de processos confinados ao seu próprio território. Afinal, ela é um país cuja formação econômica esteve ligada, desde as origens, à demanda de proteínas e lã por parte da emergente indústria atlântico-setentrional. E, ninguém negaria, essa demanda oscilou historicamente ao sabor do processo econômico endógeno às economias industriais. Com efeito, a Balança de Pagamentos platina não pode ser compreendida apenas pelos movimentos da oferta de *commodities* ali originadas. Pois o lado da demanda também constitui, à luz de qualquer teoria econômica, uma dimensão relevante à determinação do *quantum* e à formação dos preços de exportação.

Além disso, as atividades exportadoras que emergem nos Pampas durante o último terço do século XIX estiveram acompanhadas desde os primórdios por intensos fluxos financeiros internacionais. Já na década de 1890, senão antes, a historiografia econômica argentina é entremeada por episódicas crises financeiras. Em 1890-91, por exemplo, a “super-alavancagem” da Casa Baring Brothers & Co. em ativos argentinos alimentava o receio de que uma moratória austral precipitasse uma clássica “corrida bancária”, fenômeno que acabaria por ocorrer. Esta conduziria à insolvência desta que era então

uma das maiores instituições financeiras de Londres, e, simultaneamente, determinaria a concretização da temida moratória portenha. Esse episódio, inclusive, precipita uma considerável onda de “aversão ao risco” nos mercados financeiros globais, provocando por tabela o “*crash*” da Bolsa do Rio de Janeiro, que remata o episódio conhecido como “Encilhamento”. Mais ainda, propaga-se uma severa crise financeira na *City*, ao passo que são ali encaminhados mecanismos de saneamento que logram revitalizar o Baring, cuja falência definitiva é adiada por mais 105 anos. Em pouco tempo, as finanças londrinas se revigorariam, e, antes mesmo do fim da referida década, a Argentina seria novamente inundada pelo capital inglês, que antepara sua primeira experiência de conversibilidade monetária universal: a *Caja de Conversión*, de 1900-1914.

Na Argentina, desde então, a importância dos fluxos financeiros na determinação dos resultados da Balança de Pagamentos é transparente. Assim, as maiores crises econômicas que o país atravessa no século XX sempre contariam com cruciais ingredientes financeiros. Nessa emblemática crise de 1890-91, por exemplo, é obviamente muito mais fácil explicar o que ocorre em Buenos Aires a partir daquilo que sucede em Londres do que executar tarefa inversa, dando aquilo que ocorre em Londres como uma função daquilo que ocorre em Buenos Aires. Mas a inclinação acadêmica mais usual não envereda por nenhum desses dois caminhos, preferindo dar por autônomos e endógenos os rumos de quaisquer economias. O “Encilhamento” brasileiro é, com efeito, costumeiramente atribuído àquilo que ocorre previamente na praça fluminense, raramente relacionado àquilo que ocorre em Buenos Aires e Londres, e quase nunca ligado àquilo que ocorre em ambas como parte de um processo planetário. Entretanto, seria impossível dar sustento teórico à proposição de que os processos econômicos locais são intrínsecos e exclusivamente dados por circunstâncias endógenas.

Nesse Capítulo IV, portanto, buscaremos um referencial teórico que nos auxilie a compreender como aquilo que ocorre no plano internacional afeta o desempenho local de uma economia. Nesse esforço, recorreremos primeiramente, ao longo da Seção 4.2, às chamadas “Teorias do Sistema Mundo”, cujo aprofundamento pode ser atribuído às figuras de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Mais adiante, tornaremos a visitar o estruturalismo latino-americano, escavando em que medida uma advertência crucial desse tipo de análise, o “estrangulamento externo” tendencial ocasionado pela “substituição de importações”, pode ser um conceito operacional também sob as “teorias do sistema mundo”. Nesse esforço, analisaremos os fecundos escritos *cepalinos* de M^a da Conceição Tavares ao longo da Seção 4.3.

4.2 - Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, e a Vitalidade das “Teorias do Sistema Mundo” na Compreensão da Divergência Coreano-argentina:

Atualmente permanecem lotados na Coreia do Sul cerca de 37.500 militares norte-americanos. Este respeitável contingente guarnece um conjunto de 85 estabelecimentos, incluindo a grande base situada no bairro de *Yongsan*, próximo à região central de Seul.⁸³ Ao poderio expresso por estas cifras, devemos adicionar o virtual controle, pelas autoridades americanas, de todos os demais aparelhos de defesa nacional da Coreia do Sul. Pois em 1950, ano em que principia a Guerra da Coreia, as Nações Unidas atribuíram aos Estados Unidos o controle das forças mobilizadas para respaldar a Coreia do Sul no embate com as forças sino-setentrionais. Como a paz definitiva nunca foi devidamente assinada, o governo americano ainda controla as forças armadas sul-coreanas por intermédio do Comando Militar Combinado (CMC).⁸⁴

Como culminância, a presença militar e paramilitar estadunidense em Seul é tão perene e significativa que um “bairro enclave”, chamado *Itaewon*, foi sendo constituído nas proximidades da maior base americana. Nele, viceja um rico comércio voltado à comunidade ocidental, que ali prefere abrigar-se sobre a denominação de “expatriados”, como que para ressaltar seu caráter alienígena na península, diferenciando-se assim dos muitos “imigrantes” hoje habitando a capital sul-coreana.

Mas o que levaria os norte-americanos a arcar com os consideráveis custos deste monumental aparato dissuasório? Será que a rica Coreia do Sul não poderia, doravante sozinha, manter equipamentos capazes de garantir que as forças de seu mendicante rival setentrional permaneçam ao norte do Paralelo 38? O que está realmente em jogo com a continuada presença estadunidense na península? E quais os significados mais abrangentes dessa presença estrangeira para o desempenho da economia sul-coreana? Até o presente ponto, essa Tese de Doutorado não abordou esses pontos.

Em contraste com o relevo geoestratégico da Península Coreana, que é uma espécie de centro geodésico da região mais povoada da Ásia Oriental, o território argentino não parece tão significativo à montagem de uma rede garantidora da preponderância militar dos Estados Unidos. Desde a construção do Canal do Panamá, como se sabe, a ligação marítima entre as duas costas americanas prescinde do contorno da América do Sul. Desde então, o território argentino tornou-se aliado de quaisquer

⁸³ Estes números foram obtidos em <http://www.globalsecurity.org>.

⁸⁴ Esta situação é consequência das Resoluções 83 e 84 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desde 1994, o governo sul-coreano retomou controle de seus contingentes em tempos de paz, e mantém conversações desde 2005 para reaver o comando em tempos de guerra.

rotas marítimas estrategicamente cruciais aos Estados Unidos. Com efeito, não há bases americanas no Cone Sul, e o acesso via OTAN às ilhas austrais controladas pelos britânicos resta como único vestígio de um poder militar intruso nesse pedaço de “fim de mundo”.

Paralelamente, a semelhança de climas entre os Estados Unidos e o Cone Sul permite aos primeiros prescindir dos excedentes de proteínas que os últimos tradicionalmente exportam. Em contraste com a exiguidade territorial que convidava a Grã-Bretanha a abastecer-se em terras meridionais, os norte-americanos podem contar com vastos excedentes de quase tudo aquilo que se faz necessário à sua dieta. Assim, não apenas no campo da manutenção de uma rede global de instalações militares, mas igualmente no campo econômico, o território do Cone Sul não parece despertar significativo interesse por parte da *intelligentsia* de Washington. Em que medida essa insignificância estratégica influenciaria o ritmo da economia platina após a II Guerra?

As chamadas “teorias do sistema-mundo” parecem ser de grande serventia para respondermos satisfatoriamente aos questionamentos acima levantados. Formuladas pioneiramente pelo sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, elas procuram estabelecer uma abordagem alternativa à contenda entre “realistas” e “liberais” que historicamente marca o estudo das Relações Internacionais. Especificamente, as “teorias do sistema-mundo” partem da uma reinterpretação da dinâmica formativa da economia capitalista, hoje planetária, desde suas mais remotas origens ainda na Baixa Idade Média. Nesse esforço, são buscadas regularidades históricas no padrão de competição e coligação entre Estados e entre capitais. E tais regularidades podem nos auxiliar a compreender o interesse que alguns Estados devotam à Ásia Oriental e, em particular, à Coreia do Sul. E, paralelamente, podem nos ajudar a compreender seu concomitante desinteresse pelo Cone Sul e, designadamente, pela Argentina.

Convém apresentar em maior detalhamento os atributos gerais dessas “Teorias do Sistema Mundo”, a começar pelos escritos de Immanuel Wallerstein. Em primeiro lugar, parece crucial compreender sua definição para a expressão “sistema mundo”:

“Um sistema mundo não é o sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo e que pode ser, e frequentemente tem sido, localizado numa área menor que o globo inteiro. Uma análise de sistemas mundiais argumenta que as unidades da realidade social dentro das quais nós operamos, cujas regras nos restringem, são na maioria tais sistemas mundos.” [Wallerstein, 2004: 98-99]

Além dessa não exclusividade dos sistemas-mundo, Wallerstein admite a existência de duas variedades desses sistemas no transcorrer da existência humana: os “impérios mundiais” e as “economias mundo”. A distinção entre estes dois modelos é igualmente um ponto crucial na obra desse autor:

“Um império mundial (tal como o Império romano, a dinastia Han na China) é uma grande estrutura burocrática com um único centro político e uma divisão de trabalho central, mas culturas múltiplas. Uma economia mundo é uma grande divisão central de trabalho com centros políticos múltiplos e culturas múltiplas.” [Wallerstein, 2004: 99]

Essas duas advertências nos trazem ao cerne da proposta intelectual de Wallerstein, ou seja, assumir como unidade central de análise do sistema internacional não mais o comportamento individual dos Estados, como na tradição “realista”, preferindo focalizar prioritariamente os reequilíbrios do próprio “sistema mundo”. Essa opção metodológica traz severas consequências também para as ciências sociais não especificamente voltadas à compressão das vicissitudes do plano internacional. De acordo com a sugestão do sociólogo estadunidense, a economia, a sociologia e a ciência política careceriam de profunda reorientação de foco.

Voltemo-nos à análise específica desses “sistemas mundo” aludidos por Wallerstein. No passado, vários destes teriam coexistido pelo globo e, apesar de ter havido sinapses entre eles, não chegou a existir um único sistema com abrangência global. Enquanto os “impérios mundiais”, como o romano, possuíam como atributo uma tendência à centralização política, as “economias mundo” caracterizam-se exatamente pelo contrário, isto é, pela coexistência de múltiplos centros políticos em constante punha inter-estatal por preponderância sistêmica.

De acordo com Wallerstein, o mais perfeito caso de uma “economia mundo” foi, e ainda é, o assim chamado “Moderno Sistema Mundial”. De acordo com sua datação, este teria sido originado ainda no século XVI, no interior do continente europeu, e teria se expandido progressivamente nos séculos subsequentes, até envolver todo o globo em meados do século XX. Esta ocasião, para o autor, teria sido a primeira em que um “sistema mundo” teria coincidido com a totalidade do globo, sem em nenhum momento chegar a configurar um “império mundial”, já que as unidades estatais envolvidas jamais teriam conseguido forjar uma unidade política planetária.

Do ponto de vista proposto por Wallerstein, outro elemento crítico do “Moderno Sistema Mundial” seria seu caráter de “economia mundo capitalista”:

“O mundo no qual nós estamos inseridos agora, ou seja, o sistema mundial moderno, teve suas origens no século dezesseis. Este sistema mundial foi então localizado em somente uma parte do globo, principalmente em regiões da Europa e das Américas. Ele se expandiu ao longo dos anos e atingiu todo o globo. É, e sempre foi, uma economia mundo. É, e sempre foi, uma economia mundo capitalista.” [Wallerstein, 2004: 23]

Uma das grandes contribuições de Wallerstein foi, portanto, relacionar o sistema inter-estatal com os processos de acumulação capitalista a longo termo. Ao contrário da perspectiva “realista”, que alça os Estados ao centro do sistema, a proposta de Wallerstein situa a dinâmica intrínseca da “economia mundo” como o grande móvel da Política Internacional.

Outro aspecto da proposta das “teorias do sistema mundo” a ressaltar é sua definição de “hegemonia”, e a conexão desta com os chamados “ciclos sistêmicos de acumulação”. Pois o sistema inter-estatal tenderia a consagrar, a cada fase na expansão de longo prazo do “Moderno Sistema Mundial”, uma determinada hierarquia entre as unidades estatais, e, conseqüentemente, um quadro hegemônico particular.

A contribuição fundamental de Giovanni Arrighi, *O Longo Século XX*, é preciosa na compreensão dessas hegemonias sequenciais. Pois ela percorre a história europeia desde meados do século XIII até o presente, buscando reconstruir desde as origens formativas um “sistema-mundo” capitalista marcado por quatro “ciclos sistêmicos de acumulação”. Como se sabe, foi em um conjunto de cidades-estado europeias, ainda na Baixa Idade Média, que uma camada devotada à acumulação comercial primeiramente logrou ascender ao poder Estatal. De acordo a principal conclusão de Arrighi, seria possível identificar uma sucessão de quatro “ciclos sistêmicos de acumulação” desde então. Ou seja, quatro diferentes ciclos de acumulação de capital caracterizados, cada qual, por uma aliança específica entre uma unidade estatal particularmente poderosa no contexto internacional e uma burguesia a ela coligada, da qual emanariam hierarquias de poder relativamente rígidas que incluiriam os demais Estados e facções burguesas mundo afora.

O primeiro destes ciclos ocorreria entre os séculos XIII e XVI no norte da atual Itália, com epicentro na cidade de Gênova. O segundo ocorreria na Holanda do século XVII. E os dois últimos se materializariam, respectivamente, na Grã-Bretanha do Século XIX e nos Estados Unidos do Século XX. Cada um destes quatro “regimes de acumulação” teria determinado, então, limites específicos de comportamento e

articulação para os integrantes da economia mundial, evidenciando uma capacidade crescente, por parte do organismo Estatal mais poderoso, de projetar o seu poder nacional sobre um espaço cada vez mais global.

De acordo com Arrighi, entretanto, a ascensão de um determinado organismo estatal a esta posição de preeminência nunca teria cristalizado uma determinada hierarquia de poder global. Ao contrário, seu predomínio jamais lograria interromper os processos de competição e centralização de capital que seriam responsáveis, em última análise, pela repetição regular de grandes crises e longos períodos de transição e reorganização da base produtiva, levando à alternância no governo mundial do sistema.

Adotando a datação sugerida pelo próprio Arrighi, a definitiva integração dos atuais territórios sul-coreano e argentino à economia capitalista mundial coincidiria com o auge do ciclo de acumulação britânico, entre o último terço do século XIX e a I Guerra. Ao atingir o ápice, porém, o regime de acumulação vigente encontraria também sua fase final. Naquilo que concerne ao país central, iniciar-se-ia um período de expansão material calcada nas altas finanças. E, assim, ao passo que se debilitaria a primazia britânica na acumulação produtiva, fundamento do controle deste país sobre o espaço econômico mundial, a “*city*” ostentaria uma opulência material aparentemente sem precedentes. Enquanto isto, a ruptura progressiva do equilíbrio internacional de poder econômico acenaria para o conflito aberto entre as candidaturas a novo *hegemon*. Neste preciso momento, surgiriam outras postulantes ao posto de potência líder — notadamente os Estados Unidos e a Alemanha —, e elas já ostentariam um ritmo de acumulação produtiva nitidamente mais acelerado que o britânico.

Destarte, seria possível compreender o colonialismo japonês na Península Coreana como parte da crise da liderança britânica. Sendo o arquipélago japonês carente em matérias primas e fontes energéticas, a política expansionista passaria a significar, para o Império Nipônico e para os capitais a ele coligados, uma chance efetiva de buscar um novo posicionamento global. A Coreia é ocupada pelos 35 anos após 1910 e, especialmente durante os anos 1930, recebe maciços investimentos na indústria pesada. Não obstante, o projeto expansionista japonês seria definitivamente derrotado em 1945, com a explosão das bombas atômicas.

Analogamente, a *belle époque* argentina seria indissociável da reta final do ciclo de proeminência britânica. Como argumenta Arrighi, nessa fase de outono hegemônico a nação líder tenderia a compensar sua menor competitividade produtiva com uma expansão financeira somada à exportação de serviços e tecnologia. Nesse contexto, a

presença do capital financeiro inglês marcaria época no capitalismo argentino, financiando ali de ferrovias a sistemas de esgoto, e de frigoríficos a bancos.

A guerra planetária em dois *rounds*, entremeada pela crise de 1929, marcaria a crise final da ordem internacional britânica e permitiria que uma nova potência, no Continente Americano, substituísse a Grã-Bretanha como Estado hegemônico a partir de 1945. Dali até os anos 1970, a economia planetária contaria os “Trinta Gloriosos”, marcados pela expansão generalizada na acumulação de capital produtivo engajado à moda *fordista*.

Neste momento, a única ameaça à preeminência americana seria a insubordinação soviética. E, como o potencial destrutivo dos arsenais da URSS tornava o conflito aberto inviável, o enfrentamento seria grandemente desviado para um conflito de demonstração, no qual os querelantes se esmeravam em mensurar e exibir suas virtudes. Parte substancial das energias das duas potências seria desviada, então, para empreendimentos como a “conquista do espaço”, os Jogos Olímpicos, ou o êxito na reconstrução de países de suas respectivas áreas de influência, como a(s) Alemanha(s) e a(s) Coréia(s). A crença hoje raramente desafiada nos “milagres” do Reno e do Han seria uma grande evidência, à luz das teorias do sistema-mundo, da vitória americana neste peculiar conflito simbólico.

Ao mesmo tempo em que a proposta de Arrighi nos indica que um “milagre” sul-coreano seria funcional ao projeto hegemônico global dos Estados Unidos enquanto “vitrine” das virtudes de sua proeminência, o dinamismo econômico sul-coreano também traria aos estadunidenses outras possibilidades. Sua parceria com as autoridades peninsular-meridionais permitiria sua continuada presença militar naquelas longitudes, especialmente num contexto de conflitualidade frente à URSS, à China ou à Coréia do Norte. E, como sabemos, a capacidade dissuasória do exército americano em todo o globo seria, claro, um dos pilares de sua projeção planetária.

A importância da Coréia do Sul como teatro dos enfrentamentos que sedimentariam a hegemonia internacional dos Estados Unidos não teria paralelo no Cone Sul. Geograficamente apartado de qualquer um dos rivais relevantes do *hegemon*, e incapaz de oferecer à potência algum produto estruturalmente necessário ao andar de sua economia, a Argentina simplesmente não era relevante ao projeto hegemônico americano. Desde que ali não frutificasse nenhum tipo de irrupção política capaz de culminar com a adesão platina ao bloco socialista, a existência ou desaparecimento da Argentina seria praticamente equivalente do prisma dos *policy-makers* de Washington.

E, diga-se de passagem, o mesmo se aplica ao Brasil, Uruguai, Paraguai, etc... Então, não havia razão para que esses países se candidatassem a algum tipo de tratamento preferencial por parte do *hegemon*, especialmente se a ordem burguesa neles vigente se mantivesse.⁸⁵

Dos anos 1970 em diante, contudo, se acumulariam sinais de reedição de um novo outono hegemônico — quais sejam: os dois choques do petróleo, a emergência do paradigma industrial *toyotista*, o progressivo questionamento do *status* do dólar, a queda de Saigon, etc. Em vista destes elementos, Arrighi argumenta que:

“Ainda não está claro se estamos prestes a assistir uma troca de guarda no alto comando da economia mundial capitalista [...]. Mas a substituição de uma região ‘antiga’ (a América do Norte) por uma ‘nova’ (o leste asiático) como centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial já é uma realidade [...] Como no modelo dos ‘gansos voadores’ de Kaname Akamatsu, a arrancada do grande salto à frente japonês antecedeu e liderou a arrancada regional” [Arrighi, 1997: 344-345]

Analogamente à fase de declínio britânico, o outono americano seria acompanhado por uma fase em que seu decaimento manufatureiro coexistiria com expansão das altas finanças. Desse prisma, as “crises da dívida”, que convertem vários países do III Mundo em exportadores líquidos de capital, não mais seriam que uma expressão da decadência do *hegemon*. Contudo, pela centralidade das instalações sul-coreanas ao poderio bélico americano, ou pela importância de seu mercado como abrigo ao capital japonês em tempos difíceis, seria de se esperar que a Coreia do Sul fosse alvo de tratamento especial durante as intempéries financeiras, seja por parte dos Estados Unidos ou do Japão, que àquela altura era uma potência de segunda classe. Pela sua irrelevância estratégica, era igualmente razoável propor que Argentina, opostamente, seria “entregue aos leões”, para usarmos uma expressão popular.

Mas, como lembra Arrighi, as hegemonias da “economia mundo capitalista” por definição não se eternizam. A Crise Asiática de 1997-8, que atinge profundamente os Tigres Asiáticos, mas poupa a China, seria mais um sinal relevante da aurora de um novo regime de acumulação sediado na Ásia. E a crise diluviana que varre os países ocidentais desde 2008 seria o sinal definitivo.

⁸⁵ Um exemplo nítido desse plano secundário assumido pela América Meridional no projeto estadunidense é a ausência de um Plano Marshall para o Hemisfério Ocidental. Iniciativas dessa natureza foram ali tardias e sempre muito tímidas.

Para a Coréia do Sul, ao passo que seus indicadores de rendimento convergem rapidamente para a média da OCDE, e o conflito de exibição vai perdendo sentido pelo anacronismo da disputa, o dinamismo dos anos 2000 seria sensivelmente menor que o dos anos 1980-90. Porém, talvez por sua importância estratégica-militar renovada nesses tempos de acentuada decadência do poderio estadunidense, sua economia continua sensivelmente mais movimentada que aquela do outrora pujante Japão. Já para a Argentina, a emergência da China, uma potência sedenta por tudo que ela tem a oferecer, poderia bem engendrar as condições sistêmicas para uma nova “Era de Ouro”.

Como é possível perceber, a linha de explicação aqui sugerida para o re-nivelamento coreano-argentino caracteriza-se por notável abstração. Mas, como, concretamente, o Estado mais proeminente do sistema poderia interferir na hierarquia dos demais Estados a ele subordinados? Que tipo de cetro conferiria ao *hegemon* “poderes de vida e morte” sobre os demais complexos econômicos? Começaremos adiante a refletir sobre essa provocação.

4.3) Os Limites de “Estrangulamento Externo” nas Industrializações Tardias como Prognóstico *Cepalino* Fecundo às “Teorias do Sistema Mundo”:

Do prisma da História das Ideias, as “Teorias do Sistema Mundo” podem hoje reivindicar o posto de legítimas herdeiras das “Teorias da Dependência”, corpo bibliográfico que representou, nos anos 1970, o ápice de um amplo ciclo de circulação internacional da humanística latino-americana. Os primórdios dessa visibilidade intelectual meridional se estendem ao auge do escritório chileno da CEPAL, de onde se difundiu pioneiramente chamado “estruturalismo histórico”, ainda nos anos 1950. Em que pesem os naturais pontos de contato entre essas três tradições de análise, as identidades entre “estruturalismo histórico”, as “teorias da dependência” e as “teorias do sistema mundo” ainda passam costumeiramente despercebidas.

Para tal aparente dissociação, concorre atualmente o fato de os fundadores da perspectiva do “sistema-mundo”, Wallerstein e Arrighi, emprestam *insights* fundamentais do “estruturalismo” e das “teorias da dependência”, sem prestar-lhes o devido tributo como tentativas seminais de esclarecimento sobre as sinapses entre o plano internacional e os processos internos. Entretanto, tanto as “Teorias da Dependência” quanto as “Teorias do Sistema Mundo” podem, em retrospecto, ser sim compreendidas como tributárias de uma mesma tradição de análise, cuja inquietação fundadora foi pioneiramente esmiuçada pelos *cepalinos* Raúl Prebisch e Celso Furtado. Ou seja, todos os autores envolvidos com a agenda dessas três tradições comungam, na raiz de suas aflições, um profundo desconforto com a negligência da literatura convencional em relação aos marcos externos dos processos políticos e econômicos internos.

Nessa subseção, imbuídos dessa percepção, proporemos um ponto de diálogo entre duas dessas três tradições, sem o qual parece impensável compreender o tópico levantado por ocasião dessa Tese de Doutorado. Designadamente, proporemos que os limites de disponibilidade de divisas constituem condicionantes-chave tanto da “industrialização tardia” à luz das teses *cepalinas*, quanto da progressão nas “hierarquias sistêmicas” à luz das “teorias do sistema-mundo”.

Convém assim examinarmos, inicialmente, as complexidades estruturais do comportamento do Balanço de Pagamentos em um país de tardia industrialização. Seguiremos, para tal, as reflexões especificamente *cepalinas* de Maria da Conceição Tavares. Preocupada em fins dos anos 1960 com os limites cambiais do chamado

Processo de Substituição de Importações, essa autora traz à tona argumentos capazes de referendar a tese de que o limite técnico mais sério ao sucesso da construção tardia de um parque industrial seria de natureza cambial. Retomemos então seu argumento geral.

Maria da Conceição Tavares é uma intelectual de muitas fases e muitos livros, voltados para temas ligeiramente diversos, e tratados com metodologias substancialmente distintas. Aqui, contudo, nos voltaremos especificamente ao clássico *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, de 1972. Nessa ocasião, a autora lida com uma pergunta específica, qual seja, o porquê de os projetos de industrialização latino-americanos concebidos à luz da estratégia de “substituição de importações” terem padecido, um a um, de crises cambiais incapacitantes da continuidade da industrialização naqueles marcos. E, como resposta a esse questionamento, a autora enuncia um paradoxo: a “substituição de importações” estaria, pelo seu próprio sucesso, tendencialmente condenada a ampliar as importações mais aceleradamente que as economiza, engendrando as condições de um “colapso cambial”.

“[...] devemos reconhecer, no entanto, que, dentro dos parâmetros básicos do modelo de substituição de importações, dificilmente o processo de industrialização conduziria a resultados radicalmente diferentes dos obtidos.” [Tavares, 1972]

Examinemos mais profundamente esse posicionamento. Como já aludido a propósito dos questionamentos levantados na Subseção 3.3.1, um país comercialmente integrado ao capitalismo global que se industrialize num mundo já previamente industrializado terá que, à medida que logre produzir manufaturas internamente, introduzir paulatinamente similares domésticos numa cesta de consumo interna já diversificada e tradicionalmente repleta de manufaturas estrangeiras. Ao assim proceder, o país precisará prover sua emergente indústria doméstica com insumos e instrumentos capazes de permitir a produção em nível tecnológico minimamente compatível com o padrão estrangeiro, ao qual o consumidor doméstico já fora habituado. E, tecnicamente falando, será impossível obviar a presença de máquinas e componentes importados nesse esforço. Pois não há como assumir que um país especializado em atividades primárias logre erigir uma indústria contando apenas com esforços domésticos, percorrendo a partir do ponto de partida uma trajetória na qual já se engaja com muitas décadas de atraso. Tal estratégia apenas conduziria o país em questão, muito provavelmente, a ampliar a dessimetria de aprofundamento na divisão do trabalho que de antemão o distancia dos países que primeiro se industrializaram.

Com efeito, é verdadeiro que a “substituição de importações” economize divisas à medida que permite que se prescindia de manufaturas anteriormente importadas. Mas, paradoxalmente, ela amplia o gasto em “moeda forte” com maquinário, peças, insumos, tecnologias, serviços técnicos, licenciamentos, etc. Ou seja, há algum aumento do volume de importações que decorre da própria tentativa de promover sua substituição.

Além disto, a industrialização amplia radicalmente o nível de produtividade vigente na economia, e, por mais que a renda progressivamente venha a se concentrar, há de se esperar que a massa salarial cresça vertiginosamente. Se a indústria do país ainda não o abastece plenamente, há de se projetar que esse aumento no poder de consumo dos trabalhadores signifique, na prática, aumento no consumo de importados. Ou seja, temos aqui uma segunda e forte razão para esperar que a “substituição de importações” redunde paradoxalmente em aumento na necessidade de importações.

Sem uma estratégia satisfatória para lidar com o paradoxo acima, a industrialização tardia é estruturalmente impossível: seu avanço acarreta instabilidade cambial progressiva até inviabilizar sua continuidade. Evidentemente, há muito que o país possa fazer, no plano endógeno, para racionar as preciosas divisas e encaminhá-las prioritariamente àquilo que se supõe funcional à industrialização. É assim possível conceber mil e um construtos de racionamento cambial: do monopólio cambial governamental com acesso meramente discricionário às divisas, como determinou Getúlio Vargas em 1930-34, aos sofisticados leilões segmentados de câmbio, como propôs Café Filho a partir de 1953 — somente para reter dois exemplos brasileiros —. Mas, pragmática- e retrospectivamente falando, nenhum desses estratagemas parece ter sido historicamente capaz de permitir um equilíbrio cambial mais sólido a nenhum país em tardia industrialização.

Talvez apenas no caso *sui generis* do gigantesco Brasil, sob uma estratégia de racionamento cambial somada a diversas outras, da atração de capital voluntário aos limites da política de “industrialização com endividamento”, tenha sido possível a conturbada industrialização de uma só região, mediante a inversão localizada das divisas drenadas de um conjunto muito vasto de complexos primário-exportadores. No caso de quaisquer outros candidatos à tardia industrialização, é forçoso admitir, a estratégia brasileira soa completamente inexecutável do prisma cambial. Isso não chega a denotar que a industrialização tardia seja impossível do ponto de vista do equilíbrio externo. Entretanto, a leitura hodierna dos escritos de Conceição Tavares nos traz a sensação de que, dado o impulso de reprodução “reflexa” da cesta de consumo dos

países industriais pelos não industriais, a construção tardia de um sistema industrial completo e integrado possui escassíssimas chances estruturais de êxito.

Podemos nesse ponto estabelecer uma fértil conexão explicativa entre o “estruturalismo histórico” e as “teorias do sistema mundo”. Como vimos, a primeira tradição nos permite enxergar que o mais poderoso limite econômico à diferenciação produtiva das economias “atrasadas” seria a tendência estrutural crescente ao “estrangulamento cambial” à medida que tal diferenciação é intencionalmente perseguida. A disponibilidade de divisas seria, assim, uma barreira à entrada das nações “subdesenvolvidas” na civilização industrial. Relegadas à semi-especialização na produção primária, tais nações acabavam expostas à flutuação historicamente mais acentuada do preço dos produtos primários face àqueles das manufaturas. E, além disto, condenadas a um crescimento meramente vegetativo das exportações, a menos que alguma ruptura estrutural estivesse a marcar o mercado de matérias-primas, como ocorre na década de 2000.

Já a segunda tradição nos permite enxergar que o controle da ordem hierárquica entre os organismos estatais é de suma importância para a nação que se pretende hegemônica na “economia mundo” capitalista. Com efeito, a ameaça de crise cambial que se põe às nações que buscam progredir na hierarquia de valor adicionado seria um dos pilares da hierarquia sistêmica. Paralelamente, apenas o *hegemon*, país emissor da moeda-reserva do sistema, possuiria a faculdade de prontamente de equacionar a “brecha de divisas” dos países envoltos por crises cambiais. E, em função dessa sua prerrogativa, o *hegemon* deteria a principal chave à requalificação produtiva de qualquer país sub-industrializado.

Na próxima subseção escavaremos, motivados pelo “estruturalismo histórico”, os fatores exógenos responsáveis pelo contorno sul-coreano da “tendência ao estrangulamento externo” que, como visto no Capítulo I, também se fez ali presente. Paralelamente, inspirados pelas “teorias do sistema mundo”, poderemos começar esclarecer em que medida o “milagre coreano” pode ser entendido como uma “progressão na hierarquia sistêmica” a convite do *hegemon*, uma vez ele estaria plenamente apto acionar os referidos fatores exógenos, e, como sugerido na subseção anterior, o sucesso econômico sul-coreano seria bastante funcional a seu projeto global.

4.4) Solução Exógena para o “Estrangulamento Externo” ou “Desenvolvimento a Convite” na Coreia do Sul:

Nas últimas décadas, tem havido um quase consenso técnico entre os economistas, ortodoxos e heterodoxos, de que o “caso sul-coreano” apontaria uma saída para os estreitos limites cambiários da industrialização tardia. De acordo com este, a industrialização por “substituição de importações” seria de fato tendente, como explica Conceição Tavares e ilustra o “caso argentino”, ao “estrangulamento cambial” crônico que se agudiza. Mas, opostamente, a industrialização por “substituição de exportações”, tipificada como nenhum outro país pela Coreia do Sul, seria uma saída ainda aberta a todos os países cujas carentes populações ainda vivessem prementemente a partir da agricultura extensiva.

Parece bem simples e intuitivo: o país engaja-se na produção de manufaturas com preços competitivos e feições técnicas *up-to-date*, passando a exportá-los em volumes exponencialmente maiores. Ao diferenciar ativamente sua pauta exportadora, ele evitaria os constrangimentos prognosticados por Tavares, que assumia essa pauta equivocadamente como rígida. A teoria é sonora, e aclama “casos de sucesso” de universal reconhecimento, sugerindo subjacentemente uma receita supostamente sólida para que países como Bolívia, Paraguai, Moçambique, Tanzânia ou Namíbia pudessem seguir a senda coreana.

Mas, debruçando-nos objetivamente sobre as evidências disponíveis, é isso mesmo que sugere o Balanço Comercial Sul-coreano? Não, definitivamente não é.

Gráfico 4.3-1^{lxii}

O que os dados acima indicam é, tão-somente, que a referida opção pela “substituição de exportações” seria, em curtas palavras, um atalho certo para o “colapso cambial”. Pois, simplesmente, não há evidência empírica alguma de que o notável crescimento das exportações sul-coreanas efetivamente teria redundado em algum alívio nas tensões cambiais que costumam acometer as industrializações tardias.

E há evidências fartas em contrário. Os dados acima não descortinam apenas que na Coreia do Sul inexistiram historicamente os excelentes resultados que esperaríamos de seu Balanço Comercial: seus resultados comerciais foram na verdade muitíssimo preocupantes, com uma reincidência de déficits que vai muito além daquilo que a estrutura de punições da economia internacional autorizaria a qualquer país periférico regular. Em nenhum dos anos do governo Park Chung Hee, entre 1960 e 79, esse país registraria qualquer saldo comercial. Bolívia, Paraguai, Moçambique, Tanzânia ou Namíbia jamais poderiam se dar ao luxo de tão recorrentes déficits. Mesmo o imenso Brasil, tão fértil exportador primário, precisaria expiar os oito déficits comerciais que registrara entre 1964 e 79 mediante 25 longos anos de semi-estagnação.

À Coreia do Sul, opostamente, foi consentido manter posições comerciais constantemente negativas por toda sua história econômica até às vésperas das Olimpíadas de Seul, quando sua plena travessia industrial já era por toda parte festejada. Por incrível que pareça, e por mais desconcerto que isso emule, o comentado “prodígio” da inserção comercial agressiva registraria apenas em 1986 o primeiro superávit comercial de sua história independente. Paul W. Kuznets proclama o milagre exportador sul-coreano em 1977, e a *think-tank* Anne Krueger o ecoa em 1979, mas até aí o “milagre” nunca havia rendido um só saldo de comércio.

Os dados disponíveis atestam, ainda, que a Balança Comercial sul-coreana se sai historicamente muito pior que aquela de países tradicionalmente criticados por sua “introspecção comercial”. Com efeito, a comparação entre a série da Balança Comercial sul-coreana e aquelas correspondentes ao Brasil, à Argentina e à África do Sul evidencia nítida desvantagem para o país oriental. As séries temporais plotadas nos Gráficos 4.3-2, 4.3-3 e 4.3-4 ostentam tão expressiva disparidade em prol dos “introspectivos” que sequer é preciso trabalhar os dados: eles falam por si.

Concluindo, é tecnicamente falacioso assumir que a maior “corrente de comércio” proporcionada pela “substituição de exportações” redunde por si em maior capacidade de importar. Refletindo sobre os escritos de Tavares, parece que o paradoxo da “substituição de importações” é ainda mais intenso sob a “substituição de exportações”.

Gráfico 4.3-2^{lxiii}

Gráfico 4.3-3^{lxiv}

Gráfico 4.3-4^{lxv}

Mais ainda, os dados acima plotados sobre a Coreia do Sul não distam sobremaneira daqueles relativos a Taiwan, o outro “prodígio comercial” que se aponta. Apenas, no caso desta ilha a aparição de saldos comerciais não chegar a tardar até a segunda metade dos anos 1980 para ocorrer. Já a partir do fim dos anos 1970, mediante um gigantesco superávit comercial frente aos Estados Unidos, a militarmente estratégica China Insular logra romper com a escassez estrutural de divisas. Mas, como o andar da industrialização em Taiwan é historicamente mais célere que o sul-coreano, inclusive por suas bem menores dimensões demográficas, a análise de seus dados inspira o mesmo questionamento. Como um país periférico regular poderia optar, sem esperar consequências severíssimas, por reincidir em déficits comerciais por uma ou duas décadas até que, finalmente, logre montar um complexo econômico capaz de gerar superávits de comércio?

Afinal, de que falavam as milhares de páginas condensadas pela revisão bibliográfica levantada por essa Tese de Doutorado? Todas, sem exceção, foram edificadas sobre a premissa fantasiosa de que um país cronicamente deficitário em comércio é um “milagre comercial”, e que seu empreendimento poderia ser livremente repetido por quaisquer outros, desde que seguissem suas táticas. Será que nenhum daqueles autores teve o cuidado de checar essa série temporal tão elementar?

Não é parte do domínio dessa Tese de Doutorado demonstrar que a estratégia de “substituição de exportações” seja uma quimera — parece-nos, apenas, que tal demonstração, seguindo a linha argumentativa de Conceição Tavares, é empiricamente muito mais fácil do que se supõe, e deve ser tão logo por alguém empreendida —. Tampouco consta em nossos propósitos explicar como a quase totalidade dos analistas acabou dando fé a essa aparente utopia sem exigir suas credenciais mais elementares. Nosso propósito ora apenas tangencia soprar o castelo de cartas do “milagre comercial” sul-coreano. E isso não é tarefa nada complexa.

Não pode ter sido o comércio, como evidencia definitivamente o simplório Gráfico 4.3-1, o responsável pelo equilíbrio cambial que permitiria a esse país atravessar o período entre 1948 e 2012 com inflação quase sempre moderada. Não foi esta rubrica que angariaria as divisas necessárias à edificação da fantástica infraestrutura sul-coreana. Não foi pela soma de saldos comerciais que se formaria a capacidade de importar responsável pela aquisição de máquinas, tecnologias, insumos ou combustíveis requeridos pelo “salto industrial” coreano. Não é nas trocas de bens que reside, enfim, a

explicação para fundamental para a inegável transformação material ascendente que esse país logra empreender.

Com efeito, a “brecha cambial” que marca a industrialização sul-coreana, tal como a brasileira, a argentina e a sul-africana, teve que ser fechada por outras rubricas. E somente três vias alternativas são regularmente concebíveis para a injeção de divisas em um país que não se financia pelo comércio: o Balanço de Serviços, as Transferências Unilaterais e o Balanço de Capitais. Logo abaixo, é possível acompanhar a evolução histórica do Balanço de Pagamentos Sul-coreano, que demonstra sem lugar à dúvida que são as duas últimas contas, combinadas, que explicam o relativo equilíbrio cambial usufruído pela economia desse dinâmico país oriental.

Figura 4.3-1

Balanço de Pagamentos da República da Coreia em Anos Seleccionados: 1962-1989							
	1962	1965	1970	1975	1980	1985	1989
Balança Comercial	-335	-241	-922	-1671	-4384	-19	4597
Balança de Serviços	43	46	119	-442	-1384	-1446	210
Bal. Transferências Unilaterais	236	203	180	227	449	578	247
Balança em Conta Corrente (a)	-56	9	-623	-1887	-5321	-887	5055
Bal. Capitais de Longo Prazo (b)	8	37	449	1178	1857	1101	3362
Bal. Capitais de Curto Prazo (c)	-7	-23	122	680	1944	-588	60
Bal. Capitais (b + c)	1	14	571	1858	3801	513	3422
Erros e Omissões	-2	-2	16	-122	-370	-880	701
Resultado Global do Balanço de Pagamentos	-57	21	-36	-151	-1890	-1255	9178
Fonte: The Bank of Korea							

Como é possível verificar, o Balanço de Serviços sul-coreano foi insuficiente para fazer frente ao déficit em Comércio em todos os anos citados entre 1962 e 1985. Mais ainda, ele próprio foi deficitário em 1975, 1980 e 1985. Paralelamente, o resultado líquido das Transferências Unilaterais é ali sempre positivo, porém apenas em 1962 e 1965 elas logram cobrir o grosso do déficit acumulado em Serviços e Rendas. Com efeito, a Coreia do Sul depende de grandes superávits na Conta Capital em todos os

anos citados entre 1970 e 1985. E ela efetivamente registra grandes superávits de Capital neste intervalo, mas mesmo assim o Balanço de Pagamentos permanece constantemente no terreno negativo. A Tabela 4.3-2 nos ajuda a compreender como a soma das Transferências Unilaterais líquidas com o Saldo da Conta Capitais consitutiria o grande financiador do déficit sul-coreano em Comércio.

Figura 4.3-2

Contraposição Entre os Déficits em Comércio e os Saldos Combinados em Doações e Capitais: anos selecionados entre 1962 e 1989							
	1962	1965	1970	1975	1980	1985	1989
Balança Comercial	-335	-241	-922	-1671	-4384	-19	4597
Balança de Transferências Unilaterais + Balança de Capitais	237	217	751	2085	4250	1091	3669
Fonte: The Bank of Korea							

Esse conjunto de dados já nos permite as conclusões necessárias aos propósitos expositivos dessa subseção. Convém então enumerá-las meticulosamente:

- i. A notável elevação na Corrente de Comércio sul-coreana não foi acompanhada de saldos comerciais, ao contrário do que reza o senso comum. Opostamente, o chamado “*export-led led growth*” produziu ali uma sequência de déficits que seria catastrófica para qualquer país periférico regular.
- ii. O financiamento desses déficits comerciais dependeria de uma longa combinação, por cerca de duas décadas, de superávits em Transferências Unilaterais e/ou em Capital. Na década de 1960, as Transferências Unilaterais parecem ter sido capazes de custear o grosso do déficit comercial. Já décadas de 1970 e 1980 (primeira metade), esse papel parece ter sido primordialmente desempenhado pela Conta de Capitais.
- iii. Uma conjunção tão longa e generosa de superávits em comércio ou doações, sem a qual a Coréia do Sul teria vivenciado um inevitável “colapso cambial”, soa improvável da ótica de qualquer país periférico regular. Por isso, o exame da história industrial da Coréia do Sul serve como um alerta para os países sub-industrializados de que a estratégia de “substituição de exportações” seria uma tática absolutamente temerária do ponto de vista do equilíbrio macroeconômico.
- iv. Mesmo tendo se beneficiado de tão favorável coincidência de saldos em Doações e Capitais, o Balanço de Pagamentos Sul-coreano permaneceu

tendencialmente negativo durante todo o período entre 1962 e 1985. Sabemos pela experiência cotidiana que nenhum país regular, industrializado ou não, pode se dar ao luxo de manter déficits em Balanço de Pagamentos por tanto tempo. Mas, como a Coreia do Sul parece ter sido misteriosamente capaz de fazê-lo, soa razoável propor que as causas devam ser buscadas em fatores exógenos inexplicáveis a partir da dinâmica endógena de um país periférico padrão.⁸⁶

Feitas estas constatações, podemos propor uma hipótese. Em que pesem quaisquer processos endógenos que possam porventura ajudar a explicar a acelerada industrialização sul-coreana, algum processo exógeno precisa ter concorrido para seu sucesso. Pois seu Balanço Comercial mostra uma fragilidade ainda mais séria que aquela que acomete, por exemplo, a economia argentina. Assim, não é possível conceber o sucesso da “substituição de exportações” sem que se listem fatores externos responsáveis por determinar que este país tenha sido capaz de compensar seus déficits comerciais, pelos 25 anos subsequentes à chamada Revolução de Abril, com insólitas combinações de saldos em Transferências Unilaterais, Capitais e, ainda, Curioso influxo de divisas resultantes da alienação de ativos e/ou empréstimos compensatórios (de última instância). Em linguagem afim às “teorias do sistema mundo”, quais as evidências empíricas da boa-vontade do *hegemon*? Esse é o assunto do Capítulo V.

Paralelamente, ao percebermos que a ideia vulgar de que escolhas externas a respeito do direcionamento estratégico de seu complexo manufatureiro são incapazes de explicar estruturalmente o sucesso industrial sul-coreano, notadamente quando se retém sua realidade cambial, despontam por emulação novos focos de curiosidade investigativa também a respeito do estancamento argentino. Bem, sabemos que o lado comercial não seria capaz de explicar, por si mesmo, a instabilidade cambial que a Argentina ostenta quando contraposta à Coreia do Sul. Então, como explicá-la? Por que razão a Argentina teria padecido de tamanha instabilidade cambiária?

Conceição Tavares deixa claro que a “substituição de importações” é estruturalmente tendente ao “estrangulamento cambial”. Então, se nenhum fator

⁸⁶ Para uma boa primeira aproximação dos influxos que ali constantemente permitiram esse improvável equilíbrio cambial de última instância, soa interessante vasculhar os incontáveis empréstimos, e trocas de ativos físicos e monetários que historicamente se abrigaram, dentro do erário estadunidense, sob a *Foreign Assistance Act* de 1961, e sob a *Public Law 480* (“*Food for Peace*”) de 1954. Afinal, uma sucessão ainda muito nebulosa de empréstimos interestatais equilibradores, venda de ativos financeiros designados em moedas fortes, ou transferências interestatais de patrimônios postos à venda, etc. é o que parece elucidar o remate desse Balanço de Pagamentos reincidentemente desequilibrado. Em vista de seus incontornáveis limites temporais e orçamentários, a pesquisa que conduziu a essa Tese Doutorado não enveredou por essa busca àquilo que por óbvias razões se procura esconder.

exógeno concorresse para o reequilíbrio do Balanço de Pagamentos do país que empreende um esforço de construção industrial com tais características, o sucesso de sua construção industrial seria de partida muito improvável. Então, precisamos pôr à prova, provocados tanto pelo “estruturalismo histórico” quanto pelas “teorias do sistema mundo”, a hipótese de que fatores dessa natureza não beneficiariam a Argentina durante todo o período entre a II Guerra e o Milênio. Ou seja, que marginalizada por um projeto global estadunidense que não a incluía como elemento importante, a Argentina teria que contar apenas com seus próprios e declinantes meios de captura de “moedas fortes”, o que teria tornado a construção de um parque industrial completo e integrado algo muitíssimo improvável em suas circunstâncias históricas. Procuraremos empreender essa demonstração no Capítulo VI.

4.5) O Conceito de “Dependência”: alguma funcionalidade às “Teorias do Sistema Mundo”?

Uma das decorrências do enfoque em um “sistema mundo” diz respeito à necessidade de admitir, dentro da ordem hierárquica que se insinua sobre o plano global, relações de “centralidade” e “periferização” entre os vários países. Ou seja, um mero sobrevoo sobre as estatísticas econômicas internacionais nos permite identificar imensas assimetrias entre os níveis de riqueza ostentados pelos vários países e grupos de países. Uma vez que o enfoque do “sistema mundo” privilegia explicações sistêmicas para o desempenho local das nações, cumpre enunciar as razões sistêmicas pelas quais alguns países acabam em melhores condições de aprisionamento de parte dos benefícios criados pela circulação global capitalista. O fragmento abaixo evidencia como, especificamente, Arrighi trabalha com o conceito de periferização.

“Por ‘periferização’ entendemos o processo pelo qual alguns atores ou locais, que participam direta ou indiretamente da divisão internacional do trabalho, são progressivamente despojados dos benefícios dessa participação, em proveito de outros atores ou locais. Essa redistribuição de benefícios pode assumir diferentes formas, [...]: transferência de excedente, troca desigual, ou apropriação direta de excedente.” [Arrighi: 1987: 687]

Do ponto de vista estritamente materialista do modelo de explicação desse autor, seria no contexto dos fluxos de capitais e mercadorias, inclusive trabalhadores, que algumas regiões acabariam se saindo melhor que outras, e aprisionando uma maior fatia das riquezas geradas globalmente. Assim, de seu ponto de vista, seriam condições estritamente sistêmicas as responsáveis pelo melhor posicionamento daqueles que mais se beneficiam da divisão internacional do trabalho.

“As chances de uma dada relação de produção experimentar periferização não são primariamente determinadas pela natureza da relação em si mesma, mas pelo contexto regional, nacional, e mundial-regional em que está localizada.” [Arrighi: 1987: 695]

Mas será a que a configuração sistêmica realmente independe da porosidade dos contextos locais aos projetos expansionistas dos países que mais intensamente buscam projetar seu poder sobre uma região ampliada? No nosso caso específico, parece claro que a evolução da economia coreana é indissociável do projeto expansionista japonês. Mas será que esse projeto poderia deixar de fazer sentido caso fosse outra a configuração interna da sociedade coreana? Será que teria existido um projeto

expansionista japonês se, por exemplo, reformistas tivessem sido ali vitoriosos concomitantemente à Revolução Meiji? Mais ainda? Será que não haveria um projeto expansionista coreano rumo ao Japão se tal reforma tivesse ocorrido na península, e não no arquipélago?

Na perspectiva tradicionalmente associada à “teoria da dependência”, a periferação não pode ser compreendida apenas como um processo exclusivamente externo, mas sim como fruto de uma co-determinação interno-externa. Ou seja, a configuração social, política e cultural de cada território seria um dado decididamente levado em conta quando da formulação de estratégias de projeção do poderio de um país sobre os demais. E, paralelamente, a natureza de tal projeção influencia a evolução subsequente dessa configuração interna.

Para abordar os embates que marcam os reequilíbrios entre as candidatas a nações proeminentes, é bem provável que o foco exclusivo em processos estritamente sistêmicos seja uma lúcida estratégia. O método de Arrighi possivelmente se ajusta bem àquilo que ele procura explicar: o processo que marca a ascensão e a queda de cada ciclo hegemônico. Contudo, para lidar com a sujeição de uma dada nação por outra mais poderosa, faz sentido pensar que a escolha metodológica dos “teóricos da dependência” se ajuste melhor aos propósitos investigativos. Pois é difícil de deglutir a idéia de que, nestes casos, nuances na configuração sócio-política do país estudado não interfiram no escopo dos projetos dirigidos a ele sistemicamente.

Além disso, há que se refletir sobre como, especificamente, as ondas de projeção do poder das nações mais proeminentes ressoam nas nações menos poderosas. Como seu processo econômico interno é excitado e reequilibrado? Como os fluxos globais daquilo que Florestan Fernandes chamava de “bens de civilização” ecoam num país periférico? Em síntese, de que modo preciso se afirma e reafirma a “dependência” de uma nação ante outras hierarquicamente superiores no “sistema mundial”?

Paralelamente, sabemos que na tradição intelectual costumeiramente chamada de Teoria da Dependência — comportando as obras de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso ou André Gunder Frank — se costuma compreender a “dependência” como um padrão de relacionamento entre nações independentes, na qual uma nação mais poderosa influencia decididamente os rumos de outra mediante a irradiação de oportunidades econômicas e tecnológico-culturais. A estreiteza desse conceito parece sugerir que precisaríamos trabalhá-lo melhor de modo a compatibilizá-lo com a multiplicidade de padrões de sujeição que as “teorias do sistema mundo” comportam.

Nesse contexto, sugem muitos questionamentos, e essa Tese potencialmente pode fornecer material empírico fecundo a sua discussão. Primeiro, teríamos algum tipo de razão para falar de “meta-dependência” nas relações hierárquicas dentro do “sistema mundial”? Ou seja, como caracterizar as formas de projeção da influência de uma nação sobre outra em outros termos: coloniais, protetorais, ou mesmo a intimidação bélica com sujeição informal? Segundo, haveria alguma possibilidade de caracterizarmos a projeção de poder de uma nação ante outra mais frágil como “dependente”, porém num grau especialmente elevado? Ou seja: faria sentido falar de um caso de particularmente forte de dependência, ou seja, de “superdependência”? Quarto, como caracterizar uma relação de simetria entre distintas nações? Será que o termo *furtadiano* “interdependência” se presta a contento? Mas e o próprio *hegemon*? Seria ele interdependente de que outra nação?

Esperamos retornar a essas perguntas ao final desse texto, quando apresentarmos nossas conclusões. Esperamos estar aí munidos de material empírico suficiente a seu tratamento.

— **CAPÍTULO V** —
**Cenário Externo e Crescimento:
o Peso de Fatores Exógenos no
Sucesso da Industrialização Sul-
Coreana (1894-1997)**

5.1) Introdução, **p.406**

5.2) A Coreia antes do Processo de
Modernização: uma Cultura
Milenar em Xequê e a Aparente
Ausência de Novos Horizontes,
p.411

5.3) Imperialismo, Colonialismo,
Ocupação Estrangeira e Mudança
Social na Coreia do Sul (1894-
1948), **p.415**

5.4) Os Aportes Exógenos para o
Sucesso da Industrialização por
“Substituição de Exportações” na
Coreia do Sul, **p.421**

5.1 - Introdução:

Em visita recente à Austrália para a Reunião de Cúpula da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), o ex-presidente sul-coreano Roh Moo-Hyun cometeria uma pequena gafe diplomática que descortinaria o delicado limite que separa soberania e autonomia em seu país. Cioso do tema da Reunificação das Coreias, ponto crucial de seu programa de governo, ele acabaria deixando claro, mesmo diante das câmeras internacionais, de que quem dá a última palavra sobre os limites dos esforços de reunificação peninsular pacífica é, na verdade, o presidente norte-americano.⁸⁷

Após ouvir uma declaração ambigüamente traduzida do presidente George W. Bush, o mandatário sul-coreano perguntaria ao colega: “Eu acho que posso ter me enganado, não acredito ter ouvido o presidente Bush mencionar uma declaração para terminar a Guerra da Coreia já. Você disse isto, presidente Bush?” Bush, então, explicaria: “Cabe a Kim Jong-Il⁸⁸ decidir se assinamos um tratado para encerrar a Guerra da Coreia. Ele tem que se livrar de suas armas de forma clara. E estamos fazendo progressos neste sentido. Cabe a ele.” Em um desabafo, ou em um ato inteligente de pressão diplomática com o uso das câmeras, o presidente sul-coreano então retrucaria: “Mesma conversa. Mesma conversa. O presidente Kim Jong-Il e o povo norte-coreano querem ouvir uma história diferente.”⁸⁹ Com a sutileza que lhe era característica, Bush sentenciaria: “Eu não posso ser mais claro, Sr. Presidente.”

Como encontrar, em estudos que pressupõe uma autonomia praticamente irrestrita do governo sul-coreano, uma explicação para uma fragilidade tão aparente de seu presidente frente ao colega norte-americano? Como é que um governo capaz de ensejar a agressiva inserção de sua indústria no comércio internacional, tantas vezes comprimindo de fatias de mercado detidas por empresas norte-americanas, não é forte o suficiente para dar por encerrada uma Guerra Civil que se pereniza, bipartindo um território cuja unidade remonta ao ano de 668 d.C.? Quais os limites para o ímpeto sul-coreano? Com base em que tradição de reflexão sobre o desenvolvimento encontramos respostas para delimitar os limites do sucesso deste país?

No Capítulo IV, descobrimos que a Coreia do Sul foi historicamente marcada por imensa fragilidade de seu Balanço Comercial. Seu continuado sucesso industrial

⁸⁷ O incidente ocorreu em Sidnei no dia 7/09/2007. Em circunstâncias que ainda despertam alguma perplexidade, o líder progressista e nacionalista sul-coreano se suicidaria em 23/05/2009.

⁸⁸ O ex-líder norte-coreano, morto de causas naturais no fim de 2011.

⁸⁹ Note que a tradução inglesa da fala do presidente sul-coreano foi arbitrariamente alterada pelos veículos de imprensa do Ocidente para amenizar o mal-estar diplomático. Já os principais veículos de imprensa da Coreia do Sul sequer noticiaram o ocorrido. No entanto, a tradução literal, assim como o vídeo com os diálogos, foram divulgados por organizações não governamentais comprometidas com a reunificação.

dependeria, então, de continuados influxos de divisas por outras rubricas. Mas a Coréia do Sul não é, como a China ou o México, um país que possa contar com eternas transferências remetidas para casa por comunidades emigradas. Também não era, como a Arábia Saudita ou Noruega, detentora de uma massa de ativos financeiros no exterior, tal qual um moderno “fundo soberano”, que pudesse ser acionado em prol do fechamento de seu Balanço de Pagamentos. Ela também não contava, como Israel ou em certo momento a China, com uma comunidade capitalista emigrada ao ultramar, disposta prontamente a repatriar capitais. Igualmente, as empresas da Coréia do Sul não possuíam tentáculos internacionais, e por isso não se podia esperar delas remessas de lucros e dividendos do exterior. Que rubrica, então, permitiria que seu Balanço de Pagamentos se equilibrasse?

Partindo desta questão, nossa tarefa neste capítulo será a de examinar algumas passagens cruciais da história coreana. Visitaremos, no âmbito de suas relações internacionais, alguns acertos geoestratégicos que em conjunto teriam representado, dado seu frágil Balanço Comercial, condição estrutural necessária à sua impetuosa trajetória rumo à edificação de um parque industrial capaz de prontamente exportar sua produção. Convém frisar que não esperamos esgotar o assunto. Nosso intuito é apenas demonstrar, com evidências bastante palpáveis e estatisticamente mensuráveis, que o deslanche do salto sul-coreano dependia, na verdade, de sansão externa. E, como tal, sua política industrial estava inscrita em um processo histórico-internacional mais amplo.

Especificamente, neste capítulo exploraremos sete elementos históricos que, como procuraremos demonstrar, jamais deveriam ser negligenciados em qualquer esforço de compreensão da natureza da transformação coreana. São eles: 1) os impactos da ajuda externa concedida pelos Estados Unidos à Coréia durante os anos 1950, além dos significados de curto e longo prazos dessa política; 2) a contribuição das reparações de guerra pagas pelo Japão à Coréia nos anos 1960; 3) o impacto na economia coreana do engajamento da República da Coréia no esforço de guerra americano no Vietnã; 4) as implicações da expansão dos chamados “Euro-mercados” para o projeto coreano de industrialização pesada; e 5) o grande valor de pertencer à área de influência do Japão no contexto da Crise da Dívida dos Anos 1980.

Note que nenhum dos autores analisados no capítulo anterior sequer enumera todos estes elementos. É verdade alguns destes tópicos se fazem presentes, eventualmente, nas análises de alguns dos autores analisados. Por exemplo, Anne Krueger faz um tratamento detalhado da questão da ajuda americana, mas negligencia todos os outros pontos. Otaviano Canuto, por sua vez, faz um tratamento detalhado do papel japonês na crise da

dívida e, de modo mais indireto, da importância dos “Euro-mercados”. Mas deixa ausente a discussão sobre os demais. Já Fernando Fajnzylber, por sua vez, enumera várias das implicações da benevolência norte-americana e japonesa no vigoroso processo de industrialização sul-coreana. Mas o tratamento que ele confere ao tema é bastante superficial e, ademais, ele negligencia os demais pontos acima enumerados.

O que ora convém assinalar, e que nesse capítulo procuraremos demonstrar, é o seguinte: há uma sequência cronológica entre cada um dos cinco fatores listados. Procuraremos argumentar que cada qual é relevante em um período específico, desde os primórdios da industrialização “exportadora”, nos anos 1960, até a maturação industrial do país nos anos 1980. E, grosso modo, seriam esses os fatores “exógenos” que teriam permitido o fechamento da “brecha de divisas” sul-coreana. Por isso, entendemos que seria impossível compreender a viabilidade estrutural da industrialização sul-coreana por “substituição de exportações” sem fazer menção a cada um destes tópicos.

Aparentemente, é precisamente a negligência quanto a estes fatores que suscita a percepção de que na Coreia há um “modelo” político-econômico replicável em outro contexto. Coloquemos este problema em termos metodológicos. Se nossa proposta fosse construir uma teoria da industrialização sul-coreana alicerçada especialmente em variáveis internas e, contudo, nos deparássemos com um ou dois acontecimentos internacionais pontuais que, reconhecidamente, tivessem facilitado sobremaneira o desenlace do processo analisado, caberia unicamente fazer menção a tal conjunto facilitador. Porém, se perseveramos na análise das relações internacionais coreanas e identificamos muitos outros tópicos igualmente importantes, dispersos década a década — e, além do mais, interdependentes —, então se torna impossível tratá-los como elementos puramente acidentais e localizados. Isso é ainda mais verdadeiro se diagnosticamos que, na ausência dessa combinação de fatores exógenos, o equilíbrio cambial sul-coreano teria sido contabilmente impossível. Nossa análise do cenário interno não mais poderia prescindir, nesse caso, da compreensão da lógica destes processos internacionais em que a Coreia esteve imersa.

Uma pequena advertência merece ser aqui cuidadosamente feita. Nesse capítulo procuraremos demonstrar que o envolvimento político-internacional da República da Coreia lhe renderia as condições objetivas para que esta se aproximasse do equilíbrio em Balanço de Pagamentos. Dispomos de fartas evidências numéricas dessa conexão. Entretanto, como vimos, o Balanço de Pagamentos deste país continua deficitário mesmo diante dessas contribuições exógenas, obrigando o país a cobrir essa diferença com venda

de reservas de “moeda-forte”. E aí podemos nos perguntar: de qual fonte jorravam essas reservas? A pesquisa que precedeu a elaboração dessa Tese verificou que é muitíssimo opaco o processo que determinava o acúmulo de moedas fortes por parte do governo coreano. E essa opacidade nos fez optar por desconsiderar esse remate final do Balanço de Pagamentos desse país oriental. Afinal, ao demonstrarmos alicerçados em um terreno mais acessível que os Estados norte-americano e japonês estavam, cada qual a seu tempo e por razões particulares, comprometidos com a solvência sul-coreana, proporcionando-lhe influxos compensatórios devidamente contabilizados, nosso objetivo expositivo já terá sido plenamente cumprido.

Além disso, cumpre observar que até aqui demos a entender que a contribuição das formações hierárquicas do “sistema mundial” à industrialização sul-coreana se circunscrevia ao fechamento da “brecha de divisas”. Mas há também outra sorte de intrusão estrangeira, de natureza extra-cambiária, que consideramos estruturalmente relevante ao deslanche da “substituição de exportações”. Designadamente: 1) o impacto social e o legado econômico e institucional dos 35 de domínio colonial japonês, entre 1910 e 1945; e 2) a relevância da ocupação militar americana na solução de dois problemas de base de uma economia em transição para o capitalismo — reforma agrária e alfabetização —. Procuraremos, quanto a isto, demonstrar que seu papel no “sistema mundial” renderia à Coreia do Sul algo mais que condições cambiais à diferenciação produtiva. Argumentaremos que ali a dependência também teria contribuído diretamente, e não apenas indiretamente, à emergência de novas formações sociais mais amigáveis à difusão do capitalismo industrial.

Acabaremos por apurar, nesse esforço, que o processo de industrialização sul-coreano parece ter sido caracterizado por vendavais históricos que conduziriam o povo sul-coreano, para seu azar ou sorte, a novos horizontes, e por periódicos acertos geo-estratégicos — por vezes bastante escusos —, capazes de assegurar que esse país pudesse galgar os horizontes nessa conjuntura vislumbrados. Assim, neste capítulo, em termos bastante *furtadianos*, reuniremos elementos que configuram uma típica situação de dependência de um pequeno país ante nações muito mais avançadas. Dependência esta que esteve, em seu caso peculiaríssimo, associada a um enorme progresso material no país. Ainda que este progresso se inscreva, inteiramente, nos limites hierárquicos do “moderno sistema mundial”.

Pois, mesmo que pouco se comente a respeito, o Estado sul-coreano ainda não possui algumas das prerrogativas comuns aos demais corpos estatais. Ele não controla seu

próprio exército em tempos conflituosos. Não pode, com efeito, declarar a guerra ou celebrar a paz com qualquer outro país. Não são de sua jurisdição os crimes, sequer os crimes sexuais ou hediondos, que militares americanos eventualmente cometam em seu território. Não lhe cabe o controle de incontáveis pontos estratégicos de seu território, que foram permanentemente cedidos ao usufruto de forças exóticas. Com efeito, ele possui autonomia mínima no desenho de sua política externa. E isso é reforçado pelo fato de que, ainda hoje, alguém que ali critique abertamente essa situação fatalmente temerá as implicações policiais. Não é por acaso que na academia sul-coreana haja tantos “economistas políticos” e tão poucos “marxistas”: o marxismo ainda é ali facilmente caracterizado como “simpatia nortista”, mesmo que impingir alguma sanção a um intelectual seja cada vez mais impraticável no conflituoso universo político atual do país.

Uma última advertência deve ser feita. O foco nos elementos exógenos como uma sequência que reflita uma determinada lógica não dos permite investida metodológica que focalize prazos demasiado estreitos. Da ótica do “sistema mundo”, uma vez constituída certa hierarquia entre os Estados participantes do “sistema mundial”, os mecanismos que preservam tal ordenamento tendem a ser preservados até que o ciclo hegemônico comece a se esgarçar. Por isso, apesar de o foco dessa Tese de Doutorado tangenciar apenas o notável desempenho da economia sul-coreana nos limites da década de 1980, será preciso observar fatores internacionais que abracem esse país desde muito antes. Pelo menos, teremos que cobrir sua situação antes do início da “hegemonia americana”, e, daí em diante, precisaremos caracterizar as aberturas que o “sistema mundial” lhe proporcionava.

Organizemos então nosso plano para esse capítulo. Logo adiante, Subseção 5.2, caracterizaremos o contexto que marca a perda de plena autonomia nacional pelo governo coreano. Como veremos, da década de 1890 em diante, os destinos do país são ideados sistematicamente fora de suas fronteiras. Tardaria muito até que, em 1948, a parte meridional do país recobrasse certa autonomia sobre seu território. E, como acima frisado, essa autonomia é somente parcial. Logo em seguida, na Subseção 5.3, escavaremos em que medida essa perda completa de autonomia fincaria, durante meio século, marcos estruturalmente importantes ao posterior deslanche da “substituição de exportações”. Feito isso, chegamos ao âmago do capítulo na Subseção 5.4. Pois nela examinaremos, uma a uma, as injeções de divisas ali proporcionadas ao Balanço de Pagamentos sul-coreano por um conjunto de acertos estratégicos. Por último, na Subseção 5.5, buscaremos esclarecer o papel que os Estados japonês e norte-americano atribuíam à península coreana.

5.2 - A Coreia antes do Processo de Modernização: uma Cultura Milenar em Xeque e a Aparente Ausência de Novos Horizontes:

Em passagens anteriores dessa Tese de Doutorado, descrevemos as linhas gerais da sociedade burocrático-agrária que existiu na Península Coreana durante o período entre 1392 e 1910. Mencionamos, igualmente, que o fim do século XIX é ali marcado por fulminante implosão desse sistema social outrora tão estável. E também registramos que seria no contexto da rebelião camponesa denominada *Tonghak* que, incapaz de controlar o próprio território, a monarquia coreana pediria socorro ao Império Chinês, valendo-se de uma convenção do século XVII que situava a Coreia como um estado “vassalo” da China.⁹⁰ A China fornece ajuda, mas os japoneses aproveitam a ocasião e decidem intervir (Cumings, 1997: 114-119).

A partir de 1894, com efeito, o Rei Kojong é progressivamente alijado do poder de fato. Primeiro, os japoneses estimulam o retorno ao poder seu pai e antigo Regente do reino, Yi Ha-Ung, mais conhecido como *Taewŏn'gun*, ou Grão-Príncipe. Sem poder, ele se submete crescentemente à crescente influência japonesa, sendo logo afastado quando surgem os primeiros desentendimentos. O frágil Kojong retorna ao poder, iniciando uma tumultuadíssima sequência de eventos que culminaria com sua abdicação em 1907, após a qual assume seu filho Sunjong, até a colonização formal do país pelo Japão em 1910 (Cumings, 1997: 120-122). Inicia-se, no esteio das conturbações que marcam esse momento, um processo modernização socioeconômica que abriria terreno para que, décadas adiante, tivesse enfim lugar a bem-sucedida industrialização da Coreia do Sul.

Nesta subseção, temos um propósito circunscrito. Colecionaremos evidências de que, tendo em vista as circunstâncias vigentes no país antes das intrusões estrangeiras e das conturbações internacionais que aí principiam, era impossível prognosticar que este teria chances efetivas de modernização. Aqueles que visitavam a Coreia neste dramático período eram unânimes, assim, em seu ceticismo quanto às possibilidades futuras do país. É bastante importante frisar este ponto: entre 1880 e 1950, ninguém previa prosperidade para a Coreia.

Em 1888, por exemplo, o norte-americano Percival Lowell publicaria o livro *The Soul of the Far East*. Nesta obra, Lowell revela uma desesperança taxativa, um

⁹⁰ Razão pela qual o seu Rei, apesar de na prática gozar de total autonomia administrativa, enviava como sinal de respeito presentes anuais ao Imperador Chinês, que, como seu suserano, lhe devia socorro.

sentimento dominante entre os intelectuais de sua época quando em incursão pela Ásia Oriental. O excerto subsequente é sintomático:

“Se estes povos continuarem em seu velho curso, sua carreira terrestre está terminada. Tal como a manhã se torna tarde, tão seguramente estão as raças do Distante Oriente, se nada mudar, destinadas a desaparecer ante as nações do Ocidente que avançam.” [Lowell, 1888, último parágrafo, minha tradução de uma cópia eletrônica].

Por muitos séculos, a Coréia estivera materialmente muito à frente das nações ocidentais. Por exemplo — apesar disto ser muito pouco divulgado entre nós —, a primeira impressão com tipos móveis de metal data, na Coréia, do distante ano de 1234, muito antes da “re-invenção” da imprensa no Ocidente por Gutenberg. Há outros exemplos como este. O primeiro pluviômetro — uma ferramenta muito útil em um país onde o arroz era a base da alimentação — foi inventado na Coréia em 1442, enquanto no Ocidente, sua “re-invenção” por Gastell data de 1639. A Coréia tem, de tal modo, os registros pluviométricos mais antigos do mundo. O relógio d’água, o navio encouraçado, a roca e as pontes-pênseis constituem outros exemplos.⁹¹

Mas, no século XIX, os ventos do progresso material haviam mesmo mudado de direção. As palavras de Lowell nos remetem ao pessimismo de Max Weber a respeito da China, cuja ordem social parecia irremediavelmente avessa às instituições características do capitalismo ocidental. E a Coréia, muito mais apegada aos valores do velho mundo chinês do que, por exemplo, o Japão, se revelaria fadada a ser prensada por esta mudança de maré. É neste contexto que a urgência em reformar esta anacrônica sociedade começa a figurar na retórica imperialista como a justificativa perfeita para a intervenção estrangeira. A conclusão abaixo é bastante ilustrativa desta concepção. Foi publicada postumamente, em 1905, pela viajante inglesa Isabella Bird Bishop:

“Ainda que os coreanos de hoje sejam o produto de séculos de detrimientos, após quase um ano neste país, durante o qual fiz desse povo meu principal objeto de estudos, não estou de modo algum despida de esperanças quanto a seu futuro [...].

Duas coisas, entretanto, são essenciais:

I. Que, como a Coréia é incapaz de reformar a si mesma a partir de dentro, ela precisa ser reformada a partir de fora.

⁹¹ Quanto a este tema, veja: Covell, Jon Etta Hastings Carter. *Korea's Colorful Heritage*. Seul: Si Sa Yong O Sa Publishing, 1986.

II. Que o poder do soberano seja posto sob freios constitucionais estritos e permanentes.” [Bishop, 1905, capítulo XXXVII, minha tradução de uma cópia eletrônica]

Foi o que definitivamente acabou acontecendo, a partir de 1910, com a anexação da Coreia ao Japão. Mas não sem traumas. Outro viajante, o britânico Arnold Henry Savage-Landor, publicaria em 1895 — ano marcado pelo assassinato, pelos japoneses, da última rainha coreana, Myongsong — a seguinte predição, de perspectiva provavelmente ímpar entre suas contemporâneas:

“Pobre Coréia! Um triste dia chegou para ti! Tu, que eras tão atraente, por ser tão singular e reservada, jamais verás novamente aquela calma que sempre fora o anseio de teus patrióticos filhos! Muitos males estão agora atrás de ti, porém, de todas as grandes calamidades que poderiam te suceder, não concebo nenhuma maior do que a tentativa de te converter em uma nação civilizada!” [Savage-Landor, 1895, minha tradução de uma cópia eletrônica]

No entanto, se bem que parcela da tradição cultural do país teria que ser prontamente rediscutida, esse penoso processo abria paralelamente espaço para que se colocassem com maior clareza as asperezas da vida cotidiana de sua população rural. Em perspectiva histórica, cumpre assim anotar que a perspectiva de Savage-Landor padece de indisfarçável conservadorismo. Como sintoma da ventilação social que doravante ocorre, um relato autobiográfico posterior à colonização japonesa, publicado em alemão pelo coreano Kang Younghill, já se apercebe da escassez que marcava o dia-a-dia da camada camponesa sob a agricultura tradicional:

“A época mais difícil do ano para o homem do campo vinha em Agosto e Setembro, quando a colheita do ano anterior estava esgotada e a nova estação ainda não trazia frutos. Havia então apenas peixe e batatas para comer, que aos pais de família custavam pouco dinheiro; mas frequentemente não havia nem isso, e a família inteira precisava viver de salsicha de grama e cascas de arroz.” [Kang, 1933: 12, minha tradução de um exemplar pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro]

Mesmo assim, a antiquíssima autonomia nacional sul-coreana havia sucumbido, sendo o país anexado por uma nação historicamente entendida como receptora de sua

cultura; nunca o contrário⁹². O domínio japonês se prolongaria até 1945 e o peso da sedimentada nacionalidade coreana preponderaria. Mas então viria a Guerra Fria, a bipartição do território e, como sabemos, a Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953. Depois deste meio século de dificuldades, seria mesmo muito difícil apostar no futuro deste antigo país. Assim, uma outra simbólica previsão, desta vez publicada de 1956, merece o devido destaque:

“Muitas vezes ignorado é o efeito de toda esta beligerância sobre o povo coreano. A devastação do território, as migrações forçadas de grandes massas humanas, a contínua e trágica divisão de seu território em metades sempre em alteração, tudo isto deixou feridas que podem não fechar por gerações.” [McCune, 1956, minha tradução de uma cópia pertencente ao Prof. Dr. Darcy Carvalho, da FEA/USP]

São palavras do geógrafo Shanon Boyd-Bailey McCune, retiradas de sua obra clássica *Korea's Heritage – A Regional and Social Geography*. McCune era um intelectual muito envolvido pessoalmente com a Coreia. Portanto, esta opinião pessimista não vinha de alguém escrevendo de longe. Parece simbolizar, portanto, o sentimento dos observadores de então sobre o futuro de um país que havia sido atropelado por décadas de conflitos entre países mais poderosos e que, agora, teria que lidar com a divisão de um único povo em dois países de inspiração ideológica antagônica, em um ambiente de crescente tensão militar.

Na próxima seção, exploraremos alguns desdobramentos internos positivos do tenso contexto político-internacional que circunda a Coreia nesse período. Procuraremos então demonstrar o quanto este cenário é singular: não possui paralelo em nenhuma outra região da periferia do sistema capitalista, e, beneficentemente, empurraria a sociedade sul-coreana rumo a transformações que se revelariam valiosas no porvir.

⁹² Sobre o tema, veja: Huh, Donghyun. *The Korean Courtiers' Observation Mission's Views on Meiji Japan and Projects of Modern State Building*. Korean Studies, Volume 29, pp. 30-54, 2006.

5.3 - Imperialismo, Colonialismo, Ocupação Estrangeira e Mudança Social na Coréia do Sul (1894-1948)

A) Reforma Social e Institucional sob Domínio Colonial Japonês.....	416
B) Reforma Agrária e Alfabetização sob Ocupação Estadunidense.....	419

Da discussão que estamos a efetuar, fica a sugestão de que o processo histórico que culmina com a industrialização da Coréia do Sul seria parte, primeiramente, do movimento expansionista japonês entre 1910 e 1945. Posteriormente, entre 1945 e meados dos anos 1970, ela seria palco da busca americana por afirmação de sua primazia global frente aos soviéticos. E, daí até fins dos anos 1980, ela seria parte da corrosão do poder americano, inclusive no contexto do breve desafio japonês à hegemonia estadunidense. Mas, até aqui, não apresentamos sequer uma evidência que corrobore esta teoria. A partir desse ponto, fundamentar essa hipótese será o norte desse capítulo.

É comum que se afirme, quando as “escolhas” de política econômica sul-coreanas são ressaltadas, que esse país teria acertado ao determinar antecipadamente a reforma agrária e a alfabetização plena de sua população. Em geral, a astúcia sul-coreana é aí contrastada com a “inação” latino-americana, região que no geral teria sido incapaz de encaminhar esses dois temas. E, de fato, o espaço rural sul-coreano é uma admirável colcha de retalhos formada predominantemente por microfúndios. Paralelamente, não resta dúvida de que sua população está universalmente familiarizada à escrita e à leitura alfabéticas. Mas somente alguém que desconheça completamente a história desse país poderia afirmar que os coreanos “optaram” pelas duas políticas. Pois elas lhe foram impostas por forças exóticas cujo argumento principal era bélico.

Nos dois subitens abaixo, A e B, retomaremos assim a história de um caso extremo de “dependência”. Ou seja, algo além daquele em que as forças externas dialogam com as formações sociais internas, ao passo que motivam indiretamente sua transformação. Examinaremos, ao contrário, o caso em que as forças externas influenciam direta- e conscientemente a remodelação das referidas formações sociais internas.

Por muitos séculos, a Coréia foi uma sociedade marcada por sua auto-percepção como um país pequeno cercado por dois vizinhos maiores. Ele sempre teve um rei, cujos colegas eram dois imperadores. Não obstante, sua autonomia interna nunca havia sido definitivamente perturbada até o fim do século XIX, e suas autoridades estavam orgulhosas ao reger um Estado *Ming* típico-ideal, além daquele que os próprios *Ming*

havam logrado erigir. Sua conformação confucionista era, de seu ponto de vista, o que havia de mais sofisticado e efetivo em termos de administração da ordem.

Contudo, a implosão desse sistema social burocrático-agrário seria marcada pela presença, no interior de suas fronteiras, de autoridades estrangeiras portando ideologias antagônicas àquelas que tradicionalmente marcavam a vida política coreana. Ademais, o propósito final da burocracia invasora, muito além da modernização capitalista peninsular, consistia na plena assimilação do povo coreano ao Império Japonês. Os nomes dos coreanos seriam trocados por equivalentes japoneses, o uso de seu idioma restringido, seu alfabeto cederia lugar aos ideogramas e aos dois silabários nipônicos, seus mais belos tesouros seriam pilhados, danificados ou mesmo queimados, e um edifício cinza de ares neoclássicos seria edificado no lugar mais visível da capital, por sobre um átrio do fabuloso complexo palaciano de Gyeongbok, casa de tantos senhores de *chosŏn*.

Sempre podemos nos questionar: ora, nenhum regime, por mais brutal que seja, logra impor-se sobre uma sociedade apenas pela força... De fato, a presença dos japoneses apenas respondia à incapacidade da Dinastia Yi em dotar o país de condições mínimas de convivência com a civilização capitalista que emergia. Nisso, a crise social que consequentemente eclodia poderia levar o país a dois destinos. O primeiro, a vitória rebelião camponesa com consequências a respeito das quais apenas podemos especular. O segundo, a supressão da rebelião pelos japoneses e a instauração ali daquilo que estes compreendiam como um sistema social adequado a seus propósitos de assimilação cultural e desenvolvimento industrial. Pode até ser que um terceiro destino estivesse aberto ao país em 1850, mas certamente já não estava mais em 1890. Restava aos coreanos cooperar, comemorar progressos eventualmente motivados pelos invasores, lamentar a perda de sua autonomia e as terríveis consequências práticas disso decorrentes, e quiçá construir com esperteza condições futuras para a expulsão dos invasores.

A) Reforma Social e Institucional sob Domínio Colonial Japonês:

No último quarto do século XIX, os poucos viajantes ocidentais que conseguiam penetrar as fronteiras coreanas encontravam uma sociedade que pouquíssimo havia mudado desde o século XIV. E seria nesta sociedade não-capitalista que, subitamente, começariam a incidir as agressivas investidas do novo e modernizado Japão do fim do século XIX. Carente em matérias primas, ele buscava na Coreia um espaço onde pudesse

instalar empreendimentos industriais cuja produção fosse intensiva em energia ou matérias primas minerais. E, para tal, era imperioso criar ali um quadro institucional adequado.

Um paço crucial na criação desse novo ambiente seria a implantação do conjunto de Reformas *Kabo*⁹³, conduzida sob determinada tutela nipônica. Entre as medidas da reforma, figuravam:

- i. A reorganização da administração pública: foram criadas pastas ministeriais modernas como: educação, exterior, comércio, agricultura e indústria. Foi feita uma reforma fiscal gerida por um ministério das finanças. O exército passaria a ignorar a origem social dos alistados.
- ii. Fim dos exames sobre os clássicos chineses como critério fundamental de ingresso no Serviço Civil.
- iii. Foi dada autonomia ao poder judiciário e a tortura foi proibida.
- iv. Foi abolido o sistema vigente de estratificação e o trabalho escravo foi proibido. Foi instituída uma limitação etária para casamentos. Foi proibido o uso de vestimentas discriminando a origem social. Os homens foram obrigados usar cabelos curtos, eliminado sua função distintiva quanto à extração social. Os nobres foram proibidos de fumar seus longuíssimos cachimbos característicos. Também foram banidos os *kat* — chapéus tradicionais de pelo de calda de cavalo usados pelos *literati* —.
- v. O *yen*, moeda japonesa, passa a ser o meio de troca na Coreia. Como o reino não emitia moeda, o *yen* substituiria uma miríade de valores então utilizados como meio de pagamento.
- vi. O sistema educacional foi reformado, criando ciclos no molde da educação ocidental. Garantia-se o acesso de pessoas talentosas ao sistema educacional, qualquer que fosse a origem social individual.

Em seu sentido geral, as Reformas *Kabo* operariam uma verdadeira revolução institucional no país, promovendo a dissolução das bases da sociedade que por vários séculos vigorara na Coreia. Ou seja, esse conjunto de leis determinaria a dissolução da “sociedade estamental” confucionista ali vigorante, à moda daquela prevalecente na China descrita por Max Weber. Historicamente, a emergência de uma “ordem de classes” na Coreia dependeria então de um passo imposto autoritariamente, mediante a presença de

⁹³ Note que este pacote de reformas também aparece na bibliografia como Reformas *Kap-o* ou Reformas *Gabo* (ou coisa parecida), o que pode gerar muita confusão. Todos estes termos são, na verdade, formas distintas de romanizar a pronúncia coreana dos ideogramas utilizados para representar, no tradicional calendário sexagesimal, o ano de 1894.

uma força exógena à dinâmica de poder interna, que dava amparo decidido às eventuais vozes progressistas ali existentes. Sem a agressiva presença japonesa, é razoável pensar que este conjunto de reformas, essenciais à integração da Coreia à civilização capitalista, ou tardaria bastante mais a se implantar, lançando o país numa “anarquia dos negócios”, ou teria se implantado num contexto de adesão do país ao bloco rival ao capitalismo.

Além das reformas institucionais, o colonialismo japonês estimularia o transplante à Coreia de notável parque industrial pesado, uma vez que o arquipélago carecia da energia que estes empreendimentos requisitam.⁹⁴ Esta expansão manufatureira fora acompanhada da implantação de uma considerável infraestrutura financeira⁹⁵, sem a qual a indústria, especialmente a pesada, não poderia operar.

Para Dennis MacNamara (1990: 50-51), foi instituído na Coreia um capitalismo ao molde japonês, com o Estado e suas agências desempenhando um papel absolutamente central. Este autor ainda argumenta que o padrão coreano de articulação entre o capital privado e o Estado seria uma herança do modelo de administração colonial ali implantado. Neste sentido, o Estado colonial desenhava políticas econômicas objetivando a operação dos *zaibatsu* na colônia coreana. Aliás, o próprio termo *chaeböl*, usado em referência ao moderno conglomerado industrial sul-coreano, nada mais é do que a pronúncia coreana para os dois ideogramas que, em japonês, são lidos como *zaibatsu* (um denotando “propriedade” ou “riqueza” e o outro “clã”).

Do complexo parque industrial erigido na península pelo Japão, pouco sobreviveria à descolonização e à Guerra da Coreia. O mesmo pode ser afirmado com respeito à infraestrutura física ali implantada sob supervisão da metrópole. Mas isto não deve, de modo algum, ser encarado como evidência da insignificância do legado colonial. Pois a experiência colonial teria desempenhado papéis cruciais: 1) ventilar uma ordem “estamental” confucionista muito rígida, que até então havia falhado em se auto-reformular, 2) modernizar de veras o arcabouço institucional daquela economia e, 3) impingir drásticas mudanças à vida cotidiana, material, cultural e intelectual do país.⁹⁶

⁹⁴ Como evidência, note a recém-fundada República da Coreia herdaria um espólio nada desprezível de 2.500 empreendimentos ainda em condições de operação (Jones, 1980: 30).

⁹⁵ Em 1878, logo após a assinatura do tratado de *Kanghwa*, é aberta na Coreia uma filial do japonês *First Bank*, primeira instituição bancária moderna na Coreia. Pouco depois, em janeiro de 1891, seria aberta no país uma filial da japonesa *Imperial Life Insurance*, primeira seguradora do país. Em outubro de 1909, após estabelecido o protetorado, os japoneses criariam o *Bank of Korea*, que mais tarde viraria o *Bank of Chōsen* (em 1911). Esta instituição seria o primeiro Banco Central Coreano, retirando do *First Bank* o direito de emitir moeda. Em junho de 1918 seria criado o Banco Industrial de Chōsen — embrião do futuro *Korea Development Bank* —, para atuar no segmento de crédito de longo prazo.

⁹⁶ Como a criação da Universidade Imperial de *Keijō*, raiz da Universidade Nacional de Seul.

Além disto, durante este período teria se configurado um ambiente de negócios que marcaria profundamente a gênese da burguesia coreana.

B) Reforma Agrária e Alfabetização sob Ocupação Americana:

Entre 8 de setembro de 1945 e 15 de agosto de 1948, após o fim da II Guerra Mundial, a Coreia do Sul foi governada por autoridades militares americanas. Durante este breve período seriam enfrentadas ali, de supetão, duas questões cruciais: a necessidade de realização de uma profunda reforma agrária e o imperativo de alfabetizar a população. Assim como na ocasião das amplas e súbitas Reformas *Kabo* do século XIX, forças externas, alheias à dinâmica interna de poder da sociedade coreana, redirecionariam o timão do país rumo à modernização.⁹⁷

Segundo Shannon McCune (1948: 132), a Lei Número 173, expedida pelo governo de ocupação militar na Coreia do Sul e promulgada em março de 1948, determinava a redistribuição de todas as terras previamente possuídas por japoneses — isto é, as terras anteriormente detidas pela companhia japonesa de colonização, a *Oriental Development Company* —. O objetivo explícito desta política era “ajudar os camponeses arrendatários a se converter em donos independentes de fazendas, assim como fortalecer a agricultura da Coreia pelo estímulo à difusão da propriedade fundiária [...]”⁹⁸.

A extensão das terras e das pessoas envolvidas era enorme. Os lotes compreendiam um total de 687.246 acres⁹⁹, o equivalente a um décimo da área cultivada do país. Eles eram então arados por 587.974 famílias, representando nada menos que 43,5% de todas as famílias camponesas coreanas. Havia 3.318.115 indivíduos vivendo nestas propriedades, o que equivalia então a 24,1% da população do país (McCune, 1948: 132).

Os camponeses que quisessem adquirir um lote podiam fazer o pagamento de forma simples e flexível. O preço de compra era fixado em três vezes o rendimento anual médio do principal produto cultivado no lote. O pagamento devia ser feito em espécie, mas podia ser efetuado em um período de 15 anos; ou num período ainda maior no caso de quebras de safra. Os rendimentos com a cultura secundária não eram computados no preço do lote,

⁹⁷ Note que o ambiente em que as autoridades americanas decidem empreender a Reforma Agrária na Coreia é de profunda efervescência (isto será destacado no próximo capítulo). É muito razoável pensar que, não fosse por toda esta agitação, não teria sido tão amplo o programa de redistribuição de terras concebido pelos militares americanos. Não obstante, tal reforma independeu completamente de deliberações políticas internas — afinal, o país estava ocupado e governado por uma força estrangeira —.

⁹⁸ Retirado e traduzido de McCune (1948:132), em referência a “*The Farmers’ Weekly [Nong Min Jo Bo]*”, Exemplar Número 95, de 1/04/1948, publicado pelo Departamento de Informação Pública, Governo Militar Americano na Coreia.

⁹⁹ Cada acre compreende 0,4 Hectares.

estimulando então a diversificação. Para evitar a concentração, cada família podia adquirir apenas 4,9 acres.¹⁰⁰ Se a família já possuísse terra, de qualquer forma não poderia acumular, após a nova compra, mais esse limite (McCune, 1948: 132).

Outro legado crucial dos generais americanos à Coreia foi o forte esforço de alfabetização empreendido no país durante a ocupação. Entre 1945 e 1948, foi possível fazer com que a taxa de alfabetização pulasse de 20%, imediatamente após a Liberação, para 71% em apenas dois anos e meio (Krueger, 1982: 23).

Assim, em apenas três anos e independentemente de qualquer processo político interno, já que a Coreia era uma colônia japonesa recém-liberada e governada por um general estadunidense, o país teria queimado etapas preciosas, concretizando duas transformações tão essenciais quanto politicamente intrincadas.

Com efeito, a Coreia que emerge da descolonização era uma sociedade com infraestrutura destruída, com perdas humanas e materiais incalculáveis, mas que tinha ativos importantes para principiar um esforço bem-sucedido de industrialização: sua estrutura agrária era marcada pela dispersão da propriedade por um sem-número de famílias camponesas, a população era maciçamente alfabetizada, e sua tradição jurídico-institucional havia transitado de um anacrônico molde confucionista para o padrão nipônico pós-meiji, que por sua vez fora resultado de criteriosa seleção e adaptação entre as possibilidades existentes nas mais avançadas sociedades industriais. Ademais, o novo senhor da guerra na península era um general norte-americano muitíssimo consciente da necessidade de criar ali condições efetivas para o desenrolar da acumulação capitalista-industrial. Este personagem, ainda, contava com a complacência dos patriotas coreanos, contentes com a ansiada liberação, e com o entusiasmo da burocracia de Washington, que havia entendido muito rapidamente a importância que a Península Coreana acabaria por ter na “contenção do comunismo”.

¹⁰⁰ Ou seja, nenhuma família podia adquirir mais que 1,98 Hectare.

5.4) Os Aportes Exógenos para o Sucesso da Industrialização por “Substituição de Exportações” na Coreia do Sul:

A) A Ajuda Externa Americana: Equilíbrio Cambial e Reconstrução Do Estado Coreano.....	422
B) A Participação Coreana na Guerra do Vietnã e a Transubstanciação Parcial da Ajuda Americana.....	424
C) A Normalização das Relações Nipo-coreanas: Contribuição ao Equilíbrio Externo e Apoio ao Desen- volvimento da Siderurgia Coreana.....	428
D) A Expansão dos “Euro-mercados” e o Desenvolvimento da Indústria Pesada Coreana.....	430
E) O Japão e a Crise da Dívida dos Anos 80: a Aterrissagem Adiada e Suavizada da Economia Coreana.....	433

Esta Subseção tem um propósito principal: lidar um conjunto de situações internacionais capazes abrir às autoridades sul-coreanas continuadas opções ao fechamento da “brecha de divisas” em seu Balanço de Pagamentos. No Capítulo IV verificamos que os reincidentes déficits comerciais obtidos pela Coreia do Sul determinavam que esse país mantivesse permanentes superávits seja em Transferências Unilaterais ou em Capitais. Contabilmente, sem esses superávits não seria tecnicamente exequível levar até as últimas consequências a construção industrial mediante a estratégia “substituição de exportações”. Veremos abaixo, assim, quais as circunstâncias que, cronologicamente ordenadas, permitiriam que esse país registrasse insólita combinação de superávits nessas duas contas por tanto tempo.

De antemão, porém, há algo a ressaltar. Logo acima afirmamos que a Coreia beneficiara-se durante a ocupação japonesa de transformações legais, institucionais e culturais que somente são compreensíveis no contexto daquilo que classificamos como um “caso extremo” de dependência. Pois, entre 1910 e 1948, esse país realmente atravessa uma etapa em que sua autonomia regredia a um mínimo histórico. Mas não temos razões para acreditar que, após 1948, as autoridades da Coreia do Sul vivenciem tão insignificante raio de ação.

Dali adiante, uma boa metáfora da política sul-coreana seria o motivo das notas de 500 won: um oficial talentoso, o Almitante Yi Sun-shin, e sua maior invenção, qual seja, um criativo navio encouraçado que permitiria a seu país sobreviver aos choques entre seus chineses e japoneses no século XVI. Essa parece de fato ser a maior qualidade da atual gestão sul-coreana: compreender o mundo, respeitar as hierarquias que ela sabe não

poder retrair, e lidar com elas com consciência prática, abrindo espaços somente quando for possível. Deixemos de lado o agressivo “tigre” imaginado no Ocidente. E tenhamos em mente algo mais coreano: um “bambu”, que se verga sem se quebrar. Fiquemos com um país pequeno que, se não fosse muito hábil em reposicionar era após era, não contaria 40 séculos. Ou fiquemos, melhor ainda, com esse país pequeno em uma era de inéditas aberturas a essa sua capacidade de se reposicionar. E situemos, como propõe o lúcido Woo Jung-En, a “Coréia honestamente no contexto da ‘estrutura de oportunidades globais’”.

A) A Ajuda Americana: Equilíbrio Cambial e Reconstrução do Estado Coreano:

Entre 25 de Junho de 1950 e 27 de julho de 1953, as duas Coréias se enfrentariam em um conflito armado. Nele também tomariam parte os Estados Unidos e seus aliados incondicionais, com aval das Nações Unidas. E, além deles, a República Popular da China. Estimativas do número de mortos nesta guerra giram em torno de 3 e 4 milhões, ante uma população de cerca de 30 milhões para as duas Coréias. Apesar de ser esta uma guerra ainda muito pouco debatida, cerca de 1,8 milhão de americanos participaram do esforço militar, sendo que 36.576 viriam a falecer (Halliday *et al*, 1988: 200-201).

Apesar de um armistício ter posto fim aos enfrentamentos, este não significou a celebração de um tratado de paz entre as duas Coréias, uma vez que a divisão do território era o resultado de uma disputa internacional muito complexa. Esta envolvia diretamente, além destes dois países, a China, a Rússia e os Estados Unidos (Ahn, 1980: 1098-100). É neste contexto tenso que os Estados Unidos começariam a promover a transferência de enormes volumes de recursos em ajuda humanitária à Coréia.

Segundo Cho (2001: 118-119) a Coréia teria recebido, entre 1946 e 1978, ajuda militar e econômica da ordem de US\$ 12,6 bilhões. Isto faria dela o país a receber o maior contingente de auxílio externo no mundo, especialmente nos anos 50. Somente em 1956, a Coréia teria recebido US\$ 330 milhões em assistência econômica e US\$ 400 milhões em ajuda militar. Se somarmos a este contingente o valor gasto ali por soldados americanos, chegamos ao impressionante influxo total de US\$ 1,13 bilhão, o equivalente à metade do PIB coreano deste ano. Na Tabela 5.4.A-1 é possível verificar alguns dados acerca da rubrica especificamente econômica da ajuda — ou seja: nela não está computada a ajuda militar, nem os gastos dos soldados americanos no país —, entre 1955 e 1961. O valor das doações anuais teria oscilado ao redor de 10% do PIB.

O recebimento de recursos a fundo perdido desta ordem, por vários anos, sem lugar à dúvida representaria um formidável impulso à economia de qualquer país. Mesmo assim, é preciso penetrar ainda mais profundamente nos fatos relativos a estas doações para apreender a real magnitude deste influxo.

TABELA 5.4.A-1 – PNB e Ajuda Econômica Americana, 1955-1961

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Ajuda Externa / PNB (%)	12,5	13,3	11,7	9,3	6,0	7,3	10,9
Fonte: Cho (2001: 120) em referência a BANK OF KOREA, Economic Statistics Yearbook 1954-62.							

A ajuda econômica era concedida sob a forma de produtos doados pelos EUA ao governo coreano. Parte destes produtos era então revendida internamente a preços de mercado, gerando assim uma importantíssima receita fiscal para o Estado coreano. Esta fonte adicional de recursos fiscais teria sido fundamental à reconstrução da infra-estrutura física e estatal do país. Por exemplo, a construção de edifícios para as escolas públicas, cuja cobertura se expandiria fenomenalmente dali adiante, certamente contou com esta preciosa arrecadação adicional (Cho, 2001:119).

TABELA 5.4.A-2 – Receita Fiscal e Ajuda Econômica Externa, 1957-1961

	1957	1958	1959	1960	1961	Média (1957-61)
Receita Fiscal	100	100	100	100	100	100
Receita Fiscal Gerada Internamente	28,1	31,0	48,5	51,5	30,4	37,9
Receita Fiscal Associada à Venda de Doações Externas	52,1	51,1	41,5	34,6	48,5	45,5
Outras (Fabricação e Vendas de Cigarros e Ginseng + Empréstimos)	19,8	17,9	10,0	13,9	21,1	16,6
Fonte: Cho (2001: 122) em referência a Lee, Sung-Yoo, The Korean Economy and U.S. Aid [<i>Hanguk Gyungje-wa Miguk Wonjo</i>]. Donga Publishing Co., p. 145, 1962.						

Na Tabela 5.4.A-2 é possível acompanhar, ano a ano, o colossal peso da ajuda para o financiamento do Estado coreano. Note que a revenda das doações americanas

responderia, em média, por 45,5% da arrecadação global entre 1957 e 1961. Mas a mensuração do peso da ajuda não se esgotaria nas vultuosas vendas de donativos. Além delas, o Estado coreano recebia doações que utilizava diretamente em suas atividades — como remédios —. Neste caso, a magnitude da ajuda não é captada pelo lado da receita com revenda. Na Tabela 5.4.A-3 é possível verificar o peso da chamada “Conta Especial para Reconstrução Econômica”, que compreendia este tipo de doação. Em 1957, esta rubrica alcançaria 23,8% do orçamento.

Para se ter uma real dimensão do impacto da ajuda externa na economia coreana dos anos 1950, é preciso reter que esta equivaleria a um volume anual de doações de cerca de US\$ 45 bilhões para uma economia com o tamanho daquela que a Coreia possuía em 2002 (Cho, 2001: 120). Assim, torna-se mais clara a razão que teria permitido à Coreia manter taxas de investimento tão superiores às suas taxas de poupança durante os anos 1950.¹⁰¹

TABELA 5.4.A-3 – Conta Especial para Reconstrução Econômica em Proporção do Orçamento Geral do Governo Central, 1957-1961					
	1957	1958	1959	1960	1961
Orçamento Geral (em Bilhões de Wõn)	362,0	410,2	415,6	428,5	638,6
Minutas da Conta Especial para Reconstrução Econômica (em Bilhões de Wõn) = B	86,3	78,5	59,5	47,6	45,2
B / A (%)	23,8	19,1	14,3	11,1	7,1
Minutas de Venda de Grãos Provenientes da Ajuda (em Bilhões de Wõn) = C	153,9	186,5	145,2	122,7	292,4
C / A (%)	42,5	45,5	32,9	28,6	45,8
Fonte: Cho (2001: 122) em referência a Lee, Sung-Yoo, <i>The Korean Economy and U.S. Aid [Hanguk Gyungje-wa Miguk Wonjo]</i> . Donga Publishing Co., p. 147, 1962.					

B) A Participação Coreana na Guerra do Vietnã e a Transubstanciação Parcial da Ajuda Americana:

Além dos Estados Unidos, alguns outros aliados coadjuvantes também empenhariam a vida de seus jovens em combates no Vietnã. Na Austrália, a título de

¹⁰¹ Os dados indicam uma poupança de 5,4%, frente a uma taxa de investimento de 17,3% do PIB entre 1953 e 1960 (Cho, 2001: 121)

exemplo, seriam contabilizadas algo como 470 mortes. Já na República da Coreia, foco de nosso trabalho, teriam sido cerca de 4.400 mortos.¹⁰² Note que República da Coreia teria sido, dentre todos os países diretamente envolvidos na guerra, aquele a enviar ao Vietnã o maior contingente de tropas como percentagem da população total do país — cerca de 300.000 soldados — (Cho, 2001: 127).

Como resultado de tamanho engajamento coreano nesta guerra, os governos dos Estados Unidos e da República da Coreia firmariam um documento chamado “Memorando Brown”, assim denominado em homenagem ao embaixador americano na Coreia do Sul, Winthrop G. Brown. Mediante o acordo ali celebrado, os Estados Unidos garantiriam enormes vantagens econômicas à Coreia. O memorando previa¹⁰³:

i. Liberar won adicionais ao orçamento coreano em montante igual ao custo adicional líquido do envio de forças extras e de mobilização e manutenção na Coreia da divisão sobressalente, das brigadas e elementos de suporte,

ii. Sustentar as transferências do “Programa de Assistência Militar” (MAP) enquanto houver forças substanciais da República da Coreia [...],

(a) Licitar na Coreia, desde que haja fornecedores aptos aos requisitos técnicos, serviços e equipamentos para as forças da República da Coreia no Vietnã, e direcionar à Coreia tipos selecionados de licitações para as forças dos Estados Unidos e da República do Vietnã [...],

(b) Licitar na Coreia, em competição apenas com fornecedores norte-americanos, tanto quanto a Coreia possa prover em preços e prazos razoáveis um substancial número de produtos adquiridos pela Agência de Desenvolvimento Internacional (A.I.D.) para uso em seus programas de construção rural, pacificação, alívio, logística e etc., na República do Vietnã,

(c) Na medida permitida pela República do Vietnã, abrir aos empreiteiros sul-coreanos oportunidades de participação em projetos de construção empreendidos pelo governo americano e por empreiteiros estadunidenses na República do Vietnã, e promover outros serviços, incluindo a contratação de civis coreanos talentosos na República do Vietnã.

iii. Ampliar a assistência técnica da República da Coreia no campo geral da promoção exportadora,

¹⁰² Estes dados são muito sujeitos a controvérsias. Estas estimativas foram compiladas na Enciclopédia Britânica e em Summers, H. *Vietnam War Almanac*, 1985. Servem apenas para dar uma dimensão grosseira do tamanho conflito, cuja análise aprofundada passa longe do escopo desta dissertação.

¹⁰³ Como citado por: Woo, Jung-En. *Race to Swift: State and finance in Korean industrialization*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1991, pp. 93-94.

iv. Promover, em adição aos US\$ 150 milhões em empréstimos da A.I.D. já prometidos à República da Coréia em Maio de 1965, empréstimos adicionais para auxiliar o desenvolvimento da República da Coréia, desde que projetos adequados sejam desenvolvidos no mesmo espírito e considerações que se aplicam aos anteriores US\$ 150 milhões,

v. Se justificados pelo desempenho do Programa de Estabilização de 1966, promover US\$ 15 milhões em empréstimos em 1966, que podem ser usados para dar suporte às exportações à República do Vietnã e outras necessidades de desenvolvimento.

Como é possível checar na Tabela 5.4.B-1, o “Memorando Brown” significou uma fantástica contribuição a um país que, como já vimos, era extremamente dependente de doações americanas. Note que, à época, as autoridades americanas já haviam deixado clara sua intenção de ir reduzindo o antigo fluxo de ajuda econômica¹⁰⁴. O Vietnã preencheria, assim, parte da lacuna que de outro modo seria aberta. Entre 1962 e 1969, os dados deixam claro que as exportações ao Vietnã, somada à assistência militar americana associada à guerra, adquiririam enorme peso no frágil equilíbrio externo da economia coreana.

TABELA 5.4.B-1 – Ajuda Militar Americana e Exportações Coreanas para Vietnã em Relação ao PIB e às Exportações, 1962-1969					
	Receita Total com Ajuda Militar dos EUA e Exportações para o Vietnã (A)	PIB em US\$ milhões (B)	Exportações Totais em US\$ milhões (C)	(A)/(B) em %	(A)/(C) em %
1962-63	96,5	3192,3	95,7	3,0	100,8
1964-65	104,6	2826,6	294,2	3,7	35,6
1966-67	209,2	4163,4	570,5	5,0	36,7
1968	306,6	5500,0	455,4	5,6	67,3
1969	372,9	6597,4	622,5	5,6	59,9
Fonte: Cho (2001: 128) em referência a Naya, Seiji. The Vietnam War and Some Aspects of its Impact on Asian Countries. The Developing Economies, 9 (1), pp. 31-57, 1971.					

Já na Tabela 5.4.B-2, são apresentados dados mais amplos sobre as diversas origens das divisas que ingressariam na Coréia em decorrência do “Memorando Brown”. A importância da guerra enquanto fonte de recursos externos fica ainda mais evidente se

¹⁰⁴ Já mencionamos isto quando apresentamos o trabalho de Anne Krueger. A autora afirma que, entre 1960 e 1965, teria início uma fase de transição, culminando com o fim completo da ajuda econômica em 1972 (Krueger, 1982: 80-82, 152)

retivermos que, a todas as rubricas apresentadas na tabela, ainda devemos somar a ajuda militar direta, captada na tabela anterior.

TABELA 5.4.B-2 – Divisas Recebidas pela Coréia ao Participar da Guerra do Vietnã, 1966-1968, em Milhões de US\$			
	1966	1967	1968
Exportação de Bens para o Vietnã	13,8	7,3	5,6
Venda de Artefatos Militares	9,9	14,5	30,8
Contratos de Construção e Serviços	12,3	43,5	58,4
Remeças de Civis	9,7	40,6	38,4
Remeças de Soldados	13,2	30,0	34,4
Outros	0	8,8	4,6
Total (A)	58,9	144,7	172,2
Exportações Totais (B)	250,3	320,2	455,4
(A)/(B) em %	23,5	45,2	37,8
Fonte: Cho (2001: 128) em referência a BANK OF KOREA, Economic Statistics Yearbook			

Pelos dados aqui expostos, já é possível levantar questionamentos sobre a contribuição de vários teóricos que trabalham com a hipótese de que a “ajuda” teria estancado nos anos 1960. Ora, para estes autores o fim da ajuda econômica teria levado o governo Park Chung Hee (1963-1979) a adotar uma política corajosa, desafiando o “pessimismo comercial” vigente entre os *Cepalinos*. No entanto, estas contribuições falham em não perceber que o Vietnã teria aberto aos americanos a engenhosa possibilidade de transubstanciar a ajuda. Ao invés de doações diretas com embaraçosas etiquetas da USAID, eram agora bilionários contratos de exportação de mercadorias e serviços, remessas de soldados aliados, e, mesmo assim, continuada assistência técnica, financeira e militar aos companheiros de batalha. Tudo justificável politicamente pelos interesses do “mundo livre”, e pelo ideal de assegurar a “liberdade” aos sul-vietnamitas.

Claramente, é somente em vista deste novo e singular contexto internacional, muito distante daquele vigente na América Latina, que se torna possível compreender os resultados tão alvissareiros obtidos pelas exportações coreanas deste período. Os dados demonstram, por exemplo, que as exportações sul-coreanas de ferro e aço, cuja parca competitividade era atestada por representarem apenas 1,7% das exportações totais coreanas, bateriam recordes de exportações ao Vietnã, que absorveria 94,3% das exportações do setor. Este curioso fenômeno se repetiria em sete outros setores industriais. Em direção contrária estava o setor agrícola que, responsável por 13,6% das exportações coreanas, teria no Vietnã apenas 1,3% do seu mercado.

Outro caso paradigmático seria o setor de construção civil, no qual a Coréia detém atualmente uma enorme capacidade competitiva. Nem sempre foi assim. No projeto de construção da Rodovia Pattani-Narathiwat (1966-68), na Tailândia — o primeiro contrato internacional de construção tocado pela *Hyundai Construction* —, é sabido que o governo americano influenciou fortemente na escolha da empreiteira coreana encarregada da obra (Cho, 2001: 128). Em pouco tempo, a Hyundai venceria outros contratos: no Vietnã, na Papua-Nova-Guiné, na Austrália, etc. Outro setor muito agraciado seria o de logística e transportes. O Grupo Hanjin, cujos contêineres podem ser avistados hoje em qualquer grande porto do mundo, cresceu fabulosamente em decorrência dos fretes associados ao Exército Americano.

Fica claro que muitas empresas sul-coreanas tiveram nos contratos decorrentes do “Memorando Brown” uma verdadeira incubadora, capaz de permitir que se lançassem ao mundo, mesmo sem ter maturidade para alçar tamanho voo por si mesmas. O “Memorando Brown” lhes havia garantido uma preciosa fatia de mercado por 15 longos anos, adicionando ao seu portfólio ninguém menos que o maior cliente do mundo, que é o Estado americano. Esta conjuntura logo permitiria a sua transformação em verdadeiros gigantes de notória competitividade (Cho, 2001: 129).

A conclusão é muito simples: é preciso muito comedimento, então, quando se compara a “*performance*” exportadora coreana com aquela ostentada pelos países latino-americanos. Pois a Coréia do Sul se inscrevia, atestam as evidências acima, em um contexto internacional muito particular, tendo encontrado abertas muitas portas que para outros países sempre estiveram fechadas.

C) A Normalização das Relações Nipo-coreanas: Contribuição ao Equilíbrio Externo e Apoio ao Desenvolvimento da Siderurgia Coreana:

Desde a Capitulação Japonesa em 1945 e até os primeiros anos do governo Park (1963-1979), as relações formais entre o Japão e a Coréia do Sul estiveram entravadas pela negociação das reparações de guerra devidas pelos japoneses aos coreanos. Mas, com o lançamento dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico em 1962, o governo sul-coreano começaria a cogitar as enormes vantagens que poderia obter em um relacionamento mais próximo com os antigos invasores nipônicos. É neste contexto que se daria a assinatura, em 22 de junho de 1965, do chamado “Tratado sobre Relações Básicas entre a Coréia e o Japão”.

O “Tratado de Normalização”, como é comumente denominado, estabelecia oito pontos, quais sejam: 1) concluía a reabertura das relações diplomáticas entre os dois países 2) tornava nulos os tratados entre o Japão e *Chosŏn*, firmados antes de 1910, durante as agressões imperialistas japonesas, 3) chancelava a República da Coreia como o único governo legítimo da península, 4) estabelecia, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, o mútuo desejo de perseguir o bem-estar dos dois países, assim como seus interesses comuns, 5) reiterava a necessidade urgente de firmar tratados e acordos comerciais destinados a garantir relações comerciais com base em estabilidade e amizade, 6) reiterava a necessidade da negociação de um acordo disciplinando o tráfego aéreo entre os dois países, 7) esclarecia que o tratado entraria em vigor tão logo os “instrumentos de sua ratificação” fossem inter-cambiados em Seul.¹⁰⁵

E é precisamente nos “instrumentos de ratificação” que estaria a questão nevrálgica do tratado. A divulgação do misterioso conteúdo dos 1.200 documentos confidenciais relativos aos termos de sua assinatura — que permaneceriam confidenciais por 40 anos, até serem finalmente liberados em janeiro de 2005 — geraria recentemente muito alarde na imprensa coreana.¹⁰⁶ Aparentemente, a ditadura Park teria assegurado ao Japão abdicar ao direito de pleitear juridicamente, tanto no nível individual quanto no plano governamental, indenizações reparadoras das atrocidades de guerra cometidas pelo Japão. Isto em troca da obtenção de recursos considerados preciosos ao processo de industrialização.

TABELA 5.4.C-1 – Benefícios Associados à Normalização das Relações Diplomáticas com o Japão

	Especificação	Uso
US\$ 300 milhões em doações	Pagamentos regulares por 10 anos (até 1975)	Usado para financiar o déficit no Balanço de Pagamentos, importar equipamentos industriais e para custear parte da construção da Siderúrgica de P’ohang
US\$ 200 milhões em empréstimos fiscais	Pagamentos divididos por 10 anos (3,5% a.a. de juros, para pagamento em 20 anos, com 7 de carência)	Boa parte do dinheiro foi usado na Siderúrgica de P’ohang (US\$ 88 milhões)
US\$ 300 milhões em empréstimos privados	US\$ 180 milhões para indústrias em geral, US\$ 90 milhões para a pesca, US\$ 30 milhões para a exportação de navios	Suporte à indústria
Fonte: Cho (2001: 124)		

¹⁰⁵ Este tratado é facilmente encontrado na Internet.

¹⁰⁶ Sobre a polêmica gerada, veja o artigo “*Declassified Documents Could Trigger Avalanche of Lawsuits*”, Chosun Ilbo, 17/01/2005.

Na Tabela 5.4.C-1 estão listados, em detalhe, os termos da negociação, taxada por muitos coreanos de “espúria”, que levaria à normalização das relações diplomáticas nipo-coreanas. Da perspectiva atual, um pacote envolvendo uma captação de divisas da ordem de US\$ 800 milhões não parece tanto assim. Contudo, para uma economia com as dimensões possuídas pela coreana em 1965, o pacote era vultuoso. Se considerarmos somente o período entre 1967 e 1971, e incluirmos neste cômputo os empréstimos comerciais advindos do Japão, além do influxo de investimento direto japonês, veremos que o impacto do acordo de reparação equivaleria a 23% das exportações coreanas deste quinquênio.

Além deste aporte, há ainda outro fato relevante quanto aos termos do acerto. Desde o início de seu governo, Park tinha recebido sucessivas negativas americanas a um recorrente pedido seu: financiamento para a usina siderúrgica que almejava construir. O acordo com o Japão tornaria possível contornar a intransigência dos técnicos de Washington, viabilizando a construção da usina em *P’ohang*, bem próximo à sua cidade natal. Além do financiamento, o governo coreano conseguiria arrancar dos japoneses um pacto de transferência da mais avançada tecnologia siderúrgica (Cumnigs, 1997: 231). Começando a operar em abril de 1968, bem no auge dos combates travados no Vietnã¹⁰⁷, a POSCO — *Pohang Iron and Steel Company* — estaria praticamente fadada ao sucesso. Abrira-se um dourado horizonte à siderurgia coreana.

D) A Expansão dos “Euro-mercados” e o Desenvolvimento da Indústria Pesada Coreana:

Após o Choque do Petróleo, teria início um respeitável ciclo de crédito internacional fundado em fontes privadas e nos bancos multinacionais operando na Europa. Esta realidade, tão peculiar quanto localizada, serviria de inspiração à maioria dos trabalhos feitos até hoje sobre a industrialização da Coreia. Pois, nesse novo e transitório quadro financeiro internacional, o governo sul-coreano encontraria substancial flexibilidade para arbitrar sobre os destinos de seus projetos industriais. Naquele contexto, clareza de propósitos e autonomia de implementação pareceriam ser as marcas do governo Park.

Mas, da ótica da interpretação aqui defendida, que busca inspiração nas “teorias do sistema mundo”, o ciclo financeiro que sucede o Choque do Petróleo seria o primeiro sintoma da lenta decomposição da hegemonia estadunidense. E, nesse contexto, o acúmulo de monumentais reservas de “moeda forte” por parte dos exportadores de petróleo

¹⁰⁷ Note que o “Memorando Brown”, analisado detalhadamente na seção anterior, havia aberto um fabuloso mercado para o aço coreano no Vietnã.

redundaria em maciços depósitos em dólares, tipicamente em filiais europeias *off-shore* dos grandes bancos norte-americanos. O gráfico 5.4.D-1 levanta o caso paradigmático da Arábia Saudita, país que converteria seus chamados “petrodólares” em maciças inversões no exterior — esses investimentos seriam captados por seus sistemáticos déficits financeiros —.

Gráfico 5.4.D-1^{lxvi}

Origina-se daí de um ciclo passageiro de superabundância de liquidez, que inunda aquilo que se convencionou chamar de euro-mercado, ou *euro-market*. Por fim, os chamados petrodólares oriundos do Médio Oriente seriam convertidos em empréstimos facilitados aos principais países do III Mundo, da Argentina à Coreia do Sul, permitindo a esses países financiar livremente eventuais “hiatos de divisas”.

Em 1973, no limiar desse novo horizonte, o governo Park designaria as indústrias química, siderúrgica, de transportes, de eletrônicos e de máquinas e equipamentos como foco da política industrial coreana. O plano de patrocinar a transição do parque industrial sul-coreano a este novo patamar de complexidade era considerado, pelos organismos de fomento internacionais, um verdadeiro ataque aos imperativos da eficiência produtiva.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Veja, por exemplo, o relatório 332-KO, emitido pelo Banco Mundial no ano de 1976 e intitulado “*Current Economic Position and Prospects of the Republic of Korea*”, página 64. Nele, a instituição deixa

Mas as condições internacionais de liquidez permitiam que Park prescindisse desses organismos.

Na Tabela 5.4.D-1, é possível verificar que a Coréia absorveria um enorme volume deste tipo de financiamento durante os anos 1970. Entre 1976 e 1979, por exemplo, o país teria ficado atrás somente — entre os países do chamado Terceiro Mundo — do México e do Brasil. A dívida externa do país seria, contudo, concomitantemente ampliada.

TABELA 5.4.D-1 – Empréstimos no Euro-mercado, Países Seleccionados, em Milhões de US\$, Janeiro de 1976 a Dezembro de 1979

	Volume	Participação
Total	84.114	100,0
México	19.895	23,7
Brasil	17.440	20,7
Coréia do Sul	7.312	8,7
Argentina	6.074	7,2
Filipinas	5.725	6,8
Chile	2.639	3,1

Fonte: Cho (2001: 132) em referência a MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK. World Financial Market, p. 10, 1979.

Dadas as características do incipiente sistema financeiro sul-coreano de então, e a necessidade implícita de adquirir no mercado externo um enorme contingente de bens de capital e licenciamentos de tecnologia, a concretização dos complexos projetos industriais em curso na Coréia do Sul requeria intrinsecamente, além de um enorme montante de capital mobilizado internamente, colossal apoio financeiro externo. Paralelamente, os influxos no Balanço de Capitais resultantes da contração de empréstimos internacionais permitiram que o país reduzisse a níveis administráveis a “brecha de divisas” aberta pelos seus constantes déficits na Balança Comercial.

Em síntese, durante os anos 1970, auge da ditadura Park, o Estado coreano adquiriria, temporariamente e por obra de circunstâncias absolutamente alheias a seu controle, uma autonomia relativa em relação ao governo norte-americano naquilo que tangia ao direcionamento de seu projeto de edificação de uma economia industrial. Era possível captar recursos quase irrestritos no mercado internacional e assim, pela primeira vez, a estabilidade das contas externas coreanas não dependeria diretamente, no curto

claro considerar irrealistas os planos do governo coreano, acusando-o também de subestimar o potencial exportador das indústrias leves.

prazo, de nenhum intrincado acerto geo-estratégico. Além disto, a vida política do país continuava politicamente asfixiada por um regime ditatorial. Livre de constrangimentos externos de curto prazo, e com a oposição interna bastante debilitada, a concretização do “Milagre do Rio Han” tornara-se aparentemente uma mera questão “de gestão”.

E) O Japão e a Crise da Dívida dos Anos 80: a Aterrissagem Adiada e Suavizada da Economia Coreana:

Durante os anos 1970, um dos eventos político-internacionais mais emblemáticos da história mundial do pós-guerra traria drásticas consequências para a periferia do sistema capitalista. Trata-se do ciclo de elevação do preço do petróleo, especialmente nos anos de 1973 e 1979. Nesta ocasião, os preços deste produto crucial se descolariam de seu patamar histórico do pós-guerra, de US\$ 3 por barril, aproximando-se de algo como US\$ 12 em 1974. Deste último ano até 1978, os preços do petróleo oscilariam entre US\$ 12 e US\$ 15. Aí voltariam a aumentar, em 1979, até que o barril atingisse o pico de US\$ 37 em 1981.

Gráfico 5.4.E-1^{lxvii}

Não obstante a gravidade desta alteração conjuntural para o equilíbrio comercial dos países periféricos importadores de petróleo, estes também foram vítimas de um

aumento generalizado nos preços da cesta de bens tradicionalmente importados do centro. Uma evidência desse encarecimento dos produtos oriundos dos países industriais é o ciclo inflacionário que o reajuste do petróleo desencadeia nas maiores economias capitalistas, como elucida o gráfico adiante.¹⁰⁹

Gráfico 5.4.E-2^{lxviii}

Evolução da Inflação em Países Industrializados Seleccionados - 1956-2010
Série Histórica da Variação Anual do IPC de Acordo com a OCDE

Completando a reversão do cenário internacional, a evolução dos juros internacionais seria perversa. A *Libor* evolui, então, do patamar de 5% ao ano antes do choque para uma faixa entre 8 a 10% entre 1974 e 1978. A partir daí, a trajetória desta taxa torna-se insólita, atingindo o inacreditável pico de 19% em 1981.¹¹⁰

¹⁰⁹ Sobre o impacto dos solavancos deste período para a periferia veja: Sunkel, O.; Griffith-Jones, S. *O Fim de uma Ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹¹⁰ Sobre este movimento das finanças internacionais veja: Parboni, R. *The Dollar and its Rivals*. Londres: Verso, 1980.

Gráfico 5.4.E-3^{lxix}

De acordo com a literatura inspirada pelas “teorias do sistema mundo”, todos esses choques que vitimam a economia internacional a partir de 1973 seriam expressão do início do declínio da hegemonia estadunidense. Giovanni Arrighi argumenta que, tal qual ocorrera com Genova, Amsterdã e Londres, Nova Iorque perdera para uma região emergente sua primazia como principal fronteira de expansão capitalista. E, nesse momento, seria reforçada sua posição como centro financeiro. Externamente, acumular-se-iam sinais de ruma “era dourada” calcada nas altas finanças, até que uma crise demarcadora assinalasse uma época de conturbações tendente, no limite, à assunção de um novo *hegemon*. Nesse ínterim, as consequências para a América Latina seriam severas, e seus principais mercados seriam recrutados como exportadores líquidos de capitais.

Como resultado desta conjuntura adversa, a Coréia — que, como vimos na seção anterior, havia se endividado bastante nos anos 1970 — enfrentaria inevitáveis solavancos. Em 1978, a dívida externa da Coréia do Sul era equivalente a US\$ 18 bilhões. Poucos anos depois, em 1983, esta já acumularia uma dívida externa de US\$ 44 bilhões. (Cumings, 1997: 273). Além do mais, como expõe o Gráfico 5.4.E-4, a Coréia do Sul ainda dependia muito do petróleo importado como fonte de energia.

Gráfico 5.4.E-4^{lxx}

Fontes de Geração de Energia Elétrica na Coreia do Sul - 1980-2007

Não é difícil perceber que, naqueles tempos de “aversão ao risco”, a combinação de sistemáticos déficits em Balanço Comercial com o acúmulo de um passivo externo líquido tão significativo seria fatal para qualquer economia periférica do porte da sul-coreana. No entanto, neste momento-chave vizinho à Moratória Mexicana de 1982, a vizinhança com o Japão se revelaria extremamente “benigna”. No bojo da percepção estratégica do governo japonês sobre a importância da estabilidade sul-coreana a seus negócios, uma série de pacotes de ajuda externa são oferecido à Coreia do Sul entre 1981-83, com liberações que se estendem até 87, e condições excepcionais. Eles são pormenorizados na tabela:

TABELA 5.4.E-1: Pacotes de Socorro Japonês à Coreia, 1981-83, em US\$ Bilhões:							
Mês	Ano	País (onde a negociação se dá)	Overseas Development Aid Fund	Commodity or Bank Loans	ExIm Bank ou Bancos Privados	Total	Liberação
Agosto	1981	Coreia	6		4	10	Imediata
Dezembro	1981	Japão	1			1	Imediata
Dezembro	1981	Coreia	3,5	2,5		6	Imediata
Dezembro	1981	Japão	1,25		2,75	4	81-86
Abril	1982	Japão	2,5		5	7,5	Imediata
Abril	1982	Japão	1,5		2,5	4	82-87
Abril	1982	Coreia	6			6	Imediata
Junho	1982	Coreia	2,3	1,7		4	82-87
Janeiro	1983	Coreia/Japão	1,85	0,35	1,8	4	Imediata
Obs: Para os empréstimos do ExIm Bank, juros de 7,25% a.a. (até nov/1981) e 9,25% a.a. após, a serem pagos em 25 anos, com 7 de carência. Para os do ODAF, juros de 6,25% a.a.							
Fonte: Lee, Shong-Sik. Japan and Korea: the political dimension, p. 143, 1985.							

Visivelmente, com as pressões americanas que culminam com o Acordo do Plaza de 1985, a Coreia se converteria em uma área vital para o investimento industrial japonês. Neste momento de reafirmação do poderio norte-americano, o governo nipônico recuava concordando com a apreciação do Iene ante ao Dólar. E, como via de escape, a Ásia litorânea seria crescentemente enxergada, estrategicamente, como o refúgio perfeito para sua indústria exportadora, dado o golpe em sua competitividade por conta da súbita apreciação cambial. Nesse contexto, a Coreia recebe significativos influxos de investimento direto japonês, mesmo atravessando o III Mundo uma era conturbadíssima. Pois preservar a estabilidade financeira de sua *hinterlândia* seria, agora, uma questão de sobrevivência para a os negócios japoneses.

Com isso, além dos decisivos pacotes de salvação de 1981-83, a proximidade com o Japão também renderia à Coreia outras vantagens. Especialmente, “[...] driblar a crise da dívida graças à possibilidade de substituir as fontes convencionais de crédito, através de empréstimos bancários (no Euromercado e junto aos bancos americanos), por novas operações de captação – securitizadas – no mercado financeiro japonês.” (Canuto, 1994: 9) Ou seja, o compromisso japonês com a estabilidade da Coreia foi percebido pelos bancos de Tóquio. E estes se sentiram suficientemente seguros para dar fé à dívida sul-coreana. Durante a turbulência, sua dívida externa teria pulado do patamar de 35,8% do PIB (em 1979) para enormes 53,9% do PIB (em 1985). Porém, dali adiante, com a conclusão dos grandiosos projetos da indústria química e pesada iniciados nos anos 1970, a Coreia registraria, já a partir de 1986, grandes saldos positivos no comércio de bens e serviços. Assim, a dívida externa cairia para 29,5% do PIB já em 87 (Canuto, 1994: 111).

A tempestade aparentemente havia passado. A Coreia conseguira cavar espaço para concluir sua industrialização, e, até por conta dos investimentos industriais japoneses tipo “plataforma de exportação, a partir daí acumularia enormes superávits em suas Balanças Comercial e de Pagamentos. As Olimpíadas de Seul se avizinhavam e eles já podiam comemorar sua inclusão entre os países ricos: o reconhecimento da OCDE não tardaria a laureá-los. Hyundai, Kia, LG e Samsung figurariam entre as mais competentes corporações do mundo, permitindo o continuado crescimento econômico do país também na década subsequente. Paralelamente, seus indicadores sociais, como no caso dos de longevidade ou educação, atigariam inveja mesmo em países avançados.

Mas uma cicatriz sobraria, como que para lembrar os desavisados que algo lhes custara para alcançar os píncaros de tantas estatísticas sociais e materiais: o país permanece bipartido e militarmente muito tensionado.

— **CAPÍTULO VI** —

**Cenário Externo e Estagnação:
o Peso de Fatores Exógenos no
Retardo e na Reversão Precoce
da Industrialização Argentina
(1929-2003)**

6.1) Introdução, **p.439**

6.2) A Argentina na “Periferia Próspera” da Grã-Bretanha: o fausto primário-exportador como caso extremo da riqueza sob a clássica dependência, **p.447**

6.3) A compressão do mercado relevante das exportações argentinas no “ciclo americano”, o paradoxo cambial da “substituição de importações” e o crônico “estrangulamento externo”, **p.454**

6.4) Choques do Petróleo, Petrodólares e Reajuste dos Juros Americanos na materialização do “colapso cambial” que tendencialmente baliza as industrializações tardias, **p.468**

6.1 - Introdução:

É difícil conjecturar quais argumentos alguém poderia reunir para evidenciar que a economia argentina transite imune àquilo que sucede nos principais países da cena global. Pois sabemos que esse país esteve extremamente envolvido, desde tempos muito pretéritos, com as redes globais de comércio de certos produtos primários. E, até em vista dos ocorridos em sua história mais recente, temos fresca a imagem de um daqueles episódios financeiros transnacionais que por vezes tomam Buenos Aires como cenário. Assim sendo, é natural intuirmos que os ventos da economia internacional deitariam sim consideráveis consequências sobre o andamento de seu processo econômico local.

Frente a essa sensação, soa intelectualmente instigante refletir sobre o quanto do longo estancamento que vitima esse país poderia ser explicado a partir daquilo que abraça o Rio da Prata. Não obstante, é curioso notar que, dentre as muitíssimas contribuições aqui já referenciadas a propósito do debate sobre as asperezas argentinas, não haja sequer uma que demarque o plano especificamente internacional como domínio de investigação sobre as vicissitudes do processo econômico que ali tem lugar. Todas as muitíssimas vias interpretativas discutidas no Capítulo III, estranhamente, tomam por pressuposto que os tropeços que marcam o processo de acumulação de capital na Argentina estendem raízes fundamentalmente em terreno local. Com efeito, o debate sobre o estancamento platino está confinado a variáveis endógenas ou, no mínimo, limitado à preponderância dessa dimensão de análise.

Em épocas já passadas, vizinhas à Grande Depressão, quando a Argentina não era mais que um país de rendimentos relativamente elevados imerso em severidades que ainda podiam ser tidas como transitórias, outra forma de pensar sua dinâmica capitalista chegou a ser ali cogitada. O maior dos economistas argentinos, Raúl Prebisch, seria naquele contexto celebrizado pela hipótese de “deterioração dos termos de troca”, hoje mais referida com hipótese de Prebisch-Singer. À luz de suas advertências, a crise que seu país atravessava poderia anunciar, apenas, a acomodação a uma tendência de longo prazo onde a demanda global por produtos primários cresceria tendencialmente menos que aquela por bens finais. Prebisch inscrevia essa desafiadora conjuntura no próprio sucesso dos países “centrais” em estender padrões diferenciados de consumo aos setores médios, determinando que a propensão marginal ao consumo de manufaturas nestes estratos fosse maior que sua equivalente em relação aos alimentos não elaborados. A civilização industrial parecia ter saciado sua outrora voraz sede de “primários”.

Raúl Prebisch tinha em vista o novo mundo do consumo criado no bojo do “*New Deal*”, com trabalhadores ora bem alimentados que doravante voltariam seu poder de compra rumo a um leque de novos bens. E, se essa tendência não fosse levada em conta, ele alertava, seriam severamente estreitadas as condições de equilíbrio externo das economias primário-exportadoras. Afinal, essas haviam historicamente reproduzido, ainda que com distintos graus de distorção, os padrões de consumo vigentes nos países mais ricos. E tal situação somente havia sido exequível mediante sua hiper-especialização na produção primária, cujas fartas rendas custeavam a importação dos demais bens. Ora, se a renda dessa produção primária tendesse ao estancamento, simultaneamente à continuada ampliação da cesta de bens a ser importada, é claro que seria logo aberta uma “brecha de divisas” no Balanço de Pagamentos desses países.

Em que pese a força desse prognóstico como argumento político, a tendência enunciada por Prebisch logo provaria ser de difícil caracterização empírica. Mesmo assim, sessenta e quatro anos depois de criada a CEPAL, os “termos de troca” podem ser discutidos com maior amplitude empírica. E o Gráfico 6.1-1 não nos autoriza a negligenciar o alerta de Prebisch ao nos ocupamos da longa crise argentina.

Gráfico 6.1-1:^{lxxi}

Não é preciso fazer qualquer cálculo para identificarmos os dois principais fenômenos evidenciados por esse gráfico. O primeiro seria a persistente tendência de declínio, nos noventa anos subsequentes à Primeira Guerra, dos preços reais do trigo. O segundo, quiçá o mais perturbador, seria a notável correlação das duas séries acima plotadas. Transparece o similar comportamento, respectivamente, do preço real do trigo e do nível de renda argentino em proporção daquele vigente no país que lidera a acumulação capitalista. Os dois fenômenos, como sabemos, são consistentes com a hipótese de Prebisch-Singer, que prognosticava a crescente saturação da demanda por alimentos, e o concomitante agravamento das crises cambiais nas economias especializadas em sua produção, culminando com seu estancamento progressivo.

Mesmo cálculos mais abrangentes, levando em conta que o trigo não é o único produto primário, e que a Argentina não é o único país primário-exportador, fornecem indícios potencialmente capazes de referendar o alerta de Prebisch. A estimativa aludida na Tabela 6.1-1, por exemplo, indica que uma suave tendência não linear de deterioração dos termos de troca efetivamente vitimaria os países do assim chamado III Mundo, tomando como intervalo de análise as cinco décadas após a Segunda Guerra.

TABELA 6.1-1: Evolução dos Termos de Troca do Terceiro Mundo		
	Países do III Mundo Exportadores de Petróleo (1963=100)	Países do III Mundo Exceto Exportadores de Petróleo (1963=100)
1950/54	100	115
1960/64	101	101
1965/69	89	104
1970/72	98	107
1973/75	236	116
1976/78	300	111
1979/81	484	106
1982/84	589	100
1985/87	365	95
1989/91	310	90
Fonte: Bairoch, Paul. <i>Economics and World History: Myths and Paradoxes</i> . Chicago: University of Chicago Press, 1993.		

Isto posto, cumpre considerar como hipótese sobre as circunstâncias externas do estancamento argentino a própria projeção de Prebisch-Singer. Isto é, a economia platina teria regredido à medida que seus nichos tradicionais de inserção externa foram sendo vitimados por uma saturação de longo-termo. E, por mais que os dados até aqui perpassados corroborem tal hipótese, teria ela verdadeira solidez empírica?

Em primeiro lugar, o preço histórico do trigo realmente parece se ajustar à hipótese de Prebisch-Singer. Mas a pauta argentina de exportações nunca foi composta exclusivamente desse grão. Para afirmarmos que o complexo agropecuário platino teria esbarrado em uma secular saturação de demanda, portanto, teríamos que examinar as séries de preços dos demais itens tradicionalmente integrantes de suas vendas externas. Prosseguindo nessa direção, temos que os preços da carne bovina, opostamente àqueles relativos ao trigo, evidenciam uma tendência secular mais difícil de caracterizar, e, se visualizarmos apenas o período entre 1920 e 1980, eles parecem recomendar de pronto a refutação da hipótese de deterioração dos termos de intercâmbio.

Gráfico 6.1-2:^{lxxii}

De modo bem geral, o período entre 1950 e 2010 tem sido caracterizado por certa tendência de declínio real nos preços das principais *commodities* exportadas do Cone Sul. Mas essa tendência é suave e irregular o suficiente para permitir que, em prazos mais curtos, os mercados de determinados produtos apresentem clara excitação. Esse parece sem dúvida ser o caso da carne bovina, notadamente entre 1941-1952 e 1967-1980.

Além dela, os preços reais de outros produtos primários relevantes no contexto regional latino-americano manifestariam, no mínimo, certa estabilidade tendencial entre

o ano de fundação da CEPAL e 1980. Por exemplo, os preços históricos do café e do cacau não declinam nesse intervalo, ainda que tenham ocorrido perdas nos anos 1960. Contudo, esses produtos são oriundos de zonas tropicais, e impróprios ao bioma platino.

Gráficos 6.1-3 e 6.1-4.^{lxxiii}

Gráfico 6.1-4:

Ainda, a pauta de exportações de países como Brasil e Argentina ocasionalmente encontraria nichos de diferenciação mesmo no âmbito da exportação de produtos primários, potencialmente compensando o hipotético estancamento de sua capacidade de importar. O caso da soja seria emblemático: virtualmente ausente da pauta de exportações desses dois países em 1930, ela constituía uma de suas principais fontes de divisas em 2000. Assim, ainda que os preços internacionais dessa oleaginosa evidenciem, tal como o trigo, nítida tendência histórica declinante, da ótica dessas duas economias a criação de um complexo sojicultor seria renovada fonte de dinamismo.

Gráfico 6.1-5:^{lxxiv}

Como lidar com tal complexidade? Como relacionar essa contraditória massa de informação estatística às vicissitudes enfrentadas pelo capitalismo argentino após a II Guerra? Nesse Capítulo VI, arrolaremos esses e outros dados sobre o panorama externo que marca o “desastre argentino” de acordo com as propostas intelectuais aludidas no Capítulo IV. Ou seja, tentaremos inscrever as eventuais manifestações do dilema de Prebisch-Singer, e o “estrangulamento externo” correspondente, nos marcos das “teorias do sistema mundo”. Para tal, focalizaremos o “hiato de divisas” decorrente seja da prostração externa ou dos esforços de industrialização como o grande obstáculo à movimentação ascendente de um país periférico dentro das hierarquias sistêmicas de

adição de valor. Assim, consideraremos uma explicação do “desastre argentino” que se coadune com a proposta discutida no Capítulo V acerca do “milagre sul-coreano”.

Naquela ocasião, argumentamos que esse país oriental, pela enorme importância estratégico-militar de seu território, e pelo significado simbólico de sua viabilização econômica no contexto da Guerra Fria, teria se beneficiado de inusitada combinação de influxos compensatórios de divisas, capazes de viabilizar estruturalmente o deslanche sua estratégia de industrialização por “substituição de exportações”. Anotamos, nessa ocasião, que tal sorte de política industrial, pelos maciços e reincidentes desequilíbrios comerciais que engendra num país de imatura indústria, pressuporia sanção externa. Ou seja, era imprescindível aos sul-coreanos contar com a boa-vontade das nações emissoras de moeda conversível em sistematicamente cobrir o “hiato de divisas” nesse contexto aberto. Anotamos ainda que, à medida que se reduzia a disposição americana em colaborar com tais influxos, a desordem global ocasionada pelos Choques do Petróleo e pela ascensão industrial japonesa determinaria, igualmente, consideráveis aportes compensatórios ao Balanço de Pagamentos sul-coreano. Nos marcos desses novos benefícios sistêmicos, o “Milagre do Han” se concluiria, reposicionando com mais consistência a Coréia do Sul no setor superior das hierarquias globais de valor adicionado.

No caso argentino, proporemos interpretação em termos análogos. Seu setor agroexportador teria sido acometido por crônica falta de dinamismo a partir de 1930 — em função de um conjunto de razões sistêmico-estruturais e político-comerciais que adiante discutiremos —. No plano local, a conjuntura externa progressivamente adversa engendraria uma estratégia deliberada de promoção da “substituição de importações”. Mas, como já pontuamos com base nos comentários de Maria da Conceição Tavares, esse tipo de política industrial conduziria o país tendencialmente ao “estrangulamento externo”, e ao progressivo estancamento econômico.

À luz das “teorias do sistema mundo”, essa apatia comercial argentina poderia ser entendida como mera expressão da pouca relevância sistêmica, durante o ciclo norte-americano, do tecido econômico previamente constituído no país. À luz também delas, o paradoxo cambial imanente à “substituição de importações” poderia ser enxergado como um sintoma da rigidez hierárquica da “economia mundo” capitalista. E, por fim, a postura truculenta com que as potências emissoras de moeda conversível se dirigem então a Buenos Aires constituiria a expressão político-internacional do longo eclipse que o “sistema mundo” imporia à economia platina, evidenciando o papel meramente

acessório que se oferecia a um país exportador de gêneros agropecuários de clima temperado em um mundo onde a principal nação capitalista era igualmente capaz de prover esses itens.

Cumpramos ressaltar que logo acima utilizamos como metáfora dessas adversidades o “eclipse”, e não o “outono”. Pois no “ciclo sistêmico” precedente, sediado em Londres, a Argentina abrigava um departamento relevante de uma “economia mundo” chefiada por uma nação de clima e hábitos de clima temperado, mas acometida por patente escassez de bons solos. Igualmente, no novo ciclo que ora despontaria a partir do Nascente, as pradarias argentinas parecem igualmente recobrar sua importância sistêmica, renovando as condições de diferenciação de seu tecido produtivo.

Cuidemos por ora de nosso plano de exposição. Primeiro, na Subseção 6.2, retomaremos o sorridente cenário que abraça o Pampa no “I Centenário”, durante o auge do “ciclo sistêmico” britânico. Depois, nas Seções 6.3, 6.4 e 6.5, exploraremos elementos que marcam a virada de ventos nos moinhos do Prata, à medida que se consolidava o “ciclo americano”. Examinaremos, um a um, os focos de compressão da capacidade de importar de um país imerso num dilema aparentemente insolúvel nos marcos da “economia mundo capitalista”: minguava ano após ano sua capacidade de importar, e, até para diferenciar sua pauta de exportações, seriam estruturalmente requeridas crescentes importações.

6.2 - A Argentina na “Periferia Próspera” da Grã-Bretanha: o fausto primário-exportador como caso extremo da riqueza sob a clássica dependência:

Na obra clássica *Bases y Puntos de Partida para la Organización de la República Argentina*, de 1852, o intelectual liberal Juan Bautista Alberdi tece a seguinte provocação:

“Que nome darias, que nome merece um país composto de duzentas mil léguas de território e uma população de 800.000 habitantes? Um deserto [...]” [Alberdi, 1960: 152; citado por Todesca, 2006: 55]

Como sabemos, o grosso do território argentino contava com povoamento muitíssimo rarefeito por volta de 1870. Mas, tão-só quatro décadas mais tarde, em 1913, começariam a apitar os trens da primeira linha subterrânea de Buenos Aires, evidenciando o salto material e demográfico que ali sucedera. Como compreender que um país semidesértico, que nutria apenas raquíticos vínculos comerciais com o exterior, vivesse tão abrupta metamorfose? Ou melhor, como explicar tal transformação sem recorrer a fenômenos exógenos?

Nessa subseção examinaremos estatísticas que expressam o apressado recrutamento de uma imensa e virgem pradaria temperada como departamento relevante à afirmação do terceiro “ciclo sistêmico de acumulação” de que nos conta Giovanni Arrighi. Pois, para que prosperasse a indústria do arquipélago britânico, era estruturalmente necessário encontrar fontes de proteínas capazes de nutrir os estoques humanos que movimentariam suas máquinas. E, possuindo a Grã-Bretanha um território demasiado exíguo para o cultivo ou o pastoreio requerido pelas quase 40 milhões de almas que ali habitavam em 1900, a dieta inglesa após a transição demográfica associada à industrialização envolveria maciças importações — a Tabela 6.2-1 evidencia essa penetração de alimentos importados —.

TABELA 6.2-1: Reino Unido: Produção Doméstica de Trigo e Carne, 1872-1913, em Milhões de <i>Centrum Weight</i> (Cwt)					
	1872	1882	1892	1902	1913
Produção Doméstica de Trigo	50,7	44,7	33,6	32,2	31,1
Importações	47,4	80,7	95,6	107,9	131,1
TOTAL	98,1	125,4	130,2	140,1	162,2
% IMPORTAÇÕES	48,3	64,4	73,4	77,0	80,8
Produção Doméstica de Carnes	26,6	25,6	28,2	29,1	29,7
Importações	4,2	9,0	13,5	20,3	21,8
TOTAL	30,8	34,6	41,7	49,4	51,5
% IMPORTAÇÕES	13,6	26	32,3	41,1	42,3
Fonte: TRIGO: Produção Doméstica, Ministry of Agriculture and Fisheries, <i>Report of the Committee on the Stabilization of Agricultural Prices</i> , 1925, Appendix I. Importações: <i>Annual Statements of Trade</i> . CARNES: Perren R., <i>The Meat in Britain</i> , 1970-1914, Londres, p. 3, CITADOS POR: Arceo, Enrique. <i>Argentina en la Periferia Próspera: renta internacional, dominación oligárquica y modo de acumulación</i> . Quilmes: Univ. Nacional de Quilmes, 2003.					

Ostentando a região platina um bioma admiravelmente favorável tanto à agricultura temperada de cereais quanto à pecuária, nada mais previsível que se abrisse a ela um dinâmico nicho de exportações no bojo do progresso industrial britânico. Assim, no último terço do século XIX, do mesmo modo que a Península Coreana seria apreendida pelos burocratas e capitalistas japoneses como abrigo ideal ao *zaibatsu* em empreendimentos intensivos em energia e matérias primas minerais, seus contrapartes ingleses logo identificariam a Argentina como uma imensa fronteira aberta à provisão de carnes e cereais às Ilhas Britânicas. Durante o clímax do “ciclo britânico”, como evidencia a Tabela 6.2-2, ela rivalizaria apenas com os EUA pela posição de principal fornecedor extra-imperial de grãos ao Reino Unido.

TABELA 6.2-2: Participação Relativa como Origem do Trigo Importado Consumido no Reino Unido, 1926-32 em %					
	Canadá	Austrália	Total do Império	Argentina	EUA
1926	37,1	9,5	49,4	12,3	32,4
1927	29,1	13,4	47,1	17,6	32,3
1928	39,6	9,9	51	23,6	22,9
1929	24,3	11,4	36	40,6	19,9
1930	24,9	12,1	40,5	14,5	20,1
1931	22,7	19,5	42,6	17,4	9,4
1932	44,3	22,8	67,2	19,5	4,4
Fonte: Solberg, E. <i>Argentina y Canadá: una perspectiva comparada sobre su desarrollo económico, 1919-1939</i> . Desarrollo Económico, v. 21, n. 82, 1981.					

Essa veloz inserção da agropecuária argentina no mercado do Reino Unido tinha três pilares fundamentais. O primeiro deles era a política livre-cambista ali mantida com respeito à provisão de cereais, que remontava à famosa abolição das *Corn Laws* pelo *Importation Act* de 1846. Como indica o Gráfico 6.2-1, a livre admissão de trigo importado não era a regra nos principais países europeus ocidentais. O segundo pilar era a vantagem de custo de produção ostentada pela Argentina em relação ao Reino Unido, que é atestada na Tabela 6.2-3. Já o terceiro, seria a disponibilidade de terras aráveis ociosas nos Pampas, que poderiam ser incorporadas mediante um conjunto de estratégias de negócios à disposição dos empresários argentinos: lotes de terra suficientemente amplos para a prática agropecuária em grande escala, recepção de trabalhadores imigrantes oriundos de regiões europeias onde houvesse excedente populacional, e captação de financiamentos ingleses capazes de prover aquilo que a

produção eventualmente requeresse. A Tabela 6.2-4 mostra que esses financiamentos estiveram presentes, e foram preferencialmente usados na montagem de infraestrutura logística e na capitalização do Estado. O resultado prático seria a vertiginosa incorporação de novas terras à superfície arada, fenômeno ilustrado pela Tabela 6.2-5.

Gráfico 6.2-1:

TABELA 6.2-3: Preço de Produção do Trigo na Inglaterra e na Argentina, Por Acre, em *Shillings*, para o ano de 1922.

	Inglaterra	Argentina
Sementes	17,5	4,7
Trabalho de cultivo	84,5	29,7
Cavalos	64,6	22,7
Mão de obra	19,9	7,0
Supervisão	11,3	
Frete	4,0	4,7
Fertilização	62,5	
Vários	1,8	0,3
Seguros	2,6	1,4
Combustíveis e lubrificantes	0,9	0
Reparação e Amortização de Máquinas	14,0	2,8
Renda do Barbeito	1,4	2,2
Trabalho de Cultivo (Barbeito)	35,6	
TOTAL	234,7	46,8

Fonte: Dados Compilados de Várias Fontes e Trabalhados por: Arceo, Enrique. *Argentina en la Periferia Próspera: renta internacional, dominación oligárquica y modo de acumulación*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2003

TABELA 6.2-4: Investimentos Britânicos na Argentina e no Uruguai, Composição Setorial em 1913

	Argentina		Uruguai	
	Milhares de £	%	Milhares de £	%
Empréstimos ao Governo	184.593	38,5	26.128	55,2
Ferrovias	219.235	45,7	15.261	32,3
Serviços Públicos	35.940	7,5	3.883	8,2
Serviços Financeiros	21.413	4,5	-	-
Matérias Primas	1.374	0,3	-	-
Indústria e Outros	17.228	3,6	2.030	4,3
TOTAL	479.783	100,0	47.301	100

Fonte: Stone, Irving. *The Composition and Distribution of British Investment in Latin America*. Columbia University: Tese de Doutorado, pp.153A-153H, 1962.

TABELA 6.2-5: Crescimento do Número de Hectares Semeados com Trigo, Milho e Linho; Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos e Córdoba, em %

	Buenos Aires	Santa Fé	Entre Ríos	Córdoba
1888	-	18,22	20,06	20,33
1895	5,5	18,11	18,89	17,82
1908	8,4	3,82	1,03	10,72
1914	5,33	2,71	10,59	11,41
1875-1914	12,74	10,77	11,73	15,22

Fonte: *Central Argentine Commission on the Centenary Exhibition at Philadelphia*. Citado por: Arceo, Enrique. *Argentina en la Periferia Próspera: renta internacional, dominación oligárquica y modo de acumulación*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2003

Além do mais, enquanto o usufruto da Península Coreana requereria, da ótica imperial japonesa, a completa submissão bélica e progressiva assimilação colonial das estruturas de poder ali vigorantes, nada parecido seria necessário aos ingleses como condição ao aproveitamento das oportunidades econômicas dos Pampas. Pois os atributos sócio-culturais e jurídico-institucionais já em voga no Rio da Prata permitiriam o pronto recrutamento de sua hinterlândia como departamento produtor de alimentos tornados escassos pela aurora da civilização industrial.

Enquanto a velha Coréia era governada por burocratas ideologicamente avessos às práticas burguesas, ou à disciplina industrial requerida ao funcionamento do *zaibatsu*, e dispostos a defender seu território das investidas japonesas, a relação das autoridades portenhas com os ingleses seria inteiramente distinta. Afinal, ao passo que a integração da Península Coreana à Indústria Japonesa implicaria a negação do fundamento maior

da proeminência política dos *yang-ban*, seus saberes clássicos, a ocupação do Pampa Húmido pela agropecuária exportadora tenderia apenas a reforçar o poder dos *terratenientes*, calcado no controle fundiário. A seguinte declaração atribuída ao Gen. Julio Argentino Roca é bastante elucidativa dessa identificação de interesses:

“Sempre tive grande simpatia com respeito à Inglaterra. A República Argentina, que será algum dia uma grande nação, não esquecerá jamais que o estado de progresso e prosperidade em que se encontra nesses momentos se deve, em grande parte, ao capital inglês, que não tem medo das distâncias e aflui em quantidades consideráveis, na forma de ferrovias, bondes, colônias, explorações minerais e várias outras empresas.” [Declaração de Roca em Londres, durante viagem a convite da Casa Baring Bros., em 1887, citado por Todesca, 2006: 83]

Portanto, enquanto o aproveitamento japonês da Península Coreana implicava um relacionamento entre Colônia e Metrópole que ia muito além da clássica dependência — já que as formas de sociabilidade ali em curso precisariam ser ativamente subvertidas pela ação do governo-geral colonial, e, posteriormente, pelo governo de ocupação americano —, o relacionamento britânico-argentino pôde circunscrever-se aos limites clássicos da dependência. Com efeito, as estruturas de poder precedentes seriam reforçadas pela conexão entre a camada *terrateniente* e os capitalistas britânicos. Ao passo que as intrusões estrangeiras deixariam como saldo à moderna Coréia do Sul um padrão de integração social muito distinto daquele previamente existente — mediante a substituição do cotidiano institucional confucionista por outro mais semelhante àquele vigente no Japão pós-meiji, e mediante o acesso generalizado à terra e à escrita —, o neocolonialismo britânico traria à Argentina motivos terminantes para o retardo de sua ventilação social e institucional.

Lançando mão de uma terminologia *furtadiana*, a instauração da moderna indústria na Grã-Bretanha abriria ao território argentino possibilidades econômicas que ensejavam um caso extremo de “modernização sem desenvolvimento”. Ou seja, permitiam a máxima diferenciação de seu padrão interno de consumo, com alteração qualitativa mínima de suas estruturas sócio-políticas, além de crescimento apenas horizontal de seu tecido econômico. Os dados adiante nos ajudam a apreender esse fenômeno.

Primeiro, os dados da Tabela 6.2-2 nos dão uma dimensão do relevo efetivamente adquirido pela agricultura argentina como grande provedora de cereais ao mercado mundial. Segundo, pelos números da Tabela 6.2-8 verificamos que a agropecuária

platina, ao contrário daquela praticada no Nordeste estadunidense, contava menos lotes de pequeno porte e uma proporção desmesuradamente maior de lotes de grande porte. Por último, os dados da Tabela 6.2-9 indicam que os setores primário e terciário argentinos respondiam por uma parcela do emprego equivalente àquela de seus equivalentes nos países desenvolvidos, mas seu setor secundário era atrofiado em relação ao mundo desenvolvido, aproximando-a dos países pobres.

TABELA 6.2-6: Participação Relativa dos Principais Países Exportadores no Valor Total Exportado Mundial: 1929-33 e 1934-38, em %

	Trigo		Centeio		Cevada		Aveia		Milho		Total	
	1923-33	1934-38	1923-33	1934-38	1923-33	1934-38	1923-33	1934-38	1923-33	1934-38	1923-33	1934-38
Argentina	18,5	19,2	8,6	10,2	7,7	12,4	37,9	41	66,4	64,2	29,8	33,1
Canadá	29	27,7	6,1	4	7	10,8	9,4	15,7	0	0	18,6	16,4
EUA	12,8	16,1	1,7	0	7,8	2,6	3,3	0,7	3	0	9,1	8,9
Austrália	15,3	7,7		3,5	1,6	7,8	0,4	5,6	0	7,9	9,1	7,5
URSS	5,9	3,2	30,3	5,7	19	11,3	12	1,1	1,3	5,3	7,1	4,5
Romênia	1,4	3,8	2	13,5	27,7	11,1	3,3	8	11,4	0,3	6,4	3,7
Hungria	2,5	2,9	6,6	5,8	1,4	0,4	1,3	0,4	0,9	4,6	2,1	2

Fonte: Bacon e Scholomer. *World Trade in Agricultural Products: its growth, its crisis; and the new trade policies*. Rome: International Institute of Agriculture.

TABELA 6.2-7: Classificação das Fazendas por Tamanho, Regiões Estadunidenses Seleccionadas (1925) e Região Pampiana (1914), Número de Fazendas

	EUA – Região Central Nordeste	EUA – Região Central Noroeste	EUA – Região Central Norte	Argentina– Região Pampiana
Até 40 Ha.	584.385	320.434	904.819	
Até 50 Ha.				65.678
%	55,57	38,83	41,83	34,71
De 40 a 105,8 Ha.	416.389	520.403	936.772	
De 51 a 100 Ha.				33.844
%	39,6	46,83	43,31	17,89
Mais de 105,8 Ha.	50.818	270.477	321.295	
Mais de 100 Ha.				89.689
%	4,83	34,34	14,86	47,35
TOTAL	1.051.572	1.111.314	2.162.866	189.211
%	100	100	100	100

Fonte: Censo Nacional Agropecuário Argentino de 1914 e Censo Agrário dos EUA de 1925. Citados por: Arceo, Enrique. *Argentina en la Periferia Próspera: renta internacional, dominación oligárquica y modo de acumulación*. Quilmes: Unive. Nacional de Quilmes, 2003.

TABELA 6.2-8: Estrutura da População Ativa Ocupada em Cada Setor em % da População Ativa Total, para o ano de 1930.

	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
Países Desenvolvidos	34,5	31,3	34,2
Argentina em 1925-29	35,9	26,9	37,2
Países Subdesenvolvidos	76,6	26,9	13,3
Fonte: Bairoch, P. <i>Victoires et Déboires. Histoire Economique et Sociale du Monde du XVIe Siècle a nos Jours</i> . Paris: Gallimard, vol. III, pp. 282-741, 1997.			

O “ciclo sistêmico” sediado em Londres permitiria, assim, que a Argentina explorasse ao máximo as vantagens do enriquecimento dependente. Até hoje, quem passeia pelo centro-norte da cidade de Buenos Aires, mesmo vindo de países industriais do Atlântico Norte, costuma se maravilhar com os opulentos resquícios daquilo que aquela configuração da “economia mundo capitalista” permitira ao país ostentar. Ao contrário dos Teatros Municipais paulistano e carioca, que são semi-reproduções modestas das casas de ópera europeias, o Teatro Colón é uma instalação de dimensões equivalentes. Buenos Aires não precisava orçamentos minorados, suas disposições puderam estar à altura daquilo que de melhor a civilização capitalista oferecia.

Já o caso de Seul é estritamente oposto. Seu relacionamento com Japão deixaria ali, como já insistimos, mudanças relevantes na configuração social do país. Mas as oportunidades materiais abertas aos coreanos durante o consórcio colonial não inspirariam saudosismo. Quem visita Seul, assim, se maravilha com seu patrimônio dinástico à altura das duas ou três mais afortunadas capitais ocidentais. Mas seus cinco grandes palácios possuem sempre alguma ala destruída pelos japoneses, que os coreanos vem se esmerando a reconstruir. Simbolicamente, o funesto edifício do governo-geral seria demolido em 1996 para reabrir espaço à reconstrução de um átrio do grande palácio *Gyeongbok*. A simplória Prefeitura, outro marco colonial, cede ora lugar a um novo edifício-*design*. E a modesta Estação Seul, aberta pelos japoneses, permanecerá sempre eclipsada pela solidez do “Grande Portão Sul”, o *Namdaemun*, e divide ora lugar com um novo e moderno terminal cheio de belos trens coreanos. Não há em Seul, desse modo, resquícios arqueológicos que suscitem tributo algum à “Ocupação”.

Nesse contraste, em que pese a beleza da Estação do Retiro ou do Café Tortoni, ou o charme dos trens de madeira da Linha A do “*Subte*”, Celso Furtado alerta que a riqueza na dependência costuma ser efêmera. Assim, nos departamentos da “economia mundo” sediada em Nova Iorque, simplesmente não haveria nenhum nicho digno da velha Argentina.

6.3) A compressão do mercado relevante das exportações argentinas no “ciclo americano”, o paradoxo cambial da “substituição de importações” e o crônico “estrangulamento externo”:

6.3.1) O Fechamento da Fronteira Agrícola Argentina após 1930.....	456
6.3.2) O Panorama Empírico e a “Deterioração nos Termos de Troca”.....	457
6.3.3) A Conferência de Ottawa, as <i>Imperial Preferences</i> , e o Protecionismo Continuado à Agropecuária Britânica (1932-1973).....	459
6.3.4) O Tratado de Roma, a Política Agrícola Comum e o protecionismo europeu (desde 1957).....	462
6.3.5) A Substituição de Importações no Brasil, os Preços Mínimos da Agricultura e o protecionismo Brasileiro no Mercado de Trigo (1951-1988).....	465

Entre o último terço do século XIX e a crise de 1929, o crescimento da moderna indústria na Grã-Bretanha determinaria uma crescente demanda de alimentos nesse país. Nesse ínterim, como acabamos de ver, prosperariam as exportações agropecuárias feitas da Argentina ao Atlântico Norte, e, no esteio dessas, floresceria nos Pampas uma sociedade cuja economia se especializava na exportação de bens primários. Essa chega a ostentar, antes mesmo de 1914, rendimento médio bastante adjunto àquele vigorante nos países europeus ocidentais. Contudo, as bases dessa riqueza erodiriam aceleradamente a partir daí.

Como veremos abaixo, a Argentina alcança por volta de 1930 a plena ocupação da superfície arável ali existente. Com efeito, mesmo que fosse mantido o passo da demanda externa, suas exportações somente cresceriam caso o cultivo adotasse técnicas mais intensivas, que, naquele contexto, envolveriam importações de fertilizantes, implementos, máquinas, etc. Ou seja, mesmo que a carência de gêneros temperados no mercado internacional prosseguisse a emular os negócios pampianos, o equilíbrio cambial argentino seria em alguma medida alterado.

Paralelamente, por diversas razões isoláveis, o mercado relevante dos produtos primários tradicionalmente exportados pela Argentina seria progressivamente comprimido. Detalharemos abaixo, um a um, os principais obstáculos político-internacionais e estruturais que doravante se levantam em detrimento da agropecuária platina. Mas devemos adiantar que o longo estancamento argentino não pode ser atribuído diretamente a essa compressão: ele deve ser relacionado indiretamente a ela. Pois não é razoável propor que a menor abertura às exportações argentinas determinaria, apenas pela menor excitação de suas unidades produtivas rurais, e pelo menor valor adicionado por elas, a redução do ritmo de acumulação capitalista no país. A correta

apreensão dos reveses do capitalismo argentino requer uma proposição mais sofisticada. Vamos então a ela.

Por diversas razões enunciáveis, ligadas às nuances estruturais dos mercados relevantes de sua exportação, o deslanche do “ciclo americano” encerraria a era de fartas divisas no Balanço de Pagamentos argentino. E o “estrangulamento externo” sinalizava ao país as seguintes vias de reação: (a) o estímulo à substituição de importações por correspondentes domésticos, (b) o aumento da produtividade rural com concomitante esforço de elevação no *quantum* exportado, (c) a diversificação da pauta de exportações e, ainda, (d) a atração de capital internacional, seja na forma de empréstimos ou investimento direto. Mas, paradoxalmente, todas essas quatro respostas domésticas determinariam, em variáveis prazos, sobrecargas adicionais ao Balanço de Pagamentos do país.

Primeiro, as estratégias de industrialização seja por “substituição de importações” ou “substituição de exportações”, como aqui já discutido, conduziriam o país ao paradoxo mencionado por Maria da Conceição Tavares, pelo menos até o momento em que um parque industrial completo, integrado, e dotado de relativa autonomia técnica e financeira pudesse ser constituído. A seu turno, a diversificação da pauta de exportações requeria, se no âmbito das manufaturas, o avanço da industrialização, recaindo novamente o país no supracitado paradoxo.¹¹¹ Já a atração de capital redundaria — como bem corroboram os dados do Capítulo I —, uma sobrecarga futura no Balanço de Serviços e Rendas. Trocando em miúdos, os incontornáveis limites de seu Balanço de Pagamentos, dadas as minguantes rendas agropecuárias, configurariam um inegável beco-sem-saída para a política econômica argentina. Em teoria, restavam apenas duas outras opções.

A primeira seria a diversificação exportadora no âmbito da própria produção primária. Mas é difícil crer que os mercados de frutas, sucos ou vinho tivessem envergadura suficiente para repetir os dias gloriosos de “*granadero del mundo*”. Ainda que, em tese — como ilustra a experiência do Brasil, um país onde o nível precedente de consumo de importados era muito mais deprimido, e as possibilidades de diferenciação primário-exportadora muitíssimo mais vastas —, essa estratégia possa permitir algum ângulo de escape ao paradoxo de Maria da Conceição. Já a segunda seria um racionamento mais profundo das importações, canalizando divisas para rubricas

¹¹¹ Mesmo assim, como veremos, a Argentina registraria certo êxito na direção tanto da substituição de importações quanto de exportações.

prioritárias. Só que é difícil imaginar, nos marcos de uma sociedade capitalista regular, que as restrições à importação pudessem avançar além do ponto então atingido pela Argentina e demais países latino-americanos.

Em linguagem afinada às “teorias do sistema mundo”, podemos então esboçar a seguinte síntese de nossa proposta. Os predicados da “economia mundo” durante o “ciclo americano” determinariam o fim da fartura cambial usufruída pela Argentina durante o ciclo britânico. A única garantia à manutenção daquela sociedade entre as de elevado rendimento seria, dada a progressiva estagnação de suas exportações, a inauguração de um padrão de crescimento fundado na indústria. Mas, como aqui já sugerido, as hierarquias do “sistema mundo” capitalista nada teriam de abstratas: um país simplesmente não pode decidir industrializar-se sem lidar com o agravamento de suas circunstâncias cambiais. Nesse árido contexto internacional, seriam estreitíssimas as opções estruturalmente abertas à política econômica argentina, e esse país acabaria paulatinamente conformado à regressão de seus níveis relativos de renda média.

Seu destino inequivocamente poderia ter sido distinto se, analogamente ao caso da Coréia do Sul, houvesse algum tipo de vínculo entre a Buenos Aires e algum Estado emissor de moeda conversível que, por razão objetiva qualquer, decidisse assegurar o fechamento de seu Balanço de Pagamentos. Mas a realidade argentina não era essa. Nova Iorque nunca teve nenhum projeto especial para Buenos Aires. Nesse contexto, as autoridades portenhas nada poderiam aspirar além das estritas regras que salvaguardam a estabilidade do sistema. E, nos limites daquilo que a “economia mundo” oferecia à Argentina, ela não mais poderia ser que um país de renda análoga aos demais vizinhos primário-exportadores não-industriais.

Contudo, os “ciclos sistêmicos de acumulação” não se perenizam. E o novo ciclo que ora emerge reeditaria condições aparentemente favoráveis ao reposicionamento platino. Mas o exame desse novo ciclo escapa os propósitos dessa Tese. Assim, o que por ora nos interessa é, precisamente, listar os desafios que se sobrepuseram como obstáculo à acumulação capitalista argentina.

6.3.1) O Fechamento da Fronteira Agrícola Argentina após 1930:

Neste subitem examinaremos a primeira obstrução estrutural acima aludida a impedir que a Argentina continuasse a repetir, após 1930, os acréscimos de oferta de divisas que lhe haviam rendido condições plenas de reprodução do padrão de consumo

dos países industriais. Trata-se da plena ocupação das terras aptas ao tipo de agricultura que ali se praticava com vistas à exportação agropecuária.

Como demonstra inequivocamente a Tabela 6.3.1-1, a superfície ali ocupada pela cultura de cereais não apresentaria qualquer expansão entre 1930-31 e 1978-79. Jorge Sábato examina em diversas ocasiões as dificuldades que aí despontariam para que o país conseguisse utilizar essa superfície de modo mais intensivo, permitindo a obtenção de um maior *quantum* exportável. Entretanto, pelo aqui já discutido, sabemos que tais estratégias envolveriam algum grau de pressão sob o Balanço de Pagamentos, ainda que paralelamente contribuíssem a aliviá-lo. Por seu efeito cambial ambíguo, mesmo que seu saldo possa sim ser positivo, não causa estranhamento a acanhada evolução no rendimento das superfícies que nessa tabela igualmente se assinala.

TABELA 6.3.1-1: Evolução da Área Plantada e da Produtividade no Cultivo de Grãos na Argentina, 1930/31 – 1978/79 (Dados Relativos a: Trigo, Milho, Sorgo, Girassol, Linho, Aveia, Cevada e Centeio)			
	Área (milhões de Hectares) = A	Produção (Milhões de Ton. Métricas) = B	Rendimento = B/A
1930-31	19,9	20,2	1,02
1935-35	20,9	22,0	1,05
1940-41	20,5	22,2	1,08
1943-44	19,8	20,7	1,05
1964-65	17,9	21,1	1,18
1969-70	20,6	23,4	1,14
1970-71	19,0	21,9	1,15
1972-73	19,9	25,4	1,28
1973-74	17,5	25,9	1,48
1974-75	17,4	20,8	1,19
1975-76	18,3	23,0	1,26
1976-77	20,3	29,7	1,46
1977-78	19,1	28,1	1,47
1978-79	19,4	29,8	1,54
Fonte: Sabato, Jorge F. <i>El Agro Pampeano Argentino y la Adopción de Tecnología entre 1950 y 1978: un análisis a través del cultivo de maíz</i> . In: Piñeiro, Martín; Trigo, Eduardo. <i>Procesos Sociales e Innovación Tecnológica en América Latina</i> . São José da Costa Rica: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 1983.			

6.3.2) O Panorama Empírico e a “Deterioração nos Termos de Troca”:

Como pontuado logo no princípio desse capítulo, a hipótese Prebisch-Singer é de complexa caracterização empírica. No caso dos cereais, efetivamente parece haver um declínio de longo-termo nos preços internacionalmente praticados. Com efeito, mesmo

que tenha ocorrido constante elevação no *quantum* exportado pela Argentina, este aumento teria sido apenas suficiente para compensar a permanente queda nos preços. Como pode ser visto no Gráfico 6.3.2-1, o valor real das exportações argentinas de cereais não marca mudança significativa entre 1953 e 1984.

Já no caso da carne bovina, é bem mais difícil estabelecer uma única tendência para todo o pós-guerra. O Gráfico 6.1-2 já havia deixado isso claro. Entretanto, entre 1953 e 1973 as variações de preço e *quantum* parecem ter se compensado mutuamente, levando o valor real das exportações de carne argentina a uma longa estabilidade, que somente se desfaz após o Choque do Petróleo.

Para explicar tão acanhados resultados, duas possibilidades se insinuam. A primeira diz respeito à referida hipótese de Prebisch-Singer, que aqui não nos ocuparemos em aceitar ou refutar: apenas nos limitaremos a afirmar que no caso dos mercados de cereais os dados terminantemente se ajustam a ela. E, ademais, se a contração histórica dos preços das *commodities* é controversa, uma eventual tendência de elevação em suas cotações se descasaria totalmente da massa de informação estatística hoje disponível. Assim, o constante e espontâneo crescimento da capacidade importadora que marca o período anterior a 1930 não mais se reeditaria.

Gráfico 6.3.2-1:^{lxxv}

A segunda linha de explicação, por sua vez, se direciona ao efeito lesivo das políticas comerciais dos grandes países às exportações argentinas. Tangenciaremos essa temática logo adiante. Resta por agora registrar que, surpreendentemente, houve constante “substituição de exportações” também na Argentina. Como expressão disso, é possível notar que suas exportações de manufaturados crescem quase continuamente até 1980, quando todo e qualquer esforço de industrialização cederia lugar ao imperativo de equilíbrio macroeconômico.

6.3.3) A Conferência de Ottawa, as *Imperial Preferences*, e o Protecionismo Continuado à Agropecuária Britânica (1932-1973):

Entre 1846 e 1930, período áureo do “ciclo britânico”, as aduanas do arquipélago receberiam sem encargos os carregamentos alimentícios vindos de quaisquer partes. Como vimos acima, esse *laissez-faire* abria à Argentina confortável nicho de inserção nas redes de trocas planetárias. Mas a Depressão dos 1930 forçaria rapidamente a alteração dessa abordagem aduaneira, e a abertura do mercado britânico aos alimentos vindos dos Pampas começaria a se fechar.

Primeiro, as severidades que acometem duramente a economia inglesa levam seu governo a privilegiar o abastecimento interno de cereais em detrimento dos concorrentes importados. O divisor de águas seria o *Import Duties Act* de 1932, fixando uma tarifa básica geral de 10%. No mesmo ano, ocorre a “*Commonwealth Conference on Economic Consultation and Co-operation*”, em Ottawa, que estabelecia liberdade aduaneira recíproca para os produtos circulando entre colônias e membros independentes do próprio império, enquanto impunha tarifas e cotas para aqueles oriundos de demais países. Após o sistema de *Imperial Preferences* acordado ali, somente a lã, o algodão, as peles, o couro e a borracha continuavam a adentrar irrestritamente o mercado britânico conforme a conveniência do exportador.

A lógica subjacente a essa política era clara. Tradicionalmente, Londres adotava uma política livre-cambista entre o Reino e as colônias, enquanto restringia o comércio intercolonial, ou entre as colônias e o exterior. Mas, no contexto da Depressão, era previsível que ex-colônias relevantes como Austrália e África do Sul fechassem terminantemente seu mercado aos produtos ingleses. Londres, então, fornecia reserva de mercado a esses países naquilo que concernia aos *commodities* por eles exportados, ao passo que salvaguardava seu mercado entreaberto a suas manufaturas.

Um conjunto de tratados comerciais firmados com a Argentina (1933 e 1936), com a Dinamarca (1933) e com os Estados Unidos (1938) relaxariam parcial- e transitoriamente as restrições de Ottawa, até por que o súbito fechamento do mercado implicaria uma nada elementar elevação na oferta interna. Mas o direcionamento político-econômico de Londres havia mudado definitivamente. A disposição de seu governo em socorrer sua agricultura penalizada com os baixíssimos preços da Depressão iria muito além de instituir tarifas e cotas. O governo estaria doravante disposto a pagar para que os produtores fossem capazes de se manter no mercado.

Com efeito, em função das *Agricultural Marketing Acts* de 1931 e 1933, da *Wheat Act* de 1932, e da criação do *Milk Marketing Board* em 1933, o governo britânico passava a manipular os incentivos de mercado com vistas a garantir condições privilegiadas aos produtores domésticos. Era instituída uma política de preços mínimos que, na prática, subsidiava a produção doméstica de vários produtos alimentícios. Entre eles: as carnes bovina e suína, a manteiga, o queijo, o trigo, a cevada, o lúpulo, a beterraba e a aveia. Ou seja, alguns dos principais produtos de exportação argentinos esbarrariam doravante, para continuar a penetrar o mercado britânico, em competidores domésticos cujas condições de operação o governo local estava determinado a preservar. A Tabela 6.3.3-1 descreve a política de preços mínimos mantida pela Grã-Bretanha com vistas aos produtores de trigo, e mensura a margem de proteção ao produtor doméstico nela implícita.

As consequências práticas da manutenção desse conjunto de políticas seriam estritamente previsíveis. Primeiro, aumentaria consideravelmente a capacidade de auto-abastecimento britânico nas principais *commodities* requeridas pela dieta cotidiana. Como demonstram os dados da Tabela 6.3.3-2, relativos especificamente ao trigo, o consumo atendido pela produção doméstica cresceria de 13,9 para 36,2% entre 1935-32 e 1955-60. Segundo, a fatia de mercado detida pela Argentina cederia lugar a seus tradicionais concorrentes. Assim, entre 1925/32 e 1940/45 o país platino e os Estados Unidos perderiam espaço para os fornecedores da Commonwealth. Desse momento em diante, a Argentina e esses últimos perderiam algum espaço adicional para os Estados Unidos e para os fornecedores europeus. Afinal, a capacidade persuasiva da diplomacia americana costuma ser significativa. E, no contexto da formação de uma Comunidade Econômica Europeia, emergia o fornecimento pela subsidiada produção franco-alemã.

TABELA 6.3.3-1: Proteção Governamental à Produção Doméstica de Trigo no Reino Unido, 1932/33 – 1959/60

	Preço Mínimo Garantido pelo Governo (I)	Preço Médio Vigente no Mercado Doméstico (II)	Diferença (I – II) = (III)	Margem de Proteção (III / II) x (100)
	Valores na notação inglesa, ou seja, em <i>Shillings</i> e <i>Pence</i> por Cwt.			Em %
1932/33	9/10	5/4	4/6	84
1933/34	9/6	4/8	4/10	104
1934/35	8/7	4/11	3/8	74
1935/36	9/1	5/9	¾	56
1936/37	10/1	8/10	½	11
1937/38	10/1	8/4	1/8	20
1954/55	30/9	21/8	9/1	42
1955/56	30/0	22/10	7/2	31
1956/57	30/0	22/10	7/2	31
1957/58	28/7	19/10	8/9	44
1958/59	28/1	20/7	7/6	37
1959/60	27/7	20/5	7/2	35
Fonte: Diversas origens selecionadas e compiladas por Gerald, Ergerer. <i>Protection and Imperial Preference in Britain: The Case of Wheat 1925-1960</i> . The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue Canadienne d'Economique et de Science Politique, Vol. 31, N. 3, pp. 382-389, 1965.				

TABELA 6.3.3-2: Avanço do Abastecimento Interno no Mercado Britânico de Trigo, 1925-32 – 1955-60

	Percentual do Trigo Consumido Correspondente à Produção Doméstica
1925-32	13,9
1933-39	21,3
1940-45	32,2
1946-54	33,4
1955-60	36,2
Fonte: Annual Abstract of Statistics (HMSO, Londres); Annual Statement of the Trade of the United Kingdom (HSMO, Londres); Citado por: Gerald, Ergerer. <i>Protection and Imperial Preference in Britain: The Case of Wheat 1925-1960</i> . The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue Canadienne d'Economique et de Science Politique, Vol. 31, N. 3, pp. 382-389, 1965.	

TABELA 6.3.3-3: Parcela das Importações Britânicas de Trigo detida pelos Principais Exportadores do Grão, 1925/32 – 1955/60

	1925/32	1933/39	1940/45	1946/54	1955/60
Maiores Países da Commonwealth	48,3	62,0	84,3	82,8	63,7
EUA	20,8	4,7	1,1	10,7	16,8
Argentina	20,0	18,0	13,1	3,4	8,3
Maiores Países Europeus	9,5	12,4	0,7	2,4	10,7
Outros	1,4	2,9	0,8	0,7	0,5

Fonte: Annual Statement of the Trade of the United Kingdom. Citado por Gerald, Ergerer. *Protection and Imperial Preference in Britain: The Case of Wheat 1925-1960*. The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue Canadienne d'Economie et de Science Politique, Vol. 31, N. 3, pp. 382-389, 1965.

6.3.4) O Tratado de Roma, a Política Agrícola Comum e o protecionismo europeu (desde 1957)

Os altos níveis de proteção garantidos aos produtores britânicos de grãos, que logo acima descortinamos, indicam que as dificuldades argentinas quanto à expansão de sua capacidade de importar transcenderiam o mero estancamento, ou mesmo o lento declínio, dos preços internacionais de sua pauta de exportações. Seus agropecuaristas também teriam que lidar com obstruções concretas ao acessar os principais mercados por eles tradicionalmente ocupados. Nisso, o protecionismo inglês, se bem que paradigmático dessa mudança de cenário, não seria o único e quiçá nem o mais saliente.

Em 1957, seria assinado o Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia, em Roma, que logo acarretaria restrições severas ao ingresso dos produtos argentinos nos mercados de todo o continente europeu. Esse instrumento diplomático criaria a Comunidade Econômica Europeia, ou seja, um “mercado comum” que pressupunha a abolição paulatina dos limites à circulação intra-regional de bens, simultaneamente à adoção de uma postura comum com respeito ao tratamento dos produtos importados.

Em paralelo, seria naquela ocasião prevista a adoção de uma Política Agrícola Comum, que preconizava a livre circulação dos produtos agrícolas dentro da comunidade, e a adoção de medidas protecionistas, defendendo a agricultura europeia da concorrência de produtos oriundos de fora. Essa reserva de mercado seria garantida

mediante a acordada subvenção comunitária aos preços agrícolas. Dali até períodos atuais, essa postura comercial seria apenas reeditada. E, com efeito, ainda hoje a Política Agrícola Comum absorve grande fatia do orçamento da União Europeia.

Pelo Tratado de Roma, seriam censurados os monopólios, assim como os privilégios comerciais às regiões “ultraperiféricas”, quais sejam, as regiões coloniais ou neocoloniais. Desse modo, a tardia adesão da Grã-Bretanha à comunidade, apenas em 1973, embarçaria definitivamente a política de *Imperial Preferences* firmada em Ottawa. Contudo, bem antes desse momento a diplomacia inglesa já começa a se acercar das representações continentais, participando de um crescente comércio intra-europeu de alimentos, já que certo volume de importações seria que de todo modo necessário à preservação dos níveis adequados de sua oferta agregada doméstica.

TABELA 6.3.4-1: Níveis de Proteção Aduaneira a Produtos Agropecuários Selecionados no Âmbito da Comunidade Econômica Europeia, Conforme Estimativa de 1977

Descrição	Taxa Nominal (%)		Taxa Efetiva (%)		
	Tarifa	Imposto	(Calculada de modo a refletir outros tipos adjacentes de proteção, como os benefícios à adição de valor do produtor local)		
	Tarifa	Imposto	Tarifa	Imposto	Total
Aveia	13,0	84,2	25,8	177,9	203,7
Centeio	16,0	75,8	32,1	160,0	192,1
Trigo	20,0	73,0	40,6	154,1	194,7
Milho	6,0	34,1	10,7	72,0	82,7
Carne Bovina	20,0	64,2	38,2	215,2	253,4
Carne Suína	20,0	30,4	36,7	52,9	89,6
Carne de Carneiro	20,0	20,0	39,3	80,0	119,3
Carne de Frango	18,0	23,3	38,5	51,9	90,4
Farinha de Trigo	25,0	76,4	98,9	206,8	305,7

Fonte: Sampson, Gary P.; Yeats, Alexander J. *An Evaluation of the Common Agricultural Policy as a Barrier Facing Agricultural Exports to the European Economic Community*. American Journal of Agricultural Economics, Vol. 59, N. 1, pp.99-106, 1977.

Na prática, os níveis de proteção à produção local encorajados pela Política Agrícola Comum seriam impressionantes. E eles compreenderiam dois eixos: a

manutenção de tarifas aduaneiras comuns para os concorrentes externos, simultaneamente a uma política de sustentação de preços mínimos para a produção local. Em conjunto, esses dispositivos excederiam fartamente o efeito defensivo dos instrumentos previamente mantidos pelo governo britânico. A Tabela 6.3.4-1 integra um estudo norte-americano sobre as barreiras europeias a suas exportações de trigo, que, como sabemos, vitimariam analogamente as exportações platinas.

Do ponto de vista argentino, essa tabela evidencia uma veemente política de defensiva dos produtores europeus. E tais cifras, antes de qualquer outra coisa, evidenciam a disparidade abissal entre o custo de produção nos dois continentes. Em seu contexto, soa natural que até produtores com planilhas de custo muito mais competitivas que aquelas comuns na Europa, canadenses e estadunidenses, fossem tentados a considerar estratégias de subsídio direto à produção interna. Pois, em sobreposição à proteção aduaneira e aos subsídios diretos, a Europa ainda subsidia indiretamente o produtor — mediante financiamentos, socialização de elementos do capita agrícola, etc. —. Assim, em um estudo aprofundado sobre o mercado de trigo, colhemos o seguinte diagnóstico sobre a formação internacional do preço desse cereal:

“Na Comunidade Europeia, a produção somente é possível com grandes subsídios. Mesmo os grandes produtores, como os Estados Unidos e o Canadá, recorrem a subsídios, na forma de preço pago ao produtor, entre outros, como forma de manter o complexo *agribusiness* do qual o trigo faz parte. Enfim, o subsídio ao produtor de trigo, via preço ou outro mecanismo indireto, tem sido largamente usado em todo o mundo.” [Tomasini *et al*, 1998: 73]

A Argentina, frente a essa realidade, evidencia impressionante vantagem comparativa na agropecuária de climas temperados. Afinal, mesmo diante da energia protecionista de seus competidores, ela pôde se abster de subsidiar diretamente sua produção: o estudo supracitado deixa claro que a zona pampiana é uma clássica “tomadora de preços”:

“A Argentina, embora seja importante produtor mundial, não tem o poder de influenciar o preço de seu trigo, limitando-se a acompanhar a tendência dos valores praticados nas bolsas de Chicago e de Kansas City, sendo pois caracterizada como um país “tomador de preços” [Tomasini *et al*, 1998: 70]

A tabela abaixo reproduz a dimensão dos subsídios diretos mantidos pela Europa e Japão. Parece impressionante que, mesmo diante de sua magnitude, a Argentina tenha logrado manter grosso modo estáveis suas rendas de exportações.

TABELA 6.3.4-2: Estratégia de Proteção ao Trigo Doméstico, Japão e Comunidade Econômica Europeia, Preço Especial Pago ao Produtor Local, 1966-7 e 1976-7

	Preços de Exportação				Níveis Básicos de Suporte	
	Em US\$ por Tonelada Métrica					
	Argentina	Austrália	Canadá	EUA	Japão	CEE
1966-67	59	63	72	67	140	
1967-68	62	58	66	63	145	99
1968-69	58	58	68	63	152	99
1969-70	56	54	64	57	153	99
1970-71	57	58	67	63	164	99
1971-72	62	58	65	62	175	101
1972-73	86	91	92	92	217	114
1973-74		195	202	178	282	128
1974-75	163	167	198	170	334	148
1975-76	144	147	174	161	354	163
1976-77	104	113	130	118	401	183
Média: 66/73 e 76/77	68	69	78	73	193	113
Fonte: Carter, Colin; Schmitz, Andrew. <i>Import Tariffs and Price Formation in the World Wheat Market</i> . American Journal of Agricultural Economics, Vol. 61, N. 3, pp. 517-522, 1979.						

6.3.5) A Substituição de Importações no Brasil, os Preços Mínimos da Agricultura e o protecionismo Brasileiro no Mercado de Trigo (1951-1988)

Como acima já sugerido, o Brasil teria padecido a partir de 1930 de tendência ao “estrangulamento externo” análoga àquela que caracterizaria Coréia do Sul e Argentina. Além disso, seus sobrecarregados Balanços de Pagamentos, ao contrário dos sul-coreanos, não contariam com quaisquer influxos significativos de Transferências Unilaterais, e, se bem que o país usufrui historicamente de fartos superávits no Balanço de Capitais, a contrapartida desses seria a manutenção, até dias presentes, de grandes déficits no Balanço de Serviços. Ou seja, teria sido apenas mediante uma complexa equação envolvendo a maximização dos saldos em Comércio, e a gestão mais ou menos atribulada dos Balanços de Serviços e de Capitais, que esse país teria logrado, no período entre as décadas de 1930 e 2010, construir um parque industrial de complexidade análoga e dimensões muito superiores ao sul-coreano.

Esse “equilibrismo” cambial seria, como todos sabem, marcado por conjunturas econômicas conturbadíssimas, acenando para soluções de curso aparentemente errático, sob a forma de “pacotes” sem óbvia conexão, e por isso a razoável coerência que marca a administração cambial sob a industrialização brasileira acabaria paradoxalmente envolta em ares de caótica improvisação. Mas a intrincada fórmula cambial que viabilizaria estruturalmente a constituição deste que é o terceiro maior parque industrial erigido a partir de uma economia rural sob as hierarquias do “ciclo americano”, e sem supervisão ou qualquer incentivo explícito do *hegemon*, requereria os mais criativos estratagemas de compressão das importações tidas como disfuncionais à causa industrial.¹¹²

E é no contexto desse longuíssimo e tormentoso esforço industrial que, por dentre os estreitos espaços de deslocamento da economia de um grande e pobre país completamente integrado à “economia mundo”, que durante meio século o governo brasileiro passa a restringir energicamente o consumo de trigo importado, forçando sua progressiva substituição pela produção nacional. O estudo de Vera Martins da Silva retoma a cronologia das intervenções do governo brasileiro:

“A partir de 1951, ocorre o monopólio da importação pelo Estado; em 1962, o Banco do Brasil passa a adquirir a safra interna do grão, além do aprimoramento do sistema de cotas, prevalecente até 1951. Em 1967, há a regulação final (atual) do setor [...]. [...] Em 1972/73, com o boom nos preços internacionais dos grãos, é introduzido explicitamente o subsídio ao consumo, através do qual o governo revendia o grão aos moinhos por um preço significativamente inferior ao de aquisição” [Silva, 1989: 92]

Em direção análoga, um estudo de Roque Tomasini *et al* retomam o tema:

“Embora a ação do governo federal com a cultura do trigo tenha iniciado em 1919, com a criação da Estação Experimental de Alfredo Chaves, em Veranópolis, Rio Grande do Sul, a grande intervenção ocorreu em 1967. Com o Decreto-Lei nº 210, o trigo passa a ser totalmente dependente do governo federal, uma vez que toda a

¹¹² Nominalmente: o monopólio cambial com venda discricionária de divisas pelo do Banco do Brasil (1930-34, 1937-39); o câmbio por cooperação, onde o Banco do Brasil tinha o monopólio parcial para a venda de divisas e as revendia segundo seus critérios (1934-37 e 1939-46 e novamente em 1947); as licenças não-automáticas com racionamento discricionário de importação (1948) e o revestimento dessas licenças por um orçamento cambial prévio (1949-53); a segmentação do mercado de câmbio para garantir o direcionamento dos dólares cafeeiros à causa urbana (“Lei do Mercado Livre” vigente apenas em 1953); o monopólio cambial com venda em leilão de uma Promessa de Venda de Câmbio (Instrução 70 da SUMOC, cujo espírito prevalece entre 1953-61); o depósito prévio de garantias em moeda doméstica para participação no leilão que dava acesso ao câmbio (Sistema de “Letras de Importação” da Instrução 204 da SUMOC, de 1961); além do uso intensivo de tarifas aduaneiras, restrições extra-aduaneiras de teor regulatório, etc. (desde 1930 até 1989)

produção nacional passa a ter um único comprador e um único vendedor, o Banco do Brasil. As importações eram efetuadas pelo extinto Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional – CTRIN. Essa estrutura de comercialização, que garantia a compra de toda a safra nacional, com pagamento à vista, aliada a uma política de preços acima do mercado internacional e elevados subsídios ao consumidor de farinha de trigo, propiciaram as condições para um grande aumento na área cultivada. Essa fase durou até 1990, com a revogação daquele Decreto-Lei e a implantação da economia de livre mercado.” [Tomasini *et al*, 1998: 62]

Da ótica argentina, a postura do governo brasileiro acirraria ainda mais o fechamento de seus principais mercados de exportação. Os dados abaixo são ilustrativos.

Gráfico 6.3.5-1:^{lxxvi}

É razoável admitir que, não fosse a postura protecionista do governo brasileiro, todo ou quase todo o trigo ali produzido daria prontamente lugar a importações do vizinho austral. E, assim sendo, o estímulo à substituição de importações de trigo no Brasil redundaria em mais um elemento a agudizar a tendência de “estrangulamento externo” que acometia a Argentina.

6.4) Choques do Petróleo, Petrodólares e Reajuste dos Juros Americanos na materialização do “colapso cambial” que tendencialmente baliza as industrializações tardias:

Como assinalamos anteriormente, o ano de 1973 marca o início de uma série de revezes na política internacional que, para Giovanni Arighi, sinalizariam o auge e o início da superação do “ciclo americano”. Dali em diante, emergiria como paradigma industrial dominante o chamado *toyotismo*, superando o molde de gestão *fordista* que anteparara os dias dourados da produção automotiva em Detroit. No esteio dessa transição tecnológica e gerencial, concluída primeiramente pelo parque industrial japonês, a supremacia manufatureira dos Estados Unidos seria posta em xeque.

À luz do modelo de análise que se convencionou denominar “teorias do sistema mundo”, a via de reafirmação mais fácil ao *hegemon* tenderia então a envolver a mobilização de seu poderio diplomático, bélico, financeiro e cultural em prol do retardo da já evidenciada debilitação de sua vanguarda produtiva, que em última análise fora o fundamento das demais instâncias de seu poder global. Dali adiante, a riqueza relativa da principal região capitalista tenderia até a aumentar. Mas seus mecanismos de extração de excedente seriam cada vez mais fundados no usufruto de sua posição financeira ímpar, da qual decorrem prerrogativas salvaguardadas apenas ao emissor da moeda-reserva do sistema. No limite, o controle sobre as finanças globais se tornaria uma “questão de sobrevivência” aos norte-americanos, convertendo o privilégio de emissão da moeda-reserva, e o controle do câmbio entre esta e as demais moedas, no único antídoto ainda eficaz contra um declínio econômico já firmemente materializado.

É no contexto dessa reafirmação de uma potência economicamente decadente que devemos situar o choque dos juros iniciado por Jimmy Carter em 1979. Pois, gerindo uma economia que perdia tão aceleradamente sua competitividade, sua autoridade seria desafiada até mesmo por um experimental questionamento de seu privilégio emissor. A ameaça de uma “corrida contra do Dólar” seria respondida, eficazmente, com juros altos a ponto de serem irrecusáveis àqueles que exercitavam seu poder de arbitragem. E, assim, se bem que essa política monetária progressivamente desafiaria a saúde fiscal do Estado americano, o *status* do Dólar estaria mais uma vez posto a salvo, recusando ao Iene a condição de substituto à sua altura. E a reação americana iria muito além.

Segue-se o exercício pleno de sua posição “protetoral” frente a seu maior rival econômico. Chegara a hora de os japoneses revalorizarem sua moeda, e, nisso, contribuírem de modo mais generoso ao bem-estar material americano. O Acordo do

Plaza de 1985 — já citado no Capítulo V — neutralizaria indefinidamente a competitividade japonesa, e essa economia não mais tornaria a crescer sob égide americana. A inquestionada capacidade empresarial de seus maiores grupos continuaria a evidenciar-se, mas de preferência no exterior, sem embaraçar em demasia o equilíbrio cambial estadunidense. Segue-se, igualmente, a imposição à Europa de uma moeda sempre sobrevalorizada, culminando com a estagnação de seus principais países a partir de 1990. Por último, a reação norte-americana permitiria até um repique de sua preponderância manufatureira, ora calcada na mobilização inovadora do “capital de risco”. Naquele contexto, a flexibilidade do “mercado de balcão” — a NASDAQ — daria fôlego a uma “revolução digital” cujo único epicentro por certo tempo seriam os Estados Unidos.

Contudo, pelas décadas seguintes a reafirmação da hegemonia estadunidense dependeria cada vez mais de sua prerrogativa emissora. Nisso, os Estados Unidos teriam se acudido de irrestritas adições ao meio circulante para levar às últimas consequências o privilégio de reeditar impunemente os déficits que mais se costuma calcular. Como demonstram os dados do Gráfico 6.4-1, seu déficit fiscal seria muito significativo durante quase todo o período 1980-2010. Paralelamente, como comprova o Gráfico 6.4-2, seus resultados em Comércio e Conta Corrente seriam declinantes desde os Choques do Petróleo. Mas essa situação, que conduziria ao desastre qualquer país regular, seria sempre atenuada pela procura das demais nações pela moeda ali emitida, permitindo que a emissão monetária figurasse, nos EUA, quase como uma corriqueira exportação (Braga *et al*, 2004). O Gráfico 6.4-3 evidencia essa constante procura.

Gráfico 6.4-1^{lxxvii}

Gráfico 6.4-2^{lxxviii}

Gráfico 6.4-3^{lxxix}

O problema dessa estratégia de reafirmação hegemônica calcada em seu privilégio emissor reside em sua sustentabilidade a longo termo. No esteio do ciclo de crédito que possibilita o *boom* do Vale do Silício, não tardaria até que eclodisse a assim chamada crise do “ponto com”, à qual se sucederia o uso ainda mais desatinado daquilo que alguns chamam de “*keynesianismo* belicista”, e prosseguiria o consequente agravamento da posição orçamentária americana. A combinação de sua fragilidade fiscal com o excesso de liquidez facultado a seu sistema bancário finalmente precipitaria, após 2008, uma nova rodada de questionamento do *status* do dólar.

Mas, muito antes da “crise demarcadora” subjacente à previsão de Arrighi, que sinalizaria mediante a compressão do “poder americano” o princípio de uma nova hegemonia, seria severamente achatado o espaço de movimentação de várias outras economias subordinadas com secundária relevância sistêmica. E é aí que essa história nos remete novamente à Argentina.

Em meados dos anos 1970, ao passo que o acelerado declínio manufatureiro americano garantia a precipitada sensação de desgoverno global, um cartel formado por países produtores de petróleo imporia um drástico reajuste nas cotações dessa *commodity*. Esse episódio acarretaria a elevação da inflação nos países centrais. Nos países periféricos em industrialização, igualmente, o reajuste do óleo acentuaria a tendência ao “estrangulamento externo” e, no bojo desta, elevaria a inflação. Retomemos esse processo em maior detalhamento.

Com os Choques do Petróleo, o surto inflacionário nos países industrializados seria bastante pronunciado, com dois picos visivelmente associados a cada um dos choques de oferta. Como ambos foram episódios de magnitude análoga, o início da década de 1980 marcaria uma reativação da dinâmica de transmissão dos custos aos preços exatamente quando a inflação já desacelerava. Deste modo, Reino Unido, França, Estados Unidos e Alemanha registrariam, respectivamente, índices de preços ao consumidor de 18%, 13,6%, 13,5% e 5,44% em 1980.

Entre os países de industrialização tardia, a seu turno, teríamos três tipos de dinâmica inflacionária durante o período em questão, como pode ser observado nos gráficos que compõem a Figura 6.4.1. Alguns países, de forma similar àquilo que ocorria nos países industrializados, vivenciariam nítida aceleração da inflação durante os choques, com estabilização ou recrudescimento do ritmo de alta dos preços durante os anos 1980. Foi assim que se comportou o custo de vida em países como a Coreia do Sul, a Índia e a África do Sul. Nos três casos, a inflação anual ao consumidor nunca ultrapassou 30%, e raramente ultrapassou 20%. Nos dois primeiros países, a inflação arrefece após o II Choque, enquanto no terceiro caso ela se estabiliza.

Para um segundo grupo de países, porém, esta aceleração da inflação durante os choques evoluiria para um quadro hiper-inflacionário na década de 1980. Nestes casos, a taxa de inflação elevou-se a píncaros de mais de 10.000% anuais, e permaneceu durante vários anos em um patamar superior — ou mesmo bastante superior — a 100% ao ano. É assim que o custo de vida se comporta em países como a Bolívia, a Argentina e o Peru. Neles, a inflação se tornaria elevada a ponto de obstaculizar severamente a circulação da

moeda nacional, já que a moeda em poder do público era vitimada por uma desvalorização real proibitiva mesmo em intervalos bastante curtos. Consequentemente, um padrão monetário concorrente ao doméstico, especificamente o dólar norte-americano, passaria a substituir a moeda nacional em diversas situações.

Figura 6.4-1^{lxxx}

Já para um terceiro grupo, temos um quadro intermediário, onde a taxa de inflação se aceleraria progressivamente durante os anos 1970, até superar os 50% ou até os 100% ao ano na década de 1980. Nestes casos, porém, a moeda nacional continuaria sendo o meio de troca predominante mesmo nos momentos mais agudos do surto inflacionário.

Sua circulação seria progressivamente desestimulada à medida que a inflação ascendia, mas o ritmo de desvalorização da moeda em poder do público nunca chega a inviabilizar sua posse por períodos suficientemente curtos. Ou seja, a superinflação não chegaria a evoluir, efetivamente, para um quadro hiper-inflacionário a partir do qual a moeda nacional é abandonada. As taxas de inflação ao consumidor em países como o Brasil, o Equador e o México assumem este tipo de padrão. No primeiro caso, o quadro foi sensivelmente mais grave que nos dois últimos.

Em síntese, podemos afirmar que os Choques do Petróleo foram capazes de produzir um surto inflacionário internacional durante os anos 1970. No caso dos países industrializados, e também de alguns países do então chamado III Mundo, o ritmo de alta nos preços arrefeceu já em meados dos anos 1980. Em alguns países em industrialização, o controle da inflação permanece distante por toda a década seguinte: seria assim o comportamento dos preços na Argentina.

Concomitantemente à desestabilização dos preços globais, o desafio árabe engendraria renovadas condições de liquidez para a rolagem transitória do “hiato de divisas” dos países em industrialização. Nesse ínterim, países como Coreia do Sul e Brasil, cujos projetos de construção industrial haviam mantido o fôlego até 1973, captariam abundantes financiamentos para galgar mais uma etapa de sua construção industrial. O ímpeto de Ernesto Geisel e Park Chung Hee após 1974 seria, assim, outro capítulo as hierarquias de adição de valor da “economia mundo”.

Contudo, a tendência ao “estrangulamento externo” que acima discutimos não permitiria que o projeto de industrialização argentina chegasse longe o bastante para que se pudesse direcionar a renovada fartura de liquidez a propósitos construtivos. A força das hierarquias sistêmicas, materializadas em desajustes cambiais incapacitantes já desde o fim dos anos 1960, teria minado a capacidade de planejamento argentino ainda antes da onda de contestação da ordem americana. Com efeito, quando Perón morre em 1974, já estavam plenamente configuradas as condições de reversão do seu projeto industrial. Assim, em 1976, quando Geisel e Park anteviam a “travessia definitiva do limite entre desenvolvimento e subdesenvolvimento”, como apontava o II PND brasileiro, a Martinez de Hoz caberia apenas um intento de reestruturação que hoje se entende como “regressivo”.

Logo após o II Choque do Petróleo, inicia-se a supramencionada reafirmação do poder americano. As principais taxas de juros internacionais atingiriam píncaros sem precedentes no início dos anos 1980. Durante o biênio 1981-1982, a taxa média paga

pelos norte-americanos nas hipotecas convencionais permanece acima de 16% ao ano, mais que o dobro dos 7,34% registrados em média em 1972 e quase o dobro dos 8,84% registrados em 1977. Já a *Federal Funds Effective Rate*, taxa representativa do mercado interbancário nos Estados Unidos, chega a atingir uma média de 16,39% em 1981, após ter se situado em 4,44% em 1972 e 5,54% em 1977. O efeito inexorável deste novo cenário seria uma súbita retração da atividade econômica nos principais países industrializados, levando os EUA à recessão em 1981-82 e conduzindo a taxa de desemprego aberto a marcar, ali, dois dígitos a partir do fim de 1982.

O choque dos juros de 1979-82 determina em paralelo o imediato agravamento do déficit em serviços dos países latino-americanos, ao qual se soma o déficit comercial ocasionado pelos preços elevados da energia importada. Essa combinação logo convidaria à insolvência os principais países da região. Como indicam os Gráficos 6.4-4 e 6.4-5, logo abaixo, durante os anos 1970 e 1980 era ainda muito grande a dependência de muitos países, e em particular a Argentina, do petróleo como fonte de energia.

Gráficos 6.4-4 e 6.4-5.^{lxxxi}

Uso do Petróleo como Insumo para Geração de Energia Elétrica
Países Seleccionados, 1971-1990, em % do Total Gerado

Uso do Petróleo como Insumo para Geração de Energia Elétrica
Países Seleccionados, 1971-1990, em % do Total Gerado

Tomando em conjunto a dependência energética do grupo de países representados no gráfico anterior, que não emitiam moeda conversível, e a deterioração de sua Balança de Serviços em consequência da elevação do custo de rolagem das dívidas externas, grandes déficits fatalmente acenderiam em seus Balanços em Conta Corrente. Como ilumina a figura abaixo, essa ser a situação de muitos países periféricos.

Figura 6.4-2^{lxxxii}

Esses déficits requeriam permanente compensação mediante superávits no Balanço de Capitais. Mas, como os altos juros americanos eram um convite irrecusável a repatriação de ativos financeiros, é evidente que o desajuste em Conta Corrente dos países periféricos não poderia levar senão a uma crise internacional de solvência. Assim, com a Moratória Mexicana de 1982 iniciam-se as chamadas “Crises da Dívida”.

Para a Argentina, “caso característico” da sina regional, a conjuntura adversa não refluiria até o fim dos 1980. Até lá, as asperezas do mundo financeiro internacional reeditariam desajustes mais ou menos graves em seu Balanço de Pagamentos, ainda que seus resultados em Comércio tenham sido positivos. Como resultado, o país enfrenta maxidesvalorizações do câmbio e crescente elevação dos preços. O limite tendencial desse processo seria a hiperinflação, risco que somente é permanentemente afastado no contexto de um plano definitivo de socorro estadunidense, o Plano Brady.

Com ameaça de *default* em cascata dos principais países latino-americanos, os bancos americanos acumulariam passivos consideráveis. Paralelamente, a crise de solvência seria prontamente entendida pelos mercados como mera decorrência do choque de liquidez impresso ao sistema pela política monetária estadunidense. Com efeito, novos empréstimos são liberados pelo FMI e outras agências multilaterais. Contudo, pela evolução prévia dos estoques de dívida externa detidos por esses países, era nítido que a mera cessão de empréstimos não redundaria na mitigação definitiva dos desequilíbrios de Balanço de Pagamentos que afinal colocavam esses países sob risco de crédito. Em contrapartida aos recursos, porém, era exigido desse grupo de países um conjunto de contrapartidas, incluindo tipicamente aumento de impostos e tarifas, desvalorização da moeda e redução de gastos governamentais. O efeito recessivo desse direcionamento econômico seria claro.

Em 1985, o secretário do tesouro estadunidense, James A. Baker, propõe um plano de cessão de empréstimos condicionados às regras de mercado e à implementação de reformas consonantes com o emergente “Consenso de Washington” — tais como: privatizações, redução de tarifas de importação e exportação, etc. —. Contudo, por volta de 1988 a continuidade dos desequilíbrios externos dos países latino-americanos evidenciava que “Plano Baker” havia falhado. Paralelamente, o risco de crédito dos próprios bancos americanos começava a se deteriorar, como indica a tabela abaixo.

TABELA 6.4-1: Comportamento do “Rating” de Alguns dos Principais Bancos Americanos													
	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Bank of America	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Aa3	Baa1	Ba1	Ba3	Ba2
Chase Manhattan	n.d.	n.d.	Aaa	Aaa	Aaa	Aa1	Aa1	Aa2	Aa2	Aa2	Aa2	Baa1	Baa2
J. P. Morgan & Co.	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aaa	Aa1	Aa1
Fonte: Moody’s Bank and Finance News Reports.													

É nesse contexto perturbador aos interesses financeiros norte-americanos que, em março de 1989, seria anunciado pelo secretário de tesouro dos EUA, Nicholas F. Brady, um plano que pretendia re-escalonar em maior profundidade a dívida externa dos países em desenvolvimento, mediante a troca por de parte do passivo existente por bônus novos. Estes bônus, que ficariam conhecidos como *Bradies*, contemplavam o abatimento do encargo da dívida, através da redução de seu principal ou dos juros.

Ao acenar com sua chancela à emissão de papéis capazes de saldar com deságio os passivos atingidos pela crise de solvência regional, o governo americano exigiria como contrapartida típica reformas que implicavam a renúncia dos governos locais de qualquer aspiração industrialista. No caso do Brasil e do México, esse posicionamento norte-americano traria relevantes consequências, implicando o adiamento ou abandono de pretensões com respeito à progressão nas hierarquias de adição de valor. No caso argentino, contudo, o recuo das ambições industrialistas remonta a 1976, muito antes dos principais capítulos desse imbróglio. A combinação de três fatores perniciosos, o “paradoxo cambial” das industrializações tardias, o mau comportamento do preço de suas *commodities* de exportação durante o ciclo americano, e o protecionismo generalizado de seus mercados externos mais relevantes, já teriam sido suficientes à fadiga de qualquer estratégia argentina de preservação de seu nível de rendimento entre o seletivo grupo que chegara a integrar em 1913.

No contexto financeiro e comercial dos anos 1980, desafiador para todos os países periféricos, prossegue a autoritária acomodação do país austral a uma situação rigorosamente equivalente àquela de seus vizinhos agro-exportadores de renda mediana. Lançando mão da terminologia *furtadiana*, o ambiente externo e a falta de alternativas internas convidavam a Argentina ao agravamento do dualismo estrutural, das assimetrias na distribuição de renda, dos bolsões de pobreza, do diferencial entre seu nível de renda média e aquele usufruído pelo centro, da conformidade com o mimetismo cultural, etc... Esse parece ter sido o “destino sistêmico” que ali, frustradas quaisquer outras opções, se tangencia até em 2001, quando circunstâncias internacionais radicalmente distintas passam a re-movimentar as exportações do país.

Do ponto de vista pampiano, felizmente terminaria logo após o Milênio, sem qualquer margem ao saudosismo, o penoso “ciclo americano”.

— **CONCLUSÃO** —

**“O Milagre Sul-Coreano” e o
“Desastre Argentino” em seu
Contexto Particular: Frestas
Variáveis na Hierarquia do
“Sistema Mundo”, Sociedades
Periféricas e Processo Político na
Industrialização Retardatária**

A) Hierarquias Internacionais e Restrição de Divisas: fundamentos interpretativos para compreensão dos “casos extremos” coreano e argentino na estrutura de oportunidades do “sistema mundo”, **p.479**

B) A Coréia além da Dependência Clássica e a Pré-industrialização (1894-1948), **p.484**

C) A Coréia do Sul, a Dependência Externa e a Industrialização Leve “a Convite” (1948-73), **p.488**

D) A Coréia do Sul, a Crise Hegemônica Transitória dos EUA, e a Industrialização Avançada sob Relaxamento das Hierarquias Sistêmicas de Agregação de Valor (1973-86), **p.496**

E) A Argentina, a Dependência em seu Máximo Histórico e a Modernização Completa sem Industrialização (1846-1929), **p. 502**

F) A Argentina e o Intento de Substituição de Importações sob Compressão da Abertura Externa (1930-76), **p.506**

G) A Argentina, a Crise Hegemônica Transitória e a Reafirmação dos EUA, e a “Reestruturação Regressiva” sob Acirramento das Hierarquias Sistêmicas de Agregação de Valor (1973-89), **p.511**

H) Brevíssima Síntese: explicando dois desempenhos econômicos extremos nos anos 1980, **p.515**

A) Hierarquias Internacionais e Restrição de Divisas: fundamentos interpretativos para compreensão dos “casos extremos” coreano e argentino na estrutura de oportunidades do “sistema mundo”

Ao longo da Introdução e do Capítulo I identificamos uma divergência tendencial entre os indicadores econômicos e de bem-estar de Coréia do Sul e Argentina nos anos 1980. Em linhas bem gerais, percebemos que nessa década várias das séries estatísticas relativas aos dois países se cruzam, coroando seu longo re-nivelamento como, no caso argentino, país relativamente rico que desce a níveis de medianos ingresso, e, no caso coreano, país relativamente pobre que ascende na escala de rendimento. Percebemos, além disso, que os dois países evidenciam então níveis extremos de excitação econômica: enquanto um podia naquela década ser descrito como uma pujante fronteira de acumulação capitalista, o outro parecia ser vitimado por tendências regressivas de seu tecido econômico.

Posteriormente, nos Capítulos II e III, tratamos de organizar por tradição intelectual uma imensa massa bibliográfica capaz de auxiliar a elucidação do referido fenômeno. Mas, curiosamente, verificamos que mesmo sendo amplo o leque de interpretações já disponível sobre o assunto, a regra no referido debate tem sido a exclusão de quaisquer explicações que centralizem variáveis exógenas desde a ótica das duas sociedades. Ou seja, em que pese o inegável fato de a história de ambos ser profundamente afetada por aquilo que ocorre no plano internacional, tem sido recorrente entre quem se debruça sobre a temática do extremado desempenho econômico de quaisquer dos dois países a descuro, total ou parcial, da análise dos corolários internos daquilo que os abraça.

Essa constatação nos impeliria a considerar a admissibilidade, também para a análise dos controvertidos casos sul-coreano e argentino, de explicações que focalizem especificamente aquilo que ocorre no plano internacional, permitindo-nos tratar o referido re-nivelamento como um fenômeno inscrito no contexto global. Imbuídos dessa percepção, abordamos as “teorias do sistema mundo” ao longo do Capítulo IV. E insistimos, naquela ocasião, que a análise das relações de “centralidade” e “periferização” no âmbito do sistema internacional pressuporia, igualmente, uma análise de como, do prisma especificamente interno, aquilo que ocorre no exterior constrange ou amplia o espectro de possibilidades aberto à política em uma dada sociedade.

Diante da bibliografia perpassada, podemos intuir que, por vezes, a gama de possibilidades aberta a um país pelo sistema internacional pode ser bem ampla. E, nesse caso, são processos fundamente internos que determinarão a trajetória por ele trilhada.

Opostamente, pode haver situações em o leque de possibilidades aberto pelo sistema internacional se feche, e nesse momento quem o acompanha internamente poderá identificar que quaisquer projetos parecem simplesmente esbarrar na escassez de meios. Nos casos intermediários, é razoável esperar que a política costume encontrar entreaberto o leque de possibilidades admissíveis à luz das hierarquias do sistema internacional, e que, nesse caso, uma “estratégia de desenvolvimento” nos moldes daquela preconizada por Celso Furtado seria essencialmente a arte de permear as referidas aberturas.

Como determinante da estrutura de oportunidades admissíveis à luz do plano internacional, podemos sugerir que a capacidade de liderança da nação hegemônica seja um dado fundamental. Quanto maior for seu controle da “economia mundo”, mais as hierarquias de adição de valor entre as nações tenderão a ser inescapáveis. Ou melhor, mais essas hierarquias serão somente transitáveis mediante explícito encorajamento do *hegemon*. Assim, durante uma crise hegemônica nos termos daquelas descritas por Arrighi, múltiplas fendas começam a ser entreabertas nas barreiras que apartam hierarquicamente as nações.

Nesse Capítulo IV também pontuamos, dessa vez com base nos escritos *cepalinos* de Maria da Conceição Tavares, que o imperativo de equilíbrio do Balanço de Pagamentos parece ser o mais fundamental elemento de disciplinamento hierárquico entre os países numa “economia mundo” capitalista. Aqueles que se situam na extremidade inferior, sendo tipicamente dotados de um tecido econômico sub-diferenciado, não podem simplesmente transitar de modo ascendente nas hierarquias de adição de valor, optando pela industrialização. Pois, dado paradoxo enunciado pela economista luso-brasileira, a industrialização tardia determinaria consequências profundamente desequilibradoras ao Balanço de Pagamentos de um país não-industrial.

Enxergando as coisas desse prisma, a industrialização tardia somente seria possível mediante estratégias de administração de divisas bem planejadas e conscientes da estreiteza que marca os limites cambiais à diferenciação produtiva em tais países. Ou seja, a progressão na escala internacional de adição de valor somente seria exequível mediante a inversão planejada dos excedentes de “moeda forte” disponíveis, que por sua vez decorrem da posição hierárquica de cada país na “economia mundo”. Em certos casos, grande fartura cambiária poderia facilitar a travessia industrial desde uma certa posição hierárquica. Em outros, equivalente escassez poderia simplesmente inviabilizá-la desde outra posição. Ou ainda, o sucesso industrial pode ser admitido “a convite”, no bojo das prerrogativas discricionárias das principais nações, desde que essa transição seja consistente com seus planos estratégicos de afirmação hierárquica global.

Mediante a associação dos escritos de Arrighi e Tavares, temos instrumentos potencialmente suficientes à explicação dos limites à industrialização nos casos em que o ambiente social e o processo político interno de antemão a favoreça. Mas e nos demais casos? A história econômica de vários países exportadores de petróleo não deixa lugar à dúvida de que não basta usufruir de amplitude no manejo do Balanço de Pagamentos para que um país se engaje energicamente na industrialização. Ou seja, não basta que os limites estruturais da “economia mundo” facultem ao processo político interno deliberar por esse caminho. Há determinantes de outra natureza, especificamente interna, que igualmente sobre-determinariam as chances de deslanche e sucesso de uma política industrialista.

Com essa percepção, ressaltamos ser preciso compreender que a abertura do sistema internacional dialoga com as estruturas de poder e com o equilíbrio político de cada sociedade. E, situando os escritos de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso no contexto das idéias de Arrighi, são admissíveis quatro padrões de conexão entre ambas essas dimensões externa e interna, no caso das nações situadas abaixo do *hegemon* nas hierarquias que marcam a “economia mundo capitalista”: a “dependência”, a “super-dependência”, a “inter-dependência”, além de um caso especial, a “meta-dependência”.

Nas relações clássicas de “dependência”, uma dada abertura colocada pela “economia mundo” redundava no fortalecimento político e econômico do grupo associado ao aproveitamento das oportunidades emuladas do exterior, mas outros grupos de interesses subsistem. Por exemplo, no século XIX a abertura às exportações cafeeiras do sudeste brasileiro poria em relevo interno os barões fluminenses, e, logo em seguida, os fazendeiros paulistas. No limite, toda a economia do país passaria a ecoar em algum grau aquilo que ocorria na região cafeeira, mas a difusão de transformações materiais pelo complexo exportador nunca deixaria de ser localizada. Nas demais regiões, continuariam a prevalecer níveis de produtividade e exportações *per capita* muito semelhantes àqueles vigentes previamente, e as demais “oligarquias” seriam capazes de preservar substanciais prerrogativas políticas, ainda que paroquiais.

Já no caso daquilo que denominamos super-dependência, a abertura de um nicho pela “economia mundo” excita em tal grau o setor imediatamente ligado às exportações, que quase toda a economia do país passa a ser orientada à provisão dos referidos bens, e a política interna é substancialmente capturada pelo conjunto de interesses associado ao setor que diretamente se incumba do aproveitamento dos bons ventos exterior. Além disso, o excedente que esse setor é capaz de capturar tenderá a tamanha dilatação que, sem tanta conflitualidade distributiva, a proeminência política do setor dominante pode até conviver

com generosas concessões aos setores populares, permitindo nesse caso uma ampla difusão de oportunidades. Há vários casos históricos que hipoteticamente se ajustam a essa descrição: o estado de bem-estar no Uruguai sob José Batlle y Ordoñez, durante a *Belle Époque*, ou a provisão autoritária de generosos serviços sociais no sultanato de Brunei, no emirado do Qatar, e nos Emirados Árabes Unidos durante o período mais recente.

Por outro lado, no caso de uma situação de “interdependência” — termo em linguagem *furtadiana* denotaria precisamente o contrário da relação de dependência —, uma abertura externa apenas dá força a um projeto político liderado por grupos que não necessariamente possuam algum vínculo direto com o aproveitamento da atividade exportadora. Por exemplo, a chance às exportações australianas no âmbito das *Imperial Preferences* (1932-73) reforçaria o projeto industrialista e re-distributivista já anteriormente esboçado pelo Partido Protecionista (1889-1909) e Trabalhista (desde 1910), pois permitiria a folga cambial necessária à entrada numa fase mais avançada industrialização tardia. Nesse caso, a abertura internacional daria fôlego à “superação da dependência” australiana, ou em termos afins a Arrighi, a uma ascensão não explicitamente consentida nas hierarquias de adição de valor.¹¹³ Na Noruega, bem mais recentemente, o reforço do “estado social”, pela deliberada estatização das rendas exportadoras de petróleo e pela recusa em aderir à União Europeia, constitui um caso claro de afirmação de uma condição “interdependente” de um pequeno país. Grosso modo, vínculos de “interdependência” marcariam o relacionamento entre todos os países que costumamos apontar como “desenvolvidos”, à exceção do próprio *hegemon*, cuja posição hierárquica permite que seu sistema político seja caracterizado por tendente independência.

Por último, há que se admitir algum tipo de “meta-dependência”, o quarto conceito que aludimos, situação inspirada nos “enclaves” ou “colônias” descritos pelos teóricos da dependência. A trajetória de uma sociedade vinculada ao exterior mediante alguma relação de “meta-dependência” envolveria mais que mera excitação econômica a algum setor da economia local, com os corolários políticos acima analisados. Nesse caso, o tecido econômico ou os fatores de produção do país seriam explicita- e diretamente recrutados como instância relevante ao projeto internacional de alguma nação industrial. Esta estaria disposta, se assim, a levar adiante um plano consciente objetivando direcionar à sua conveniência os rumos econômicos e políticos do país subordinado. E, caso suas estruturas

¹¹³ Finalizei recentemente um artigo em que trato desse tema específico. Ele é intitulado “Coesão Social e Desenvolvimento: o método histórico-estrutural e a longa divergência entre Austrália e Argentina”, e foi publicado na Revista de Economia Política e História Econômica, vol. 26.

sociais internas não sejam plenamente compatíveis ou favoráveis a tal propósito, estas precisariam ser demudadas autoritariamente a partir de fora.

O termo “enclave” descreve bem esse tipo de situação em locais como a Zona do Canal no Panamá (1903-1999), o Estado Português da Índia (Goa, Damão, Diu, Nagar Haveli e Dadrá, entre 1505-1947), ou Kong Hong (1842-1997). Mas ele sugere, pelo imaginário que suscita, algum tipo de relação colonial ou protetoral formal entre a nação industrial e sua subordinada, o que de fato ocorria nesses três casos, mas não em muitas outras sociedades vitimadas por investidas estrangeiras diretas. Sugere, igualmente, que a nação subordinada teria modestas dimensões, e, na maioria dos casos de submissão externa direta, um território estrangeiro de consideráveis dimensões, inclusive dimensões demográficas, é que se torna alvo de investidas estrangeiras. Já o termo “colônia” descreve bem casos como o de Taiwan sob jugo japonês (1895-1910), ou de Angola sob governo português (1574-1975), mas falha em descrever casos de amarração não formal do destino de um país a outro mais poderoso.

Na verdade, há profusos casos de países que, de variáveis escalas e sem qualquer tipo de sujeição formal, foram conformados às consequências de vínculo direto ante uma nação mais poderosa. No âmbito de um relacionamento entre Estados, um perfeito exemplo seria o reino de Manchukuo (1932-45), no qual o Japão encoraja o estabelecimento de um “Estado-marionete” que é assistido por toda a parafernália de uma condição independente, incluindo missões diplomáticas e uma tradição dinástica legitimadora, com o único propósito de direcionar autoritariamente as exportações desse “país” à carência de matérias-primas da metrópole. Manchukuo nunca foi uma colônia ou protetorado no sentido estrito do termo, e contava com respeitáveis 50 milhões de habitantes. Há outros casos semelhantes ao de Manchukuo: do Reino Coreano de *Choson* durante suas últimas décadas (1894-1910), até o vivaz exemplo recente do Iraque após a invasão estadunidense. Já um bom exemplo naquilo que diz respeito a um relacionamento entre empresas e um Estado subordinando, com atenta supervisão de outro Estado dominante, seria(m) o(s) famoso(s) “Enclave(s) Bananeiro(s)” de Honduras, no qual um domínio territorial seria cedido a uma empresa privada.

Com efeito, o termo “enclave”, ou mesmo “feitoria”, peca ao se ajustar precariamente ao caso de territórios grandes, e ao não comportar a sujeição informal do sistema político de um país frente àquele de outro. Já o termo “colônia” exclui igualmente

a intrusão direta informal. Por isso, optamos pelo termo mais abrangente sugerido: “meta-dependência” externa.¹¹⁴

Após essas considerações, exploramos nos Capítulos V e VI as aberturas existentes à inserção internacional de Coreia do Sul e Argentina desde os primórdios de seus processos de industrialização. E, mediante a análise de uma vasta gama de informações históricas e estatísticas, pudemos verificar que suas trajetórias nos fornecem múltiplos exemplos desses tipos de vinculação político-social interna ao sistema mundial.

B) A Coreia além da Dependência Clássica e a Pré-industrialização (1894-1948):

Nas Subseções 5.2 e 5.3 reunimos elementos históricos e estatísticos que nos permitem caracterizar a trajetória econômica coreana entre 1894 e 1948 como um caso de “meta-dependência”. Ou seja, principal força a direcionar a trajetória político-institucional e econômica desse país era àquela altura exógena desde sua ótica. Isso não quer dizer que um dado equilíbrio político interno entre os diferentes conjuntos de interesses inexistisse na Península Coreana. Contudo, a forma tradicional de composição de forças entre os distintos setores burocráticos havia sido a tal ponto minada pelo contato do país com a civilização capitalista, e pela rebelião social que esse contato inspira — as revoltas Tonghak —, que se torna a certo ponto inexecutável o deslanche ali de qualquer projeto de afirmação nacional viável política- e tecnicamente, e consistente com realidade internacional.

Assim, em um contexto marcado pelo expansionismo colonial do vizinho e por uma incapacitante crise de dominação interna, o cotidiano político peninsular seria alvo de bem planejadas intromissões informais japonesas. Essas, a rigor, nos remetem ao ano de 1876, quando a burocracia coreana é intimidada a assinar um “Tratado de Amizade” com o Japão, o Tratado de Kanghwa, instrumento pelo qual os portos peninsulares seriam enfim abertos ao comércio externo.¹¹⁵ Mas a intervenção japonesa em sentido mais estrito se configura

¹¹⁴ Sobre a correta aceção desse termo, cumpre ainda pontuar que nem sempre a meta-dependência está ligada ao provimento de exportações ou a algum interesse econômico-comercial. Por exemplo, o fato de a atual constituição japonesa ter seu texto original redigido em inglês, e imposta sob a ocupação estadunidense ilustra que, no fundo, o que está em jogo nas intrusões estrangeiras diretas é o projeto de afirmação internacional da nação dominante.

¹¹⁵ A tática diplomática usada para convencer as autoridades de Choson era meramente bélica. Primeiro, o navio de guerra japonês Un'yō, sob comando de Inoue Yoshika, ataca a Ilha de Kanghwa, e ali prova empiricamente a imensa superioridade militar japonesa. Depois, os japoneses oferecem aos vizinhos do norte um tratado que reconhece sua óbvia independência, em troca da abertura de certos portos e direitos de extraterritorialidade. Note que a Abertura dos Portos, inclusive, é uma das forças desencadeadoras das revoltas camponesas que minam terminantemente o equilíbrio político do reino.

apenas mais adiante, configurando-se plenamente já a partir de 1894. Dali até 1905, mesmo sem um vínculo colonial ou protetoral formal entre ambos os países, os japoneses agiram com pragmatismo e clareza de propósitos para reformar o sistema social coreano, essencialmente para que este suportasse os investimentos industriais pesados que as autoridades do arquipélago acreditavam ser de difícil implementação nos limites de seu próprio território. Assim, no contexto do “neo-colonialismo” daqueles tempos, o Império Japonês ia à Coreia em busca de fontes energéticas e matérias-primas minerais.

O projeto de expansão continental da burocracia japonesa tinha a seu favor a quase-paralisia política coreana, e a imensa debilidade bélica e econômica do vizinho. Por isso, o colonialismo peninsular japonês pôde se conformar a uma expansão imperial no sentido mais completo do termo. Ou os coreanos cooperavam voluntariamente, ou cooperariam pela força, mediante os mais variados ardis à disposição da burocracia invasora: assassinatos, sequestros, sumiços, subornos, surras, cooptação financeira, e, claro, exibicionismo de sua imensa supremacia econômico-militar. Pois o que estava em jogo não era o domínio do Japão sobre aquele território e a completa sujeição de seus habitantes a um projeto de afirmação econômica imperial esmiuçado *a priori*. Essa meta os japoneses inevitavelmente alcançariam, dado o contexto político e econômico prevalecente na Coreia. O que realmente estava em jogo era a forma mais barata e eficiente de empurrar a península a um papel consistente com a divisão internacional do trabalho proposta na Ásia pelos japoneses. Somente por isso lhes era funcional preservar tanto quanto fosse possível das estruturas tradicionais de dominação. Por isso o rei coreano foi mantido vivo e reinando. Por isso o país só foi formalmente colonizado depois de uma série de reformas já ter sido posta em marcha. Naquele contexto, a truculência do invasor aumentaria na exata medida da insistência dos coreanos em se autogovernar. Retomemos esse processo.

Como insistimos, a conformação da Península Coreana a um padrão de inserção externa consistente com os propósitos estratégicos da afirmação industrial japonesa não envolveria de súbito o estabelecimento ali de laços “coloniais” ou “protetorais”. Ao contrário, os recursos de intrusão estrangeira apenas incluiriam, nessa fase preliminar, a interferência policialesco-militar estrangeira no rito de sucessão dinástica ali tradicional, forçando que o Rei Kojong entregasse o poder a seu pai, que já havia sido regente, mas não estava na linha sucessória. Para se certificarem de seu poder persuasivo sobre o debilitado regente, oficiais nipônicos simplesmente assassinariam a Rainha Myeongseong em sua própria ala do Palácio Gyeongbok (1905), punindo assim seus lúcidos intentos de construção de laços equilibradores com russos e norte-americanos.

Posteriormente à imposição ao regente de um amplo conjunto de reformas sociais abolidoras dos tradicionais “estamentos” — as reformas Gabo (1894) —, a intimidação japonesa encorajaria que o poder fosse novamente retribuído a Kojong. Nesse contexto, a força da máquina imperial invasora desequilibraria pela violência e pela cooptação a já antiga punha e conservantistas e modernizadores dentro da aristocracia *yang-ban*, permitindo que o poder dos últimos crescesse. Contudo, tão pequena era a margem de manobra do monarca, e tão vexante tornara-se seu papel de mero signatário, que ele aceita um arriscado plano de oficiais czaristas e foge do palácio para a “Legação Russa” em Seul, de onde governa recluso com autonomia ampliada entre 1896 e 1897.

Dali, Kojong se engaja em um intento tardio de modernização, mobilizando o estreito espaço político-internacional aberto pelo embate entre russos, americanos e japoneses. Ele de pronto declara a “independência” coreana, mandando erguer o arco da vitória que até hoje resta de pé poucos quilômetros a noroeste do palácio Gyeongbok, precisamente onde por séculos os direitos anuais de suserania eram entregues aos emissários do Imperador chinês. Kojong também se autoproclama “imperador”, e lança uma nova rodada de medidas modernizantes, as Reformas Gwangmu (1897). Estas instituíam, entre muitas medidas secundárias como mudanças de uniformes e a introdução da medicina ocidental, um sistema de taxação da propriedade rural. Paralelamente, *joint-ventures* entre o capital americano e o Estado coreano eram abertas: a *Hanseong Electric Company*, e a *Seoul Fresh Spring Water Company*. Mas será que essas atitudes sinalizariam que o reino ora passara de uma condição de “meta-dependência” para uma de mera “dependência”?

Cientes de que, no contexto da crise hegemônica britânica, os projetos de inserção global russo e estadunidense fatalmente colidiriam com seu próprio, os japoneses partem para a ofensiva contra o Estado czarista. A Guerra Russo-japonesa é declarada em 1905, mesmo ano em que é firmado o chamado “Memorando Taft-Katsura”, celebrado entre o primeiro-ministro japonês Katsura Tarō e o secretário de guerra dos Estados Unidos William Howard Taft. Esse documento acordava que um relacionamento de suserania japonesa guiando a Coréia “contribuiria para a paz permanente no Distante Oriente”. Assim, nesse mesmo ano os japoneses impõem à Coréia o Tratado de Eulsa (1905), que o imperador Kojong jamais sanciona, mas que os japoneses consideram vigorante apenas por terem conseguido a assinatura de cinco ministros do gabinete: Lee Wan-Yong (Educação), Yi Geun-taek (Exército), Yi Ji-yong (Interior), Gwon Jung-hyeon (Comércio e Indústria) e

Pak Je-sun (Relações Internacionais). A península se tornaria por esse instrumento um “protetorado”.

Kojong é logo forçado a renunciar em prol de seu jovem filho, Sunjong, ao qual a chefia formal do Estado é transmitida em 1907. Um novo “Tratado de Anexação” é no mesmo ano imposto, ainda que sob protestos dos emissários de Kojong na Conferência de Paz de Haia. Mas nada dissuadiria àquela altura os japoneses de ter um governador-geral ao centro das transformações adiante impostas à vida econômica e social coreana. Em pouco tempo, o átrio de entrada do palácio Gyeongbok cederia espaço para o novo edifício da administração colonial, e o imperador Sunjong terminaria seus dias retido no Palácio Changdeok.

Assim, se o ano de 1905 marca o início do “Protetorado Japonês na Coréia”, o ano de 1910 assinala sua formal colonização. Dali adiante, a condição “meta-dependente” de sua sociedade seria caracterizada por um processo político local que se conformava à sucessão autoritária de governadores-gerais, imbuídos de claros propósitos e amplos meios de imposição: em especial bélicos, financeiros e policiaiscos. Sob o novo modelo de vinculação colonial, a Coréia escapa dos estreitos limites cambiais da industrialização tardia, e registra permanentes déficits comerciais com a metrópole, que são sempre devidamente cobertos por inversões de capital dirigido à construção de um complexo industrial pesado, que se valia da energia hidroelétrica ali abundante. Paralelamente, mudanças institucionais perenes são instituídas e sedimentadas, incluindo a criação das instituições que dariam origem aos modernos sistemas bancário, de seguros, de administração pública e de ensino sul-coreano. Paralelamente, a infraestrutura do país seria alvo de notáveis incrementos, da energia aos transportes. No entanto, como sabemos, o parque industrial colonial que a Coréia chegaria a ter seria bastante dilapidado pela Guerra.

Porém, a fase coreana de modernização “meta-dependente” não terminaria em 1945. Como assinalamos no Capítulo V, ocorreria uma ampla reforma agrária e uma memorável política de promoção do alfabetismo durante a ocupação militar americana (1945-48). Obviamente, um país ocupado a contragosto por 35 anos, ao ser subitamente “liberado”, não estará em condições de decidir muito a respeito de seu próprio futuro. Assim, sob o lúcido e bem assessorado general MacArthur, seriam fincados esses dois pilares da re-industrialização da Coréia do Sul após 1948. Aliás, não é estranho que um militar americano — especialmente se nascido no Arkansas de 1880, e numa família cujo patriarca era um imigrante escocês —, uma vez incumbido da missão de dotar novamente a Coréia de condições que a qualificassem à acumulação capitalista, identificasse que a equidade

fundiária e a difusão da leitura constituíam passos basilares. E seria somente depois dessas duas últimas reformas sociais sob “meta-dependência” que podemos começar a discutir a trajetória sul-coreana em limites mais parecidos à clássica “dependência”.

C) A Coreia do Sul, a Dependência Externa e a Industrialização Leve “a Convite” (1948-73)

Em 1948, a “República da Coreia” é proclamada ao sul do Paralelo 38N, sob égide dos Estados Unidos. Para presidi-la, retorna de um longo exílio de décadas o simbólico Syngman Rhee: PhD pela Universidade de Princeton, habituado a assinar à moda ocidental (com o sobrenome depois do nome), casado com uma austríaca, e que controversamente reivindicava pertencimento dinástico à Casa de Yi. Não resta qualquer dúvida de que o processo que conduz Rhee ao poder ainda se dá nos marcos da “meta-dependência”. Afinal, as eleições que o chancelam são organizadas pela autoridade de ocupação que patrocinara seu retorno à Coreia, e ele seria o único candidato a se apresentar, já que os demais postulantes renunciariam por uma questão patriótica: o pleito ratificaria a bipartição do território.

Mesmo assim, da eleição em diante passam à história as intrusões estrangeiras diretas na Coreia do Sul: sua evolução posterior passa a se dar nos limites da “dependência”. Sob um contexto em que a trajetória do país dependia intimamente de seu relacionamento com o exterior, notadamente com os Estados Unidos, Rhee capitaneia um decidido esforço de construção industrial. Afinal, frente às muitas conturbações transcorridas no país entre 1894 e 1948, era consensual entre qualquer coreano com alguma opinião a respeito que a única via de afirmação permanente do país seria a construção de um parque industrial de proporções análogas ao japonês. Nas palavras emblemáticas do próprio General Park Chung Hee:

“Devemos lutar [pela industrialização] e vencer. Devemos vencer por que nossa derrota significaria nada menos que nossa destruição, nosso fim por toda a eternidade” [Park, Chung-Hee. *The Country, the Revolution, and I*. Seul: Hollym, p. 173, 1970]

Além do mais, o projeto industrial de Rhee contava com o fato de que prevalecia no país certa simetria entre os rendimentos da maioria, imersa em grandes e duradouras severidades, e certa dispersão de poder econômico que não comportava a existência de grupos de interesse muito organizados. Isso favorecia muitíssimo a capacidade de ação do Estado, especialmente se seu perfil era policialesco, mobilizando politicamente as

“remoções de comunistas”, e se ele contava com o poderio bélico-financeiro da maior das potências no plano global.

Essa era a base por sob a qual Rhee Syngman almejava recriar uma indústria na península. E, na década de 1950, a estratégia mais discutida de construção industrial tardia era a “substituição de importações”. Apesar disso, ao contrário da concomitante situação dos países latino-americanos, em que produtos primários podiam ser exportados em troca de divisas que confeririam ao país a margem cambial requerida à incorporação de empreendimentos industriais, o tipo de vinculação da Coréia do Sul ao “sistema mundo” não admitia essa estratégia. Pois ela simplesmente nada de significativo tinha a exportar.

Porém, como sabemos, um Balanço de Pagamentos não se equilibra exclusivamente pelo lado comercial. Nesse contexto, os sul-coreanos levariam adiante seu decidido projeto de construção industrial “barganhando” sua inevitável adesão ao bloco americano, em troca de abundantes afluxos em sua conta de Transferências Unilaterais. Os superávits obtidos nessa conta garantiriam a folga cambial necessária à acumulação urbana. O excerto abaixo sintetiza a dimensão desse auxílio, assim como seus dividendos político-internacionais, da ótica norte-americana.

“A produção da identidade “americana benevolente” foi construída mediante maciços influxos de benefícios econômicos dos Estados Unidos, que provieram \$12 bilhões em ajuda econômica e militar de 1946 a 1976 apenas. Isso significa \$600 per capita anualmente por trinta anos, quando a renda per capita coreana era de \$100. A ajuda, ainda que primariamente motivada pelas considerações de Washington na Guerra Fria, criaria um sólido pilar suportando a amizade coreana pelos militares americanos. Conferindo ajudas que eram capturadas pelos vários grupos da elite e setores econômicos, a ajuda criaria poderosos grupos de interesse dentro da Coréia que dão suporte à imagem de uma América amigável. [Suh, Jae-jung. *Power, Interest, and Identity in Military Alliance*, pp. 114–15, citado por: Kim, Hakjoon. *A Brief History of the U.S.-ROK Alliance and Anti-Americanism in South Korea*. Stanford University, Walter H. Shorenstein Asia-Pacific Research Center (Shorenstein APARC), Volume 31, Número , 2010]

Paralelamente, a declaração abaixo atesta a importância que a Coréia do Sul evidenciava, no xadrez global da Guerra Fria, para a afirmação do poder hegemônico norte-americano: um relatório oficial da USAID define esse país como:

“[...] um símbolo da determinação dos Estados Unidos em auxiliar as nações da Ásia Livre na defesa delas mesmas contra a agressão comunista.” [USAID. *Field Proposed*

Program for 1963: Korea. USAID Library and Learning Resource Center, Washington, citado por: Brazinsky, 2005: 84]

Além do mais, sob o ponto de vista simbólico, o “Milagre do Han” inegavelmente integraria como componente fundamental uma sorte de mitologia do desenvolvimento que toda nação hegemônica fatalmente precisa fazer difundir entre os países de sua órbita. Com efeito, por décadas depois os feitos heroicos dos sul-coreanos seriam devidamente evocados por personalidades proeminentes nos EUA.

“O rápido progresso que sua economia [sul-coreana]— e a estagnação do norte — vem demonstrando, talvez mais claramente que em qualquer outra parte na Terra, o valor de um sistema econômico livre” [Ronald Reagan, Discurso para a Assembleia Nacional Coreana, 12/11/1983, Oberdorfer Papers, Box 1, National Security Archives, George Washington University, Washington, D.C. , citado por: Brazinsky, 2005: 83]

Mesmo sob tal centralidade político-internacional, o curioso caso de “substituição de importações” ocorrido da Coreia do Sul tinha limites cambiários estritamente análogos àqueles descritos por Maria da Conceição Tavares a respeito das industrializações tardias latinas. Contudo, opostamente aos países primário-exportadores, a variável crítica a conferir-lhes grau de liberdade na formulação de políticas industriais não era a cotação de uma *commodity*, mas a abertura da burocracia norte-americana a seu projeto industrial, que só era admissível no contexto da Guerra Fria e de seu projeto de “contenção ao comunismo”.

Entretanto, com o equilíbrio de seu Balanço de Pagamentos garantido apenas pelas generosas “ajudas” da USAID, a “substituição de importações” sul-coreana não transcenderia ali mais que a plena constituição de uma indústria leve. Dali adiante, o progressivo desequilíbrio em seu mercado de divisas provocado pelas crescentes importações, que eram um corolário estrutural do avanço na construção industrial, inviabilizariam tecnicamente o aprofundamento do esforço. Paralelamente, o regime político semi-aberto que havia permitido a Rhee reeleições controversas em 1952 e 1956 começa a se esgarçar. O ritmo morno da economia se soma à insatisfação popular ante a captura pelo oficialato de vantagens econômicas em montante àquela conjuntura inadmissível. Suspeitas de corrupção se aguçam quando sistema eleitoral patentemente viciado confere a Rhee inverossímil nova reeleição em 1960. Explode aí a Revolução [estudantil] de Abril de 1960, à qual se segue o golpe cujo desfecho é a ascensão de Park Chung-Hee ao poder.

Paralelamente, causava cada vez mais aberto desconforto aos políticos norte-americanos o peso do envio à Coréia do Sul de verbas em crescente montante. Pois, no plano do Congresso Americano, era politicamente inexecutável aprovar indefinidamente “ajudas” a um país que então não passava por calamidade alguma. Os *policymakers* da USAID tinham adiante um impasse técnico-político. Tendo em vista a complexidade cambiária de uma industrialização tardia, era imperativo ampliar os excedentes remetidos à Coréia do Sul, mas não havia meios políticos. Seria preciso então reduzir a carência estrutural de divisas na Coréia do Sul, mas não havia solução técnica que permitisse isso. Nesse contexto, Kennedy desabafava:

“Alguns de nossos esforços devem caminhar na direção de tentar fazer nossos aliados suportar mais do fardo... [Os] Estados Unidos devem ligar claramente aos interesses americanos a continuada hemorrhagia de Balanço de Pagamentos aqui.” [Presidente John F. Kennedy, 22 de Janeiro de 1963]

Inevitavelmente, a tática de industrialização sul-coreana teria que ser re-pactuada com as autoridades estadunidenses. Mas essa mudança — há farta documentação a emergir a respeito — não contava com um consenso claro dos burocratas americanos naquilo que concernia à natureza das novas diretrizes de política industrial a serem cobradas como contrapartida às ajudas. Aparentemente, o único elemento de acordo geral em Washington dizia respeito, durante o governo Kennedy, ao imperativo político de rápida compressão dessa rubrica de dispêndio: as “ajudas” não seriam mantidas conforme os desejos tanto de Rhee Syngman quanto de Park Chung-Hee.

Assim, a Coréia do Sul é “convidada” por escrito a readaptar sua estratégia industrial a um novo molde, mas ninguém sabia exatamente qual seria o novo norte. Seria no contexto desse impasse que, durante o governo Lyndon Johnson, se delinearia aos bocados o que se convencionou chamar da “estratégia de substituição de exportações”, que como aqui já discutido revelaria empiricamente imensa inconsistência cambial. No entanto, um evento político-internacional fundamental tornaria o *export led-growth* o meio mais astuto de, com a maior rapidez e o menor custo político-congressual americano, criar na Coréia do Sul um parque industrial. Tratava-se do início dos enfrentamentos no Vietnã. Perpassemos algumas considerações sobre essa virada.

Ao sentir na prática o “estrangulamento cambial”, era razoável que Park Chung Hee refletisse sobre o “modelo brasileiro”, que àquela altura havia produzido o mais adiantado esforço de construção industrial tardia no III Mundo. Se seguisse o exemplo desse país, ele

editoria algo como a Instrução 113 da SUMOC, ali lançada sob o Pres. Café Filho em 1953. Por essa medida, o governo brasileiro convidava os capitalistas ocidentais à inversão direta “sem cobertura cambial” no país, recebendo implicitamente em troca a garantia de reserva de mercado, garantida ali pela “Lei do Similar Nacional”. Se isso fosse mimetizado, a Coreia do Sul poderia trilhar o caminho brasileiro, mobilizando em prol de sua construção industrial conjuntos industriais vitimados por patente obsolescência, trazidos ao país como investimento estrangeiro. Nesse caso, quem sabe, seria ali reeditado um Plano de Metas quinquenais, exatamente aquele de Juscelino Kubistchek.

Certamente, esse seria o passo mais consistente com a forma pela qual Park enxergava o imperativo industrializante sul-coreano, ainda que, como pontua Carter Eckert, “nunca saberemos que modelo, se é que algum, Park tinha em mente para o desenvolvimento coreano no início dos 1960”¹¹⁶. Contudo, Washington entendia que a Coreia do Sul poderia galgar algo mais que os “50 anos em 5”. Seus burocratas, que tinham os militares da junta como “nacionalistas, impulsivos e não sofisticados nas complicadas questões do moderno governo”¹¹⁷, compreendiam que o “modelo brasileiro” sobrecarregaria a médio-prazo o Estado americano com um dispêndio ainda maior em ajudas re-equilibradoras:

“é possível imaginar os coreanos em seu entusiasmo por realizações industriais de curto-termo com uma política objetiva envolvendo a indústria privada alemã e americana em um vasto projeto, que pode não fazer sentido, e dar-lhes obrigações de serviços de dívida bem além de seus meios, que seria adicionada ao nosso [norte-americano] fardo de ajuda no futuro.” [General Van Fleet Private Industry Group Visiting Korea, Maio de 1962, NA/RG 59, Central Decimal Files, 1960–1963, Box 2905, citado por: Brazinsky, 2005: 83]

Mesmo assim, Park Chung-Hee acabaria por patrocinar a elaboração de um primeiro Plano Quinquenal que insistia na “substituição de importações” à brasileira. Mas, obstinadamente, os técnicos americanos buscariam dissuadir o governo sul-coreano, com conselhos que foram registrados em um documento de 1962 intitulado “Orientação e Aconselhamento à Câmara de Planejamento Econômico da República da Coreia”¹¹⁸, que focalizava a questão da “competitividade” e da “eficiência” da burocracia e do empresariado como centrais ao desenvolvimento industrial sul-coreano.

¹¹⁶ Eckert, Carter. *Offspring of Empire: The Koch'ang Kims and the Origins of Korean Capitalism*. Seattle, pp. 252–59, 1991.

¹¹⁷ “Guidelines for U.S. Policy and Operations in Korea,” 23/07/1962, citado por: Brazinsky, 2005: 88.

¹¹⁸ Em inglês, “Guidance and Advice to the Economic Planning Board of the ROK”.

Pelo conteúdo desse documento, fica claro que Washington tinha com clareza qual trajetória a Coreia do Sul não deveria trilhar, porém não se sabia exatamente qual a saída ao imperioso desenvolvimento industrial do país. Até 1965, parece que os ajustes possíveis na estratégia de substituição de importações perpassavam somente aqueles mais intuitivos: melhorar a competitividade da indústria já instalada, favorecer sua penetração no mercado doméstico americano, e com isso reduzir a necessidade coreana de ajudas externas. E é só com o Vietnã que tudo mudaria. Da ótica das autoridades sul-coreanas, o:

“Vietnã era um campo de batalha, mas também um mercado. Por causa disso devemos usar essa chance para tirarmos tudo que podermos dos Estados Unidos.” [Declaração de Yi Tong-won, ex-ministro do exterior sul-coreano, no livro *Taet’ongnyŏngŭl kŭrimyŏ* [Saudades do Presidente], publicado em Seul, 1992, pp. 104–105 e 109–110, citado por: Brazinsky, 2005: 109]

Não era estranho que o ministro do exterior sul-coreano assim pensasse. Quem passa pelo governo durante um esforço de industrialização tardia acaba por se aperceber empiricamente que a restrição de divisas é o principal obstáculo à consecução de um projeto industrialista. E, ainda que cause espanto verificar que uma alta autoridade compreendia o exército nacional como um agrupamento de mercenários funcional ao fechamento da “brecha de divisas”, é em certo sentido louvável seu pragmatismo acerca das oportunidades abertas pelo sistema internacional.

Paralelamente, o desconforto do *hegemon* em continuamente pagar pela industrialização sul-coreana nunca teria se originado de razões propriamente ligadas à disponibilidade de recursos, mas sim à dificuldade política de tê-los sancionados no Congresso enquanto “caridade” gratuita e infinita. Ora, uma vez acordada a participação “solidária” da Coreia do Sul no esforço de guerra indochinês, influxos compensadores de monta adequada seriam facilmente justificados ante os parlamentares americanos, cumprindo os compromissos americanos assumidos no “Memorando Brown” — que já abordamos no Capítulo V —. Na verdade, mais que isso, as divisas estruturalmente carecidas pela Coreia do Sul somariam lançamentos quase insignificantes no oceânico orçamento militar americano. Com efeito, a abertura política visualizada pela equipe do presidente Lyndon Johnson ao refletir sobre seu papel no desenvolvimento industrial sul-coreano distava muitíssimo daquela antevista por seu antecessor:

“Os Estados Unidos planejaram estender todo possível auxílio à Coreia. Planejaram conservar suas tropas ali, e nenhuma redução da força da tropa foi contemplada. A

conclusão do tratado [de normalização diplomática] Coréia-Japão também ia assistir nossos mútuos esforços no Vietnã. Os Estados Unidos financiariam importações necessárias e empréstimos de desenvolvimento, assistência técnica, e comida pela paz.” [Correspondência do Subsecretário de Estado George Wildman Ball ao presidente Lyndon Johnson, 13/05/65, caixa 254, Lyndon Baines Johnson Library - LBJL]

Era nesse novo contexto que nascia o mito do “*export-led growth*”, apontando erroneamente o êxito comercial como a raiz da construção industrial acelerada em um país que, como indicam os inquestionáveis fatos estatísticos, era bastante deficitário em comércio, e, pior, continuaria deficitário nos próximos muitos anos.

Como em 1960, o lado audacioso do projeto industrial de Park refletia sua justificada obsessão: erigir a maior e melhor indústria possível, no menor tempo possível, e evitar a “destruição” dos coreanos “por toda a eternidade”. Para construir essa indústria, o requisito principal era claro: dólares capazes de tapar irrestritamente a brecha no Balanço de Pagamentos do país. Para a *fortuna* dos burocratas sul-coreanos, no horizonte de interesses norte-americano cabia, a partir do Vietnã, a irrigação de seu custoso projeto industrial com a devida cobertura cambial. Pois o que os burocratas estadunidenses mais queriam era que os sul-coreanos prosperassem, e que para tal construíssem uma indústria de primeira — não a indústria que ao Brasil era àquela altura facultado almejar —. Em troca, eles só pediam que esse país cedesse abrigo seguro e permanente a tropas capazes de garantir sua supremacia militar naquelas longitudes, além de legitimar com sua “história de sucesso” o controle norte-americano sobre o globo. E as oportunidades abertas no erário americano pelo Vietnã sinalizavam que a ajuda necessária a Coréia continuaria a fluir fartamente.

Apenas, no novo contexto, satisfação dos propósitos comuns aos dois países envolveria:

- i. Irrigar a economia coreana com muito mais ajuda ainda, porém escamoteando-a devidamente sob a rubrica de “ajuda militar” a companheiros de batalha “solidários”. Mesmo assim, os limites da transparência seriam exíguos demais frente à carência sul-coreana. Ajudas adjacentes que não constassem como tal precisariam então ser muito bem maquiadas nos imensos e indecifráveis orçamentos de defesa dos EUA, ou em emendas parlamentares que fatalmente se perderiam nas centenas de páginas daquilo seria astutamente “pendurado” sob a lei “*Food for Peace*”. Além disso, mais divisas viriam de operações nebulosas de trocas de ativos entre Estados, inclusive moedas. Desse modo, os influxos necessários à Coréia do Sul deixariam seu Balanço de Transações Unilaterais, migrando discretamente para o Balanço de Capitais, ou, pior, alimentando a inesgotável

nascente de influxos registrados como “moeda e ouro monetário”, da qual o Banco da Coreia lançaria reincidentemente mão para pagar pelo déficit que mesmo assim acometia seu Balanço de Pagamentos. Em síntese: era preciso que ninguém, mesmo quarenta anos depois, quando tudo fosse *declassified*, tivesse condições materiais ou mesmo paciência de juntar todo o quebra-cabeças.

ii. Abrir mercados a tudo quanto fosse possível aos sul-coreanos exportar. Como o complexo de defesa norte-americano é o maior cliente do planeta, esse esforço não seria difícil. Paralelamente, era preciso contornar os limites de financiamento para que as empresas coreanas angariassem clientes, inclusive no caso da venda de serviços de construção. E, felizmente, os coreanos estavam de fato se esmerando em criar uma indústria à altura do desafio, mesmo que esse esforço dependesse dos influxos citados no item anterior.

iii. Difundir pela imprensa americana o dado falacioso de que as ajudas teriam minguado após a Revolução de Abril, apenas por terem efetivamente encolhido, e no limite até sumido, as ajudas lançadas no erário americano como tal. Anne Krueger executaria essa propaganda nas esferas acadêmicas.

iv. Difundir pela opinião pública americana o mito de que a Coreia do Sul crescia por conta da notável evolução de sua corrente de comércio, cuja exibição era massificada pela imprensa especializada. Isso equivalia a omitir o dado mais crucial sobre a viabilidade da suposta estratégia sul-coreana: afinal, isso lhes proporcionava algum alívio cambial efetivo?

Seria mediante essa estratégia que a industrialização dependente sul-coreana cavaria a abertura cambiária necessária entre o ano de 1963, quando Kennedy sinalizava seu desconforto com a “hemorragia” no Balanço de Pagamentos sul-coreano, e 1973, quando um ciclo internacional de liquidez permite novo direcionamento industrial. Assim, no contexto da baixa receptividade congressual americana à “caridade” permanente, tomaria forma o “Milagre do Rio Han”, e nasceria sua mais difundida proposta de elucidação racional: o “crescimento guiado por exportações”. Mas, na verdade, a história industrial sul-coreana entre 1953 e 1963 seria melhor caracterizada pela alcunha “crescimento anteparado por ajudas transparentes”. E, entre 1963 e 1973, talvez o melhor termo fosse “crescimento anteparado por ajudas não transparentes”. Além disso, o país de fato ostenta invejável crescimento exportador após 1963, ou seja, após as autoridades responsáveis pelo maior mercado do mundo convidarem por escrito os empresários sul-coreanos a exportar mais. Mesmo assim, dado o paradoxal nexos entre industrialização exportadora e equilíbrio

cambial, as exportações somente preencheriam plenamente as necessidades cambiárias desse país após o ainda longínquo ano de 1986.

D) A Coréia do Sul, a Crise Hegemônica Transitória dos EUA, e a Industrialização Avançada sob Relaxamento das Hierarquias Sistêmicas de Agregação de Valor (1973-86):

Durante as Subseções 5.4 e 6.4, expusemos um conjunto de situações capazes de embarçar a liderança econômica exercida desde 1945 pelos Estados Unidos. Como discutimos, especialmente entre 1973 e 1985 — intervalo delimitado pelo I Choque do Petróleo e pelo Acordo do Hotel Plaza determinando a apreciação do Iene —, sua supremacia industrial parece ter sido desafiada pela emergência de novos métodos gerencial-produtivos no Japão, acenando com a acelerada obsolescência do paradigma *fordista* prevalecente em sua manufatura. Paralelamente, um cartel organizado entre os principais países exportadores de óleo impõe um drástico reajuste unilateral no preço dessa *commodity*. O mais deletério sintoma do primeiro fenômeno para os Estados Unidos seria o agravamento de seus déficits comercial e de Balanço de Pagamentos. Já o efeito mais pernicioso do segundo acontecimento tomaria a forma de drásticas perturbações em seus preços internos, caracterizando um surto inflacionário. Juntas, a deterioração dos preços e das contas externas nos EUA, além do crescimento muito mais acelerado do PIB japonês frente ao norte-americano, criavam um quadro potencialmente favorável ao questionamento do *status* do Dólar enquanto moeda-reserva da “economia mundo”.

Paralelamente, o acúmulo de moedas conversíveis pelos maiores exportadores de petróleo determinava a irrigação de um conjunto de filiais de bancos americanos na Europa pelos chamados “petrodólares”. Numa ambígua conjuntura, se bem que os países periféricos estivessem a ser vitimados pelo ônus cambial do encarecimento de suas importações energéticas, e por simultâneas pressões inflacionárias, eles seriam paralelamente agraciados por um concomitante circuito de elevada liquidez financeira internacional. Essa expansão nas altas finanças, que se convencionou chamar de “Euro-mercado”, conferiria então grande flexibilidade ao fechamento dos Balanços de Pagamentos dos países que empreendiam projetos de industrialização tardia. Consequentemente, em queensem os óbvios riscos associados ao endividamento externo que as captações externas pressupunham, em um primeiro momento o ciclo de liquidez permitiria a países como o Brasil, a Coréia do Sul ou o México formular suas políticas industriais tal como fossem países emissores de moedas conversíveis, já que transitoriamente obteriam irrestrito acesso aos financiamentos internacionais.

Mais adiante, após 1979, argumentamos que principiaria uma rodada de reafirmação hegemônica americana, doravante cada vez mais alicerçada em sua prerrogativa de emissão da moeda-reserva, e em sua centralidade nas redes financeiras e comerciais internacionais. Seria neste preciso momento que Paul Volcker decretaria o choque de liquidez que eleva as taxas básicas nominais de juro nos EUA acima da segunda dezena. Para os países periféricos que haviam acumulado o supracitado passivo, o monetarismo de Volcker assinalaria o princípio de uma época de exacerbadas restrições cambiárias. Nesse contexto, alguns países até então bem sucedidos na construção industrial acabam impelidos à reversão (México) ou ao congelamento quase total (Brasil) do projeto então firmemente perseguido de construção de um parque industrial complexo, integrado e capaz de ostentar relativa autonomia financeira e tecnológica. Mas e no caso da Coreia do Sul, como esse ciclo financeiro impactaria seu projeto industrialista?

A re-industrialização sul-coreana principiara somente em 1953, com o fim dos conflitos com o norte, e o fim da década de 1960 assinalaria ali a progressiva saturação dos investimentos industriais leves. Paralelamente, ao se optar pelo desenvolvimento industrial com a mínima participação direta do capital estrangeiro —alternativa que, como acima realçado, era consonante com o desejo manifesto pelas autoridades estadunidenses —, os sul-coreanos precisariam erigir sozinhos, em simultâneo à constituição de uma indústria de bens de consumo duráveis, um setor industrial “de transformação”, da celulose à petroquímica, paralelamente ao deslanche de um setor minimamente capaz de bens de capital. Contudo, dada a elevadíssima relação capital / trabalho desses tipos de atividade produtiva, seria exponencialmente ampliada a carência estrutural de divisas do país.

Na nova conjuntura que doravante marcaria o sistema internacional entre 1973 e 1979, nada obstante, uma maior abertura cambial agraciaria quaisquer esforços de construção industrial tardia. Para os sul-coreanos, ainda, era formidável que a nova era de ampla liquidez se iniciasse exatamente quando esse tipo de investimento industrial mais intensivo em divisas se fazia imprescindível frente à lógica de sua industrialização. Era como se tudo tivesse sido conscientemente sincronizado. No caso brasileiro, em contraste, a elevada liquidez financeira externa só alcança o país após mais de uma década de saturação dos investimentos industriais mais leves. Com efeito, seria somente depois de uma crise de crescimento (1961-67), e de um novo pacote de investimentos na manufatura de bens duráveis de consumo (1967-1973) — com grande participação do investimento direto estrangeiro —, que o país finalmente adquire meios e maturidade manufatureira para engatar com mais autonomia a construção industrial pesada (1974-79). Na Argentina, em

igual contraste, a abundância de liquidez tardaria o suficiente para que fosse antes dela questionado a própria funcionalidade do projeto industrial, politicamente negado a partir de 1976.

Nesse contexto de abrandamento transitório da restrição externa, que agraciava diversos países periféricos, o governo Park Chung-Hee leva adiante ousados planos de construção industrial, marcados pelo terceiro e pelo quarto Planos Quinquenais, respectivamente, entre 1972-76 e entre 1979-81. Grosso modo, a ênfase e a arquitetura desses dois planos guardariam muitas similitudes com respeito ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79) levado adiante no Brasil sob o Gen. Ernesto Geisel. Primeiramente, eles são levados a cabo em dois países ditatoriais que, na caracterização de Guillermo O'Donnell, poderiam ser descritos como “burocrático-autoritários”. Segundo, o Estado era o ator central em ambos os casos, e não por uma questão ideológica. Os empréstimos disponíveis no “Euro-mercado” estavam amplamente disponíveis à captação estatal, e seriam mais dificilmente acessados pelas empresas nacionais convidadas a participar dos projetos, caso estas se dirigissem isoladamente ao sistema financeiro. Por último, os referidos planos compreendiam projetos que podem ser caracterizados como “irracionais” ou “irrealizáveis” do ponto de vista técnico-financeiro, pois envolviam empreendimentos de escala mínima tipicamente muito elevada frente à demanda previamente existente em ambas as economias. Isso, claro, afugentava o investimento direto estrangeiro.

Mas havia igualmente alguns elementos que distanciavam os planos sul-coreanos e o brasileiro. Primeiro, no caso brasileiro a construção industrial estava mais adiantada, sendo o setor de bens de consumo durável já firmemente consolidado com a participação do capital transnacional. Na Coreia do Sul, ao contrário, restava muito ainda a edificar naquilo que diz respeito a esse tipo de indústria, e, como agravante, seu governo esperava contar essencialmente com *players* locais nesse desafio. Segundo, enquanto o governo Geisel não nutria planos de internacionalização simultânea da oferta criada pelos empreendimentos, o governo Park podia vislumbrar essa possibilidade. Afinal, desde o “Memorando Brown” as empresas sul-coreanas haviam sido convidadas a consistentes nichos de inserção. Em síntese, o projeto sul-coreano era ainda mais megalomaniaco que o brasileiro.

Tanto no caso sul-coreano quanto brasileiro, ocorre uma transição política em 1979. No país latino, Geisel cede o poder para outro general, João B. Figueiredo. No país oriental, Park é assassinado em condições estranhas, e a isso se segue um rápido ciclo de efervescência popular. Contudo, após terríveis episódios de reafirmação autoritária pelas

armas, como o Massacre de Gwangju em Maio de 1980, outro ditador militar assume o poder: o general Chun Doo-Hwan. Assim, os dois países começam a nova década sob regimes que podem ser igualmente caracterizados como “burocrático-autoritários”.

Em ambos os países, os anseios econômico-industriais do governo vinham sendo realizados a contento até o fim da década. Também em ambos, a edificação industrial pesada redundaria em um passivo externo de envergadura muito semelhante. Mas as obrigações dos dois países no exterior eram razoavelmente administráveis, desde que sob condições normais de liquidez internacional. E é então que, no contexto da reação norte-americana à inflação interna e ao simultâneo questionamento do *status* do Dólar, ocorre uma ruptura impensável nas condições internacionais de liquidez: um choque que eleva drasticamente as taxas de juro básicas nos Estados Unidos.

Nas novas condições doravante vigentes, uma imensa lista de países teria dificuldade em rolar seu passivo externo. Entre 1982 e 85, nada menos que trinta e oito países precisariam repactuar em negociações multilaterais seus vencimentos: Argentina, Bolívia, Brasil, República Centro Africana, Chile, Costa Rica, Republica Dominicana, Equador, Guiné Equatorial, Guiana, Honduras, Costa do Marfim, Jamaica, Libéria, Madagascar, Malauí, Mauritânia, México, Marrocos, Moçambique, Nicarágua, Níger, Nigéria, Panamá, Peru, Filipinas, Romênia, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo, Uganda, Uruguai, Venezuela, Iugoslávia, Zaire e Zâmbia. Mas e à Coreia do Sul, que complicações o choque dos juros norte-americanos acarretara? Como explica o economista Jeffrey Sachs:

“Para alguns países devedores, como a Coreia do Sul, o ajuste se deu [...] suavemente. A Coreia nunca perdeu a confiança de seus credores internacionais, então não foi forçada a nenhum reescalonamento de emergência [...]” [Sachs, J.; Williamson, J. *Managing the LDC Debt Crisis*. Brookings Papers on Economic Activity, Vol. 1986, Número 2, pp. 397-440, 1986]

Como compreender que os rumos das finanças sul-coreanas tenha distado tanto das brasileiras? Como já insistimos, as explicações mais usuais para a assimetria entre as trajetórias econômicas dos vários países costumam se restringir àquilo que ocorre dentro de cada qual. Assim, a mais frequente hipótese sobre a continuada solvência sul-coreana levanta a comparação entre a magnitude de sua corrente de comércio e o passivo denominado em dólares, mais favorável no caso desse país do que nos demais acima listados. Contudo, essa explicação simplesmente não resta de pé ao verificarmos que a

Coréia do Sul registrava, paralelamente aos recordes na corrente de comércio, grandes e reincidentes déficits em Comércio, Conta Corrente e Balanço de Pagamentos.

Outra hipótese sobre os anteparos endógenos da resiliência sul-coreana perpassa a estrutura de sua dívida, que estava proporcionalmente mais concentrada nas empresas privadas que nos governos. Teoricamente, portanto, os financiadores teriam ficado mais confortáveis ao manter abertas linhas de crédito cuja responsabilidade recaía em empresas que, no caso sul-coreano, eram exportadoras e detinham ativos no exterior. Essa explicação é procedente, e ninguém negaria que a privatização relativa do endividamento facilitaria a solvência sul-coreana. Mas seria realmente essa a mais profunda explicação para o melhor desempenho da Coréia do Sul?

Acreditamos que não. Novamente, o enfoque no “sistema-mundo” nos fornece evidências concretas da continuada abertura cambiária, mesmo após 1979, à industrialização sul-coreana. Especificamente, o choque externo que se abatia sobre as várias economias do III Mundo após a elevação dos juros norte-americanos seria ali abrandado, se não neutralizado, por um generosíssimo pacote de socorro japonês, cujas liberações incidiam fortemente sobre o período entre 1981 e 1984, período crítico para as finanças dos países que não emitiam moedas conversíveis. A aliança estratégica evidenciada pela declaração conjunta reproduzida abaixo é, assim, o elemento que explica o porquê de termos verificado, no Capítulo I, que o Balanço de Capitais permaneça ali estranhamente positivo mesmo no momento crítico das “Crises da Dívida”, quando a repatriação de capitais marca todas as economias periféricas:

“O primeiro ministro expressou sua visão de que o Japão quer cooperar com os projetos de desenvolvimento socioeconômico coreanos contidos no quinto Plano Quinquenal [...] e proveria vários fundos cooperativos, inclusive empréstimos governamentais de longo-termo e baixos juros numa base anual.” [Comunicado Conjunto da Reunião entre o Presidente Chun Doo-Hwan e o Primeiro Ministro Nakasone, em Seul, citado por: Lee, Shong-Sik. Japan and Korea: the political dimension. Stanford: Hoover Institution Press, p. 144, 1985]

Logo em seguida, a partir de 1985, a revalorização do Iene por conta do Acordo do Plaza baratearia para os investidores japoneses os ativos denominados em *won* sul-coreano, aumentando sua atratividade. Paralelamente, a dificuldade das corporações japonesas em exportar a partir do arquipélago, onde a moeda estaria valorizada e a mão-de-obra era relativamente cara, desperta como via estratégia de escape a transferência parcial da produção à península, com consequente reexportação dali aos Estados Unidos. Em função

desses fatores, a Coréia do Sul recebe uma onda de investimentos diretos, que rapidamente permitem a configuração de uma espécie de comércio por triangulação entre o Japão e os EUA. Ou seja, o Japão passa transitoriamente a exportar insumos, técnicas, assistência e licenças à Coréia do Sul, configurando um comércio intra-firmas. Dali, os produtos acabados eram reexportados aos Estados Unidos. Como resultado, a Balança de Capitais sul-coreana permanece robusta a partir de 1985, e sua Balança Comercial finalmente registra seu primeiro saldo em 1986. Os dois fragmentos abaixo foram extraídos de estudos que se debruçam, respectivamente, sobre esses dois fatores:

“Depois do Acordo do Plaza de 1985, houve um gigantesco fluxo de capital do Japão para os países do Leste Asiático, de modo a tirar vantagem da apreciação do Iene. Durante esse período, o Japão experimentaria uma expansão econômica sustentada até 1991, quando a economia japonesa cai em profunda e prolongada depressão [...]” [Lim, Hank; Lim, Tai Wei. *Japan's Strategy and Her Soft Power in Trade and Investment: Singapore's Perspectives*. G-SEC Working Paper, Número12, 2006]

“[...] Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul e Taiwan desenvolveram um comércio triangular com o Japão e os Estados Unidos. [Esses países] [...] dependem do mercado americano para suas exportações manufatureiras, e confiam pesadamente no Japão como maior fornecedor de bens de capital, insumos, tecnologia, gerenciamento e know-how.” [Park, Yung Chul; Park, Won-Am. *Changing Japanese Trade Patterns and the East Asian NICs*. In: Krugman, Paul. (ed.). *Trade with Japan: Has the Door Opened Wider?* University of Chicago Press, pp. 85-120, 1991]

O primeiro superávit da Balança Comercial sul-coreana precederia sua definitiva maturidade industrial. Contudo, dentre muito pouco, pelos idos da virada da década, uma coleção de estudos de caso já destacaria as muitas proezas sul-coreanas: boa situação fiscal, excedente estrutural de divisas, autonomia tecnológico-produtiva e avanços notáveis em seu quadro social. E, não resta qualquer dúvida, o audacioso planejamento industrial sul-coreana seria sim a explicação mais direta para todos esses logros. Entretanto, ele não seria a explicação mais profunda.

Nos termos dessa pesquisa, que optou por focalizar como os distintos países logram se situar nas hierarquias globais de adição de valor, sob um conjunto de constrangimentos objetivos com os quais eles topam ao buscar algum tipo de recolocação, fica a impressão de que o planejamento seria ali excepcional apenas na medida em que as aberturas oferecidas a esse país pela “estrutura global de oportunidades” beiraria quase sempre o inacreditável. O ponto, assim, não é que a Coréia do Sul planejou e executou a contento

uma estratégia industrial. É que ela, frente suas circunstâncias externas particularíssimas, pôde se dar ao luxo de planejar mesmo aquilo que para os demais países periféricos seria risível, e, ainda assim, ela encontraria sempre os mais improváveis meios de concretizar suas metas.

E) A Argentina, a Dependência em seu Máximo Histórico e a Modernização Completa sem Industrialização (1846-1929):

Como vimos na Subseção 6.2, com o avanço da industrialização e da transição demográfica no Arquipélago Britânico, especialmente durante a segunda metade do século XIX, despontaria uma carência estrutural de solos, e, inscrita nessa, de alimentos ajustados a seus hábitos culturais de clima temperado. Seria nesse contexto que, em 1846, emergiria ali uma política livre-cambista de admissão de cereais importados. De um prisma estrutural, sendo a Grã-Bretanha um país de excessiva densidade populacional face os conhecimentos técnico-agronômicos àquela altura disponíveis, o dinamismo de sua economia industrial requereria, dada sua profunda e crescente carência de matérias-primas, o reequilíbrio setorial das economias de vastas regiões estrangeiras potencialmente aptas a tal fornecimento.

Em alguns casos, as autoridades imperiais britânicas lidariam com os imperativos de abastecimento impondo laços de “meta-dependência” a países mais frágeis, e cujas instituições ou processo político fossem percebidos como disfuncionais ao fornecimento imperial. Seria assim que países como o Quênia, a Rodésia, Tanganica e a Nigéria cairiam sob domínio colonial. Mas nem sempre a sujeição colonial constituía o método mais eficiente, da ótica dos burocratas imperiais britânicos, de assegurar a seus estabelecimentos industriais a adequada oferta de matérias-primas. Por vezes, as características sociais e políticas já vigorando sobre superfícies adequadas ao fornecimento imperial determinariam que essas se acomodassem, sem qualquer interveniência direta e apenas por enlevação, aos estímulos econômicos irradiados pela acumulação capitalista inglesa. Assim, países como o Brasil, o Peru, o Chile, a Argentina e o México sofreriam grandes redimensionamentos econômico-estruturais, mas sem qualquer tipo de sujeição estrangeira que transcendesse os limites da clássica “dependência”.

Seria, assim, nos marcos do relacionamento econômico e cultural entre duas nações formalmente independentes, e sob um clima pacífico entre elas, que seriam inauguradas condições econômicas propícias ao desenvolvimento agropecuário sobre o território atualmente ocupado pela Argentina. Com uma velocidade impressionante, uma superfície

arável muitas vezes superior ao território britânico seria ali convertida em celeiro de grãos encaminhados anualmente aos portos do Norte, sem que fosse preciso o disparo de um único rifle, sem que ameaças truculentas tivessem que ser feitas, e sem que pessoas-chave tivessem que ser sequestradas, intimidadas ou subornadas. Em síntese, a mobilização dos recursos naturais e humanos argentinos pelo projeto imperial britânico nada teria em comum com a incorporação do Reino de Choson como departamento ultramarino do império japonês. O depoimento abaixo é elucidativo:

“Se pode dizer que a Argentina se identifica com a Europa o máximo possível. Não há elemento europeu antagonista, há mais harmonia entre as repúblicas americanas com algumas nações da Europa que entre elas mesmas.” [Ministério do Exterior Argentino. *Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores*, 1863, citado por: Chianelli, Delia Trinidad. *El Gobierno del Puerto: 1862-1868*. Buenos Aires: La Bastilla, p.130. 1975]

Para os países que ora respondiam aos estímulos econômicos irradiados desde Greenwich, podiam despontar condições econômicas e culturais extremamente favoráveis à cristalização ou reforço do equilíbrio político anteriormente vigente. Nesse caso, a “dependência” retarda qualquer ventilação política interna. Por exemplo, se um país de já tradicionais exportações de cereais é convidado pelas circunstâncias externas produzir exponencialmente mais, e se começa a circular internacionalmente um convincente ideário que conclama os vários povos à especialização produtiva em troca de manufaturas, é razoável antever que o bloco de interesses exportadores sairá fortalecido. Esse certamente foi o caso dos latifundiários da Rússia czarista após o fim da servidão, em 1861.

Mas, claramente, é também admissível que o aprofundamento da “dependência” altere o equilíbrio político interno. Por exemplo, é possível que um novo grupo exportador emergente, melhor situado ou ajustado às características da demanda externa, acabe concorrendo com a proeminência política dos exportadores tradicionais. Esse certamente parece ser o caso do deslocamento político dos Barões Fluminenses pelos Fazendeiros Paulistas, cujo desfecho marca o fim do Império Brasileiro. Em outros contextos, esse deslocamento emergiria quando um grupo simpático à “modernização” exportadora desafia a proeminência de um conjunto de interesses tradicionais não-capitalistas, opostos por princípio ao aprofundamento exportador. Tal situação talvez pudesse ter marcado a experiência coreana, não fossem tão claros os propósitos japoneses de assimilação completa de seus recursos naturais e humanos, e não fosse a fulminante vitória do movimento rebelde Tonghak. Nesse caso, essa península talvez tivesse trilhado caminho

“dependente” análogo ao latino-americano, com os latifundiários de Chölla, região particularmente fértil ao sudoeste, compondo fileiras “modernizantes” que talvez tivessem conclamado o Rei Kojong à decomposição sem “meta-dependência” da sociedade burocrático-agrária confucionista. Ele teria assim repetido, com certo retardo, o caminho percorrido pela Tailândia sob os reinados de Mongkut (Rama IV, entre 1851-1868) e Chulalongkorn (Rama V, entre 1868-1910). E há ainda o caso em que os excitados exportadores entram em choque com grupos capitalistas adeptos do nacionalismo econômico, como ilustra o caso clássico dos Estados Unidos durante a Guerra de Secessão.

Claramente, a evolução política argentina na segunda metade do século XIX guarda mais similitudes com o caso russo. As exportações reforçariam o poder de uma aristocracia tradicionalmente envolvida com o porto de Buenos Aires, que reforçam sua condição de *terratenientes*, e sua preponderância política, após o estímulo econômico britânico. O testemunho se encaixa formidavelmente:

“[...] as pessoas na República Argentina estão agora tão ocupadas em fazer dinheiro [...] que elas geralmente não tem tempo para reverter as práticas precedentes abarcadas pelas palavras sul-americanas ‘*la política*’.” [Correspondência de W. Haggard, diplomata britânico, a Sir Edward Grey, 16/12/1906, Public Records Office, F. 0.372/194, citado por: Zimmermann, Eduardo. *El liberalismo y la Declinación Argentina en la Historiografía Reciente: una nota bibliográfica*. Revista Libertas, Número 12, Maio, 1990]

Mas há algo que distancia a evolução política argentina daquela que marcaria a experiência russa. A abertura do mercado inglês a seus produtos era tão significativa, e a dotação de fatores naturais que a qualificava a tal oferta era tão fantástica, que o nível de excedente ali aprisionado facultava às elites locais amplas concessões a todos os demais setores populares. Era tão grande a sensação geral de súbito enriquecimento, que não parecia haver limites para prospectivas elevações no nível material ostentado pelo país. É em vista disso que podemos caracterizar a evolução da socioeconômica argentina nesse momento como “superdependente”. Ou seja, ela era “dependente” no sentido de que nenhuma intrusão estrangeira direta poderá ser identificada em seu cotidiano, mas os estímulos econômicos irradiados do exterior eram tão absorventes, que toda a vida econômica e política do país acaba intensamente marcada pelas vantagens e desvantagens daí decorrentes.

É nesse contexto “superdependente” que, mesmo sob um ambiente político marcado por folgada preponderância dos segmentos exportadores, surge espaço para que o erário abrigasse um conjunto de serviços sociais em linha com aquilo que de mais avançado havia

na civilização ocidental. Afinal, sob tão brusca e profunda excitação da economia no bojo da estrutura de oportunidades da “economia mundo” capitalista,

“A administração se desenvolve sem grandes tropeços e a prosperidade geral da República se reflete na maior facilidade e abundância de recursos do erário.” [La Nación, 11/09/1925, citado por: ALONSO, Beatriz. La Presidencia de Alvear. Buenos Aires: CEAL, p. 117, 1983]

Mas, cumpre advertir, o advento desses generosos serviços públicos nunca deixou de representar concessões “de cima para baixo”. As palavras do bem-intencionado Sarmiento, patrono da instrução pública austral, não nos deixam mentir:

“Digo, pois, aos povos de toda a República, que [o município de] Chivilcoy é o programa do presidente Sarmiento. De hoje em diante, o Congresso será o curador dos interesses do povo: o presidente o caudilho dos gaúchos transformados em pacíficos vizinhos.” [Discurso de Sarmiento, Chivilcoy, 1868, citado por: Donghi, Tulio Halperin. *Proyecto y Construcción de una Nación Argentina: 1846-1880*. Biblioteca Arauco, p. 414, 1890]

Nessa situação, a escola pública, laica e abrangente que é ali erigida cumpriria um relevante papel no reforço de uma ordem política onde os interesses exportadores se impunham ante todos os demais. Como atesta o fragmento:

“Talvez não exista nenhum país onde a imprensa, a universidade, a escola, trabalhem tão de acordo para preservar a memória das glórias nacionais. Essa propaganda daria frutos. Não se encontrará nenhum menino ou menina que não se lembre do nome de San Martí. [...] O amor à pátria se confunde em todo argentino com a admiração legítima inspirada por sua riqueza, pela rapidez de seus progressos, pelo lugar que alcançou no comércio mundial em poucos anos.” [Denis, Pierre. *La Valorización del País: la República Argentina*. Buenos Aires: Solar, p. 54, 1897, citado por: Quesada, María Sáez. *La Argentina: Historia del País y de su Gente*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001]

Assim, a franca preponderância dos interesses primário-exportadores que marca a chamada República Conservadora (1880-1916)¹¹⁹ prosseguiria mesmo após a Ley Sáenz Peña, ou Ley 8.871 de 1912, que ali institui o sufrágio masculino universal e secreto após 1916. Afinal, quem contestaria com efetividade política os rumos econômicos então meteoricamente escalados por um país que se percebia “rico”? Apenas, durante o ciclo de

¹¹⁹ Durante a qual se sucederiam os presidentes: Julio A. Roca (1880-1886), Miguel Juárez Celman (1886-1890), Carlos Pellegrini (1890-1892), Luis Sáenz Peña (1892-1895), José Evaristo Uriburu (1895-1898), Julio Argentino Roca (1898-1904), Manuel Quintana (1904-1906), José Figueroa Alcorta (1906-1910), Roque Sáenz Peña (1910-1914) e Victorino de la Plaza (1914-1916).

governos Unión Cívica Radical (1916-1930)¹²⁰, liderada por Hipólito Yrigoyen, se aprofundam as concessões oferecidas aos segmentos médios e até populares. E o brilho do progresso econômico se provaria efetivo na determinação do continuado poder aristocrático-exportador.

E é nesse contexto que a Buenos Aires de 1912, tal qual a Dubai de 2012, ostenta tudo aquilo que de mais custoso a civilização capitalista tem a oferecer, mesmo estando as duas cidades inscritas, cada uma a seu tempo, em um quadro de nítida “super-dependência” ante o comércio mundial de produtos primários. Com efeito, no ápice do “ciclo britânico” era possível descrever esse país platino do seguinte modo:

“A Argentina é economicamente o país mais importante da América do Sul” [The Manchester Guardian, agosto de 1927, citado por: Gershunoff, Pablo; Llach, Lucas. *El Ciclo de la Ilusión y el Desencanto*. Buenos Aires: Ariel, p. 101, 1998]

F) A Argentina e o Intento de Substituição de Importações sob Compressão da Abertura Externa (1930-76)

Depois de 1929, com a prolongada Depressão que se abate sobre as economias capitalistas centrais, começa a se delinear uma deterioração de largo termo nos preços dos gêneros primários tradicionalmente vendidos pela Argentina. Esse movimento é nitidamente observável mediante a análise dos dados que pinçamos nas Subseções 6.1 e 6.3.2. A explicação para tal depreciação secular pode bem envolver a materialização da discutida hipótese de Prebisch-Singer, precipitada durante a fase descendente do ciclo de negócios, ou pode meramente decorrer das estruturas que emergem no comércio mundial sob liderança dos Estados Unidos, uma nação de território continental e clima análogo ao argentino. Nesse trabalho, nos limitamos apenas à constatação dessas tendências, sem sugerir que situações permitiriam elucidá-la.

Contudo, sejam quais forem suas causas, o que os dados não permitem negar é que a Argentina não poderia continuar a ser um país relativamente rico mediante a manutenção do mesmo padrão de inserção comercial internacional. Mais ainda, a capacidade de importar ali prevalecente seria adicionalmente comprimida mediante a política comercial protecionista adotada pela Grã-Bretanha (a partir de 1930), pelo Brasil (depois de 1951) e pela Comunidade Econômica Europeia (como bloco, depois de 1957) com respeito

¹²⁰ Marcada pelas presidências de Hipólito Yrigoyen (1916-1922), Marcelo T. de Alvear (1922-1928) e, novamente, Hipólito Yrigoyen (1928-1930).

especialmente à admissão de cereais importados. A esse conjunto de restrições à circulação das exportações argentinas, que abordamos nas Subseções 6.3.3, 6.3.4 e 6.3.5, devemos ainda somar os mecanismos defensivos simultaneamente criados para preservar a competitividade canadense e norte-americana, quais sejam, os controversos subsídios agropecuários por eles continuamente aplicados.

É nessa conjuntura internacional, durante a qual as novas condições a marcar o comércio internacional obstarão a continuada evolução “superdependente” do tecido social e econômico argentino, que a Argentina daria seus primeiros passos pelo caminho da “substituição de importações”. A “*Década Infame*” de 1930-43, marcada por fraudes eleitorais, é iniciada pelo golpe militar de 6 de setembro de 1930, liderado pelo general José Félix Uriburu, depondo o presidente Hipólito Yrigoyen. Como que para marcar que o novo regime ditatorial não atentaria diretamente contra a supremacia econômica dos latifundiários, um civil vinculado aos *terratenientes*, o conservador José S. Pérez, é posto no cargo de ministro de economia.

Sob o contexto diluviano que então marca a agropecuária platina, Uriburu é sucedido pelo militar Agustín P. Justo (1932-1938), cujas políticas intervencionistas não podem ser compreendidas senão como expressão autoritária da compressão exógena da capacidade de importar argentina. Por exemplo, o chamado “Pacto Roca-Runciman” de 1933 — assinado entre o vice-presidente Julio Argentino Roca Jr. e o presidente da Câmara de Comércio Britânica Sir Walter Runciman —, reivindicava a atenuação das restrições inglesas às exportações argentinas, que como argumentamos decorria das “preferencias imperiais” instituídas na Conferência de Ottawa (1932), mediante clara submissão “desnacionalizante”. Pois entre as contrapartidas argentinas figuravam:

- i. À Argentina se assegurava uma quota de importação não menor que 390.000 toneladas métricas de carne resfriada. Contudo, um montante equivalente a 85% das exportações desse país deviam ser realizadas através de frigoríficos estrangeiros. O Reino Unido manifestava estar “disposto a permitir” [*would be agreeable to permit*] uma participação de até 15% dos frigoríficos argentinos (parcela já virtualmente coberta pelo Frigorífico Gualeguaychú e pelo Municipal de Buenos Aires);
- ii. Enquanto houvesse controles cambiais na Argentina (limite do capital disponível para importações), tudo aquilo que a Grã Bretanha pagasse por aquisições na Argentina poderia voltar ao país como dedução de uma porcentagem para os pagamentos da dívida externa;

iii. A Argentina manteria livre de tarifas o carvão, se comprometendo a comprar da Grã Bretanha a totalidade do que consumia;

iv. Criava-se o Banco Central, com grande predominância de funcionários e capitais britânicos, e prometia-se um tratamento favorável às empresas britânicas [*"a benevolent treatment towards insuring the greatest economic development of the country, and the deserved protection to the interests of these companies"*]

v. Fixavam-se as bases para a criação da *Corporación de Transporte*, que conferiria à Grã-Bretanha o monopólio absoluto dos meios de transporte argentinos. A mesma é criada em 1936, mediante o “Pacto Eden-Malbrán”, firmado logo quando expira o “Pacto Roca-Runciman”.

Trocando em miúdos, não há uma inflexão ideologicamente bem calçada, contribuindo na Argentina dos 1930 para alguma inflexão nacionalista como aquela que Domingo Cavallo delinea. Pelo contrário, a virada de ventos no comércio mundial é que seria tão drástica no caso argentino que, Tateando os caminhos ainda disponíveis, a política econômica vai cada vez mais enveredando por um protecionismo indissociável da generalizada “reserva de mercado” instituída por seu maior cliente externo, a Grã-Bretanha. Isso se aplica igualmente à orientação política dos presidentes Roberto Ortiz (1938-1942) e Ramón Castillo (até 1943). E, em tempos tão conturbados, era até possível comemorar os fortuitos êxitos rumo à industrialização, como faz o notório Alejandro Bunge em 1949:

“A capacidade de inovação nas ordens econômica, monetária e financeira é um feito relativamente novo. Se fez mais nos últimos dez anos que nos trinta precedentes, com um balanço muito favorável entre acertos e erros.” [Bunge, Alejandro. *Una Nueva Argentina*. 1949, citado por: Quesada, María Sáez. *La Argentina: Historia del País y de su Gente*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001]

É nesse contexto que emerge a figura de Juan Domingo Perón, no esteio das conturbações iniciadas pela Revolução de 4 de Junho de 1943 (que, a rigor, se estendem entre 1943-1946). A deposição do Presidente Ramón Castillo acaba por conduzir ao poder o general Pedro Pablo Ramírez, que incumbe o então coronel Perón como mero secretário do Ministério da Guerra, por sua vez chefiado pelo General Edelmiro Farrell. Pouco a pouco, Perón vai se aproximando de movimentos dos trabalhadores, e acaba sendo indicado ao irrelevante Departamento do Trabalho, que logo adiante seria elevado ao *status* de “*Secretaría de Estado*”. De lá, Perón capitaneia o lançamento do “*Estatuto del Peón*”, ampliando significativamente direitos trabalhistas e previdenciários. A popularidade do

dispositivo garantiria a Perón condições favoráveis a sua eleição em 1946, e ele explora como presidente até 1955 os limites da doutrina abaixo evidenciada:

“Dê ao povo, especialmente aos trabalhadores, tudo o que for possível. Quando pareça que já está dando demasiado, dê-lhes mais. Todos tratarão de assustar-te com o espectro do colapso econômico. Mas isso é mentira. Não há nada mais elástico que a economia, a qual todos temem tanto quanto não a entendem.” [Fala do Presidente Perón ao Presidente Chileno Ibáñez, citado por: Gershunoff, Pablo; Llach, Lucas. *El Ciclo de la Ilusión y el Desencanto*. Buenos Aires: Ariel, p. 182, 1998]

O problema desse posicionamento residia não na elasticidade de uma economia abstrata a políticas redistributivas, mas, precisamente, nos limites cambiais da industrialização tardia que qualquer política trabalhista urbana, redistributiva ou não, fatalmente pressuporia. Nesse contexto, Perón leva adiante até com algum sucesso a construção industrial ativa e, paulatinamente, provoca como corolário o aprofundando os desequilíbrios estruturais do Balanço de Pagamentos argentino, que se aguçam na medida exata da saturação das “substituições leves”. E é nesse contexto de já patente fadiga cambiária da industrialização tardia argentina que, em 23 de Setembro de 1955, as Forças Armadas respondendo a comando do general Eduardo Lonardi depõem Perón e estabelecem uma ditadura que se autoproclama “*Revolución Libertadora*”.

A ruptura constitucional dura até 1958, quando Arturo Frondizi, um político ligado à União Cívica Radical, vence eleições que não haviam contado com a participação dos Peronistas. Entretanto, a orientação geral e o escopo de medidas de condução da economia sob seu *radicalismo* não distariam do repertório de Perón, especialmente naquilo que concernia ao nacionalismo industrializante. A declaração abaixo não deixa dúvidas:

“A nós, os intransigentes, se apresentou depois de 1955 uma disjuntiva semelhante àquela planteada a [o Presidente Gen.] Urquiza depois de [perder para Bartolomé Mitre, em 1861, a Batalha de] Pavón. Ou o acordo com os interesses e a mentalidade portuária, agro-importadora, tradicional, que nos haveria garantido honras e tranquilidade pessoal; ou a coincidência com o povo, e, dentro desse, também com o peronismo, que representava a maioria da classe trabalhadora.” [Fala do Presidente Frondizi, março de 1962, citado por: Luna, Félix. *Diálogos con Frondizi*. Buenos Aires: Desarrollo, p. 44, 1963]

Frondizi já não encontra margem cambiária para reproduzir na Argentina o mesmo êxito dos “50 anos em 5”, até hoje associados no Brasil ao governo de Juscelino Kubitschek. Mesmo assim, durante um governo marcado pela instabilidade cambial, a vinda de investimento direto externo afiança o prosseguimento da industrialização rumo às

indústrias automotriz, siderúrgica e petroquímica. No campo político, Frondizi opta por retirar os *peronistas* da ilegalidade, o que permite a vitória do combativo dirigente sindical têxtil Andrés Framini para sua sucessão na Casa Rosada. As Forças Armadas exigem a anulação das eleições, o que ao não ocorrer acaba desencadeando um novo golpe militar em 1962.

O regime ditatorial civil que se instaura sob José María Guido acaba abrindo espaço para a primeira resposta conservadora fundamentalista à inviabilização cambiária da substituição de importações. E tal resposta envolveria a adoção de uma agenda liberal radical. Nisso, Guido montaria sua equipe econômica sob as figuras de Federico Pinedo e José Alfredo Martínez de Hoz, as duas personalidades que, junto a Domingo Cavallo, simbolizam a reação livre-cambista radical à instabilidade macroeconômica que vinha sendo a marca da “substituição de importações” na Argentina. Mas, dali adiante a dicotomia *peronismo* e *anti-peronismo* começaria a marcar fortemente a progressiva agonia cambial desse caso inconcluso de industrialização tardia.

Em eleições onde novamente o *peronismo* seria vetado, chega ao poder Arturo Umberto Illia, candidato da *Unión Cívica Radical*, que permanece na Casa Rosada até 1966, marcando uma retomada do enfoque desenvolvimentista e industrialista. Restrições contra o *peronismo* são novamente revogadas, no bojo de uma aproximação com setores urbanos populares, e um novo golpe militar instaura mais um regime de exceção, dessa vez autointitulado “*Revolución Argentina*” (1966-1973).

A marca dos três presidentes que ascendem sob essa fórmula, Juan Carlos Onganía (1966-1970), Marcelo Levingston (1970-1971) e Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973) poderia ser sintomaticamente definida como oscilante, a despeito de seu veemente alinhamento anticomunista e conservador-religioso. Por exemplo, durante o governo Levingston predominaria um enfoque liberal anti-intervencionista, marcado pela gestão da economia sob Adalberto Krieger Vasena (até 1969). Depois, chega a assumir a pasta econômica um verdadeiro expoente do desenvolvimentismo *cepalino*, Aldo Ferrer (1970-71).

O impasse de um país sem saída digna de seu passado prossegue com o retorno de Perón ao poder, que assume em março de 1973 e falece já em julho de 1974. O poder é transmitido a sua esposa e vice, María Estela Martínez de Perón, que após novo golpe militar acaba cedendo lugar ao autointitulado “*Proceso de Reorganización Nacional*” (1976-1983), marcando o trágico retorno daquilo que O’Donnell definira de “Estado burocrático-autoritário”. Novamente, o liberalismo radical sob José Alfredo Martínez de

Hoz seria trazido à mesa. Dessa vez, contudo, a retomada liberal assinalaria a reversão decidida e permanente, pelo menos até o século XXI, do conturbado projeto de industrialização por substituição de importações na Argentina.

G) A Argentina, a Crise Hegemônica Transitória e a Reafirmação dos EUA, e a “Reestruturação Regressiva” sob Acirramento das Hierarquias Sistêmicas de Agregação de Valor (1973-89)

Quando despontam as favoráveis condições internacionais de liquidez que marcam a crise hegemônica transitória dos Estados Unidos, as condições estruturais de diferenciação produtiva já haviam sido suficientemente minadas na Argentina. E a maior expressão da estreiteza de margem cambiária que marca em doses crescentes o definhar desse projeto de industrialização tardia seria sua imensa instabilidade e bipolaridade política, que nada mais denota que a ausência de qualquer projeto tecnicamente exequível de re-encaminhamento da economia e de acomodação frente a ele das amplas aspirações sociais do país. De um lado, pesava o difícil diálogo entre múltiplos conjuntos de interesse marcados pelo imaginário coletivo de um país que já fora “rico”, de outro, os estreitíssimos limites impostos ao país pela “economia mundo” capitalista, determinando a continuada compressão de sua capacidade de importar.

De certa forma, Perón e sua esposa Isabelita seriam desafiados por uma conjuntura semelhante àquela que se punha sobre o Rei Kojong e seu filho Sunjong. Os quatro podiam vislumbrar algum um horizonte sorridente, consistente com as mais positivas aspirações de seus compatriotas. Mas uma notável ausência de meios práticos, notadamente dados pela inconciliável coexistência entre limites político-internos e externo-cambiais muito rígidos, impedia que esse destino fosse efetivamente perseguido.

TABELA C-G: Níveis de Endividamento de Países Seleccionados, 1980 e 1982				
	dívida/exportações %		dívida/PIB (%)	
	1980	1982	1980	1982
Argentina	242,4	447,3	48,4	83,8
Brasil	304,8	395,4	30,6	36,1
Colômbia	117,1	204,3	20,9	26,9
Chile	192,5	335,9	45,2	76,7
México	259,2	311,5	30,3	52,5
Venezuela	131,9	159,8	42,1	41,4
Fonte: Cohen (1992), citado por: Cordeiro, 2010.				

Como intento de resposta a esse impasse, uma junta assume após o golpe de 1976, e determina uma segunda tentativa de consecução de uma agenda econômica marcadamente utópica-liberal. Paralelamente, envereda-se por uma tática de endividamento externo sem qualquer sentido construtivo. E, como etapa desse curso ao colapso, avança muitíssimo sua exposição ao risco externo, como podemos ver na Tabela G-C, acima.

Como sabemos, o ano de 1979 é marcado pelo Choque de Juros imposto pelo *Federal Reserve*. Sobre-endividada e especialmente vulnerável pelo caráter ainda muito dependente de importações de seu tecido econômico, a Argentina seria duramente atingida pelas conturbações que marcam as “Crises da Dívida”. Como agravante, numa manobra de difícil leitura, o país decide declarar guerra ao Reino Unido. O próprio General Viola explica a desajustada estratégia:

“A vitória exime de responsabilidades. Ninguém pode pedir contas a um exército vencedor.” [Fala do Gen. Roberto Viola, 1981, citado por: García, Prudencio. *El drama de la Autonomía Militar*. Madrid: Alianza, p. 1031, 1995]

Em 2 de abril de 1982 a junta promove a invasão das Ilhas Malvinas, iniciando combates que culminam com o recuo argentino e um subsequente cessar-fogo em 14 de junho do mesmo ano. Dois meses depois, em agosto de 1982, o México suspende o pagamento de sua dívida externa, imergindo as finanças argentinas em uma época de drásticas conturbações. O preço nominal do petróleo tangenciava os píncaros da série histórica, o custo financeiro da rolagem do passivo externo saía do controle, e, para completar o quadro aterrador, Washington simplesmente se eximia de quaisquer responsabilidades quanto ao refinanciamento das dívidas do III Mundo. O desabafo do Chanceler Britânico do Exchequer é simbólico:

“Eu tentei muito [...] convencer meus colegas a organizar alguma forma de esquema oficial internacional para reciclar os superávits da OPEP. Mas os americanos, particularmente, foram muito hostis à ideia. Basicamente, eles não acreditavam em o governo se meter no que eles pensavam que deveria ser o papel do setor privado. Eles preferiam deixar tudo para os banqueiros, que estavam lambendo os beiços só de pensar no que eles iam lucrar” [Declaração do Chanceler Britânico do Exchequer Denis Healey, citado por: Lissakers, Karin. *Banks, borrowers, and the establishment: a revisionist account of the international debt crisis*. New York: Basic Books, p. 29, 1991, citado primeiramente por: Cordeiro, Fábio Cereda. *O FMI, a Política Interna dos EUA e a Crise da Dívida*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2010].

Sua percepção é corroborada pelo teor da seguinte declaração do então Secretário do

Tesouro dos Estados Unidos William Simon:

“Quando concordamos em contribuir com o caixa do FMI, nós transferimos nossos recursos para uma organização supranacional que nós não controlamos, para serem desembolsados por uma burocracia internacional. A abordagem multilateral tem a vantagem de arrastar outros para o processo de ajuda, e os EUA não são deixados sozinhos segurando a sacola, mas as desvantagens são grandes. É difícil manter os intermediários multilaterais sob controle, e nós acabamos nos habituando a subsidiar todo governo socialista no Terceiro Mundo” [Declaração do ex-secretário do Tesouro William Simon, William E. *Cut off the international loan luses*. Wall Street Journal, 06/04/1983, citado primeiramente por: Cordeiro, Fábio Cereda. O FMI, a Política Interna dos EUA e a Crise da Dívida. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2010].

Em síntese, abatia-se sobre a argentina uma nova e aprofundada rodada de fechamento da “estrutura de oportunidades” do sistema mundial. Primeiro, este fechamento podia ser caracterizado pela péssima fase de seus termos de troca — tanto por conta da já histórica declinação do valor de venda das *commodities*, quanto pela aguda inflação das manufaturas importadas, ou pelos exorbitantes custos do petróleo e seus derivados —. Segundo, ele seria marcado por absoluta perda de condições mínimas de rolagem de sua dívida externa, e também pelo fundamentalismo liberal do *staff* de Ronald Reagan e dos órgãos multilaterais, que insistiam em entender a insolvência em cascata como decorrência da irresponsabilidade de governos malconduzidos. Desafortunadamente, seria nesse terrível contexto histórico-internacional que o projeto democrático despontaria na Argentina.

“Temos suma meta. A vida, a justiça e a liberdade, para todos os que habitam esse solo. Temos um método: a democracia. O caminho vai ser longo e difícil, mas seguramente arrancaremos.” [Alfonsín, Raúl. *Declaraciones Presidenciales: 1983-1984*. Buenos Aires: Congreso de la Nación, pp. 9; 23, 1985]

Essa previsão se provaria absolutamente consistente, mas apenas no longo prazo. De imediato, o país precisava lidar com a inflação e com a dificuldade de rolagem de sua dívida externa. Dada a pressão de temas tão paralisantes, não é de se estranhar que quaisquer planos de migração ascendente nas hierarquias globais de valor adicionado fossem terminantemente deixados de lado. Como agravante, ainda, o governo militar havia empreendido um intento de ajuste externo liberalizante que agravara a sensação generalizada de empobrecimento geral e anarquia, contribuindo assim para que se

depositasse no novo governo um genuíno desejo de afirmação e reconstrução nacional. Nesse contexto e frente suas características políticas e intelectuais, Alfonsín jamais seria entusiasta da continuidade do programa “reformista regressivo” de Martinez de Hoz. Até por que seus logros haviam sido nada alvissareiros.

É nesse contexto relativamente inerte que começa a ganhar corpo aquilo que se denominaria “Consenso de Washington”. Nesse período, os organismos internacionais abraçariam certo paradigma de análise econômica neoclássica, marcado pela confiança dogmática de que projeções simplificadas das escolhas de agentes abstratos atomizados seriam funcionais à análise de fenômenos concretos. Processos sistêmicos, como as consequências dos ciclos financeiros norte-americanos para os países credores, eram costumeiramente mal trabalhados no âmbito desse tipo de enfoque, sempre mais confortável ao explorar os determinantes individuais dos problemas enfrentados por cada país em dificuldades. Nesse momento, os profissionais desses corpos multilaterais eram recrutados apenas entre aquelas escolas mais apegadas a essa tradição “individualista” de reflexão, obviando assim a saudável ventilação interpretativa mediante o contraponto teórico-factual. A descrição abaixo do processo seletivo do FMI é elucidativa:

“A administração e o pessoal sênior do FMI tinham noções preconcebidas sobre quais universidades produziam os “melhores economistas”. No final dos anos 90, de fato, a Divisão de Recrutamento do Fundo categorizou as universidades selecionadas como parte de um grupo percebido como as “Vinte Melhores”. As Vinte Melhores eram todas universidades norte-americanas, e muitas estavam na “*Ivy League*”, como MIT, Harvard, Princeton, Columbia, Yale e Stanford.” [Momani, Bessma. American politicization of the International Monetary Fund. *Review of International Political Economy*, Vol. 11, Número 5, p. 179, 2005, citado primeiramente por: Cordeiro, Fábio Cereda. O FMI, a Política Interna dos EUA e a Crise da Dívida. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2010].

Nesse contexto em que era fácil que a excessiva homogeneidade intelectual dos envolvidos os impelisse enquanto grupo a posturas obscurantistas, a burocracia das agências sediadas em Washington se inclinava a tratar a crise da dívida como um mero problema de condução econômica indevida, que, aliás, talvez conviesse mesmo ser devidamente penalizada. Essa postura marca a imensa distância entre o posicionamento de Tóquio e Washington a respeito de como abordar a insolvência dos países de sua zona de influência, constituindo um elemento basilar para compreendermos o porquê de países até então vigorosos como o Brasil terem tão rapidamente sucumbido à crise de liquidez. O

caso argentino, contudo, é muito mais complexo que o brasileiro. Pois já estava claro que, dado o longo declínio de sua capacidade de importar, seu processo de industrialização não teria fôlego para ser àquela conjuntura completado. Nesse sentido, a “crise da dívida” apenas aprofunda uma tendência histórica que já vinha desde muito se anunciando.

Contudo, a evolução tão desfavorável das finanças latinas determinava riscos sistêmicos também para as instituições financeiras privadas norte-americanas. E é nesse momento, não antes, que começa a ser considerado um plano mais coordenado de solução do impasse regional:

“O que provavelmente vai acontecer é que o FMI negociará um programa. Esse exercício vai determinar as necessidades de financiamento para aquele país. E [o FMI] vai, juntamente com o país, tentar projetar como aquela diferença será financiada. Em outras palavras, quanto dela virá do Banco Mundial, quanto virá de saques do FMI, quanto virá do Banco Interamericano para o Desenvolvimento, e quanto virá dos bancos comerciais.” [Declaração do secretário assistente para Assuntos Internacionais do Tesouro, David Mulford, contida em: U.S. Congress. Managing the debt problem: Hearings before the Subcommittee on Economic Goals and Intergovernmental Policy of the Joint Economic Committee of the Congress of the United States, S. Hrg. 99-647, 99th Congress, 23/01/1986, p. 46, citado primeiramente por: Cordeiro, Fábio Cereda. O FMI, a Política Interna dos EUA e a Crise da Dívida. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2010].

O Plano Baker é lançado em 1985, irrigando em alguma medida as finanças regionais. Mas o problema de fundo permanecia. Os países latino-americanos haviam acumulado um notável passivo externo, e a má fase dos preços de suas exportações tornava o mero serviço da dívida uma operação bastante onerosa. Em 1987 o Brasil iria a *default*. No ano seguinte, seria o caso da Argentina. Com Balanços de Pagamentos muitíssimo pressionados, os mercados cambiais locais evoluíam de forma perversa. E um ciclo de desvalorizações realimentaria os reajustes de preços, que àquela altura já continham um componente preponderantemente “inercial”. A Argentina encerraria a década imersa no caos econômico, assolada por um processo hiper-inflacionário que impedia a formulação de quaisquer horizontes. E a próxima iniciativa de Washington para lidar com o tema, o Plano Brady, renderia um acordo com a Argentina apenas em 1992.

H) Brevíssima Síntese: explicando dois desempenhos econômicos extremos nos anos 1980:

A perspectiva de longo prazo que adotamos nos permite concluir que o fenômeno mirado por essa Tese de Doutorado deitaria raízes em períodos muito anteriores.

Grosso modo, a ultrapassagem sul-coreana dos níveis argentinos de rendimento *per capita*, que ocorre só nessa década, apenas pode ser completamente apreendida se atentarmos para:

- i. Ao princípio dos anos 1980, a Coréia do Sul era um país até então exitoso em galgar os limitantes cambiários que restringem as industrializações tardias. Mediante uma sempre tensa combinação de rendas de exportações, ajudas externas (formais ou não), e influxos de capitais voluntários ou compensatórios, esse país estava a dotar-se aceleradamente dos elementos mais sofisticados de um parque industrial. Nesse êxito, é impossível deixar de observar o comprometimento dos americanos — e, mais tardiamente, dos japoneses — com o bem estar material da Coréia do Sul. A Argentina, ao contrário, não tivera êxito em lidar com essa restrição externa, e termina os anos 1970 com anseios já desfeitos com respeito à industrialização. Nesse fracasso, é impossível deixar de ressaltar os efeitos deletérios para seu comércio da posição protecionista assumida por Brasil, Inglaterra, e União Europeia. Também não é possível deixar de comentar a declinação de largo termo de suas exportações.
- ii. No princípio dos anos 1980, ambos os países haviam acumulado dívidas externas impagáveis nas novas condições de mercado (com juros elevados desde 1979).
- iii. O refinanciamento da dívida sul-coreana contaria com o beneplácito japonês, ao passo que o argentino é vitimado pela negligencia norte-americana.
- iv. Por volta de 1986, a Coréia do Sul logra principiar uma era de superávits comerciais, o que nos permite dizer que, doravante, seria efetivamente o comércio a anteparar seu equilíbrio cambial. No caso da Argentino, já superavitária em comércio desde antes, é a evolução do endividamento que determina sua continuada incapacidade em retomar planos de reposicionamento nas hierarquias globais de adição de valor.

Acreditamos, com isso, que o re-nivelamento de que se ocupa essa Tese é somente elucidado mediante a compreensão do impacto local dos fatores exógenos assinalados. Paralelamente, um tratamento endógeno de como o processo político interno os ecoa ajuda-nos a conjugar o quadro externo com os muitos detalhes descritos nos Capítulos II e III a respeito das estratégias de que se cercaram, ou deixaram de se cercar, esses dois países marcados por tão extremado desempenho econômico. Mas a estabilidade quase monolítica da ditadura Chun Doo-Hwan definitivamente se inscreve nas condições exógenas de continuidade da até então bem sucedida industrialização de seu país. E, analogamente, a intrincada transição política que marca o advento da nova democracia argentina é indissociável do contexto de completa esgarçada dos anteparos estruturais daquilo que fora sua estratégia de contrução tardia.

Bibliografía Mencionada:

- ACEMOGLU**, Daron; **JOHNSON**, Simon; **ROBINSON**, James. A. *Reversal of Fortune: Geography And Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution*. The Quarterly Journal of Economics, Novembro, 2002.
- AGHEVLI**, Bijan B.; **MÁRQUEZ-RUARTE**, J. *A Case of Successful Adjustment: Korea's Experience During 1980-84*. Washington: Fundo Monetário Internacional, Occasional Paper 39, 1985.
- AHN**, Byung-Joon. *South Korea and the Communist Countries*. Asian Survey, Volume 20, Número 11, pp.1098-1107, Novembro, 1980.
- ALBERDI**, J. Bautista. *Bases y Puntos de Partida para la Organización de la República Argentina*. Buenos Aires: Cultural Editorial, 1960.
- ALFONSÍN**, Raúl. *Declaraciones Presidenciales: 1983-1984*. Buenos Aires: Congreso de la Nación, 1985.
- ALMOND**, G. *The Appeals of Communism*. Princeton: Princeton University Press, 1954.
- ALONSO**, Beatriz. *La Presidencia de Alvear*. Buenos Aires: CEAL, 1983.
- AMSDEN**, Alice H. *Asia's Next Giant: South Korea and late industrialization*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1989.
- _____. *Stabilization and Adjustment Policies*. World Institute for Economics and Research of the United Nations University, Country Study 14, South Korea, 1987.
- ARCEO**, Enrique. *Argentina en la Periferia Próspera: renta internacional, dominación oligárquica y modo de acumulación*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- ARRIGHI**, Giovanni. *Capitalist Development in Hostile Environments: feuds, class struggles, and migrations in a peripheral region of Southern Italy*. Newbury Park: Review, Volume X, Número 4, Primavera, pp. 649-751, 1987.
- _____, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BAIROCH**, Paul. *Economics and World History: Myths and Paradoxes*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- _____. *Victoires et Déboires: Histoire Economique et Sociale du Monde du XVIe Siècle a nous Jours*. Paris: Gallimard, Volume 3, 1997.
- BANCO MUNDIAL**. *An Economic Model for Argentina*. Bank Staff Working Paper No. 177, Abril, 1974.
- _____. *Current Economic Position and Prospects of the Republic of Korea*. Report No. 332-KO, 1976.
- _____. *Economic Liberalization and Stabilization Policies in Argentina, Chile, and Uruguay: Applications of the Monetary Approach to the Balance of Payments – Edited by Nicolas Ardito Bar, Mario I. Blejer and Luis Landau*. A World Bank Symposium, 1984.
- _____. *Korea: development in a global context*. World Bank Country Study, 1984.
- _____. *Korea: four decades of equitable growth*. Case Studies in Scaling Up Poverty Reduction, 2004.
- _____. *The East Asian Miracle: economic growth and public policy*. World Bank Policy Research Report, Agosto, 1993.
- BATISTA JR.**, Paulo Nogueira. *Argentina: uma crise paradigmática*. Estudos Avançados, v. 16, n. 44, 2002.

- BELLO**, J. C. *Desafíos de la Educación Superior en América Latina: reflexiones a partir del caso argentino con énfasis sobre la evaluación para el mejoramiento de la calidad*. Banco Mundial, 2002.
- BIRDSALL**, Nancy. *Natural Resources, Human Capital, and Growth*. Carnegie Endowment for International Peace, 2009.
- BISANG**, R. *Perfil tecno-productivo de los grupos económicos en la industria argentina*. Santiago: CEPAL, 1994.
- BISHOP**, Isabella Bird. *Korea & Her Neighbors: a narrative of travel, with an account of the recent vicissitudes and present position of the country*. Londres: John Murray, Volumes I e II, 1905.
- BRAGA**, José Carlos de Souza; CINTRA, Marcos Antônio de Macedo. *Finanças Dolarizadas e Capital Financeiro: exasperação sob comando americano*. In: FIORI, José Luís. *O poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRAZINSKY**, Gregg Andrew. *From Pupil to Model: South Korea and American Development Policy during the Early Park Chung Hee Era*. *Diplomatic History*, Volume 29, Issue 1, pp. 83–115, Janeiro, 2005.
- CAMDESSUS**, Michel. *Argentina and the Challenge of Globalization*. Discurso para a Academia de Ciências Econômicas, Buenos Aires, 1996.
- CANUTO**, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.
- CARTER**, Collin; SCHMITZ, Andrew. *Import Tariffs and Price Formation in the World Wheat Market*. *American Journal of Agricultural Economics*, Volume 61, Número 3, 1969.
- CARTER**, Eckert. *Offspring of Empire: the Koch'Ang Kims and the Origins of Korean Capitalism*. Seattle, 1991.
- CASTRO**, Sérgio Duarte de. *Argentina: a construção interrompida*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1998.
- CAVALLO**, Domingo; MONDINO, G. *Argentina's Miracle? From Hyperinflation to Sustained Growth*. Annual World Bank Conference on Development Economies, 1995.
- _____; MUNDLAK, Yair; DOMENECH, Roberto. *Agriculture and Economic Growth in Argentina, 1913-1984*. Research Report 76, International Food Policy Research Institute, 1989a.
- _____; MUNDLAK, Yair; DOMENECH, Roberto. *La Argentina que Pudo Ser: los costos de la represión económica*. Buenos Aires: Manantial, 1989b.
- CEPAL. *Fernando Fajnzylber – una visión renovadora del desarrollo de América Latina*. Santiago: Nações Unidas, 2006.
- _____. *Transformación Productiva con Equidad. La tarea prioritaria de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago: Nações Unidas, 1990.
- CEREDA**, Fábio Cordeiro. *O FMI, a Política Interna dos EUA e a Crise da Dívida*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Tese de Doutorado, 2010.
- CHAN**, Gary Kok Yew. *The Relevance and Value of Confucianism in Contemporary Business Ethics*. *Journal of Business Ethics*, Número 77, pp. 347–360, Primavera, 2007.
- CHIA**, Ho Yeh. *Antropologia Filosófica e Fundamentos da Educação nos Analectos de Confúcio – subsídios para um estudo comparativo intercultural*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, Dissertação de Mestrado, 1999.

- CHIANELLI**, Delia Trinidad. *El Gobierno del Puerto: 1862-1868*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975.
- CHO**, Yoon-Je. *The International Environment and Korea's Economic Development during 1950s-1970s*. The Bank of Korea, Economic Papers, Volume 4, Número 2, Novembro, 2001.
- CHUDNOVSKY**, Daniel; **LÓPEZ**, Andrés. *Política tecnológica en la Argentina: ¿hay algo más que laissez faire?*. Universidad Nacional de Quilmes, Redes, Vol. 3, Número 6, pp. 33-75, Maio, 1996.
- CHUNG**, Chen H., **SHEPARD**, J. M.; **DOLLINGER**, M. J. *Max weber revisited: Some lessons from East Asian capitalistic development*. Asia Pacific Journal of Management, Volume 6, Número 2, pp. 307-321, 1989.
- CLARK**, Donald N. *Growth and Limitations of Minjung Christianity in South Korea*. In: **WELLS**, Kenneth, 1995, op. cit. pp. 87-103.
- COLLINS**, Susan M.; **PARK**, Won-Am. *External Debt and Macroeconomic Performance in South Korea*. In: **SACHS**, Jeffrey D. (ed.). *Developing Country Debt and the World Economy*. Chicago: University of Chicago Press, p. 121-140, 1989.
- COVELL**, J. E. H. C. *Korea's Colorful Heritage*. Seul: Si Sa Yong O Sa Publishing, 1986.
- CUMINGS**, Bruce. *Korea's Place in the Sun: a modern history*. Nova Iorque: WW Norton & Co., 1997.
- DEUTSCH**, K. *Social Mobilization and Political Development*. The American Political Science Review, Vol. 55, Número 3, pp. 493-514, Setembro, 1961.
- DONGHI**, Tulio H. *Proyecto y Construcción de una Nación Argentina: 1846-1880*. Biblioteca Arauco, 1890.
- FAJNZYLBBER**, Fernando. *Competitividad Internacional: evolución y lecciones*. Revista de la Cepal, Número 36, Dezembro, pp. 7-24, 1988.
- _____. *Industrialización e internacionalización en la América Latina*. México : Fondo de Cultura Económica, 1980.
- _____. *Industrialización en América Latina. De la «caja negra» al «casillero vacío»*. Nueva Sociedad, Número 118, pp. 21-28, 1992.
- _____. *La Industrialización trunca de América Latina*. México, D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1983.
- _____. *Reflexiones sobre la Industrialización Exportadora del Sudeste Asiático*. Revista de la Cepal, Número 15, Dezembro, pp. 117-138, 1981.
- FERRER**, A. *La Globalización y el Futuro de América Latina: ¿qué nos enseña la historia?*. Mimeo.¹²¹
- _____. *Vivir con lo nuestro*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2ª Edição, 2009.
- _____. *La Densidad Nacional: el caso argentino*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2004b.
- _____. *La Economía Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.
- FLEURY**, Afonso; **FLEURY**, Maria Tereza Leme. *Aprendizagem e Inovação Organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil*. São Paulo: Atlas, 1995.
- FRIEDMAN**, M. *The Quantity Theory of Money: a restatement*. In: **FRIEDMAN**, M. (org.) *Studies in the Quantity Theory of Money*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1956.
- FURTADO**, Celso. *A Pré-revolução Brasileira*. Fundo de Cultura, 1962.

¹²¹ Acessado pela Internet em: <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/encuentrolatinoamericano.pdf>

- _____. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1961.
- _____. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1964.
- _____. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1960.
- _____. O Capitalismo Global. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Obstacles to Economic Growth in Brazil*, International Affairs, Vol. 41, Número 2, pp. 252-266, 1965.
- _____. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1966.
- _____; MANESCHI, Andrea. Um Modelo Simulado de Desenvolvimento e Estagnação na América Latina. Revista Brasileira de Economia, Vol. 22, Número 2, 1968.
- GARCIA**, Prudencio. *El Drama de la Autonomía Militar*. Madrid: Alianza, 1995.
- GERALD**, Ergerer. *Protection and Imperial Preference in Britain: the case of wheat, 1925-1960*. The Canadian Journal of Economics and Political Science, Volume 31, Número 3, 1965.
- GERSCHUNOFF**, P.; LLACH, L. *El Ciclo de la Ilusión y el Desencanto*. Buenos Aires: Ariel, 1998.
- _____; TORRE, Juan Carlos. *La política de liberalización económica en la administración de Menem*. Desarrollo Económico. Vol. 36, Número 143, pp. 733-768, 1996.
- HALLIDAY**, Jon; CUMINGS, Bruce. *Korea: The UnKnown War*. Londres: Viking, 1988.
- HAMEL**, Hendrik. *An Account of the Shipwreck of a Dutch Vessel on the Coast of the Isle of Quelpaert together with the Description of the Kingdom of Corea*. In: HAMEL, Hendrik. Corée – Korea: 1653 – 1666 (Reprodução Integral da Primeira Tradução Inglesa de 1702). Bangkok: White Orchid Press, 1981.
- HAMILTON**, Alexander. *Report on Manufactures*. Washington: Annals of the American Congress, 5 de Dezembro, 1791.¹²²
- HAMILTON**, G. G.; KAO, C. S. *Max Weber and the Analysis of East Asian Industrialization*. International Sociology, Volume 2, Número 3, 1987.
- HART-LANDSBERG**, Martin. *The Rush to Development: economic change and political struggle in South Korea*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1993.
- HEE**, Park-Chung. *The Country, the Revolution and I*. Seoul: Hollym, 1970.
- HICKS**, J. *Mr. Keynes and the 'Classics'; A Suggested Interpretation*. Econometrica, Vol. 5, Número 2, pp. 147-159, Abril, 1937.
- HONG**, Suhn-Kyoung. *Tonghak in the Context of Korean Modernization*. Review of Religious Research, Volume 10, Número 1, Outono, pp. 43-51, 1968.
- HUH**, Donghyun. *The Korean Courtier's Observation Mission's Views on Meiji Japan and Projects of Modern State Buildings*. Korean Studies, Volume 29, 2006.
- HUNTINGTON**, S. P. A Ordem Política nas Sociedades em Mudança. São Paulo: Forense, 1968.
- _____. *Political Development and Political Decay*. World Politics, Volume 17, Número 3, pp. 368-430, Abril, 1965.

¹²² Acessado pela Internet em: http://www.constitution.org/ah/rpt_manufactures.pdf

- _____. *The Clash of Civilizations?* Foreign Affairs, Número 72, Vol. 3, Verão, 1993.
- _____. *The Hispanic Challenge*. Foreign Policy, 2004b.
- _____. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. Simon & Schuster, 2004.
- _____.; HARRISON, L. E (eds). *Culture Matters: how values shape human progress*. Nova Iorque: Basic Books, 2000.
- ICHIMURA**, Shinichi. *Challenge of Asian Development Countries: issues and analyses*. Hong Kong: Asian Productivity Organization, 1988.
- IWATA**, Masakasu. *Ōkubo Toshimichi: The Bismark of Japan*. University of California Press, 1964.
- JOHNSON**, C. *Japan: Who Governs? An Essay on Official Bureaucracy*. Journal of Japanese Studies, Volume 2, Número 1, Outono, pp. 1-28, 1975.
- JONES**, Leroy P. *Government, Business and Entrepreneurship in Economic Development: The Korean Case*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1980.
- KANG**, Man'Gil. *Contemporary Nationalist Movements and the Minjung*. In: WELLS, Kenneth, 1995, op. cit. pp. 31-38.
- KANG**, Younghill. *Das Graschdach: Ein Koreaner Erzählt sein Leben*. Leipzig: Paul List Verlag, 1933.
- KATZ**, Jorge; BERCOVICH, Nestor A. *National systems of innovation supporting technical advance in industry: the case of Argentina*. In: NELSON, Richard R. (org.) *National innovation systems: a comparative analysis*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.
- KESSELMAN**, Mark. *Order or Movement? The Literature of Political Development as Ideology*. World Politics, Vol. 26, Outubro, 1973.
- KEUM**, Jang-Tae. *Confucianism and Korean Thoughts*. Seul: Jimoondang Publishing Company, 2000.
- KEYNES**, John M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KIM**, Hakjoon. *A Brief History of the US – ROK Alliance and Anti-Americanism in South Korea*. Stanford University, Walter H. Shorestein Asia Pacific Research Center (Shorestein APARC), Volume 31, 2010.
- KIM**, Kwang-Ok. *The Reproduction of Confucian Culture in Contemporary Korea: an anthropological study*. In: TU, Wei-Ming, 1996, op. cit., pp. 202-227.
- KIM**, Linsu. *Stages of Development of Industrial Technology in a Developing Country: A Model*. Research Policy, Número 9, Julho, pp.257-77, 1980.
- _____.; NELSON, Richard R. (Orgs.). *Tecnologia, Aprendizado e Inovação: as experiências das economias de industrialização recente*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- KIM**, Young-Ock. *The Position of Women Workers in Manufacturing Industries in South Korea: a Marxist-feminist analysis*. Ithaca: Cornell University Press, Working Paper, Sub-series on Women's History and Development, Número 6, 1986.
- KING**, Eun Mee. *Big Business, Strong State: Collusion and Conflict in South Korean Development, 1960-1990*. State University of New York Press, 1997.
- KRUEGER**, Anne O. *The Developmental Role of the Foreign Sector and Aid*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1982.
- KRUGMAN**, P. (ed.). *Trade with Japan: has the door opened wider?* University of Chicago Press, 1991.

- _____.; OBSTFELD, M. *International Economics: theory and policy*. Nova Iorque: Addison-Wesley, 1993.
- KUZNETZ**, Paul W. *Economic Growth and Structure in the Republic of Korea*. New Haven: Yale University Press, 1977.
- _____. *Government and Economic Strategy in Contemporary South Korea*. Pacific Affairs, Vol. 58, Número 1, Primavera, pp. 44-67, 1985.
- LANDES**, D. *Prometeu desacorrentado: transformação e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 ate a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- _____. *Why are We so Rich and They so Poor?* The American Economic Review, Vol. 80, Número 2, Papers and Proceedings of the Hundred and Second Annual Meeting of the American Economic Association, Maio, pp. 1-13, 1990.
- LEE**, Shong-Sik. *Japan and Korea: the political dimension*. Stanford: Hoover Intitution Press, 1985.
- LIM**, Hunk; **LIM**, Tai-Wei. *Japan's Strategy and her Soft Power in Trade and Investment: Singapore's perspectives*. G-SEC Working Paper, Número 12, 2006.
- LIM**, Hyun-Chin; **HAN**, Joon. *Social Realignment, Coalition Change and Political Transformation*. In: **CHUN**, Duck-Koo; **EICHENGREEN**, Barry (orgs.). *The Korean Economy beyond the Crisis*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.
- LIN**, Ching-Yuan. *East Asia and Latin America as Contrasting Models*. Economic Development and Cultural Change, Vol. 36, Número 3, Supplement: Why Does Overcrowded, Resource-Poor East Asia Succeed: Lessons for the LDCs?, pp. S153-S197, Abril, 1988.
- LIST**, Friedrich. *Das National System der politischen Ökonomie von Friedrich List. Mit einer historischen und kritischen Einleitung von K. Th. Eheberg*. Stuttgart: Cotta, 1925.¹²³
- LOWELL**, Percival. *The Soul of the Far East*. Boston: Houghton, Mifflin & Co., 1888.
- LUNA**, Félix. *Diálogos con Frondizi*. Buenos Aires: Desarrollo, 1963.
- MANTEGA**, Guido. O Programa de Privatizações Brasileiro e a sua Repercussão na Dinâmica Econômica. Relatório de Pesquisa n. 53. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 2001
- McCUNE**, Shannon. *Korea's Heritage: a Regional and Social Geography*. Tóquio: Charles E. Tuttle Company, Décima Edição (Primeira Edição em 1956), 1983.
- _____. *Land Distribution in Korea*. Far Eastern Survey, Volume 17, Número 11, p. 132, Junho, 1948.
- McNAMARA**, Dennis L. *The Colonial Origins of Korean Enterprise: 1910 – 1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MELLER**, P. *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago: Editorial Andres Bello, 2007.
- MELLO**, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.
- MELLO**, Natália Nóbrega de. O Desenvolvimento Político em Huntington e Fukuyama. Lua Nova, São Paulo, Número 80, pp. 97-125, 2010.
- MINISTRY OF EDUCATION & HUMAN RESOURCES DEVELOPMENT**, **REPUBLIC OF KOREA**. *Education in Korea: 2005 ~ 2006*.

¹²³ Acessado pela Internet em:

http://oll.libertyfund.org/index.php?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=1722&Itemid=27

- NAÇÕES UNIDAS.** *United Nations Development Programme.* Nova Iorque, Human Development Report, Oxford University Press, 1997.
- NELSON, R. R.; WINTER, S. G.** *Neoclassical vs. evolutionary theories of economic growth: critique and prospectus.* The Economic Journal, Vol. 84, Número 336, Dezembro, 1974.
- NOCHTEFF, Hugo.** *¿Existe una política de ciencia y tecnología en la Argentina? Un enfoque desde la economía política.* Desarrollo Económico, Vol. 41, Número 164, pp. 555-578, 2002.
- NOCHTEFF, Hugo.** *Reestructuración industrial en la Argentina: Regresión estructural e insuficiencias de los enfoques predominantes.* Desarrollo Económico, Vol. 31, Número 123, pp. 339-358, 1991.
- _____; **APIAZU, Daniel.; BASUALDO, Eduardo M.** *Los límites de las políticas industriales en un período de reestructuración regresiva: el caso de la informática en la Argentina.* Desarrollo Económico, Vol. 30, Número 118, pp. 151-172, 1990.
- NORTH, Douglass C.** *Economic Performance Through Time.* American Economic Review. Vol. 84, Número 3, Junho, pp. 359-368, 1994.
- _____. *Five Propositions about Institutional Change.* In: **KNIGHT, J.; SENED, I.** (eds.). *Explaining Social Institutions*, University of Michigan Press, pp. 15-26, 1995.
- _____. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance.* Nova Iorque: Cambridge University Press, 1990.
- _____; **MANTZAVINOS, C; SHARIQ, Syed.** *Learning, Institutions, and Economic Performance.* Perspectives on Politics, Número 2, pp. 75-84, 2004.
- O'DONNELL, Guillermo.** *Reflexiones sobre las tendencias de cambio del Estado burocrático-autoritario.* Revista Mexicana de Sociología, Vol. 39, Número 1, pp. 9-59, 1977.
- PARBONI, R.** *The Dollar and its Rivals.* Londres: Verso, 1980.
- PARSONS, Talcott.** *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas.* São Paulo: Pioneira, 1969.
- _____. *Social structure and personality.* London: Free Press, 1964.
- PREBISCH, Raúl.** *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.* Desarrollo Económico, Volume 26, Número 103, pp. 479-502, Reprodução do Original de 1949, 1986.
- QUESADA, María Sáez.** *La Argentina: Historia del País y de su Gente.* Buenos Aires: Sudamericana, 2001
- RICARDO, David.** *Princípios de Economia Política e Tributação.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RODRIK, Dani.** *Getting Interventions Right: How South Korea and Taiwan Grew Rich.* National Bureau of Economic Research, NBER Working Papers 4964, 2004.
- _____. *The New Global Economy and Developing Countries: making openness work.* Washington: Overseas Development Council, 1999.
- ROJAS, Mauricio.** *Historia de la Crisis Argentina.* Buenos Aires: Distal, 2004.
- ROMER, Paul R.** *Human Capital and Growth: Theory and Evidence.* Stanford Graduate School of Business, National Bureau of Economic Research, NBER Working Paper No. w3173, Novembro, 1989.
- SABATO, Jorge F.** *El Agro Pampeano Argentino y la Adopción de Tecnología entre 1950 y 1971: un análisis a través del cultivo de maíz.* In: **PIÑEIRO, M.; TRIGO, E.**

- Procesos e Innovación Tecnológica en América Latina*. São José da Costa Rica: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 1983.
- SACHS, J.;** WILLIAMSON, J. *Managing the LDC Debit Crisis*. Brookings Papers on Economic Activity, Volume 1986, Número 2, pp. 397-440, 1986.
- SAMPSON, Gary P.** YEATS, Alexander J. *An Evaluation of the Common Agricultural Policy as a Barrier Facing Agricultural Exports to the European Economic Community*. American Journal of Agricultural Economics, Volume 59, Número 1, 1977.
- SAMUELSON, Paul A.** *Economia*. Lisboa: MacGraw-Hill, Décima Quarta Edição, 1993.
- SAVAGE-LANDOR, Arnold Henry.** *Korea, or Cho-sen, the Land of the Morning Calm*. Londres: Wilhelm Heinemann, 1895.
- SCHORR, Martín;** APIAZU, Daniel.; BASUALDO, Eduardo M. *La Industria Argentina durante los Años Noventa: Profundización y Consolidación de los Rasgos Centrales de la Dinámica Sectorial Post-Sustitutiva*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Area de Economía y Tecnología, 2001.
- _____; APIAZU, Daniel.; BASUALDO, Eduardo M. *La Reestructuración y El Redimensionamiento de la Producción Industrial Argentina durante las Últimas Décadas*. Instituto de Estudios y Formación de la Central de los Trabajadores de la Argentina, 2000.
- SCHVARZER, Jorge.** *Grandes Grupos Económicos en Argentina: formas de propiedad y lógicas de expansión*. Revista Mexicana de Sociología, Vol. 57, pp. 191-210, 1995.
- _____. *La industria argentina en la tormenta de los 90*. Nueva sociedad, Número 158, Novembro - Dezembro, pp. 139-159, 1998.
- _____. *Terratenientes, industriales y clase dominante en el ya antiguo debate sobre el desarrollo argentino*. Desarrollo Económico, Vol. 41, Número 161, pp. 121-126, 2001.
- SEGUINO, Stephanie.** *Gender Inequality and Economic Growth: a cross-country analysis*. World Development, Vol. 28, Número 7, pp. 1211-1230, 2000.
- SETH, Michael J.** *Education Fever: Society, Politics, and the Pursuit of Schooling in South Korea*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2002.
- SEU, Ring-Hai.** *Autour d'une vie coréenne*. Paris: Éditions Agence Korera, 3ª Edição, 1929.
- SHIN, Susan S.** *Tonghak Thought: the roots of revolution*. Korea Journal, Número 19, Volume 9, Setembro, pp. 11-20, 1979.
- SILVA, Rodrigo L. M.** *Coesão e Desenvolvimento: o método histórico estrutural e a longa divergência entre Austrália e Argentina*. Revista de Economia Política e História Econômica, Volume 26, 2011.
- SILVA, Vera Martins da.** *Subsídios de Preços à Produção e Consumo de Trigo no Brasil*. Análise Econômica, Número 7, Volume 11, pp.91-113, 1989.
- SMITH, Adam.** *A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, Tomo II, 1983.
- SOLBERG, E.** *Argentina y Canadá: una perspectiva comparada sobre su desarrollo económico – 1919-1939*. Desarrollo Económico, Volume 21, Número 82, 1981.
- SOLLOW, Robert.** *Technical Change and the Aggregate Production Function*. The Review of Economics and Statistics, Vol. 39, Número 3, Agosto, pp. 312-320, 1957.
- STONE, Irving.** *The Composition and Distribution of British Investment in Latin America*. Columbia University: Tese de Doutorado, 1962.

- SUBRAMANIAN**, Arvind.; **RODRK**, Dani.; **TREBBI**, Francesco. *Institutions Rule: The Primacy of Institutions over Geography and Integration in Economic Development*. NBER Working Paper, Número 9305, 2002.
- SUNKEL**, O.; **GRIFFITH-JONES**, S. O Fim de Uma Ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SUZIGAN**, Wilson; **FERNANDES**, Suzane Cristina. Competitividade Sistêmica: a contribuição de Fernando Fajnzylber. Belo Horizonte: ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003.
- TAVARES**, M^a C. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio: Zahar, 1972.
- TAYLOR**, Alan. *On the Costs of Inward-looking Development: Price Distortions, Growth, and Divergence in Latin America*. The Journal of Economic History, Vol. 58, Número 1, Março, 1998.
- TEDESCO**, J. C. *Educación y Sociedad en la Argentina (1880-1945)*. Buenos Aires: Solar, 1986.
- TERRY**, Edith. *How Asia Got Rich: World Bank vs. Japanese Industrial Policy*. JPRI Working Paper, Número 10, Junho, 1995.
- TODESCA**, J. *El Mito del País Rico: economía y política en la Historia argentina*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2006.
- TOMASINI**, Roque Gilberto Annes; **AMBROSI**, Ivo. Aspectos Econômicos da Cultura de Trigo. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.2, p.59-84, 1998.
- TOURNAFOND**, Paul. *La Corée*. Paris: Téqui, 1884.
- TU**, Wei-Ming (org.) *Confucian Traditions in East Asian Modernity: moral education and economic culture in Japan and the four mini-dragons*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1996.
- VISCAÍNO Jr.**, M. M. Aspectos do Desenvolvimento Econômico de Brasil e Coréia do Sul numa Perspectiva Histórica: processos de industrialização e educação até o início da década de 1990. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Departamento de História, Dissertação de Mestrado, 1999.
- WALLERSTEIN**, Immanuel. *World-systems analysis: An introduction*. Duke University Press, 2004.
- WEBER**, Max. *The Religion of China: Confucianism and Taoism*. Glencoe – Illinois: Free Press, 1951.
- WELLS**, Kenneth M (org.) *South Korea's Minjung Movement: the culture and politics of dissidence*. Honolulu: Hawaii University Press, 1995.
- WIDEMAN**, B. F. *Korean Chauvinism*. Far Eastern Economic Review, Março, 1973.
- WILLIAMSON**, J. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, J. (org.) *Latin American adjustment: How much has happened?*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.
- WOO**, Jung En. *Race to Swift: state and finance in Korean industrialization*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1991.
- YOGUEL**, G.; **LUGONES**, M.; **SZTULWARK**, S. *La política científica y tecnológica Argentina en las últimas décadas: algunas consideraciones desde la perspectiva del desarrollo de procesos de aprendizaje*. Santiago: CEPAL, Dezembro, 2007.
- ZIMMERMANN**, E. *El Liberalismo y la Declinación Argentina en la Historiografía Reciente: una nota bibliográfica*. Revista Libertas, Número 12, Maio, 1990.

-
- ⁱ Dados obtidos junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial [data.worldbank.org/], posteriormente agregados.
- ⁱⁱ Idem Anterior.
- ⁱⁱⁱ Idem Anterior.
- ^{iv} Dados obtidos junto à Universidade de Groeningen, no sítio de seu projeto de difusão de estatísticas econômicas [The Conference Board Total Economy Database, <http://www.conference-board.org/data/economydatabase/>].
- ^v Idem.
- ^{vi} Idem.
- ^{vii} Idem.
- ^{viii} Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial [data.worldbank.org/].
- ^{ix} Idem Anterior.
- ^x Idem Anterior.
- ^{xi} Dados obtidos junto à Universidade de Groeningen, no sítio de seu projeto de difusão de estatísticas econômicas [The Conference Board Total Economy Database, <http://www.conference-board.org/data/economydatabase/>].
- ^{xii} Idem.
- ^{xiii} Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial, posteriormente trabalhados.
- ^{xiv} Idem Anterior.
- ^{xv} Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial.
- ^{xvi} Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial, posteriormente trabalhados.
- ^{xvii} Idem Anterior.
- ^{xviii} Idem Anterior.
- ^{xix} Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial.
- ^{xx} Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial, posteriormente trabalhados.
- ^{xxi} Idem Anterior.
- ^{xxii} Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Fundo Monetário Internacional [www.imf.org/].
- ^{xxiii} Idem.
- ^{xxiv} Idem.
- ^{xxv} Idem.
- ^{xxvi} Idem.
- ^{xxvii} Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial.
- ^{xxviii} Idem.
- ^{xxix} Idem.
- ^{xxx} Idem.
- ^{xxxi} Idem.
- ^{xxxii} Dados obtidos do supracitado sítio da Universidade de Groeningen, posteriormente trabalhados.
- ^{xxxiii} Idem
- ^{xxxiv} Dados obtidos do supracitado sítio da Universidade de Groeningen, posteriormente agregados.
- ^{xxxv} Fonte: LEE, Ki-Baik. *Nueva Historia de Corea*. Buenos Aires: Univ. de Buenos Aires, p. 368, 1988, citado por VISCAÍNO Jr. (1999).
- ^{xxxvi} Dados obtidos do supracitado sítio da Universidade de Groeningen.
- ^{xxxvii} Idem.
- ^{xxxviii} Idem.
- ^{xxxix} Idem.
- ^{xl} Fonte: ARCEO (2003).
- ^{xli} Dados obtidos do supracitado sítio da Universidade de Groeningen.
- ^{xlii} Idem.
- ^{xliii} Dados obtidos do supracitado sítio da Universidade de Groeningen, posteriormente trabalhados.
- ^{xliv} Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial.
- ^{xlvi} Idem.

-
- xlvi Idem.
- xlvii Idem.
- xlviii Idem.
- xlix Idem.
- ¹ Idem.
- li Idem.
- lii Idem.
- liii Idem.
- liiii Idem.
- liv Idem.
- lv Idem.
- lvi Idem.
- lvii Idem.
- lviii Idem.
- lix Idem.
- lx Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Fundo Monetário Internacional [www.imf.org/].
- lxi Fonte: Ministry of Education & Human Resources Development, Republic of Korea. *Education in Korea: 2005~2006*.
- lxii Dados obtidos junto ao sítio eletrônico do National Statistical Office, Republic of Korea.
- lxiii Dados obtidos junto ao sítio eletrônico do IBGE [www.ibge.gov.br/]
- lxiv Dados obtidos junto ao sítio eletrônico da CEPAL [websie.eclac.cl/sisgen/ConsultaIntegrada.asp].
- lxv Dados obtidos junto ao sítio eletrônico do Banco Mundial.
- lxvi Idem.
- lxvii Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Fundo Monetário Internacional, posteriormente trabalhados.
- lxviii Dados obtido junto aos sítio eletrônico da OCDE [www.oecd.org/].
- lxix Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Fundo Monetário Internacional.
- lxx Dados obtido junto aos sítio eletrônico do Banco Mundial.
- lxxi PIB: Dados obtidos do supracitado sítio da Universidade de Groeningen, posteriormente trabalhados; TRIGO: Dados obtidos junto ao sítio eletrônico do Fundo Monetário Internacional.
- lxxii Dados obtidos junto ao sítio eletrônico do Fundo Monetário Internacional.
- lxxiii Idem.
- lxxiv Idem.
- lxxv Dados obtidos junto ao sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estadística y Censos Argentino (INDEC) [www.institutoindec.com.br/], posteriormente trabalhados.
- lxxvi Fonte: TOMASINI (1998).
- lxxvii Dados obtidos junto aosítio eletrônico do US Census Bureau [www.census.gov/].
- lxxviii Idem.
- lxxix Idem.
- lxxx Todos os dados obtidos junto ao sítio eletrônico do Banco Mundial.
- lxxxi Idem.
- lxxxii Idem.